

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jaime Valim Mansan

SUBVERSIVOS
DITADURA, CONTROLE SOCIAL E
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL
(1964-1988)

Porto Alegre
2014

Jaime Valim Mansan

SUBVERSIVOS

DITADURA, CONTROLE SOCIAL E
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL
(1964-1988)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre

2014

Catálogo na Fonte

M286s Mansan, Jaime Valim
Subversivos : ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988) / Jaime Valim Mansan. – Porto Alegre, 2014.
366 f.
Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, Área de Concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas. PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira.

1. Educação Superior. 2. Brasil - História - Regime Militar, 1964-1985. 3. Controle Social. 4. Vigilância. 5. Repressão. 6. Ideologia. 7. Projeto Político. I. Silveira, Helder Volmar Gordim da. II. Título.

CDD 378.155

Bibliotecário Responsável
Ginamara de Oliveira Lima
CRB 10/1204

Jaime Valim Mansan

**Subversivos:
ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em História na área de concentração *História das Sociedades Ibéricas e Americanas*.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira (orientador)
PPG História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^ª Dr^a Berenice Corsetti
PPG Educação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. José Luis Sanfelice
PPG Educação - Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu
PPG História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. René Ernaini Gertz
PPG História - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Para mãe, pai e mana.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos anos, no desenvolvimento desta tese, tive a satisfação de contar com a colaboração de várias pessoas e instituições.

O Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS acolheu-me e acreditou na validade e viabilidade da minha proposta de pesquisa. Alguns professores foram especialmente importantes, como Tita, Luciano, René e Jurandir. Carla, Luís, Adilson e Henriette ofereceram o essencial apoio técnico.

A contribuição do CNPq foi decisiva, ao garantir, por meio de uma bolsa de doutorado, a viabilidade financeira do projeto. A CAPES assegurou os recursos indispensáveis à realização de um período de doutorado-sanduíche no exterior, experiência que proporcionou um decisivo incremento qualitativo na pesquisa. Tive uma ótima acolhida no Departamento de Historia Contemporânea da Universidad Complutense de Madrid. Aróstegui recebeu-me sem restrições na Cátedra Complutense Memoria Histórica del Siglo XX, onde pude conhecer outros tantos historiadores de singular qualidade. Jorge ofereceu diversas sugestões e decisivo apoio para a escrita da tese. Gunde orientou minhas incursões no universo sinuoso dos estudos sobre o franquismo. Com os dois, foi possível estabelecer um convênio entre a PUCRS e a UCM, no âmbito do qual criamos, em parceria com colegas da UNICAMP e da Universidad de la República, o IBEROAMÉRICA-20, grupo de pesquisa sobre violência e sociedade no espaço ibero-americano no século XX, cujo trabalho já começa a produzir seus primeiros resultados.

René, Berenice, Luciano e Sanfelice gentilmente aceitaram fazer parte da banca. Além disso, foram importantes em diferentes momentos da minha trajetória como pesquisador, ao longo dos últimos dez anos. Berenice e René deram decisivo incentivo quando eu começava a estudar o tema da ditadura militar; Sanfelice e Luciano ofereceram, durante a qualificação de doutorado, críticas e sugestões fundamentais.

Diversos colegas contribuíram com ideias, bibliografias, documentos e informações, sobretudo Teodoro (Arquivo Público/PR), Cida (Farroupilha), Thiago e Ianko (PUCRS), Cícero e Arthur (Arquivo Público/PE), Célia (UFPR), Fernanda, Débora e Rosângela (Delfos).

Neste último ano, em diferentes momentos, algumas pessoas foram fundamentais, cada uma do seu jeito. Sabrina, Lu, Adriano, Batata, Ceron, Cassi, Ianko, Zeli: obrigado.

De 2007 para cá, além de um baita orientador e uma referência profissional, encontrei no Helder um amigo. Basta dizer que, sem suas palavras de incentivo em meados de 2010, esta tese não existiria.

Agradeço especialmente à Bere, pela interlocução e amizade; à Jana, pelo apoio irrestrito em todos os momentos; e à vó Lena, pelo carinho e torcida.

Vô Pedro e dona Lucília nos deixaram no final de 2012. Que este trabalho seja também uma homenagem a eles.

Mãe, pai, mana e Fred, mesmo quando um oceano nos separava, garantiram carinho incondicional e constante, sem o qual nada disso teria sido possível. A tese é pra vocês.

Jaime

*Fui chamado a cantar e para tanto há um mar de
som no búzio de meu canto. Hoje, fui chamado a
cantar a liberdade – e se há mais quem cante,
cantaremos juntos.*

Millôr Fernandes & Flávio Rangel
Liberdade, liberdade (1965)

RESUMO

Após o golpe de 1964, foi configurado no Brasil um peculiar sistema de controle social, de modo a garantir o sucesso daquele projeto político ditatorial e a manutenção daquela ordem social. Esse sistema manteve-se ativo até 1988, passando, contudo, por uma série de transformações ao longo do período. Sua atuação sobre o campo da educação superior evidencia certas especificidades. São analisados quatro modos de controle (vigilância, repressão, propaganda e formação de intelectuais), com ênfase para as relações entre eles e para os alvos, estruturas, métodos e funções de cada um. Os quatro modos eram pautados pela noção de subversão, com significativa influência da Doutrina de Segurança Nacional produzida pela Escola Superior de Guerra, bem como de outras fontes (como o imaginário anticomunista). Em relação aos processos de repressão e vigilância, são abordados os diversos órgãos integrantes daquelas duas estruturas de controle, como os Departamentos de Ordem Política e Social, a Polícia Federal, os órgãos militares de informações (Centro de Informações do Exército, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, Centro de Informações da Marinha e segundas seções), o Serviço Nacional de Informações, os grupos paramilitares, a Operação Bandeirante e o sistema DOI/CODI, o Ministério da Educação e Cultura e os órgãos a ele subordinados (Comissão de Investigação Sumária, Divisão de Segurança e Informações, Assessorias [Especiais] de Segurança e Informações), bem como a colaboração de reitores e outros agentes do campo da educação superior. Para análise do controle via propaganda, são avaliados principalmente os boletins diários à imprensa e três cinejornais (Informativo, Atualidades e Brasil Hoje) produzidos pela Agência Nacional. Para o estudo da formação de intelectuais pró-regime e de apoios sociais, são avaliadas sobretudo as contribuições da Escola Superior de Guerra, da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra e da educação moral e cívica na graduação e na pós-graduação (disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros).

Palavras-chave: Controle social. Educação superior. Vigilância. Repressão. Ideologia.

RESUMEN

Después del golpe de 1964, se creó en Brasil un peculiar sistema de control social, para garantizar el éxito del proyecto político dictatorial y el mantenimiento del orden social. Este sistema se mantuvo activo hasta 1988, pasando, sin embargo, por una serie de transformaciones a lo largo del periodo. Su actuación en el campo de la educación superior revela ciertas especificidades. Cuatro modos de control (vigilancia, represión, propaganda y formación de intelectuales) se analizan con énfasis en las relaciones entre ellos y los objetivos, estructuras, métodos y funciones de cada uno. Los cuatro modos fueron guiados por la idea de subversión, con influencia significativa de la Doutrina de Segurança Nacional elaborada por la Escola Superior de Guerra y de otras fuentes (tales como el imaginario anticomunista). Para los procesos de represión y vigilancia, son examinados los diversos órganos que conformaban estas dos estructuras de control, tales como los Departamentos de Ordem Política e Social, la Polícia Federal, los órganos militares de inteligencia (Centro de Informações do Exército, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, Centro de Informações da Marinha y segundas seções), el Serviço Nacional de Informações, grupos paramilitares, la Operação Bandeirante y el sistema DOI/CODI, el Ministério da Educação e Cultura y los organismos subordinados a él (Comissão de Investigação Sumária, Divisão de Segurança e Informações y Assessorias [Especiais] de Segurança e Informação), bien como la colaboración de los rectores y de otros agentes del campo de la educación superior. Para el análisis del control que se realizaba a través de la propaganda, se evalúan principalmente los boletines de prensa diarios y tres noticieros (Informativo, Atualidades y Brasil Hoje) producidos por la Agência Nacional. Para estudiar la formación de los apoyos sociales al régimen y de sus intelectuales, son especialmente valoradas las aportaciones de la Escola Superior de Guerra, de la Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra y de la educación moral y cívica en las carreras de grado y posgrado (asignatura de Estudos de Problemas Brasileiros) .

Palabras Clave: *Control social. Educación superior. Vigilancia. Represión. Ideología.*

ABSTRACT

After the 1964 coup, a peculiar system of social control was set up in Brazil to ensure the success of that dictatorial political project and the maintenance of that social order. This system remained active until 1988, passing, however, through a series of transformations over the period. Its performance on the field of higher education reveals certain specificities. Four modes of control (surveillance, repression, propaganda and formation of intellectuals) are analyzed with an emphasis on the relations among themselves, as well as on targets, structures, methods and functions of each one of them. The four modes were based on the notion of subversion with significant influence of the National Security Doctrine produced by the Escola Superior de Guerra (war college) and other sources (such as anti-communist imaginary). For repression and surveillance processes, several organs of these two structures of control are examined, such as Departamentos de Ordem Política e Social (political police), Polícia Federal (federal police), military intelligence agencies (Centro de Informações do Exército, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, Centro de Informações da Marinha and Segundas Seções), Serviço Nacional de Informações (intelligence agency), paramilitary groups, Operação Bandeirante and the DOI/CODI system (political police), Ministério da Educação e Cultura (Ministry of Education and Culture) and some subordinate offices (Comissão de Investigação Sumária, Divisão de Segurança e Informações, Assessorias [Especiais] de Segurança e Informações) as well as the cooperation of deans and other agents in the field of higher education. Boletins Diários à Imprensa (daily bulletins sent to press) and three newsreels (Informativo, Atualidades and Brasil Hoje), all produced by Agência Nacional, are used for analysis of social control through propaganda. To study the formation of pro-regime intellectuals and social support, it's especially evaluated the contributions of Escola Superior de Guerra (ESG), Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ESG alumni association) and moral and civic education at the undergraduate and graduate level (Estudos de Problemas Brasileiros discipline).

Keywords: *Social control. Higher education. Surveillance. Repression. Ideology.*

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sumários da Agência Nacional (distribuição temporal dos núcleos de sentido, por categoria)	219
Gráfico 2 - Cinejornais da Agência Nacional (distribuição temporal dos núcleos de sentido, por categoria geral)	238
Gráfico 3 - Cinejornais Agência Nacional (distribuição temporal dos núcleos de sentido da categoria F, por categoria específica)	243
Gráfico 4 - Cinejornais Agência Nacional (distribuição temporal dos núcleos de sentido da categoria G, por categoria específica)	250

IMAGENS

Imagem 1 - Castello Branco e outras lideranças golpistas na sacada do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, a 21/abr/1964	236
Imagem 2 - O Gen. Castello Branco recebe do Reitor da UFSM, Prof. José Mariano da Rocha, o título de Doutor Honoris Causa	241
Imagem 3 - Estudantes da UnB, 1969	246
Imagem 4 - Costa e Silva em reunião com reitores e professores universitários, 1967	249

QUADROS

Quadro 1 - UFs com DOPS antes de 1964	85
Quadro 2 - Repressão (“ação-resposta”) ao “processo subversivo” segundo a ESG	155
Quadro 3 - Agência Nacional e órgãos correlatos anteriores e posteriores	215
Quadro 4 - Boletins Agência Nacional – distribuição temporal da amostragem	218
Quadro 5 - Presidentes da ADESG nacional (1952-1989)	279
Quadro 6 - Conferencistas II Ciclo de Estudos ADESG-RS (1965)	289

TABELAS

Tabela 1 - Sumários da Agência Nacional (núcleos de sentido, por categoria) 219

Tabela 2 - Cinejornais da Agência Nacional (núcleos de sentido, por categoria) 237

SIGLAS

A2:	Segunda Seção (Aeronáutica)
AAE/UnB:	Assessoria para Assuntos Especiais (depois ASI/UnB)
ADESG-RS:	Departamento Regional do RS da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADESG:	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADIPES:	Associação dos Diplomados do IPÊS
ADR:	Ação Democrática Renovadora
ADUNESP:	Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
AERP:	Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (1968-73)
AESI:	Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI-5:	Ato Institucional nº 5
ALN:	Ação Libertadora Nacional
AMAN:	Academia Militar das Agulhas Negras
ANDES:	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANMR:	Associação Nacional dos Médicos Residentes
ANPEd:	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AP:	Ação Popular
APESUL:	Associação Profissional dos Professores do Ensino Superior
APML do B:	Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil
APUFPR:	Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná
APUSM:	Associação dos Professores Universitários de Santa Maria
ARENA:	Aliança Nacional Renovadora

ARJ/SNI:	Agência do SNI no Rio de Janeiro
ARP:	Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República (1974-1978)
ASI:	Assessoria de Segurança e Informações
BID:	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM:	Brigada Militar (PM/RS)
BNM:	Brasil Nunca Mais
CA:	Centro Acadêmico
CAEPE:	Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (ESG)
CAFDR:	Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da Faculdade de Filosofia da UFRGS
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC:	Comando de Caça aos Comunistas
CDN:	Conselho de Defesa Nacional
CEFET-PR:	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEFET-RJ:	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (RJ)
CEIS:	Comissão Especial de Investigação Sumária
CEMCFA:	Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (ESG)
CENIMAR:	Centro de Informações da Marinha
CEP:	Centro de Estudos do Pessoal (Exército)
CEUC:	Casa do Estudante Universitário de Curitiba
CEUE:	Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (UFRGS)
CFE:	Conselho Federal de Educação
CGI:	Comissão Geral de Investigações
CI/DPF:	Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal
CI/SSP/PE:	Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco
CIE:	Centro de Informações do Exército

CIEE-RJ:	Centro de Integração Empresa-Escola do Rio de Janeiro
CIM:	Centro de Informações da Marinha
CISA:	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CISEx:	Comissão de Investigação Sumária do Exército
CISMEC:	Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura
CNG:	Comando Nacional de Greve
CNMC:	Comissão Nacional de Moral e Civismo
COLINA:	Comando de Libertação Nacional
COMAR:	Comando Aéreo Regional
CONDEPE:	Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco
COPELMI:	Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais
COSUPI:	Comissão Supervisora do Plano dos Institutos
CPNq:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPOR:	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CRUB:	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUSP:	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
CSG:	Curso Superior de Guerra (ESG)
CSN:	Conselho de Segurança Nacional
DA:	Diretório Acadêmico
DAECA:	Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS
DASP:	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCE:	Diretório Central dos Estudantes
DEIC/SP:	Departamento Estadual de Investigações Criminais - SP
DEOPS/SP:	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DGIE/RJ:	Departamento Geral de Investigações Especiais (RJ)
DI-GB:	Dissidência da Guanabara
DI-SP (ou DISP):	Dissidência de São Paulo

DIP:	Departamento de Imprensa e Propaganda
DL-477:	Decreto-lei nº 477, de 26/fev/1969
DL-869:	Decreto-lei nº 869, de 12/set/1969
DNE:	Diretório Nacional dos Estudantes
DNI:	Departamento Nacional de Informações
DNOCS:	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOI/CODI:	Destacamento de Operações de Informações / Centro de Operações de Defesa Interna.
DOPS:	Departamento/Delegacia de Ordem Política e Social
DOPS/GB:	Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara
DOPS/PE	Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco
DOPS/PR:	Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná
DOPS/RJ:	Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro
DOPSE/AL:	Delegacia de Ordem Política Social e Econômica do Estado de Alagoas
DOU:	Diário Oficial da União
DPF:	Departamento de Polícia Federal
DPPS:	Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro
DR:	Delegacia Regional (do MEC)
DSI:	Divisão de Segurança e Informações
DSIF:	Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Fazenda
DSN:	Doutrina de Segurança Nacional
E2:	Segunda Seção (Exército)
ECEME:	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECT:	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMFA:	Estado Maior das Forças Armadas
EMFA/ESG/DE:	Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos.
EPB:	Estudos de Problemas Brasileiros

ESALQ:	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
ESG:	Escola Superior de Guerra
EsNI:	Escola Nacional de Informações
FASUBRA:	Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras
FEB:	Força Expedicionária Brasileira
FEE:	Fundação de Economia e Estatística
FFLCH/USP:	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FGV:	Fundação Getúlio Vargas
FMI:	Fundo Monetário Internacional
FUB:	Fundação Universidade de Brasília
FUEL:	Fundação Universidade Estadual de Londrina (PR)
FUNDINOR:	Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste
FURG:	Fundação Universidade de Rio Grande (RS)
IBAD:	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IES:	Instituição de Educação Superior
IFEP:	Instituto de Formação e Estudos Políticos
IML:	Instituto Médico Legal
INFAO:	Informação
INFE:	Informe
IPÊS [ou IPES]:	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPESUL:	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul
IPM:	Inquérito Policial-Militar
ISEB:	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITA:	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
JUC:	Juventude Universitária Católica
LSN:	Lei de Segurança Nacional
LUCE:	<i>L'Unione Cinematografica Educativa</i>

MA:	Ministério da Agricultura
MAC:	Movimento Anticomunista
MCI:	Movimento Comunista Internacional
MDB:	Movimento Democrático Brasileiro
MEC:	Ministério da Educação e Cultura
MEL:	Movimento Estudantil Livre
MINIPLAN:	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
MINTER:	Ministério do Interior
MJ:	Ministério da Justiça
MOLIPO:	Movimento de Libertação Popular
MR-8:	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MRE:	Ministério das Relações Exteriores
N-SISA:	Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica
N2:	Segunda Seção (Marinha)
NO-DO:	<i>Noticiarios y Documentales</i>
OAB:	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN:	Operação Bandeirante
OEA:	Organização dos Estados Americanos
ONU:	Organização das Nações Unidas
PB:	Pedido de busca
PC:	Partido Comunista
PCB:	Partido Comunista Brasileiro
PCBR:	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PE:	Polícia do Exército
PM:	Polícia Militar
PMDB:	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC:	Partido Operário Comunista

POLOP:	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PRP:	Partido de Representação Popular
PTB:	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Campinas:	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-RJ:	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP:	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCPR:	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUCRS:	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
QG:	Quartel General
RFFSA:	Rede Ferroviária Federal S/A
RM:	Região Militar
RU:	Restaurante Universitário
RVPSC:	Departamento de Segurança da Rede de Viação Paraná Santa Catarina
SAVAG:	S/A Viação Aérea Gaúcha
SEDH:	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEDH/CEMDP:	Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
SFICI:	Serviço Federal de Informação e Contra-Informação
SI/DO/DPF:	Serviço de Informações da Divisão de Operações do Departamento de Polícia Federal
SISA:	Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica
SISNI:	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN:	Sistema de Segurança Interna no País
SNI:	Serviço Nacional de Informações
SNI/ABE:	Agência Regional do SNI em Belém/PA
SNI/ABH:	Agência Regional do SNI em Belo Horizonte/MG
SNI/ABSB:	Agência Regional do SNI em Brasília/DF
SNI/AC:	Agência Central do SNI

SNI/ACG:	Agência Regional do SNI em Campo Grande/MS
SNI/ACT:	Agência Regional do SNI em Curitiba/PR
SNI/AFZ:	Agência Regional do SNI em Fortaleza/CE
SNI/AGO:	Agência Regional do SNI em Goiânia/GO
SNI/AMA:	Agência Regional do SNI em Manaus/AM
SNI/APA:	Agência Regional do SNI em Porto Alegre/RS
SNI/ARE:	Agência Regional do SNI em Recife/PE
SNI/ARJ:	Agência Regional do SNI no Rio de Janeiro/RJ
SNI/ASP:	Agência Regional do SNI em São Paulo/SP
SNI/ASV:	Agência Regional do SNI em Salvador/BA
SNI/NAGO:	Núcleo de Agência de Goiânia - Agência Regional do SNI
SSP:	Secretaria Estadual de Segurança Pública
SUDAM:	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO:	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE:	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL:	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
UCP:	Universidade Católica de Petrópolis
UEE:	União Estadual de Estudantes
UEG:	Universidade do Estado da Guanabara
UEL:	(Fundação) Universidade Estadual de Londrina
UERJ:	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL:	Universidade Federal de Alagoas
UFBA:	Universidade Federal da Bahia
UFCE:	Universidade Federal do Ceará
UFF:	Universidade Federal Fluminense
UFMA:	Universidade Federal do Maranhão
UFMG:	Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA:	Universidade Federal do Pará
UFPB:	Universidade Federal da Paraíba
UFPE:	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR:	Universidade Federal do Paraná
UFRGS:	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ:	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN:	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE:	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ:	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC:	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar:	Universidade Federal de São Carlos
UFSM:	Universidade Federal de Santa Maria
UMG:	Universidade de Minas Gerais
UnB:	Universidade de Brasília
UNE:	União Nacional dos Estudantes
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP:	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP:	Universidade Estadual de Campinas
UNICAP:	Universidade Católica de Pernambuco
UNIFEI:	Universidade Federal de Itajubá
UNIFOR:	Universidade de Fortaleza
UNISINOS:	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UPE:	União Paranaense de Estudantes
URGS:	Universidade do Rio Grande do Sul
USAID:	<i>United States Agency for International Development</i>
USP:	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares:	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR:

Vanguarda Popular Revolucionária

ACERVOS CONSULTADOS

AHPAMV/ACP:	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Acervo Correio do Povo. Porto Alegre/RS.
AHRS/ATD:	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo Tarso Dutra. Porto Alegre/RS.
ALAPA/DOPSE:	Arquivo Público de Alagoas. Fundo Delegacia de Ordem Política Social e Econômica. Disponível no site <i>Memórias Reveladas</i> : < www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br >.
AN-RJ/AN:	Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. Rio de Janeiro/RJ.
AN-RJ/IPES:	Arquivo Nacional. Fundo IPES. Rio de Janeiro/RJ.
AN/PZ/CineAN:	Arquivo Nacional. Portal Zappiens. Acervo Cinejornais Agência Nacional. Disponível em: < http://www.zappiens.br >.
AN/SNI:	Arquivo Nacional. Coordenação Regional no Distrito Federal. Fundo Serviço Nacional de Informações. Brasília/DF.
APEJE/DOPS:	Arquivo Público Estadual João Emerenciano. Fundo Delegacia de Ordem Política e Social. Recife/PE.
APERJ/DOPS:	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social. Rio de Janeiro/RJ.
APESP/DCS:	Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo Departamento de Comunicação Social. Disponível em < www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/ >.
APPR/DOPS:	Arquivo Público do Paraná. Fundo Delegacia de Ordem Política e Social. Curitiba/PR.
BIBLIEX/BFD/ADN:	Biblioteca do Exército. Biblioteca Franklin Dória. Acervo A Defesa Nacional. Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro.
BNM/AM:	Centro de Referência Virtual Brasil Nunca Mais. Armazém da Memória. Disponível em: < http://www.armazemmemoria.com.br/ >.
BPP/GExp:	Biblioteca da Presidência da República. Galeria de Ex-Presidentes. Disponível em: < http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ >.

- BR MGAPM,XX DMG: Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. Portal Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985). Disponível em: <www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>.
- BR-AN-BSB-AA1: Arquivo Nacional. Coordenação Regional no Distrito Federal. Fundo Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília. Brasília/DF.
- BR-AN-BSB-V8-ABH: Arquivo Nacional. Coordenação Regional no Distrito Federal. Fundo Serviço Nacional de Informações, Agência Belo Horizonte. Brasília/DF.
- BR-AN-BSB-VAZ: Arquivo Nacional. Coordenação Regional no Distrito Federal. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Brasília/DF.
- BR-AN-BSB-ZD: Arquivo Nacional. Coordenação Regional no Distrito Federal. Fundo Departamento de Polícia Federal. Brasília/DF.
- BR-AN-BSB-AT4: Arquivo Nacional. Coordenação Regional no Distrito Federal. Fundo Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília/DF.
- CBr/BCC/Tupi: Cinemateca Brasileira. Banco de Conteúdos Culturais. Fundo TV Tupi. Disponível em: <<http://www.bcc.gov.br>>.
- DELFOF/AIB-PRP: Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Acervo Documentos Ação Integralista Brasileira - Partido de Representação Popular. Porto Alegre/RS.
- GN/JB: Google News, fundo Jornal do Brasil. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers>>.
- LaSalle/MAH/ELLS: Centro Universitário La Salle. Museu e Arquivo Histórico La Salle. Coleção Edson Luis de Lima Souto. Canoas/RS.
- PUCRS/BC: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Biblioteca Central Irmão José Otão. Porto Alegre/RS.
- PUCRS/BC/AH/SD: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Biblioteca Central Irmão José Otão. Acervo Histórico. Seção Periódicos. Fundo Segurança e Desenvolvimento – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Porto Alegre/RS.
- UCS/CEDOC/LTM: Universidade de Caxias do Sul. Centro de Documentação. Fundo Laudelino Teixeira Medeiros. Caxias do Sul/RS.
- UFPR/BCHE: Universidade Federal do Paraná. Acervo Biblioteca de Ciências Humanas e Educação. Curitiba/PR.

UFRGS/MU/CEUE: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Museu Universitário. Acervo CEUE. Porto Alegre/RS.

UFRGS/NPH/IFCH: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Núcleo de Pesquisa Histórica. Fundo História do IFCH. Porto Alegre/RS.

UFRJ/FCC/BPC/EPB: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura. Biblioteca Pedro Calmon. Acervo Estudos de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro/RJ.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	33
1. VIGILÂNCIA.....	52
1.1 – Introdução.....	52
1.2 – Os vigiados.....	53
1.2.1 – Indivíduos.....	54
1.2.2 – Grupos e vínculos.....	54
1.2.3 – O estigma do cassado.....	55
1.2.4 – Órgãos de representação estudantil.....	58
1.2.5 – Sindicatos e associações.....	62
1.2.6 – Manifestações públicas.....	66
1.2.7 – Ensino, pesquisa e extensão.....	68
1.2.8 – Moradias estudantis.....	71
1.2.9 – Lideranças e “inocentes úteis”.....	72
1.3 – Estrutura de vigilância.....	74
1.3.1 – SNI.....	76
<i>1.3.1.1 – A EsNI e a formação de agentes de vigilância.....</i>	<i>80</i>
1.3.2 – As polícias civis.....	81
1.3.3 – Os órgãos militares de vigilância.....	86
1.3.4 – OBAN e DOI/CODI.....	89
1.3.5 – MEC.....	92
<i>1.3.5.1 – As assessorias de segurança e informações.....</i>	<i>93</i>
<i>1.3.5.2 – A Divisão de Segurança e Informações do MEC.....</i>	<i>98</i>
<i>1.3.5.3 – A Comissão de Investigação Sumária do MEC.....</i>	<i>100</i>
<i>1.2.5.4 – Colaborações voluntárias e cooptadas.....</i>	<i>101</i>
1.4 – Métodos de vigilância.....	104
1.4.1 – Leitura.....	105

1.4.1.1 – Infiltração de agentes.....	105
1.4.1.2 – Apoio de colaboradores externos.....	108
1.4.1.3 – “Batidas” e “depoimentos”.....	109
1.4.1.4 – Imprensa e correio.....	110
1.4.2 – Escrita.....	112
1.4.2.1 – Pedidos de busca.....	113
1.4.2.2 – Informes e informações.....	113
1.4.2.3 – Prontuários e fichas.....	114
1.4.2.4 – Avisos.....	116
1.4.2.5 – Apreciações.....	116
1.4.2.6 – Ofícios.....	117
1.4.2.7 – Padrões de comportamento.....	117
1.4.2.8 – Difusão.....	119
1.4.2.9 – Atestados ideológicos.....	120
1.4.2.10 – Aspectos comuns e especificidades.....	121
1.4.3 – Estratégias.....	122
1.5 – Funções de controle social.....	123
1.5.1 – Funções diretas e indiretas.....	124
2. REPRESSÃO.....	130
2.1 – Introdução.....	130
2.1.1 – Repressão e punição.....	131
2.1.2 – Recompensa.....	134
2.2 - Os alvos e a dinâmica da repressão.....	136
2.2.1 – Segmentos do campo da educação superior.....	136
2.2.2 – Múltiplas ações repressivas.....	137
2.2.3 – Dinâmicas e espaços de repressão.....	139
2.2.4 – Instituições públicas e privadas.....	141
2.2.5 – Família e entorno social.....	142
2.2.6 – Subversão.....	145
2.3 - Estrutura repressiva.....	147
2.3.1 – A “ação-resposta” ao “processo subversivo”.....	147
2.3.1.1 – “Medidas preventivas”.....	150
2.3.1.2 – “Medidas repressivas”.....	151

2.3.1.3 – “Medidas operativas”.....	152
2.3.2 – Polícias	153
2.3.3 – Órgãos militares.....	155
2.3.4 – OBAN e DOI/CODI.....	157
2.3.5 – Grupos paramilitares.....	158
2.3.6 – MEC.....	159
2.4 – Métodos repressivos.....	163
2.4.1 – Expurgo.....	166
2.4.2 – Cassação de direitos políticos.....	167
2.4.3 – Estigmatização.....	167
2.4.4 – Prisão	169
2.4.5 – Sequestro.....	172
2.4.6 – Banimento.....	173
2.4.7 – Tortura.....	174
2.4.8 – Tortura seguida de morte.....	174
2.4.9 – Assassinato.....	175
2.4.10 – Assassinato dissimulado.....	177
2.4.11 – Suicídio induzido.....	178
2.4.12 – Suicídio simulado.....	178
2.4.13 – Caixaão lacrado.....	179
2.4.14 – Ocultação de cadáver	180
2.4.15 – Desaparecimento.....	181
2.4.16 – O lado oculto da repressão.....	182
2.5 – Funções de controle social.....	183
3. PROPAGANDA.....	187
3.1 – Introdução.....	187
3.1.1 – Comunicação de massa.....	189
3.1.2 – Propaganda.....	190
3.1.3 – A propaganda como “arma psicológica”.....	193
3.2 – Estrutura de propaganda.....	196
3.2.1 – Ação difusa.....	197
3.2.2 – Ação específica.....	201
3.2.2.1 – Doação de publicações a bibliotecas universitárias.....	202

3.2.2.2 – <i>Revistas militares</i>	207
3.2.2.3 – <i>Grupos estudantis pró-regime e “contrapropaganda”</i>	209
3.2.3 – A Agência Nacional.....	213
3.3 – Boletins diários à imprensa.....	214
3.3.1 – Construção da imagem do inimigo.....	219
3.3.2 – Construção da imagem do regime.....	222
3.3.3 – Amedrontamento.....	225
3.3.4 – Difusão de modelos comportamentais.....	228
3.3.5 – Ação informativa.....	229
3.4 – Cinejornais.....	230
3.4.1 – Governo e educação superior	238
3.4.1.1 – <i>Participação de membros do governo em eventos acadêmicos</i>	238
3.4.1.2 – <i>Doutor Honoris Causa</i>	239
3.4.1.3 – <i>Visita de membro do governo a IES</i>	242
3.4.2 – Desenvolvimento e educação superior	243
3.4.2.1 – <i>Investimento em educação superior</i>	243
3.4.2.2 – <i>Atividades de ensino, pesquisa e extensão</i>	245
3.4.2.3 – <i>Projeto Rondon</i>	248
3.4.2.4 – <i>Cooperação entre governo e dirigentes universitários na busca de solução para problemas da educação superior</i>	248
3.4.2.5 – <i>Problema dos excedentes</i>	250
3.5 – Funções de controle social.....	251
4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS.....	253
4.1 – Introdução.....	253
4.2 – ESG.....	255
4.2.1 – Vínculos com o campo da educação superior.....	257
4.2.2 – Doutrina de Segurança Nacional.....	264
4.2.2.1 – <i>Educação</i>	270
4.2.2.2 – <i>Subversão</i>	273
4.3 – ADESG.....	276
4.3.1 – Cursos e ciclos de estudos.....	281
4.3.2 – Outros órgãos de difusão ideológica.....	291
4.4 – Educação moral e cívica.....	294

4.4.1 – EPB: graduação	299
4.4.2 – EPB: pós-graduação.....	307
4.4.3 – O que é subversão?.....	311
4.5 – Funções de controle social.....	315
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	318
REFERÊNCIAS.....	327
APÊNDICES.....	366
A – Estruturas de vigilância e repressão.....	367
B – Agência Nacional - boletins diários à imprensa.....	368
C – Agência Nacional - cinejornais.....	375

INTRODUÇÃO

*Os últimos acontecimentos mostram-nos, sem reboços, o caráter das propensões políticas que animam as elites dirigentes de nossas classes dominantes. Para elas, a democracia reduz-se a uma questão semântica. É **democrata** quem sabe tomar o poder e dispõe, em consequência, de meios para proclamar-se e impor-se como tal. A democracia autêntica prescinde dessa linguagem e do aparato que a sustenta.*

Florestan Fernandes
(discurso de paraninfo da turma de 1964
da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da USP,
pronunciado em 23 de março de 1965)¹

Em 4 de janeiro de 2001, poucos meses antes de falecer, Milton Santos concedeu a Sílvio Tendler uma entrevista, a qual deu origem ao documentário *Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá*.² O filme aborda, a partir da perspectiva do geógrafo baiano, diversos aspectos do mundo atual. Em um determinado momento, Milton Santos questionava os abusos feitos em nome da democracia. A essa crítica, Tendler adicionou a de Saramago, que surgia afirmando que “a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada”, porque “as grandes decisões são tomadas numa outra esfera, e todos sabemos qual é – as grandes organizações financeiras internacionais”, sendo que “nenhum desses organismos é democrático”. E questionava-se: “como é que podemos continuar a falar de democracia se aqueles que efetivamente governam

¹ Reproduzido em: A Revolução Brasileira e os intelectuais. In: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais). p. 164-177.

² *ENCONTRO com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá*. Direção: Sílvio Tendler. Roteiro: André Alvarenga, Claudio Bojunga, Ecatherina Brasileiro, Miguel Lindbergh, Sílvio Tendler. Produção: Sílvio Tendler e Ana Rosa Tendler. Brasil: Caliban, 2006. 89 min.

INTRODUÇÃO

o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo?”. Com a montagem de Tandler, a pergunta de Saramago, embora retórica, é de certo modo respondida por Milton Santos: “A gente esvaziou a palavra *democracia* de conteúdo. A gente continua falando na democracia sem saber muito bem do que está falando”.

Essas recentes críticas de Milton Santos e José Saramago aos abusos feitos em nome da democracia na atualidade possuem notável afinidade com as palavras de Florestan Fernandes citadas na epígrafe. Hoje, passados cinquenta anos do golpe de 1964, muita coisa mudou no Brasil e no mundo, mas *democracia* continua sendo um termo associado a ideias muito diversas e, não raro, antagônicas. Uma palavra forte, eventualmente mobilizada de modo no mínimo questionável, como no caso da ditadura militar e sua alegada “Revolução Democrática”. Contribuir com esse debate – que, embora antigo, não poderia ser mais atual – é minha meta maior com esta tese.

*

É possível tratar, em um mesmo estudo, de *relações sociais* aparentemente tão díspares quanto propaganda e repressão, vigilância e formação de intelectuais? O que pretendo demonstrar nas próximas páginas é não apenas a viabilidade de tal abordagem, mas sobretudo a *profunda imbricação* daquelas formas de relação social, de modo relativamente estável ao longo de um certo período, constituindo parte importante de algo que, *para fins analíticos*, penso que possa ser chamado de *sistema de controle social*, em acordo com o sentido atribuído a essa expressão por Stanley Cohen e Andrew Scull.³

Não se deve supor que se trate de um vínculo necessariamente intencional. O que permite falar em *sistema* de controle é a relativa constância com que tais mecanismos exerceram certas funções e auxiliaram-se mutuamente (às vezes intencionalmente, em outras não) em ações cujo *resultado*, a despeito de interesses, planos, vontades, confluía no sentido da manutenção de uma ordem social e de um regime político específicos.

É evidente que nenhum sistema de controle social logrou até hoje um controle *total*. Nem mesmo nas situações mais extremas, vividas nos regimes totalitários. Segrillo dá um

³ COHEN, Stanley; SCULL, Andrew. Introduction: Social Control in History and Sociology. In: COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (ed.). *Social Control and the State: historical and comparative essays*. Oxford: M. Robertson, 1983. p. 1-14. p. 7.

INTRODUÇÃO

bom exemplo, ao mencionar como a família constituía em muitos casos um reduto diante dos mecanismos de controle soviéticos, permitindo, por exemplo, o debate de temas polêmicos ou a leitura de obras estigmatizadas pelo regime.⁴

Tendo essas ressalvas em vista, a expressão *controle social* é entendida e utilizada aqui conforme a acepção proposta por Cohen: como “os meios organizados através dos quais uma sociedade responde a comportamentos e pessoas vistos de algum modo como desviantes, problemáticos, preocupantes, ameaçadores, incômodos ou indesejáveis”.⁵

Os primeiros usos da expressão foram comumente atribuídos aos trabalhos de Edward Ross na virada do século 19 para o 20.⁶ Mathieu Deflem delineou a história do conceito, definindo o decisivo papel de renovação proporcionado pelos pesquisadores vinculados aos chamados *revisionist studies of social control*, como Gareth Stedman Jones, Michael Ignatieff, David Rothman e o próprio Cohen. Posteriormente, os trabalhos de David Garland também se tornariam referência frequente nos estudos de controle social.⁷ No Brasil, entre historiadores, a noção de controle social é mais frequente, como seria de se esperar, entre aqueles vinculados ao vasto e heterogêneo campo da história social, adquirindo centralidade sobretudo em estudos sobre o cotidiano dos trabalhadores, as polícias, o crime, a justiça e temas correlatos.⁸

⁴ SEGRILLO, Angelo. URSS: coerção e consenso no estilo soviético. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. v. I - Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 133-134.

⁵ Original: “*This is a book about social control, that is, the organized ways in which society responds to behaviour and people it regards as deviant, problematic, worrying, threatening, troublesome or undesirable in some way or another*”. COHEN, Stanley. *Visions of social control: crime, punishment and classification*. Cambridge, UK; Malden, USA: Polity Press, 2007 [1985]. p. 1.

⁶ Cf., por exemplo: ROSS, Edward Alsworth. Social control. *The American Journal of Sociology*, v. 1, n. 5, mar. 1896, p. 513-535.

⁷ DEFLEM, Mathieu. The concept of social control: theories and applications. International Conference on Charities as Instruments of Social Control in Nineteenth-Century Britain, Université de Haute Bretagne (Rennes 2), Rennes, France, Nov. 2007. Disponível em: <www.mathieudeflem.net>. Acesso em: 10 dez. 2012; COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (ed.). *Social Control and the State: historical and comparative essays*. Oxford: M. Robertson, 1983; GARLAND, David. *Punishment and modern society: a study in social theory*. Chicago: Oxford University Press, 1993; GARLAND, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

⁸ Cf., a título de exemplo: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas/SP: EdUNICAMP, 2001; CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia na Era Vargas. 2. ed. Brasília: Ed.UnB, 1994. Para uma reflexão sobre os usos do conceito, no Brasil, nos campos da História e das Ciências Sociais, cf.: ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.

INTRODUÇÃO

*

O objeto de estudo nesta tese é a ação, sobre o campo da educação superior, do sistema de controle social que vigorou no Brasil entre 1964 e 1988.

O uso da expressão “educação superior” indica a intenção de tratar do controle de atividades e agentes de *ensino, pesquisa e extensão*. No Brasil, concepções de educação superior baseadas na percepção de forte imbricação entre esses três segmentos remontam no mínimo à década de 1930, sendo claramente identificáveis, por exemplo, no Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 11/abr/1931) e no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).⁹ Desde então até hoje, passando pela consolidação do princípio de indissociabilidade na Constituição de 1988 (Art. 207), a relação entre as três áreas foi motivo para muitas polêmicas e disputas. A par disso, houve uma certa continuidade na percepção de que tais setores deveriam estar em alguma medida vinculados. Os entendimentos acerca de quais deveriam ser suas funções é que variaram bastante, bem como as políticas educacionais adotadas com base nessas perspectivas muitas vezes divergentes. Em termos bastante genéricos, é possível falar em um predomínio de uma visão educacional emancipadora entre fins dos anos 1950 e o início da década de 1960, dela sendo emblemático o projeto original da UnB. Após o golpe, contudo, os portadores desse projeto foram alvo de intensa repressão e um novo paradigma educacional foi imposto, aquele que Saviani chamou de “concepção produtivista de educação”.¹⁰

Junto a isso, foi decisivo para a definição do escopo desta tese o entendimento de que, para o sistema de controle social configurado após 1964, ensino, pesquisa e extensão constituíam um único alvo.

⁹ No *Manifesto* afirmava-se: “A educação superior ou universitária (...) deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes”. AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. (Educadores). p. 55-56. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em 4/ago/2014.

¹⁰ SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil – v. III: Século XX*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p. 37. Cf. também: PAOLI, Niuvenius J. *Ideologia e hegemonia: as condições de produção da educação*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1981. (Educação Contemporânea).

INTRODUÇÃO

Não utilizo o termo *campo* na acepção proposta por Bourdieu, embora aquela noção sirva aqui, em certa medida, como fonte de inspiração. Nos trabalhos de Bourdieu, *campo* está profundamente imbricado com outros conceitos e noções por ele mobilizados, como *capital* e *habitus*, os quais me parecem em boa medida incompatíveis com alguns dos principais referenciais teóricos aqui utilizados. Assim, e inspirado justamente no exemplo do próprio Bourdieu, aproprio-me exclusivamente daquilo que me parece essencial em sua noção de campo – a referência a um espaço social com características e dinâmicas próprias – para utilizar o termo nesta tese com tal acepção.¹¹

A escolha do recorte temático deveu-se em primeiro lugar a um fator de ordem pragmática: eu já estudara um tema relacionado com o controle da educação superior durante a ditadura militar – os expurgos de professores da UFRGS ocorridos em 1964 e 1969 – quando fizera a graduação em História, na UFRGS, e o mestrado, também em História, na PUCRS.¹² O segundo motivo para a escolha do tema desta tese foi o questionamento, surgido durante a realização daquelas pesquisas, a respeito do que era especificidade daquela universidade e do que era comum ao controle das demais instituições de educação superior no país. Durante a realização da dissertação, ao buscar respostas para tal questão, percebi que havia peculiaridades em determinadas universidades – como, no caso da UFRGS, a composição da Comissão Especial de Investigação Sumária em 1964, caso ímpar em todo o país, até onde se sabe¹³ – mas que também havia um padrão de controle, que alterava-se

¹¹ Afrânio Catani observou que, “em vários escritos em que explicita sua obra e seu método de trabalho, bem como em estudos sobre domínios específicos, Bourdieu sempre advertiu e mostrou que a noção de **campo**, definida em conformidade com a realização de um estudo empírico concreto, necessita ser compreendida em sua interdependência, ou seja em relação a outra(s) noção(ões) – por exemplo, as noções de campo, *habitus* e capital não podem ser definidas isoladamente, mas apenas no interior de um sistema teórico que constituem”. CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan/mar. 2011. p. 191. Para uma definição da noção de campo pelo próprio Bourdieu, cf., dentre vários exemplos possíveis: BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 17-58.

¹² MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos da UFRGS: Afastamentos arbitrários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1980): os casos porto-alegrenses*. Monografia – Licenciatura em História. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006; MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

¹³ Id. A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964). *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.38, n. 1, p. 100-118, jan./jun. 2012.

INTRODUÇÃO

conforme o regime ia se transformando. Obviamente não era viável aprofundar tais questões na dissertação, já que esse não era o objetivo daquele trabalho; guardei, assim, tais questionamentos para estudos posteriores. Junto a isso, durante a pesquisa de mestrado surgiram alguns indicativos de que o controle da educação superior no Brasil também tivera suas peculiaridades, em relação ao ocorrido com outros segmentos sociais durante aquela ditadura. Tudo isso levou-me a considerar, um ano depois de defendida a dissertação, a possibilidade de estudar tal tema no doutorado. O principal objetivo desta tese é, conseqüentemente, compreender as especificidades do controle do campo da educação superior no Brasil entre 1964 e 1988.

O recorte temporal seguiu em linhas gerais a proposta de Renato Lemos, considerando nesse sentido, como marco final, a mudança de *regime político* consolidada com a promulgação da atual Constituição, a par das inovações promovidas após 1985, combinadas com permanências de modo a garantir o sucesso do projeto de transição iniciado em 1974.¹⁴

Elegi para análise quatro dos principais modos de controle social aplicados sobre aquele campo. Dois deles – *vigilância* e *repressão* – vinculavam-se mais diretamente com o controle via coerção. Sobre eles tratarei nos capítulos 1 e 2. Os outros modos de controle abordados nesta tese – *propaganda* e *formação de intelectuais* – funcionavam predominantemente através da formação de consensos favoráveis, e serão analisados nos capítulos 3 e 4.

Além desses quatro modos de controle, outros também foram utilizados sobre o campo da educação superior, como os mecanismos de recompensa e a censura, que serão comentados respectivamente nos capítulos 2 e 3, ou os de cunho econômico – implementados através de desvalorizações salariais, por exemplo. Mas foi através das ações de vigilância, repressão, propaganda e formação de intelectuais que, a meu ver, o controle da educação superior teve suas maiores especificidades.

*

¹⁴ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o marxismo*, v. 2, n. 2, 2014. p. 111-138; proposta semelhante foi apresentada por: CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, Curitiba, nov/2005. Sobre permanências de elementos da ditadura após 1988, cf.: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

INTRODUÇÃO

Há uma ampla bibliografia relacionada com os debates em torno da definição do golpe de 1964 e do regime por ele instaurado.¹⁵ Em meus primeiros trabalhos sobre o regime de 1964, ainda durante a graduação e, posteriormente, também no mestrado, optei por adotar as noções de “golpe civil-militar” e “ditadura civil-militar”, considerando que, como propunham alguns autores, isso seria importante para destacar a colaboração ativa de elementos civis naqueles processos. Contudo, já ao final do mestrado e, sobretudo, durante o doutorado, tais conceitos começaram a parecer insuficientes, excessivamente vagos. Enquanto o termo “militar” assinala claramente o vínculo a uma determinada instituição, o termo “civil”, em contrapartida, contribui pouco com a definição dos demais atores daqueles processos e obscurece certos aspectos centrais daquele regime, como a liderança militar e os intentos de militarização da sociedade.

Independentemente de polêmicas em torno a termos e expressões, creio que o essencial aqui seja ter em conta o que já se sabe há décadas: o golpe foi o resultado (em parte planejado, em parte fruto da dinâmica dos acontecimentos no mês de março de 1964) de um amplo *movimento* (adotando assim a proposta de Dreifuss¹⁶) iniciado anos antes de 1964 e promovido por quatro agentes principais: militares, políticos, empresários e grande imprensa.

Em relação ao regime político implantado por tal golpe, penso hoje que a clássica expressão “ditadura militar”, no sentido utilizado por autores como Florestan Fernandes, seja

¹⁵ Como visão panorâmica da multiplicidade de perspectivas, cf.: DELGADO, Lucília Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Niterói (RJ), v.14, n.28, p.125-145, jan-jun 2010; FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008; Id. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2006; MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n° 55, p. 245-263, 2008; MELO, Demian. A miséria da historiografia. *Outubro*, São Paulo, n.14, p.111-130, 2006; Id. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, M. Cândido Rondon (PR), v.27, p.39-53, 2012; NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014; REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; SILVA, Juremir Machado da. *1964: Golpe Midiático-Civil-Militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014; SOARES, Gláucio; D’ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994; TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014; TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997; TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 19, p.27-48, 2004.

¹⁶ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

INTRODUÇÃO

a opção mais interessante.¹⁷ Primeiro, por indicar a quem coube a *liderança* daquele processo, assinalando o *domínio de fato* do segmento castrense ao longo de todo o período, inclusive durante o governo Sarney. Segundo, por indicar uma das principais características daquele regime: as tentativas de *militarização* de diversos segmentos sociais (dentre eles a educação superior) considerados fundamentais para a manutenção daquele projeto político. Refiro-me à militarização como definida por Suzeley Mathias: não apenas no sentido da decisiva ocupação de estratégicos cargos e funções civis, mas também como a imposição do *ethos* militar no cotidiano de diversas instituições do Estado e da sociedade civil.¹⁸ A ESG, por exemplo, sugeria explicitamente a adoção de “princípios de guerra”, “com as convenientes adaptações”, por parte dos órgãos governamentais.¹⁹ Evidentemente, esse esforço de militarização não foi aplicado com a mesma intensidade sobre todos os segmentos sociais, nem foi total em nenhum deles, a par de ter alcançado seus objetivos principais. De qualquer maneira, os conflitos, arranjos e disputas gerados por essa ambição de militarizar a sociedade foram responsáveis por alguns dos traços mais marcantes daquele regime.

Nesse sentido, dentre as principais características da ditadura militar, Lemos destaca:

a sua natureza contrarrevolucionária; a sua vinculação prioritária ao grande capital multinacional e associado; a grande autonomia do Estado militarizado em relação aos interesses particulares das frações das classes dominantes, em face dos quais, quando em conflito, exerceu o papel de árbitro; a preeminência, no interior do Executivo hipertrofiado, do aparato repressivo policial-militar e a pretensão a uma legitimidade, inicialmente com base no perfil antipopulista e anticomunista e, depois, sem abrir mão desses traços, em um projeto modernizante-conservador tendente a um regime democrático restrito.²⁰

Alguns desses pontos assinalam a necessidade de se levar em conta a situação do país em relação ao contexto político e econômico internacional naquele período. É preciso

¹⁷ Cf., a título de exemplo: FERNANDES, Florestan. Crise ou continuidade da ditadura? In: *A ditadura em questão*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. p. 16.

¹⁸ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)*. São Paulo: Ed.UNESP, 2004. p. 25-26.

Sobre Estado e sociedade civil, adoto a teoria do Estado ampliado de Gramsci, usando o termo Estado em sentido estrito, como “sociedade política”. Cf.: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 20-21; Id. *Cadernos do cárcere*. V. 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 39.

¹⁹ ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos (EMFA/ESG/DE). *MB-75 – Manual Básico*. Rio de Janeiro: APEX, 1975. p. 101.

²⁰ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Contrarrevolução e ditadura...* op. cit. p. 129.

INTRODUÇÃO

considerar, assim, as fortes influências da polarização motivada pela Guerra Fria e, especialmente, a inflexão nas políticas externas estadunidenses a partir da Revolução Cubana, fatores que, como se sabe, tiveram sua influência sobre a política interna dos estados latino-americanos na segunda metade do século 20.²¹ Junto a isso, é fundamental ter em conta a inserção internacional do Brasil como “economia nacional dependente”, em acordo com o que propunha Florestan Fernandes.²²

Desde a formação tardia em relação à América espanhola até o golpe de 1964, são bastante conhecidas as linhas gerais da história da educação superior no Brasil. Essa historiografia específica inclui temas como: a criação de escolas isoladas ao longo do século 19; a formação das primeiras universidades no início do século 20 a partir da reunião de faculdades já existentes; as divergências e conflitos em torno das políticas educacionais (como no caso da educação pública e privada); o forte crescimento do campo da educação superior no pós-guerra, acompanhando em certa medida as demandas da expansão demográfica, sobretudo nos centros urbanos; a criação do CNPq e da CAPES em 1951 e o crescente investimento em pesquisa; a progressiva mobilização estudantil desde os anos 1930, inclusive com a criação da UNE, e a intensa mobilização dos estudantes, a partir de fins dos anos 1950, em torno a temas como a Reforma Universitária, a paridade representativa, a alfabetização da população pobre e a construção de uma cultura “nacional-popular”; a ruptura promovida pelo golpe de 1964, com a imposição de um novo paradigma educacional e de um forte crescimento do campo em moldes conservadores e autoritários.²³

²¹ É preciso ter em conta que, obviamente, na definição das políticas internas, não há, *a priori*, domínio da influência de fatores externos ou internos, ainda que isso possa ocorrer em certos momentos, em função das relações entre as dinâmicas políticas externa e interna.

Sobre a política externa estadunidense para a América Latina durante a Guerra Fria, cf. a Segunda Parte de: PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed. ampl. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

Sobre as assimetrias de poder entre Estados na “sociedade internacional” e a relação dessas dinâmicas com a política interna dos países, cf.: SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Nova et Vetera; 5).

Especificamente sobre a influência dos EUA na política interna brasileira durante a ditadura, cf.: FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²² FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais). p. 26.

²³ Para uma síntese introdutória, cf.: MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*

INTRODUÇÃO

De fato, à semelhança do Estado Novo, o regime militar promoveu uma *modernização conservadora e autoritária*, através daquilo que Motta definiu como “a arte de fazer mudanças conservando”. Em outras palavras, “os militares apropriaram-se de algumas ideias lançadas por progressistas e reformistas, mas as adaptaram e sobretudo as aplicaram de maneira autocrática e elitista”.²⁴ Especificamente no âmbito da educação superior, esse processo implicou em “racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação”, promovendo ainda “a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos”. Ao mesmo tempo, o regime “combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante – e naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as ASIs para vigiar a comunidade universitária”; e, junto a isso, “censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon”.²⁵

Além de alguns dos trabalhos citados, vários outros analisam os mais diversos aspectos relacionados com o tema do controle da educação superior naquele período, em muitos casos com um enfoque regional, local ou institucional. Dentre os temas abordados, estão: a

– v. III: Século XX. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p. 295-323.

Para uma visão panorâmica um pouco mais detalhada, cf.: CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007; Id. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

Sobre esforços em torno do projeto de construção de uma cultura “nacional-popular”, cf., dentre outros: SOUZA, Miliandre Garcia de. *Do Arena ao CPC: o debate em torno da arte engajada no Brasil (1959-1964)*. 228 f. Dissertação – Mestrado em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR. Curitiba, 2002; Id. “*Ou vocês mudam ou acabam*”: teatro e censura na Ditadura Militar (1964-1985). 420 f. Tese – Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

²⁴ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 12.

²⁵ Ibid. p. 15.

INTRODUÇÃO

repressão²⁶; a Reforma Universitária²⁷; a influência de órgãos e agentes estrangeiros²⁸; a mobilização estudantil²⁹; a “Teoria do Capital Humano” e o referido “paradigma produtivista”³⁰; a educação moral e cívica e os Estudos de Problemas Brasileiros (EPB)³¹; a influência da Escola Superior de Guerra (ESG), da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e de órgãos como o IPÊS³²; as relações entre os setores público e privado³³; dentre outros tantos assuntos.

²⁶ GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993; FÁVERO, Maria de L. de A. *Da Universidade modernizada à Universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991; CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Para um exemplo dos diversos estudos que tratam de casos específicos, cf.: CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos*. 239 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

²⁷ Para uma síntese, cf.: CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: UNESP, 2007.

Para dois exemplos da dinâmica do processo no interior de uma IES, cf.: CUNHA, Janaina Dias. *A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação – Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2009; CELESTE FILHO, Macioniro. *A reforma universitária e a Universidade de São Paulo: década de 1960*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, PUC-SP. São Paulo, 2006.

Cf. também: FERREIRA, May Guimarães. *Conselho Federal de Educação: o coração da reforma*. 334 f. Tese – Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1990; BITTAR, Mariluce. O estado autoritário e a reforma universitária. *Série estudos*, Campo Grande, n. 12, p. 123-133, jul./dez. 2001.

²⁸ SERRANO, José. *Atcon e a universidade brasileira*. Rio de Janeiro: 1974; JACOBS, Camila Campos. *A participação da United States Agency for International Development (USAID) na Reforma Universitária Brasileira na Década de 1960*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2004; NOGUEIRA, Francis. *Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial*. Cascavel, PR: Unioeste, 1999. SANTOS, Éder Fernando dos. *O Ensino Superior Brasileiro e os Acordos MEC-USAID: o Intervencionismo Norte-Americano na Educação Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2005.

²⁹ SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2000; POERNER, Arthur. *O poder jovem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. Campinas: Papyrus, 1987; FÁVERO, Maria de L. de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1995.

³⁰ SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil... op. cit.; ARAPIRACA, José de O. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. (Educação contemporânea: memória da educação).

³¹ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. 222 f. Dissertação – Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006; CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, n. 13, jan/jul. 2012, p. 193-215; LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ*:

INTRODUÇÃO

Há, contudo, uma questão crucial que segue em aberto: a relação entre os diferentes modos de controle aplicados sobre o campo da educação superior. Daí uma das principais justificativas para a realização desta tese. É justamente a análise cuidadosa dessas relações que permite avaliar se é, de fato, possível falar em um *sistema* de controle social no caso da educação superior daquele contexto.

Lançado recentemente, *As universidades e o regime militar*, de Rodrigo Patto Sá Motta, é, salvo engano, o único estudo, além desta tese, a tratar de diversos modos de controle da educação superior durante a ditadura militar com um recorte nacional e abrangendo toda a vigência do regime. O propósito daquele trabalho, seu objeto de estudo e a abordagem por ele adotada, contudo, não são os mesmos que aqueles que nortearam minha pesquisa. Como Motta assinala, o que almejou foi “realizar uma síntese, com o intuito de estabelecer quadro compreensivo/analítico mais amplo”, já que, “em função da abordagem escolhida, seria impossível entrar em detalhes e tratar de todas as peculiaridades regionais e locais”.³⁴ Seu trabalho representa inegável contribuição para a historiografia específica. Alguns elementos do modelo por ele proposto são aqui adotados, bem como diversas informações pontuais. Buscarei desenvolver alguns aspectos pouco explorados pelo autor, de modo a tentar também contribuir com esse campo de estudos.

*

uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil. 444 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013; VIEIRA, Cleber Santos. *Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros: prefácios cívicos e impressos escolares no Brasil republicano*. 287 f. Tese – Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008; SANTOS, Marcelo Gonzaga dos. *Almas integradas: política educacional, Educação Moral e Cívica e formação do cidadão na Ditadura Militar (Brasil-1964/1974)*. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos, 2013; LEMOS, Kaé Stoll Colvero. *A normatização da educação moral e cívica (1961-1993)*. Dissertação – Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

³² SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. 238 f. Tese - Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010; SOUZA, Maria Inez Salgado. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 64*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

³³ MINTO, Lalo Watanabe. *O público e o privado nas reformas do ensino público brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90*. 313 f. Dissertação – Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2005.

³⁴ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 19.

INTRODUÇÃO

Não constitui novidade afirmar que Estado e sociedade civil relacionam-se de modo complexo e dinâmico. Gramsci já criticara as perspectivas que buscam retratar essas relações de modo mecânico, unilateral e estático.³⁵ No Caderno 12, ele definia sua abordagem da questão:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo público, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.³⁶

Ellen Wood, desenvolvendo o tema, delineou a trajetória tortuosa do conceito de “sociedade civil”, indicando como a abordagem de Gramsci diferenciou-se de acepções prévias e atribuiu à expressão um significativo potencial teórico para análise das dinâmicas políticas e sociais do capitalismo. Sua abordagem aponta para a complexidade de “um sistema de dominação de classe em que o poder de classe não apresenta ponto de concentração visível no Estado, mas se difunde pela sociedade e suas práticas culturais”, assinalando assim os riscos de perspectivas que considerem Estado e sociedade civil como elementos dissociados ou mesmo antagonísticos, ou como espaços respectivamente do público e do privado.³⁷ Para Gramsci, ao contrário dessas perspectivas, Estado (“sociedade política”) e sociedade civil constituem um todo (o “Estado” em sentido ampliado), vinculados por uma “relação de unidade-distinção”, ou seja, separáveis apenas para fins analíticos.³⁸

³⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 3... op. cit. p. 46 e ss.

³⁶ Id. *Cadernos do cárcere*. V. 2... op. cit. pp. 20-21.

³⁷ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 205-225.

Para uma discussão da questão no âmbito da educação superior durante a ditadura militar, cf.: MINTO, Lalo Watanabe. *O público e o privado nas reformas do ensino público brasileiro...* op. cit.

³⁸ Bianchi faz uma análise detalhada do tema em: BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008. p. 173-198.

Fundamental nesse sentido é também a proposta de Wood relativa à noção de classe como *processo* e como

INTRODUÇÃO

Em relação a essas e a outras questões, os trabalhos de Julio Aróstegui e Fernando Rosas também oferecem algumas ideias importantes para o trato do objeto de estudo desta tese.³⁹

De Aróstegui, tomo como fundamento para reflexão não apenas sua discussão em torno dos conceitos de controle social, coerção e repressão, mas também duas noções-chave para os fins deste trabalho: *sistema repressivo*, que permite, por analogia, refletir sobre o conceito de sistema de controle social aqui adotado a partir da obra de Cohen; e *ilegitimidade de origem*, que, como veremos ao longo da tese, teve importância central na compreensão dos aspectos simbólicos das medidas de controle analisadas.

Com base especialmente nessa última ideia e a partir das demandas surgidas da análise das fontes, trabalhei com a noção, aqui proposta, de construção de uma *aparência de legitimidade* para aquele regime ilegítimo, um processo de cunho eminentemente ideológico, seguindo a acepção de ideologia proposta por John Thompson.⁴⁰

A lei cumpria um papel fundamental nesse processo. A ambição era caracterizar-se como uma democracia, daí a profusão de instrumentos legais ilegitimamente impostos à sociedade, bem como a manutenção meramente formal das instituições democráticas e da “oposição consentida”.⁴¹ Para refletir sobre esse aspecto, foram úteis algumas ideias de E. P. Thompson, particularmente os comentários sobre as relações entre normas e práticas apresentados em *O domínio da lei*.⁴²

Já na análise de Fernando Rosas sobre a flexibilidade do Estado Novo português como um regime que “soube durar”, encontrei elementos para refletir sobre a mutabilidade e ampla capacidade de adaptar-se também demonstrada pelo regime militar no Brasil, elemento

relação social, que a autora elaborou com base em uma interpretação da noção de classe utilizada por E. P. Thompson em seus trabalhos. WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo...* op. cit. p. 73-98.

³⁹ ARÓSTEGUI, Julio. Coerción, violencia, exclusión: la dictadura de Franco como sistema represivo. In: Id. (coord.). *Franco: la represión como sistema*. Barcelona: Flor de Viento Ediciones, 2012; ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-china, 2013.

⁴⁰ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Para uma visão dos debates em torno do conceito de ideologia e sua notória polissemia, cf. também: KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Trad. Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. UNESP/Boitempo, 1997.

⁴¹ FERNANDES, Florestan. Crise ou continuidade da ditadura?... op. cit. p. 24.

⁴² THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Oficinas da História; 7). p. 348-361.

INTRODUÇÃO

decisivo para compreender o sucesso daquele projeto político. Para Rosas, em acordo com a perspectiva aqui adotada, a chave para compreender a durabilidade dessas ditaduras estaria na distribuição dinâmica entre coerção e consenso.⁴³

Tal proposta, aliás, encontra eco no clássico estudo de Maria Helena Moreira Alves e sua noção de “dialética Estado/oposição”. Para a autora, o sucesso da ditadura militar correspondeu em grande medida à sua capacidade para fazer frente às diferentes demandas surgidas em cada conjuntura, garantindo assim a “institucionalização” do regime. Para ela, a “tensão fundamental entre as necessidades de legitimação do Estado” e a “organização repressiva da produção exigida por seu modelo econômico” geraram uma dinâmica em que a “neutralização de uma forma de oposição” gerava “a ativação de outra”, a qual, por sua vez, dava margem a novas formas de “neutralização”.⁴⁴

*

O conjunto de fontes, amplo e heterogêneo, é composto em sua maioria por documentos textuais, havendo também os de tipo audiovisual (cinejornais). A coleta contemplou trabalho presencial em arquivos de diversos estados, com destaque para os seguintes acervos e fundos:

- Agência Nacional e IPES (Arquivo Nacional/RJ);
- CEUE (Museu Universitário, UFRGS);
- Coleção A Defesa Nacional (Biblioteca Franklin Dória, Palácio Duque de Caxias/RJ);
- Documentos Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular (Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural/PUCRS);
- DOPS/GB, DOPS/RJ e DGIE/RJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro);
- DOPS/PE (Arquivo Público Estadual João Emerenciano/PE);
- DOPS/PR (Arquivo Público do Estado do Paraná);
- EPB (Biblioteca Pedro Calmon, Forum de Ciência e Cultura, UFRJ);
- História do IFCH (Núcleo de Pesquisa Histórica, UFRGS);

⁴³ ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder...* op. cit. p. 17.

⁴⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

INTRODUÇÃO

- Laudelino Teixeira Medeiros (Centro de Documentação, Universidade de Caxias do Sul);
- SNI, ASI/UnB, CISA, DI-DPF, AESI/UFMG, dentre outros (Arquivo Nacional – Coordenação Regional em Brasília);
- Tarso Dutra (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS).

Na UFRGS e no AHRS, aproveitei levantamento feito para a dissertação. Nos demais acervos, foram realizadas pesquisas presenciais entre outubro de 2011 e novembro de 2013. Os acervos de bibliotecas da UFPR, PUCRS e UFRGS também foram de grande valia. Além disso, importantes documentos foram obtidos na internet, com destaque para a ampla base documental oferecida pelo sítio Memórias Reveladas, para o Centro de Referência Virtual Brasil Nunca Mais do sítio Armazém da Memória, para o sítio do Arquivo Público do Estado de São Paulo e para o Portal Zappiens/Arquivo Nacional.

O método adotado foi decorrente, como não poderia deixar de ser, das especificidades das fontes, apoiando-se fundamentalmente na análise crítica e comparativa dos documentos e pautando-se pelo *princípio da totalidade* conforme proposto por Goldman. Para ele, a relação sujeito/objeto deve ser considerada desde uma perspectiva que atribua ao sujeito “uma natureza objetiva” e ao objeto “enquanto tal (parcialmente produzido pelo pensamento e o trabalho dos homens), uma natureza subjetiva”. Se assim for, sujeito e objeto só poderão “ser pensados de uma maneira válida desde que se consiga integrá-los numa estrutura de conjunto, o Ser ou a Totalidade”. Esta, contudo, caracteriza-se “pelo fato de não poder constituir objeto de pensamento adequado nem objeto da ação”, na medida em que “qualquer pensamento ou ação se situam eles próprios no interior do *Ser*, e não podem separar-se dele para o tratarem como objeto”. Surge um aparente impasse. Sua solução, segundo Goldmann, está em, “sem cair no irracionalismo e estando convencidos de que a razão humana conseguirá elucidar cada vez melhor a natureza do mundo cósmico e humano”, reconhecer “que esta elucidação *nunca será integral* e que permanecerá sempre no pensamento e na ação dos homens *um elemento de incerteza ligado ao seu estatuto ontológico*”.⁴⁵

Nos capítulos 1 e 2 – nos quais, como mencionado, tratarei do controle via vigilância e repressão – as principais fontes foram documentos produzidos por órgãos daquelas estruturas

⁴⁵ GOLDMANN, Lucien. Ser e dialética. In: *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa: Ed. Presença, 1978. p. 12-13.

INTRODUÇÃO

de controle, como os DOPS e a Polícia Federal, o SNI, os órgãos militares de “informações” (CENIMAR, CISA, CIE e segundas seções), os DOI/CODI, o MEC e órgãos a ele subordinados (como a DSI/MEC, a CISMEC e as ASIs e AESIs), bem como documentos produzidos por setores de instituições de educação superior (IES), como reitorias, por exemplo. Não caracterizarei agora tais órgãos porque isso será feito a seguir, nos referidos capítulos. Importa apenas mencionar aqui que se trata de documentos com notórias especificidades, em vários casos produzidos em contextos muito peculiares – como os depoimentos formados (ou forjados) a partir de torturas e outras formas de coação. Evidentemente, não descuidei das especificidades dessas e das demais fontes utilizadas na pesquisa que embasa esta tese.

Os principais aspectos observados foram: (1) Que *informações* eram transmitidas ou armazenadas por meio do documento? (2) *Quem* o produziu? (3) Em que *contexto* e *condições* foi elaborado? (4) Qual era sua *finalidade*? (5) Seguia algum *padrão*? Assemelha-se a outros documentos analisados? (6) *A quem* era destinado? (7) Era de acesso restrito (“classificado”)? Se sim, quais eram as implicações disso e quem poderia ter acesso a ele? (8) O destinatário ou público-alvo teve *acesso* ao documento? Se sim, houve alguma *consequência*? Se não, qual o motivo e os possíveis resultados do não recebimento? (9) Há indícios de que alguma informação tenha sido *omitida*? Se sim, a omissão foi *intencional*? É possível inferir o *motivo* da omissão? (10) Após seu uso, o documento foi *arquivado*? Se sim, onde, de que maneira e por quê?

Evidentemente, nem sempre foi possível responder todas essas questões, em função das peculiaridades de cada documento. Isso de modo algum invalida o método adotado, na medida em que foram consideradas apenas como diretrizes analíticas.

Já no capítulo 3, escolhi – pelos motivos que lá serão comentados – analisar dois dos principais meios de propaganda utilizados pela Agência Nacional: as sínteses (“boletins”) que diariamente enviava aos órgãos da grande imprensa e três de seus cinejornais. Por fim, no capítulo 4 escolhi abordar a formação de intelectuais pró-regime fundamentalmente a partir do estudo da atuação da Escola Superior de Guerra (ESG), da Associação de Diplomados da ESG (ADESG) e da implementação da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) em cursos de graduação e pós-graduação.

Para a análise das fontes utilizadas nos capítulos 3 e 4, busquei inspiração nas

INTRODUÇÃO

proposições de autores que teorizam sobre a metodologia comumente denominada Análise de Conteúdo, adaptando suas sugestões para as especificidades desta pesquisa nos aspectos em que isso pareceu-me adequado.⁴⁶

Em todos os quatro capítulos, o Manual Básico da ESG, em sua edição de 1975, serviu como fonte para avaliar a maneira como a doutrina produzida por aquela escola caracterizava alguns dos principais elementos de cada um daqueles modos de controle.⁴⁷

Ao analisá-los, busquei observar especialmente: (1) seus alvos prioritários; (2) a estrutura por meio da qual cada modo de controle era implementado; (3) os métodos adotados; e (4) as funções de controle social específicas de cada um deles.

Na escrita desta tese, tentei tornar a narrativa fluida e agradável, evitando, na medida do possível, citações muito extensas e indicação excessiva de exemplos pontuais. Isso significa que uma ampla e cuidadosa análise documental, nem sempre visível para o leitor, sustenta as diversas reflexões que serão apresentadas ao longo das próximas páginas.

Nas citações diretas, preferi adequá-las às normas ortográficas atualmente vigentes. Grifos em itálico são meus; em negrito, estão presentes no original. Nos casos de citações diretas de textos em inglês ou espanhol, optei por traduzi-los livremente.

*

Em 1964, a ideia de *subversão* já encontrava-se amplamente difundida no Brasil, com centralidade em certos imaginários, como o anticomunista.⁴⁸ Não espanta, portanto, que tenha

⁴⁶ Cf.: BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977; MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: ECA, 1970; MORAES, Roque. *Análise de conteúdo. Educação*, Porto Alegre: Faculdade de Educação/PUCRS – Curso de Pós-Graduação, Ano XXII, n. 37, mar/1999, p. 5-31.

⁴⁷ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit.

⁴⁸ Sobre o anticomunismo no Brasil, cf., dentre outros: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002; RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 1998; Id. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. *Revista Brasileira de História*, v.22, n. 44, São Paulo, 2002.

Sobre a compatibilidade entre as noções de imaginário e ideologia, cf.: BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda,

INTRODUÇÃO

assumido tamanha primazia no âmbito das diretrizes ideológicas da ditadura militar, pautando tantas e tão diversas ações de controle social.

Um exemplo emblemático: em uma aula de EPB realizada em 1977 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a prof^a Glaucília Martins afirmava a seus alunos que “o combate à subversão” seria “tão necessário quanto a própria sobrevivência, pois não combatê-la” equivaleria a “permitir a morte lenta do sistema de valores estabelecidos e vividos por um povo tradicionalmente estruturado”.⁴⁹

Para combater a “subversão”, como sugeria a professora, era necessário identificar e reprimir aqueles que supostamente a promoviam. Mas, para que outros não os substituíssem, neutralizando o eventual sucesso da ação de controle anterior, era igualmente essencial investir na “ação psicológica”, disseminando ideias favoráveis ao regime através de mecanismos de propaganda e da formação “moral e cívica” dos jovens – da qual, aliás, aquela aula era um exemplo. Esses quatro modos de controle social foram, assim, intensamente utilizados durante a ditadura militar para o controle do campo da educação superior. A dinâmica complexa e tortuosa por meio da qual isso aconteceu é o que veremos nas próximas páginas.

1985. v. 5.

Em termos normativos, a noção de “subversão”, considerada como comportamento relacionado a “crimes contra a ordem política” e “social”, já se fazia presente (a despeito do uso do termo propriamente dito, que é questão diversa) na primeira Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, de 4/mai/1935). REZNIK. Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 107.

⁴⁹ MARTINS, Glaucília Perruci Lopes. O combate à subversão no Brasil. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). *Estudo de Problemas Brasileiros: aulas de 1977*. Recife: Editora Universitária, 1978. p. 509-517. UFPR/BCHE. p. 509.

1. VIGILÂNCIA

A guerra psicológica deve basear-se num estudo concreto da subversão e dos seus objetivos, do caráter dos chefes que a conduzem e das rivalidades existentes entre eles (...) para o que é fundamental a existência de um sistema eficaz de informações.

ESG, *Manual Básico*⁵⁰

1.1 – INTRODUÇÃO

A citação apresentada na epígrafe foi retirada de uma obra produzida pela Escola Superior de Guerra (ESG), na qual era resumida, com objetivos pedagógicos e estratégicos, a doutrina que forneceu as principais diretrizes ideológicas do regime ditatorial instaurado no Brasil em 1964.

O objetivo expresso daquele manual era “servir de lastro aos estudos desenvolvidos nos diversos cursos da ESG e nos ciclos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra”, conforme assinalava, no prefácio da edição de 1975, o então comandante da escola, General-de-exército Walter de Menezes Paes. Seu conteúdo era fruto de “um quarto de século de estudos e pesquisas sobre política e estratégia, segurança e desenvolvimento nacionais”. Ali afirmava-se que “uma sistemática produção de informações é altamente compensadora para que se tenha um nível aceitável de segurança e, no campo do desenvolvimento, para que se possa planejar em bases realísticas”.⁵¹

Percebe-se assim o caráter estrategicamente decisivo que as chamadas “informações” tinham para o grupo que assumiu o poder a partir do golpe de 1964. A *vigilância* da sociedade, no âmbito da qual ocorria a “produção de informações” por órgãos e agentes

⁵⁰ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 320.

⁵¹ *Ibid.* p. 3; 434.

1. VIGILÂNCIA

especializados, tornou-se uma das principais bases daquele regime ditatorial.⁵² Como é perceptível no trecho citado do *Manual*, dessa importância das informações tinham plena consciência os conspiradores militares e civis que lideraram aquele processo de ruptura, clandestinamente preparado ao longo dos primeiros anos da década de 1960, deflagrado em fins de março e consumado nos primeiros dias de abril de 1964.

Mais: o grupo no poder, a despeito de sua heterogeneidade e de suas disputas internas, manteve, entre 1964 e 1988, a *direção* daquele e dos demais segmentos do sistema de controle social constituído após o golpe. Aquele grupo foi, assim, o *principal responsável* pela execução *sistemática*, por parte de agentes do Estado, de graves *crimes*, como assassinatos, sequestros, torturas etc. As atividades de vigilância valeram-se de muitos desses ignominiosos expedientes, como nos frequentes casos de uso de tortura em processos de “produção de informações”.

A proposição, sem dúvida, é forte. Contudo, tentarei demonstrar, ao longo deste capítulo, que a sustenta um argumento sólido e farta documentação. A par disso, cabe lembrar que a responsabilização dos altos escalões ditatoriais pelos crimes cometidos durante aquele regime não constitui novidade. Além de estar presente em diversos estudos, trata-se de pleito histórico no país, tão antigo quanto a polêmica e questionável Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28/ago/1979), imposta pelo grupo no poder como crucial ação integrante da estratégia de transição.

* * *

1.2 – OS VIGIADOS

Dentre os diversos setores sociais vigiados pelo sistema de controle configurado a partir de abril de 1964, alguns eram considerados prioritários. A educação era um desses alvos privilegiados, sobretudo em se tratando do nível superior. Isso parece ter sido motivado:

(1) pelo histórico de expressiva participação de agentes daquele campo, notadamente o setor estudantil, em mobilizações promovidas em décadas anteriores ao golpe, como as que

⁵² Os principais referenciais teóricos aqui adotados sobre o tema da vigilância provêm das análises feitas por Cohen sobre os mecanismos de “classificação”. COHEN, Stanley. *Visions of social control...* op. cit.

1. VIGILÂNCIA

defendiam, durante o governo Goulart, as Reformas de Base;

(2) pela percepção, compartilhada pelo grupo no poder, de que a educação tinha uma função estratégica duplamente fundamental, como importante geradora de consensos favoráveis à estabilidade política do regime e como espaço de formação dos diversos tipos de profissionais (dirigentes, intelectuais, técnicos especializados etc.) considerados necessários ao sucesso do projeto de desenvolvimento econômico em moldes conservadores;

(3) pelo fato de que agentes do campo da educação superior, sobretudo estudantes, participaram, após o golpe, de número significativo de críticas, mobilizações e protestos contra o regime ditatorial, de pichações à luta armada.⁵³

1.2.1 – Indivíduos

Dizer que “a educação” ou mesmo “a educação superior” era um alvo privilegiado pode ser questionado como afirmação vaga. Por isso justifica-se explicitar o óbvio: vigiar “a educação superior” significava fundamentalmente vigiar os *indivíduos* vinculados ao campo da educação superior. Em outras palavras, a forma mais elementar de vigilância era o acompanhamento *individual*. Por meio dele e somente dele, fazia-se possível a vigilância de grupos, órgãos, movimentos, instituições etc., que era, por sua vez, condição necessária para a vigilância do campo.

1.2.2 – Grupos e vínculos

Se a forma elementar de vigilância tinha por objeto o indivíduo, estes importavam na medida em que estabelecessem ou pudessem estabelecer relações sociais cujos efeitos fossem prejudiciais (ou considerados prejudiciais) para a estabilidade e eficácia do sistema de controle social. Assim, havia grande preocupação com os vínculos formados entre agentes do campo da educação superior, tanto os formais (por meio de órgãos de representação,

⁵³ Disso é bastante ilustrativo que, em 1966, a agência regional do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Curitiba (SNI/ACT) tenha afirmado: “essa classe [a estudantil], *notadamente no nível universitário*, é, exatamente, *a que se tem mostrado mais ativa no campo da subversão*”. PEDIDO DE BUSCA (PB) n° 75/SNI/ACT/66, de 22/jul/1966, secreto, da SNI/ACT para as secretarias estaduais de Segurança Pública (SSP) do PR e de SC, sobre a participação de brasileiros no IV Congresso Latino-Americano de Estudantes em Cuba. APPR/DOPS, pasta 328.39.

1. VIGILÂNCIA

associações etc.), quanto os informais. A preocupação com este último tipo, embora tenha sido uma constante entre 1964 e 1988, foi significativamente acentuada após 1968, em grande parte em função das medidas de discricção e sigilo exigidas pela militância na luta armada.

Um exemplo de preocupação com os vínculos estabelecidos entre membros do campo da educação superior e grupos comprometidos com a luta armada é dado por uma informação, elaborada pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) em 1973, sobre “infiltração marxista no ensino superior”.⁵⁴ O documento tratava do estabelecimento de um convênio entre a Universidade de Brasília (UnB), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO),⁵⁵ o Projeto Rondon e as prefeituras de Aragarças e Barra do Garças, para constituição de um *campus* avançado da universidade naquela região.⁵⁶ Afirmava, dentre outros pontos, a existência de vínculos de docentes da UnB com o POC (Partido Operário Comunista) e a AP (Ação Popular).

1.2.3 – O estigma do cassado

Especial atenção era dada pelos agentes e órgãos de vigilância aos “cassados”, ou seja, àqueles que haviam sido sumariamente afastados de seus cargos, geralmente por motivos políticos ou ideológicos.⁵⁷ O expurgo gerava uma marca, um *estigma*, considerado pelos órgãos especializados como indício ou mesmo prova de que aquele indivíduo deveria ser vigiado com atenção redobrada e mantido longe de cargos e funções de cunho estratégico ou

⁵⁴ *INFORMAÇÃO n° 18/CISA*, de 08/jun/1973, confidencial, do CISA para SNI/AC, CIE, CENIMAR, DSI/MEC, DSI/MI e DSI/MJ. AN/SNI, ACE 60959-73.

⁵⁵ A SUDECO foi criada em 1967, junto com outras autarquias regionais (SUDESUL; SUDAM em 1966), em consonância com a proposta desenvolvimentista que motivara, em fins de 1959, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, ainda que em contexto político bastante distinto e retirando da mesma sua essência de medida focada na diminuição de diferenças sociais, conforme originalmente pensada por Celso Furtado. Extinta em 1990, a SUDECO foi reativada (ou “recriada”) em 2011, por meio do decreto presidencial n° 7.471, de 4 de maio daquele ano. Medidas semelhantes, ainda que em contextos diversos, remontam ao início do século 20, com a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (1909), por exemplo.

⁵⁶ Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) são cidades vizinhas, localizadas às margens do Rio Araguaia. Como veremos no cap. 3, grupos do Projeto Rondon já atuavam em Aragarças desde 1968.

⁵⁷ Em um relatório não identificado (talvez feito por um colaborador eventual, posto que não continha cabeçalho, como era padrão nos documentos produzidos por agentes de vigilância), indicava-se, dentre outros pontos, a participação, em uma assembleia de professores da educação básica, de um professor que havia sido sumariamente afastado da Universidade Estadual de Londrina (UEL). APPR/DOPS, pasta 92a.11. Cf. também o dossiê sobre “cassados” elaborado pela DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 177.20.

1. VIGILÂNCIA

nos quais pudesse exercer influência sobre outras pessoas.⁵⁸ Exemplo disso é dado por uma informação elaborada pela agência carioca do SNI em 1972, na qual era feita uma série de afirmações a respeito de um professor. Em uma delas, como indicação de motivos para uma “ação-resposta” contra ele e alguns de seus colegas, dizia-se que seu nome tinha sido relacionado em lista enviada pela Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura (CISMEC) ao então Ministro Tarso Dutra, em janeiro de 1969, e que, em função disso, em abril daquele ano fora o docente expurgado, “com base no AI-5”, dos cargos que ocupava em “órgãos da Administração Pública Federal”.⁵⁹

Observe-se que o referido estigma atingia não apenas o cassado, mas também seu entorno social, por meio daquilo que Abos chamou de “violência radial”.⁶⁰ É significativo disso o fato de que, na mesma informação, tenha sido afirmado, a respeito de uma professora da Escola de Comunicação da UFRJ, que em 1971 ela teria viajado à Europa para se encontrar com uma colega “aposentada pelo AI-5”.⁶¹ A menção a esse suposto encontro com alguém simbolicamente marcado por sua cassação cumpria, no documento, função de *prova* do comprometimento da docente da universidade carioca com a “subversão”. Tal uso era passível de crítica até mesmo por quem eventualmente apoiasse o regime e suas arbitrariedades, posto que distorções e mentiras, se bem aceitas em atividades de “contra-informação” e de propaganda, eram totalmente desaconselhadas na difusão interna de informações, porque poderiam induzir os dirigentes ao erro. A possibilidade de ocorrência de tais distorções era do conhecimento dos membros do grupo no poder e daqueles que, na ESG e no SNI, elaboravam a doutrina de informações que servia de diretriz aos órgãos de vigilância. Tanto que, no *Manual Básico*, há diversas orientações no sentido de que fossem evitadas a “falta de isenção no julgamento dos fatos” e o “desprezo pela evidência” nas atividades de informação.⁶² De todo modo, é importante perceber como tais documentos, mesmo quando compostos por

⁵⁸ Cf.: MANSAN, Jaime Valim. O estigma do cassado: efeitos simbólicos da aplicação de políticas públicas de controle social durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1988). In: *Anais do II Seminário Políticas Públicas e Educação: constituindo a cidadania?* Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG): Rio Grande/RS, 2011.

⁵⁹ *INFORMAÇÃO n° 06219/72/ARJ/SNI*, de 08/jun/1972, confidencial, da ARJ/SNI para AC/SNI, DSI/MEC, CIE, CISA e CENIMAR, sobre “infiltração e atuação comunista no ensino superior”. AN/SNI, ACE 47131-72.

⁶⁰ ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 39, Dez. 1979.

⁶¹ *INFORMAÇÃO n° 06219/72/ARJ/SNI...* op. cit.

⁶² EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 444.

1. VIGILÂNCIA

distorções e mentiras, cumpriam *função de prova* nos processos de controle.

Os agentes de vigilância sabiam que a organização no meio universitário, como em qualquer outro segmento social, era indispensável para a resistência ao regime. Se estivessem desorganizados, estudantes, professores e servidores técnico-administrativos seriam controlados muito mais facilmente. Daí o foco nos grupos, associações e vínculos de toda ordem.

Havia grande preocupação com o uso da inserção profissional para supostos favorecimentos ou proteção de indivíduos contrários ao regime, bem como para o fortalecimento de grupos de oposição nas universidades. Até 1968, essa preocupação dos agentes de vigilância era especialmente acentuada em relação aos catedráticos, que dispunham de liberdade na contratação de membros auxiliares para suas equipes.⁶³

Mesmo após a implementação da Reforma Universitária de 1968, que extinguiu o sistema de cátedras, os órgãos de vigilância continuaram atentos aos supostos favorecimentos para fins “subversivos”, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas. Na citada informação de 1972 da agência carioca do SNI, esta alertava a “comunidade de informações” sobre uma suposta continuidade da “infiltração comunista nos estabelecimentos de ensino superior”, indicando que, no ano anterior, um professor teria conseguido, por intermédio de outro, o ingresso de um terceiro (caracterizado como “comunista”) no corpo docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). O documento ainda listava os nomes de outros quatro docentes que aquele órgão de vigilância afirmava serem “comunistas”. Em relação a dois deles, era indicada concomitante atuação docente na Universidade Federal Fluminense (UFF). A respeito desta instituição, além dos dois docentes, a informação assinalava o nome de outras três pessoas, uma delas o professor que teria viabilizado o ingresso do colega na PUC-RJ. Na visão daquela agência, esse mesmo docente também teria “levado” um de seus colegas “comunistas” para a Universidade Católica de Petrópolis (UCP).⁶⁴

O vínculo entre agentes do campo da educação superior era, portanto, objeto de cuidadosa vigilância. Como visto, alguns desses vínculos, na visão dos agentes de

⁶³ Cf.: *INFORMAÇÃO nº 06219/72/ARJ/SNI...* op. cit. Nesse documento, há referências a contratações de auxiliares e assistentes por catedráticos entre 1962 e 1967, sugerindo-se que isso teria viabilizado a formação de um grupo de “subversivos” em determinadas universidades cariocas.

⁶⁴ Ibid.

1. VIGILÂNCIA

informações, estariam viabilizando ações de oposição ao regime no interior das universidades. Essa preocupação não era exclusiva do segmento da estrutura de vigilância coordenado pelo SNI, mas generalizada entre os agentes e órgãos envolvidos com tal modo de controle. Ao analisar a implementação da Lei de Reforma Universitária de 1968 na USP, o Centro de Informações do Exército (CIE), importante órgão do segmento militar de vigilância⁶⁵, manifestava receio quanto a um suposto descompasso entre a realidade das contratações docentes naquela instituição e as determinações estabelecidas pela Lei nº 5.540/68. Na visão do agente do CIE que redigira o documento, naquela universidade o “mesmo poder absoluto do catedrático do antigo regime” era agora “exercido pelo chefe de departamento”, de tal maneira que “todo o pessoal docente do departamento” teria sido por ele “praticamente imposto”. Tais afirmações se referiam aos chefes dos departamentos de Geografia, Ciências Sociais, História, Filosofia e Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), bem como ao chefe do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), localizada em Piracicaba/SP.

A crítica do agente de vigilância abrangia também as instâncias hierarquicamente superiores ao chefe de departamento: “o conselho do departamento se limita a subscrever suas indicações, a congregação a aprovar essas mesmas indicações e o reitor se satisfaz em formalizar as relações jurídicas dos indicados”.

O resultado de tudo isso, segundo o documento, teria sido “o surgimento de ‘células de subversão intelectual’” na universidade paulista. Embora o relato do agente de vigilância tenha sido avaliado pelo CIE como “idôneo” mas “impreciso”⁶⁶, é indicativo de algumas das principais preocupações que orientavam a vigilância do campo da educação superior.⁶⁷

1.2.4 – Órgãos de representação estudantil

Os órgãos de representação estudantil, tanto em função de seu potencial organizativo quanto em decorrência de sua então já tradicional politização, também constituíam objeto de

⁶⁵ Os segmentos da estrutura de vigilância serão analisados a seguir.

⁶⁶ O relatório fora avaliado como “A-4”. Isso significa que a fonte (o agente que realizara a observação e depois redigira o documento) fora classificado como uma “fonte completamente idônea” (“A”), mas que seu relato teria uma “precisão duvidosa” (“4”).

⁶⁷ *INFORMAÇÃO nº 1915/S-102-A4-CIE*, de 06/out/1975, classificado como confidencial, “A-4”. Do CIE ao SNI/AC. AN/SNI, ACE 88176-75.

1. VIGILÂNCIA

vigilância. Diretórios acadêmicos de instituições públicas e privadas, assim como uniões estudantis de abrangência estadual, foram acompanhados de perto pelo sistema de controle entre 1964 e 1988. Os setores de informações das delegacias e departamentos de ordem política e social (DOPS), por exemplo, registravam não apenas a nominata das chapas eleitas, mas também das derrotadas. Por meio da análise dos “antecedentes” dos candidatos, mesmo o simples desejo de participar da política estudantil era cuidadosamente averiguado. Isso porque, na visão dos agentes de vigilância, poderia se tratar de intenção de uso da política estudantil para “fins subversivos”.⁶⁸

No âmbito estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) era, sem dúvida, uma das principais preocupações dos setores de vigilância, em função de sua importante atuação na organização dos universitários, tanto antes quanto depois do golpe de 1964. Criada em 1937, “como tentativa de cooptação dos estudantes, opositores do autoritarismo, pelo Estado”, a UNE acabou sendo marcada por “orientações democráticas”, durante a vigência da ditadura do Estado Novo.⁶⁹ Em sua direção passaram grupos de diferentes tendências políticas e ideológicas, com o predomínio da AP após 1961. A “Lei Suplicy” (Lei nº 4.464, de 09/nov/1964) tornou-a ilegal, impondo sua substituição pelo DNE (Diretório Nacional dos Estudantes), órgão central de uma estrutura pensada para ser fortemente atrelada ao Estado. Muitos estudantes, contudo, não se submeteram, e a participação estudantil na resistência à ditadura de 1964, como é sabido, foi fundamental ao longo de todo o período de vigência do regime.⁷⁰

Mesmo após ter suas atividades arbitrariamente proibidas, a UNE continuou a atuar na organização da resistência estudantil, e logo os órgãos de vigilância perceberam isso. É emblemático que, em 1967, a 2ª Seção da 5ª Região Militar do III Exército tenha solicitado à DOPS/PR informações sobre o paradeiro de Luiz Travassos, referido como “presidente da

⁶⁸ Cf., a título de exemplo: *INFORME nº 431*, de 29/out/1964, secreto, “A-1”, do Gabinete do Ministro da Guerra (informante) ao SNI e outros órgãos de vigilância, sobre “agitação estudantil na Universidade de Brasília”. AN/SNI, ACE 95885-64. O documento tratava da candidatura de uma chapa à direção do Centro Acadêmico 21 de Abril, do curso de Direito da UnB, através da análise de um panfleto produzido por seis estudantes daquele curso que, no documento, eram qualificados como “agitadores estudantis de tendências comunistas”.

⁶⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã...* op. cit. p. 206.

⁷⁰ Cf., dentre muitos outros estudos sobre o tema: FÁVERO, Maria de L. de A. *A UNE em tempos de autoritarismo...* op. cit.; SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil...* op. cit.; POERNER, Arthur. *O poder jovem...* op. cit.

1. VIGILÂNCIA

extinta UNE”. No documento, motivado por uma suposta reunião de estudantes com Travassos na UnB em setembro daquele ano, afirmava-se que brevemente seria “eleito o Conselho da UNE” e “designada uma comissão em cada universidade para manter contato permanente com os colegas e levar suas reivindicações à direção da UNE”. Ou seja, a permanência das atividades da entidade, a despeito de sua clandestinidade, era do conhecimento dos órgãos de vigilância.⁷¹ Do mesmo modo, também em 1967, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) buscava informações, junto aos DOPS de todo o país, sobre um estudante que seria, segundo o documento, “membro da *atual* diretoria da UNE”.⁷²

Em 1974, a 2ª seção do II Exército afirmava estar ocorrendo “o desencadeamento de um movimento contestatório”, sob orientação do “Movimento Comunista Internacional”, o qual estaria aproveitando, para tanto, a concomitância da “mudança do Governo Federal” com “o reinício das atividades estudantis” nas universidades.⁷³

O argumento proposto por aquele órgão militar de vigilância para explicar tal situação era:

(1) após 1968, a participação estudantil nos “movimentos de massa” teria praticamente desaparecido, em função de fatores como “atuação dos órgãos de segurança”, eficácia da legislação destinada ao controle dos universitários, falta de lideranças estudantis, ausência de planejamento e, ainda, “abandono do trabalho de massa” e “enfraquecimento do movimento de doutrinação” em função da opção pela “linha ‘militarista’” (luta armada);

(2) após o “desbaratamento das organizações terroristas” entre 1969 e 1974, o “trabalho de massa” teria sido buscado novamente pelos “inimigos da Revolução”;

(3) a conjuntura naquele abril de 1974 seria favorável a essa opção, sobretudo por causa da “ampla propaganda, veiculada pelos meios de comunicação, das ‘aberturas’ que seriam feitas pelo novo Governo Federal”, bem como em função “das falhas existentes no ensino” e “da incapacidade da alta direção desses estabelecimentos [de educação superior]”, e

⁷¹ *PB n° 146-E2/67*, de 13/out/1967, da 2ª Seção/5ª RM/III Ex. ao DOPS/PR, ao SNI/ACT e ao 14º BC. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

⁷² *PB n° 518*, de 24/out/1967, do CENIMAR para todos os DOPS (RS, SP, RJ, PE, BA, CE, GO, PB, SC, PR, GB, MG, AL, DF, ES, PA e RN) e também para as SSP de MT, AM, PI e AC. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

⁷³ *INFORMAÇÃO n° 516/74-PSS*, de 20/abr/1974, confidencial, da 2ª Seção do II Exército para CIE, 9ª RM, 2ª RM, 2ª DE, 11ª Bda Inf Bld, 12ª Bda Inf-AD/2, SNI/ASP, DPF/SP, CIOp/SSP/SP, DOPS/SP, PMESP, sobre “movimento estudantil”, com “cópias de panfletos afixados em faculdades da USP”. APEJE/DOPS, pasta 30.468.

1. VIGILÂNCIA

essa situação favorável teria sido aproveitada pelo “Movimento Comunista Internacional”;

(4) desse modo, e “abordando, em princípio, apenas aspectos ligados ao ensino, introduzido temas políticos com cautela”, a “subversão” teria conseguido “conscientizar grande parte da massa estudantil, particularmente os calouros”, gerando “movimentos reivindicatórios e greves” que teriam sido “contornados com dificuldade”, por meio da “intervenção serena, mas firme, dos órgãos de segurança”; no entanto, apesar de debelados, tais movimentos teriam criado “um saldo altamente positivo para os objetivos da subversão”. Tais objetivos, na visão daquele agente de vigilância, eram a “mobilização dos estudantes”, a “solidariedade dos alunos das várias faculdades”, o “intercâmbio de experiências”, o “aparecimento de novos líderes” e, “principalmente, a grande oportunidade para iniciar o trabalho de massa com a exploração de temas políticos”.

Por meio de tal argumentação, tentava-se explicar a situação vigente, caracterizada em pormenores na sequência do documento. Afirmava-se que os estudantes eram dirigidos pelo “Movimento Comunista Internacional” e pelo PCB, o que, na visão daquele órgão de vigilância, seria claramente perceptível pelo tipo de “doutrinação” e pela “técnica empregada para a arregimentação estudantil”. A USP era vista como o centro do movimento. De modo a corroborar tal afirmação, eram assinaladas “reuniões e concentrações” ocorridas naquela instituição desde o início de abril de 1974, cujos objetivos, na visão dos agentes, eram “nitidamente subversivos”. Tratava-se, sobretudo, de protestos em favor dos presos políticos, alguns deles com a participação de advogados engajados na defesa de perseguidos políticos, de membros de outras instituições de educação superior (como a “Madre Cristina, da PUC”) e de políticos (como o deputado estadual Agenor Lino de Matos).

Ao final, apresentava uma série de sugestões para controle da situação. Aos “órgãos de ensino”, sugeria:

- “melhoria do ensino” e eliminação de “outros fatores de descontentamento” vinculados a questões como material didático ou instalações [ou seja, condições para formação de consensos favoráveis ao regime];

- a efetiva aplicação da legislação especificamente destinada ao controle do campo da educação superior (eram destacados os decretos-lei nº 228/67 e nº 477/69), “*inclusive para elementos do corpo docente ou administrativo*, tendo em vista impedir a atuação dos agitadores” [repressão apoiada em normas preestabelecidas];

1. VIGILÂNCIA

- a “*substituição de professores e diretores de ideologia esquerdista ou incapazes para as funções*” (a mencionada incapacidade correspondia provavelmente à não colaboração com as ações de controle) [repressão].

Já aos “órgãos de segurança”, o documento propunha uma lista de medidas “segundo uma gradação, embora isso não signifique que uma dependa da outra”. Na ordem proposta, eram:

- “estreito acompanhamento das atividades estudantis” [vigilância];
- “identificação e registro dos líderes” [vigilância];
- “realização de sindicâncias ou inquéritos se houver agravamento da situação” [vigilância e repressão];
- “enquadramento na LSN [Lei de Segurança Nacional]” [repressão];
- “emprego de força” [repressão].

O conhecimento de tais sugestões é fundamental para uma melhor compreensão das relações entre as diferentes estruturas de controle. Elas assinalam a existência *intencional* de um forte vínculo entre os mecanismos de vigilância e de repressão.

1.2.5 – Sindicatos e associações

Sindicatos e associações de professores e de servidores técnico-administrativos também eram bastante visados pelos órgãos de vigilância, particularmente a partir do final da década de 1970, quando várias entidades do tipo surgiram no país e se engajaram na luta pela redemocratização. Os “Congressos de Servidores Públicos do Brasil” (1º realizado em 1972, 10º em 1976), por exemplo, foram atentamente vigiados por órgãos como a DOPS/PR.⁷⁴

Em meados da década de 1980, a situação era a mesma, e a preocupação com o apoio que um segmento do campo da educação superior pudesse prestar aos outros continuava presente.⁷⁵ Dos eventos mapeava-se tudo que pudesse, no futuro, garantir alguma vantagem em processos de controle: pautas, participantes, palestrantes, entidades e instituições

⁷⁴ APPR/DOPS, pasta 106.13.

⁷⁵ *INFORMAÇÃO n.º 10-DSI/MEC*, de 27/fev/1984, confidencial, da DSI/MEC para “MINISTRA/MEC” [referência a Esther de Figueiredo Ferraz, Ministra da Educação e Cultura de 24/ago/82 a 15/mar/85], AC/SNI, CIE, CIM [antigo CENIMAR – ver seção “Estrutura de vigilância”], CISA, CI/DPF e AESI/DASP, sobre “Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) – I Congresso dos Servidores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras”. AN/SNI, ACE 40530-84.

1. VIGILÂNCIA

envolvidas, materiais distribuídos e até mesmo as placas dos veículos eventualmente utilizados no transporte dos participantes.⁷⁶ Dava-se ênfase, por motivos óbvios, às proposições contrárias ao regime ditatorial, como, no caso do I Congresso dos Servidores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras, evento promovido pela Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), quando, durante a plenária final, teria sido “lida e aprovada a ‘Carta de Natal’ [apresentada em anexo à informação], contendo críticas à política educacional e econômica, ao governador, ao regime e às multinacionais”, e defendendo “rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o restabelecimento da soberania nacional; não pagamento da dívida externa; reforma agrária ampla e radical”, assim como “as mais amplas liberdades políticas, de organização, manifestações e expressão, com o direito ao funcionalismo público de se sindicalizar”; e, ainda, a “convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana”.⁷⁷

Do mesmo modo que em relação às entidades de servidores técnico-administrativos e estudantes, ocorria forte vigilância sobre as entidades docentes. Um dossiê de 1977 da DOPS/PR tratava da Associação Profissional dos Professores do Ensino Superior (APESUL).⁷⁸ Em 1979, a Agência Central do SNI descrevia uma reunião de membros de uma “associação de docentes universitários”, que teria ocorrido em Salvador, entre 6 e 9 de setembro daquele ano. Provavelmente tratava-se da organização do que viria a ser, poucos anos depois, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES).⁷⁹

Entre 1977 e 1978, a ASI/UDEL monitorou atentamente a Associação Profissional de Professores de Londrina.⁸⁰ De 1979 a 1982, do mesmo modo que em Londrina, houve forte vigilância sobre a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), sobre a qual a DOPS/PR elaborou extenso dossiê, com informativos da então nascente ANDES, recortes de jornais e panfletos.⁸¹ O dossiê contava ainda com ofícios enviados pela

⁷⁶ Cf., a título de exemplo: *PAPELETA DE SERVIÇO n° 17/81*, do delegado-chefe da Seção de Informações da DOPS/PR a um agente daquela delegacia. APPR/DOPS, pasta 330.39.

⁷⁷ *INFORMAÇÃO n° 10-DSI/MEC...* op. cit.

⁷⁸ APPR/DOPS, pastas 95.12 e 100.12.

⁷⁹ *INFORMAÇÃO n° 0482/19/AC/79*, de 04/out/1979, confidencial, da SNI/AC para CI/DPF, CIE, CISA, CENIMAR, DSI/MEC e agências regionais do SNI. AN/SNI, ACE 2112-79.

⁸⁰ APPR/DOPS, pasta 101.13.

⁸¹ APPR/DOPS, pasta 95.12.

1. VIGILÂNCIA

entidade a professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), seus associados; teriam sido entregues a órgãos de vigilância por colaboradores, apanhados ao acaso ou obtidos por outros meios?

O importante trabalho de organização da ANDES junto aos docentes e suas associações, no início dos anos 1980, despertava o interesse de agentes e órgãos de vigilância, preocupados também com a união de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como com o apoio que estudantes estariam planejando prestar ao “Dia Nacional de Luta”, amplo protesto de abrangência nacional. Dessa preocupação era indicativa a ampla distribuição de informes relacionados ao assunto, enviados a setores de vigilância do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, à rede do SNI e às polícias civis de todo o país, incluídos aí os vários DOPS.⁸²

A Divisão de Segurança e Informações (DSI) do MEC também permanecia ativa na vigilância das entidades representativas dos três setores componentes do campo da educação superior. Um indicativo disso é dado por uma “apreciação” elaborada por aquela DSI e disseminada entre alguns dos principais órgãos de vigilância do sistema em 1985.⁸³ Era apresentado um balanço das manifestações de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos ao longo de 1984, expressando apreensão com a intensificação dos protestos no âmbito universitário:

Em 1984, a partir de março, as universidades brasileiras, além das graves crises enfrentadas no correr do ano, se constituíram em um palco de agitações, marcado pela atuação de entidades estudantis, de docentes e de servidores que, através de sucessivas manifestações públicas, de caráter nitidamente contestatório e reivindicatório, tumultuaram o processo educacional de um modo geral, trazendo, em particular, sensíveis prejuízos para a vida acadêmica e administrativa daquelas IES.

A apreciação relacionava, na sequência, aquelas que eram consideradas, pela DSI/MEC, “as principais entidades representativas” que, no âmbito nacional, “controlaram e influenciaram o meio universitário”: ANDES, FASUBRA, UNE, Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

⁸² APPR/DOPS, pasta 708.81.

⁸³ *APRECIACÃO nº 001/10/DSI/MEC/85*, de 20/fev/1985, confidencial, sem classificação quanto à confiabilidade, da DSI/MEC para AC/SNI, CISA, CIE e CI/DPF. AN/SNI, ACE 48235-85.

1. VIGILÂNCIA

Educação (ANPEd). A atuação de cada uma das entidades citadas era avaliada individualmente, quanto a critérios como: influência no campo da educação superior; sucesso ou fracasso em contestações ou reivindicações; influências de “facções de esquerda” etc. na direção das entidades; assuntos em relação aos quais as entidades se mobilizaram.

No documento também era afirmada a ocorrência, em 1984, da união dos movimentos docente, discente e de servidores técnico-administrativos em torno de dois temas: a “revogação da Portaria nº 62/84/MEC” e “a questão salarial”.

Quanto ao primeiro ponto, assinalava que o movimento estudantil teria liderado os protestos contra a portaria que resultava em aumento dos preços dos restaurantes universitários (RU), realizando greves, passeatas e atos públicos. Além disso, sempre segundo os agentes da DSI/MEC, “os estudantes passaram a invadir reitorias, RUs e outras dependências universitárias, como também algumas delegacias do MEC”, fato que teria ocorrido “em cumprimento às determinações da UNE”. A situação teria sido acalmada tanto pela ação de reitores, que teriam negociado com os estudantes mobilizados, quanto, em algumas instituições, pelo “remanejamento de verbas de outros setores para o RU”.

O segundo item correspondia a amplo movimento grevista, iniciado em maio de 1984, após o fim dos protestos assinalados no parágrafo anterior, e teria sido liderado pelas reivindicações salariais de professores e servidores técnico-administrativos das instituições de educação superior federais:

A greve, considerada a mais longa já ocorrida no meio educacional (maio a agosto de 1984), contou com a atuação marcante do Comando Nacional de Greve (CNG) que resultou da fusão dos comandos de professores, servidores e médicos residentes, que aderiram ao movimento pelo mesmo motivo e foram os primeiros a suspender o movimento.

Para negociar com o movimento grevista, foi formada uma comissão, composta por membros do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que apresentou uma proposta, incluindo reajustes salariais, extensão dos benefícios salariais aos aposentados e outros pontos. Segundo a DSI/MEC, a proposta teria sido bem recebida pelo movimento grevista que, entretanto, teria manifestado dúvida quanto ao cumprimento dos prazos e quanto ao efetivo atendimento de alguns pontos da proposta.

Junto a isso, o documento ainda tratava de outros movimentos contestatórios ocorridos

1. VIGILÂNCIA

em 1984 no campo da educação superior, com destaque para:

(1) o apoio ao movimento das Diretas (“a UNE e a ANDES integraram o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas que coordenou a campanha em nível nacional (...) [e] nas IES foram criados comitês universitários compostos por estudantes, professores e servidores, objetivando a atuação junto às bases”);

(2) reivindicações de eleições diretas também nas instituições de educação superior: “quanto ao processo sucessório nas IES, houve uma intensa movimentação por parte dos professores, estudantes e servidores, sobretudo nas universidades federais fundacionais, onde a comunidade universitária reivindicou a sua participação na escolha dos reitores”. A respeito desse último ponto, o documento assinalava não ser a primeira vez que essa questão conduzia ao “desencadeamento de crises que prejudicam a normalidade acadêmica e administrativa”.

1.2.6 – Manifestações públicas

As manifestações públicas, como passeatas, greves, ocupações de prédios e discursos em cerimônias de formatura, geravam, como visto, significativas mobilizações de agentes de vigilância. Outro exemplo é dado por um informe elaborado pela ASI da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em fins de 1980, sobre a greve dos professores daquela universidade, paralisação que teria ocorrido “atendendo a uma determinação da Coordenação Nacional dos Docentes” e que, liderada pela Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (APUSM), teria contado com apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da instituição.⁸⁴

Na DOPS/PR, as greves de 1980 e 1981, realizadas em todo o país, eram acompanhadas via imprensa, em dossiê específico sobre o assunto.⁸⁵ Em 1982, uma lista de entidades apoiadoras da greve docente (dentre elas a Associação dos Delegados, a Associação dos Detetives e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, além de entidades mais diretamente vinculadas à educação) foi elaborada pela DOPS/PR, assim como uma lista dos membros da Associação dos Professores do Paraná, incluindo as “lideranças nas demais

⁸⁴ *INFORME n° 151/ASI/UFSM/80*, de 30/dez/1980, confidencial, “A-2”, da ASI/UFSM para DSI/MEC, APA/SNI e 3ª DE/1º RPMont, sobre “greve dos professores universitários – UFSM/RS”. AN/SNI, ACE 2252-81.

⁸⁵ APPR/DOPS, pasta 1074.131.

1. VIGILÂNCIA

idades” além da capital do estado. Observe-se que tais listas incluíam, além de nome completo, o endereço *residencial* e, em muitos casos, também o telefone *particular* dessas pessoas.⁸⁶

As greves estudantis, importante forma de resistência naquele contexto, também eram vigiadas atentamente. Em 1980, o CIE encaminhava à agência central do SNI informações sobre o apoio, no Paraná e em Santa Catarina, a uma greve nacional de estudantes universitários liderada pela UNE. Indicava nomes de lideranças discentes e docentes e, inclusive, citava um episódio envolvendo um policial da DOPS/PR que, infiltrado, teria lançado “pó de mico” em estudantes que protestavam, tendo sido “retirado às pressas por policiais militares”, posto que, em reação, os manifestantes o haviam cercado.⁸⁷

A vigilância continuou ativa e intensa após 1985. Em meados de 1987, por exemplo, a greve dos servidores técnico-administrativos das universidades públicas gaúchas estava sendo cuidadosamente vigiada pelo SNI.⁸⁸

É interessante observar as possibilidades que se abriam por meio da inserção, no campo da educação superior, de agentes da estrutura de vigilância ou de outros setores do sistema de controle, lá atuantes em função de (ou encobertos por) vínculos discentes ou docentes. Disso é exemplar o caso de Luiz Chemim Guimarães que, além de professor da UFPR, era Diretor da Polícia Civil naquele estado. Por ocasião do referido tumulto gerado pelo agente da DOPS/PR que teria lançado “pó de mico” nos estudantes, a atuação daquele professor/delegado foi fundamental, do ponto de vista da manutenção do controle: “em entrevista coletiva à imprensa, *inocentou* Gerson [Luiz do Amaral Guedes, o policial da DOPS/PR que teria gerado o tumulto] e *justificou a presença de policiais no local, para manter a ordem pública*”.⁸⁹

Do mesmo modo, as afixações de cartazes, as pichações e as distribuições de panfletos

⁸⁶ Documentos não padronizados, intitulados “Entidades que apoiam a greve dos professores” e “Greve dos professores”, ambos de 13/set/1982, reservados, com carimbos da Coordenação de Informações da SSP/PR. APPR/DOPS, pasta 93.11.

⁸⁷ *INFORMAÇÃO n° 879/S-102-A4-CIE*, de 02/dez/1980, do CIE para AC/SNI, CISA, CENIMAR e CI/DPF, sobre “greve nacional de estudantes universitários”. AN/SNI, ACE 12079-80.

⁸⁸ Documento com identificação encriptada (oriundo de alguma agência ou informante do SNI), recebido pela AC/SNI em 14/jul/1987, confidencial, sobre “greve dos servidores das universidades federais no Rio Grande do Sul”. AN/SNI, ACE 14815-87.

⁸⁹ *INFORMAÇÃO n° 879/S-102-A4-CIE*... op. cit.

1. VIGILÂNCIA

eram vigiadas com rigor.⁹⁰ Em 1977, o “Núcleo de Agência de Goiânia” do SNI encaminhava à agência central uma informação sobre “agitação estudantil” na Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, em Goiânia/GO, na qual informava, dentre outras coisas, sobre a distribuição de “panfletos subversivos”.⁹¹ Em alguns casos, essas manifestações eram reportadas a órgãos de vigilância por reitores, diretores, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes favoráveis ao regime.

1.2.7 – Ensino, pesquisa e extensão

A vigilância abrangia as três esferas da educação superior (ensino, pesquisa e extensão), na linha do que já foi comentado na Introdução da tese.

Lecionar ou frequentar disciplinas ou cursos considerados “suspeitos” era motivo para “difusão de informações” entre órgãos de vigilância. Nesse sentido, a agência carioca do SNI apontava, como indício de “subversão” por parte de um docente universitário, que o mesmo teria participado, em outubro de 1967, de um “*ciclo de conferências sobre o fascismo*” realizado na UFF. Do mesmo modo, em relação a outro professor, sugeria que estaria se aproveitando “de sua cátedra ‘História Moderna e Contemporânea’ para lecionar materialismo histórico”.⁹² Já em relação a alguns professores da UnB, o CISA afirmava em 1973 que estariam “iniciando um trabalho político junto aos alunos (...) no sentido de conseguir adeptos para a ideologia marxista-leninista”. Tal trabalho consistiria “em orientar para o marxismo-leninismo todos os estudos sobre as matérias que envolvem teorias sociais, econômicas e história”.⁹³

Grupos de pesquisa que fossem integrados por pelo menos um estudante ou professor

⁹⁰ Cf., como exemplo: *INFORME n° 250/PM-2/1980*, de 08/mai/1980, sem classificação de sigilo, “A-1”, da 2ª seção da PM/PR para 5ªRM/DE, DPF/PR, DSI/PR, SNI/ACT, sobre “pichamento em Londrina/PR”, com cópias de 10 fotos de pichações em anexo. No informe, afirmava-se que, em 20/abr/1980, teria sido decidido, em reunião “realizada na sede do DCE/Livre de Londrina/PR, que uma comissão de estudantes voluntários realizasse pichamentos em muros e outros locais daquela cidade, com frases contestatórias ao ensino pago, à devastação da Amazônia, principalmente no tangente ao Projeto Jari, e ao regime em vigor”. O informe observava ainda que as pichações teriam sido realizadas, relacionando a seguir seus supostos autores, indicando seus nomes completos e vínculos institucionais. APPR/DOPS, pasta 1562.189.

⁹¹ *INFORMAÇÃO n° 0196/116/NAGO/SNI/77*, de 05/set/1977, confidencial, do NAGO/SNI para AC/SNI, sobre “agitação estudantil”. AN/SNI, ACE 4042-83.

⁹² *INFORMAÇÃO n° 06219/72/ARJ/SNI...* op. cit.

⁹³ *INFORMAÇÃO n° 18/CISA...* op. cit.

1. VIGILÂNCIA

considerado “esquerdista” também eram vigiados atentamente. Era frequente a preocupação com a influência que “subversivos” pudessem realizar sobre “inocentes úteis”, por meio de “proselitismo político”. No citado documento de 1973, o CISA afirmava que “a infiltração de elementos marxistas no corpo docente de nossas universidades e escolas isoladas” era o principal motivo das contestações estudantis à “ordem moral e social existente no país”.⁹⁴ No mesmo documento, os agentes assinalavam a importância do “esforço desenvolvido pelos órgãos de informações do país, em particular no campo psicossocial, (...) através do *descobrimento* [por meio de ações de vigilância] e posterior *anulação* [através de medidas repressivas] dos elementos subversivos do magistério”.

Uma informação elaborada pela agência carioca do SNI afirmava, a respeito de alguns professores de determinadas instituições de educação superior públicas e privadas, que estariam “se aproveitando da cátedra para fazer a apologia das ideias marxistas” e incentivando “agitações estudantis”. A respeito de um deles, indicava também que teria proferido conferência na UFF, em agosto de 1967, “sobre a crise no Oriente Médio, atacando violentamente os Estados Unidos como parte de um esforço para justificar o malogro da justiça soviética no Oriente”.⁹⁵

Em uma informação enviada pelo CIE em 1975 à agência central do SNI, afirmava-se que, na USP, diversos professores – seis da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) e 45 da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)⁹⁶ – utilizavam “da autonomia didática, a fim de promover o proselitismo político durante as aulas e indicar bibliografias tendenciosas”. Na visão do agente, esse seria o motivo do apoio de parcela do corpo docente a movimentos de “contestação ao Governo Federal”.⁹⁷

Quando se tratava de evento em país socialista, ou quando os palestrantes ou os temas abordados eram considerados “subversivos”, a simples participação em tais atividades era suficiente para ações de vigilância mais intensas.

Em 1966, por exemplo, universitários brasileiros teriam participado do IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, realizado em Cuba. Desde o ano anterior, quando da

⁹⁴ *INFORMAÇÃO n° 18/CISA...* op. cit.

⁹⁵ *INFORMAÇÃO n° 06219/72/ARJ/SNI...* op. cit.

⁹⁶ Indicações na FFLCH/USP por curso: Ciências Sociais: 19; Geografia: 11; História: 9; Filosofia: 6.

⁹⁷ *INFORMAÇÃO n° 1915/S-102-A4-CIE...* op. cit.

1. VIGILÂNCIA

ocorrência, em Montevideu, do “Congresso Latino-Americano de Solidariedade a Cuba e Pela Autodeterminação dos Povos”, aqueles alunos já vinham sendo atentamente acompanhados pela 2ª seção da 5ª Região Militar do III Exército em colaboração com a DOPS/PR.⁹⁸ Posteriormente, também a SNI/ACT estabeleceu vigilância sobre aqueles estudantes, atuando em colaboração com os outros dois órgãos de informações.⁹⁹ Observe-se o envolvimento de três segmentos da estrutura de vigilância no acompanhamento daqueles estudantes.

Em 1978, a ASI/UFRN enviava à DSI/MEC e à agência pernambucana do SNI uma informação sobre a participação de estudantes considerados “subversivos” em determinados eventos, com “dados de qualificação” dos mesmos e cópias de recortes de jornais sobre o assunto. No documento, advertia sobre o ‘perigo’ de se enviar estudantes a eventos “por conta do erário público” sem que previamente fosse feito “um levantamento de dados biográficos”.¹⁰⁰

Em 1980, a II Semana do Direito, promovida pelo “Diretório Livre de Direito” da UFSM, foi acompanhada por informante (agente infiltrado ou colaborador) da ASI daquela universidade.¹⁰¹

As encenações teatrais também eram bastante visadas, por constituírem importante espaço de crítica ao regime, como sabiam os agentes de vigilância. Em março de 1978, a

⁹⁸ *PB n° 71-E2/65*, de 14/jun/1965, da IIIEx/5ªRM/E2 para a SSP/PR, secreto. Informava sobre a realização do congresso na capital uruguaia e solicitava a indicação dos “elementos radicados no PR e em SC que participarão do referido Congresso”, bem como os “temas que serão ventilados” e, como de costume, “outros dados julgados úteis”; *PB n° 141-E2/66*, de 18/ago/1966, da IIIEx/5ªRM/E2 para a SSP/PR, secreto; *PB n° 151-E2/66*, de 05/set/1966, da IIIEx/5ªRM/E2 para a SSP/PR, secreto; *INFE n° 162-E2/66*, de 04/out/1966, da IIIEx/5ªRM/E2 para a SSP/PR, secreto, “A-1”. APPR/DOPS, pasta 328.39.

⁹⁹ *PB n° 75/SNI/ACT/66*... op. cit.; *PB n° 110/SNI/ACT/66*, de 30/ago/1966, da SNI/ACT para a SSP/PR, sem classificação quanto ao sigilo. Informava nome de estudante que teria sido “delegado da UNE” na sessão plenária do evento realizado em Cuba, ocasião em que teria falado “através da Rádio Havana, criticando o Brasil e o [seu] governo, em termos ásperos e infundados”. Solicitava “qualificação, antecedentes e atividades”, paradeiro anterior a Cuba (com indicação de “data de saída [do Brasil], documentos de viagem e meio de transporte utilizado) e atual (solicitando, “caso se dirig[isse] ao Brasil”, seu “local de destino, data de partida e meio de transporte [a ser] utilizado”); *PB n° 148/SNI/ACT/66*, de 12/out/1966, da SNI/ACT para a DOPS/PR, confidencial. Informava o nome verdadeiro do estudante do qual tratava o *PB n° 110/SNI/ACT/66*, solicitando novamente ao DOPS/PR “qualificação completa e antecedentes”, bem como “indicação sobre a presença do indivíduo citado na área de jurisdição desse órgão”. APPR/DOPS, pasta 328.39.

¹⁰⁰ *INFORMAÇÃO n° 034/78-ASI/UFRN*, de 31/jul/1978, confidencial, da ASI/UFRN para DSI/MEC e SNI/ARE, sobre “movimento estudantil (encontros, simpósios, congressos, etc.)”. Em anexo cópias de dados de qualificação, do jornal *Brasil Mulher* e de recortes de outros periódicos. AN/SNI, ACE 1987-81.

¹⁰¹ *INFORME n° 115/ASI/UFSM/80*, de 20/out/1980, confidencial, “A-2”, da ASI/UFSM para DSI/MEC e APA/SNI [com carimbo da APA/SNI, confirmando que foi recebido pela agência regional, a qual o repassou à AC/SNI], sobre “atividades de estudantes”. AN/SNI, ACE 2102-81.

1. VIGILÂNCIA

ASI/UEL relatava a criação do Núcleo de Teatro Universitário naquela universidade. Detalhado relatório descrevia as atividades do núcleo, assinalando os nomes dos alunos que o integravam e da professora que o coordenava. Apresentava comentários sobre a encenação da peça “Recepção aos novos calouros”, que seria, na visão do órgão de vigilância, “uma sátira de cunho subversivo onde as figuras do Reitor, Ministro da Educação, Assessoria de Segurança, Serviço de Vigilância e Guarda do Patrimônio da FUEL e outras autoridades universitárias” eram “altamente ridicularizadas e contestadas”, salientando ainda que “criticam, ridicularizam e contestam a Política Educacional do Governo”.

Os materiais didáticos também eram vigiados. Em 1975, por exemplo, a Polícia Federal monitorava os “livros-texto” utilizados em IES paranaenses, contando para tanto com a colaboração do SNI.¹⁰²

1.2.8 – Moradias estudantis

As “casas do estudante” também eram vigiadas. A CEUC (Casa do Estudante Universitário de Curitiba) esteve sob vigilância constante da DOPS/PR pelo menos de 1968 a 1980.¹⁰³ O caso mais conhecido talvez seja o do CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo). Em 1971, a agência paulista do SNI encaminhava à agência central uma “carta mensal” elaborada pelo Serviço de Informações do DEOPS/SP, a qual continha uma detalhada análise das “atividades subversivas ocorridas no CRUSP (...) no período de 1963/1968”.¹⁰⁴ O documento apresentava, em nove páginas, um detalhado “histórico” do CRUSP, organizado em três partes: (1) “origem”; (2) “a subversão estudantil no CRUSP”; (3) “fechamento”.

Na primeira parte, descrevia-se brevemente a ocupação (sempre referida como “invasão”) do conjunto residencial que abrigara atletas dos Jogos Panamericanos, ação

¹⁰² *INFORMAÇÃO n° 0007/75-SçI/DIV/DPF/LDN/PR*, confidencial, de 24/fev/1975, sobre “relação dos livros-texto”, gerada por pedido de busca da seção de informações da PF no Paraná (PB n° 012/75-SI/SR/DPF-PR); encaminhava lista de livros adotados na UEL, na UEM e na Fundação Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Cornélio Procopio. BR-AN-BSB-ZD, pasta 010-002.

¹⁰³ APPR/DOPS, pastas 172.19, 173.19 e 174.19.

¹⁰⁴ *ENCAMINHAMENTO n° 93/SNI/ASP/1971*, de 03/jun/1971, confidencial, do SNI/ASP ao SNI/AC, sobre “subversão no meio universitário”. Encaminhava em anexo cópia de uma “carta mensal”, sem data, elaborada pelo Serviço de Informações do DEOPS/SP, “sobre as atividades subversivas ocorridas no CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo) no período de 1963/1968”. AN/SNI, ACE 29852-71.

1. VIGILÂNCIA

promovida por estudantes da USP em 1963 e que dera origem ao CRUSP.

O título da segunda parte é indicativo de seu teor. Em seis páginas, apresentava longa argumentação que buscava caracterizar o CRUSP como “um verdadeiro quartel general da subversão e corrupção dos costumes”. É interessante observar que, no argumento apresentado pelo “estudo”, além de premissas de teor *político e ideológico*, eram mobilizadas outras de cunho *moral*, relativas, por exemplo, ao uso de drogas e a questões sexuais.

Por fim, na última parte, descrevia-se a violenta ação policial-militar realizada em fins de 1968 por ordens do comandante do II Exército, que determinou a invasão, naquela ocasião, dos prédios do CRUSP, bem como a prisão de centenas de estudantes por tropas fortemente armadas. O documento buscava justificar a ação de diversos modos, fazendo por fim referência ao “IPM-CRUSP”, instaurado após a intervenção policial-militar naquele conjunto residencial.¹⁰⁵

1.2.9 – Lideranças e “inocentes úteis”

Com pequenas variações de nomenclatura, os membros do campo da educação superior costumavam ser classificados, pelos órgãos de vigilância, sobretudo quanto a dois quesitos: perfil ideológico e liderança.¹⁰⁶ Era comum a utilização de termos como “democrata”, “esquerdista”, “subversivo” e “indiferente”, nas qualificações referentes ao primeiro quesito e, quanto ao segundo, de outras como “líder” ou “inocente útil”.¹⁰⁷

Em 1974, em uma informação oriunda da 2ª seção do II Exército, disseminada amplamente, afirmava-se que “as tentativas realizadas, após 1968, para levar os estudantes a participar de movimentos de massa vinham fracassando”, devido à “falta de lideranças

¹⁰⁵ IPM instaurado em 18/dez/1968 pela Portaria nº 15-SJ, baixada pelo então Comandante do II Exército, gen. Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. II Exército. Quartel General. *IPM CRUSP - Relatório*. 7/nov/1969. Acervo Move Brasil <<http://movebr.wikidot.com/crusp:ipm-68>>, reunido por eBooksBrasil <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ipmcrusp.html>>. Acesso em: 04/jun/2012.

O tema será retomado em detalhes no cap. 2, na seção sobre “Métodos repressivos”.

¹⁰⁶ Além de amplamente perceptível na documentação produzida pelos órgãos de vigilância, essa importância atribuída às lideranças era definida doutrinariamente, como exemplifica o *Manual Básico* da ESG, onde se afirmava: “Particular atenção deve ser dada aos *líderes* nos meios políticos, *estudiantis*, sindicais, jornalísticos, religiosos, militares, etc.”. EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 427.

¹⁰⁷ Normalmente, os agentes de vigilância mobilizavam um mesmo vocabulário, bastante peculiar, na caracterização dos perfis ideológicos dos vigiados. Cf., a esse respeito, a seção “Métodos de vigilância”.

1. VIGILÂNCIA

capacitadas a conduzir movimentos de vulto” e ao “vedetismo”.¹⁰⁸

A preocupação abrangia inclusive as lideranças que estavam no exílio, pois os órgãos de vigilância temiam que os líderes pudessem continuar atuando a despeito da distância, dando orientações por meio de correspondências e através de indivíduos que viajassem ao exterior para estabelecer contato com elas. Para fazer frente a isso, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) monitorava as correspondências enviadas para destinatários assinalados pelos órgãos de vigilância como possíveis receptadores de comunicações de lideranças “subversivas”. Órgãos de vigilância acompanhavam o fluxo de brasileiros para outros países, bem como suas atividades no exterior, em alguns casos com a colaboração de órgãos de vigilância estrangeiros.

Exemplar disso é uma informação da agência central do SNI, de 1976, disseminada para todas as suas agências regionais e também para os centros de informações das Forças Armadas. Seu título era sintomático: “brasileiros no exterior programam subversão no meio estudantil”.¹⁰⁹

No documento, informava-se que três estudantes brasileiros, caracterizados como líderes, teriam se reunido na Argentina, em data não identificada (presumivelmente em 1976), quando teriam estruturado, “junto a estudantes brasileiros, uma forma de canalizar o descontentamento estudantil na massa populacional brasileira”.¹¹⁰ Dois desses discentes, segundo a informação, teriam sido banidos do Brasil em 5/set/1969.¹¹¹ Outros, além dos três referidos, teriam estado na citada reunião, sugerindo-se que pretendiam trazer ao Brasil as orientações dos líderes estudantis. Também é afirmado no documento que diretórios acadêmicos estariam mobilizando-se “numa luta de desafio ao Governo brasileiro”.

No documento, das várias afirmações atribuídas aos estudantes, algumas são apresentadas entre aspas, como citações diretas, o que sugere como possibilidades a prisão de alguns daqueles estudantes, com obtenção de informações por meio de torturas ou ameaças,

¹⁰⁸ *INFORMAÇÃO n° 516/74-PSS...* op. cit.

¹⁰⁹ *INFORMAÇÃO n° 1169/19/AC/76*, de 17/dez/1976, confidencial, da agência central do SNI para todas as suas agências regionais, bem como para CIE, CISA e CENIMAR. AN/SNI, ACE 100066-76.

¹¹⁰ Os três estudantes eram Vladimir Palmeira, José Dirceu e outro identificado apenas como Arantes, provavelmente Aldo Arantes.

¹¹¹ Como se sabe, foram Vladimir Palmeira e José Dirceu, enviados ao México junto a outros presos políticos trocados pelo embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, que havia sido capturado em 04/set/1969 na ação conjunta da ALN e do MR-8 no Rio de Janeiro.

1. VIGILÂNCIA

ou a atuação de informante infiltrado na citada reunião. Do mesmo modo, especula-se sobre a possibilidade de eventuais colaborações de órgãos de vigilância argentinos naquela ação.

Dentre os principais temas que aqueles líderes estudantis teriam tratado na suposta reunião, estavam: “a luta pela liberdade de imprensa”; a organização estudantil de “agitação e propaganda sistemática”; a importância da ajuda na difusão dos “panfletos feitos na clandestinidade e passados de mão em mão”; o exemplo de resistência que a ALN e a APML do B estariam dando, ao denunciarem as prisões de jornalistas; a orientação para uso, como motes para protestos estudantis, de temas específicos (como o aumento das taxas de matrícula, a repressão, o Decreto 477, o direito de manifestação e organização dos estudantes, a defesa do ensino gratuito) e gerais (torturas, presos políticos, falta de liberdades democráticas).

A informação indicava a “Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos”, as “quatro Escolas de Medicina de São Paulo: Bragança, Taubaté, Santos e Jundiaí” e a “Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Sorocaba/SP” como instituições onde aqueles estudantes iriam concentrar suas ações.

Mapear no presente o máximo de informações sobre o passado de qualquer indivíduo que poderia tornar-se um “inimigo interno” significava ganhar de antemão uma vantagem decisiva em futuros conflitos. Essa ideia gerava um padrão de pensamento e de ação de vigilância que Marionilde Magalhães¹¹² chamou de “lógica da suspeição”: enraizada na cultura institucional da maioria dos órgãos de vigilância, sobretudo daqueles cujas origens remontavam às primeiras décadas do século 20, fazia com que qualquer pessoa pudesse parecer, aos olhos dos agentes de vigilância, um potencial inimigo.

* * *

1.3 – ESTRUTURA DE VIGILÂNCIA

A partir de 1964, constituiu-se uma complexa rede de vigilância no Brasil, dirigida por um conjunto de órgãos e agentes civis e militares subordinados direta ou indiretamente ao presidente. Apesar de divergências e eventuais conflitos internos, a rede funcionava, tanto

¹¹² MAGALHÃES, Marionilde D. B. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

1. VIGILÂNCIA

devido à adoção de uma estrutura hierárquica de tipo militar quanto em função do sistema de controle social abranger também a si próprio.

Esse último aspecto não constitui novidade, já que é sabidamente uma condição básica para o funcionamento de qualquer organização baseada em hierarquias de comando. Dito de modo coloquial, é preciso saber se a ordem foi cumprida. Um pedido de busca enviado pelo Serviço de Informações da DOPS/PR à 10ª Subdivisão de Polícia de Londrina ilustra como isso ocorria. No documento, a DOPS/PR assinalava que um delegado de polícia daquela subdivisão estava “fazendo declarações aos jornais de grande circulação no âmbito estadual, *prejudicando a imagem da Secretaria de Segurança Pública*”. Posto isso, solicitava à subdivisão informações quanto “a que fato prendem-se tais declarações”, “qual a conduta profissional junto [àquela] subdivisão”, “qual o objetivo visado pelo delegado” e “se está autorizado a dar esse tipo de entrevista”.¹¹³

Em função de vários fatores (aproveitamento de órgãos e grupos preexistentes, disputas por poder etc.), após 1964 foram constituídos *segmentos paralelos de vigilância*. Dentre eles, estavam:

- (1) o do SNI (formado por agentes civis e militares);
- (2) o das polícias civis (incluídos aí os DOPS e a Polícia Federal);
- (3) o dos órgãos militares de informações (segundas seções, escritórios dos adidos, CIE, CENIMAR e CISA);
- (4) o do sistema DOI/CODI, composto por agentes civis e militares e formado a partir da experiência da OBAN.

Esses quatro segmentos de vigilância formavam o que comumente era chamado de “comunidade de informações” e, ao menos oficialmente, deveriam atuar em regime de colaboração.¹¹⁴ No entanto, embora a colaboração ocorresse efetivamente na maioria das vezes, não raro eram estabelecidas “rivalidades” e “confrontos”.¹¹⁵ Há referências também a

¹¹³ *PB S.I. n° 001/77*, de 14/mar/1977, confidencial, do Serviço de Informação da DOPS/PR à 10ª Subdivisão de Polícia de Londrina (10ª SDP/Londrina). APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

¹¹⁴ Alguns estudos analisam tópicos específicos dessas colaborações. Cf., a título de exemplo: RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Dissertação – Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas/SP, 2013.

¹¹⁵ CASTRO, Ayr Fiuza de. Depoimentos. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 39.

1. VIGILÂNCIA

certos preconceitos, por parte dos próprios agentes de vigilância, com relação a colegas de outros segmentos.¹¹⁶ Apesar de tais diferenças, como a documentação demonstra, a colaboração entre os diversos segmentos da estrutura de vigilância existiu e foi *eficaz* em suas funções.

Na vigilância ainda estava presente um *quinto segmento*, em parte externo à “comunidade de informações”, formado pelos ministérios e dirigentes dos órgãos públicos a eles vinculados, bem como pelos órgãos “de segurança e informações” e de “investigação sumária” de cada ministério. No caso do campo da educação superior, tal segmento da estrutura de vigilância era formado pelo MEC, pela DSI/MEC, pela CISMEC, pelas ASI/AESI criadas nas instituições vinculadas ao MEC (inclusive nas universidades) e pelos reitores e dirigentes universitários subordinados a eles, com a colaboração de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos (eventual ou constante, voluntária ou cooptada). A forma como esse setor realizou ações de vigilância mudou ao longo do período em análise, na medida em que alguns desses órgãos e funções foram criados em diferentes momentos após 1964. Apesar dessas transformações, a importância desse quinto segmento, na vigilância dos segmentos sociais sob sua responsabilidade, foi sempre fundamental para o controle da sociedade, notadamente no caso da educação superior.

Uma visão geral da estrutura de vigilância, junto à estrutura repressiva que será delineada no capítulo seguinte, pode ser conferida no *Apêndice A - Estruturas de vigilância e repressão*.

1.3.1 – SNI

As atividades de “informação e contra-informação” no Brasil, como é sabido, remontam pelo menos ao início do século 20. Esse assunto já foi tema de diversos estudos.¹¹⁷

¹¹⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam* - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 129-130.

¹¹⁷ Cf., dentre outros: ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002; FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005; BUZANELLI, Márcio Paulo. *Evolução histórica da atividade de inteligência no Brasil. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Madrid, nov. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/CLAD/2004/2004_IX_CLAD_BUZANELLI.pdf>; LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

1. VIGILÂNCIA

O Conselho de Defesa Nacional, criado por Washington Luiz em 1927, tinha por objetivo reunir informações “relativas à defesa da pátria”. Em 1934, Getúlio Vargas transformou-o no Conselho Superior de Segurança Nacional, criando representações regionais, uma assessoria técnica e também “seções de defesa nacional” nos ministérios civis, origem daquilo que viria a ser, após 1967, as “divisões de segurança e informações”. As atividades de vigilância, nesse contexto, eram realizadas sobretudo pelos DOPS e pelas segundas seções dos órgãos militares.¹¹⁸

Para auxiliar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) em sua atuação na II Guerra Mundial, foi criado o Serviço de Informações e Contra-Informações da FEB, subordinado à 2ª Seção do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.¹¹⁹

Com a Constituição de 1946, surgia o Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Tal órgão só teria sido efetivamente ativado em fins de 1958, com a criação da Secretaria-Geral do CSN. Nesse processo, a ESG cumpriu um papel central.¹²⁰

Paralelamente a isso, é preciso lembrar do conhecido trabalho do “complexo IPES/IBAD” no início da década de 1960 e, particularmente, de Golbery e do acervo reunido, sob sua coordenação, pelo “Grupo de Levantamento da Conjuntura” do IPES, ampla base de dados sobre mais de 400 mil brasileiros, ponto de partida para a criação do SNI.¹²¹

O sistema de controle social estruturado pelo grupo no poder logo após o golpe de 1964 aproveitou-se, portanto, de órgãos que já haviam realizado funções de vigilância em sistemas de controle anteriores (tanto durante o regime ditatorial do Estado Novo quanto no interregno democrático que o sucedeu). Aproveitou-se ainda de um fundamental trabalho de vigilância patrocinado por empresários, profissionais liberais e outros apoiadores e realizado clandestinamente durante o governo Goulart.

Desse modo, em 13/jun/1964 foi criado o SNI, em substituição ao SFICI, o qual legou ao substituto seu arquivo e seus funcionários civis e militares. A Agência Central era então chefiada por Figueiredo. No entanto, desde antes do golpe e até a criação do SNI, o SFICI

¹¹⁸ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio...* op. cit. p. 41-42.

¹¹⁹ BUZANELLI, Márcio Paulo. *Evolução histórica...* op. cit.

¹²⁰ *Ibid.*; FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio...* op. cit. p. 50-51; FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op. cit. p. 77.

¹²¹ DREIFUSS, René. *1964...* op. cit. p. 202-207.

1. VIGILÂNCIA

atuou significativamente em ações de vigilância, como comprovam vários pedidos de busca enviados à DOPS/PR, pelo “serviço”, antes e depois de abril de 1964.¹²²

Em dezembro daquele ano, o SNI foi regulamentado, por meio do Decreto nº 55.194, que previa a criação das agências regionais. As primeiras agências, em ordem cronológica, foram as do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.¹²³ A do Rio de Janeiro já estava em funcionamento pelo menos desde julho de 1964.¹²⁴ O SNI chegou a ter treze agências regionais, responsáveis pela execução das ações de observação e pelo primeiro nível de processamento das informações. Tais agências mantinham arquivos próprios e assessoravam também os governos estaduais.¹²⁵ Eram elas:

- SNI/ABE: Belém/PA;
- SNI/ABSB: Brasília/DF;¹²⁶
- SNI/ABH: Belo Horizonte/MG;
- SNI/ACG: Campo Grande/MS;
- SNI/ACT: Curitiba/PR;
- SNI/AFZ: Fortaleza/CE;
- SNI/AGO: Goiânia/GO (inicialmente era a SNI/NAGO, “Núcleo de Agência de Goiânia”);
- SNI/AMA: Manaus/AM;
- SNI/APA: Porto Alegre/RS;
- SNI/ARE: Recife/PE;
- SNI/ARJ: Rio de Janeiro/RJ;
- SNI/ASP: São Paulo/SP;
- SNI/ASV: Salvador/BA.

A Agência Central do SNI, sediada em Brasília em um prédio de cinco andares – localizado ao lado do que viria a ser, a partir dos anos 1970, a sede da Escola Nacional de

¹²² Cf., por exemplo: *PB nº 505/SPS/113*, de 23/dez/1963, secreto; *PB nº 450/SPS/111*, de 18/abr/1964, secreto; *PB nº 574*, de 05/mai/1964, secreto; *PB nº 788/SPS-PI/160*, de 25/mai/1964, secreto. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

¹²³ ANTUNES, Priscila C. B. *SNI & ABIN...* op. cit. p. 55-56.

¹²⁴ *PB nº 1281/SNI-ARJ*, de 31/jul/1964, ao DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

¹²⁵ LAGÔA, Ana. *SNI...* op. cit. p. 33-34.

¹²⁶ *INFORMAÇÃO nº 557/SNI/ABSB/68 (SS.19/125)*, da “Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações” para vários órgãos de vigilância, dentre eles a agência central. AN/SNI, ACE 4233-83.

1. VIGILÂNCIA

Informações (EsNI) – realizava um segundo nível de processamento das informações. Além disso, coordenava o trabalho daquele segmento da estrutura de vigilância em todo o país. Era também por meio dela que aquele segmento fornecia informações ao grupo no poder, através do chefe do SNI. A Agência Central mantinha em 1980, segundo Lagôa, um arquivo com cerca de 250 mil fichas.¹²⁷ De 1964 a 1988, a Agência Central, a partir de informações obtidas pelas agências regionais e por outros órgãos do sistema de controle, realizou intensa vigilância sobre o campo da educação superior, como comprova a documentação.¹²⁸ Também contribuiu de modo decisivo com o controle daquele campo produzindo suas próprias informações, as quais eram distribuídas para vários órgãos de vigilância, incluindo suas agências regionais.¹²⁹

Em 1970, foi criado o SISNI – Sistema Nacional de Informações, dando sequência ao processo de transformação do sistema de controle iniciado já em 1967. Tratava-se de uma tentativa de coordenar de modo mais eficaz alguns dos principais segmentos da estrutura de vigilância: a do SNI; a dos ministérios civis e suas DSI e ASI/AESI, as quais passavam a integrar os “sistemas setoriais de informações dos ministérios civis”; e a dos órgãos militares de informações, que passavam a compor os “sistemas setoriais de informações dos ministérios militares”. Paralelamente a isso, era criado o SISSEGIN – “Sistema de Segurança Interna no País”, que englobava o segmento DOI/CODI e outros, e que seria formalmente responsável pela área de “segurança”, ou seja, pelas principais ações de repressão, embora também promovesse ações de vigilância de modo contínuo e sistemático.¹³⁰

A despeito das determinações formais, nas práticas o que se percebe, através da

¹²⁷ LAGÔA, Ana. *SNI...* op. cit. p. 33. Sobre as fichas, cf. adiante a seção “Métodos de vigilância”.

¹²⁸ Conforme documentação oriunda da agência central, obtida no Arquivo Nacional/DF.

Cf., a título de exemplo: *INFORMAÇÃO n° 598/66*, de 12/ago/1966, do DOPS/RS para SNI/APA e 2ª Seção do III Exército, sobre o XXVIII Congresso da UNE. AN/SNI, ACE 11224-85; *INFORMAÇÃO n° 557/SNI/ABSB/68...* op. cit.; *INFORMAÇÃO n° 148/SNI/ARJ/69*, de 14/abr/1969, confidencial, da SNI/ARJ para a SNI/AC, sobre “agitação estudantil na Ilha do Fundão”, contendo em anexo “panfletos subversivos” apreendidos na operação policial [não foram localizados]. AN/SNI, ACE 2207-69; *Informação n° 18/CISA...* op. cit. [1973]; *INFORMAÇÃO n° 0196/116/NAGO/SNI/77...* op. cit.; *INFORMAÇÃO n° 034/78-ASI/UFRN...* op. cit.; *INFORMAÇÃO n° 709*, de 08/ago/1979, confidencial, do CIE para AC/SNI e DSI/MEC, sobre suposta “campanha para a desativação da ASI/UFRN”. Documento produzido pela 7ª Bda Inf Mtz, encaminhado ao IV Exército, que o repassou à 7ª Região Militar (7ª RM/DE), a qual, por sua vez, o enviou ao CIE. AN/SNI, ACE 2954-79; *INFORME n° 115/ASI/UFSM/80...* op. cit.; *ACE 13122/87*, de 29/jul/1987, da SNI/ABH para a SNI/AC, sobre “greve dos professores públicos federais em março de 1987”. AN/SNI, ACE 13122-87.

¹²⁹ Um exemplo de informação elaborada pela Agência Central: *INFORMAÇÃO n° 0482/19/AC/79...* op. cit.

¹³⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op. cit. Cap. 2.

1. VIGILÂNCIA

análise das memórias de militares que estiveram à frente de alguns desses órgãos e de documentos produzidos pelos mesmos, é que os cinco segmentos da estrutura de vigilância continuaram atuando com relativa independência entre si, mesmo após a formação do SISNI e do SISSEGIN.

Outro indicativo da pertinência do marco temporal final aqui adotado é o fato de que as atividades de vigilância seguiram ativas ao longo dos anos 1980, a despeito de terem progressivamente perdido, após 1979, o caráter ostensivo que tinham até então. Em *setembro de 1988*, por exemplo, a agência do SNI em Belo Horizonte informava a Agência Central que, no dia 1º daquele mês, “cerca de 500 estudantes da Universidade Federal de Viçosa ocuparam a reitoria daquela entidade com o objetivo de garantir a indicação de Antonio Fagundes de Souza como novo reitor da UFV”, tendo ainda realizado “passeata pelas ruas centrais da cidade”. Concluía avisando que “os estudantes paralisaram as aulas, além de fazerem piquetes em alguns prédios da instituição”.¹³¹

1.3.1.1 – A EsNI e a formação de agentes de vigilância

O SNI possuía uma ampla rede de agentes próprios, mas contava também com colaboradores externos à “comunidade de informações”. Para melhor formar seus agentes, foi criada em 1971 a EsNI, “com base na experiência de um grupo de aproximadamente doze oficiais que estiveram no exterior, por um mês, estudando os serviços de informações de alguns países, como os Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e Inglaterra”. A escola iniciou suas atividades em 1972 e supõe-se que formava anualmente cerca de 120 agentes, dos quais aproximadamente 90 seriam civis.¹³² A função assumida pela escola a partir dos anos 1970 era desempenhada até então pela ESG e pelo CEP (Centro de Estudos de Pessoal, no Rio de Janeiro).¹³³ Entre 27 de novembro e 15 de dezembro de 1972, vários “assessores de segurança e informações” já atuantes na vigilância de instituições de educação superior fizeram um estágio na EsNI. Dentre os 41 estagiários vinculados aos ministérios das

¹³¹ ACE 14309/88, 05/set/1988, sobre ocupação da Reitoria da Universidade Federal de Viçosa. BR-AN-BSB-V8-ABH, ACE-14309-88.

¹³² FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op. cit. p. 82-83.

¹³³ A ESG formou em seu Curso [Superior] de Informações, entre 1959 e 1972, 55 militares das três forças e 64 civis. Cf.: BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. *Curso Superior de Inteligência Estratégica – resumo histórico*. Disponível em: <<http://www.esg.br>>. Acesso em: 14/mar/2014.

1. VIGILÂNCIA

Comunicações, Transportes e Educação e Cultura, havia civis e militares, e a maioria (30) atuava em instituições subordinadas ao MEC. Eram provenientes de 13 estados diferentes, de todas as regiões com exceção da região norte. Dentre os estagiários vinculados ao MEC, havia integrantes da DSI/MEC, da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar¹³⁴), de diversas ASI/AESI (como o coronel Natalício da Cruz Correa, da UFRGS, e Joselito Eduardo Sampaio, da UnB), além de outros órgãos subordinados àquele ministério.¹³⁵

1.3.2 – As polícias civis

A vigilância sobre o campo da educação superior também ocorreu em sistemas de controle social anteriores a 1964, o que permitiu que os órgãos legados ao sistema constituído após o golpe, como os DOPS, já possuíssem, desde os primeiros dias daquele regime ditatorial, uma significativa base de dados sobre indivíduos vinculados àquele campo.¹³⁶ Um “prontuário” do DOPS/MG, cuja última atualização datava de 1962, indicava, a respeito de Heitor Miranda Martins, atividades supostamente ocorridas em: 1935 (participação em reunião da União da Juventude Comunista e em reunião no “diretório acadêmico da Faculdade de Filosofia” para tratar da fundação do “Movimento Universitário de Vigilância Democrática”); 1955 (quando teria sido “excluído do CPOR como comunista, de acordo com a sindicância” aberta “pelo comando do CPOR, por determinação do Exmo. Sr. Gen. Comandante da 4ª RM”); 1956 (quando assinou manifesto, publicado no Jornal do Povo, “conclamando o povo mineiro a contribuir para a campanha dos 20 milhões de ajuda para a Imprensa Popular”); 1959/60 (quando solicitou e obteve atestados “de que não estava sendo processado” por aquele departamento).¹³⁷

¹³⁴ Sobre a FENAME, cf.: FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática...* op. cit.

¹³⁵ Para uma análise detalhada do tema, cf.: MANSAN, Jaime Valim. A formação de agentes de inteligência nos primórdios da Escola Nacional de Informações (Brasil, 1972). In: MARCO, Jorge; SILVEIRA, Helder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim (orgs.). *Violência e sociedade em ditaduras ibero-americanas no século XX: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015 [no prelo].

¹³⁶ Cf., dentre outros: AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWENSSON Jr., Walter Cruz (orgs.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001; REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional...* op. cit.

¹³⁷ *PRONTUÁRIO de Heitor Miranda Martins*. BR MGAPM,XX DMG, pasta 117. Na mesma pasta, há dezenas de outros prontuários semelhantes a esse, inclusive no que diz respeito às indicações de supostos fatos ocorridos antes de 1964.

1. VIGILÂNCIA

Em outro prontuário do DOPS mineiro, afirmava-se, acerca de um professor da Faculdade de Medicina da UFMG, que: em 1937 teria requerido passaporte para ir aos EUA; em 1945 teria participado da reunião de instalação do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, mesmo ano em que teria sido um dos organizadores do comício “Minas Gerais a Luiz Carlos Prestes”, quando teria discursado; em 1950, teria sido um dos presidentes de honra de um congresso contra as armas atômicas; em 1955, teria assinado apelo “contra a preparação da guerra atômica”; em data não indicada, teria participado de “um churrasco em homenagem ao escritor comunista Jorge Amado, realizado em Belo Horizonte”; por fim, assinalava, junto ao endereço do laboratório de sua propriedade, que era “catedrático de Parasitologia da Faculdade de Medicina da UFMG, ex-médico da Força Expedicionária Brasileira”, observando ainda que seria “uma das maiores autoridades brasileiras em esquistossomose, tendo sido convidado nos primeiros meses de 1952 a integrar a Organização Mundial de Saúde, o que aceitou”.¹³⁸

O regime ditatorial instaurado em 1964 encontrou pronta uma ampla rede de polícias civis estaduais, que abrangia quase todos os estados do país. Apenas algumas unidades federativas não possuíam órgão no formato DOPS, como pode ser visto no Quadro 1, abaixo. Nesses casos, as atividades de vigilância eram executadas por entidades análogas, também subordinadas às respectivas secretarias de segurança pública.¹³⁹ Observe-se que, em alguns casos (e inclusive antes de 1964), o cargo de secretário estadual de segurança pública era concedido a oficiais militares (no caso da SSP/PR, o *coronel* que ocupava o cargo pelo menos desde 1963 foi mantido após abril de 1964).¹⁴⁰ Depois da imposição do AI-5, essa prática teria se tornado uma regra, indicando outro aspecto do processo de militarização do sistema de controle, referido na Introdução.¹⁴¹

Nesse mesmo sentido, é fundamental destacar a criação, após 1967, de divisões de segurança e informações também nas secretarias estaduais de segurança pública.¹⁴² Assim

¹³⁸ PRONTUÁRIO de Amílcar Vianna Martins. BR MGAPM,XX DMG, pasta 117-b.

¹³⁹ APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

¹⁴⁰ OFÍCIO n° 290, de 18/ago/1964, do cel. João Batista Lopes, delegado-chefe da 14ª Subdivisão Policial (Paranavaí/PR) ao cel. Italo Conti, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná; OFÍCIO s/n°, secreto, de 14/jan/1964, enviado pelo ten. cel. Italo Conti, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, ao SFICI, em resposta ao PB n° 505/SPS/113, de 23/dez/1963, secreto, enviado pelo SFICI àquela SSP. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

¹⁴¹ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op. cit. p. 115.

¹⁴² Cf., a título de exemplo, o telegrama enviado por Ernani Carlos da Silva, “chefe da DISI/SSP/GO [Divisão

1. VIGILÂNCIA

como no caso da DSI/MEC, a criação desses órgãos nas SSP resultava em uma colaboração mais efetiva entre aquele segmento da estrutura de vigilância e o do SNI.

As delegacias estaduais tinham órgãos específicos para o trabalho de vigilância. A nomenclatura variava: “serviço de informações” no DEOPS/SP, “centro de informações” na DOPS/PE etc.¹⁴³ Apesar disso, as funções exercidas por tais órgãos eram idênticas. Observe-se ainda que esse tipo de órgão já existia nos DOPS antes de 1964, como exemplifica o caso do Departamento de Vigilância Social do DOPS/MG que, como indicam vários documentos, estava plenamente ativo antes do golpe.¹⁴⁴

As seções de Arquivo dos DOPS cumpriam a função de armazenar e organizar a massa de dados produzida pelos agentes de vigilância. Isso era fundamental, pois permitia a produção de informações “confiáveis” (na ótica dos agentes e órgãos de vigilância) a partir do cruzamento desses dados arquivados com outras fontes de informação.

de Segurança e Informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública de Goiás]” ao DOPS/ PR em 20/jun/1975, solicitando informações sobre determinados indivíduos. APPR/DOPS, pastas 875.108 e 889.109.

¹⁴³ *CARTA MENSAL n° 8*, fev/1975, elaborada pelo Serviço de Informações do DEOPS/SP. ALAPA/DOPSE, pasta 61; *PB n° 034/81*, de 04/set/1981, confidencial, sobre M.V.B.P., da ASI da Delegacia do MEC em PE (ASI/DEMEC/PE) ao Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do PE (CI/SSP/PE). APEJE/DOPS, pasta 27.420.

¹⁴⁴ Prontuários diversos. BR MGAPM,XX DMG, pasta 117-a.

Quadro 1 - UFs com DOPS antes de 1964

Região	UF	UF existente em 1964	DOPS antes de 1964
Centro-oeste	DF	x	x
	GO	x	x
	MS		
	MT	x	
Nordeste	AL	x	x
	BA	x	x
	CE	x	x
	MA	x	
	PB	x	x
	PE	x	x
	PI	x	
	RN	x	x
Norte	AC	x	
	AM	x	
	AP	x	
	PA	x	x
	RO		
	RR	x	
	TO		
Sudeste	ES	x	x
	GB	x	x
	MG	x	x
	RJ	x	x
	SP	x	x
Sul	PR	x	x
	RS	x	x
	SC	x	x

Fonte dos dados: APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

Sistematicamente, toda informação, após ser processada, era encaminhada para a seção de Arquivo, por meio de anotações, feitas no verso do documento, do tipo “ao Arquivo para informação”.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Apenas a título de ilustração, cf.: *PB n° 034/1981*, de 04/set/1981, da ASI da Delegacia do MEC em PE

1. VIGILÂNCIA

Em 29/nov/1988, a DOPS/PE elaborou uma lista com os dados básicos de mais de 2.800 “pessoas com antecedentes criminais de ordem política” registrados naquele órgão de vigilância. O extenso volume de 255 folhas, encaminhado à DPF como meio para averiguação de “registro de antecedentes” daqueles indivíduos, é indicativo da intensa atividade de vigilância, inclusive em regime de colaboração entre diferentes órgãos, que continuava sendo praticada mesmo *em fins de 1988*. Além de justificar o recorte temporal aqui adotado, indica que o processo de transição não implicou em diminuição das ações de vigilância.¹⁴⁶

O Departamento de Polícia Federal (DPF) era subordinado ao Ministério da Justiça, um dos mais poderosos e intensamente envolvido em ações repressivas.¹⁴⁷ A Polícia Federal possuía superintendências regionais em vários estados do país. Integravam tais órgãos “serviços de informações”, cujos agentes realizavam atividades de vigilância sobre vários segmentos sociais, dentre eles o campo da educação superior.¹⁴⁸ Além disso, o DPF possuía um órgão central destinado ao processamento de informações e à coordenação das atividades de vigilância: o Centro de Informações do DPF (CI/DPF).¹⁴⁹ Outro órgão do DPF, o “Departamento de Operações”, também possuía um serviço de informações, que dentre outras atividades cotidianas era responsável pela disseminação de informações como o “Sumário do setor político nacional”, enviado via *telex* diariamente.¹⁵⁰ O de 8/dez/1968, por exemplo,

(ASI/DEMEC/PE) para o CI/SSP/PE, solicitando dados sobre o “Diretor Geral do Departamento de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco”. APEJE/DOPS, pasta 27.420.

¹⁴⁶ APEJE/DOPS, pasta 29.930.

¹⁴⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op. cit. p. 84.

¹⁴⁸ *INFORMAÇÃO s/nº*, de 30/ago/1968, não classificado, do Agente Auxiliar Carlos Alves Pereira ao Chefe do Centro de Operações da Delegacia Regional da Polícia Federal no Paraná e Santa Catarina, com dados pessoais de alunos de vários cursos da Universidade Católica e da Universidade Federal do Paraná, bem como sobre a participação na política estudantil por parte de alguns deles. APPR/DOPS, pasta 1393.165.

Cf. também: BR-AN-BSB-ZD, pastas 008-009 (referências aos SI da DPF no PR, PE e RJ) e 004-019 (referência ao SI da PF de Londrina).

¹⁴⁹ *INFORMAÇÃO nº 3122/73*, do CI/DPF, em 1/ago/1973, confidencial, encaminhando informação do CIE para SRs e DPFs regionais, sobre periódico “Campanha”, “criado por exilados brasileiros em Santiago do Chile, em fevereiro de 1973”, que estaria organizando “uma campanha de repúdio ao golpe militar de 1964 no Brasil”. O jornal teria abordado, dentre outros temas, a repressão e a política educacional do regime militar. Ao final, determinava-se “o acompanhamento cuidadoso da imprensa local, com o objetivo de caracterizar a veiculação dessa propaganda, seja de forma direta ou velada”. BR-AN-BSB-ZD, pasta 010-002.

Cf. também: BR-AN-BSB-ZD, pasta 005-013; *INFORMAÇÃO nº 0482/19/AC/79...* op. cit. Enviada pela SNI/AC ao CI/DPF, dentre outros.

¹⁵⁰ Conferir, a título de exemplo: *SUMÁRIOS do setor político nacional*, de 6 a 8/dez/1968, do Serviço de

1. VIGILÂNCIA

assinava que “cerca de 100 estudantes estiveram reunidos no ‘CRUSP’, dando continuação ao Congresso de Ibiúna”. Na ocasião, o DPF era dirigido por um *militar*, o gen. José Bretas Cupertino, o que assinala outro aspecto do já referido processo de “militarização da burocracia”, neste caso em órgãos civis de vigilância.¹⁵¹

1.3.3 – Os órgãos militares de vigilância

Composto tanto por órgãos que já existiam antes do golpe, como o CENIMAR (criado em 1955) e as segundas seções, quanto por outros surgidos após 1964, como o CIE (1967) e o CISA (1968), esse setor da estrutura de vigilância teve importante atuação desde os primeiros dias de regime, mas cresceu (em tamanho e poder) notadamente a partir do governo Costa e Silva. A história desses órgãos é bastante conhecida, motivo pelo qual enfatizarei suas ações de vigilância sobre o campo da educação superior, mencionando aspectos mais gerais apenas no que for estritamente necessário.¹⁵²

A documentação demonstra à exaustão a participação de todos os mencionados órgãos na vigilância do campo da educação superior. Em 1968, por exemplo, a 2ª Seção da 5ª Região Militar difundia informação relativa a um “seminário estudantil”, promovido pela União Paranaense de Estudantes (UPE), “diretórios centrais dos estudantes da federal e da católica”, Movimento Estudantil Livre (MEL) “e diversos diretórios acadêmicos”.¹⁵³

Entre 23/mar/1972 e 10/jul/1974, a 2ª Seção do IV Exército enviou à DOPS/PE pelo menos 1.043 documentos confidenciais.¹⁵⁴ A Seção de Informações do Departamento de Ordem Social daquela DOPS criou um livro de protocolo para registro daquela documentação.¹⁵⁵ Eram pedidos de busca, informações, informes e ofícios sobre os mais

Informações do Departamento de Operações do DPF (SI/DO/DPF) ao MEC. AHRS/ATD.

¹⁵¹ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia...* op. cit. Aqui se trata de militarização como ocupação de postos da burocracia civil por militares, embora isso também implicasse, em certa medida, na imposição do *ethos* militar à burocracia civil. A mencionada ocupação do cargo de Secretário Estadual de Segurança Pública por militares é outro exemplo disso.

¹⁵² Para um breve histórico dos referidos órgãos, cf.: FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op. cit. p. 89-94.

¹⁵³ *INFORMAÇÃO n° 157-E2/68*, de 06/jun/1968, confidencial, da 2ª Seção da 5ª Região Militar para III Exército, SNI/ACT, DPF/PR e DOPS/PR, sobre “seminário estudantil”. APPR/DOPS, pasta 1575.190.

¹⁵⁴ Maio a dezembro de 1972: 436 documentos; janeiro a dezembro de 1973: 457; janeiro a julho de 1974: 150.

¹⁵⁵ *PROTOCOLO 2ª Seção IV EX.* APEJE/DOPS, pasta 1025.

1. VIGILÂNCIA

diversos assuntos.¹⁵⁶ Pelo menos 5,4% da documentação dizia respeito à educação em geral. Analisando-se por tipo de documento, o assunto correspondia a 4,1% dos pedidos de busca, 6,3% das informações, 6,9% dos informes e 5,3% dos ofícios. Embora esses percentuais sejam significativos, é bastante provável que estejam bem abaixo da proporção real. Esta é de difícil aferição, posto que, naquele livro de protocolo, a descrição temática em alguns registros não permitia tal precisão.¹⁵⁷ Apesar disso, tal documento possibilita a identificação, mesmo que aproximada, de características importantes da troca de dados entre aqueles dois órgãos de vigilância. Sobretudo, demonstra a participação significativa das segundas seções do Exército nos processos de vigilância, mesmo depois da criação do CIE.

Havia grande preocupação com o não vazamento das informações destinadas ao uso interno à estrutura de vigilância. Isso fica particularmente evidente nas classificações de sigilo, geralmente informadas em grandes letras vermelhas. Essa preocupação também se manifestava no uso frequente de carimbos que indicavam a responsabilidade pelo sigilo do documento por parte de toda pessoa que dele tomasse conhecimento.

Um exemplo desse tipo de preocupação é dado por um encaminhamento de documentos efetuado, em janeiro de 1979, pelo Serviço de Informações do Gabinete do Secretário de Segurança Pública de Alagoas à Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica daquele estado (DOPSE/AL).¹⁵⁸ Os documentos haviam sido encaminhados ao gabinete do secretário, em dezembro de 1978, pela 2ª Seção do 59ª Batalhão de Infantaria Motorizada da 7ª Região Militar do IV Exército, de Maceió. Indicando tratar-se de “documentos anônimos recebidos”, observava: “para conhecimento dessa Agência, encaminhamos os documentos em anexo, que anonimamente foram remetidos a esta AI [agência de informações]. *A cópia autêntica parece ser verdadeira, indicando ‘vazamento’ nos arquivos dessa secretaria*”.

A Polícia Militar (PM), por meio de suas segundas seções, também estava envolvida na vigilância da sociedade e, inclusive, do campo da educação superior. Em 1977, a 2ª Seção

¹⁵⁶ Também havia referência a um tipo de documento indicado como “SICI” (apenas uma ocorrência, não relacionada com educação). Ainda não foi possível identificar o significado da sigla.

¹⁵⁷ Em muitos pedidos de busca, por exemplo, indicava-se apenas o nome dos indivíduos em relação aos quais eram solicitadas maiores informações, não sendo possível, por esse motivo, saber se tinham algum vínculo com o campo da educação superior sem realizar levantamentos biográficos (o que aqui seria inviável).

¹⁵⁸ *ENCAMINHAMENTO n° 01/SI/SSP/1979*, de 10/jan/1979, do SI/SSP/AL à DOPSE/AL. ALAPA/DOPSE, pasta 47.

1. VIGILÂNCIA

da PM do Paraná elaborou e disseminou informe sobre a APESUL.¹⁵⁹ Do mesmo modo, em 1980, a 2ª Seção da PM de Alagoas encaminhava documento ao Serviço de Informações da DOPSE/AL, ao 59º Batalhão de Infantaria Motorizada (59º BIMtz) e ao Serviço de Informações da DPF em Alagoas (SI/DPF/AL). Era a cópia de um panfleto contra cobrança de taxa de coleta de lixo em Maceió, por meio do qual algumas entidades de oposição convocavam a população para ato de protesto. O panfleto era assinado por associações de bairros, por partidos de oposição (PT, PTB e PMDB), por sindicatos (jornalistas e radialistas), pela Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos e pelo Diretório Central dos Estudantes da UFAL (DCE/UFAL).¹⁶⁰

Além das segundas seções, CIE, CISA e CENIMAR também atuaram intensamente na vigilância do campo da educação superior. Conforme indicado anteriormente, em 1975 o CIE esteve bastante envolvido na análise das causas do suposto “surgimento de ‘células de subversão intelectual’” na USP.¹⁶¹ Em 1969, o recém criado N-SISA (Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica) tratava da “subversão no meio estudantil de Natal no mês de dezembro de 1968 e janeiro de 1969”.¹⁶² Em 1973, já como CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), realizava vultosa ação de vigilância, mencionada anteriormente, relativa a um convênio entre a UnB, a SUDECO, o Projeto Rondon e as prefeituras de Aragarças e Barra do Garças.¹⁶³ Note-se que, naquela ação, estavam envolvidas também a DSI/MEC e a DSI/MJ, divisões com as quais o CISA já havia trocado informações relativas àquela operação de vigilância.¹⁶⁴ Também as polícias civis colaboravam com os órgãos militares de vigilância, como indica uma informação enviada em 1979 pelo DGIE/RJ à

¹⁵⁹ *INFORME n° 094/77-PM/2/PMPR*, confidencial, da 2ª Seção da PM/PR à 5ª Região Militar do III Exército, ao DOPS/PR e ao CISESP. APPR/DOPS, pasta 100.12.

¹⁶⁰ *ENCAMINHAMENTO n° 004/PM2/PMAL/1980*, de 04/fev/1980, confidencial. ALAPA/DOPSE, pasta 53.

¹⁶¹ *INFORMAÇÃO n° 1915/S-102-A4-CIE...* op. cit.

¹⁶² *ENCAMINHAMENTO n° 182/NSISAER/RJ*, de 25/mar/1969, confidencial, do N-SISAER/RJ para SNI/AC; DSI/MEC; DSI/MJ e N-SISAER/BR. AN/SNI, ACE 620-69.

¹⁶³ *INFORMAÇÃO n° 18/CISA...* op. cit. Os decretos n° 63.005 e 63.006, ambos de 17/jul/1968, criaram no Ministério da Aeronáutica o SISA e o N-SISA, subordinados ao ministro e com ligação com o SNI. Houve algumas mudanças em 1969 e, no ano seguinte, o decreto n° 66.608, de 20/mai/1970, substituiu o N-SISA pelo CISA, reunindo material oriundo do N-SISA e das segundas seções do Gabinete do Ministro e do Estado-Maior da Aeronáutica. O decreto n° 85.428, de 27/nov/1980, renomeou o CISA para Centro de Informações da Aeronáutica (CIA), o qual foi extinto em 13/jan/1988, por meio do decreto n° 85.428.

¹⁶⁴ Na informação, o CISA solicitava à DSI/MEC a “complementação do PB n° 99/CISA de 23/abr/1973”, e às DSI/MJ e DSI/MEC que indicassem “as possibilidades de ação contra os elementos já infiltrados [naquele projeto] e levantados pelos OI [órgãos de informações]”, indicando ainda, em referência, o PB n° 631/DSI/MEC, de 12/fev/1973.

1. VIGILÂNCIA

2ª Seção do III COMAR, por esta repassada ao CISA, sobre a realização de um “congresso interno” na PUC-RJ divulgada através de panfleto do DCE daquela instituição de educação superior (IES).¹⁶⁵

Em 1970, o CENIMAR disseminava amplamente uma informação com uma relação, com fotos, de 80 “elementos subversivos indiciados em IPMs instaurados na Marinha e que se encontram foragidos”.¹⁶⁶ Pedia que fossem avisados se alguns estivessem detidos ou caso seu paradeiro fosse conhecido. Integravam aquela lista vários indivíduos vinculados ao campo da educação superior, como Honestino Guimarães, por exemplo.

1.3.4 – OBAN e DOI/CODI

A história da Operação Bandeirante (OBAN) e do DOI-CODI é bastante conhecida.¹⁶⁷ A OBAN, órgão clandestino, reunia agentes das três Forças Armadas, bem como do DEOPS-SP, DPF, Polícia Civil e Polícia Militar. Seu comando cabia ao Exército e sua “missão” era “combater a subversão e o terrorismo”.¹⁶⁸ Tinha por base a 36ª Delegacia de Polícia, em São Paulo, na Rua Tutóia. Empresários como Paulo Sawaia e Henning Boilesen, grandes bancos, a FIESP e destacados políticos, como o futuro ministro Delfim Netto, o prefeito Paulo Maluf, o governador Abreu Sodré e o secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, eram responsáveis pelo apoio ao órgão, sobretudo em termos financeiros.

Sendo uma organização clandestina, sustentada em boa parte com recursos privados, a

¹⁶⁵ *INFORMAÇÃO n° 480/79-I/A-2-III COMAR*, da 2ª Seção do III COMAR ao CISA/RJ, repassando informação oriunda do DGIE/RJ sobre “Congresso Interno - Pontifícia Universidade Católica”, 24/mai/1979, confidencial. BR-AN-BSB-VAZ, pasta 077-0051.

¹⁶⁶ *INFORMAÇÃO n° 0082/70*, de 04/mar/1970, confidencial, do CENIMAR para vários DOPS, várias segundas seções e, ainda, para SNI, DPF, CIE, CISA, DSI/MJ e DSI/MRE. APPR/DOPS, pasta 1345.159.

¹⁶⁷ Cf.: JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: EDUSP, 2013; FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op. cit. p. 115.

¹⁶⁸ Joffily também entende que as noções de “subversão” e “terrorismo” não eram equivalentes, vendo esta como uma forma daquela: “Embora a distinção entre ‘subversão’ e ‘terrorismo’ não esteja explícita na documentação pesquisada, supõe-se que o termo ‘subversivo’ aplique-se a todos aqueles que possuíam uma opinião política discordante daquela professada pelas autoridades do regime militar, particularmente os indivíduos próximos às organizações de esquerda ou membros das mesmas, ao passo que ‘terrorista’ dirija-se, mais especificamente, aos militantes de organizações que se dedicavam a ações de luta armada”. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. 349 f. Tese – Doutorado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 32, nota 81.

1. VIGILÂNCIA

OBAN tinha a “liberdade de ação” que os militares mais radicais tanto desejavam. Em 1970, o modelo da OBAN foi adotado na criação do sistema DOI/CODI, o que representou uma articulação fundamental entre alguns setores de vigilância e repressão, sobretudo as polícias civis e os órgãos militares de informações. O vínculo com o segmento militar de vigilância era muito forte, em função da subordinação ao Exército.

Uma das principais atividades de vigilância desenvolvidas pelos agentes do DOI era a infiltração, notadamente nos grupos de luta armada. Para tanto, nenhum detalhe poderia ser esquecido. Assim, e demonstrando mais uma forma de colaboração entre os diversos setores da estrutura de vigilância, a DOPS/PR forneceu, ao DOI responsável por aquela região, uma série de carteiras de identidade falsas. As SSP eram órgãos responsáveis pelo fornecimento daquele tipo de documento à população, o que tornava impossível a detecção da ‘falsidade’ dos documentos que produzia para o DOI.¹⁶⁹

A colaboração logística da DOPS/PR com aquele DOI não se restringia à falsificação de documentos. Como assinalou Fiúza de Castro, o DOI “era uma unidade que (...) não tinha serviços, não tinha burocracia”, por isso “tinha de ser acoplada a uma outra unidade qualquer para prover rancho, toda a espécie de apoio logístico, prover tudo”. Fiúza chefiou o CODI do I Exército, no Rio de Janeiro. Lá, a unidade “estava acoplada à Polícia do Exército. (...) A PE fornecia ao DOI comida, rancho, xadrez, guarda (...) enfim, fornecia toda a estrutura”.¹⁷⁰ No Paraná, embora não tenha sido possível descobrir a qual órgão o DOI estava acoplado, sabe-se que não era à DOPS/PR. Apesar disso, a delegacia prestava importante apoio logístico àquele destacamento. Além das carteiras de identidade para a infiltração de agentes, a DOPS/PR cedia suas instalações para realização de interrogatórios pelos agentes do DOI. Em 1978, o comandante daquele DOI solicitava ao Delegado Titular da DOPS/PR que franqueasse “o uso das dependências dessa especializada [a DOPS/PR], quando dos depoimentos dos civis envolvidos na ocorrência” investigada pela sindicância chefiada pelo “Dr. Adolfo Moreira”, “visando o sigilo (...) [das] instalações” ocupadas pelo DOI.¹⁷¹

¹⁶⁹ Cf., por exemplo, o *Ofício nº 165/DOI*, de 31/ago/1978, confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado de Ordem Política [e Social] do Paraná, sobre “devolução de [43] cédulas de identidade funcional da DOPS/PR”, assim como vários outros documentos que também integravam a pasta “DOI” do arquivo do DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

¹⁷⁰ CASTRO, Ayr Fiúza de. Depoimentos... op. cit. p. 52.

¹⁷¹ *OFÍCIO nº 25/DOI*, de 23/jan/1978, confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado Titular da DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

1. VIGILÂNCIA

A DOPS/PR ainda contribuía significativamente com o fornecimento de informações àquele DOI.¹⁷² A troca de informações era recíproca. O DOI também fornecia informações à DOPS/PR, como exemplifica um ofício sobre um professor da UFF, cujo prontuário era encaminhado pelo DOI da 5ª RM/DE à DOPS/PR. No documento, constavam afirmações oriundas tanto daquele DOI quanto do DOI do I Exército, indicando troca de informações entre os órgãos do sistema DOI/CODI. Dentre tais afirmações, várias comprovam, de maneira indireta, o uso sistemático da tortura, como, por exemplo:

O nominado foi detido no dia 27 de janeiro de 1978 e recolhido a este Destacamento (...). *Em declarações prestadas a um interrogador do DOI/I Ex*, nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 1978, nas dependências deste Destacamento, confirmou sua filiação ao PCB/RJ em março de 1970, aliciado por...¹⁷³

Em outro caso, ainda mais evidente, um estudante fora “preso pela guarda da residência” de um general, em 11/set/1977, “por estar rondando a propriedade e tentando tirar fotografias do local”. Segundo os documentos, foi “interrogado” por diferentes “equipes”, nos dias 11 (das 21h30 às 00h30), 12 (19h às 00h30) e 14 (das 10h às 11h40), totalizando mais de dez horas de “interrogatórios”.¹⁷⁴ Como se sabe, a tortura era parte fundamental dos métodos utilizados em tais interrogatórios.¹⁷⁵

Observa-se assim que o sistema DOI/CODI contribuiu com a vigilância do campo da

¹⁷² *OFÍCIO n° 09/DOI*, s/d (jan/1978), confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná, solicitando antecedentes de Miguel Dinizo; *OFÍCIO n° 071/DOI*, de 06/mar/1978, confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná, solicitando antecedentes de Katherine Lovejoy. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

¹⁷³ *PRONTUÁRIO n° 890*, sobre Paulo Antônio de Oliveira Gomes, sem classificação de sigilo, do DOI/5ª RM/DE ao DOPS/PR, encaminhado em anexo ao *Ofício n° 076/DOI*, de 13/mar/1978, confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

¹⁷⁴ *OFÍCIO n° 177/DOI*, de 15/set/1977, confidencial, do Comandante do DOI/CODI/5ª RM/DE Ten. Cel. Zuiderzee Nascimento Lins ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná, tendo em anexo ficha, “declarações” e “resumo das declarações” do estudante Edyr Jaccoud d’Azeredo Filho. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

¹⁷⁵ No chamado “Manual do Interrogatório”, documento confidencial produzido pelo CIE em 1971, várias indicações apontam para o caráter sistemático da tortura nos interrogatórios. Em um trecho, por exemplo, afirma-se que “se o prisioneiro tiver de ser apresentado a um tribunal para julgamento, *tem de ser tratado de forma a não apresentar evidências de ter sofrido coação em suas confissões*” (p. 210). MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Gabinete do Ministro. CIE. *Interrogatório*. 1971. Confidencial. Documento integrante do APPR/DOPS, reproduzido em: MAGALHÃES, M. B. Documento: manual do interrogatório. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 40, p. 201-240, 2004, Ed.UFPR.

Para uma análise mais detalhada, cf.: JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem...* op. cit.

1. VIGILÂNCIA

educação superior, notadamente em relação àqueles agentes vinculados a grupos de luta armada. Evidentemente, toda essa colaboração não foi especificidade dos DOI paranaense e carioca, mas uma característica marcante do segmento da estrutura de vigilância formado pelo sistema DOI/CODI.

1.3.5 – MEC

O MEC teve papel decisivo na promoção da “Operação Limpeza” nas instituições de educação superior, logo após o golpe.¹⁷⁶

A partir de 1967, no âmbito do processo de desenvolvimento daquele sistema de controle social, foram criadas nos ministérios, por meio da chamada “Lei de Reforma Administrativa” (Decreto-lei nº 200, de 25/fev/1967), as “divisões de segurança e informações” (DSI), em substituição às antigas “seções de segurança nacional” que, como veremos mais adiante, não encontravam-se totalmente desativadas (ao menos no caso do MEC).

As DSI subordinavam-se formalmente ao respectivo ministério, mas eram “coordenadas” pelo SNI. Isso significa que, embora o cliente preferencial de cada DSI fosse o ministro da pasta onde estava atuando, o SNI tinha alguma influência sobre seu funcionamento. De qualquer modo, a criação de um desses órgãos ‘híbridos’ no MEC proporcionou uma significativa centralização das atividades de vigilância em torno daquele ministério e, particularmente, sob direção do ministro, o que fica bastante claro na documentação do Acervo Tarso Dutra.¹⁷⁷

Essa crescente atuação *direta* do MEC nos processos de vigilância sobre o campo da educação superior foi incrementada a partir de 10/jan/1969, com a criação da CISMEC. A função da referida comissão era realizar o mesmo trabalho de vigilância que as “comissões

¹⁷⁶ A “Operação Limpeza” foi um amplo processo de vigilância e repressão implementado logo após o golpe de 1964, com o objetivo de garantir rápido e eficaz controle sobre as instituições públicas civis e militares. Cf.: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*... op. cit.

Sobre o papel do MEC e o impacto da “Operação Limpeza” nas universidades, cf.: MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit.

¹⁷⁷ A respeito da gestão de Tarso Dutra no MEC (1967-1969) e do acervo referido, ver: Id. O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969). *Militares e política* (UFRJ), v. 7, p. 76-99, 2010.

1. VIGILÂNCIA

especiais de investigação sumária” haviam feito em 1964, mas de modo centralizado e sob comando direto do ministro da Educação e Cultura. No MEC – assim como, ao que parece, nos demais ministérios – esse padrão começou no final dos anos 1960 e continuou vigente durante a década de 1970.

1.3.5.1 – As assessorias de segurança e informações

A partir de 1968, também foram instituídas, nas empresas públicas, autarquias e fundações, as “assessorias (especiais) de segurança e informações” (ASI/AESI), subordinadas às respectivas DSI.¹⁷⁸ Em alguns casos, eram chefiadas por militares; em outros, por civis que, em sua maioria, já integravam o quadro da própria instituição. Foi o caso da AESI da UFPB, que, no início dos anos 1970, era chefiada pelo prof. Luna de Carvalho.

Aquela assessoria, aliás, parece ter sido considerada pela DSI/MEC como um modelo para as demais, naquela fase em que as ASIs e AESIs ainda estava sendo organizadas (embora algumas, como a da UFRGS, já funcionassem desde o final dos anos 1960). Em maio de 1971, Luna de Carvalho encaminhava à reitoria da UnB uma cópia de seu regimento interno, por ordem do reitor da UFPB, Guilardo Martins Alves, “a título de colaboração”, na medida em que aquela assessoria teria sido “organizada como plano pioneiro, de conformidade com a orientação ministrada pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura”.¹⁷⁹

As ASI/AESI atuaram efetivamente na vigilância do campo da educação superior. Apenas a título de ilustração, observe-se o monitoramento desempenhado pela ASI da Fundação Universidade Estadual de Londrina (ASI/FUEL) sobre o 1º Congresso Londrinense de Direito. Promovido pela Associação de Advogados de Londrina/PR e realizado em agosto de 1977 no Anfiteatro da Associação Comercial daquela cidade, o evento contou com a

¹⁷⁸ A despeito da nomenclatura, não foram identificadas diferenças substanciais entre as ASI e as AESI. Para uma análise do papel das ASI/AESI, cf.: MOTTA, Rodrigo P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2008, v. 9, n. 16, p. 30-67.

¹⁷⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Assessoria Especial de Segurança e Informações. *Ofício nº 172/AESI/UFPB*, de 25/mai/1971, do chefe da AESI/UFPB, Prof. Luna de Carvalho, para Amadeu Cury, reitor da UnB, encaminhando regimento interno da AESI/UFPB. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-012. Segundo Motta, Guilardo Martins era militar. Cf.: MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 48.

1. VIGILÂNCIA

participação de palestrantes paranaenses, paulistas e cariocas, bem como de ouvintes oriundos de Curitiba e de outras capitais, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. Além deles, também estavam presentes infiltrados do sistema de controle, que realizaram secretamente a vigilância do evento e a reportaram aos principais órgãos da “comunidade de segurança e informações”.

Um mês antes de sua realização, a ASI/FUEL notificou a DSI/MEC que o evento já estava sendo divulgado, indicando detalhes da programação e do grupo que organizava o congresso, inclusive assinalando, dentre eles, aqueles que tinham algum registro nos arquivos daquela ASI. Deu destaque para o professor que ocupava a função de presidente da Comissão Executiva do evento, considerado por aquele órgão de vigilância como simpático ao grupo “Poeira de Esquerda Estudantil”, que estaria dirigindo o DCE da FUEL naquela ocasião. Assinalava ainda que aquele docente teria mantido “destacada atuação por ocasião da repreensão policial ao Debate sobre Direitos Humanos e Assembleia Constituinte, promovido pelo DCE/FUEL”, e que, naquela ocasião, teria dirigido “críticas ao governo pela proibição ao referido debate”. Observava ainda que o professor teria sido demitido de agência do Banco do Brasil em Londrina, onde atuava como advogado, deixando em aberto, como possibilidade, um afastamento por questões políticas. Além disso, solicitava que os órgãos de segurança analisassem o cartaz de divulgação do evento (enviado em anexo), “pois a gravura ali representada é sugestiva e enseja mensagem ou palavra de ordem de grupos esquerdistas”. A imagem: uma mão soltando uma pomba...¹⁸⁰

Após a realização do evento, a ASI/FUEL encaminhou um detalhado relatório à DSI/MEC e à DOPS/PR, as quais repassaram as informações aos principais órgãos da “comunidade de informações”, dentre eles o CIE, o SNI e o DPF. No relatório, os dados de cada conferência (tema, conferencista, data etc.) eram sempre seguidos de um parecer acerca da ausência ou da presença de “conotação política” nas falas proferidas naquela atividade. Quando identificada, os aspectos considerados indicadores de “conotação política” eram descritos em detalhes. As eventuais entrevistas dadas pelos conferencistas à imprensa local também eram assinaladas e, quando publicadas, anexava-se cópia de recorte da respectiva

¹⁸⁰ *INFORMAÇÃO n° 064/77-ASI/FUEL*, de 13/jul/1977, confidencial, da ASI/FUEL para a 2ª Seção da PM/PR, DOPS/PR, 2ª Seção da 5ª RM/DE, Seção de Informações da DPF/PR e SNI/ACT, sobre “1º Congresso Londrinense de Direito”. APPR/DOPS, pasta 329.39.

1. VIGILÂNCIA

reportagem no relatório.¹⁸¹

A colaboração entre as ASI/AESI que atuavam em instituições de educação superior e as polícias estaduais era significativa, e tanto os DOPS forneciam informações às assessorias quanto o inverso. Exemplo disso é dado por uma informação enviada pela AESI/UFPE à DOPS/PE, em resposta a um pedido de busca que a delegacia enviara àquela assessoria.¹⁸²

Outra preocupação das ASI/AESI nas universidades (e, possivelmente, também em outras assessorias do tipo) dizia respeito às críticas feitas a elas. Disso é exemplar uma informação confidencial produzida pela 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, encaminhada pelo CIE à agência central do SNI e à DSI/MEC.¹⁸³ Contendo várias cópias de recortes de jornais, buscava alertar para uma suposta “campanha”, por parte de determinados jornalistas, cujo objetivo seria “sensibilizar a *opinião pública* e a nova direção da UFRN, no sentido de desativar aquela Assessoria de Segurança e Informações, que tem contrariado pretensões de *subversivos e corruptos*”. Observe-se a preocupação com a questão dos consensos (“*opinião pública*”), bem como a sempre presente autojustificação diante de supostas ações de “subversão” e de “corrupção”.¹⁸⁴

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, embora algumas ASI tenham sido oficialmente extintas, observa-se que, em casos como o da UFPR e da UFRGS, os militares e civis que chefiavam aquelas assessorias permaneceram nas referidas instituições, à frente de “assessorias especiais do Reitor”, órgãos que, na prática, realizavam o mesmo trabalho anteriormente feito pelas ASI/AESI.¹⁸⁵

Em 5/ago/1986, o então Ministro da Educação e Cultura Jorge Konder Bornhausen baixou a Portaria nº 576, determinando a extinção das ASI/AESI que ainda permaneciam

¹⁸¹ ENCAMINHAMENTO nº 048/77-ASI/FUEL, de 17/ago/1977, confidencial, da ASI/FUEL para a DSI/MEC e para o DOPS/PR, sobre “I Congresso Londrinense de Direito”. APPR/DOPS, pasta 329.39.

¹⁸² INFORMAÇÃO nº 74/77, de 04/out/1977, confidencial, da AESI/UFPE para o CI/SSP/PE, em resposta a PB nº 125/77 de 26/set/1977 do CI/SSP/PE, sobre “estudantes que foram detidos para averiguações”. APEJE/DOPS, pasta 27.420.

¹⁸³ INFORMAÇÃO nº 709... op. cit.

¹⁸⁴ Isso é indicativo da preocupação com a imagem que o regime construía de si, tema que voltará a ser abordado nos próximos capítulos.

¹⁸⁵ APPR/DOPS, pasta 747.84. O fato da Assessoria Especial do Reitor da UFPR ter continuado a realizar as funções de vigilância que exercera ao longo da década de 1970, quando era a ASI/UFPR, é demonstrado, por exemplo, por seu relatório de 09/jun/1980, encaminhando por aquela assessoria à Subdivisão de Informações da DSI/SSP/PR, sobre as eleições para o DCE da UFPR. Sobre o caso da UFRGS, cf.: MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit.

1. VIGILÂNCIA

atuantes *como tais* nas instituições de educação superior. Observe-se, contudo, que isso não significa que os “assessores de segurança e informações” tenham deixado de realizar suas tarefas de vigilância, a despeito de mudanças na nomenclatura das funções.¹⁸⁶

As delegacias regionais do MEC também tinham suas ASI, que realizavam importante trabalho de vigilância. Nem todas surgiram na mesma época. A da DR-2 (segunda delegacia regional do MEC), sediada em Pernambuco e responsável também pelo Rio Grande do Norte, pelo Pará e por Alagoas, já estava em funcionamento em 1977, assim como a da DR-5, atuante em São Paulo e Mato Grosso. Já a ASI da DR-9, do Paraná, só foi criada em 1980.

Em 1977, a ASI da DR-5 apresentava um relatório bastante detalhado sobre o biênio 1976/77, com muitos dados de instituições públicas (como a USP, a Unicamp, a UFSCar e várias outras) e também privadas (como a PUC-SP, a Universidade Mackenzie e a PUC-Campinas), indicando ainda ter monitorado eventos promovidos por estudantes na PUC-SP e a criação de uma associação docente na UNESP (a ADUNESP, “que combate as posições assumidas pela Reitoria”).¹⁸⁷

A ASI da DR-9 (Paraná) foi ativada em janeiro de 1980, *por orientação direta da DSI/MEC*.¹⁸⁸ Esse aspecto é fundamental para que se perceba não apenas o poder das DSI, mas também que as ASI das delegacias regionais eram fundamentalmente órgãos de vigilância, verdadeiras ramificações da DSI/MEC na estrutura daquele ministério. No ofício, a DSI/MEC assinalava que a criação da ASI/DR-9 vinha “para preencher a lacuna deixada pela extinta ASI/UFPR”, embora, como foi assinalado, o chefe daquela assessoria tenha permanecido em suas funções de vigilância, como “assessor especial do reitor”.

Em agosto de 1981, a ASI/DR-9 encaminhou a vários órgãos de vigilância do Paraná (SNI, DPF, DSI da Polícia Civil do Paraná e 2ª seção da 5ª RM) um pedido de “registro de antecedentes negativos” dos seis candidatos à reitoria da UFPR, o que também indica sua função.¹⁸⁹

As ASI das delegacias regionais, assim como as das universidades, também se

¹⁸⁶ FINALMENTE são extintas as ASI na Universidade. *ANDES – Boletim da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior*, Ano VI, n. 26, Ago/1986, Capa. UFRGS/MU/CEUE.

¹⁸⁷ *INFORMAÇÃO n° 1227/ASI/DR-5/MEC/77*, de 16/nov/1977, da ASI/DR-5/MEC para DSI/MEC, SNI/ASP e 2ª seção do Estado Maior do II Exército. AN/SNI, ACE 4372-80.

¹⁸⁸ *OFÍCIO CIRCULAR n° 06/DSI/MEC*, de 04/dez/1979. APPR/DOPS, pasta 667.75.

¹⁸⁹ *PB n° 008/81*, de 04/ago/1981, da DR-9 ao DOPS/PR, sobre “integrantes da lista sêxtupla para reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)”. APPR/DOPS, pasta 667.75.

1. VIGILÂNCIA

reportavam diretamente à DSI/MEC, conforme indicado no Relatório Anual de 1979 da DR-2.¹⁹⁰ No documento, na parte referente à ASI daquela delegacia regional, constava apenas a seguinte afirmação: “os dados relativos às atividades desenvolvidas por esta Assessoria não constam do Relatório porque *são fornecidos diretamente à DSI/MEC*, na forma do Regimento das Delegacias Regionais”.¹⁹¹ Isso também indica a preocupação com o sigilo das atividades dos órgãos de vigilância naquele contexto em que esse modo de controle deixava de ser ostensivo.

As ASI das delegacias regionais do MEC atuavam em regime de colaboração com outros órgãos de vigilância. Em 1977, por exemplo, a ASI da DR-2 disseminou uma informação sobre um panfleto que teria sido “afixado no mural do DA [diretório acadêmico] do Centro de Ciências Sociais Aplicadas [da] UFPE e distribuído no campus da UFRPE em 17/ago/1977”. Além de encaminhar o documento à DSI/MEC, aquela ASI encaminhou-o também para a agência do SNI de Recife, para o IV Exército, para a seção do DPF de PE, para o Centro de Informações da SSP/PE (vinculado à DOPS/PE), bem como para as ASI da UFPE e da UFRPE. A informação afirmava que os diretórios acadêmicos da UFPE, o DCE da UFRPE e “uma comissão da UNICAP que autodenomina[va]-se Movimento Década” teriam aderido ao “Movimento Estudantil em Pernambuco”. Com a intenção de comprovar a afirmação, encaminhava em anexo “cópia do panfleto ‘Carta aberta à população’”.¹⁹²

Assim como contribuía difundindo informações, também solicitavam apoio em suas atividades de vigilância. Em 1981, por exemplo, a ASI da DR-2 solicitava ao CI/SSP/PE, por meio de um pedido de busca, informações sobre “o atual Diretor Geral do Departamento de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco”, indicando o número de sua carteira de identidade, “para fins de confirmação”. Pedia que fossem informados seus “dados de qualificação” e “antecedentes”.¹⁹³

Embora, ao que tudo indica, as ASI/AESI tenham sido criadas apenas em universidades públicas, isso não significa que as instituições privadas estivessem livres da vigilância que aquelas assessorias exerciam, como observado no caso da ASI/DR-5. Outro

¹⁹⁰ MEC. DR-2. *Relatório Anual 1979*. p. 1. Disponível em <<http://dominiopublico.mec.gov.br>>.

¹⁹¹ *Ibid.* p. 21.

¹⁹² *INFORMAÇÃO nº 322/77*, de 18/ago/1977, confidencial, da ASI/DR-2/MEC para DSI/MEC, ARE/SNI, IV Ex, SR/DPF/PE, CI/SSP/PE, ASI/UFPE e ASI/UFRPE, sobre “panfleto ‘Carta Aberta à População’”. APEJE/DOPS, pasta 27.420.

¹⁹³ *PB nº 034/81...* op. cit.

1. VIGILÂNCIA

exemplo disso é o fato de que, em agosto de 1980, a ASI/UEL encaminhou à DSI/MEC e à DSI/SSP/PR a lista dos alunos da PUC-PR eleitos para a direção do diretório acadêmico do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, assinalando ainda que a entidade mantinha “intercâmbio com o DCE/Livre da FUEL”.¹⁹⁴ Embora esteja claro que a informação fora obtida por meio da vigilância daquela ASI sobre o “DCE/Livre” daquela universidade pública, é indicativo de uma forma indireta de vigilância sobre as universidades privadas. Nessas instituições, a suposta ausência de “assessores de segurança e informações” poderia ser compensada por uma participação mais ativa, na vigilância, por parte de colaboradores vinculados à universidade (reitores, diretores, professores, alunos etc).

Em 1984 estava em funcionamento uma AESI no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).¹⁹⁵ Isso sugere que a vigilância sobre servidores públicos em geral (incluídos aí servidores docentes e técnico-administrativos das universidades públicas) tenha sido mantida e talvez até mesmo aprimorada após 1979, dada a existência de uma ASI em um órgão como o DASP, responsável pelo gerenciamento dos recursos humanos do setor público em âmbito nacional.

1.3.5.2 – A Divisão de Segurança e Informações do MEC

O cliente preferencial da DSI/MEC era, evidentemente, o ministro. Em abril de 1969, Tarso Dutra afirmou ao gen. Turola, chefe daquela DSI, que a documentação “arquivada nessa Divisão” relativa “ao movimento subversivo estudantil”, assim como “outros dados que, em abundância” teriam “sido recolhidos nessa D.S.I.”, seriam “valiosos elementos de base para instruir o processo de apuração de responsabilidade que está a cargo da C.G.I. Policial-Militar”. Tratava-se da comissão presidida pelo gen. Humberto de Sousa Mello, que havia sido criada pouco depois da imposição do AI-5 para gerenciar os IPM promovidos em todo o país, naquela que parecia ser uma segunda “Operação Limpeza”.

Uma atividade comum na DSI/MEC era a triagem ideológica das pessoas indicadas

¹⁹⁴ *ENCAMINHAMENTO n° 076/80-ASI/FUEL*, de 20/ago/1980, da ASI/FUEL para DSI/MEC e DSI/SSP/PR. APPR/DOPS, pasta 721.82.

¹⁹⁵ *INFORMAÇÃO n° 10-DSI/MEC*... op. cit. Enviada pela DSI/MEC ao CIM (antigo CENIMAR: a sigla mudou no início dos anos 1980, permanecendo o nome completo “Centro de Informações da Marinha”) e à AESI/DASP, dentre outros órgãos. Não foi possível identificar as datas de criação e extinção daquela AESI.

1. VIGILÂNCIA

para ocupar cargos e funções no MEC ou em órgãos vinculados àquele ministério. Os próprios assessores de segurança e informações passavam pelo crivo da DSI/MEC, que contava para tanto com a colaboração dos demais órgãos de vigilância. Exemplo disso é um pedido de busca da DSI/MEC para o DOPS/GB em 1968, solicitando informações a respeito do cel. Natalício da Cruz Corrêa, que, no final daquele ano, assumiria a recém-criada ASI/UFRGS. Em 13/set/1968, o DOPS/GB responderia o pedido de busca da DSI/MEC com um “nada consta”.¹⁹⁶

A DSI/MEC também produzia boletins informativos diários, sendo o ministro o principal destinatário deles. Nada indicavam sobre as fontes das informações transmitidas.¹⁹⁷ Não eram classificados, o que leva à suposição de que se destinavam a uso exclusivamente interno ao MEC.

Outra atividade desempenhada pela DSI/MEC era a triagem ideológica das listas tríplices ou sêxtuplas de indicados a cargos de reitor ou vice-reitor em universidades, bem como sobre os indicados a diretor. Por meio de ofícios confidenciais, a DSI/MEC informava o ministro quanto ao resultado de sua “investigação”, assinalando um “nada consta” ou um “não é conveniente” ao lado dos nomes dos docentes indicados.¹⁹⁸

Para realizar tal tipo de trabalho, a DSI/MEC contava com o apoio de outros órgãos do sistema de controle. Em alguns casos, esse apoio era encaminhado diretamente ao ministro, talvez para que este tomasse ciência do que a DSI sob sua responsabilidade estava recebendo.¹⁹⁹

¹⁹⁶ DOCUMENTO n° 10056, de 13/set/1968, do DOPS/GB, sem classificação, em resposta ao PB n° 778/DSI/SI/MEC/68, confidencial, da DSI/MEC. APERJ/DOPS, pasta MEC 1, doc. 208. Cf. também: OFÍCIO n° 444/DSI/SI/MEC/69, de 23/abr/1969, confidencial, do Gen. Waldemar Raul Turola, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC, ao Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra. AHRS/ATD.

¹⁹⁷ Cf., a título de exemplo: BOLETIM INFORMATIVO n° 210, “das 04h de 26 nov às 04h de 27 nov/1968”, da DSI/MEC para Gabinete do Ministro, Arquivo, “DNE” e “Ensino Superior”. AHRS/ATD. Não foi possível descobrir a que órgãos efetivamente se referiam as duas últimas indicações de destinatários, inclusive porque o Diretório Nacional dos Estudantes, que havia substituído a UNE em 1964, havia sido formalmente extinto em 1967.

¹⁹⁸ São exemplos: OFÍCIO CONFIDENCIAL n° 698 SI/DSI/MEC/69, de 25/jun/1969, de Waldemar Raul Turola, Diretor da DSI/MEC, ao Ministro Tarso Dutra, sobre “Proc. 2012/69 – Faculdade de Medicina da UFRJ”; e Ofício Confidencial n° 709 SI/DSI/MEC/69, de 30/jun/1969, de Waldemar Raul Turola, Diretor da DSI/MEC, ao Ministro Tarso Dutra, sobre “Proc. 220.755/69 – Escola de Geologia da UFRGS”. AHRS/ATD.

¹⁹⁹ Cf., a título de exemplo, os diversos documentos enviados em 16/jul/1969 pelo então Comandante do III Exército, gen. Emílio Garrastazu Médici, ao Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, contendo, sobretudo, “antecedentes ideológicos de professores”, em resposta ao Aviso n° 424, de 24/jun/1969, confidencial, enviado pelo MEC ao III Exército.

1. VIGILÂNCIA

É importante sublinhar que as DSI estavam efetivamente subordinadas aos ministros das respectivas pastas. Representativo disso é o Aviso nº 191/GB, de 12/abr/1969, enviado por Tarso Dutra ao gen. Lyra Tavares, Ministro do Exército.²⁰⁰ Por meio dele, Tarso Dutra respondia solicitação feita por Lyra Tavares: “*determinei* ao Sr. General Diretor da Divisão de Segurança e Informações deste ministério que tome a imediata iniciativa, junto aos órgãos competentes, no sentido de apurar a responsabilidade do estudante Henrique Carvalho Matos, por infração capitulada no Decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969”.

1.3.5.3 – A Comissão de Investigação Sumária do MEC

Criada em 10/jan/1969, por meio de uma portaria ministerial, a CISMEC destinava-se à mesma função que havia sido cumprida, logo após o golpe, pelas “comissões especiais de investigação sumária”, criadas nas instituições de educação superior no âmbito da “Operação Limpeza”. Para presidi-la, foi escolhido o civil Jorge Boaventura de Sousa e Silva, um professor que concluiu o Curso Superior de Guerra da ESG em 1966 e, como representante do MEC, integrara a Comissão Meira Mattos.²⁰¹

A matéria-prima para a CISMEC eram as informações recebidas de outros órgãos de vigilância, como a DSI/MEC, o SNI, o CENIMAR e o CIE, dentre outros.²⁰² A CISMEC também trocava informações com outras comissões de investigação sumária, como a CISEx (Comissão de Investigação Sumária do Exército), que chegou a coordenar investigações sobre estudantes envolvidos com a luta armada.²⁰³

A partir do processamento de tais fontes, a CISMEC elaborava seu ‘produto final’, as listas de sugestões de nomes que, “no entender da Comissão”, deveriam “ser objeto de medidas visando, em alguns casos, diretamente o interesse da Segurança Nacional e, em outros, o resguardo do erário e dos hábitos de compostura e austeridade administrativas”. Ou seja, listas de pessoas que, no entendimento da CISMEC, deveriam ser alvo de repressão. A

²⁰⁰ AVISO nº 191/GB, de 12/abr/1969, do Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra ao Ministro do Exército Gen. Ex. Aurélio de Lyra Tavares. AHRS/ATD.

²⁰¹ Sobre a Comissão Meira Mattos, cf.: FÁVERO, M. de L. de A. *Da Universidade modernizada à Universidade disciplinada...* op. cit.

²⁰² OFÍCIO nº 15/69, s/d (1969), da CISMEC ao Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra. AHRS/ATD.

²⁰³ DOSSIÊ SOBRE H.C.M., enviado pela CISEx à CISMEC em 10/mar/1969; AVISO nº 269/CISEx, de 19/mar/1969, de Aurélio de Lyra Tavares (CISEx) a Tarso Dutra. AHRS/ATD.

1. VIGILÂNCIA

medida-padrão para tais punições era o expurgo das instituições onde atuavam.²⁰⁴

Integraram tais listas nomes como Florestan Fernandes, Jaime Tiomno, Maria Yedda Leite Linhares e outros tantos, vinculados a instituições públicas e privadas de educação superior de várias regiões do Brasil. Os motivos apresentados eram bastante lacônicos e sintomáticos das atividades de vigilância realizadas naquele contexto: “atividades subversivas”, “atividades contrárias à Revolução”, “comunismo”, “esquerdismo” etc. Junto a isso, demonstrando o conteúdo profundamente conservador e moralista que marcou aquele regime, também eram apresentados, como justificativas para a imposição de penas, motivos relativos à vida pessoal dos docentes perseguidos pela CISMEC, como supostos casos extraconjugais.

1.2.5.4 – Colaborações voluntárias e cooptadas

Além dos agentes formalmente vinculados ao Estado, o segmento de vigilância daquele sistema de controle social contou com a fundamental colaboração de indivíduos, organizações e grupos oriundos da sociedade civil e, notoriamente, de membros do campo da educação superior, como reitores e outros dirigentes universitários. Tal apoio era, em alguns casos, cooptado (efetuado por meio de medos ou ameaças de repressão, em função de responsabilidades inerentes a cargo, cuja não observância poderia levar a punições) e, em outros, voluntário (por alinhamento ideológico, expectativa de obtenção de algum tipo de favorecimento ou por motivos de ordem pessoal, como eventuais desavenças).²⁰⁵

A colaboração dos dirigentes universitários, sobretudo dos reitores, era fundamental. Um *telex* enviado pelo setor de informações da DPF ao Ministro da Justiça, em maio de 1969, informava que, “após a desocupação da Faculdade de Química da Praia Vermelha, as autoridades de Segurança Interna do estado [da Guanabara] estiveram reunidas no I Exército, inclusive *com os reitores*²⁰⁶ da UFRJ, e foram informados de possível deflagração de greve geral a partir das zero horas do dia 20”. Indicava ainda que “outros informes dão conta de adesão da Universidade de São Paulo, que deverá deflagrar na mesma data”. O documento

²⁰⁴ *OFÍCIO n° 15/69...* op. cit.

²⁰⁵ Vale lembrar, como exemplos de alinhamento ideológico, das atuações de Suplicy de Lacerda e Gama e Silva quando do golpe de 1964, ocasião em que eram reitores, respectivamente, da UFPR e da USP.

²⁰⁶ Provavelmente referia-se ao reitor e a outros dirigentes universitários, talvez diretores.

1. VIGILÂNCIA

deixa margem para dúvidas, notadamente sobre se de fato foram “os reitores” que forneceram a informação sobre o indicativo de greve, e se estavam lá voluntariamente ou em função de alguma forma de cooptação. De todo modo, indica claramente o interesse, por parte daqueles órgãos militares, em contar com a colaboração dos principais dirigentes universitários, fosse de modo voluntário ou cooptado.²⁰⁷

O relato dava conta também da mobilização de agentes do campo da educação superior que ocorreria *no dia seguinte*, daí possivelmente o envio via *telex*, tendo em vista a importância dada à capacidade de “ação-resposta” por parte do sistema de controle, que era, afinal, a condição de sua eficácia. A tática de controle também era informada ao ministro: “as medidas preliminares e ligações efetuadas entre organismos federais e estaduais acertaram intensificação na busca de informes” e um “policiamento preventivo e repressivo” já estaria planejado, “de modo a *retirar* os elementos visados nos movimentos estudantis”.

De fato, reitores, diretores e outros dirigentes universitários eram instados a colaborar, tanto pela legislação vigente quanto por meio de “solicitações” e “avisos”, enviados às instituições de educação superior pelo MEC, embora, é claro, isso não signifique que todos fossem cooptados. Como já foi observado, alguns auxiliaram nas atividades de vigilância (assim como em outras ações de controle) de muito bom grado, em função de alinhamento ideológico ou de outros fatores. É preciso lembrar ainda que o fato dos reitores serem escolhidos pelo Ministro da Educação e Cultura a partir do tradicional sistema de lista enviada pelas universidades, aliado à triagem ideológica realizada por órgãos de vigilância em tais sugestões antes da decisão ministerial, contribuía fortemente para criar, no âmbito das reitorias de todo o país, um quadro favorável ao regime.

De todo modo, na medida em que, a despeito desses mecanismos seletivos, alguns pudessem se esquivar de uma colaboração efetiva com as atividades de vigilância, em diversas ocasiões, ao longo do período analisado, o MEC promoveu a cooptação de dirigentes universitários.

Isso ocorreu, inclusive, já nos primeiros dias após o golpe. Em 20/abr/1964, o então Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda encaminhou às reitorias das universidades públicas de todo o país um telegrama, por meio do qual dava conhecimento da

²⁰⁷ *BOLETIM* n° 134/69, de 19/mai/1969, confidencial, enviado via *telex* pelo Serviço de Informações da Divisão de Operações do Departamento de Polícia Federal (SI/DO/DPF) para o Ministro da Justiça, contendo “sumário do setor político nacional no dia 19/5/69”. AHRs/ATD.

1. VIGILÂNCIA

Portaria nº 259, daquela data, que impunha às instituições a instauração de inquéritos sumários, com o objetivo de afastar discentes e servidores docentes e técnico-administrativos considerados “subversivos”. Suplicy, “usando [de] suas atribuições e considerando [os] termos [do] Ato Institucional [nº 1]”, determinava que, “para dar cumprimento [ao] Ato Institucional”, fossem instaurados “nas universidades [os] inquéritos”, ação que deveria ser promovida, “nas instituições [de] ensino isoladas”, “pelos seus diretores”. Observava ainda que os relatórios com os resultados de tais processos deveriam ser “remitidos com pareceres conclusivos ao Ministro [de] Estado, dentro [do] prazo [de] 30 dias a contar [de] 20 [de] abril [do] corrente, sem prorrogação”.²⁰⁸

Interventores oriundos do Exército, caracterizados como “assessores militares”, foram impostos às universidades, para, na prática, vigiar o processo de “investigação sumária” e garantir sua eficácia coercitiva, caso a cooptação dos dirigentes não fosse suficiente. Referindo-se de modo atenuado ao que, na prática, consistia em uma flagrante intervenção militar nas instituições de educação superior, Suplicy de Lacerda enviou outro telegrama às reitorias, algumas semanas depois do anteriormente referido, determinando que entrassem em contato com os comandos das respectivas regiões militares, de modo a que os processos sumários fossem “*assessorados*” por um militar designado pelo Exército para tanto.²⁰⁹

A colaboração dos dirigentes universitários e, sobretudo, dos reitores, também era solicitada por outros órgãos do sistema de controle, além dos militares. Em abril de 1964, o então reitor da UFRGS, José Carlos Fonseca Milano, atendendo a uma solicitação da Secretaria de Segurança Pública, determinava que os diretores de todas as faculdades, escolas e institutos daquela universidade fornecessem com urgência listas com o nome de todos os alunos vinculados a cada unidade, “tendo em vista a necessidade do serviço de segurança”.²¹⁰

A cooptação de dirigentes universitários promovida pelo MEC, porém, não se restringiu ao imediato pós-golpe. Disso é ilustrativo um aviso reservado enviado em 1973 aos reitores de todo o país.²¹¹ Assinado pelo então ministro Jarbas Passarinho, observava que estariam se repetindo “com maior intensidade encontros e reuniões, sob os mais diversos

²⁰⁸ ATA da Reunião de Instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária, de 18/mai/1964, da CEIS/UFRGS. UCS/CEDOC/LTM.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ CIRCULAR nº 31, de 14/abr/1964, do Gabinete do Reitor da UFRGS. UFRGS/NPH/IFCH.

²¹¹ AVISO nº 873/73, de 31/jul/1973, reservado, do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho aos reitores das instituições de educação superior brasileiras. APPR/DOPS, pasta 1393.165.

1. VIGILÂNCIA

pretextos, tanto em âmbito nacional, como regional e estadual” e, em vista disso, determinava:

- a) Aos Magníficos Reitores, Presidentes de Entidades Educacionais e Diretores de Unidades Isoladas de Ensino Superior *compete o encaminhamento de expediente* alusivo a congresso, conferência, simpósio, seminário, competições científicas, culturais ou desportivas, cursos especiais ou outro qualquer tipo de reunião, *dizendo de sua anuência;*
- b) O expediente, *reunindo a documentação necessária à apreciação deste Ministério,* deverá ser encaminhado com um mínimo de antecedência de 90 dias;
- c) O *acompanhamento da reunião,* para estimativa dos benefícios advindos, deverá se processar por intermédio do dirigente da entidade onde a mesma se realizar, devendo ser remetido ao Gabinete do Ministro de Estado, 30 dias após o seu encerramento, *relatório circunstanciado.*

Em outras palavras, exigia-se dos dirigentes universitários não só a aprovação prévia, mas também relatório detalhado de todas as atividades de extensão, bem como de reuniões em geral, realizadas na instituição ou unidade sob sua responsabilidade.

O objetivo da medida era, claramente, impelir os reitores e outros dirigentes à realização de atividades fundamentais de vigilância. Isso ficava particularmente evidente através da justificativa apresentada por Jarbas Passarinho para sua determinação:

Reconheço a delicadeza do assunto, (...) mas é preciso notar que, à falta de motivação para movimento de massa, *as esquerdas pretendem,* através da ativação aparentemente irrepreensível dos diretórios acadêmicos, *chegar às reuniões de âmbito nacional onde,* a par dos assuntos estritamente estudantis, se desenvolva a *articulação de novas lideranças voltadas para a subversão.*
Natural é que essa manobra cause apreensões e *vital é, para nós, que os propósitos esquerdistas sejam firmemente neutralizados.*

* * *

1.4 – MÉTODOS DE VIGILÂNCIA

A ação de vigilância possui dois momentos principais, que podem ser comparados à leitura e à escrita. O primeiro é aquele em que um agente especializado na função observa alguém ou algo em relação a aspectos pré-determinados. No segundo, descreve o que observou, caracterizando o comportamento da pessoa vigiada em relação a pontos previamente estabelecidos, eventualmente indicando também outros aspectos considerados relevantes. Essa analogia com os processos de ler e escrever busca destacar o *papel ativo* do

1. VIGILÂNCIA

agente de vigilância. A percepção da subjetividade inerente àquela atividade é fundamental para que se possa melhor compreender a vigilância como modo de controle social, evitando também usos inadequados de documentos produzidos sob circunstâncias muito peculiares.

1.4.1 – Leitura

Todo processo de vigilância iniciava com a concretização de uma intenção de vigilância, realizada na forma de uma ordem de determinado dirigente a agentes ou órgãos subordinados. Tal designação era muitas vezes encaminhada por meio de “papeletas de serviço”, instrumento de comunicação interna utilizado em vários órgãos do sistema de controle, não apenas nos de vigilância.²¹²

Recebida a ordem por parte daqueles que deveriam executá-la, eram tomadas as medidas necessárias à realização da ‘leitura’. Elaborava-se um planejamento da ação e, com base nele, o alvo passava a ser vigiado, fazendo-se uso, para tanto, de métodos de “investigação” aperfeiçoados ao longo de décadas, em alguns casos desde o início do século 20.

A ‘leitura’ era realizada tanto *diretamente*, por meio de agentes ou colaboradores que acompanhavam as atividades dos vigiados, quanto *indiretamente*, através de “batidas” em residências e locais de trabalho/estudo para “apreensão de material subversivo”, de “depoimentos” de outras pessoas e de mapeamento de notícias na imprensa.

1.4.1.1 – Infiltração de agentes

A infiltração era frequente, sobretudo no meio estudantil e em eventos acadêmicos. A esse respeito, Adyr Fiúza de Castro, que chefiou a Divisão de Informações (D2) do Gabinete do Ministro da Guerra até 1969 e foi um dos criadores do CIE, afirmou:

Nós tínhamos gente infiltrada no movimento estudantil (...). *Normalmente eram sargentos* – oficiais havia muito poucos. *Civis também, mas como informantes*. O sargento era o melhor infiltrado, porque era um profissional. E não era preciso pagar

²¹² Cf., como exemplos: a *PAPELETA DE SERVIÇO n° 17/81*... op. cit.; a *PAPELETA DE SERVIÇO n° 35/67*, de 06/out/1967, do Chefe da Seção de Informações do DOPS/PR ao agente de polícia J. C. Kopp. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

1. VIGILÂNCIA

extra: ele estava ali executando uma missão. *Infiltrar um civil significava pagar um agente*. Eu tenho um pouco de receio disso, não sou partidário de pagar freguês de caderninho. Sou partidário de *comprar a informação*, como compro uma mercadoria qualquer. Eu vejo: se é boa, pago tanto; se não é boa, não quero.²¹³

A afirmação é interessante também na medida em que aponta para as diferentes formas de infiltração praticadas no contexto, bem como para o tema da compra de informações, que inevitavelmente suscita uma questão fundamental: não poderia esse comércio ter gerado exageros e invenções, motivados por eventual ganância do vendedor ou avareza do comprador?

A atuação de infiltrados e informantes na vigilância do campo da educação superior foi uma constante. As reuniões do movimento feminista paranaense, em princípios de 1981, foram sistematicamente acompanhadas por um colaborador (provavelmente um agente infiltrado).²¹⁴ Os encontros eram por ele relatados, com alto grau de detalhes, à DOPS/PR. Tempo depois, quando do primeiro congresso organizado por aquele movimento, o delegado-chefe da Seção de Informações da DOPS/PR ordenou a um agente (talvez o mesmo de antes) que vigiasse o evento. Determinou que produzisse um relatório detalhado, com “o nome dos organizadores, dos oradores, dos participantes, os assuntos tratados e conclusões chegadas” e, ainda, com a “identificação dos veículos utilizados para o transporte dos inscritos no Congresso”. Solicitou também que observasse a ocorrência de “venda de jornais e distribuição de panfletos no local, fazendo coleta de exemplares se possível”. Isso confirma a existência, no processo de vigilância, de um método definido e de determinações hierarquicamente estabelecidas dentro dos órgãos do sistema de controle envolvidos.²¹⁵ Em um evento discente, realizado na Universidade Federal de Viçosa sob organização do DCE daquela instituição, o agente infiltrado, além de detalhado relatório, apresentou à agência mineira do SNI “duas fitas”, nas quais provavelmente teria gravado algumas das principais falas realizadas durante o evento.²¹⁶

Outro exemplo é dado pela infiltração de um detetive, pela DOPS/PR, em uma

²¹³ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimentos... op. cit. p. 39-40.

²¹⁴ Parece provável que se tratasse de agente infiltrado e não de informante (colaborador voluntário), porque todos os informes foram classificados como plenamente confiáveis (“A-1”), o que raramente acontecia com material proveniente de informantes.

²¹⁵ DOSSIÊ “1º Congresso da Mulher/Curitiba”. APPR/DOPS, pasta 330.39.

²¹⁶ INFORME n° 389/SS-300/78, de 15/mar/1978, do “colaborador ST-310” ao SNI/ABH. AN/SNI, ACE 4112-81.

1. VIGILÂNCIA

manifestação promovida em setembro de 1980. No relatório de sua ação de vigilância, o agente indicava os participantes: estudantes, professores, presidentes de associações docentes, representantes de diretórios acadêmicos do CEFET-PR, da PUCPR e da UFPR, dentre outros.²¹⁷

Nos corredores e salas de aula das instituições de educação superior, também era frequente a presença de infiltrados. Em 1979, um professor e oito estudantes foram presos, dentro do *campus* do Vale da Canela, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), *por policiais militares que lá estavam trabalhando “à paisana”*.²¹⁸

Até mesmo nas delegações estaduais enviadas a congressos estudantis, o sistema de controle conseguia infiltrar agentes de vigilância. No I Encontro Nacional de Estudantes de Administração, realizado em Salvador, o III Exército conseguiu enviar agentes através da delegação gaúcha, os quais vigiaram atentamente o evento e alguns universitários que supostamente estariam levando para a capital baiana “documentos subversivos do movimento estudantil universitário do Rio Grande do Sul”. Dentre as medidas de vigilância adotadas, “foi mantida constante observação sobre os prováveis portadores de tal material, *realizando-se inclusive, sem o conhecimento dos mesmos, revista de sua bagagem, sem nenhum resultado*”. Os agentes infiltrados também desconfiaram de um aluno “dos mais politizados”, que havia participado “de todas as reuniões preparatórias” (as quais, portanto, também estavam sob vigilância) e que, “à última hora, havia avisado não poder participar do encontro”, tendo, porém, chegado a Salvador posteriormente, “após haver viajado isolado da turma, tudo levando a crer tenha sido ele o portador da documentação”. Diante disso, os espões não duvidaram em *invadir o quarto de hotel do suspeito*: “uma busca realizada no hotel onde se hospedou este estudante revelou que o mesmo não mantinha a sua bagagem neste local, pois lá só foram encontrados seus objetos de higiene pessoal”.²¹⁹

²¹⁷ DOCUMENTO S/Nº, não padronizado, de 13/set/1980, do detetive Valmir Luiz Gubert ao Delegado Luiz Artigas Filho, da “Divisão de Segurança e Informações” da DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 709.81.

²¹⁸ ALUNOS detidos por pintar muro. *O Estado do Paraná*, 07/nov/1979. Cópia de recorte de jornal enviada pelo DOPS/PR ao DPF/BA. APPR/DOPS, pasta 682.78.

²¹⁹ INFORMAÇÃO nº 1195/75-B, de 16/mai/1975, do III Exército para o CIE, CMP (Comando Maior do Planalto), CMA (Comando Militar da Amazônia) e para o I, II e IV Exércitos, repassada pelo I Exército para o DOI/Ex, para a SSP/RJ, para a AMAN, para o 1º BPE, para a 1ª DE e diversos outros órgãos de sua alçada. Classificado como confidencial. BR MGAPM,XX DMG, pasta 32.

1. VIGILÂNCIA

1.4.1.2 – Apoio de colaboradores externos

Como mencionado, o apoio de colaboradores externos à “comunidade de segurança e de informações” era fundamental e não apenas incentivado, mas também, em certos casos, obtido por meio de formas de cooptação. Nesses casos, os indivíduos eram levados a uma postura colaborativa em função do cargo que ocupavam (reitor, diretor etc.) ou de ameaças. A omissão de dados potencialmente relevantes poderia implicar em perseguição a quem omitira a informação, e isso, presume-se, convencia alguns a colaborar. Nos casos de apoio espontâneo, tratava-se da delação motivada por afinidades ideológicas, por busca de vantagens ou em razão de divergências pessoais.

A Casa do Estudante Universitário do Paraná foi vigiada de modo intenso, tendo inclusive algumas diretorias da entidade sofrido triagem ideológica com base em informações fornecidas a órgãos de vigilância por colaboradores. Na eleição da gestão 1969/1970, a 2ª seção da 5ª RM encaminhou a outros órgãos alguns dados recebidos de um “informante” daquele órgão estudantil. A lista de nomes recebida do colaborador foi verificada por aquela segunda seção, que identificou que alguns membros da diretoria eleita estavam ‘fichados na DOPS’. Por meio dos “prontuários” anexados à informação, é possível identificar o tipo de motivos pelos quais estavam fichados: um deles, por exemplo, havia sido preso em 1968 pela DOPS/PR, quando distribuía “panfletos subversivos”.²²⁰

Em 1980, informava-se da posse de nova diretoria naquela casa estudantil. O documento indicava que a solenidade de posse fora presenciada por um agente infiltrado ou por um informante de confiança daquele órgão de controle. Juntamente com a nominata da diretoria recém empossada, o documento assinalava que o novo presidente da entidade teria afirmado que “os pelegos haviam sido afastados, e que fariam daquela Casa um Centro Político”.²²¹

Em 1967, a DOPS/PR recebeu uma série de cartas do então presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná. Ele informava a composição da nova diretoria da instituição e agradecia pela ação da DOPS/PR naquela entidade (“mantendo a lei e a ordem” nos dias anteriores a 20/nov/1967, quando ele havia assumido a direção da entidade). Por fim,

²²⁰ APPR/DOPS, pasta 172.19.

²²¹ APPR/DOPS, pasta 173.19.

1. VIGILÂNCIA

anexava os estatutos da entidade e alguns folhetos, dentre outros materiais.²²²

1.4.1.3 – “Batidas” e “depoimentos”

As “batidas” consistiam na invasão de residências, de locais de trabalho ou de estudo para “inspeção” e “recolhimento de evidências”. Buscavam-se livros, fotos, cartas e tudo que pudesse servir como “prova” contra o vigiado, de acordo com a lógica distorcida inerente àquele tipo de investigação.

Os “depoimentos” também eram usados como prova. Alguns eram fornecidos de modo voluntário, pelos motivos já mencionados (alinhamento ideológico, expectativa de ganhos etc.). Outros eram cooptados, por meio de tortura física e psicológica ou de ameaças.²²³

Um terceiro tipo estava a meio caminho entre os dois primeiros. Tratava-se dos casos em que a denúncia era voluntária, mas motivada não por alinhamento ideológico, e sim por medo de ser suspeito (sem ameaças diretas, medo gerado pelo contexto de arbítrio e sensação de constante vigilância), como forma de demonstrar que não merecia ser punido.

Em julho de 1964, por exemplo, no âmbito de um IPM promovido em Belo Horizonte/MG sobre a AP e a JUC (Juventude Universitária Católica), vários “depoimentos” foram *produzidos* e *atribuídos* a estudantes e ex-estudantes universitários.²²⁴ Foi encarregado daquele IPM o General-de-Brigada Luciano Cerqueira Pereira, e servia de escrivão o 2º Tenente Jofre Fernandes Lacerda. Ambos, assim como as “testemunhas” (assim designadas

²²² APPR/DOPS, pasta 107.13.

²²³ O *Projeto Brasil: Nunca Mais* relacionou 310 tipos diferentes de tortura. Se algumas eram promovidas por meio de medidas que geravam dor física intensa (como arrancar unhas, aplicar choques ou ácido em partes sensíveis do corpo, afogamentos etc.), outras eram eminentemente psicológicas (como ameaças de tortura de parentes ou da própria pessoa, colocar repetidamente luz nos olhos, fuzilamentos simulados, ameaçar jogar de avião etc.). Ter em conta o uso sistemático da tortura física e psicológica na produção de “depoimentos” é fundamental para que se evite um uso equivocado dos mesmos. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais – Projeto “A”*. t. V, v. 1 - A tortura. São Paulo: 1985. BNM/AM. p. 66-73.

²²⁴ A ideia de que os “depoimentos” eram *produzidos* por um órgão ou agente de vigilância e *atribuídos* a determinados indivíduos busca chamar a atenção para a forma como tais narrativas eram constituídas, muitas vezes priorizando seu uso posterior (como “prova”) na busca de justificação para determinadas medidas de controle, em detrimento da fidelidade ao que o “depoente” efetivamente teria dito. Além disso, é preciso lembrar que aquilo que efetivamente era dito pelo “depoente” poderia guardar maior ou menor distância em relação à realidade dos eventos narrados, em função de motivos vários (subjetividade da narrativa, lapsos, confusões e, ainda, táticas de defesa frente ao agente de vigilância, como, por exemplo, a mentira intencional para atrapalhar o processo de “investigação”).

1. VIGILÂNCIA

pelos promotores daquele processo de vigilância que, em muitos casos, também tinha uma dimensão repressiva), assinavam os documentos nos quais eram registrados os “depoimentos”, obtidos “no Quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva [CPOR]” da capital mineira e posteriormente difundidos para vários órgãos de vigilância. Nos textos, lia-se, por exemplo, que determinado rapaz, com 20 anos de idade naquela ocasião, haveria dito ter “vindo para Belo Horizonte para estudar e trabalhar e, ao ingressar na Faculdade de Ciências Econômicas (Curso de Sociologia), passou a fazer parte da JUC” como forma de “evitar os grupos ateus e comunistas, existencialistas e mesmo transviados que”, teria ele afirmado, “lá existiam”, supostamente dizendo ainda que a escolha pela AP teria ocorrido também por ser “a manifestação política de seu pensamento católico”.

Os vários “depoimentos” obtidos no âmbito daquele IPM seguiam essa estrutura, via de regra fazendo referência às mesmas perguntas. Em outro “depoimento”, um rapaz de 19 anos, ao ser “perguntado [sobre] quais os militantes da AP que conhec[ia] em Belo Horizonte, respondeu que conhec[ia] os universitários [quatro nomes completos]”.²²⁵

1.4.1.4 – *Imprensa e correio*

A imprensa era tradicionalmente utilizada como fonte de dados e de “provas” pelos DOPS desde o início do século 20.²²⁶ Após 1964, esse método foi mantido pelos DOPS e adotado também pelos novos setores da estrutura de vigilância, tanto pelo SNI quanto pelos órgãos militares de vigilância.²²⁷

²²⁵ Algumas perguntas eram frequentemente feitas, com pequenas variações de forma: “quanto tempo pertenceu ao Mov. AP”, “se tem conhecimento do Documento Base”, “se conhece e segue sua filosofia”, “qual o cargo que ocupou no Mov. AP”, “como tomou conhecimento do Mov. AP”, “se o Mov. AP atuava no mesmo modo de ação do PC e se essa atuação era paralela, convergente ou divergente”, “se o Mov. AP usava os mesmos métodos e processos do PC no seu trabalho junto ao povo”, “qual a ideologia do Mov. AP”, “quantos membros da AP estavam relacionados em Belo Horizonte”, “quais os elementos da AP que conhece” etc. Outras perguntas, eventuais e possivelmente feitas em função de respostas apresentadas às perguntas anteriores ou de percepção, por parte do interrogador, de maior ou menor possibilidade de obtenção de respostas, eram do tipo: “se o Mov. AP chegou a atuar no setor de alfabetização, atuando nas favelas de Belo Horizonte”, “se foi ao Rio de Janeiro a serviço do Setor de Cultura Popular da AP”, “se os membros da AP sabiam dos riscos que corriam por atuarem no mesmo campo de ação que o PC”, “qual sua opinião sobre o capitalismo internacional” ou sobre a “socialização de propriedades”, “qual a contribuição mensal que os membros entregavam ao movimento” etc. BR MGAPM,XX DMG, pasta 19.

²²⁶ Nos arquivos do DOPS/PE, por exemplo, eram mantidos recortes do Diário de Pernambuco (1941 e 1946) e do Jornal do Commercio (1948), sobre prisão de suposto “agente da espionagem soviética”, dentre outros temas correlatos. APEJE/DOPS, pasta 28.569.

²²⁷ Cf.: *INFORMAÇÃO n° 709...* op. cit.; o dossiê elaborado pelo DOPS/PR em 1966, com recortes de

1. VIGILÂNCIA

A ocorrência de vigilância sobre correspondências, por meio da parceria estabelecida entre o SNI e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), é fato bastante conhecido, pelo menos desde a denúncia feita por Índio Brum Vargas, confirmada poucos anos depois pela divulgação, feita por Ana Lagôa, de um relatório do SNI, datado de 1973, sintomaticamente intitulado “Normas para interceptação, controle e utilização da correspondência postal contrária aos interesses nacionais”.²²⁸

Esse método foi utilizado inclusive na vigilância do campo da educação superior, como demonstram dois documentos.

O primeiro deles era um pedido que a agência paranaense do SNI fazia à DOPS/PR, em fins de 1976. A respeito de estudantes brasileiros que estavam estudando em países socialistas (Polônia e República Democrática Alemã), a agência solicitava a identificação do nome e endereço dos moradores de Curitiba com os quais aqueles estudantes *se correspondiam*. Pedia ainda que fossem identificadas maiores informações sobre os estudantes, como “escola, curso que realiza e período que deverão permanecer naqueles países”.²²⁹

O outro documento era uma informação elaborada pela AESI/ECT-RS às agências do SNI de Porto Alegre e do Rio de Janeiro e à DSI do Ministério das Comunicações.²³⁰ Em anexo, encaminhava um telegrama enviado pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a um deputado federal do MDB. No telegrama, o estudante relatava ao deputado o fechamento do Diretório Acadêmico de Economia da UFRGS e a “instauração de processo sumário indiciando 25 estudantes, além de outras providências determinadas pela Reitoria da universidade”, com base no Decreto-lei nº 477/69. A agência porto-alegrense, ao encaminhar a informação ao

periódicos como *Gazeta do Povo* (PR), *Folha de S. Paulo* e *Última Hora*, dentre outros (APPR/DOPS, pasta 2316.251); o dossiê elaborado pelo “Departamento de Vigilância Social” do DOPS/MG, em 1968, sobre “congressos de estudantes”, também formado com inúmeros recortes de jornais como *Última Hora* (de SP), *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Diário da Tarde* (MG), *Diário de Minas*, *Correio da Manhã* e outros. (APM/DOPS, pasta 448).

²²⁸ VARGAS, Índio Brum. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 2. ed. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981. (Edições do Pasquim; 78); LAGÔA, Ana. *SNI...* op. cit. p. 48-55.

²²⁹ *DOCUMENTO s/nº*, não padronizado, s/d (1976), confidencial, do SNI/ACT ao DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 150.18.

²³⁰ *INFORMAÇÃO nº 467/19/APA/73*, de 24/out/1973, confidencial, da AESI/ECT-RS para SNI/APA, SNI/ARJ e DSI/MC, encaminhado pela SNI/APA à SNI/AC, sobre “DAECA/UFRGS, DCE/UFRGS, Presidente DCE/UFRGS, Deputado MDB/GB”. AN/SNI, ACE 63345-73.

1. VIGILÂNCIA

SNI, agregou o “histórico das atividades” do estudante, com informações detalhadas, como que curso fazia, dados sobre sua participação na política estudantil, entrevistas dadas à imprensa e indicação de que seu nome teria sido citado em um depoimento elaborado pela SSP/RS.

No telegrama, o estudante afirmava ainda que “a intranquilidade é total nos meios universitários”, que haveria “um enorme policiamento em frente ao Diretório Central dos Estudantes, na Casa dos Estudantes e no Restaurante Universitário”. Indicava que a imprensa estaria “proibida de noticiar qualquer nota expedida pelos estudantes, publicando somente notas oficiais da Reitoria”, que abaixo-assinados de solidariedade teriam sido proibidos pelo reitor, e que teria sido “imposta censura prévia em todos os jornais e murais, inclusive na universidade católica”.²³¹ Concluía informando da situação do prof. José Bonetti Pinto, que teria sido “afastado do contato com os alunos, sendo obrigado a dedicar-se somente a pesquisas”, em função de ter apoiado os estudantes após o fechamento do diretório acadêmico.²³²

Observe-se ainda, a esse respeito, o caso de Clarissa Sena Balduino. Estudante de Serviço Social da Universidade Católica de Goiânia, em 18/jan/1970 foi presa na agência dos Correios da Praça Cívica, enquanto tentava postar cartas contendo denúncias contra a tortura e outras práticas do regime. O DOPS havia interceptado correspondência com teor semelhante postada naquela agência dias antes e alguns policiais estavam, desde então, vigiando o local. O inquérito foi conduzido pela Polícia Federal. Clarissa foi denunciada em fevereiro de 1970 e julgada pela Auditoria de Brasília em junho do ano seguinte, conseguindo, ao final, sua absolvição.²³³

1.4.2 – Escrita

Após o momento da leitura, passava-se ao da escrita, caracterizado por um processo por vezes bastante longo e meticuloso, não raro envolvendo órgãos de diferentes segmentos

²³¹ Não raras vezes, em mobilizações estudantis, ocorria apoio mútuo entre alunos de instituições públicas e privadas.

²³² Voltarei a tratar desse episódio no cap. 3, seção 3.2.2.3.

²³³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais - Projeto “A”*. t. III – Perfil dos atingidos. 1985. BNM/AM. p. 347-348.

1. VIGILÂNCIA

da estrutura de vigilância e gerando documentos que seguiam padrões e modelos específicos.

1.4.2.1 – Pedidos de busca

Um desses tipos de documento era o “pedido de busca” (“PB”), por meio do qual um setor do sistema de controle solicitava, a um órgão de vigilância específico, dados sobre um indivíduo, grupo, organização ou entidade.²³⁴ Observe-se que os pedidos de busca poderiam servir também pra solicitar outros tipos de apoio, como em pedidos de colaboração entre diferentes segmentos da estrutura repressiva. Disso é exemplar um pedido de busca enviado pela 2ª Seção da 5ª RM do III Exército à DOPS/PR e à DPF/PR-SC, solicitando a captura de um indivíduo que teria fugido de prisão no estado de São Paulo.²³⁵

Dentre os vários órgãos que enviaram pedidos de busca à DOPS/PR de 1966 a 1968, estavam: a 2ª Seção da 5ª RM, responsável pela maior parte deles; as DSI do Ministério da Agricultura (DSI/MA), do Ministério da Justiça (DSI/MJ)²³⁶ e do Ministério da Fazenda (DSIF)²³⁷; a SNI/ACT; a SNI/ARJ; o Gabinete do Ministro do Exército; o Estado Maior da Aeronáutica; o Estado Maior do Exército; a Delegacia de Xambê/PR; a BM/RS; a DPF/RS; o CENIMAR; e o DOPS/RS.²³⁸ Observa-se assim a ampla colaboração prestada pelos DOPS aos mais diversos órgãos do sistema de controle, bem como a importância das segundas seções nessa troca de informações.

1.4.2.2 – Informes e informações

O “informe”, por vezes indicado como “INFE”, era, ao menos teoricamente, a

²³⁴ A *INFORMAÇÃO* n° 74/77... op. cit., elaborada pela AESI/UFPE, consistia em “resposta ao PB n° 125/77 de 26/set/1977 do CI/SSP/PE”. A assessoria, responsável pela vigilância da universidade pernambucana, emitia por meio daquela informação um “nada consta” a respeito dos cinco rapazes listados no pedido de busca enviado por aquele centro de informações. Tais retornos negativos eram muito comuns, e alguns órgãos de vigilância chegaram a elaborar carimbos com esses dizeres, com espaços para rubrica e data, de modo a agilizar seus trabalhos.

²³⁵ *PB n° 61-E2/68*, de 23/mai/1968, do E2/5ª RM/III Ex. ao DOPS/PR, secreto (reclassificado para confidencial). APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

²³⁶ Em 1968, Josias de Carvalho Argons era diretor da DSI/MJ. Conforme anotado no *PB n° 173/DSI/MJ*, de 18/mar/1968, confidencial. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

²³⁷ Em 1967, o *vice-almirante* Paulo Antonioli era diretor da DSIF. Conforme anotado no *PB n° 431/DSIF*, de 04/set/1967, confidencial. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

²³⁸ APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

1. VIGILÂNCIA

“matéria-prima” com a qual a “informação” (“INFAO”) era elaborada. O informe seria como que uma primeira descrição do vigiado, a ser dilapidada por meio de comparações com outros informes, com o retorno de pedidos de busca etc. No entanto, a documentação consultada mostra que, em alguns casos, informes eram utilizados com valor de “informação”, particularmente quando avaliados como de alta confiabilidade.

1.4.2.3 – *Prontuários e fichas*

Tanto a “ficha” quanto o “prontuário” eram documentos destinados ao armazenamento de dados sobre indivíduos que, no decorrer de processos de vigilância, tinham, na visão dos agentes, levantado “suspeitas”. As “fichas” eram uma versão sintética dos “prontuários”, mais completos. Organizadas em fichários, eram destinadas a permitir a rápida identificação de qualquer indivíduo “fichado” em algum órgão do sistema de controle, daí seu formato resumido e de fácil manejo. Já os prontuários deveriam armazenar o máximo possível de informações úteis sobre o indivíduo vigiado. A agilidade no processamento de informações tinha por óbvio objetivo permitir respostas rápidas às requisições de informação recebidas. Essa rapidez era considerada fundamental para que fosse maximizada a capacidade de “reação”, a chamada “ação-resposta” ou “resposta ao processo subversivo”.²³⁹

Observe-se, a título de ilustração, que, em 1979, em resposta a um pedido de busca emitido pelo Gabinete do Secretário de Segurança Pública de Alagoas, o Serviço de Informações da DOPSE/AL elaborou um informe no qual confirmava possuir “ficha individual” sobre a pessoa indicada pelo solicitante. Segundo o documento, a ficha conteria, além dos dados pessoais do vigiado, as seguintes afirmações:

Quando estudante de Medicina era um *elemento exaltado e simpatizante dos ideais marxistas*. No dia 2 de abril de 1968, *participou ativamente da concentração estudantil* na Faculdade de Direito, para protestar contra a morte do estudante Edson Luiz de Lima Souto. No dia 13 de junho do mesmo ano, *tomou parte em outra reunião* na mesma faculdade. No dia 26 de junho do mesmo ano, *participou de uma reunião promovida pelo DCE para atacar as autoridades constituídas e o regime*. Agosto/68: *tomou parte de uma concentração estudantil* no pátio interno da

²³⁹ Eram consideradas ações de “defesa interna”: “conjunto de medidas levadas a efeito para superar os antagonismos e pressões que se manifestem ou produzam efeitos no âmbito interno [do país], atuando sobre seus agentes e seus efeitos de forma a evitar, impedir ou eliminar o processo subversivo”. EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 246-247.

1. VIGILÂNCIA

Faculdade de Medicina, em comemoração ao dia do estudante. Outubro/1968: *tomou parte ativa em outra concentração estudantil* no pátio externo da Faculdade de Engenharia *em sinal de protesto contra a prisão dos estudantes participantes do XXX Congresso da ex-UNE*, no estado de São Paulo. Dezembro/1970: nos dias 26/27, no Festival de Verão em Marechal Deodoro, *liderou movimentos subversivos e distribuiu panfletos* denominados ‘Yes, nós temos bananas’, *em linguagem repugnante e subversiva e à base de palavras*; da ação, resultou a suspensão do festival de música popular e o fechamento da Boite Divina Comédia, *onde a Polícia presenciou um congresso subversivo e viciados em entorpecentes*.²⁴⁰

As fichas eram, pois, um importante instrumento de vigilância utilizado pelas polícias políticas brasileiras, não apenas durante o período em análise, mas também desde muito antes de 1964. A exemplo do que ocorria em outros estados, a DOPSE/AL mantinha um amplo conjunto de fichas. No canto superior esquerdo de cada uma, era indicada a confiabilidade das informações nela contidas, segundo o padrão de classificação de informações adotado por aquele sistema de controle social. Em muitos casos, nessa mesma área da ficha pessoal era feita referência a um prontuário.

No caso das fichas da DOPSE/AL, constavam ainda os seguintes campos de dados: nome; data de nascimento; local de nascimento; estado civil; nome do cônjuge; residência; filiação; profissão; local do trabalho; residências anteriores; título eleitoral; carteira de identidade; nacionalidade; naturalidade; e observações. Havia ainda dois espaços para fotos, geralmente ocupados por fotos de frente e de perfil dos indivíduos fichados.

Em muitas fichas pessoais da DOPSE/AL constava, no campo “profissão”, a indicação “estudante”. Nesses casos, o campo “local do trabalho” seguidamente era preenchido com a instituição de ensino superior à qual o estudante estava vinculado. Já o campo “observações”, geralmente correspondente à metade da dimensão textual da ficha, era utilizado para uma descrição sucinta do que os agentes de vigilância consideravam ser o perfil ideológico do vigiado, bem como dados sobre vínculos com partidos, movimentos políticos etc.

Os prontuários poderiam referir-se a pessoas ou a órgãos e entidades, como faculdades, por exemplo. Eram os chamados “prontuários funcionais”. A DOPS/PE, por exemplo, mantinha “prontuários funcionais” da “Escola Politécnica da Universidade Católica”²⁴¹, da “Escola de Enfermagem”²⁴², do “Instituto de Ciências Exatas da Faculdade

²⁴⁰ *INFORME n° 008/79*, de 15/jan/1979, do SI/DOPSE/AL ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública de AL, sem classificação. ALAPA/DOPSE, pasta 51.

²⁴¹ APEJE/DOPS, pasta 27.869.

²⁴² APEJE/DOPS, pasta 27.888.

1. VIGILÂNCIA

Rural de PE”²⁴³, dentre vários outros. Também tratava-se de método vigente antes de 1964.²⁴⁴

Os “prontuários” costumavam ser mais detalhados, mencionando, por exemplo, “fonte” e data de registro de cada dado armazenado no documento. Um prontuário da DSI/MEC indicava dados fornecidos àquele órgão de vigilância, em diferentes momentos de 1969, pelo DOPS/GB, pelo CENIMAR e pelo CIE. Registrava afirmações do tipo: “desde 1965 que, em aula, faz aberta pregação contra militares revolucionários e a favor da subversão da ordem”; “consta ser militante da AP ou do PCB”; “foi conselheiro político de Brizola e Goulart”; dentre outras.²⁴⁵

1.4.2.4 – Avisos

Os “avisos” eram documentos utilizados para comunicação interna, entre membros do primeiro escalão de governo ou entre diferentes órgãos de uma mesma pasta. Não eram classificados, o que sugere um uso estritamente interno, bem como uma circulação em meios considerados como altamente confiáveis.²⁴⁶

1.4.2.5 – Apreciações

A “apreciação” era um tipo de documento no qual era apresentada uma análise da atuação de determinado setor social em período específico de tempo. Assim como as “informações”, as apreciações eram documentos elaborados por agentes de inteligência especializados, em órgãos de vigilância de alto escalão. Baseados em cuidadosas análises dos dados disponíveis, não costumavam apresentar classificação quanto à confiabilidade, que era presumida em função do tipo de documento. As apreciações constituíam-se de interpretações do passado, com objetivos pragmáticos e estratégicos de intervenção no presente com vistas a

²⁴³ APEJE/DOPS, pasta 7.270A.

²⁴⁴ A *INFORMAÇÃO* n° 74/77... op. cit., por exemplo, foi encaminhada ao setor de arquivo do CI/SSP/PE por seu diretor, “para anotar nos respectivos *prontuários*”. Observe-se que, apesar do conteúdo da referida informação corresponder a um simples “nada consta”, ainda assim o documento era arquivado, passando a fazer parte da massa de dados disponível para a estrutura de vigilância.

²⁴⁵ *PRONTUÁRIO* s/n°, da DSI/MEC, relativo a Thiers Martins Moreira. AHRS/ATD.

²⁴⁶ *AVISO* n° 191/GB... op. cit.; *Aviso* n° 873/73... op. cit.

1. VIGILÂNCIA

futuros possíveis.²⁴⁷

1.4.2.6 – *Ofícios*

O “ofício”, tradicional forma de comunicação entre diferentes órgãos do Estado, também era utilizada nos órgãos de vigilância, notadamente em situações em que não havia necessidade de sigilo. No entanto, eventualmente eram usados em atividades sigilosas, o que indica que nem sempre os métodos prescritos pelos principais órgãos da estrutura de vigilância eram seguidos. Um ofício enviado pelo delegado de Xambrê à DOPS/PR exemplifica a questão. Embora estivesse relatando a conclusão de sua ação de vigilância “em caráter ‘secreto’” sobre o prefeito da cidade, informação que poderia inclusive denunciar sua “infiltração”, o fazia por meio de simples ofício, sem classificação quanto ao sigilo.²⁴⁸

1.4.2.7 – *Padrões de comportamento*

Em muitos documentos, é possível perceber uma preocupação com a definição de padrões de comportamento dentre os vigiados, como “opositores”, “manipulados”, “omissos” e “apoiadores” (do regime ditatorial). Um exemplo disso é dado pela já citada informação elaborada pelo CIE em 1975, sobre a implementação da Reforma Universitária de 1968 na USP.²⁴⁹ Ali nota-se o modo como certos órgãos de vigilância percebiam e descreviam as relações travadas entre os agentes do campo da educação superior. No documento em questão, o agente de vigilância caracterizava quatro padrões de comportamento docente que teria identificado naquelas unidades da USP:

1) os *opositores*: “subversivos”, “proselitistas”, praticantes de “comunismo departamental” ou “comunismo de saleta de professor”, críticos irônicos da “revolução”, “líderes escusos”, “orientadores tendenciosos” de alunos de graduação e pós-graduação (os

²⁴⁷ KOSELLECK, R. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. W. P. Maas, C. A. Pereira; rev. C. Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUC-Rio, 2006. Cf., a título de exemplo, a *Apreciação* nº 001/10/DSI/MEC/85... op. cit. Apresentava um balanço das manifestações de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos ao longo de 1984 em todo o Brasil.

²⁴⁸ *OFÍCIO* nº 60/67, de 14/ago/1967, sem classificação quanto a sigilo ou confiabilidade, do “delegado em comissão” de Xambrê/PR, 2º Tenente Manoel Roque de Oliveira Lima, ao DOPS/PR, sobre Aristóteles Coelho Rosa, prefeito daquela cidade. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

²⁴⁹ *INFORMAÇÃO* nº 1915/S-102-A4-CIE... op. cit.

1. VIGILÂNCIA

quais estariam sendo “coagidos indiretamente, através da bibliografia indicada, a contestarem o governo federal, em seus trabalhos de pesquisa, a fim de conseguirem bons resultados escolares”);

2) os *manipulados*: aqueles que seriam levados a agir contra o governo ditatorial por meio da influência do docente que, “mui simpaticamente, em grupinhos, infiltra ideias, livros e diálogos em que ele monologa a subversão marxista-leninista”;

3) os *omissos*: estes seriam os que, na visão do agente, não tomariam nenhuma atitude no sentido de coibir a ação, considerada perniciosa, dos docentes enquadrados no primeiro grupo. Essa suposta omissão é entendida pelo agente de vigilância como fundamental para a “disseminação de maior vulto, maior área e maior profundidade” dos “surto esparsos” de “movimentos estudantis da USP”;

4) os *apoiadores*: “professores e diretores respeitáveis, seguros ideologicamente e, portanto”, na visão do agente, um “obstáculo” às “maquinações” dos docentes do primeiro grupo. Modelo de docente visto como ideal pelo agente, os “apoiadores” teriam sido atacados, “sob pretexto qualquer”, pelos professores opositores, que teriam movido “descontentamento geral para afastá-los dos cargos que ocupam”. Segundo a informação, vários já teriam sido “vítimas desses ataques que surtiram o efeito almejado”, o que teria ocorrido, em alguns casos, em função “da ingenuidade, negligência ou pactuação dos responsáveis”, ou seja, aqueles enquadrados no segundo e terceiro grupos.

O estabelecimento de padrões de comportamento dos vigiados era uma constante nos documentos produzidos por agentes de vigilância. A partir de documentos como esse, evidencia-se que a vigilância também servia para verificar a efetividade da aplicação das determinações estabelecidas pela legislação imposta pelo grupo no poder, tendo em vista garantir a eficácia do sistema de controle. Nesse processo, eram constituídas imagens generalizadoras e superficiais do campo da educação superior e de seus integrantes, enquadrados em padrões comportamentais que serviam de subsídio para outras ações de controle. Ao mesmo tempo, tais narrativas passavam a integrar o pensamento dominante entre os agentes de controle que, nessas caracterizações distorcidas, poderiam ver justificativas para ações repressivas e outras medidas questionáveis.

1. VIGILÂNCIA

1.4.2.8 – *Difusão*

A “difusão de informações” consistia na disseminação de documentos produzidos pelos órgãos de vigilância no interior da “comunidade de informações”. Isso era um aspecto fundamental do processo de vigilância, pelo mesmo motivo que aqueles órgãos mantinham as fichas dos vigiados: rapidez na ação.

Cada documento seguia necessariamente um caminho vertical, rumo ao órgão imediatamente superior àquele que o havia produzido. Frequentemente, porém, seguia também caminhos horizontais ou “laterais”²⁵⁰, rumo aos órgãos responsáveis pela área em questão. Por exemplo, tratando-se de informação sobre estudantes, servidores docentes ou técnico-administrativos, a DSI/MEC necessariamente deveria ser informada.

A redundância gerada por essa difusão múltipla era importante para a eficácia do sistema, na medida em que, caso um dos órgãos destinatários falhasse na sequência do trabalho de controle, outro poderia fazê-lo de modo correto, e bastava que um o fizesse. Em contrapartida, isso gerava uma enorme carga adicional de trabalho para o sistema.

Exemplo disso é dado por um pedido de busca da agência carioca do SNI à DOPS/PR, realizado em 1965. Assinalava constar que cinco oficiais da PM/PR teriam “ideias esquerdistas” e solicitava a “veracidade do fato”, os “prontuários” e a “ideologia de todos os elementos citados”, bem como o órgão onde estariam servindo naquela ocasião.²⁵¹ Exatamente o mesmo pedido foi encaminhado à DOPS/PR, naquela ocasião, pela Divisão de Informações da 5ª RM do III Exército.²⁵²

É de se perguntar: tal carga adicional teria sido uma consequência imprevista da criação de segmentos paralelos de vigilância? Ou a redundância foi uma tática para garantir mais poder aos dirigentes de cada segmento da estrutura de vigilância, por meio de orçamentos mais vultosos, maior número de agentes subordinados a eles etc.? Ou, ainda, terá sido simplesmente um método adotado com vistas à máxima eficácia nas ações de vigilância, sendo o trabalho adicional uma consequência inevitável de tal preocupação?

²⁵⁰ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimentos... op. cit. p. 46.

²⁵¹ *PB n° 145*, de 28/jan/1965, secreto, da SNI/ARJ ao DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

²⁵² *PB n° 103-E2/65*, s/d (1965), secreto, da 5ª RM/DI/IIIEx ao DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

1. VIGILÂNCIA

1.4.2.9 – *Atestados ideológicos*

Era muito comum a exigência de “atestado ideológico” para ingresso em instituições públicas e também em muitas empresas e entidades privadas.²⁵³ Para obtenção de tais atestados, os interessados deviam formalizar seus pedidos junto aos DOPS dos estados onde residissem. A impossibilidade de obtenção de uma “certidão negativa” e as conseqüentes limitações econômicas impostas levavam alguns indivíduos à formalização de seus supostos “arrependimentos”, que tanto poderiam ser sinceros quanto uma tática de resistência. Isso era feito por meio de ofícios às secretarias de Segurança Pública, nos quais era apresentada a “solicitação de baixa em ficha pessoal”, juntamente com os termos da retratação, em alguns casos chamada de “declaração de fé ideológica” ou de “esclarecimento”. Vale destacar que, embora frequentemente as certidões de “nada consta” fossem concedidas, após “verificar o que consta nos órgãos de informações da área”, a solicitação de baixa era registrada na ficha pessoal do solicitante, no setor de Arquivo do DOPS em questão.²⁵⁴ Já os agentes do Centro de Informações da DOPS/PR designavam aquelas solicitações por meio da expressão “*pedidos de silêncio*”. A documentação daquela delegacia indica que lá os pedidos indeferidos, entre 1973 e 1975, foram minoria, assim como no citado caso da DOPSE/AL.²⁵⁵

1.4.2.10 – *Aspectos comuns e especificidades*

²⁵³ Em 1983, a DOPSE/AL utilizava, para esse fim, um formulário padronizado, no qual, além dos dados pessoais do requerente, constava a seguinte afirmação: “não registra, nesta delegacia, antecedentes que revelem a sua participação em atividades subversivas ou ideologias contrárias aos interesses brasileiros”. ALAPA/DOPSE, pasta 73.

²⁵⁴ Ofícios ao Secretário de Segurança Pública de Alagoas, emitidos entre 1972 e 1973. Em um deles, de 19/jun/1972, consta que a solicitante pedia que fosse dada “baixa em sua ficha pessoal existente na DOPSE, a qual contém anotações de caráter ideológico, as quais vêm prejudicando a requerente em sua vida profissional, pelo que junta uma declaração de fé ideológica [não localizada], na qual atesta seu repúdio por ideologias contrárias às convicções do povo brasileiro”. Em outro, de 03/set/1973, uma longa exposição, apresentada em duas laudas, é concluída com a indicação de que embasava as afirmações de sua defesa (de que tentara, por exemplo, “preservar os órgãos [de representação estudantil] que dirigiu do atropelamento pelas exóticas doutrinas políticas florescentes” etc.) “com declarações atestando seu comportamento moral e político passadas pelo Reitor da Universidade Federal de Alagoas, pelo Diretor da Faculdade de Medicina da UFAL e pelo Arcebispo Metropolitano de Maceió”. Em um terceiro, de 10/out/1973, o requerente afirmava ter sido “incentivado a recitar poesias e outras coisas” e encerrava sua petição afirmando: “creio em Deus e na democracia”. ALAPA/DOPSE, pasta 57.

²⁵⁵ *DOSSIÊ “Pedidos de silêncio”*. APPR/DOPS, pasta 1552.187.

1. VIGILÂNCIA

O processamento e a produção de informações respeitavam diretrizes gerais.²⁵⁶ Isso resultava em uma forte padronização da documentação tipicamente produzida pelos órgãos de vigilância. Em função, sobretudo, da constante e intensa troca de documentos entre os órgãos daquele segmento do sistema de controle, não é de estranhar que os mesmos apresentassem também um vocabulário próprio e muito peculiar, marcado por expressões e termos como “subversivo”, “esquerdista”, “MCI [Movimento Comunista Internacional]”, “ponto”, “aparelho”, “comunidade de informações”, “inocente útil”, “informante” etc.

Em alguns casos, porém, expressões atípicas e um tanto curiosas eram mobilizadas. Exemplo disso é dado por um informe produzido em 1979 pela DOPSE/AL. Nele, afirmava-se acerca de um ex-estudante, membro do “Partido Comunista Revolucionário de Pernambuco”, que possuía um “nível ideológico *muito bom*”. A intenção era dizer que, ideologicamente, aquele indivíduo estava bastante comprometido com a oposição ao regime, com o “comunismo” etc.²⁵⁷

Além do vocabulário, outro aspecto comum aos vários órgãos de vigilância dizia respeito ao uso de indícios e suposições como *provas*. Em um documento do CIE, por exemplo, ao lado de alguns nomes eram apresentadas observações: em dois casos, eram assinalados vínculos familiares (de matrimônio e de filiação) com conhecidos membros da oposição ao regime. Em relação a outros dois nomes, sinalizava-se participação no Conselho Editorial do jornal *Opinião*, um dos principais periódicos da imprensa alternativa. Na visão do agente de vigilância, tais relações profissionais ou familiares, mais do que meros indícios, eram provas de que aqueles indivíduos eram “subversivos”.²⁵⁸

A par de inúmeros traços comuns entre os métodos e documentos tipicamente produzidos por cada órgão de vigilância, havia também especificidades. Observe-se, por exemplo, o caso da agência central do SNI. Anexava-se aos documentos em trâmite naquele órgão de vigilância um formulário padronizado intitulado “Ficha de distribuição de documentos”, sempre referido pelo código “ACE”, que provavelmente correspondia a “Agência Central”. Tratava-se de instrumento organizacional de uso exclusivamente interno, utilizado na produção e difusão de informações no âmbito do segmento da estrutura de

²⁵⁶ Tais diretrizes são descritas em detalhes no *Manual Básico* da ESG, notadamente no capítulo VII – “Informações nacionais”. EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 415-500.

²⁵⁷ *INFORME n° 016/79*, de 08/fev/1979, do setor de informações da DOPSE/AL. ALAPA/DOPSE, pasta 51-3.

²⁵⁸ *INFORMAÇÃO n° 1915/S-102-A4-CIE*... op. cit.

1. VIGILÂNCIA

vigilância comandado pelo SNI. No formulário havia quatro grupos de dados:

- (1) “caracterização do documento” (com o código original do informe ou informação, o assunto, eventuais referências a outros documentos e a indicação de anexos);
- (2) “distribuição inicial” (campo no qual eram indicados os setores do SNI para os quais o documento deveria ser distribuído);
- (3) “ordens particulares”;
- (4) “providências” (onde eram anotados os diversos encaminhamentos dados ao documento, como notificações de “ciente”, elaboração de novos documentos com base naquele e, eventualmente, “ordem para implantar” por período determinado de tempo).²⁵⁹

1.4.3 – Estratégias

Ao longo da vigência daquele regime, foram utilizadas diferentes estratégias de vigilância para o controle do campo da educação superior. A par de algumas peculiaridades regionais e locais, é possível falar em três estratégias principais:

(a) de 1964 a 1967, a vigilância era realizada fundamentalmente através de órgãos de vigilância externos ao campo (DOPS, SNI etc.) com a colaboração de agentes do campo (reitores, CEIS, delatores etc.) sob a coordenação do MEC;

(b) de 1967 a 1979, houve uma internalização e complexificação da vigilância, com a criação das ASIs e AESIs no interior das instituições de educação superior e de órgãos centrais de vigilância no âmbito do ministério (DSI/MEC e CISMEC); nesse período também há o aprofundamento do caráter ostensivo da vigilância, destinado a desincentivar comportamentos considerados inadequados pelo regime;

(c) de 1979 a 1988, o projeto de transição demandava a continuidade das ações de vigilância, de modo a evitar que o processo assumisse contornos perigosos; ao mesmo tempo, porém, o caráter ostensivo das ações de vigilância deveria dar lugar a uma ação mais discreta, evitando que servisse de argumento para críticas por parte das oposições. Assim, a estratégia de vigilância assumiu nesse período uma forma progressivamente dissimulada, com a extinção aparente das ASI/AESI junto à permanência dos agentes de vigilância (como “assessores especiais” dos reitores), com a continuidade da ação da DSI/MEC e das ASI nas

²⁵⁹ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit.

1. VIGILÂNCIA

delegacias regionais do MEC e a extinção formal de órgãos como os DOPS (que, em alguns casos, tiveram suas funções de vigilância transferidas para outros, sem que isso fosse assumido publicamente²⁶⁰).

* * *

1.5 – FUNÇÕES DE CONTROLE SOCIAL

A função das “informações na Segurança Interna”, ou seja, da vigilância no âmbito interno do país, segundo o *Manual Básico* da ESG, era “identificar os antagonismos e pressões capazes de atuar no âmbito interno do país e avaliar os modos de atuação de seus agentes”, de maneira a permitir que fossem, em tempo hábil, adotadas medidas destinadas “a identificá-los, neutralizá-los ou anulá-los”.²⁶¹

A vigilância era considerada “essencial para esclarecer o governo quanto à *realidade* da situação, à *verdade* dos fatos e às características e intensidades das manifestações e dos efeitos dos antagonismos e pressões, bem como à *estimativa de acontecimentos futuros*”. O discurso dos órgãos e agentes de vigilância era alçado, assim, à condição de verdade inquestionável, leitura indubitável do passado, do presente e do futuro, indispensável à ação governamental e ao controle da sociedade.²⁶²

Havia consciência da necessidade de se buscar um equilíbrio possível entre coerção e consenso:

É importante (...) que os que lidam com a Segurança Interna tenham presente que muitas vezes os óbices no campo da Segurança Interna são ainda consequentes do fato de não se ter atingido um estágio de desenvolvimento que permita resolver todos os angustiantes problemas. Assim, pois, atuar repressivamente dentro desse

²⁶⁰ Foi o caso do DEOPS/SP. Quando o órgão foi fechado, em 1983, algumas das atividades de vigilância que desempenhava passaram a ser executadas pelo Departamento de Comunicação Social (DCS), vinculado à Polícia Civil, que seguiu nessa função até 1999. A ficha de Flávio Aguiar no DCS, por exemplo, continha anotações de 1983 a 1988, incluindo participação em chapa para eleições da ADUSP em 1983, participação em congresso da ANDES em 1984 e coordenação de reunião da ADUSP relacionada com greve docente em 1988. DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Ficha A00413 - Flávio Aguiar*. APESP/DCS; ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Acervo do Departamento de Comunicação Social (DCS)*. Disponível em <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/permanente/dcs.php>>. Acesso em: 21/fev/2012.

²⁶¹ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 252.

²⁶² Loc. cit.

1. VIGILÂNCIA

quadro poderá, sobretudo, exacerbar ânimos desnecessariamente.²⁶³

Dentro desse quadro de busca de equilíbrio entre coerção e consenso, havia preocupação não apenas com a construção de consensos favoráveis ao regime, mas também com a eliminação das possibilidades de formação de “ideologias críticas”.²⁶⁴ Nesse sentido, observe-se o que o *Manual Básico* recomendava aos agentes do sistema de controle:

O ambiente psicológico causado pela disparidade de sentimentos e emoções costuma ser bem aproveitado pela propaganda subversiva, que se utiliza de métodos e técnicas modernas de influência e persuasão. Nesse quadro, cabe aos componentes do Sistema de Segurança Interna o encargo de alertar sobre o valor dessa propaganda, seus índices de aceitação, as técnicas que estão sendo e serão postas em prática, os objetivos visados pelos subversivos, assim como os planos prováveis de desenvolvimento da atividade assinalada.²⁶⁵

A ESG defendia ainda a ideia de que alguns “subversivos” seriam “recuperáveis”. No manual, advertia-se quanto à necessidade de se “estar atento aos agentes dos antagonismos e pressões”: “mesmo depois de identificados, é preciso atentar que pode não se tratar de um inimigo estrangeiro, mas de um patricio, fruto, às vezes, da conjuntura – nacional e mundial –, cuja *recuperação* será mais conveniente que a *pura eliminação*”.²⁶⁶

Embora traços desse pensamento estivessem frequentemente presentes nas narrativas elaboradas pelos agentes de vigilância, é de se ressaltar que essa não era uma ideia aceita consensualmente entre os membros do sistema de controle social, tendo particular rejeição entre os setores mais radicais.

1.5.1 – Funções diretas e indiretas

Pelo que foi possível identificar na análise da documentação, a vigilância, na prática, cumpria cinco funções, duas de modo direto e três de modo indireto.

De modo direto, a vigilância era responsável:

(1) pela disseminação de uma sensação generalizada de se estar sendo vigiado

²⁶³ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 252.

²⁶⁴ MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. Trad. P. C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

²⁶⁵ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 252.

²⁶⁶ Loc. cit.

1. VIGILÂNCIA

constantemente; isso era útil para o controle da sociedade, pois muitos indivíduos tendiam a não contestar o regime, por medo de serem identificados e punidos;

(2) pelo fornecimento de informações aos dirigentes do sistema de controle; essas informações permitiam que o grupo no poder tivesse efetivo e ágil controle sobre a sociedade.

Já indiretamente, a vigilância auxiliava:

(1) nas ações repressivas, informando os órgãos responsáveis por tal modo de controle, sem o que agiriam às cegas;

(2) nas ações destinadas à formação de consensos, de modo análogo ao auxílio prestado aos setores repressivos;

(3) formando uma espécie de autoconvencimento entre os agentes da “comunidade de informações”; tratava-se da elaboração e difusão de ideias que justificavam as ações de controle, como “reação ao movimento comunista internacional”, “defesa da pátria” etc., motivando os agentes.

Em uma informação elaborada pelo CISA em 1973, mencionada anteriormente, era abordada a questão de um convênio entre a UnB, a SUDECO, o Projeto Rondon e as prefeituras de Aragarças e Barra do Garças.²⁶⁷ A preocupação do principal órgão de vigilância da Aeronáutica dizia respeito à participação de professoras supostamente envolvidas com movimentos “subversivos”. O fundamental aqui é que, ao final da informação, assinalava-se a importância do “esforço desenvolvido pelos órgãos de informações do país, em particular no campo psicossocial, (...) através do *descobrimto* e posterior *anulação* dos elementos subversivos do magistério”. Os dois termos grifados correspondem, respectivamente, ao que aqui está sendo chamado de *vigilância* e *repressão*, e indicam algumas de suas principais funções de controle social: a identificação de indivíduos considerados perigosos para a estabilidade do regime, por meio da vigilância, e sua “anulação” por meio da repressão, o que poderia ocorrer por diversos meios, do expurgo ao assassinato.

Também nas ações destinadas à formação de consensos, a vigilância cumpria importante função, de modo análogo ao mencionado apoio concedido às ações repressivas. Uma informação do CIE, elaborada em 1979, assinala, por meio de referência à “opinião pública”, importante preocupação com os consensos a respeito das ações de vigilância, assim como indica certos usos da vigilância para monitoramento da situação geral dos consensos

²⁶⁷ *INFORMAÇÃO n° 18/CISA...* Op. cit.

1. VIGILÂNCIA

favoráveis ao regime, o que, naquele contexto de transição, era fundamental.²⁶⁸

Outro exemplo da função de autoconvencimento dos agentes de controle é dado por uma informação da agência carioca do SNI, elaborada em abril de 1969, sobre “agitação estudantil na Ilha do Fundão”.²⁶⁹ Tratava-se de relato de ação da PM na Ilha do Fundão, realizada no dia 11/abr/1969, por volta do meio-dia, “com a finalidade de prender” um “agitador e líder estudantil”, com base em “informes recebidos de que encontrava-se naquele local”. Ao chegarem lá, alegavam os agentes de vigilância, os policiais teriam sido “recebidos com violentos ataques, inclusive físicos, por parte dos estudantes concentrados na Escola de Engenharia e no Restaurante”. Em função disso, “a PM prendeu 27 estudantes, sendo que oito por portarem panfletos subversivos [em anexo] (...) e os demais por agressão a autoridade policial. Todos os presos foram autuados em flagrante”.

Documentos como esse, produzidos por órgãos e agentes de vigilância, tinham dupla função: *registrar* a ação repressiva, armazenando dados que futuramente poderiam ser úteis, e *justificar* a repressão narrada, naquele momento ou em outro em que isso fosse necessário, quando, para isso, a informação poderia ser recuperada junto aos arquivos dos órgãos de vigilância.

Tais informações ajudavam, portanto, na formação de uma espécie de autoconvencimento entre os agentes do sistema de controle, incluídos aí, obviamente, aqueles que atuavam nos órgãos de vigilância. Observe-se, nesse sentido, o volumoso relatório que a Agência Central do SNI produzia mensalmente. Com uma média de 150 páginas, sempre classificado como “reservado” e amplamente divulgado no interior do sistema de controle, seu título era *Comunismo Internacional: Sumário de informações*.²⁷⁰ Parcelas significativas desses relatórios tratavam da suposta participação de setores do campo da educação superior no chamado “movimento comunista internacional”.

A difusão do relatório, como dito, era bastante ampla: gabinetes civil e militar da Presidência, todos os ministérios civis e militares, a Assessoria Especial de Relações Públicas, o Conselho de Segurança Nacional, a ESG, agências regionais do SNI, os vários DOPS, PM,

²⁶⁸ *INFORMAÇÃO n° 709...* op. cit.

²⁶⁹ *INFORMAÇÃO n° 148/SNI/ARJ/69...* op. cit.

²⁷⁰ APPR/DOPS, pastas: 305.33 (n° 6, de jun. 1970), 306.33 (n° 9, de set. 1970), 307.33 (n° 10, de out. 1970), 308.33 (n° 11, de nov. 1970), 309.34 (n° 12, de dez. 1970), 310.34 (n° 13, de jan. 1971) e 311.34 (n° 5?, de maio 1971).

1. VIGILÂNCIA

DPF, segundas seções das Forças Armadas, os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os presidentes do Superior Tribunal Federal e do Superior Tribunal Militar e, ainda, algumas “autoridades eclesiásticas” (Núncio Apostólico e arcebispos de Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Diamantina e São Paulo).

Dentre outras funções, aqueles relatórios ajudavam a disseminar, no âmbito do sistema do controle e entre membros do grupo no poder (alguns inseridos no primeiro escalão ditatorial, outros vinculados a instituições da sociedade civil, como os mencionados dirigentes da Igreja Católica) um conjunto de ideias que ajudavam a consolidar uma ideologia fortemente anticomunista já compartilhada por aqueles indivíduos. Tal coesão ideológica era fundamental para o sucesso do projeto político ditatorial.

Esse crucial trabalho ideológico não se dava, obviamente, apenas por meio da difusão de documentos como o relatório mencionado. Outro importante meio de formação ideológica era a defesa de “professores anticomunistas” nas instituições de educação superior. Uma informação elaborada pela agência paulista do SNI dava conta de supostas perseguições que docentes “anticomunistas” estariam sofrendo por parte de “professores de tendências esquerdistas”.²⁷¹

No documento, afirmava-se estar ocorrendo na USP uma “manobra de professores de tendências esquerdistas visando afastar” um professor “da regência da cadeira de História das Ideias, do que resultou sua transferência para a Escola de Comunicações e Artes”. Aquela agência do SNI afirmava ainda que “confirmou-se (...) que os elementos esquerdistas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP têm se movimentado no sentido de neutralizar a ação dos professores anticomunistas”.

Na sequência, o documento apresentava uma série de “antecedentes negativos”, registrados nos arquivos daquele órgão de vigilância, sobre estudantes e professores.

Quanto a um estudante, a informação afirmava ter participado de abaixo-assinado dirigido ao diretor do Departamento de História, por meio do qual alunos afirmavam que não iriam mais frequentar as aulas do professor supostamente “perseguido”. Observe-se que o documento assinala que a ASP/SNI teria sido, na ocasião, *informada* sobre o referido abaixo-

²⁷¹ *INFORMAÇÃO n° 096296/ASP/SNI/73*, de 29/mar/1973, confidencial, da ASP/SNI para a AC/SNI, sobre a “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP”. AN/SNI, ACE 2744-80.

1. VIGILÂNCIA

assinado.²⁷²

Já em relação a alguns professores, apontava os seguintes “fatos”:

[prof. A e B]: terem sido expurgados com base no AI-5, conforme Diário Oficial da União de 30 de abril de 1969;

[prof. C]: não apresentava fatos negativos e teria ministrado “cursos intensivos na Universidade de Paris sobre fatos da vida nacional”;

[prof. D]: não apresentava fatos negativos, era Diretor da Escola de Comunicação e Artes da USP e, conforme “o Encaminhamento nº 246/ASP/71, difundido a esta AC”, seria “tido como anticomunista”.

Por fim, indicava, em relação “aos demais nomes citados nos anexos”, que estavam “sendo processados” e que, tão logo fossem obtidos “novos dados”, estes seriam transmitidos à SNI/AC.

A informação ainda indicava que “o presidente da Comissão Estadual de Investigações [CEI], em documento datado de 22/mar/1973, analisa[va] a atuação dos esquerdistas junto à Faculdade de Filosofia da USP”, apontando “o recrudescimento de ‘nova doutrinação marxista dos estudantes e estímulo sério às atividades subversivas’”. Também retransmitia uma queixa e um questionamento do presidente da referida comissão: “a CEI, segundo o seu presidente, denunciou essas atividades ao Ministério da Justiça e à 2ª Seção do II Exército, não obtendo, até a presente data (29/mar/1973), nenhuma resposta”; “a CEI, ainda segundo o seu Presidente, afirma[va] ter poderes para afastar os implicados durante o tempo de investigação” e teria questionado o seguinte: “Estará ela (a CEI) agindo em consonância com o pensamento dos mais altos órgãos da Segurança? Se assim for, não titubearemos em prosseguir na investigação e instaurá-la oficialmente”. Ou seja, havia uma clara preocupação dos agentes repressivos no sentido de obterem respaldo de suas instâncias superiores para a aplicação das penas.

A vigilância cumpria, em casos como o descrito, função fundamental de apoio à manutenção de professores com um certo perfil político-ideológico no campo da educação superior, que poderiam atuar como intelectuais pró-regime, assim auxiliando diretamente na preservação de colaboradores no interior do campo e, indiretamente, na formação de

²⁷² Cabe questionar: por quem? Pelo diretor? Pela ASI daquela universidade? Por um infiltrado? Pelo professor supostamente perseguido?

1. VIGILÂNCIA

consensos favoráveis ao regime. Também era significativa sua contribuição com a repressão, como veremos a seguir.

* * *

2. REPRESSÃO

*Assim, eu me vejo condenado à morte por vós,
condenados de verdade, criminosos de improbidade
e de injustiça. Eu estou dentro da minha pena,
vós dentro da vossa.*

Platão, *Apologia de Sócrates*

2.1 – INTRODUÇÃO

Cicuta, empalamento, forca, cruz, fogueira, donzela de ferro, garrote vil, guilhotina, fuzilamento, lapidação, gaseamento, ‘desaparecimento’, cadeira elétrica... Exílio, expurgo, excomunhão, degredo, gueto, *gulag*, *apartheid*, solitária, Guantánamo, Fernando de Noronha, Alcatraz, Tiradentes, Carandiru, FEBEM... Sanbenito, aranha espanhola, tronco, pelourinho, pau de arara, máscara da infâmia, ferro em brasa, gargalheira, chibata, palmatória... Essa listagem poderia prosseguir por várias páginas.

Contudo, não pretendo desenvolver aqui uma longa discussão sobre as origens e a história da punição em geral, nem de uma de suas formas – a repressão –, já que não se trata de algo essencial aos objetivos deste estudo. Considero suficiente por ora ter em conta que as origens da punição remontam aos primórdios da humanidade e, como tudo que decorre da ação humana, está sujeita a mudanças ao longo do tempo.

Fustel de Coulanges deu um bom exemplo desse caráter historicamente mutável da punição, ao observar que o exílio era considerado, nos primórdios das antigas civilizações grega e romana, pena mais severa que a execução.²⁷³ Também Rusche e Kirchheimer, que

²⁷³ COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: EDAMERIS, 1961. Cap. XIII – O patriotismo. O exílio.

2. REPRESSÃO

evidenciaram as profundas transformações nas formas de punição da Idade Média ao início do século 20.²⁷⁴ Em *Vigiar e punir* – obra na qual a influência de *Pena e estrutura social* é explícita e assumida –, Foucault adotou essa transitoriedade do fenômeno punitivo como uma das principais premissas de sua argumentação, ao tratar das profundas modificações nas penas adotadas na Europa durante a segunda metade do século 18.²⁷⁵ Já Garland tem buscado em seus trabalhos compreender as transformações pelas quais passa o fenômeno punitivo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos a partir dos anos 1960.²⁷⁶

A perspectiva teórica aqui adotada diferencia-se das dos quatro casos indicados, por motivos diversos. Apesar disso, tais exemplos apontam não apenas para a óbvia importância de uma abordagem historicamente contextualizada da punição, mas principalmente para o potencial das análises que consideram dentre suas variáveis os diversos elementos econômicos, culturais, políticos e sociais que se relacionam de diferentes maneiras na constituição da face punitiva de um dado sistema de controle social.

2.1.1 – Repressão e punição

Repressão e punição, segundo a perspectiva aqui adotada, não são conceitos mutuamente excludentes. Repressão é entendida como *uma forma essencialmente ilegítima de punição*. Consequentemente, repressivos seriam os mecanismos punitivos de regimes ilegítimos, como as ditaduras, independentemente de estarem em conformidade com a legislação por eles imposta. Evidentemente não se trata de obscurecer a violência promovida por Estados democráticos, mesmo porque, como já observara Gramsci, coerção e consenso são características intrínsecas dos mais diversos tipos de regimes políticos, variando apenas a intensidade aplicada em cada contexto a cada um desses elementos, indissocialmente vinculados por uma “relação de unidade-distinção”.²⁷⁷ No caso do Brasil do século 20, por

²⁷⁴ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Pena y estructura social*. Trad. Emilio García Méndez. Bogotá: Editorial Temis, 1984 [1939].

²⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

²⁷⁶ GARLAND, David. *The culture of control...* op. cit; Id. *Punishment and modern society...* op. cit.

²⁷⁷ A relação entre coerção e consenso em Gramsci já foi apontada na Introdução. Ressalto apenas que, assim como em trabalhos anteriores, considerarei a punição (e, consequentemente, também a repressão) como “uma manifestação da coerção”. Cf.: MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit. p. 37.

2. REPRESSÃO

exemplo, a relativa estabilidade da ordem social foi em grande parte garantida por uma marcante instabilidade política. Nesse sentido, como observou Dermeval Saviani, o golpe de 1964 foi uma “ruptura política para continuidade socioeconômica”.²⁷⁸ Para compreender tais nexos, é fundamental perceber as diferenças essenciais entre os períodos democráticos e ditatoriais, e a legitimidade (ou a falta dela) é a principal variável nesse sentido.

Esse conceito de repressão fundamenta-se sobretudo na perspectiva proposta por Julio Aróstegui:

Dizer que toda ordem política contém um determinado grau de exercício da força é pouco mais que uma tautologia. Mas o uso legítimo da força desde o Poder está vinculado, obviamente, à *legitimidade* desse mesmo poder. O Poder legítimo, o poder baseado no mandato [d]e representação concedido pelos governados (...) tem instrumentos para o exercício de governo que não deixam de incluir a violência, a coerção. Porém, o uso da força para além dos limites concretos da legitimidade na manutenção da ordem social nos situa diante da existência da **opressão** e da **repressão** como fenômenos específicos de certos mecanismos de dominação. (...) Dessa forma, associamos a repressão como fenômeno sociopolítico **às ações de controle empreendidas desde alguma forma de Poder (não necessariamente o estatal) carente de legitimidade para obrigar, aos que estão sujeitos a ela, a determinadas condutas, através da ação efetiva ou da ameaça explícita da violência.**²⁷⁹

Nas punições, inclusive em suas formas repressivas, é possível identificar diferentes camadas temporais, mesclas de inovações próprias de uma determinada época com práticas sedimentadas ao longo dos séculos. No Brasil da segunda metade do século 20 não era diferente. Nas salas de tortura espalhadas de norte a sul do país, técnicas relativamente modernas, como choques elétricos e o chamado “soro da verdade” (pentotal sódico), eram utilizadas com afogamentos simulados e pau de arara, métodos adotados desde muito antes de 1964:

²⁷⁸ SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

²⁷⁹ Original: “*Decir que todo orden político contiene un grado determinado de ejercicio de la fuerza es poco más que una tautología. Pero el uso legítimo de la fuerza desde el Poder está ligado, obviamente, a la legitimidad de ese poder mismo. El Poder legítimo, el Poder basado en el mandato y representación concedida por los gobernados (...) tiene instrumentos para el ejercicio del gobierno que no dejan de incluir la violencia, la coerción. No obstante, el uso de la fuerza más allá de los límites concretos de la legitimidad en el mantenimiento del orden social nos sitúa ante la existencia de la opresión y la represión como fenómeno específico em ciertos mecanismos de dominación. (...) De esa forma, la represión como fenómeno sociopolítico la asimilamos a las acciones de control emprendidas desde alguna forma de Poder (no necesariamente el estatal) carente de legitimidad para obligar a los que están sujetos a él a determinadas conductas bajo la acción real o la amenaza de la violencia explícita*”. ARÓSTEGUI, Julio. Coerción, violencia, exclusión... op. cit. p. 42; 49.

2. REPRESSÃO

A tortura é comum em nosso país desde sempre. Essa prática nefanda, verdadeira herança maldita, trazida pelos portugueses “educados” nos métodos da dita sagrada Inquisição, permanece até hoje, passando por Colônia, Império, Independência, República, ditaduras e imperfeitos Estados de Direito, com governos de todos os tipos. Os indígenas, os hereges ou infiéis, os negros escravos e descendentes, os “vadios”, os marginais de toda sorte, os internos nos manicômios, os “subversivos” e opositores políticos, os presos ditos “comuns”, os pobres em geral, os não cidadãos... todos potencialmente vítimas dos abusos e da violência extremada. Para punir, disciplinar e purificar (sic), arrancar confissões e informações, intimidar, “dar o exemplo”, vingar, derrotar física e moralmente o suposto inimigo ou, simplesmente, o indesejável.²⁸⁰

Assim como a tortura, outros mecanismos punitivos constituíam notórias permanências ao longo da história do Brasil. A repressão por motivos políticos ou ideológicos, por exemplo, não restringiu-se aos contextos ditatoriais do Estado Novo e do regime militar. A cassação do registro do PCB, em maio de 1947, e o expurgo dos parlamentares vinculados à sigla, em janeiro de 1948, são alguns dos exemplos mais conhecidos. Entretanto, para além desses casos notórios, há uma série de histórias que, embora muitas vezes relegadas ao pano de fundo historiográfico, são igualmente fundamentais para uma compreensão mais profunda da complexidade dos mecanismos repressivos e dos sistemas de controle social. Como no caso de Heitor Miranda Martins, citado no capítulo 1. Heitor foi expulso em 1955 do CPOR de Belo Horizonte por ordem do comandante da 4ª RM.²⁸¹ Como ele mesmo afirmou, naquela ocasião foi “excluído do CPOR em processo interno contra ‘esquerdistas’”.²⁸²

A identificação dessas permanências é fundamental para a compreensão da formação e transformação de certos sistemas de controle social. Isso não significa que se possa igualar as ditaduras de 1937 e de 1964 entre si ou com os contextos democráticos do período republicano. Cada uma dessas épocas foi marcada pela vigência de uma forma específica de controle social.

²⁸⁰ SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 21. (“sic” no original). Cf. também: ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Violência, massacre, execuções sumárias e tortura. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). *Tortura*. Op. cit. p. 70-73.

²⁸¹ PRONTUÁRIO de Heitor Miranda Martins, BR MGAPM,XX DMG, pasta 117.

²⁸² MARTINS, Heitor. Notas de memória sobre a FAFI (década de 1950). *Aletria*: Revista de Estudos de Literatura, v. 18, jul./dez.2008, p. 123-128. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/100>>. Acesso em: 18/abr/2013.

2. REPRESSÃO

Assim como em outras épocas, durante a ditadura militar o campo da educação superior estava entre os segmentos sociais mais visados pela repressão, pelos mesmos motivos que era um dos alvos privilegiados pelas ações de vigilância, conforme assinalado no capítulo anterior. Indicativo disso são as observações feitas pelo *Brasil: Nunca Mais* a respeito dos setores sociais integrantes dos processos analisados no âmbito daquele projeto. Dentre os 263 processos “que não focalizavam organizações partidárias clandestinas”, 179 deles tinham por réus membros de “seis setores sociais claramente identificados: militares, sindicalistas, *estudantes*, políticos, jornalistas e religiosos”. Dentre tais “alvos prediletos” do regime identificados por meio daquela iniciativa pioneira, os estudantes foram os mais atingidos em termos quantitativos: 52 processos (29%) correspondiam à repressão do segmento estudantil.²⁸³ A maioria destes correspondia ao período 1968-1970 (44 processos, 84,6%), com apenas cinco (9,6%) referentes ao período anterior e três (5,8%) ao posterior.²⁸⁴ Tal distribuição é resultado não apenas do efetivo crescimento da mobilização estudantil nos últimos anos da década de 1960, mas também das diferenças no recurso a determinadas medidas repressivas ao longo da vigência daquela ditadura e, particularmente, no uso da Justiça Militar (fonte dos dados analisados pelo projeto) pelo sistema de controle em ações repressivas.

2.1.2 – Recompensa

Além da punição, outro elemento essencial de qualquer sistema de controle social é seu complemento: a *recompensa*. O estudo desse aspecto em contextos ditatoriais costuma ser mais difícil que o da repressão, posto que, via de regra, as formas de premiação não eram assumidas como tais, mas disfarçadas por alegados motivos de merecimento e eficiência profissional. Por isso, o enfoque aqui voltou-se para a repressão.

No caso do campo da educação superior durante a ditadura militar, o processo de premiação com efeitos de controle ocorria tanto com servidores docentes e técnico-administrativos quanto com estudantes que se mostravam potenciais ou efetivos apoiadores do

²⁸³ Na p. 117 é indicado um total de 53 processos, enquanto, segundo a p. 132, seriam 52. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

²⁸⁴ *Ibid.* p. 117; 131-138.

2. REPRESSÃO

regime. Em algumas situações, através de canais institucionalizados de recompensa, como o oferecimento de comendas e outras distinções. Em outras circunstâncias, como resultado de acordos e trâmites pessoais, com vistas a alianças, apoios, conivências, sem que houvesse necessariamente qualquer preocupação com o apoio ao regime. O controle aí era uma *consequência* do fato de que, em algumas situações específicas, aquele que detinha algum tipo de poder que pudesse viabilizar a concessão de alguma premiação a outrem possuía afinidades (ideológicas ou de outra ordem) com o regime e, conseqüentemente, acabava privilegiando aqueles com pensamento e comportamento afins aos seus. Ao mesmo tempo, em um aparente paradoxo, havia casos em que esses mecanismos eram utilizados para proteger indivíduos perseguidos pelo sistema de controle, configurando uma forma de resistência silenciosa, quase invisível, mas nem por isso menos importante.

Algumas das formas de premiação davam-se no plano econômico, como promoções funcionais, vantagens profissionais e aumentos salariais. Outras atuavam no plano do simbólico, como distinção, através de incremento de *status* em um determinado segmento social, inclusive no campo da educação superior.

Segundo Fico, “como estratégia de ‘contrapropaganda’ diante dos ‘professores esquerdistas’ em geral, a comunidade de informações afirmava ser recomendável que os intelectuais favoráveis ao regime fossem distinguidos de alguma maneira”. No mesmo sentido, em um documento da DSI/MJ citado por ele, afirmar-se-ia haver “conveniência de que tanto o professor (...) quanto os demais intelectuais e jornalistas” apoiadores da “Revolução” fossem “prestigiados, mesmo indiretamente e nos devidos termos, por toda a estrutura governamental”.²⁸⁵

Nessa mesma linha, o recebimento de jetom pelos membros da CNMC era uma das formas de se premiar o comprometimento de alguns agentes com as atividades daquela comissão, considerada por membros do grupo no poder como fundamental.²⁸⁶ Junto a isso, o Decreto-lei nº 869 de 12/set/1969, que criou aquela comissão, também instituiu um mecanismo de recompensa simbólica, a “Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica”, que poderia “ser conferida pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante proposta da CNMC, a personalidades” que se mostrassem particularmente dedicadas “à causa da Educação Moral e

²⁸⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam...* op. cit. p. 190.

²⁸⁶ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 186.

2. REPRESSÃO

Cívica” (Art. 8º).

Uma analogia disso que ocorria no campo da educação superior, em termos de repressão e recompensa, pode ser estabelecida em relação à condição do campo cinematográfico naquela época, na linha do que então afirmava Joaquim Pedro de Andrade:

Para fazer bom cinema hoje no Brasil é preciso, em primeiro lugar, resistir ao *suborno* e, em segundo lugar, sobreviver ao *castigo*. O *suborno* ocorre logo na primeira fase da produção de um filme: os produtores particulares e as instituições governamentais financiam generosamente aqueles que por aplauso ou omissão se alinham com a ideologia dominante, enquanto negam qualquer recurso aos que possam, mesmo que apenas por originalidade, destoar dela. Quando, apesar disso, se consegue filmar, o *castigo* vem com os cortes ou interdição da censura, segue com o boicote dos exibidores e termina com a recusa do público, treinado para a passividade do consumidor conservador.²⁸⁷

O resultado disso era que, tanto no campo cinematográfico quanto no da educação superior, os mecanismos de recompensa cumpriam duas importantes funções de controle social (dentre outras): *mobilizar* setores sociais potencialmente favoráveis, formando apoios para o regime, e *servir de exemplo*, seja reforçando determinadas atitudes junto aos que já contribuía com aquela ordem social e com aquele regime político, seja tentando seduzir indecisos e opositores com a promessa ou visão de possíveis ‘vantagens’ decorrentes de certos padrões comportamentais.

* * *

2.2 - OS ALVOS E A DINÂMICA DA REPRESSÃO

Não é novidade que agentes do campo da educação superior foram reprimidos durante a ditadura. O que interessa neste capítulo é tentar entender *por quem, de que maneira* e com base em quais *critérios* aqueles agentes eram punidos, bem como quais *funções de controle* resultavam da aplicação sistemática daquelas medidas repressivas.

2.2.1 – Segmentos do campo da educação superior

²⁸⁷ ANDRADE, Joaquim Pedro de. Depoimento à revista *Visão*, agosto de 1973. Apud Cadernos CEUE III. *Sobre a autocensura – depoimentos*. Set/1974. LaSalle/MAH/ELLS.

2. REPRESSÃO

Ao que tudo indica, os estudantes foram o segmento mais atingido, em termos quantitativos, pela repressão em suas formas mais brutais, como a tortura e os assassinatos. Isso, contudo, não significa que necessariamente tenha havido “dois pesos, duas medidas”, diferenças no *rigor repressivo* em relação a tal ou qual segmento profissional, aplicação de distintas medidas repressivas contra um mesmo tipo de comportamento praticado por discentes, professores e servidores técnico-administrativos. O rigor repressivo diferenciado é uma hipótese plausível em muitos casos, mas a diferença assinalada, ao que tudo indica, foi decorrente sobretudo de uma maior participação do setor estudantil na luta armada, em comparação com os outros dois segmentos.

2.2.2 – Múltiplas ações repressivas

Não raro, uma mesma pessoa era reprimida de diferentes maneiras, também acontecendo de um indivíduo ser alvo de uma determinada medida repressiva mais de uma vez. Um exemplo dessas punições múltiplas é dado pelo caso de João Roberto Borges de Souza, estudante de Medicina da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Participou ativamente da política estudantil em seu estado, tendo sido presidente do diretório acadêmico da faculdade onde estudava e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEE-PA). Militou na Ação Popular (AP) até 1969, quando teria ingressado no PCB.

João Roberto foi um dos vários estudantes presos em outubro de 1968 em Ibiúna, durante o 30º Congresso da UNE. Pouco depois, foi expurgado da UFPB, com base no Decreto-lei nº 477/69, sendo proibido de matricular-se em instituições de educação superior por três anos. Ainda em 1969, supostamente já como militante do PCB, foi preso outras duas vezes. Primeiro em João Pessoa, no 1º Grupamento de Engenharia de Construção (1º GE), órgão do Exército diretamente subordinado ao CMNE (Comando Militar do Nordeste); depois em Recife, no DOPS/PE, onde foi torturado. Após alguns meses, foi liberado e voltou para sua casa na Paraíba, onde, em 07/out/1969, uma semana antes de completar 23 anos, foi preso por membros do CENIMAR e do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) ao sair de casa.²⁸⁸

²⁸⁸ A participação conjunta de membros do CENIMAR e do CCC no sequestro de João Roberto exemplifica a cooperação entre órgãos militares e paramilitares daquela estrutura repressiva, assunto que será abordado mais adiante, ainda neste capítulo.

2. REPRESSÃO

Nenhuma notícia foi dada à família que, de imediato, buscou informações sobre seu paradeiro junto às autoridades. Três dias depois do sequestro, a versão oficial para sua morte foi anunciada: João Roberto, exímio nadador, supostamente teria se afogado em um açude em Catolé do Rocha, interior do estado. Inicialmente a família foi informada pelas autoridades que ele já havia sido enterrado. Entretanto, após intensa mobilização, os parentes de João Roberto tiveram acesso ao corpo, que apresentava diversos ferimentos, dentre eles unhas perfuradas, queimaduras de cigarro e hematomas.²⁸⁹

Portanto, entre outubro de 1968 e outubro de 1969, João Roberto Borges de Souza foi alvo de pelo menos seis medidas repressivas diferentes, conforme a tipificação proposta mais adiante neste capítulo: prisão, expurgo (provavelmente externo), tortura, sequestro, assassinato dissimulado e ocultação de cadáver. Como foi preso em três ocasiões diferentes (Ibiúna, João Pessoa e Recife), chega-se à impressionante conclusão de que, em apenas um ano, João Roberto foi vítima de nada menos que oito ações repressivas.

Casos como o do estudante paraibano, que exemplificam situações de punições múltiplas no campo da educação superior, são fundamentais para que se possa melhor compreender o funcionamento daquele sistema de controle. Em primeiro lugar, porque assinalam o indissociável laço que unia repressão e vigilância, como comentado no primeiro capítulo. As estruturas de vigilância indicavam aqueles que deveriam ser reprimidos, mas também alimentavam-se de informações fornecidas pelas estruturas repressivas. Isso porque, na visão de seus agentes, quem já havia sido reprimido e permanecia vivo tinha maior probabilidade de envolver-se em novas ações desviantes – e, por isso, deveria ser vigiado com mais atenção – que aqueles que não tinham “antecedentes”.

Em segundo lugar – e este é o aspecto mais importante da questão – porque mostram que a repressão, mesmo em suas formas mais violentas, não era algo excepcional, esporádico, mas um elemento essencial e permanente daquele modo de controle social. A intensidade e a duração da ação repressiva poderiam variar amplamente, por meio de diferentes e recorrentes formas de repressão que, por vezes, se sucediam e se sobrepunham. Aquele que era classificado pelo sistema como “*subversivo*”, a pessoa que desviava-se do comportamento

²⁸⁹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (SEDH/CEMDP). *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: SEDH, 2007. p. 106.

2. REPRESSÃO

estabelecido como normal pelos dirigentes do sistema de controle (com o reforço de tradições criadas muito antes de 1964), o indivíduo que era considerado uma ameaça àquela ordem social injusta e fortemente excludente, sustentada por um regime político baseado no medo, no arbítrio e na violência sem limites, era reprimido tantas vezes e tanto quanto fosse necessário para torná-lo inofensivo e submisso – para *controlá-lo*. Dobrá-lo pela repressão, posto que, em casos assim, ao contrário do que ocorria com a maioria da população, os mecanismos de controle ideológico haviam falhado.

2.2.3 – Dinâmicas e espaços de repressão

Outro aspecto fundamental a se ter em conta diz respeito à dinâmica da repressão e aos espaços e regiões em que ocorria. Apresentarei aqui apenas algumas reflexões pontuais, que eventualmente poderão servir de ponto de partida para um estudo do tema a ser elaborado futuramente, com levantamento empírico e referenciais teóricos adequados.

Primeiramente, o que dizer em relação à distribuição da repressão entre cidade e campo? Intuitivo seria supor que o controle da educação superior gerava ações repressivas em ambientes urbanos, em função de aí estarem localizadas as instituições de educação superior (mesmo as interioranas²⁹⁰). Mas e Ibiúna? Esse único exemplo é suficiente para evidenciar algo de suma importância para as análises feitas ao longo desta tese: as ações de controle do campo da educação superior não ocorriam exclusivamente nos espaços institucionais, mas espraiavam-se dos prédios das faculdades e reitorias, cruzando os *campi* e avançando rumo a outros tantos espaços, urbanos e rurais. Isso porque servidores técnico-administrativos, estudantes e professores não deixam de sê-lo quando vão pra casa, do mesmo modo que o pintor não é artista apenas no ateliê ou na galeria.

Ainda assim, a proporção era evidentemente desigual. Uma hipótese para explicar tal situação seria que a circulação dos agentes do campo da educação superior não extravasaria, na maior parte do tempo, o espaço em torno da instituição; ou seja, a cidade e, eventualmente, a região onde a instituição de educação superior estava localizada. Ibiúna seria, assim, uma exceção: um congresso realizado em uma zona rural por indivíduos que viviam a maior parte

²⁹⁰ Cf.: OLIVEN, Arabela Campos. *A paroquialização do Ensino Superior: Classe Média e Sistema Educacional no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

2. REPRESSÃO

do tempo em espaços urbanos. Outras exceções poderiam advir daqueles que viviam em áreas rurais e também dos que, forçados à clandestinidade ou confiantes na possibilidade de uma revolução socialista, optavam pela ação armada no campo, como no caso dos guerrilheiros do Araguaia.

Outro aspecto importante nesse sentido diz respeito à distribuição da repressão por regiões do país. A concentração na região sudeste explicar-se-ia em parte pelas amplas diferenças demográficas, mas também pela maior concentração de instituições de educação superior nessa região.²⁹¹ Contudo, é preciso lembrar que os dados quantitativos disponíveis são aproximativos, e também que, sobretudo no caso das regiões norte e centro-oeste, a documentação conhecida ainda é bastante escassa e fragmentada.

Há que se considerar também certos espaços, localizados tanto em regiões urbanas quanto rurais, em que eram desenvolvidas sistematicamente formas específicas de repressão. Espaços de tortura, de confinamento, de execução. O levantamento feito pelos organizadores do projeto *Brasil: Nunca Mais*²⁹², por exemplo, indicou, dentre os locais utilizados para tortura: delegacias de polícia (inclusive algumas especializadas em furtos e roubos e também delegacias de cidades do interior, como, por exemplo, Cascavel/PR²⁹³); diversos DOPS²⁹⁴; várias unidades regionais da Polícia Federal; delegacias da Polícia Civil (como o DEIC/SP – Departamento Estadual de Investigações Criminais); quartéis da PM (inclusive em cidades do interior, como o quartel da Brigada Militar em Três Passos/RS²⁹⁵); áreas sob jurisdição do Exército, como o Forte do Barbalho (fortificação militar do século 17 em Salvador)²⁹⁶ e diversos outros quartéis da PE; espaços utilizados pelo CENIMAR, como o Presídio da Ilha

²⁹¹ Cf.: MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit.

²⁹² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais - Projeto "A"*. t. II, v. 3 – Os funcionários. 1985. BNM/AM.

²⁹³ Cf.: Processo BNM nº 93, referente a 1969.

²⁹⁴ O “DPPS” que o levantamento do BNM indica é o Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro, criado em 27/nov/1964 e subordinado à SSP/RJ. Em 10/ago/1971, o DPPS foi transformado no Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do RJ (DOPS/RJ). Em 15/mar/1975, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, foi criado o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), ao qual ficou subordinado o novo Departamento de Polícia Política e Social (DPPS/RJ), que reunia o DOPS/GB e o DOPS/RJ. Cf.: APERJ. Guia de Fundos. *Acervo Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em <http://www.aperj.rj.gov.br/g_dep_aut_ord_pol.htm>. Acesso em: 23/abr/2013.

²⁹⁵ Cf.: Processo BNM nº 146, referente a 1970. A Brigada Militar, como se sabe, é o nome da PM do RS.

²⁹⁶ Cf.: Processos BNM nº 91 e 310, referentes a 1970 e 1971; FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979. p. 33.

2. REPRESSÃO

das Flores²⁹⁷ ou o da Ilha Grande, ambos no RJ; espaços utilizados pelo CISA, como a Base Aérea do Galeão²⁹⁸, no RJ; a OBAN e as unidades do DOI/CODI; centros clandestinos como a “Casa de Campo” no Ceará²⁹⁹ e a Casa de São Conrado no RJ; presídios como o Instituto Penal Paulo Sarasate (em Aquiraz/CE, criado em 18/ago/1970)³⁰⁰ e a Colônia Penal Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves/MG³⁰¹; hospitais e clínicas de saúde, como um hospital de pronto socorro em Pernambuco³⁰² e uma clínica em Marumbi/PR³⁰³; locais originalmente destinados à educação militar, como o Colégio Militar de Belo Horizonte³⁰⁴ e a Escola de Aprendizes Marinheiros no Ceará³⁰⁵.

O mais frequente, nesse sentido, era que os perseguidos pelo sistema de controle sofressem medidas repressivas em diversos espaços, em alguns casos perfazendo um mesmo itinerário da repressão, em outros seguindo trajetórias peculiares. Vejamos nesse sentido o exemplo de Alberto Vinícius de Melo Nascimento, descrito por Joana Côrtes. Estudante da Escola de Engenharia da UFPE, natural do interior do RN e militante do PCB desde 1965, ingressou na clandestinidade em 1968, vinculando-se ao PCBR. Preso em novembro de 1970 em Pato Branco/PR, foi torturado na OBAN, no DOPS (a autora não informal qual) e na Base Aérea de Pernambuco, sendo depois enviado para a Casa de Detenção de Recife, em 1971. Em 1973, foi mantido preso por alguns meses na Penitenciária do Ahú, em Curitiba (pois respondia a processo da Justiça Militar naquela cidade), sendo depois enviado para a Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, Pernambuco. Esteve preso de 1970 a 1979.³⁰⁶

²⁹⁷ Segundo Fon, lá as torturas geralmente ocorriam na “casa nº 29”, conhecida como “a casa branca”, localizada em uma parte da Ilha das Flores mais afastada das demais instalações. Ibid. p. 34.

²⁹⁸ Cf.: Processos BNM nº 103, 361, 524, 581 e 587, referentes a 1971.

²⁹⁹ Cf.: Processo BNM nº 596, referente a 1973.

³⁰⁰ Cf.: Processo BNM nº 696, referente a 1973.

³⁰¹ Cf.: Processo BNM nº 150, referente a 1970.

³⁰² Cf.: Processo BNM nº 179, referente a 1970.

³⁰³ Cf.: Processo BNM nº 551, referente a 1975.

³⁰⁴ Cf.: Processo BNM nº 177, referente a 1969.

³⁰⁵ Cf.: Processo BNM nº 696, referente a 1973.

³⁰⁶ CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979)*. 196 f. Dissertação – Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História, PUC-SP. São Paulo, 2012. p. 38.

2. REPRESSÃO

2.2.4 – Instituições públicas e privadas

As instituições de educação superior privadas também foram alvo de ações repressivas, embora, até onde se sabe, em número bem menor que no caso das públicas. É importante considerar, contudo, que a repressão em instituições privadas é bem mais difícil de mapear, dadas suas especificidades. É especialmente problemático identificar, por motivos óbvios, as eventuais demissões de professores e funcionários ou expulsões de alunos que possam ter ocorrido por razões políticas ou ideológicas. Dentre os poucos casos conhecidos de repressão em IES particulares, vale citar, como exemplo, o processo interno sofrido por Mario Maestri por pichar um muro da PUCRS, durante a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil em 1969, sendo ao final absolvido³⁰⁷; bem como o processo na Justiça Militar movido contra estudantes que picharam um muro da Mackenzie em 1967, “com dizeres alusivos ao 29º Congresso da UNE”.³⁰⁸ As pichações, vale lembrar, eram um dos poucos recursos de manifestação pacífica de oposição ao regime, naquele contexto de acentuado fechamento dos canais de expressão.

2.2.5 – Família e entorno social

O controle da educação superior implicava não apenas na repressão de determinados agentes daquele campo, mas também na de outros indivíduos que, embora externos a ele, tinham fortes vínculos (de outra ordem) com agentes daquele segmento social. Trata-se, como mencionado, da ideia de “violência radial” proposta por Abos.³⁰⁹

Observemos, por exemplo, o caso da família de Fernando Augusto Valente da Fonseca, estudante de Economia na UFRJ e militante do PCBR. Em 26/dez/1972, sua esposa, Sandra Maria Araújo da Fonseca, então grávida, e seu filho, André, de apenas três anos, foram sequestrados em Recife, logo após Fernando sair do hotel onde estavam hospedados para encontrar um companheiro de militância. Ele também foi capturado na ocasião, sendo levado para o Rio de Janeiro. Em 17/jan/1973, o I Exército divulgou boletim onde informava

³⁰⁷ MAESTRI Filho, Mário José. *Sobre algumas de suas experiências como estudante e como professor, no período da Ditadura [25/08/2007]*. Depoimento por correio eletrônico, concedido a Jaime Valim Mansan.

³⁰⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 135.

³⁰⁹ ABOS, Álvaro. *La racionalidad del terror...* op. cit.

2. REPRESSÃO

a prisão de Fernando em Recife. Segundo a versão oficial, ele e outros militantes do PCBR teriam entrado em conflito com agentes policiais, resultando em sua morte durante a carbonização do veículo que ocupava. Versão oficial que, como em diversos casos da época, estava repleta de contradições, apontadas pelo relatório da SEDH.³¹⁰

A família de Fernando havia sido sequestrada por agentes do DOPS/PE. Na ocasião, Sandra estava grávida de Fernanda. Em uma instalação supostamente militar, Sandra foi interrogada durante todo o dia, sendo depois levada com o menino André para uma residência civil, onde permaneceram presos clandestinamente até 16/jan/1973, um dia antes da divulgação da versão oficial da morte de seu marido. Na casa utilizada como cativeiro da família de Fernando, um casal de policiais permanecia em tempo integral, tendo em vista a discricção exigida por ações clandestinas como aquela.³¹¹

Assim como a esposa e os filhos de Fernando Augusto Valente da Fonseca, muitos outros familiares de perseguidos políticos também foram atingidos pela violência do regime de 1964, nas mais diversas regiões do Brasil. O depoimento de Therezinha Antunes – viúva de Ápio Claudio de Lima Antunes, professor universitário em Pelotas/RS, perseguido por agentes do novo regime imediatamente após o golpe – é bastante ilustrativo do drama que, também no extremo sul do país, passaram as pessoas próximas aos que foram alvos da repressão:

E eu, então, no dia em que foram lá pra prender o Ápio, eu fui ao supermercado. Fui ao supermercado, mas fui preocupada. Quando eu voltei... [momento em silêncio] ...o Ápio não estava mais em casa. [Com a voz embargada de emoção:] E eu não sabia nada dele. A empregada sumiu, fugiu. [Momento em silêncio; após, ainda com a voz embargada:] Encontrei os meus dois filhos sozinhos em casa. E... e então, aí, a minha vizinha, que morava defronte, me fazia sinais. E eu entendi que o Ápio estivesse na casa dela, defronte.³¹²

As ondas de violência radial que atingiram Therezinha na ocasião são as mais evidentes, mesmo porque é da perspectiva dela que a situação é narrada. Mas olhemos também para outras partes desse quadro: a empregada, a vizinha, as crianças... Cada uma

³¹⁰ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 320-323.

³¹¹ Loc. cit.

³¹² ANTUNES, Nize Therezinha de Jesus Martins. *Sobre o expurgo de seu marido, Ápio Cláudio de Lima Antunes, e a trajetória política e profissional de ambos* [16/abr/2008]. Entrevistador: Jaime Valim Mansan. Pelotas, RS.

Para mais informações sobre a perseguição a Ápio Antunes, expurgado da UFRGS em 1964, cf.: MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit.

2. REPRESSÃO

delas foi atingida de uma determinada maneira pela violência derivada da perseguição a Ápio. Em comum, apenas o medo.

Esse tipo de violência radial atingia sua forma extrema naqueles casos em que determinados indivíduos, em geral militantes da luta armada, eram obrigados a assistir a familiares ou pessoas muito próximas sendo torturados física ou psicologicamente.

Exemplo pungente é o de Carlos Alexandre Azevedo. Preso com seus pais em janeiro de 1974, quando ainda não tinha dois anos de idade, Carlos tinha amplo histórico de problemas psicológicos supostamente relacionados com o trauma de infância. Suicidou-se em 16/fev/2013. Seus pais, o jornalista e cientista político Dermi Azevedo e a pedagoga Darcy Andozia Azevedo, eram acusados na época de dar abrigo a militantes da esquerda católica, bem como de guardar em casa “material subversivo” (como o livro *Educação moral e cívica e escalada fascista no Brasil*, organizado pela educadora Maria Nilde Mascellani). Dermi e Darcy seriam colaboradores de Maria Nilde em seu escritório de assessoria educacional.³¹³ Em janeiro de 1974, como dito, a família foi presa, sendo a seguir torturada por equipe do DEOPS/SP, liderada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Segundo relatos de presas políticas, Carlos, uma criança de um ano e oito meses, teria na ocasião recebido pancadas e

³¹³ O inquérito foi instaurado pelo DEOPS-SP em 4/fev/1974 (e a comunicação oficial de que os três estavam presos), sendo que na verdade já estavam presos desde 18/jan/1974 e sofrendo torturas físicas e psicológicas. A denúncia judicial contra os três foi apresentada em 21/jun/1974, na qual caracterizava-se o livro como “propaganda subversiva”. Em trechos da obra, reproduzidos no processo, nota-se corajoso teor de denúncia: “(...) esta ditadura já está completando dez anos de crimes: de 1964 até hoje quantas mortes sob torturas, quantas torturas e flagelos a presos políticos, exílios, banimentos, famílias dispersas com os filhos perseguidos, e que grave o clima de medo e desconfiança reinantes no país” (p. 354). Note-se que Maria Nilde já havia sido expurgada dos cargos de professora estadual em SP e da coordenação do Ensino Vocacional da Secretaria de Educação. Apenas em junho de 1977 o processo foi concluído, com a absolvição dos três por falta de provas. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais - Projeto “A”*. t. III – Perfil dos atingidos... op. cit. p. 353-355.

2. REPRESSÃO

choques elétricos.³¹⁴ Há relatos de outros casos de tortura de crianças em frente a seus pais.³¹⁵

O processo também funcionava de maneira inversa, quando estudantes, professores ou servidores técnico-administrativos sofreram repressão em função de vínculos com pessoas externas ao campo da educação superior. O caso de Samuel Bracarense da Costa é um exemplo. Seu pedido de transferência da UFPR para a UnB foi indeferido pelo reitor desta última instituição, em função do fato de que a DSI/MEC havia afirmado àquela reitoria, através da ASI/UnB, que o estudante, além de ser um “líder estudantil”, iria morar em Brasília com seu *pai*, Otto Bracarense Costa, um “comunista”.³¹⁶

2.2.6 – Subversão

Os diversos aspectos explorados até aqui apontam para a amplitude da repressão aplicada contra o campo da educação superior no período em análise. Fica evidente que havia um elemento comum a grupos tão díspares de atingidos. Uma análise que não leve em conta o já referido princípio da totalidade poderia supor que essa característica compartilhada por todos fosse o pertencimento ao campo da educação superior. Para controlar o campo, segundo tal hipótese, seria necessário que alguns fossem reprimidos, servindo de exemplo e

³¹⁴ Após o suicídio do filho, Dermi Azevedo divulgou nota em que comentava: “*Meu coração sangra de dor. O meu filho mais velho, Carlos Alexandre Azevedo, suicidou-se na madrugada de hoje, com uma overdose de medicamentos. Com apenas um ano e oito meses de vida, ele foi preso e torturado, em 14 de janeiro de 1974, no DEOPS paulista, pela ‘equipe’ do delegado Sérgio Fleury, onde se encontrava preso com sua mãe. Na mesma data, eu já estava preso no mesmo local*”. Nota citada em manifesto do Movimento Nacional de Direitos Humanos, reproduzido em: ROVAÍ, Renato. O suicídio de Carlos Alexandre Azevedo e as feridas abertas da ditadura militar. *Portal Forum*, 28/fev/2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/02/18/o-suicidio-de-carlos-alexandre-azevedo-e-as-feridas-abertas-da-ditadura-militar/>>. Acesso em: 25/jul/2014.

Para mais detalhes, cf.: AZEVEDO, Solange. A ditadura não acabou. *Isto É Independente*, 29/jan/2010. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/46424_A+DITADURA+NAO+ACABOU+>. Acesso em: 25/jul/2014; COSTA, Luciano Martins. Morrer aos poucos. *Observatório da Imprensa*, 12/fev/2013. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/morrer_aos_poucos>. Acesso em: 25/jul/2014.

³¹⁵ Segundo Fon, em uma casa em São Sebastião, litoral paulista, em fins de 1969, Isabel Gomes da Silva, com apenas 4 meses de idade, teria recebido choques elétricos diante de sua mãe, a operária Hilda Gomes da Silva. Ela era casada com Virgílio Gomes da Silva, membro da ALN preso e assassinado sob tortura em 29/set/1969 na Tutóia por agentes da OBAN. FON, Antonio Carlos. *Tortura...* op. cit. p. 39.

³¹⁶ *INFORMAÇÃO n° 022/520/78/SICI/1/DSI/MEC/78*, de 15/02/1978, sobre “Transferência de líder para a UnB”, da DSI/MEC para a ASI/UnB, “Para dar conhecimento ao reitor”; *INFORMAÇÃO n° 024/78-ASI/UnB*, de 24/02/1978, sobre “Transferência de líder para UnB”, da ASI/UnB para DSI/MEC, em resposta à Informação n° 022/520/78/SICI/1/DSI/MEC/78, de 15/02/1978. BR-AN-BSB-AA1, pasta ADA-007.

2. REPRESSÃO

disseminando o medo. Tal aspecto simbólico da repressão, notoriamente presente nos mais diversos sistemas de controle social, possuía uma singular centralidade no contexto em análise. Entretanto, a despeito de sua importância, esse elemento, por si só, é insuficiente para explicar a heterogeneidade dos atingidos no âmbito daquele campo. Se fôssemos considerar apenas esse aspecto, seríamos levados a inferir que os atingidos poderiam ser escolhidos aleatoriamente, o que claramente não procede. Como visto no capítulo sobre vigilância, aquele sistema de controle tinha alvos preferenciais muito bem definidos. Além disso – e aqui a importância de se levar em conta o contexto do objeto analisado – outros campos foram controlados de forma idêntica, através das mesmas medidas repressivas e tendo como alvos preferenciais indivíduos e grupos com perfis comportamentais idênticos aos dos reprimidos no campo da educação superior. Permanece a questão: qual era o elemento comum a todos os atingidos? Ou, em outras palavras e conforme foi explicitado no início desta seção: quais *critérios* eram usados para definir quem deveria ser reprimido?

Dentre os atingidos pela repressão à educação superior, estavam pessoas dos três segmentos daquele campo, indivíduos oriundos de diferentes partes do país, vinculados a instituições públicas e privadas das mais diversas regiões brasileiras. Se alguns eram membros de grupos de luta armada, outros apresentavam perfil comportamental bastante diverso, sendo que até mesmo alguns apoiadores do golpe de 1964 chegaram a ser posteriormente reprimidos.³¹⁷

O objetivo principal do golpe e do regime ditatorial implantado através dele era a manutenção daquela ordem social, marcada por forte desigualdade social e concentração de renda. O critério para a aplicação das medidas repressivas, contudo, não era dado de modo mecânico pelo pertencimento a uma determinada classe social, embora estivesse comprometido com a manutenção de uma certa classe como dominante. Daí a diferenciação e a relação de complementaridade, proposta nesta tese, entre *controle social e dominação*, considerados respectivamente como *meio e finalidade*.³¹⁸

A chave aqui é a noção de *subversão*. Essa ideia já embasava ações punitivas muito antes do golpe, tendo sido utilizada durante diferentes regimes políticos e constituindo uma

³¹⁷ O caso do prof. Carlos de Britto Velho, apoiador do golpe de 1964 e expurgado da UFRGS em 1969, é exemplar nesse sentido.

³¹⁸ “Dominação” aqui é o que Gramsci denominava “supremacia”.

2. REPRESSÃO

das mais importantes permanências após 1964.

Na análise da documentação produzida pelos órgãos de controle após 1964, a noção de subversão destaca-se não apenas por sua recorrência, mas sobretudo por sua centralidade. Como os documentos analisados demonstram amplamente, essa noção, convenientemente imprecisa, era *o fundamento teórico daquele sistema de controle*. A suposta existência disto que alguns denominavam “subversão”, durante o governo Goulart, compôs o cerne do mito fundador do regime ditatorial instaurado em 1964, a principal alegação para as tentativas de justificar o golpe de Estado. A partir de então, aquela noção constituiu a essência dos critérios de vigilância e repressão e, como tentarei demonstrar nos próximos capítulos, também das demais ações de controle social promovidas contra a educação superior durante a vigência daquele regime. O objetivo principal era, conseqüentemente, acabar com tudo aquilo que o grupo no poder e os agentes do sistema de controle entendiam que fosse “subversivo”. O combate a tudo que era visto como ameaça àquela forma de dominação – o “combate à subversão” – era *princípio, meio e fim* do sistema de controle social que sustentava aquela ordem social e aquele regime político.

* * *

2.3 - ESTRUTURA REPRESSIVA

O primeiro aspecto evidenciado pelo trato com a documentação é a complexidade da estrutura repressiva, à semelhança do setor de vigilância daquele sistema. Ao que parece, isso foi em parte decorrente das diferentes características e origens dos órgãos que participaram de tais atividades de controle, bem como da influência da DSN na configuração daquele sistema.

Entre 1964 e 1968, grosso modo, o sistema de controle social foi sendo organizado e complexificou-se, até atingir sua forma típica, marcante do período 1969-1979. A DSN, conforme sintetizada na versão de 1975 do Manual Básico da ESG, permite a compreensão dos principais aspectos dessa questão.³¹⁹ O que aqui está sendo chamado de *repressão*, note-se, equivale ao que, na doutrina, era definido como “ação-resposta ao processo subversivo”.

³¹⁹ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit.

2. REPRESSÃO

2.3.1 – A “ação-resposta ao processo subversivo”

Tais noções eram definidas em detalhes no capítulo sobre segurança nacional, mais especificamente na seção destinada à chamada “segurança interna”. “Integrada na segurança nacional”, a segurança interna tratava dos “antagonismos ou pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeitos no âmbito interno do país”.³²⁰ A ênfase nas “medidas preventivas” era grande, posto que produziam menos impacto simbólico negativo para o regime, favorecendo-o em termos de controle a médio e longo prazo:

A segurança interna deve ter um sentido característico de *prevenção antes que de punição*. Assim, ela procura pôr em execução um elenco de medidas preventivas, destinadas a neutralizar as causas que possam favorecer *os antagonismos cuja ação ameaça a conquista e salvaguarda dos Objetivos Nacionais*. (...) O Estado tem como *missão inalienável* a de superar, neutralizar, reduzir ou diferir os *efeitos internos dos antagonismos e pressões*. Para isto, necessita ele aplicar um *adequado mecanismo repressivo* que possa, prontamente, *desencadear a Ação-Resposta para garantir as instituições e manter o primado da lei e da ordem*, o que se faz através da Defesa Interna.³²¹

Um aspecto importante daquela seção era a crítica à ideia de “subversivo” como “adversário” (ou seja, como opositor político, o que implicaria em reconhecer sua legitimidade), defendendo-se a acepção de “subversivo” como “inimigo interno”:

Tendo em conta os interesses maiores da Segurança Nacional, a Diplomacia Brasileira fixou o princípio de não reconhecer, dentro do País, a condição de beligerantes aos *nacionais subversivos*. Assim, as divergências internas ocorreriam entre *adversários* e não entre *inimigos*. (...) Todavia, é importante alertar que o problema da Segurança Nacional não está apenas relacionado ao conceito da agressão externa (...) deve haver um entendimento mais amplo e completo das possíveis origens da agressão. (...) No afã de exportar a Revolução, o mundo comunista procurou adotar, predominantemente, a chamada Estratégia de Ação Indireta (...) [correspondente à] chamada ‘Guerra por Procuração’ (...) [ou ao] insuflamento das pressões internas que geram a luta armada de conotação ideológica.³²²

Definido o “subversivo” como “inimigo interno”, o “processo subversivo”, “praticado por grupo *minoritário*”, procuraria, segundo a doutrina, “conturbar a vida nacional através de atos de terrorismo, assaltos, sequestros e uma série crescente de tentativas de *perturbação da*

³²⁰ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 246.

³²¹ *Ibid.* p. 255.

³²² *Ibid.* p. 243.

2. REPRESSÃO

ordem” que pudessem “conduzir à eclosão da *Luta Interna*”. Tais atos seriam promovidos por “*minorias subversivas*”, as quais teriam como principais características serem “tenazmente atuantes, fanáticas e intelectualizadas”. A ação subversiva poderia, segundo a doutrina, ser implementada de três modos: pela “manutenção do grupo partidário dirigente”; pelo “proselitismo”, inclusive através de “intimidação”; e pelas “operações”, realizadas “na cidade ou campo” por “indivíduos ou grupos” com o objetivo de “contestar, se possível desmoralizar e até mesmo derrubar a autoridade legal”.³²³ Essa ideia de que a “subversão” seria responsabilidade de “minorias” era recorrente nos mais diversos meios, como veremos ao longo dos próximos capítulos.

A “subversão” era uma criação do sistema de controle social, tanto de seus mecanismos de vigilância e repressão quanto da propaganda e da ação dos intelectuais pró-regime. Apesar disso, e por motivos evidentes, a repressão era apresentada como decorrente da “subversão”, como “defesa” do “Bem Comum” e de uma ordem social “naturalmente” constituída:

Existem, sempre, os ‘inconformismos’. As normas são violadas, praticam-se atos que não correspondem ao padrão, ocorrem atos ilícitos, praticam-se crimes. Daí a necessidade de se estabelecer a coerção social, os padrões inerentes ao ‘dever ser’ se tornam obrigatórios, são impostos pela autoridade. (...) O estabelecimento coercitivo da ordem do ‘dever ser’ se subordina a dois parâmetros. Um, corresponde aos ‘anseios’, ‘aspirações’ e ‘ideais’ vigentes no meio ambiente; o outro é relativo aos ditames do Bem Comum.³²⁴

A importância da legislação repressiva no “combate à subversão” era enfatizada pela doutrina, com ênfase para a Lei de Segurança Nacional. Esta, segundo o manual, “arma o Estado de meios legais para se opor a todas as manifestações e suas ameaças que visem à *conquista subversiva* do Poder”.³²⁵ Evidentemente, a legitimidade de tal legislação era presumida; contudo, como já foi possível assinalar, tratava-se, isto sim, de criar uma *aparência de legitimidade* para um *regime ilegítimo* (e, conseqüentemente, para o conjunto de leis por ele imposto para sua própria sustentação).

A divisão de atribuições dos segmentos militares e policiais da estrutura repressiva também era claramente definida na doutrina:

³²³ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 247.

³²⁴ *Ibid.* p. 120.

³²⁵ *Ibid.* p. 254.

2. REPRESSÃO

A Segurança Interna tem em vista a garantia, no âmbito interno, da consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais, sendo conduzida em termos de aplicação global do Poder Nacional. Todas as ações que daí decorrem garantem, portanto, a própria *sobrevivência do Estado* e preservam os *valores transcendentais da Nação*, exigindo uma *ação-resposta ao processo subversivo* que atente contra o Estado e negue aqueles valores. [As ações policiais] só *excepcionalmente deverão ser tarefa das Forças Armadas*, como as de manutenção da ordem pública, que são constitucionalmente *da esfera policial*. *Das Forças Armadas esperar-se-á, porém, e sempre, o atento acompanhamento ao processo subversivo*, o adequado *adestramento consequente* e, sobretudo, o *planejamento* que assegure a aplicação integral e integrada de todos os meios, com vistas a garantir a ordem constitucional, institucionalizada, a ORDEM INTERNA.³²⁶

Caracterizado o “processo subversivo” e a divisão de tarefas entre os órgãos repressivos militares e policiais, passava-se à definição das formas de combater a subversão, por meio da chamada “ação-resposta”:

Diante do processo subversivo, compreende-se a importância de que a AÇÃO-RESPOSTA, de responsabilidade do Estado, se escude num quadro de defesa global visando a *evitar, impedir e eliminar as ações subversivas*, com vistas a garantir a Segurança Interna:

- o **evitar** significa uma ação *para que não se crie e amplie no País o clima propício* ao desenvolvimento do processo subversivo;
- o **impedir** significa uma ação *para que não se forme ou atue no País o grupo subversivo*;
- o **eliminar** significa uma ação *para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes* do processo subversivo em andamento;
- o **garantir**, finalmente, compreende toda a sorte de medidas, visando a aumentar o grau de Segurança Interna, indispensável à preservação e consecução dos Objetivos Nacionais.³²⁷

Com base nessa definição geral, haveria três tipos principais de “ação-resposta” contra o “processo subversivo”, na linha do que foi comentado inicialmente: as medidas “preventivas”, “repressivas” e “operativas”.

2.3.1.1 – “Medidas preventivas”

As *medidas preventivas* inscrevem-se “no quadro do Desenvolvimento Nacional, como ações correntes de governo” e teriam, segundo a doutrina, um “efeito psicológico favorável”, pois iriam “ao encontro das aspirações nacionais”, antecipando-se “ao efeito dos

³²⁶ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 246-247.

³²⁷ Ibid. p. 247.

2. REPRESSÃO

antagonismos e pressões, neutralizando as *causas* que costumam gerá-los”. Isso faria com que recebessem “mais facilmente o apoio da comunidade”. Em outras palavras, seria a forma de repressão com o menor custo em termos de impacto simbólico junto à sociedade. Por esse motivo, deveriam ser aplicadas “em caráter permanente e com o máximo de intensidade possível”: “é preferível e sumamente desejável que a Segurança Interna seja alcançada e preservada através do maior número de medidas preventivas”.³²⁸ Observe-se, portanto, que o controle via formação de consensos favoráveis era considerado preferencial, porque mais eficaz para dominação que o controle via coerção, gerador de maior impacto simbólico negativo, aumentando assim as chances de perdas de apoios sociais. Apesar disso, também incluía a possibilidade de ações *repressivas e de vigilância* pontuais, a serem realizadas por órgãos policiais, com acompanhamento dos órgãos militares e direção da “Expressão Política” (ou seja, dos dirigentes vinculados aos primeiros escalões do Executivo):

São previstas *medidas repressivas locais, de caráter policial, ainda sob o controle da Expressão Política*, como, por exemplo: *dissolução de reuniões proibidas por ato legal* [repressão]; *controle das atividades de elementos suspeitos de agitação e subversão* [vigilância]; *destruição de focos de agitação* [repressão]; *controle* [vigilância] *e eliminação* [repressão] *de atos de perturbação da ordem pública*. A Expressão Militar deverá acompanhar as ações em curso e sempre que necessário apoiá-las, sem perder de vista o caráter policial das mesmas.³²⁹

Nessa etapa inicial da “guerra revolucionária”, para a doutrina, o “processo subversivo” ainda encontrar-se-ia em fase embrionária, motivo pelo qual os “agentes provocadores da perturbação da ordem” seriam “considerados *criminosos*, submetidos à lei e às sanções da justiça”, mas ainda sem caracterizá-los como “inimigos”. Além de evitar a ação repressiva, que geraria impactos simbólicos negativos, a atitude preventiva também criava, na visão da ESG, “*melhores condições para utilização posterior do mecanismo repressivo*”, nos casos em que não fosse possível conter o avanço do “processo subversivo” apenas com as medidas preventivas.³³⁰

2.3.1.2 – “*Medidas repressivas*”

³²⁸ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 248.

³²⁹ Ibid. p. 249.

³³⁰ Loc. cit.

2. REPRESSÃO

Nessas situações em que o “processo subversivo” avançasse a despeito da aplicação das “medidas preventivas”, deveriam ser utilizadas as “*medidas repressivas*”. Ainda que fossem, na visão da ESG, ações “pertinentes e necessárias”, essas medidas teriam, como dito antes, o inconveniente de produzir efeitos simbólicos negativos para o regime, provocando “quase sempre reações de revolta ou medo, predispondo a opinião pública contra o governo”.

As “medidas repressivas” (que, como visto, corresponderiam a *uma das* formas do que nesta tese é chamado de *repressão*) resultariam de um esforço conjunto entre os órgãos policiais e militares, sendo “classificadas como tipo **polícia** ou como tipo **militar**”. As de tipo policial, menos graves, seriam responsabilidade da “Expressão Política”. Evoluindo o “processo subversivo”, a participação da “Expressão Militar” cresceria de vulto, “até que[,] configurada a **grave perturbação da ordem**[,] caberá a ela, a Expressão Militar, a predominância das ações”.³³¹ Esse quadro seria aquele em que, mesmo “estando delineado o agente da subversão” e tendo sido aplicadas as referidas “medidas repressivas”, ainda assim continuasse “incontido o processo subversivo”. Então caberia “ao governo mudar a atitude para uma *resposta mais enérgica*, visando a *preservar os Objetivos Nacionais ameaçados*” e a “impedir” a formação ou atuação no país do “grupo político de ação subversiva”, que buscaria “ampliar o quadro anterior a tal ponto” que se configurasse no país uma “grave perturbação da ordem”. Nisso poderiam ser incluídas todas as “ações contestatórias que, *a critério da autoridade*”, pudessem “vir a comprometer a integridade nacional, o livre funcionamento dos poderes, a lei e a prática das instituições”. Nessa etapa, ainda tratada através das “medidas repressivas”, “os agentes provocadores da grave perturbação da ordem, além de *criminosos*”, poderiam “ser tratados como *inimigos*, em face do tipo de reação oposta às medidas de contenção adotadas”. Dentre as “medidas repressivas” a cargo da “Expressão Política”, o manual dava como exemplos: “intervenção federal em um ou mais estados da Federação; declaração e execução do estado de sítio, por tempo determinado, para parte ou totalidade do território nacional”; assim como “*suspensão dos direitos políticos*” e “medidas restritivas das liberdades de reunião, associação e opinião”. No caso das “medidas repressivas” a cargo da “Expressão Militar”, estariam, dentre outras: “*controle e eliminação de agitações populares*, depois de superada a capacidade da Expressão Política”; e “*controle e destruição de focos de guerrilhas*, abarcando operações de variável envergadura, com características de ações

³³¹ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 248.

2. REPRESSÃO

militares”.³³²

2.3.1.3 – “Medidas operativas”

Se nenhuma dessas “medidas repressivas” pudesse conter a evolução do “processo subversivo”, seria necessário, segundo a doutrina, a utilização das “medidas operativas”, que corresponderiam a “aplicações violentas da Expressão Militar do Poder Nacional, caracterizando a luta armada, *mesmo sem se chegar a admitir a existência do estado de guerra*”.³³³ Essa fase da “guerra revolucionária” era assim definida pela ESG:

*Exacerbado o processo subversivo, apesar das medidas postas em execução, chegando a atos de força, contendo com parcela da população subvertida e ajuda externa, passa-se à ação de ordem operativa, de nítida característica militar. (...) embora se trate de luta entre nacionais, tem-se a certeza de identificação do elemento a eliminar; isto far-se-á através da destruição do mecanismo da ação subversiva e da neutralização de seus dirigentes. A situação a enfrentar é, portanto, a de Luta Interna, que se inclui numa das últimas etapas da Guerra Revolucionária. Ela abrange todas as formas de conflito armado, no interior do país, de caráter regular ou não (...) Envolve ações de luta armada, no campo ou na cidade, como as guerrilhas, os golpes de mão e até o choque de forças regulares rebeldes. A ação de ordem operativa é, pois, um desdobramento de operações típicas de guerra sem que se faça necessária a definição do ‘status’ bélico-jurídico. A situação de fato é que impõe a plena aplicação violenta do Poder, ainda no quadro restrito da Segurança Interna, sem dar ao contendor a caracterização de beligerante para evitar a aplicação dos princípios jurídicos internacionais.*³³⁴

Uma síntese disso que a ESG propunha em relação ao controle via repressão:

³³² EMFA/ESG/DE. MB-75... op.cit. p. 250.

³³³ Ibid. p. 248.

³³⁴ Ibid. p. 251.

2. REPRESSÃO

Quadro 2 – Repressão (“ação-resposta”) ao “processo subversivo” segundo a ESG

Desenvolvimento do processo subversivo	Atitudes	Finalidade da ação	Medidas	Expressões participantes	Direção
Perturbação da ordem	Preventiva	Evitar	<i>Preventivas:</i> em princípio, caracterizam o processo do desenvolvimento <i>Atuam:</i> sobre as causas	Todas	Expressão Política
Grave perturbação da ordem	Repressiva	Impedir	<i>Repressivas:</i> tipo policial e militar <i>Atuam:</i> sobre os efeitos e agentes	Basicamente: Política e Militar	Da Expressão Política até a Expressão Militar
Luta interna	Operativa	Eliminar	<i>Operativas:</i> caracterizam a luta armada	Prevalentemente: Militar	Militar

Fonte: EMFA/ESG/DE. MB-75... op.cit. p. 256.

Conforme mencionado no capítulo anterior, um esquema dessa rede repressiva, juntamente com a estrutura de vigilância, pode ser conferido no *Apêndice A – Estruturas de vigilância e repressão*.

2.3.2 – Polícias

Um dos principais segmentos da estrutura repressiva daquele sistema de controle era constituído por órgãos policiais como a Polícia Federal e as polícias militares e civis de cada estado, com destaque para os DOPS. Tais órgãos inscreviam-se no âmbito dos setores repressivos de “tipo policial” referidos pelo manual da ESG, conforme indicado anteriormente.

No cap. 1 já foram abordados alguns dos principais aspectos da história desses órgãos, que executavam tanto atividades de vigilância quanto de repressão: sua anterioridade ao golpe, remontando na maioria dos casos ao início do século 20; sua continuidade através de diferentes regimes políticos, que conferiu-lhes um *ethos* próprio³³⁵; sua organização interna

³³⁵ “Confundir Estado com polícia pode provocar equívocos, pois esta não é simplesmente um instrumento nas mãos dos governantes, mas uma instituição que acaba por desenvolver seus próprios procedimentos e prioridades, muitas vezes distantes dos regulamentos oficiais”. MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e*

2. REPRESSÃO

em setores específicos para a realização de determinadas atividades; sua subordinação direta às secretarias de segurança pública de seus respectivos estados (no caso dos DOPS e demais órgãos das polícias civis) e ao Ministério da Justiça (no caso do DPF); e a ocupação da chefia das secretarias de segurança pública por oficiais militares já antes de 1964, de modo esporádico, e aumentando depois do golpe até tornar-se o padrão, após 1968. É importante assinalar também as mudanças realizadas a partir de 1967 nas Polícias Militares de cada estado, que deixam de ser subordinadas às SSP e passam à alçada da recém criada Inspeção Geral das Polícias Militares, subordinada por sua vez ao Estado Maior do Exército, dedicando-se ao policiamento ostensivo com vistas à “manutenção da ordem pública e segurança interna nos estados e no distrito federal”.³³⁶

As estruturas de vigilância e de repressão atuavam em regime de colaboração, apesar das eventuais rivalidades já assinaladas. As prisões promovidas por órgãos regionais de polícia eram disseminadas pela rede de vigilância através de diversos canais de comunicação, com vistas ao máximo controle possível. Um exemplo é dado pela notícia de prisão de Kleber Paulino Rodrigues, estudante de Medicina da UFRJ. O universitário teria sido preso na madrugada de 24/jul/1980 em Natal/RN, enquanto pichava um muro na Av. Prudente de Moraes. Uma semana depois, a agência do SNI no Rio de Janeiro já havia sido informada e repassava a informação para as segundas seções do I Exército e do III COMAR, para a superintendência da Polícia Federal no RJ e para o DGIE/RJ, por meio de telegrama.³³⁷

Os DOPS e a Polícia Federal envolviam-se em alguns casos em questões internas de IES, no âmbito de ações repressivas contra “atividades atentatórias à Segurança Nacional”. Em agosto de 1969, por exemplo, o Comissário de Polícia Walter Trindade Barroso, encarregado de um inquérito promovido conjuntamente pela Polícia Federal e pelo DOPS, que apurava questões relativas “aos movimentos estudantis”, como “ocorrências no Restaurante da UnB”, solicitava informações a Joselito Eduardo Sampaio, então ainda

moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. (ANPUH-RS; 1). p. 213.

³³⁶ ARAUJO, Rafael de Borba. *A Brigada Militar e a Segurança Nacional: inimigo interno e guerra revolucionária na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul – 1980/1985*. 233 f. Dissertação – Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2013. p. 51.

³³⁷ DGIE n. 12.799. Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro - APERJ. Pasta 73.2. Doc. 132. Como indicado, o DGIE foi criado em 1975, após a fusão dos estados do RJ e da GB, reunindo o DOPS-GB e o DOPS-RJ sob responsabilidade da SSP/RJ.

2. REPRESSÃO

membro da Assessoria Jurídica da Reitoria da UnB – posteriormente, seria indicado chefe da ASI/UnB.³³⁸

2.3.3 – Órgãos militares

Órgãos como o CIE, o CISA, o CENIMAR e as segundas seções inscreviam-se no âmbito dos setores repressivos referidos pelo manual da ESG como de “tipo militar”.

Assim como no caso dos DOPS e da Polícia Federal, o CENIMAR e as segundas seções, como dito no cap. 1, já existiam antes de 1964, aportando ao sistema de controle uma importante bagagem de experiência não apenas nas atividades de vigilância, como indicado no cap. 1, mas também em termos repressivos. Após o golpe, outros dois órgãos de vigilância e repressão foram criados à semelhança do CENIMAR: o CIE (1967) e o N-SISA/CISA (1968).

Para desenvolver suas ações de vigilância e repressão com mais desenvoltura, o CIE, junto a outros órgãos repressivos, montou locais clandestinos para detenção, tortura e assassinato de “subversivos”. Por meio do trabalho da equipe do *Brasil: Nunca Mais*, conforme indicado antes, bem como de denúncias e relatos de memória, alguns desses centros tornaram-se conhecidos: a “Casa da Morte” em Petrópolis/RJ (propriedade do empresário Mário Lodders, ficava localizada na Rua Artur Barbosa); a “Casa dos Horrores”, no Ceará; a “Casa de São Conrado”, no RJ; a “Boate”, em Itapevi/SP; a “Fazenda 31 de março de 1964”, em Parelheiros, Grande São Paulo.³³⁹

Na repressão aos “subversivos”, o CENIMAR utilizava, além de locais como os presídios em ilhas cariocas antes mencionados, também algumas embarcações, como o navio *Raul Soares*.³⁴⁰

Dentre outros locais, o CISA realizava suas atividades repressivas em diversas bases aéreas, como as de Canoas (RS), Cumbica (SP), Galeão (RJ) e Recife (PE). As instalações eram utilizadas tanto para manter prisioneiros clandestinamente quanto para torturas,

³³⁸ BR-AN-BSB-AA1, pasta AJD-053.

³³⁹ Segundo Fon, a “fazenda” teria sido usada sobretudo por Fleury e, posteriormente, também por grupos paramilitares, para tortura e extermínio de militantes da luta armada. FON, Antonio Carlos. *Tortura...* op. cit. p. 40-41; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 239-246.

³⁴⁰ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 211; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais - Projeto “A”*. t. II, v. 3... op. cit. Quadro 103.

2. REPRESSÃO

assassinatos e desaparecimentos políticos. Um dos exemplos mais conhecidos é o caso de Stuart Angel, estudante de Economia da UFRJ, militante do MR-8, cuja tortura seguida de morte, em 14/mai/1971, foi testemunhada pelo preso político Alex Polari de Alverga em carta a Zuzu Angel:

Em um momento retiraram o capuz e pude vê-lo sendo espancado depois de descido do pau-de-arara. Antes, à tarde, ouvi durante muito tempo um alvoroço no pátio do CISA. Havia barulho de carros sendo ligados, acelerações, gritos, e uma tosse constante de engasgo e que pude notar que se sucedia sempre às acelerações. Consegui com muito esforço olhar pela janela que ficava a uns dois metros do chão e me deparei com algo difícil de esquecer: junto a um sem número de torturadores, oficiais e soldados, Stuart, já com a pele semi-esfolada, era arrastado de um lado para outro do pátio, amarrado a uma viatura e, de quando em quando, obrigado, com a boca quase colada a uma descarga aberta, a aspirar gases tóxicos que eram expelidos.³⁴¹

É importante assinalar também o papel chave cumprido pelos hospitais militares, onde torturados eram tratados das injúrias produzidas pela tortura de modo a que pudessem ser mantidos vivos o máximo possível, até que os torturadores julgassem que já não podiam obter mais nenhuma informação deles. Com o mesmo objetivo, alguns médicos colaboravam prestando seus serviços em centros de repressão. Havia ainda a importante colaboração de médicos legistas, que forneciam laudos falsos para ocultar assassinatos promovidos pelos órgãos repressivos.³⁴² Amílcar Lobo, um dos mais conhecidos médicos colaboradores da repressão, atitude que posteriormente lhe rendeu a cassação de seu registro profissional, confessou, muito tempo depois do assassinato de Stuart, que o tratara no DOI/CODI-RJ.³⁴³ O exame necroscópico de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, de fato morto sob tortura no DOI/CODI-SP, afirmava que a causa de sua morte teria sido um atropelamento. O laudo havia sido assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini.³⁴⁴

No âmbito do já referido processo de militarização do Estado iniciado nos governos Castello Branco e Costa e Silva e consolidado no governo Médici – que incluía *a militarização do sistema de controle*, e este é um aspecto de suma importância aqui –, aqueles três órgãos militares de repressão e vigilância foram pouco a pouco destacando-se e ganhando

³⁴¹ Apud SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 160-162.

³⁴² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 230-235.

³⁴³ Apud SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 161.

³⁴⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 251; SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 170.

2. REPRESSÃO

influência sobre os demais segmentos da estrutura repressiva. Esse processo foi tão expressivo que, nos anos 1970, tais órgãos já consideravam-se no direito de avaliar outros segmentos do sistema de controle quanto a seu comprometimento com as atividades repressivas. Exemplo disso é a manifestação do CIE a respeito da Justiça Militar, cujas punições o órgão do Exército considerava insuficientes. Nesse sentido, solicitava aos órgãos de vigilância que ajudassem a eliminar quaisquer brechas para resistências por parte dos envolvidos:

O CIE vem observando, *com certa preocupação*, que *elementos subversivos*, ao se defrontarem com a Justiça Militar, vêm sendo *condenados a penas muito reduzidas ou até mesmo absolvidos*. Tais fatos são decorrentes, muitas vezes, de uma *atuação benevolente e inexplicavelmente condescendente de oficiais*, integrantes dos Conselhos Permanentes de Justiça.

Há necessidade, pois, que os oficiais sorteados para integrar os referidos Tribunais *sejam devidamente esclarecidos e orientados, pelas Agências de Informações subordinadas*, sobre os elementos que vão julgar, *a fim de não se deixarem embair por experimentados advogados de defesa ou até mesmo por auditores pouco afinados com os Princípios Revolucionários*.³⁴⁵

2.3.4 – OBAN e DOI/CODI

A OBAN e o sistema DOI/CODI constituíam um caso à parte, dada sua ação em grande medida clandestina e sua composição mista, formada tanto por militares quanto por civis. Como assinalado no *Brasil: Nunca Mais*, os órgãos do sistema DOI-CODI “tinham sua própria lei”.³⁴⁶ No cap. 1 já foi feita referência a esse aspecto. A OBAN, depois substituída pelo sistema DOI/CODI, atuou tanto na vigilância do campo da educação superior como em sua repressão. Essa condição dúplice, especialmente marcante em certas atividades promovidas por aqueles órgãos, foi analisada em profundidade por Joffily, que indicou, por exemplo, que “o interrogatório condensava, ao mesmo tempo, a investigação, o julgamento sumário e a punição extra-legal dos presos políticos”.³⁴⁷ Dentre os diversos indivíduos atingidos por aquele segmento da estrutura repressiva, estavam alguns professores e vários

³⁴⁵ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. I Exército. 4ª RM. 4ª DE. Comando da 4ª Brigada de Infantaria. Estado Maior. Segunda Seção. *Informação n° 409/75/SS1/E2/4ª Bda Inf*, confidencial, de 25/jun/1975, difundindo síntese do RPI/CIE n. 05/75 de 10/jun/1975 para CPOR/BH, CMBH, 11ª CSM, 12º BI, 4º GAC, 11º BI, 4º Esquadrão C Mec, 4ª Cia Com, SNI/ABH, DPF/MG, DOPS/MG, COSEG/SSP, PM/2. BR MGAPM,XX DMG, pasta 32.

³⁴⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 173.

³⁴⁷ JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem...* op. cit. p. 304.

2. REPRESSÃO

estudantes, como veremos no decorrer deste capítulo.

2.3.5 – Grupos paramilitares

Alguns dos principais grupos paramilitares que atuaram em colaboração com a estrutura repressiva daquela ditadura, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ou o MAC (Movimento Anticomunista), foram formados antes mesmo do golpe.³⁴⁸ Outros surgiram depois, como o Esquadrão da Morte, liderado pelo delegado do DEOPS-SP Sérgio Paranhos Fleury.

A ação dos grupos paramilitares na repressão a membros do campo da educação superior é notória. A título de exemplo, é possível citar alguns casos bastante conhecidos, como o incêndio da sede da UNE logo após o golpe; a “Batalha da Maria Antônia”; os planos terroristas dos agentes envolvidos no “caso Para-Sar”, em 1968 (que tinha por alvos, dentre outros, os líderes estudantis Vladimir Palmeira e Franklin Martins³⁴⁹); para citar apenas alguns exemplos.

Tais grupos apontam para a complexidade daquele sistema de controle. A ação de órgãos paramilitares como o CCC não era consensual entre os diferentes agentes que fizeram parte do grupo no poder ao longo do regime militar. Se os setores mais próximos da linha-dura os viam como úteis no combate à subversão, os mais moderados tinham certas restrições a seus métodos, considerados como perigosamente próximos das práticas que condenavam nos setores “subversivos” mais organizados, como a luta armada. Isso não os impediu, contudo, de tirar proveito dos efeitos de controle promovidos pelas ações terroristas daqueles grupos de extrema-direita, inclusive no âmbito da educação superior. Tais grupos também colaboraram em ações de órgãos como os DOI/CODI, CISA, CENIMAR e CIE, como ilustrou o caso de João Roberto, citado no início deste capítulo.

É fundamental ter em conta ainda que estudantes universitários integravam tais organizações paramilitares, junto a indivíduos oficialmente vinculados à estrutura repressiva

³⁴⁸ LOPES, Gustavo Esteves. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Pontocom, 2014. (Série Acadêmica; 7).

³⁴⁹ Cf.: CASO PÁRA-SAR: o homem que evitou um banho de sangue. *Fatos*, n. 15, 01/jul/1985, Rio de Janeiro, p. 38-45. Arquivo Ana Lagôa. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04927.pdf>>. Acesso em: 01/ago/2014; FON, Antonio Carlos. *Tortura...* op. cit. p. 35.

2. REPRESSÃO

(policiais e militares). Isso garantia a tais grupos uma vantagem tática em relação a alguns órgãos repressivos, em certos casos, por atuarem de modo clandestino e por contarem com agentes que também eram integrantes das IES. Fica evidente a complexidade dos processos de controle, que não podem ser compreendidos de modo simplista, como uma ação externa ao campo da educação superior, promovida exclusivamente por agentes do Estado. O controle era uma relação social altamente complexa, muitas vezes contraditória, repleta de conflitos e alianças, de omissões e voluntarismos, na qual atuavam agentes de diferentes segmentos do Estado e também da sociedade civil, incluindo membros do próprio campo da educação superior.

2.3.6 – MEC

À semelhança do que foi delineado no capítulo anterior em relação às ações de vigilância coordenadas pelo MEC, este ministério também atuou na repressão ao campo da educação superior, valendo-se para tanto, em grande medida, das informações dos órgãos de vigilância diretamente subordinados a ele (como a CISMEC, a DSI/MEC e as ASI/AESI). Também os reitores proporcionavam colaboração decisiva nas ações repressivas, sobretudo após a imposição do Decreto-lei nº 477/69 (DL-477), que oficializou sua atribuição de reprimir a “subversão” no âmbito das IES sob sua responsabilidade. Junto a isso, ainda contribuíram, de modo mais ou menos esporádico, alguns dirigentes, como diretores de faculdades e chefes de departamento, que, por motivos diversos, eventualmente promoviam “expurgos internos”, pela via da não renovação contratual.³⁵⁰

Um exemplo da colaboração das ASIs em processos repressivos é dado por um caso de envolvimento de estudantes da UnB em um incidente ocorrido no restaurante universitário. É um exemplo especialmente interessante, pois aponta para o envolvimento daqueles órgãos de vigilância nas mais diversas situações do cotidiano universitário, mesmo naquelas que não envolviam questões políticas ou ideológicas. Em meados de 1972, estudantes teriam tentado ingressar no restaurante universitário sem apresentar a carteira estudantil. O impasse chegou a Joselito Sampaio, então chefe da “Assessoria para Assuntos Especiais” (como na época chamava-se a ASI/UnB), que encaminhou ao vice-reitor seu parecer a respeito de como, em

³⁵⁰ Cf. adiante, na seção “Métodos repressivos”, a tipologia proposta.

2. REPRESSÃO

seu entendimento, deveria ser realizada a punição daqueles estudantes. A assessoria teria, por solicitação do vice-reitor, chegado a convocar os estudantes envolvidos para que prestassem “declarações”. No parecer, remetido ao vice-reitor em julho daquele ano, Sampaio reforçava o caráter exemplar das punições e a ausência de necessidade de se seguir os ritos repressivos que então já eram habituais em casos de repressão a estudantes. O assessor afirmava ser “desnecessário um inquérito a cargo de professores (3) e um estudante para nova apuração dos fatos”, tendo em vista que, em seu entender, “quanto mais tempo se esperar para punir, ainda que com sanção mais pesada, não surtirá o *efeito disciplinar e exemplar* nesses casos”, pois, “para a comunidade [universitária], as causas indisciplinadas já estarão esquecidas”.³⁵¹

Vários reitores colaboraram de bom grado com a repressão, como exemplificam alguns casos notórios: Suplicy de Lacerda, Guilardo Martins, Gama e Silva, Fonseca Milano, José Carlos Azevedo etc. Alguns deles eram, inclusive, militares, o que indica outro aspecto do já referido processo de militarização do campo da educação superior.³⁵²

De todo modo, a par dessas colaborações voluntárias, é importante ter em conta que, como mencionado, o sistema de controle exercia pressões, de modo a incitar a uma postura favorável ao regime os dirigentes indecisos ou que estivessem adotando estratégias pessoais mais moderadas. Isso ocorreu desde os primeiros dias após o golpe, através das normas encaminhadas pelo MEC às reitorias. Posteriormente, a prática continuou, inclusive ao longo dos anos 1970 e 1980, via de regra através de circulares ministeriais difundidas entre as reitorias. Após a entrada em vigor do DL-477, a responsabilização dos reitores foi formalizada. Mesmo assim, eles continuaram a ser lembrados pelos ministros, de tempos em tempos, sobre suas atribuições no sentido da colaboração com o controle das instituições que chefiavam. Em encontro realizado com reitores em Porto Alegre em 24/nov/1975, por exemplo, o então ministro da Educação e Cultura Ney Braga reforçava a responsabilidade dos reitores em relação à manutenção da ordem no interior dos *campi*, afirmando que nunca haveria “hipótese de falta de apoio do MEC para atos dos Srs. Reitores”, tanto “no sentido do

³⁵¹ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Assessoria para Assuntos Especiais. *Processo nº 007652*. Do Chefe da AAE, Joselito Eduardo Sampaio, ao vice-reitor, sobre “incidente no Restaurante Universitário envolvendo estudantes”. 07/julho/1972. BR-AN-BSB-AA1, pasta AGR-109.

³⁵² Motta aponta, como exemplos de reitores militares, José Carlos Azevedo (UnB) e Guilardo Martins Alves (UFPB), indicando ainda o caso de Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa, professor da UFF e oficial do Exército, como exemplo de outra forma de sobreposição dos campos militar e da educação superior. MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 48.

2. REPRESSÃO

aprimoramento educacional, administrativo” quanto no “da necessária *manutenção de tranquilo clima de trabalho no campus*, o que constitui *responsabilidade do Reitor*”.³⁵³

A DSI/MEC também atuava no sentido do monitoramento da efetividade das medidas repressivas. Um exemplo disso eram as ações adotadas de modo a que os estudantes expurgados com base no DL-477 não pudessem se matricular em outras IES durante os três anos posteriores ao expurgo, conforme previsto naquele decreto.³⁵⁴

É de se observar que, mesmo depois de passados os três anos previstos pelo DL-477, ainda havia subterfúgios para que as instituições vetassem o reingresso de estudantes expurgados. Um dos principais mecanismos nesse sentido eram os “atestados de bons antecedentes”. É exemplar um relatório enviado em 31/mai/1972 pela Assessoria para Assuntos Especiais ao “vice-reitor, reitor em exercício” da UnB, a respeito do estudante Constantino Pereira Filho. No relatório, é descrita toda a trajetória repressiva sofrida pelo universitário desde seu expurgo, em 1969, até sua tentativa de rematricular-se em 1972. A assessoria informava que o estudante não apresentara “atestado de bons antecedentes, conforme recomendação” do MEC de 21/mar/1972. É muito interessante observar como a exigência de “atestado de bons antecedentes” era uma *política de controle*, uma diretriz estabelecida desde a cúpula daquele segmento da estrutura repressiva (o ministério) para todo o campo, e podia ser usada como subterfúgio para manter os “subversivos” afastados das IES mesmo depois de expirado o prazo de três anos imposto pela legislação, como atestam vários documentos como esse.³⁵⁵

É preciso, por fim, ter em conta a colaboração eventual de diversos outros agentes do campo em ações repressivas (diretores, chefes de departamento, professores, estudantes, funcionários), para além do caso citado dos expurgos internos. Um exemplo era a participação

³⁵³ BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-008.

³⁵⁴ Em 1971, a DSI/MEC disseminou circular entre as IES com os nomes de alguns universitários expurgados com base no 477, como Ápio Costa Rosa, que havia sido expurgado do “Curso de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG”. Em resposta, o vice-reitor da UnB informava o diretor da DSI/MEC que determinara que “fosse registrada na Diretoria de Assuntos Estudantis” daquela universidade “a advertência contida no referido ofício circular”. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *OFÍCIO CIRCULAR n° 04/SI/DSI/MEC/71*, confidencial, de 11/fevereiro/1971, de Pedro Vercillo, diretor da DSI/MEC, para o reitor da UnB; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Gabinete do Reitor. *OFÍCIO FUB Confidencial n° 05/71*. 27/fevereiro/1971. De José Carlos de Almeida Azevedo, vice-reitor no exercício da reitoria da UnB, para Pedro Vercillo, Diretor da DSI/MEC. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-012.

³⁵⁵ *RELATÓRIO s/n°, de 31/mai/1972*, da AAE-UnB ao “vice-reitor, reitor em exercício” da UnB, a respeito do estudante Constantino Pereira Filho. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-013.

2. REPRESSÃO

de professores em “comissões de sindicância”. Em 1969, alunos da UnB foram formalmente acusados pelo reitor Caio Benjamin Dias de terem praticado “atos de violência” no interior do prédio da Reitoria em 31 de maio daquele anos, ações que, segundo o texto normativo baixado pelo reitor, teriam resultado inclusive em “lesões corporais em servidores” daquela universidade. Com isso em vista, Dias designou o prof. José Manoel Coelho “para, em rito sumário, proceder à apuração das infrações praticadas e à identificação dos responsáveis, obedecendo ao que dispõem os preceitos legais” citados anteriormente, a saber, o estatuto daquela universidade, o DL-477 e o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 148 (ou 9)-A, de 28/mar/1969, baixada pelo MEC que, por meio dela, regulamentara naquela universidade o “processo sumário” instituído pelo DL-477. O Ato da Reitoria ainda estabelecia que fossem “indiciados” 19 estudantes. Posteriormente, novos documentos agregavam os nomes de outros três estudantes à lista de indiciados a mando do reitor.³⁵⁶

À semelhança da estrutura de vigilância, ainda que de modo relativamente mais seletivo, a estrutura repressiva abrangia membros do próprio campo da educação superior. Essa amplitude do sistema de controle, que era sua principal força, paradoxalmente também era sua maior fragilidade. O gigantismo do sistema fazia com que surgissem brechas, pequenos atalhos, subterfúgios que alguns membros do campo, atingidos por medidas repressivas, descobriam e utilizavam, na tentativa de diminuir o dano causado pelas repressões. Pequenos pontos cegos na legislação e nas normas internas às instituições, que abriam margem para interpretações e escolhas por parte de reitores, diretores e outros dirigentes, permitindo negociações que, embora realizadas através dos mecanismos institucionais (solicitações por escrito, memorandos, circulares etc.), constituíam um espaço de negociação nada desprezível.

Em 15/jun/1976, por exemplo, dois alunos da UnB, um de Engenharia Mecânica e outro de Economia, que haviam sido suspensos pelo Ato da Reitoria nº 401, solicitavam ao reitor que a data para início da aplicação da medida não fosse alterada em função de recurso que havia sido indeferido. Justificavam que seria importante para que pudessem obter os adequados rendimentos escolares nas disciplinas que cursavam, e que isso em nada afetaria o previamente determinado pelo ato. Com base em parecer positivo da assessoria jurídica, o

³⁵⁶ BR-AN-BSB-AA1, pasta AJD-052.

2. REPRESSÃO

reitor deferiu o pedido dos estudantes, que assim conseguiam uma pequena mas importante diminuição do impacto sofrido com a suspensão.³⁵⁷

* * *

2.4 – MÉTODOS REPRESSIVOS

Como era realizada a repressão aos agentes do campo da educação superior? Ou seja, quais *métodos repressivos* foram empregados ao longo do período em análise? Responder a essas questões é o objetivo desta seção. A relação de medidas repressivas apresentada a seguir não é exaustiva. A intenção foi caracterizar as principais formas de repressão aplicadas no controle de estudantes, professores e funcionários durante aquele regime. Entretanto, é certo que outras medidas também foram utilizadas.

Em algumas situações, essas outras medidas assumiram formas muito peculiares, como no caso da prof^a Maria Luiza de Carvalho Armando. Tendo assinado uma carta-protesto contra o expurgo de seus colegas da UFRGS em 1969, *não foi* por esse motivo expurgada, como o foram todos os outros seis que apoiaram o manifesto enviado ao reitor Eduardo Faraco e não se retrataram diante do Chefe de Gabinete de Tarso Dutra, Favorino Mercio, que foi pessoalmente à UFRGS para tratar do caso. Maria Luiza, que inclusive era próxima dos atingidos, passou a reivindicar seu expurgo junto à Reitoria, ao MEC e ao III Exército, surpreendentemente não sendo atendida. Acabaria sendo expurgada no final daquele ano, mas através de um expurgo interno, medida que mascarava o caráter repressivo da ação sob alegações de cunho administrativo (no caso, a perda intencional do prazo para renovação de seu contrato de trabalho).³⁵⁸

Havia também as diversas formas de repressão realizadas durante protestos, como o chamado “Massacre da Praia Vermelha”, ocorrido em 23/set/1966. Na ocasião, como se sabe, policiais que reprimiam uma passeata perseguiram estudantes e outros manifestantes que se abrigaram no antigo prédio da Faculdade Nacional de Medicina. Os agentes repressivos não hesitaram em invadi-lo e em agredir mais de 600 pessoas que ali se refugiavam. Muitos eram

³⁵⁷ BR-AN-BSB-AA1, pasta ADA-035.

³⁵⁸ MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit. p. 232-238.

2. REPRESSÃO

estudantes universitários, como Sylvia Vargas, à época aluna do 4º ano de Medicina.³⁵⁹

Nesses casos, como nas invasões de domicílio, havia uma função de amedrontamento, via de regra inscrita em ações de controle mais complexas, envolvendo outras medidas repressivas, como prisões e execuções. Fosse nos casos mais vultosos, como as invasões da UnB e do CRUSP, fosse nas invasões de casas de perseguidos políticos (como ocorreu com Merlino, preso na residência de sua mãe), a função de amedrontamento do perseguido e de seu entorno social estava sempre presente, ainda que como parte de um processo que visava primordialmente a captura de determinados agentes do campo da educação superior perseguidos pelo regime.

O exemplo da invasão do CRUSP ilustra bem esse vínculo entre diferentes medidas repressivas. A invasão daquele espaço universitário havia ocorrido na manhã de 17/dez/1968. Um dia depois, era instaurado um IPM, encarregado de “apurar as *atividades políticas subversivas* no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo”, através da Portaria nº 15-SJ, baixada pelo então Comandante do II Exército, gen. Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa. Na época, cerca de 1400 estudantes moravam no CRUSP. A solicitação para o envio de tropas teria partido do secretário de Segurança Pública de SP, Hely Lopes Meirelles (ex-professor universitário e, como referido, um dos fundadores da OBAN³⁶⁰), e do reitor da USP, Alfredo Buzaid.³⁶¹

Em fins de 1969, o gen. José Canavarro Pereira – que havia assumido o comando do II Exército entre abril e maio de 1969 e também ajudara a fundar a OBAN³⁶² – encaminharia um relatório à Justiça Militar, indiciando vários estudantes na LSN, afirmando que eles haviam transformado o CRUSP “em permanente foco perigoso de subversão e agitação”, com uso de “farta propaganda subversiva” e “aliciamento e convocação de reuniões, assembleias, onde

³⁵⁹ ALVES, GERALDA; BONISOLO, ISABELLA. UFRJ homenageia estudantes que resistiram à Ditadura Militar. *UFRJ On line*, 25/set/2006. Disponível em: <http://www.ufrj.br/detalha_noticia.php?codnoticia=2762>. Acesso em: 06/out/2006.

³⁶⁰ Hely Lopes Meirelles, advogado, professor universitário em São Carlos aposentado em 1967 e magistrado, foi Secretário de Segurança Pública do Estado de SP de 10/abr/1968 a 29/ago/1969. Também assumiu as pastas da Justiça, do Interior e da Educação no Estado de SP em outras ocasiões. FON, Antonio Carlos. *Tortura...* op. cit. p. 23-26; JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem...* (tese). op. cit. p. 33; GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública. *Secretários*. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/historico/secretarios.aspx>>. Acesso em: 23/mai/2013; MEIRELLES, Hely Lopes et al. *Mandado de segurança e ações constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2013.

³⁶¹ FON, Antonio Carlos. *Tortura...* op. cit. p. 18.

³⁶² JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem...* (tese). op. cit. p. 30; FON, Antonio Carlos. *Tortura...* op. cit. p. 18.

2. REPRESSÃO

líderes notoriamente agitadores e esquerdistas pregavam a derrubada do governo e suas instituições pela luta armada”. Os “subversivos” teriam promovido ainda, a partir do CRUSP, ação de “aliciamento e mobilização da massa estudantil para a realização de passeatas e comícios (...) incitando o povo à desordem”. Também teriam realizado, segundo o relatório, “congressos e reuniões de entidades espúrias” e criado “focos de tensão e pregação de política que visava subverter a ordem ou a estrutura político-social vigente no Brasil”. Por fim, o relatório ainda acusava os estudantes por uma suposta “preparação militar clandestina de grupos, pela instrução de confecção e emprego de explosivos, preparação essa habilmente dissimulada”. Tal atividade teria por objetivo “a guerra de guerrilhas urbanas, em luta contra as organizações militares e atividades terroristas” e a “criação de um clima emocional e intranquilidade nos meios universitários, pela pressão e greves políticas”. Por fim, e de modo especialmente representativo das concepções que pautavam muitos agentes daquele sistema de controle, o CRUSP seria, na avaliação dos que haviam elaborado o relatório, um “*ghetto*” onde havia sido “destruído totalmente qualquer resquício de princípio de autoridade”.³⁶³ Na visão deles, a necessidade de repressão a tais “subversivos” era evidente.

2.4.1 – Expurgo

“Expurgo” é o termo com o qual coloquialmente eram denominados os afastamentos sumários de cargos ou funções por motivos políticos ou ideológicos, resultando em danos de diversos tipos (econômicos, profissionais, políticos, psicológicos etc.).

Durante a ditadura militar, foram utilizados três tipos de expurgo: *externo*, quando a decisão para a aplicação da medida repressiva provinha de órgão ou agente externo à IES da qual o atingido estava sendo afastado; *interno*, quando a decisão provinha de setores ou membros da própria instituição; e *indireto*, quando, em função de ameaças, constrangimentos, temores etc. o próprio indivíduo tomava a decisão de afastar-se da instituição, sendo situação diversa da de abandono de cargo por decorrer de graves motivações independentes da vontade do atingido.³⁶⁴

³⁶³ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. II Exército. Quartel General. *IPM CRUSP – Relatório...* op. cit.

³⁶⁴ Tipologia das modalidades de expurgo proposta originalmente em: MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit.

2. REPRESSÃO

O expurgo, em qualquer dessas três modalidades, gerava importantes danos econômicos e profissionais ao atingido. Havia exceções, mas, em muitos casos, o trabalho na universidade era o principal meio de subsistência do expurgado. Junto a isso, a aplicação daquela medida repressiva dificultava o ingresso em um novo emprego, porque também dava origem a um duplo estigma: por um lado, tornava o expurgado um alvo preferencial da estrutura de vigilância (em função da suposta probabilidade de reincidência do “subversivo”); por outro, fazia do expurgado um indesejável para muitas pessoas (incluindo aí empresários e responsáveis pela seleção e admissão de novos funcionários), temerosas de serem associadas ao expurgado e de sofrerem algum tipo de dano ou de perda de vantagens em função disso. Em tempos de exceção e arbítrio, quando simples denúncias ou desconfiças serviam como prova para ações repressivas, esse tipo de raciocínio era determinante para muitas pessoas.

Professores, estudantes e servidores técnico-administrativos das mais diversas IES foram atingidos por tal medida repressiva, assim como docentes que ocupavam cargos de reitor ou diretor. Houve ainda casos de pesquisadores que acabaram sofrendo essa forma de repressão.³⁶⁵

2.4.2 – Cassação de direitos políticos

A cassação de direitos políticos, que tinha uma vigência de dez anos, implicava, de modo análogo ao expurgo, não apenas em danos econômicos e profissionais aos atingidos, mas também em uma certa estigmatização, posto que muitas vezes vinha acompanhada de ampla divulgação na imprensa.

São exemplos os casos dos professores Antônio de Pádua Ferreira da Silva, Armando Temperani Pereira, Cibilis da Rocha Viana, Antônio Ajadil de Lemos e Brasil Rodrigues Barbosa, que tiveram cassados seus direitos políticos após o golpe e, em função disso, também foram expurgados da UFRGS.³⁶⁶

³⁶⁵ Cf.: MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. cap. 1 e 4. A título de exemplo, cf.: *PB nº 47-E2/68*, de 30/abr/1968, do E2/5ª RM/III EX ao DOPS/PR, secreto (reclassificado para confidencial). APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

³⁶⁶ MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit. p. 72; 147.

2.4.3 – Estigmatização

Como referido, essa medida repressiva funcionava por meio da imputação de determinados estigmas a alguns indivíduos, caracterizados como “subversivos”, “expurgados”, “cassados”, “esquerdistas” etc. Isso ocorria de diversas maneiras.³⁶⁷

Uma das formas mais comuns era a divulgação, na imprensa, dos nomes dos atingidos. Em janeiro de 1971, por exemplo, o *Correio do Povo* noticiava reportagem intitulada “Expulsos da URGS estudantes acusados de atos subversivos”. Além dos quatro estudantes expurgados, também eram nomeados na matéria os outros dez alunos que haviam sido acusados e receberam penas mais leves, como suspensões e repreensões, e referido o DL-477 como base para a aplicação daquelas medidas repressivas.³⁶⁸

De modo análogo, o *Correio Brasiliense* listava, em 25/fev/1976, os nomes dos 48 estudantes da UnB que haviam sido repreendidos pelo reitor Amadeu Cury, por haverem entrado em greve. Em 1974, os alunos do sexto ano de Medicina daquela universidade haviam conseguido uma bolsa para que pudessem se sustentar durante aquela fase do curso, considerando que a carga horária inviabilizava que trabalhassem. No início de 1976, tal bolsa teria sido suspensa pela universidade, gerando a mobilização estudantil. Em função disso, o então reitor da UnB, Amadeu Cury, determinou ainda em 1976 a repreensão daqueles 48 alunos, dentre cerca de 200 que teriam participado do protesto, utilizando como justificativa uma norma interna (Ato da Reitoria nº 128/76). Interessante observar que mesmo penas relativamente brandas (como advertências e repreensões) poderiam ser potencializadas através de ampla divulgação, buscando o controle daqueles estudantes por meio do constrangimento público.

Em contrapartida, é de se observar que, na mesma edição do *Correio Brasiliense*, ao lado da publicação do Ato da Reitoria nº 145/76 (que divulgava o nome dos alunos repreendidos e os motivos da pena), era divulgado um comentário de Ari Cunha, em sua coluna “Visto Lido e Ouvido”. Cunha afirmava ser “fácil prever que os *meninos* não estão com *subversão*”, e que “o que eles querem é uma *definição*, o que desejam é *respeito*, como o

³⁶⁷ MANSAN, Jaime Valim. O estigma do cassado... op. cit.

³⁶⁸ EXPULSOS da URGS estudantes acusados de atos subversivos. *Correio do Povo*, 28/jan/1971, p. 28. AHPAMV/ACP. Sobre o episódio, cf. também o cap. 3 desta tese.

2. REPRESSÃO

querem também as demais pessoas envolvidas no assunto”.³⁶⁹ Em síntese, afirmava que as reivindicações dos estudantes eram justas. É de se pensar que, independentemente de intenções ou interesses, tal modo de noticiar pudesse transformar o estigma em distinção, ao atribuir aos “meninos” uma atitude positiva e louvável, de defesa de legítimos interesses de seu grupo socioprofissional. Se o apoio da grande imprensa foi inegavelmente decisivo para a sustentação daquela ditadura, disso não se pode presumir que toda matéria jornalística atuasse nesse sentido. A realidade era, evidentemente, muito mais complexa.

No caso dos militantes da luta armada, uma das principais formas de estigmatização dos envolvidos era a divulgação de suas fotos na imprensa e em cartazes, nos quais afirmava-se que eram “procurados”. A eles era atribuída, desse modo, uma imagem de indivíduos de mais alta periculosidade. Esse tipo de ação, que evidentemente não era especificidade daquele regime, tinha um efeito muito forte em termos de controle, pois acentuava de modo significativo o isolamento social que a atuação na luta armada, por si só, já implicava.

Um exemplo é dado pelo caso de Hiroaki Torigoe. Natural de Lins, interior paulista, Hiroaki era estudante de uma instituição privada, a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Com cerca de 23 anos, entrou na clandestinidade, entre 1969 e 1970. Estava no 4º ano do curso e militava na ALN. Segundo o relatório da SEDH, “sua foto estava estampada em milhares de cartazes distribuídos por todo o país com os dizeres ‘terroristas procurados’”, como participante “de inúmeras ações armadas em São Paulo”.³⁷⁰

2.4.4 – Prisão

Essa categoria refere-se exclusivamente aos casos em que não havia intenção, por parte dos agentes repressivos, de ocultar a captura e a eventual condição de preso do indivíduo assim punido. Diferencia-se, nesse sentido, do “sequestro”, que será analisado mais adiante.

Eram frequentes as detenções “para averiguações”. Adolar Koch, que nos anos 1970 era estudante de História na UFRGS, comenta que, na época, foi abordado por policiais em seu trabalho, na Fundação de Economia e Estatística (FEE):

³⁶⁹ BR-AN-BSB-AA1, pasta CMD-009.

³⁷⁰ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 273-274.

2. REPRESSÃO

Eu era estagiário de História na FEE. Um dia desses, eu trabalhando na minha sala, entra um cara, bate na porta: “O senhor que é o Adolar Koch?” – “Sou eu.” – “Polícia Federal, queira nos acompanhar”. (...) Levaram-me pra Polícia Federal. (...) Bom, aí levei lá um chá de banco. O cara sentou de novo do meu lado, e pergunta e pergunta... (...) Já era meia-noite e, de repente, vem o chefe dele, me chama lá pra sala. Tinha um monte de fotos em cima da mesa. “Me diz quem é que tu conhece”. (...) Eu não ia dizer, entregar ninguém. – “Não, não conheço ninguém. Eu nem sei o que vocês querem comigo, tchê!”, aquela coisa assim.³⁷¹

Da mesma forma, cinco estudantes da UFPE “foram detidos para averiguações” em 1977 pelo DOPS/PE. Diferentemente do caso de Adolar, os cinco permaneceriam no DOPS/PE por alguns dias. Por meio de pedido de busca, aquele órgão chegou a consultar a ASI da UFPE a respeito dos suspeitos que mantinha presos, indicando outro canal de comunicação daquele complexa rede colaborativa que funcionava entre os órgãos repressivos e de vigilância, reforçando a percepção de que, de fato, tratava-se de um *sistema* de controle social.³⁷²

Em outros casos, eram promovidas “prisões preventivas” de membros do campo que estavam sendo processados na Justiça Militar. Embora alguns tenham entrado na clandestinidade e aderido à luta armada por sonharem com uma revolução socialista, outros tantos foram compelidos a isso por não verem alternativas viáveis diante de um contexto ditatorial cada vez mais arbitrário e violento. A repressão, assim, “impeliu contingentes imensos de estudantes a abandonarem seus estudos, o próprio país ou a vida familiar normal para aderir à resistência clandestina ao Regime Militar”.³⁷³

Ainda havia prisões decorrentes de protestos, como no caso de alguns estudantes presos em Brasília poucos dias após a queda do Congresso de Ibiúna por protestarem contra a repressão aos colegas. Indignados com a prisão dos participantes do congresso, eles haviam penetrado em uma quermesse organizada por esposas de militares, e denunciaram no microfone a repressão contra os universitários promovida no interior paulista poucos dias antes.³⁷⁴

Outro exemplo é dado pela prisão de quatro estudantes na Praia Vermelha em

³⁷¹ KOCH, Adolar. *Sobre sua trajetória como estudante da UFRGS, durante a Ditadura* [04/01/2006]. Entrevistador: Jaime Valim Mansan. Porto Alegre.

³⁷² *Informação n° 74/77...* op. cit.

³⁷³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 136.

³⁷⁴ Loc. cit.

2. REPRESSÃO

27/nov/1981, por protestarem contra “o pacote eleitoral” e demandarem “eleições limpas em [19]82”, durante “comemoração da vitória sobre a Intentona Comunista” na qual “participavam o Presidente e o Vice-Presidente da República e outras autoridades”. Os estudantes universitários detidos na ocasião eram: Beni Rosensvaig (aluno do curso de História, na UFF); Carlos Eduardo de Brito Raposo (Desenho Industrial, UERJ); Henrique Garcia Sobreira (Engenharia Química, UFRJ) e Luiz Cláudio Cereto Carcerelli (Medicina, UFRJ).³⁷⁵

Em relação aos locais utilizados para detenção, além das delegacias, recorreu-se em grande medida a quartéis e também a penitenciárias, quando se tratava de prisão por tempo mais longo.³⁷⁶ Embarcações também foram utilizadas: Luiz Hildebrando, por exemplo, que era professor da USP, foi mantido preso, logo após o golpe, em um navio ancorado em Santos, provavelmente o *Raul Soares*.³⁷⁷ Também houve docentes enviados a Fernando de Noronha, como Francisco de Assis Lemos de Souza.³⁷⁸

Como observa Motta, “os registros disponíveis mostram que houve detenções por toda parte, mas dão destaque às figuras mais conhecidas ou pertencentes às instituições universitárias de maior porte”. Dentre os professores da educação superior presos em 1964, ele cita exemplos de São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Antônio Baltar, Armando Temperani Pereira, Celson Diniz, Edgar Graeff, Eustáquio Toledo, Florestan Fernandes, Francisco de Assis Lemos de Souza, Hélio Pontes, Henrique de Lima Vaz, Isaías Raw, Isnard Teixeira, Ítalo Campofiorito, José Albertino Rodrigues, José Leite Lopes, José Pertence, Luiz Costa Lima, Luiz Hildebrando Pereira, Marcos Rubinger, Mario Schenberg, Paulo Freire, Perseu Abramo, Plínio Sussekind, Simon Schwartzman, Sylvio de Vasconcellos, Thomas Maack e Warwick Kerr.³⁷⁹

O projeto *Brasil: Nunca Mais* oferece uma série de exemplos de prisões determinadas após processos judiciais contra membros do campo da educação superior acusados de

³⁷⁵ *INFORME n° 21/H-82*, s/d, confidencial, A-2, sobre “atuação de ativistas do ME”, do I Exército para CIE; ARJ/SNI; DGIE/RJ; III COMAR; 1° DN e Arquivo. APERJ, pasta 76, docs. 75-78.

³⁷⁶ Cf., dentre outros: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presidio da ditadura*: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

³⁷⁷ DEL ROIO, José Luiz. Entrevista: Sobre a Comissão Nacional da Verdade e outras comissões da verdade e memória. *Margem Esquerda*, n. 19. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 6.

³⁷⁸ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 29.

³⁷⁹ *Ibid.* p. 29.

2. REPRESSÃO

“subversão”. O professor de História Alberto Goulart Paes Filho, por exemplo, foi processado em Salvador em função de suas aulas na UFBA e de palestras nas quais supostamente promovia “doutrinação comunista”. O IPM foi iniciado em junho de 1969 no QG da 6ª RM. Em fevereiro de 1970 houve a denúncia e, em abril de 1972, o professor foi condenado a um ano e quatro meses de prisão. Note-se que Alberto era tenente-coronel reformado, e já havia sido expurgado do Colégio Militar de Salvador, logo após o golpe de 1964.³⁸⁰

No final dos anos 1960, Humberto Rocha Cunha, aluno da Escola de Agronomia da Amazônia, elaborou com outros colegas um trabalho intitulado “Estudo da situação atual da mecanização da lavoura no Brasil”, para a disciplina “Trabalhos práticos de Agricultura”. Considerado uma “propaganda do socialismo”, o trabalho, que seria apresentado para a turma por Humberto, foi censurado pelos professores da disciplina. Isso levou o aluno a elaborar e distribuir uma carta aberta, na qual dirigia-se àqueles professores. Em novembro de 1969, foi instaurado inquérito na Polícia Federal, em Belém, que chegou a convocar para depoimento os alunos que integravam o grupo. Concomitantemente, Humberto sofreu processo sumário na faculdade, com base no DL-477, sendo ao final expurgado. Em fevereiro de 1970, foi apresentada a denúncia e, em agosto daquele ano, Humberto foi condenado, com base na Lei de Segurança Nacional, a um ano de reclusão.³⁸¹

Como último exemplo, observe-se o emblemático caso de Caio Prado Júnior e de dois estudantes universitários, Antônio de Pádua Prado Júnior e Antonio Mendes de Almeida Júnior, alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Caio Prado Júnior teria concedido aos dois uma entrevista que foi por eles publicada na revista *Revisão*, do diretório acadêmico daquela faculdade. Por esse motivo, os três foram acusados de “incitamento à subversão”.³⁸²

É particularmente relevante observar que a iniciativa para a perseguição a Caio Prado e aos dois alunos partiu justamente de um professor universitário: Clóvis Stenzel, como veremos no cap. 4, era professor da Faculdade de Filosofia da PUCRS e da Faculdade de Engenharia da UFRGS, além de jornalista, deputado federal pela ARENA e um dos

³⁸⁰ Cf.: Processo BNM nº 371; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais - Projeto “A”. t. III... op. cit. p. 340-341.

³⁸¹ Cf.: Processo BNM nº 107; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais* - Projeto “A”. t. III... op. cit. p. 345.

³⁸² MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 167.

2. REPRESSÃO

fundadores da Ação Democrática Renovadora (ADR).³⁸³ Foi dele que partiu a demanda, junto à Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, para que fosse instaurado processo contra Caio Prado Júnior e os dois universitários. O inquérito, iniciado em outubro de 1967, foi realizado pela Polícia Federal, que apresentou a denúncia em março de 1968 à Justiça Militar. Em março de 1970, Caio Prado Júnior e Antônio de Pádua foram condenados a quatro anos e seis meses de reclusão; a Antonio Mendes foi determinada pena de três anos de reclusão.³⁸⁴

2.4.5 – Sequestro

A medida repressiva aqui denominada “sequestro” correspondia aos casos em que a captura e o eventual cárcere dela decorrente não eram assumidos oficialmente pelo sistema de controle. Além de João Roberto, anteriormente referido neste capítulo, outro exemplo é dado pelo caso de Francisco José de Oliveira, estudante de Ciências Sociais na USP, natural do interior de SP (Cabrália Paulista). Militou na DISP (dissidência estudantil do PCB em SP) até 1968, ingressando na ALN em 1969 e no MOLIPO em 1971. Segundo a versão oficial, teria morrido em confronto com agentes do DOI/CODI-SP. Entretanto, uma série de evidências demonstram que foi sequestrado por agentes do DOI/CODI-SP em novembro de 1971 (ocasião em que tinha 28 anos), sendo ainda torturado, assassinado e enterrado com nome falso em Perus. Seu laudo necroscópico, por fim, seria lavrado com outro nome (“Dario Marcondes”).³⁸⁵

2.4.6 – Banimento

Era uma medida repressiva aplicada via de regra em uma situação muito específica: a libertação de militantes presos em troca de indivíduos sequestrados por grupos de luta armada. A expulsão do país era uma tentativa de impedir a presença dos “subversivos” no território nacional, já que não era possível, em função das exigências dos grupos de luta

³⁸³ Sobre a ADR, cf. o cap. 4.

³⁸⁴ Cf.: Processo BNM nº 574; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais - Projeto “A”*. t. III... op. cit. p. 337-338.

³⁸⁵ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 187-188.

2. REPRESSÃO

armada, assassiná-los ou mantê-los presos. Contudo, os banidos ficavam marcados pelos órgãos repressivos. Segundo Gaspari, dos dez que tentaram retornar ao país entre 1971 e 1973, todos acabaram sendo executados.³⁸⁶

Jeová Assis Gomes, mineiro de Araxá, era estudante de Física na USP e liderança entre os moradores do CRUSP. Durante a invasão do residencial universitário em dezembro de 1968, Jeová foi preso. Pouco depois foi expurgado da USP, entrando na clandestinidade e indo morar em Goiás. Entrou na ALN em 1969 junto com vários membros da DISP e, em novembro de 1969, foi preso em Goiás, sendo enviado à OBAN, onde foi torturado. Foi mantido preso até junho de 1970, quando foi banido pra Argélia como um dos militantes libertados em troca da soltura do embaixador alemão von Holeben, sequestrado pela VPR e pela ALN. Jeová retornou ao Brasil em 1971, como militante da MOLIPO, e em janeiro de 1972, com 28 anos de idade, foi executado em Guarai (na época, GO, hoje TO). Mais de uma versão oficial foi apresentada, tentando caracterizar o assassinato como se tivesse ocorrido em função de reação do estudante. Sua morte foi divulgada na imprensa, mas a família não obteve atestado de óbito nem os restos mortais.³⁸⁷

Caso semelhante foi o de Maria Auxiliadora Lara Barcellos, também mineira, de Antônio Dias. Começou a estudar Medicina na UFMG em 1965 e participou de mobilizações estudantis em 1968. Em março de 1969, já militando no COLINA, Maria abandonou o quinto ano do curso e entrou na clandestinidade, indo morar no Rio de Janeiro. Foi banida do país e enviada para o Chile com outros 69 presos políticos em 13/jan/1971, em troca do embaixador suíço. Após o golpe no Chile, passou pelo México, pela Bélgica e pela França, chegando na Alemanha em 10/fev/1974, com uma bolsa para concluir seus estudos. Tinha na ocasião 28 anos. Pouco antes de terminar o curso, contudo, foi internada em uma clínica psiquiátrica, ao que tudo indica em função das sequelas da tortura. Acabou suicidando-se, em 1976.³⁸⁸

2.4.7 – Tortura

Muitos foram os membros do campo da educação superior submetidos a tortura

³⁸⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (As ilusões armadas; 2). p. 383.

³⁸⁷ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 274-275.

³⁸⁸ Ibid. p. 418-419.

2. REPRESSÃO

durante o regime militar, em sua maioria estudantes. A título de exemplo, é possível citar o caso de Carlos Eduardo Pires Fleury, natural de São Paulo, estudante de Filosofia na USP e de Direito na PUC-SP, militante da ALN e depois do MOLIPO. Em setembro de 1969, ocasião em que tinha 24 anos, foi torturado na OBAN.³⁸⁹

O caso de Armando Temperani Pereira, liderança no PTB e professor na UFRGS, torturado logo após o golpe de 1964, é outro exemplo da aplicação daquela medida repressiva contra a educação superior.³⁹⁰ Assim como José Roberto Spiegner, natural de Barra do Piraí (interior do então estado da Guanabara), estudante de Economia na UFRJ, de cujo diretório acadêmico foi integrante. Militante da DI-GB e depois do MR-8, entrou na clandestinidade após o AI-5. Sofreu torturas no DOPS-RJ e no DOI/CODI-RJ em fevereiro de 1970, ocasião em que tinha 21 anos.³⁹¹

2.4.8 – Tortura seguida de morte

Esta medida repressiva, juntamente com as que serão comentadas a seguir, inscreve-se em uma categoria especialmente dramática do rol de punições mobilizadas por aquele sistema de controle social: a das que causavam a morte do punido.

A morte na tortura podia ser intencional ou não. Como afirma Joffily:

(...) salvo alguns “acidentes”, a morte sob interrogatório também tinha sua funcionalidade, fosse para exterminar dirigentes políticos considerados “não regeneráveis”, para servir de exemplo aos que se recusavam a falar, ou para demonstrar o poder assumido pelos órgãos repressivos na ditadura militar.³⁹²

Os estudantes João Lucas Alves e Viana Calú foram mortos sob tortura, conforme denúncia feita em 1970 por seu colega Afonso Celso Lana Leite, durante o interrogatório deste último à Justiça Militar em Juiz de Fora.³⁹³

Esse também foi o caso de Alexandre Vannucchi Leme. Estudante de Geologia na USP, natural de Sorocaba/SP, militante da ALN, foi preso pelo DOI/CODI-SP (então

³⁸⁹ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 192-193.

³⁹⁰ ADUFRGS. *Universidade e Repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

³⁹¹ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 116-117.

³⁹² JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem...* (2013). p. 268.

³⁹³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 248.

2. REPRESSÃO

comandado pelo Major Carlos Alberto Brilhante Ustra) dentro da Cidade Universitária da USP, em 16/mar/1973. Torturado naquele órgão repressivo por pelo menos 13 agentes diferentes, morreu no dia seguinte, com 22 anos. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus, sem caixão, em cova rasa forrada de cal virgem, para acelerar a decomposição e ocultar as marcas de tortura. Dez anos depois de sua morte, a família de Alexandre conseguiu resgatar seus restos mortais e enterrá-lo em Ponte Nova. Foram apresentadas diferentes tentativas de ocultar a tortura como causa de sua morte. Aos outros presos do DOI/CODI-SP (que o viram sendo retirado de lá morto, com marcas de forte sangramento no abdômen, onde havia feito uma cirurgia dias antes de ser preso), foi afirmado que Alexandre teria tentado se suicidar com uma lâmina de barbear; os laudos do IML/SP, assinados pelos médicos Isaac Abramovitch e Orlando Brandão, afirmavam que teria morrido por atropelamento em uma suposta fuga, enquanto era levado a um hospital.³⁹⁴

2.4.9 – Assassinato

Embora não fosse a forma de execução mais comum entre os reprimidos do segmento social aqui analisado, houve casos em que os agentes de controle não tentaram dissimular assassinatos, porque ocorriam em situações que não eram consideradas como tais, segundo a perspectiva difundida pelo grupo no poder. Via de regra, ocorriam em enfrentamentos com agentes repressivos, não importando quem tivesse iniciado o conflito. Como eram vistos como “inimigos”, a culpa das mortes era atribuída aos “subversivos” independentemente de quem houvesse atirado primeiro. Aliás, o fator surpresa era amplamente buscado pelos agentes repressivos, pois implicava em vantagem considerável.

Alguns casos ilustram essa forma de repressão. Como o de Jorge Aprígio de Paula. Aluno de Medicina da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), em 1º/abr/1968 participava de uma passeata estudantil. Ao aproximarem-se do Palácio da Laguna, residência do ministro da Guerra (rua gen. Canabarro), soldados da PE, que faziam a segurança do local, atiraram contra a multidão. Jorge foi um dos vários atingidos. Menos de um mês antes, havia

³⁹⁴ EREMIAS Delizoicov - Centro de Documentação. *Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*. Disponível em <www.desaparecidospoliticos.org.br>. Acesso em: 01/fev/2013; SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 337-339.

2. REPRESSÃO

feito 30 anos.³⁹⁵

Pouco tempo depois, Manoel Rodrigues Ferreira também seria assassinado. Era estudante universitário e trabalhava em uma loja na Avenida Rio Branco, próxima à esquina com a Avenida Sete de Setembro, no Rio de Janeiro. Em 5/ago/1968, durante uma passeata, um manifestante caiu próximo à loja e ele foi prestar socorro. Enquanto estava de joelhos tentando ajudar a pessoa, Manoel foi alvejado duas vezes na cabeça, por agentes de controle que reprimiam a passeata. Permaneceu internado por cerca de um mês e meio, ao final não resistindo aos ferimentos. Tinha 18 anos.³⁹⁶

Em outubro daquele ano, em uma manifestação com centenas de pessoas em frente ao hospital Pedro Ernesto, também no Rio de Janeiro, cinco agentes do DOPS-RJ dispararam tiros contra a população, atingindo cerca de dez pessoas. Uma delas era Luiz Paulo da Cruz Nunes, 21 anos de idade, estudante de Medicina da UEG, alvejado na cabeça. Internado no próprio hospital, acabou morrendo naquele mesmo dia, na mesa de cirurgia.³⁹⁷

2.4.10 – Assassinato dissimulado

A versão oficial geralmente utilizada era a de morte em troca de tiros com as forças repressivas. Só que aqui, diferentemente do caso anterior, a real causa da morte era outra, que se queria ocultar.

Foi o caso de Ranússia Alves Rodrigues. Nascida em Garanhuns, interior pernambucano, era estudante de Enfermagem da UFPE. Foi presa em Ibiúna e a seguir expurgada da universidade com base no DL-477. Militante do PCBR, em 27/out/1973 foi executada junto a Almir Custódio de Lima, Ramirez Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, na praça Sentinela, em Jacarepaguá/RJ. Oficialmente, em função de troca de tiros com as forças repressivas. Em matérias de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, foram caracterizados como “terroristas” integrantes de “organização clandestina subversiva”.³⁹⁸

³⁹⁵ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 81; TORTURA NUNCA MAIS RJ. *Mortos e desaparecidos*. Disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br>. Acesso em: 07/fev/2013.

³⁹⁶ EREMIAS Delizoicov - Centro de Documentação. *Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil...* op. cit.; SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 83-84; TORTURA NUNCA MAIS RJ. *Mortos e desaparecidos...* op. cit.

³⁹⁷ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 85.

³⁹⁸ *Ibid.* p. 358.

2. REPRESSÃO

Apesar de sua morte ter sido reconhecida pelo I Exército, Ranússia foi enterrada como indigente, no Cemitério Ricardo de Albuquerque (RJ), em 31/dez/1973. À família foi negada a certidão de óbito. O laudo do IML-RJ assinado pelos médicos Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos confirmava a versão da morte em tiroteio. Entretanto, em contradição com a versão então divulgada, documentos do I Exército enviados ao DOPS-RJ registravam a prisão de Ranússia na manhã daquele dia, e continham inclusive seu depoimento obtido em interrogatório no DOI/CODI-RJ.³⁹⁹

Outras formas de dissimular assassinatos cometidos pelas forças repressivas também eram utilizadas, como acidentes automobilísticos, por exemplo. Esse foi o caso da execução do casal Catarina Helena Abi-Eçab e João Antonio Santos Abi-Eçab. Eles haviam se conhecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde estudavam. João fazia parte do diretório acadêmico da Filosofia em 1966 e, em janeiro de 1967, chegou a ser preso pelo DOPS. Em maio de 1968, ele e Catarina se casaram. Em 08/nov/1968, segundo a versão oficial, o casal teria sofrido um acidente, chocando seu carro com um caminhão na BR-116, perto de Vassouras/RJ. Na ocasião, João tinha 25 anos; Catarina, 21.

Os médicos legistas Almir Fagundes de Souza e Pedro Saullo apresentaram laudo confirmando o acidente de trânsito como causa das mortes. Entretanto, em 2001, o jornalista Caco Barcellos entrevistou o ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira e denunciou o caso. O militar teria informado a prisão, tortura e assassinato (com tiros na cabeça) do casal de estudantes em um sítio em São João do Meriti. Os dois teriam sido presos por suspeita de terem participado da execução do capitão estadunidense Charles Chandler. A autópsia dos restos exumados confirmou o relato do soldado: os crânios de Catarina e João tinham furos de bala. O acidente automobilístico havia sido uma forma de dissimular o assassinato cometido pelos agentes repressivos.⁴⁰⁰

2.4.11 – Suicídio induzido

³⁹⁹ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 357-360; CIRANO, Marcos. Pernambucanos trucidados pela ditadura militar - Ranússia Alves Rodrigues. *Pernambuco de A-Z*. Disponível em <http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=433:pernambucanos-trucidados-pela-ditadura-militar-ranusia-alves-rodrigues&catid=25&Itemid=183>. Acesso em: 05/fev/2013.

⁴⁰⁰ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 87-88.

2. REPRESSÃO

Em alguns casos, o indivíduo era levado a uma situação de desespero intenso, geralmente através da tortura física e psicológica, que incitava ao suicídio. O caso mais emblemático talvez seja o de frei Tito de Alencar. No campo da educação superior, além do já citado exemplo de Maria Auxiliadora Lara Barcellos, outro é o de Juan Antônio Carrasco Forrastal. Boliviano, natural de La Paz, era estudante de Física na USP. Seu irmão, Jorge Rafael Carrasco Forrastal, estudava Engenharia Eletrônica, também na USP. Ambos haviam obtido os primeiros lugares em um concurso, promovido pela embaixada brasileira na Bolívia, para estudar no Brasil. Quando o CRUSP foi invadido pelas forças repressivas em dezembro de 1968, Jorge estava lá e foi preso. Ao saber da invasão, Juan foi em busca do irmão e também acabou sendo preso. Juan era hemofílico, e usava uma perna mecânica e bengala. Tinha 23 anos na ocasião da prisão. Foi submetido a diversas torturas físicas e psicológicas, incluindo ameaças de morte contra seus pais, abusos sexuais e mutilação dos órgãos genitais. Cometeu suicídio em Madrid, em 1972.⁴⁰¹

2.4.12 – Suicídio simulado

Tratava-se de disfarçar uma execução simulando que o indivíduo assassinado havia cometido suicídio. Um exemplo dessa medida repressiva é dado pelo caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, jornalista, estudante de História na USP e militante do Partido Operário Comunista (POC). Em julho de 1971, depois de retornar da França, foi capturado, como dito antes, na residência de sua mãe, em Santos, e levado para a sede do DOI/CODI paulista, na Rua Tutóia. Merlino sofreu longas sessões de tortura e acabou falecendo em função delas, após quatro dias, no Hospital Geral do Exército. Tinha 23 anos. A polícia tentou dissimular sua morte na tortura, afirmando que teria se suicidado atirando-se à frente de um veículo em movimento.⁴⁰²

2.4.13 – Caixão lacrado

⁴⁰¹ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 314-315.

⁴⁰² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 250-251; SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 169-170.

2. REPRESSÃO

Essa medida repressiva consistia na proibição de contato visual de familiares e amigos com o corpo de indivíduos assassinados por órgãos do sistema de controle. Nesses casos, o corpo era entregue à família em um caixão lacrado, via de regra com a finalidade de ocultar as marcas de tortura ou evidências de assassinato. Difere, portanto, da medida repressiva aqui definida como “ocultação de cadáver”, porque, naquele caso, os familiares e amigos, além de não poderem verificar o estado do corpo, também ficavam impedidos de prestar os ritos fúnebres ou mesmo de saber onde o familiar ou amigo estava enterrado (embora a morte fosse oficialmente assumida, diferenciando-se, assim, também dos desaparecimentos políticos, que serão comentados a seguir). Em ambos os casos, contudo, a essência era a mesma: tentar dissimular a aplicação de outra medida repressiva (o assassinato ou a tortura).

Lauriberto José Reyes, nascido em São Carlos, interior paulista, era estudante da Escola Politécnica da USP e morava no CRUSP. Membro da diretoria da UNE, foi um dos organizadores do Congresso de Ibiúna, sendo preso na ocasião. Fez parte da DISP e depois foi para a ALN. Teria participado em novembro de 1969 do sequestro do avião da Varig levado pra Cuba. Retornou ao Brasil em 1971, já membro do MOLIPO. Lauriberto foi assassinado com quatro tiros (dois na cabeça) por policiais em viatura em Tatuapé, zona leste de São Paulo, em 27/fev/1972, poucos dias antes de fazer 27 anos. Supõe-se que fossem agentes do DOI-CODI/SP. A versão oficial era de morte em confronto armado. Enterrado no cemitério da Paz em São Paulo, agentes do DOPS/SP vigiaram para que a família não abrisse o caixão.⁴⁰³

Caso semelhante de aplicação daquela medida repressiva deu-se com Marilena Villas Boas Pinto. Estudante de Psicologia de uma IES privada carioca (a Universidade Santa Úrsula), Marilena entrou na clandestinidade em 1969, com apenas 21 anos. Integrou a ALN e posteriormente ingressou no MR-8. Segundo a versão oficial, teria sido baleada e presa em 02/abr/1971, em enfrentamento com agentes do Exército, não sobrevivendo aos ferimentos. Mário de Souza Prata, estudante de engenharia da UFRJ que estava com Marilena na ocasião, teria falecido no local. Contudo, Marilena foi levada viva para a “Casa da Morte” em Petrópolis/RJ, onde foi executada. O corpo de Marilena foi entregue à família em caixão lacrado apenas em 08/abr/1971 – cinco dias depois da data em que, segundo a versão oficial, ela teria falecido. Sua morte e a de Mário só foram divulgadas dois meses depois. Desde fins

⁴⁰³ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 287-289.

2. REPRESSÃO

de abril, entretanto, a 2ª Seção do Ministério do Exército já havia informado sua morte a outros órgãos de vigilância e repressão, como o DOPS.⁴⁰⁴

Um último exemplo é dado pelo caso de Chael Charles Schreier, estudante de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Fora militante da DISP e, em 1968, quando estava no 5º ano, era dirigente da VAR-Palmares e integrava a Executiva da UEE-SP. Entrou na clandestinidade depois do AI-5. Foi preso em 21/nov/1969, junto com Maria Auxiliadora Lara Barcellos (que se suicidaria em 1976 na Alemanha, como dito antes) e Antônio Roberto Espinosa. Ambos também eram militantes da VAR-Palmares. Os três dividiam o “aparelho” onde foram capturados. O corpo do estudante foi entregue à família em um caixão lacrado ainda em novembro de 1969, e militares do II Exército acompanharam o traslado para SP, proibindo a abertura do caixão e inviabilizando desse modo o ritual judaico de enterro, que inclui o banho no cadáver.⁴⁰⁵

2.4.14 – Ocultação de cadáver

Essa medida repressiva ocorria quando a morte da pessoa atingida era assumida pelos órgãos de controle, mas o corpo era ocultado, geralmente através de enterro em vala comum, como indigente. Era um caso claro de “violência radial”, pois atingia intensamente os familiares e amigos, que ficavam assim impedidos de realizar os ritos fúnebres. Objetivava livrar os algozes de responsabilidades, mas também tinha efeitos repressivos importantes, contribuindo na disseminação do medo.

Um exemplo é dado pelo caso de Flávio Carvalho Molina. Estudante da Escola de Química da UFRJ, foi preso durante a investida repressiva de 21/jun/1968 contra estudantes na Praia Vermelha, que deu origem à Passeata dos Cem Mil, cinco dias depois. Na ocasião, centenas de jovens, dentre eles Flávio, foram levados para o antigo campo do Botafogo, onde foram fichados. Em 1969, já perseguido pela Justiça Militar, Flávio entrou na clandestinidade. Militante da ALN e depois do MOLIPO, foi preso em 06/nov/1971 pelo DEOPS-SP e executado pelo órgão repressivo. Acabou sendo enterrado como indigente em Perus, em

⁴⁰⁴ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 153-155.

⁴⁰⁵ Ibid. p. 109-111.

09/nov/1971. No dia anterior, se estivesse vivo, Flávio teria feito 24 anos.⁴⁰⁶

2.4.15 – Desaparecimento

Das medidas repressivas que implicavam na morte do punido, os chamados desaparecimentos políticos sem dúvida eram a forma que produzia os mais fortes efeitos no entorno social do indivíduo assassinado, na medida em que muitos familiares e amigos permaneciam por longo tempo na esperança de que seus entes queridos ainda estivessem vivos.

Um exemplo emblemático de desaparecimento político de um membro do campo da educação superior é dado pelo caso de Ana Rosa Kucinski Silva. Natural de São Paulo, professora do Instituto de Química da USP, formada em Química com doutorado em Filosofia, irmã de Bernardo Kucinski, foi presa em 22/abr/1974. Junto a ela foi preso seu marido, Wilson Silva, físico formado pela USP, que trabalhava em uma empresa privada e havia sido da POLOP entre 1967 e 1969, quando entrou na ALN, organização na qual Ana também participava. Depois de abril de 1974, Rosa e Wilson nunca mais foram encontrados. Ela tinha na ocasião 32 anos.

Ainda em dezembro de 1974, Golbery teria admitido que Ana estaria presa em instituição da Aeronáutica. O médico Amílcar Lobo afirmou posteriormente, a Bernardo Kucinski, que tratou de Wilson após uma sessão de tortura e, possivelmente, também de Ana. Um ex-agente do DOI/CODI-SP afirmou à revista *Veja* (ed. de 18/nov/1992) que Ana e seu marido haviam sido “delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis”, a já referida “Casa da Morte”, e que supunha que seus corpos tivessem sido “despedaçados”. “Cachorro”, como se sabe, era uma gíria entre os agentes repressivos usada em referência aos colaboradores voluntários, que forneciam informações via de regra na expectativa de algum ganho pessoal.⁴⁰⁷

Outros casos de membros do campo da educação superior que sofreram tal medida repressiva: Honestino Monteiro Guimarães, aluno da da UnB e liderança estudantil nacional,

⁴⁰⁶ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit. p. 188-189.

⁴⁰⁷ Ibid. p. 380-381; EREMIAS Delizoicov - Centro de Documentação. *Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil...* op. cit; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 267-269.

2. REPRESSÃO

“desaparecido” no Rio de Janeiro em 1973; Márcio Beck Machado, estudante da Mackenzie “desaparecido” em Goiás no ano de 1973; Lúcia Maria de Souza, universitária “desaparecida” no Araguaia em 1973.⁴⁰⁸

2.4.16 – O lado oculto da repressão

Uma parte da repressão era aquela mostrada à exaustão, mencionada nos jornais, discursos de presidentes e ministros. Outra, contudo, era oculta, aquilo que ocorria nos “porões da ditadura”: ações que o grupo no poder considerava indispensáveis ao manutenção do controle, mas que, pelo mesmo motivo, não podiam ser assumidas publicamente. E isso não se restringia às torturas e assassinatos, mas ocorria também, em certos casos, com medidas repressivas permitidas pela ilegítima legislação então em vigor.

Um exemplo disso é dado por uma informação do CIE, de julho de 1972, na qual advertia-se amplamente os órgãos do sistema de controle de que logo ocorreria “agitação na área estudantil”, particularmente durante a Semana da Pátria, “com a finalidade de empanar as comemorações do Sesquicentenário”. Afirmava ainda que tais manifestações cresceriam “progressivamente de intensidade em função do grau de repressão executado”. Para impedir esse quadro, segundo a informação confidencial, o ministro do Exército teria ordenado ao CIE que as manifestações, assim que surgissem, fossem “reprimidas com o máximo rigor”. Por fim, determinava que a ação fosse “enérgica, porém *serena, evitando-se, por ora, detenção no interior das áreas dos campi, faculdades, universidades etc.*”⁴⁰⁹ Ou seja, o grupo no poder (no caso, representado pelo ministro do Exército) tinha consciência do impacto simbólico de determinadas ações repressivas, motivo pelo qual tornava-se necessário um cuidado adicional no que dizia respeito à visibilidade da repressão. Se, em determinados casos, a ampla exposição da repressão era desejada, por servir como exemplo e ameaça, em outras circunstâncias, como a referida, a repressão deveria ser forte o suficiente para que novas manifestações não fossem possíveis em futuro imediato, mas ocultada, para evitar outras manifestações em protesto às ações repressivas. Isso assinala a estreita relação entre repressão

⁴⁰⁸ SEDH/CEMDP. *Direito à verdade e à memória...* op. cit.

⁴⁰⁹ *INFORMAÇÃO n° 279/72-SI/SR/DPF/PE*, de 20/jul/1972, confidencial, da CI-DPF para “TV EX, 7ª RM, 2ª Z.Aér., 3º D.N., PM/PE, SNI/ARE, GRUP/FUZ/NAVAIS, SSP/PE e Arq.” transmitindo conteúdo da Informação n° 1279/72-CIE, sobre “agitação na área estudantil”. APEJE, pasta 00430.

2. REPRESSÃO

e formação de consensos favoráveis, bem como a origem em parte manipulada de tais apoios.

* * *

2.5 – FUNÇÕES DE CONTROLE SOCIAL

Interessa, por fim, verificar quais eram as funções cumpridas sistematicamente pela repressão no âmbito daqueles processos de controle social. É preciso ter em conta a possibilidade de que as ações repressivas também contemplassem, eventualmente, outras funções além destas, como resultados imprevistos de suas práticas. Contudo, a análise de tais funções contingentes, referidas aqui como meras hipóteses, extravasaria o escopo da tese.

Com base nas caracterizações produzidas pelos órgãos de vigilância e, sobretudo, a partir da percepção dos agentes repressivos, os indivíduos considerados “subversivos” eram classificados, por sua vez, quanto à sua presumida *recuperabilidade*. Essa ideia era sustentada pela ESG e integrava a DSN, como mencionado no capítulo 1. Desse ponto de vista, alguns poderiam ser ‘reconvertidos’, deixando de atuar a favor do “inimigo”. Nesses casos, ainda seria possível, na visão dos agentes, convencer tais “subversivos” de que seus comportamentos, considerados desviantes, eram um erro; de que deveriam adotar uma postura “cívica”, favorável ao “desenvolvimento nacional” e ao “bem comum”.

Esse aspecto é fundamental. Muitos estudos sobre o regime militar adotam uma perspectiva segundo a qual os agentes de controle limitavam-se a executar, de modo quase automático, ordens determinadas por ditadores, comandantes ou delegados. É evidente que a realidade era muito mais complexa. Cada torturador, cada reitor, cada membro de comissões de expurgo, cada burocrata da vigilância que passava os dias transformando “informes” em “informações”, cada um deles tinha, em certos momentos, o poder de dizer quem era recuperável e quem, em sua visão, sempre seria um “subversivo”.

Isso, evidentemente, não implica em desconsiderar a existência de uma complexa cadeia de comando, no topo da qual estavam os ditadores e demais membros do primeiro escalão (ou seja, grosso modo, os integrantes do CSN), e a hierarquia de responsabilidades dela decorrente. Tampouco significa supor que os integrantes da base dessa pirâmide –

2. REPRESSÃO

carcereiros dos DOPS, cabos e soldados envolvidos no combate à “subversão”, estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos delatores, datilógrafos de órgãos de polícia, secretários de comissões de expurgos etc. – não tivessem escolha e, portanto, estivessem livres de qualquer responsabilidade em relação aos processos repressivos com os quais colaboravam.

Desse modo, algumas medidas repressivas tinham por função “recuperar” certos “subversivos”. Eram medidas *relativamente* mais leves, como expurgos, prisões curtas etc. Outras medidas, ao contrário, eram adotadas com o objetivo de “eliminar” os “subversivos” considerados “irrecuperáveis”, frequentemente chamados também de “terroristas”. A preferência aqui era pelas execuções disfarçadas: suicídios simulados, desaparecimentos políticos etc. Quando isso não era possível, recorria-se à exclusão, no país (prisão) ou fora dele (banimento).

Na percepção de muitos agentes de controle, qualquer pessoa era um “subversivo” em potencial, em função da “lógica da suspeição” comentada no capítulo anterior. Se isso implicava, como lá foi assinalado, na máxima vigilância possível, também resultava no *amedrontamento* como mecanismo repressivo fundamental. Daí a busca por máxima visibilidade para certas medidas repressivas, de modo a funcionarem como exemplos, o que fazia, intencionalmente ou não, com que os atingidos sofressem duplamente: primeiro com a medida repressiva, depois com o estigma gerado por ela.

Vale lembrar que algumas medidas cumpriam mais de uma dessas funções ao mesmo tempo, e que alguns indivíduos poderiam sofrer diversas formas de repressão simultaneamente ou em diferentes momentos de suas vidas, seja devido a diferenças na percepção dos agentes de controle em relação a eles, seja por mudanças em seus padrões de comportamento, seja como modo de acentuar o impacto da repressão.

Outra das principais funções de controle cumpridas por aquele modo de controle, assim como pelos outros três analisados nesta tese, era a *normatização*: a definição de normas (formalizadas ou não) por meio das quais os comportamentos dos agentes daquele campo eram influenciados.

Por fim, as medidas repressivas serviam ainda como elemento central em discursos que buscavam *justificar* aquela ordem social e aquele regime político. A exibição pública da repressão – ou, mais precisamente, de seus efeitos – funcionava também como *prova* de que a

2. REPRESSÃO

“subversão” era real e estava sendo combatida. Esse efeito propagandístico da repressão era essencial à continuidade do regime, atuando no sentido da criação de uma *aparência de legitimidade* para aquilo que em verdade era, em sua origem e essência, *ilegítimo*. A foto de Marighella morto no interior do fusca, estampada na capa dos principais jornais do país, talvez fosse, nesse sentido, mais eficaz que todos os discursos que Médici ainda viria a proferir.

Mas a repressão como justificativa também ajudava a mobilizar os próprios agentes de controle, “elevando o moral da tropa”. Essa função já foi mencionada no capítulo 1, posto que também era uma consequência de certas narrativas de vigilância. Refiro-me particularmente à análise de um documento da agência carioca do SNI que informava sobre a intervenção na Ilha do Fundão, pela PM, em 11/abr/1969. Segundo o documento, dentre os 27 estudantes presos naquele dia, oito teriam sido levados “por portarem panfletos *subversivos*”.⁴¹⁰ A relação entre repressão e vigilância nesses casos era decisiva. A disseminação interna da narrativa de vigilância servia de retroalimentação para o sistema de controle que, assim, poderia saber da execução e dos resultados da ação punitiva que havia ordenado, fechando o ciclo repressivo. Ao mesmo tempo, justificava junto a seus agentes a necessidade da vigilância, fonte de informações não apenas sobre quem reprimir, mas também sobre o sucesso ou fracasso das ações repressivas. A referência ao conteúdo dos panfletos apreendidos funcionava como evidência de que alguns dos estudantes presos eram, na perspectiva dos agentes de controle, “subversivos” atuando no campo da educação superior.

* * *

⁴¹⁰ *INFORMAÇÃO n° 148/SNI/ARJ/69...* op. cit.

3. PROPAGANDA

– *Presidente Figueiredo, e a censura?*
 – *Bom, ficaria muito fácil censurar as notícias e dar a impressão de que vivemos no melhor dos mundos. Mas isso não seria uma prática democrática. (...) O leitor e o telespectador desejam e merecem saber a verdade.*

Programa televisivo *O Povo e o Presidente*,
 fevereiro de 1983⁴¹¹

A opinião pública pode ser influenciada, e de certa forma dirigida, pelo emprego judicioso da arma psicológica, especialmente por meio da propaganda.

ESG, *Manual Básico*⁴¹²

3.1 – INTRODUÇÃO

O *Directorium Inquisitorum* recomendava: “é de fundamental importância prender a língua deles ou amordaçá-los antes de acender o fogo, porque, se têm possibilidade de falar, podem ferir, com suas blasfêmias, a devoção de quem assiste a execução”.⁴¹³

⁴¹¹ Programa televisivo semanal *O Povo e o Presidente* nº 27, 06/fev/1983, veiculado na Rede Globo em 1982 e 1983. In: BRASIL. Presidência da República. Gabinete Civil. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Coordenadoria de Divulgação. *O povo e o presidente*. v. 2. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1983. p. 58-59.

⁴¹² EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 464.

⁴¹³ *LE MANUEL DES INQUISITEURS (Directorium Inquisitorum)*, Nicolau Eymerich, 1376. Revisto por Francisco de La Peña, 1578. Traduzido para o francês em 1973 por Louis Sala-Moulins. Disponível em: *DHnet - Direitos Humanos na Internet* <www.dhnet.org.br/dados/livros/memoria/mundo/inquisidor/hereges.html>.

Cf. também: FERNANDES, Alécio Nunes. Sociedade corporativa, justiça e poder: o *Directorium Inquisitorum* (séc. XIV-XVI). *ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais>>.

3. PROPAGANDA

A exibição pública da morte na fogueira tinha um forte efeito simbólico. O violento espetáculo lembrava quem o assistia da proibição de certas práticas às quais o executado era associado, reforçando assim uma norma. Mas se o punido, em um último ato de resistência e coragem, propusesse ao público uma interpretação diversa dos fatos, plantando a semente da dúvida na mente da plateia, poderia acabar invertendo o sentido simbólico original da execução e transformando-a em denúncia diante da multidão, que talvez percebesse, assim, a essência do ato: pura violência, puro abuso de poder. Daí a indispensabilidade da mordaza.

A censura e a propaganda relacionam-se de modo análogo. A censura é a mordaza com a qual tenta-se ocultar os discursos críticos da ideologia dominante, para, dentre outros objetivos, evitar a exposição das contradições e silêncios da propaganda oficial. Propaganda e censura são duas faces de uma mesma moeda.

Havia uma censura própria do campo da educação superior. A DSI/MEC e as ASI, de modo geral, realizaram atividades nesse sentido no interior das instituições, assim como alguns reitores e diretores. Dentre as principais formas que esse tipo peculiar de censura assumiu, é possível indicar: os vetos a professores indicados como paraninfos e a estudantes escolhidos como oradores de turma, em função de perfil ideológico, vínculo político ou estigma (como o de cassado⁴¹⁴); as proibições de eventos acadêmicos em função de temática ou de incluírem, entre seus convidados, conferencistas vistos como de oposição ao regime; os impedimentos e complicações impostos a atividades culturais que previam a participação de artistas politicamente engajados; as apreensões de periódicos estudantis; as retiradas de cartazes de divulgação de determinados eventos; as proibições de livros considerados “subversivos”, por serem de autores vistos como de esquerda ou, em outros casos, por atentarem (na visão dos agentes de censura) contra “a moral e os bons costumes”, ao apresentarem conteúdo erótico; os entraves impostos a alguns projetos de pesquisa sobre temas e abordagens que os agentes de controle viam como perniciosos para o país, como críticas ao mito da democracia racial, no qual muitos dos que estavam no poder acreditavam e percebiam como fundamental para a estabilidade daquela ordem social; a contra-indicação, por motivos políticos ou ideológicos, em licenças para participação em eventos ou atividades de pesquisa no exterior, bem como para contratação ou renovação contratual de servidores docentes e técnico-administrativos e em solicitações de matrícula por estudantes; as restrições

⁴¹⁴ Sobre o “estigma do cassado” e correlatos, cf. o cap. 2.

3. PROPAGANDA

a indicações para reitor, diretor, chefe de departamento etc.⁴¹⁵ Junto a essas formas típicas daquele campo, é preciso considerar ainda: a censura dos meios de comunicação e das então chamadas “diversões públicas” (atividades culturais como o teatro, por exemplo), que afetava as pessoas com acesso a eles, o que incluía membros do campo da educação superior; e a autocensura, comportamento que, independentemente de intencionalidade, acabava sendo amplamente incentivado pelas formas de amedrontamento promovidas por aquele regime.

Censura e propaganda tinham, assim, igual importância e relacionavam-se de modo complementar, reforçando-se mutuamente e constituindo um único modo de controle. Entretanto, tendo em vista a viabilidade da tese, optei por abordar apenas uma dessas facetas, deixando o estudo da censura como modo de controle da educação superior para futuras pesquisas.

3.1.1 – Comunicação de massa

Para García Useda, há dois tipos fundamentais de comunicação: a comunicação pessoal e a comunicação de massa. A primeira seria marcada pela capacidade de interação presencial ou a distância, um “processo no qual o receptor pode se comportar como emissor, enquanto este se converte em receptor”. Já a comunicação de massa seria um “processo no qual não há capacidade de interação entre emissor e receptor”, voltando-se assim “a um público, a um conjunto de seres humanos, heterogêneo e anônimo” e realizado exclusivamente através dos “meios massivos de comunicação”, não havendo, portanto, “nenhum tipo de relação pessoal”.⁴¹⁶

Também nessa linha, John Thompson questiona a noção de *massa* usualmente mobilizada em estudos sobre esse tema, noção que, segundo ele, seria muitas vezes fundada apenas em aspectos quantitativos do público, considerado como “amontoados inertes e indiferenciados”, sem levar em conta sua eventual heterogeneidade. O sociólogo estadunidense sustenta que, ao invés disso, “as mensagens transmitidas pelas indústrias da

⁴¹⁵ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 217-236.

⁴¹⁶ GARCÍA UCEDA, Mariola. *Las claves de la publicidad*. Madrid: ESIC, 1995. p. 19-20. Original: “*proceso en el cual el receptor se puede comportar como emisor, a la vez que éste se convierte en receptor*”; “*proceso en el cual no hay capacidad de interacción del emisor y receptor*”; “*a un público, a un número de seres humanos, heterogêneo y anónimo*”; “*medios masivos de comunicación*”; “*ningún tipo de relación personal*”.

3. PROPAGANDA

mídia são recebidas por pessoas específicas, situadas em contextos sócio-históricos específicos”. Ele chama a atenção para o fato de que “essas pessoas vêem as mensagens dos meios com graus diferenciados de concentração, interpretam-nas ativamente e dão-lhes sentido subjetivo, relacionando-as a outros aspectos de suas vidas”.⁴¹⁷

A comunicação de massa, ainda segundo García Useda, poderia ser subdividida em dois tipos: “comunicação social” e “comunicação comercial”. Enquanto a última teria como objetivo “produzir uma reação da pessoa, no campo de suas atuações como comprador ou usuário”, vinculando-se assim a áreas como “publicidade, promoção de vendas, força de vendas, merchandising, relações públicas”, a comunicação social incluiria “atividades tais como a educação, divulgação, *propaganda*, informação propriamente dita”, estando relacionada “sobretudo com a transmissão de conceitos ideológicos (filosofias, ideias...) na busca de uma reação do receptor em seu âmbito social”.⁴¹⁸

3.1.2 – Propaganda

O termo “propaganda” surgiu durante a Contrarreforma, a partir da criação da *Sacra Congregatio de Propaganda Fide* (Sagrada Congregação para Propagação da Fé), organizada em 1622 pelo papa Gregório XV.⁴¹⁹

Na atualidade, uma das principais características do termo é sua polissemia. Junto a isso, não raro é utilizado de modo intercambiante com outro termo igualmente polissêmico: “publicidade”. Apesar da diversidade semântica, há um certo consenso entre os especialistas da área no sentido de considerar *publicidade* como uma forma de comunicação com fins *comerciais* (o que García Useda chama de “comunicação comercial”) e propaganda com fins *políticos e ideológicos* (“comunicação social”, para a autora espanhola).⁴²⁰ É essa a

⁴¹⁷ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna...* op. cit. p. 287.

⁴¹⁸ GARCÍA UCEDA, Mariola. *Las claves de la publicidad...* op. cit. p. 20. Original: “*producir una reacción de la persona, en el campo de sus actuaciones como comprador o usuario*”, vinculando-se assim a áreas como “*publicidad, promoción de ventas, fuerza de ventas, merchandising, relaciones públicas*”, a comunicação social incluiria “*actividades tales como la educación, divulgación, **propaganda**, información propiamente dicha*”, estando relacionada “*sobre todo con la transmisión de conceptos ideológicos (filosofías, ideas...) a la búsqueda de una reacción del receptor en su ámbito social*”.

⁴¹⁹ HAAS, C. R. *Teoría, técnica y práctica de la publicidad*. Madrid: Ediciones Rialp, 1959 [Paris, 1958]. p. 13.

⁴²⁰ Ver, por exemplo: DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo: DIFEL, 1955; JOWETT, Garth S.; O'DONNELL, Victoria. *Propaganda and persuasion*. 3. ed. Thousand Oaks/London/New Delhi: SAGE, 1999; SANT'ANNA, Armando. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. São Paulo: Pioneira

3. PROPAGANDA

acepção de propaganda que utilizarei neste estudo, muito embora, no Brasil, o sentido mais usual atribuído a tal termo seja justamente o que alguns autores chamam de “propaganda comercial”. É significativo o fato de que, mesmo reconhecendo a tradicional diferenciação entre “publicidade” e “propaganda” nos meios especializados, o autor de uma das mais populares referências da área no Brasil tenha optado justamente pelo sentido consagrado pelo público leigo, bem como pelo uso intercambiante dos dois termos.⁴²¹ O mesmo parece ocorrer em outros países.⁴²²

A definição de propaganda proposta por García Useda permite precisar um aspecto da acepção aqui utilizada. Diferentemente da autora, para quem propaganda é “a atividade que trata de influenciar as atitudes e opiniões das pessoas, *buscando aproximá-las às do emissor*”, não me parece que *necessariamente* as atitudes e opiniões do emissor corresponderão àquelas que suas estratégias de propaganda buscam despertar em seu público-alvo. Ao contrário, é possível imaginar várias situações em que a intenção do emissor seja convencer o receptor de algo diferente daquilo que ele, emissor, crê que seja real.⁴²³

Domenach, em seu clássico *A propaganda política*, argumentava que a propaganda pode ter uma função positiva em sociedades democráticas, como instrumento de informação: “não há verdadeira democracia senão onde o povo é mantido informado, onde é chamado para conhecer a vida pública e dela participar”.⁴²⁴ Para ele, a propaganda não seria essencialmente um meio de controle social, podendo servir a tal propósito ou a outros conforme os conteúdos

Thompson Learning, 2001; GARCÍA UCEDA, Mariola. *Las claves de la publicidad...* op. cit.

⁴²¹ No início do cap. 2, o autor esclarece a opção e assinala que o assunto de seu livro é, mais precisamente, um “tipo de propaganda – a propaganda comercial”, considerada por ele como a “divulgação de um produto ou serviço com o objetivo de informar e despertar interesse de compra/uso nos consumidores”. A par disso, o autor reconhece que ambas, publicidade e propaganda, são formas de “manipulação planejada da comunicação, visando, pela persuasão, promover comportamentos em benefício do anunciante que a utiliza”. Embora o termo “anunciante” não seja o mais preciso no caso da “propaganda política” e afins, a ideia central é a mesma. SAMPAIO, Rafael. *Propaganda de A a Z*. 3. ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 26-27.

⁴²² Na França, por exemplo, Haas considerava a propaganda como um tipo de publicidade e utilizava de modo intercambiante termos e expressões como “propaganda” e “publicidade ideológica”. Mas, mesmo em casos como esse, a distinção fundamental entre finalidades comerciais e não-comerciais permanece, a despeito dos termos adotados. HAAS, C. R. *Teoría, técnica y práctica de la publicidad...* op. cit. p. 11-15. García Uceda assinala que o mesmo ocorreria no caso espanhol. GARCÍA UCEDA, Mariola. *Las claves de la publicidad...* op. cit. p. 20.

⁴²³ GARCÍA UCEDA, Mariola. *Las claves de la publicidad...* op. cit. p. 20. Original: “*la actividad que trata de influir en las actitudes y opiniones de las personas, intentándolas acercar a las propias del emisor*”.

⁴²⁴ DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política...* op. cit.

3. PROPAGANDA

propagandeados.⁴²⁵

Garth Jowett e Victoria O'Donnell propõem uma diferenciação entre propaganda e persuasão, considerando aquela como uma subcategoria desta. Sua abordagem da propaganda como processo comunicacional privilegia a intencionalidade da ação:

Propaganda é a ação deliberada e sistemática por meio da qual se busca moldar percepções, manipular pensamentos e direcionar comportamentos de modo a que se obtenha uma resposta condizente com o objetivo almejado pelo emissor.⁴²⁶

O modelo proposto por Jowett e O'Donnell é interessante por destacar variáveis importantes, como a “intencionalidade e a manipulação, junto a um plano sistemático para alcançar um objetivo que seja vantajoso para o emissor”, permitindo assim diferenciar “a propaganda de um intercâmbio de ideias livre e aberto”.⁴²⁷

Mensurar intenções de controle em determinados processos comunicacionais, contudo, não é tarefa simples. O que tentarei fazer aqui é verificar em que medida certos processos comunicacionais, promovidos de maneira sistemática por órgãos de propaganda, mobilizaram determinadas ideias que, a meu ver, foram fundamentais para a sustentação daquele regime.

Da mesma forma, uma análise da recepção dos discursos de propaganda mobilizados por aquele sistema de controle social seria interessante, mas as dificuldades inerentes a tal empreitada são notórias. Como assinalou Fico:

Se não é fácil, pelo menos é possível detectar os propósitos e estratégias de quem faz a propaganda. Como compreender, porém, a maneira pela qual ela é entendida por quem a vê? (...) É muito difícil detectar as diversas recepções sociais da propaganda, mesmo em se tratando de fenômeno próximo no tempo como o caso em pauta. As dificuldades são especialmente de ordem heurística: que fontes poderiam indicar tais diferenças de recepção?⁴²⁸

Em contrapartida, o estudo da emissão também pode revelar aspectos importantes,

⁴²⁵ O mesmo propõe Philip Taylor, que define a propaganda em si como ‘um processo *neutro* de persuasão’ (“*a neutral process of persuasion*”). TAYLOR, Philip M. *Munitions of the mind: a history of propaganda from the ancient world to the present era*. 3. ed. Manchester; New York: Manchester University Press, 2003. p. 5.

⁴²⁶ Original: “*Propaganda is the deliberate, systematic attempt to shape perceptions, manipulate cognitions, and direct behavior to achieve a response that furthers the desired intent of the propagandist*”. JOWETT, Garth S.; O'DONNELL, Victoria. *Propaganda and persuasion...* op. cit. p. 6.

⁴²⁷ Original: “*the elements of deliberate intent and manipulation, along with a systematic plan to achieve a purpose that is advantageous to the propagandist*”; “*distinguish propaganda from a free and open exchange of ideas*”. Ibid. p. 11.

⁴²⁸ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 20-21.

3. PROPAGANDA

tanto do potencial de controle via propaganda de tais mecanismos de comunicação quanto – e sobremaneira – das principais ideias e recursos retóricos mobilizados por aquele sistema para autoafirmação e tentativa de constituição de uma aparência de legitimidade para a ditadura que sustentava. Mais importante ainda, ajuda a delinear a percepção que o grupo no poder tinha de si, do regime e do país, seus objetivos, sua interpretação do passado e suas perspectivas para o futuro: “a propaganda política, além de ser a visão da realidade que o regime autoritário pretendia propagar, era igualmente a percepção que o próprio poder tinha de si mesmo”.⁴²⁹

3.1.3 – A propaganda como “arma psicológica”

A DSN, como visto na epígrafe do capítulo, dava grande importância à propaganda, considerada uma “arma psicológica”. Aquele instrumento de controle, para a ESG, tinha um grande potencial, mas também implicava em alguns riscos:

Os meios de comunicação de massa constituem um *instrumento poderosíssimo para a rápida e padronizada difusão de ideias, criação de estados emocionais, alteração de hábitos e atitudes*. Bem utilizados pelas *elites*, constituem-se em fator muito importante para o aprimoramento dos componentes da Expressão Política; *utilizados tendenciosamente, podem gerar e incrementar inconformismos*.⁴³⁰

Havia, portanto, consciência de que não se tratava de uma questão simples: um mau uso daquela “arma” poderia produzir ou aumentar críticas e oposições, diminuindo os apoios ao regime. Tais riscos, contudo, eram compensados pela capacidade daquele “instrumento poderosíssimo”.

Essa preocupação com a formação e manutenção de consensos favoráveis, embora presente desde os primeiros momentos após o golpe, teve um notório crescimento a partir do final dos anos 1960. Conjuntamente, as técnicas de propaganda utilizadas pelo grupo no poder, que de início não apresentavam grandes inovações, tiveram um salto qualitativo a partir do início dos anos 1970.⁴³¹

Desde então, passaram a ganhar mais espaço aqueles que argumentavam que deveria

⁴²⁹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo...* op. cit. p. 20.

⁴³⁰ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 121.

⁴³¹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo...* op. cit.

3. PROPAGANDA

ser dada “maior importância às atividades de Relações Públicas, em todos os níveis, visando a aprimorar a ação governamental e a *criar e manter uma corrente ponderável de opinião pública voltada para o interesse nacional e imune à ação subversiva*”. Isso implicava, evidentemente, na “*necessidade de uma estrutura de comunicação social*” que pudesse atuar satisfatoriamente no sentido do “*esclarecimento e orientação da opinião pública* quanto às ações desenvolvidas pelo Governo”. Essa estrutura deveria “promover a participação de todas as categorias sociais, não apenas com vistas ao Desenvolvimento, mas também relativamente às tarefas da Segurança Nacional”.⁴³²

A propaganda seria, assim, um fundamental instrumento de intervenção no âmbito da “expressão psicossocial”. Uma de suas funções seria a elevação do “moral nacional”. O “moral elevado” corresponderia a “certo número de qualidades” como “presença de espírito, coragem, iniciativa, tenacidade, bom humor, disciplina, confiança no êxito, dinamismo”. Já “o moral baixo” seria “caracterizado por inibição, fuga, agressividade interna no grupo, desorganização social (inexecução de ordens, transmissão de boatos e comentários deprimentes ou *subversivos* etc.)”. Nesse sentido, “o papel da liderança nacional” seria “essencial para, conhecendo as manifestações atuais e o estado dos aspectos influenciadores do moral, prever suas prováveis flutuações e, eventualmente, modificar-lhes o curso, agindo sobre os influenciadores mais apropriados”. Na visão da ESG, essa mudança de curso poderia ser alcançada, em grande medida, pela propaganda.⁴³³

A “opinião pública” era outro elemento da “expressão psicossocial” particularmente importante no âmbito da doutrina. Corresponderia a uma “corrente de opiniões privadas com tal volume, intensidade e continuidade” que se tornaria “juízo coletivo adotado e exteriorizado” pelo grupo em que estariam integradas. Não se deve supor que tivessem uma visão exagerada ou ingênua da propaganda: reconheciam ser possível “estimular e orientar as manifestações de opinião pública, até certo ponto, mas não de modo total”. A par disso, afirmavam ser “notável a forma de *controle social* que a opinião pública exerce, procurando assegurar a *obediência dos membros do grupo social aos padrões de comportamento existentes*”. A opinião pública constituiria, assim, “elemento decisivo de criação, orientação e modificação do comportamento pessoal e social”. O setor estudantil era considerado

⁴³² EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 253.

⁴³³ Ibid. p. 177-179.

3. PROPAGANDA

estratégico nesse sentido, especialmente os “líderes estudantis”, mas também os estudantes de modo geral, vistos como um dos “grupos influentes”.⁴³⁴

A propaganda era entendida como o principal instrumento no que a ESG chamava de “guerra psicológica”. Esta seria “o emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamento de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais”.⁴³⁵ Era diferente da “ação psicológica” em função do público-alvo. A guerra psicológica voltar-se-ia contra o “inimigo”, com o objetivo de “abater-lhe o moral”, enquanto “as ações psicológicas agem sobre a população amiga para elevar-lhe o moral”, de modo a “imunizar a nação contra qualquer tipo de propaganda contrária aos seus interesses”. Nesse aspecto, a doutrina assentava-se em uma perspectiva simplista dos conflitos políticos e ideológicos, pautando-se por uma visão maniqueísta do tipo *amigo vs. inimigo*. O uso da “arma psicológica” deveria, enfim, “*fortalecer os padrões morais e culturais e respeitar as tradições*, o que redundará em garantir as instituições democráticas e a população *contra os perigos da subversão e os inimigos externos*”.⁴³⁶

A guerra psicológica tem por objetivo desmoralizar o inimigo, dando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito, que o leve à rendição e, se possível, à sua posterior colaboração ativa com as autoridades legais. (...) Sendo o apoio da população essencial à *subversão*, é evidente que devem ser envidados todos os esforços no sentido de isolar o inimigo dessa população, criando entre eles um verdadeiro vácuo. (...)

A propaganda e a contrapropaganda devem ser conduzidas no sentido de levar ao descrédito o inimigo e os seus chefes, fazendo crer que estes apenas procuram satisfazer às suas ambições pessoais e destruindo, por inconsistentes, os mitos que apregoam. Através de temas convenientemente selecionados, procurar-se-á desencorajar o inimigo e desagregá-lo, apresentando como ilegítima a causa que defende e convencendo os adeptos da subversão de que sua participação nela constitui um verdadeiro logro.⁴³⁷

O público-alvo dessa guerra seria composto pelos “grupos *inimigos* nacionais ou estrangeiros, de conformidade com as hipóteses de guerra”, pelos “indivíduos ou grupos que reconhecidamente *não compartilhem das aspirações nacionais e se contraponham à consecução dos Objetivos Nacionais*, estejam ou não a serviço de grupos estrangeiros”, e

⁴³⁴ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 182-183; 318.

⁴³⁵ Ibid. p. 316.

⁴³⁶ Ibid. p. 321.

⁴³⁷ Ibid. p. 320.

3. PROPAGANDA

pelos “*neutros*, aí incluídos os que o são por conveniência pessoal”. Em outras palavras, quem não aceitasse os “objetivos nacionais” determinados pela “elite dirigente” (ou seja, pelo primeiro escalão de governo) era passível de ser incluído nesse grupo visado pelas “ações psicológicas” do sistema de controle.⁴³⁸

* * *

3.2 – ESTRUTURA DE PROPAGANDA

Após 1964, três órgãos de Estado assumiram centralidade na propaganda do regime: a Agência Nacional, a Assessoria de Imprensa da Presidência da República e a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Os dois primeiros já existiam antes do golpe, trazendo consigo ampla bagagem de experiência em suas respectivas atividades, acumulada ao longo de governos muito diversos, sobretudo no caso da Agência Nacional, cujas origens remontavam aos anos 1930. No caso da AERP (1968-73), depois ARP (1974-1978), tratou-se, como se sabe, de criação da ditadura militar. Foi também a principal responsável pela propaganda do regime nos anos 1970, contexto em que essa forma de controle recebeu um notável incremento em técnicas e investimentos, ganhando ampla visibilidade e tornando-se essencial para a manutenção e conquista de apoios sociais em uma conjuntura de forte crescimento das críticas ao regime. Esses são os principais motivos pelos quais normalmente a AERP/ARP é mais lembrada quando se fala na propaganda daquela ditadura, em comparação com os outros dois órgãos citados. Apesar disso, a Assessoria de Imprensa e a Agência Nacional também cumpriram funções de suma importância, ainda que de modo geral mais discretas, na propaganda (via de regra, difusa) daqueles governos ditatoriais, sobretudo no período 1964-1968.⁴³⁹

⁴³⁸ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 321.

⁴³⁹ Sobre a Assessoria de Imprensa, cf.: SINGER, André et al. (orgs). *No Planalto, com a Imprensa: entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes – de JK a Lula*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana; Brasília: Secretaria de Imprensa/Presidência da República, 2010; sobre a AERP/ARP, cf.: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo...* op. cit.

3. PROPAGANDA

3.2.1 – Ação difusa

A propaganda exercida por aqueles três órgãos de Estado era, via de regra, *difusa*, ou seja, não tinha como público-alvo um segmento social específico. Alguns setores da sociedade civil também colaboravam com essa forma de propaganda do regime, em função de motivos que iam do alinhamento ideológico a estratégias de crescimento empresarial. Os grandes periódicos e a televisão tinham, nesse sentido, papel importante. Em alguns casos, tratava-se de propaganda no sentido exposto anteriormente (marcada, portanto, pela intencionalidade propagandística); em outros, essa colaboração se dava por meio de *efeitos de propaganda* gerados pela disseminação de discursos favoráveis ao regime, que não tinham necessariamente como meta produzir tais resultados específicos. É preciso ter em conta que o contexto de exceção criava um quadro específico de limitações e expectativas, e que, embora tal ação não tivesse o campo da educação superior como público-alvo, este fazia parte da audiência atingida.

Observe-se, por exemplo, este emblemático editorial do *Jornal do Brasil*, publicado em junho de 1968, em contexto de grande efervescência de atividades de oposição ao regime. Apesar de extenso, cito-o na íntegra, diante de sua relevância para o argumento:

Ação ilegal

A opinião pública começa a se impacientar ante a frequência com que *a ordem vem sendo perturbada* por uma *minoría recalcitrante*, insensível a todos os apelos da *concordia*, do *bom senso* e da *legalidade*.

A Nação tem consciência das dificuldades que deve vencer para consolidar a sua incipiente democracia, mas tem igualmente a perfeita noção de que somente pelo trabalho, com *liberdade e ordem* – que não podem ser aferidas pelo abuso nem pelos excessos – será possível transformar-se em Nação próspera para todos, sem *privilégios pequeno-burgueses*, sem *paternalismo*. Jamais a *perturbação da ordem* enriquecerá qualquer país.

Mal refeito ainda dos sucessivos abalos que têm feito oscilar os alicerces do regime, o Brasil precisa, antes de tudo, de calma para equacionar os seus problemas. O recurso à *violência*, à *baderna*, ao *desrespeito à autoridade*, ao *menosprezo pela propriedade privada*, é um teste perigoso a que se arriscam não essas *minorias subversivas*, *infiltradas no meio universitário*, mas todos os brasileiros, sem discriminação, porque *o regime de força que os ativistas querem motivar* atingiria a coletividade indistintamente.

Todos nós defendemos a necessidade urgente de modificações nas estruturas brasileiras. O País tem organização obsoleta, que permite inclusive *a desordem em nome de bandeiras de justiça*. Mas a opinião pública já aprendeu a distinguir o que é reivindicação e o que é *agitação*. Não pode o *povo*, em sua quase totalidade,

3. PROPAGANDA

submeter-se passivamente, numa assiduidade intolerável, aos *movimentos político-ideológicos* e às *arruaças irresponsáveis* que se realizam a pretexto de defender uma nobre causa, como a do Ensino, ou de pugnar pela derrocada *do que consideram ingenuamente uma ditadura*.

Atingida em seu bem muito valioso, que é a *normalidade* diária, a opinião pública é levada a perguntar: afinal de contas, que deseja esta *minoría devotada à desordem*? É comprovado que os *grupos promotores da desordem* têm *status* de *minoría*. Nada têm em comum com as *aspirações* estudantis e *democráticas* da *maioría dos estudantes brasileiros*. A *maioría* não deu procuração a *agitadores* para agir e falar em seu nome. *Carece de espontaneidade essa imitação de distúrbios provocados em outros países*.

Nem o *Governo* nem o *povo* podem tolerar a situação que se pretende instalar no País. *Povo e Governo*, juntos, devem ter a necessária compreensão de que a *Democracia* é um processo feito de paciência e perseverança diárias. Um e outro já optaram *em 1945 e em 1964*.

No momento em que *as instituições são ameaçadas* pela *aventura inconsequente de livres-atiradores*, é importante uma identificação entre todas as classes do País, inclusive a que governa, na defesa do maior bem que ainda possuem: *a liberdade de poder cultivar*, mesmo a duras penas, *a indefesa democracia brasileira*, frágil na sua estrutura, mas forte na determinação do *povo* que a *escolheu como seu regime ideal*.⁴⁴⁰

Esse é um excelente exemplo dessa difusão de ideias favoráveis ao regime feita pela grande imprensa e outros setores da sociedade civil. Ali eram mobilizadas, além de uma série de noções fundamentais para as diretrizes ideológicas da ditadura, dois padrões argumentativos com reiterada centralidade nas mais diversas formas de propaganda pró-regime:

(1) *a construção da imagem do inimigo*, através da caracterização da oposição não consentida como atitude “ilegal”, promovida por “minorias subversivas”, “agitadores” que estariam imitando “distúrbios provocados em outros países” (referências ao contexto do Maio de 1968), “promotores da desordem”, adeptos da “violência”, do “desrespeito à autoridade” e à “propriedade privada”;

(2) *a construção da imagem do regime*, definido como “democrático”, análogo ao instituído pelo fim do Estado Novo, marcado pela “ordem” e pela “normalidade”, voltado para a construção de uma “Nação próspera para todos”, um regime supostamente escolhido livremente pelo “povo” e apoiado pela “opinião pública”.

Como ver-se-á ao longo deste capítulo, esses dois padrões argumentativos foram ampla e frequentemente mobilizados pelas mais diversas ações discursivas que convergiam no sentido da defesa do regime. No próprio *Jornal do Brasil*, por exemplo, os dois padrões

⁴⁴⁰ AÇÃO ilegal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/jun/1968, p. 6. Editorial. GN/JB.

3. PROPAGANDA

argumentativos podem ser identificados em um breve trecho de um editorial de 1971, no qual afirmava-se que, “constitucionalmente *encarregadas de preservar a ordem interna*, as Forças Armadas, sobretudo a partir de 1964”, estariam “atentas à *contestação pela violência*, fundada em *ideologias sectárias* e executada por uma *minoría de militantes fanáticos*”.⁴⁴¹

Também na televisão aqueles argumentos eram mobilizados, na defesa da ditadura e de suas políticas, desde os primeiros meses após o golpe. Em agosto de 1964, por exemplo, um dos principais noticiários da Tupi afirmava:

Fontes do governo adiantam que o presidente reafirmará sua decisão em prosseguir nas reformas, *democraticamente e sem demagogias*. As mesmas fontes asseguram que o presidente recebeu do Serviço Nacional de Informações, com base em informações do Conselho de Segurança Nacional, que a concentração de *críticas contra o governo* faz parte de um *esquema de grupos interessados em que as principais reformas democráticas não sejam realizadas*.⁴⁴²

Outra forma de colaboração das redes de televisão com o sistema de controle social marcou a primeira metade dos anos 1970. Tratava-se da divulgação dos chamados “arrepimentos”. Profundamente abalados pelas torturas sofridas, alguns ex-militantes da luta armada aceitaram fazer supostas retratações diante de jornalistas de todo o país. Brutalmente compelidos a tal ‘cooperação’, os ex-militantes, caracterizados como “arrepimentos”, afirmavam que não havia tortura no país, que a opção pela luta armada havia sido um erro e que estavam arrependidos de suas ações “subversivas”. O peso simbólico de tais retratações forjadas era muito grande. Sem o apoio dos meios de comunicação, porém, tal forma de propaganda dificilmente teria alcançado as mesmas proporções.⁴⁴³

Dentre os principais apoiadores do golpe e da ditadura militar, a Rede Globo é, sem dúvida, um dos casos mais conhecidos. Junto a outros grandes veículos de comunicação, contribuiu significativamente com a propaganda pró-regime de diversos modos.⁴⁴⁴ Um deles

⁴⁴¹ LIMITES da repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14/jan/1971, p. 8. Editorial. GN/JB.

⁴⁴² TV TUPI. *Telejornal Edição Extra*, 07/ago/1964, Noticiário Geral. CBr/BCC/Tupi, série Roteiros de Telejornalismo.

⁴⁴³ Cf.: GASPAROTTO, Alessandra. “*O terror renegado*”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975). 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008; KUSHNIR, Beatriz. *Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina* (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 279-304.

⁴⁴⁴ Cf.: HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. 14. ed. São Paulo: Ortiz, 1991; CASTRO, Nilo Piana

3. PROPAGANDA

era o amplo espaço concedido voluntariamente a membros do primeiro escalão dos governos ditatoriais. O caso do programa *O Povo e o Presidente* no início dos anos 1980 é bastante ilustrativo. A partir de convite de Roberto Marinho, Figueiredo passou a ter um programa na Globo, com cerca de meia hora de duração, no qual respondia a perguntas supostamente enviadas pela população. Inicialmente, era veiculado aos domingos, em horário nobre (após o *Fantástico*). O programa teve 42 edições: a primeira foi exibida em 30/mai/1982 e a última em 21/set/1983. Após a 33ª edição (22/abr/1983), passou a ser veiculado nas quartas-feiras à noite, com duração aproximada de 10 minutos.⁴⁴⁵

Seu conteúdo era amplamente voltado para a construção de uma imagem positiva para o regime e para seu governo. O tom era de modo geral otimista, mas nada comparado ao da propaganda dos anos 1970, por motivos evidentes. Em grande parte de suas falas, Figueiredo tentava explicar a complicada situação econômica vivida pelo país e as dificuldades do processo de transição à democracia. Esta, sustentava, seria a principal meta de seu governo.

A educação superior foi assunto pouco abordado em *O povo e o presidente*, que nessa temática via de regra preferiu abordar a educação básica. Uma das poucas exceções foi um programa de janeiro de 1983, no qual o ditador era perguntado sobre a pouca oferta de cursos noturnos em certas áreas, como Medicina ou Engenharia, o que inviabilizaria os estudos para quem trabalhava durante o dia. Em sua resposta, Figueiredo tentou justificar as políticas educacionais de seu governo, sustentando que então haveria tendência no sentido “de uma ampliação na proporção de cursos oferecidos à tarde e à noite” naquelas áreas, com “maior número de opções para aqueles que, além de trabalhar, desejam cursar estudos de nível superior”.⁴⁴⁶

de. *Televisão e Presidência da República: a soberania em disputa de 1950 a 1964*. Tese – Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

⁴⁴⁵ BRASIL. Presidência da República. Gabinete Civil. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Coordenadoria de Divulgação. *O povo e o presidente...* op. cit.

⁴⁴⁶ Programa nº 25, exibido em 23/jan/1983. Id. *O povo e o presidente* - v. 2. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1983. p. 38.

Sobre as características do crescimento do ensino superior entre as décadas de 1960 e 1980, marcado por progressivo predomínio do setor privado, cf.: MINTO, Lalo Watanabe. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Educação Contemporânea). p. 87-138; 180-181.

3.2.2 – Ação específica

Havia, porém, situações de ação propagandística focada no campo da educação superior. O IPÊS, cuja propaganda subversiva⁴⁴⁷ no pré-golpe foi amplamente caracterizada por Dreifuss, manteve intensa atuação, após abril de 1964, como órgão difusor de ideias fundamentais para a sustentação ideológica daquele regime.⁴⁴⁸ Embora o foco de sua ação propagandística não se resumisse à educação superior, esse era um segmento social em que o órgão atuava diretamente e com estratégias de convencimento específicas. Uma das formas através das quais isso era feito consistia na distribuição de material de propaganda a diretórios acadêmicos. É fundamental ter em conta que, além da propaganda feita pelo IPÊS de modo independente e por iniciativa própria, havia situações em que o órgão realizava propaganda de maneira colaborativa, contando com o apoio de outras entidades da sociedade civil, das quais, em alguns casos, partia a iniciativa para a formação de tais parcerias. Foi esse o caso do Diretório Acadêmico Dois de Julho (ao que tudo indica, do curso de Direito da PUC-PR⁴⁴⁹). Em 23/mai/1966, Carlos Eduardo Rosa, então presidente daquele diretório, solicitava ao IPÊS-GB o recebimento de material de divulgação daquele órgão; em 13 de junho do mesmo ano, o General Octavio Gomes de Abreu, Secretário Geral Executivo do IPÊS-GB, respondia ao estudante: “sua entidade já está registrada como recebedora permanente de nossa literatura e (...) estamos enviando, pelo correio, uma coleção de publicações antigas cuja tiragem ainda não foi esgotada”.⁴⁵⁰

⁴⁴⁷ Neste caso, sem aspas, porque era efetivamente subversiva: tinha por principal objetivo destituir por meios não democráticos um governo legítimo.

⁴⁴⁸ Cf.: DREIFUSS, René Armand. 1964... op. cit; MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre: 2012.

⁴⁴⁹ Indícios de que se tratava do diretório acadêmico do curso de Direito da PUC-PR em: *Informe nº 50/68 - CDN*, do Departamento de Segurança da Rede de Viação Paraná Santa Catarina (RVPSC – vinculada à Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA), encaminhado a vários órgãos do sistema de controle (segunda seção – serviço de informações – da 5ª Região Militar do III Exército – E2/5ªRM, Agência Central do SNI, DOPS/PR, Polícia Militar do Paraná, dentre outros). APPR/DOPS, pasta 122.15; OBITUÁRIO de Ronaldo Antônio Botelho, *Gazeta do Povo*, 15/mar/2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/falecimentos/conteudo.phtml?id=1105887>>. Acesso em: 12/out/2013.

⁴⁵⁰ IPES. Carta do Gen. Octavio Gomes de Abreu, Secretário Geral Executivo, a Carlos Eduardo Rosa, Presidente do Diretório Acadêmico 2 de Julho, Curitiba. 13/jun/1966. Sec. 66/0128. AN-RJ/IPES, caixa 3, PAC 1.

3. PROPAGANDA

3.2.2.1 – Doação de publicações a bibliotecas universitárias

Uma forma de propaganda com atuação específica no âmbito da educação superior era a distribuição de publicações a bibliotecas universitárias. A própria AERP, logo após ser criada, quando estava a cargo do cel. Hernani d'Aguiar e ainda não havia começado a utilizar as caras e bem elaboradas campanhas pelas quais ficaria conhecida, chegou a promover esse tipo de ação. Um exemplo é o livro *O processo revolucionário brasileiro*, de 1969.⁴⁵¹

Elaborada como celebração do “quinto aniversário da arrancada democrática de 1964”, a publicação era composta por textos produzidos por “algumas personalidades do maior relevo nos diversos domínios da cultura e da atividade nacionais”, convidadas pela assessoria a oferecer “os seus depoimentos a respeito da Revolução”.⁴⁵² A obra ganharia uma segunda tiragem ainda em 1969, o que sugere uma avaliação positiva, por parte da AERP, quanto ao cumprimento dos objetivos do livro junto a seu público-alvo.⁴⁵³ Entretanto, a eficácia dessa forma de propaganda, ao que parece, tinha algumas limitações.

De modo nada surpreendente, a AERP reunira na publicação textos de alguns dos mais importantes intelectuais do regime: Carlos de Meira Mattos, Eugênio Gudín, Gilberto Freyre, Glycon de Paiva, Gustavo Corção e Octávio Gouvêa de Bulhões. Também participavam outros autores provavelmente convidados em função de suas inserções socioprofissionais e vínculos com o grupo no poder: Antônio Carlos do Amaral Osório (empresário, membro do IPÊS e apoiador do golpe de 1964⁴⁵⁴), Jorge Boaventura (vinculado ao MEC, pouco depois da

⁴⁵¹ AERP. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969. PUCRS/DELFO/AIB-PRP, Acervo Bibliográfico.

A gestão de Octávio Costa (governo Médici) à frente da AERP foi marcada por ampliação significativa dos investimentos governamentais em propaganda. O salto qualitativo da propaganda pró-regime também deveu-se às melhorias técnicas surgidas no período. Segundo afirmação de Costa a Fico, “o principal laboratório de copiagem [de filmes] do país informou-o certa vez que a Aerp era, nesse setor, o maior cliente brasileiro”. Entrevista de Octávio Costa a Carlos Fico, citada em: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo...* op. cit. p.110.

⁴⁵² AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p. 3.

⁴⁵³ Id. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969 (2ª tiragem). PUCRS/BC. p. 3.

⁴⁵⁴ Advogado. Dirigente do Clube de Regatas Vasco da Gama nos anos 1950. Em 1956, era diretor-comercial da JWE Osório Tecidos S.A. Diplomado pela ESG na turma de 1960. Em 1962, era vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Em 1969, era presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Na primeira metade dos anos 1970, era presidente da Associação Comercial do RJ e diretor do Grupo Atlântica-Boavista de Seguros e da Prainha Sociedade Agro Industrial S.A. Faleceu em

3. PROPAGANDA

publicação assumiria a chefia da CISMEC⁴⁵⁵) e Octávio Costa (que, como dito, viria a chefiar a AERP no governo Médici).

Todos os textos convergiam no sentido da defesa incontestada do regime, como seria de se esperar. O capítulo que abria o livro, de autoria de Meira Mattos, intitulado *Ensaio sobre a doutrina política da Revolução*, era basicamente uma síntese do *Manual Básico* da ESG. Tentava justificar a existência do regime e as políticas públicas então adotadas em nome da “sobrevivência da democracia” e da “segurança” e do “desenvolvimento” nacionais, bem observados os sentidos muito específicos que tais termos assumiam naquele contexto, na linha do que já foi comentado.

Os textos de Gilberto Freyre discorriam sobre variados aspectos da sociedade brasileira pós-1964, buscando diferenciar o que ele chamava de “revoluções brancas” (como a que, em seu entendimento, então estaria ocorrendo no Brasil) do que ele denominava “revoluções cenográficas”.⁴⁵⁶ Estas últimas, segundo Freyre, dificilmente ocorreriam no Brasil, porque, a seu ver, o brasileiro seria, “além de malicioso, extremamente sensível ao ridículo”, e porque acreditava que “ao brasileiro genuinamente brasileiro repugna a grandiloquência grotesca tão dos revolucionários teatrais”. Curiosa inversão operada pelo então já famoso autor de *Casa Grande & Senzala*: a teatral e autoproclamada “Revolução Democrática” de 1964, que de revolucionária não tinha nada, era por ele apresentada como uma “genuína revolução”. Com um forte tom anticomunista, mostrava constante preocupação em diferenciar-se de estudiosos como Florestan Fernandes, que estariam, segundo ele, “a serviço de uma ideologia fechada”. Enquanto isso, Gilberto Freyre tecia extensos elogios e prognósticos favoráveis àquele regime ditatorial, por ele considerado “corajosamente revolucionário”. Não estaria ele a serviço de uma “ideologia fechada”?

25/nov/1974. Cf.: DOU 10/fev/1955, p. 63; DOU 24/abr/1956, p. 127; PRAIS, Mauro. *C. R. Vasco da Gama: álbum de Fotos (1944-1952)*. Disponível em: <<http://www.netvasco.com.br/mauroprais/vasco/fotos3.html>>. Acesso em 10/dez/2013; ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Diplomados da ESG. Turma de 1960*. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1960/>>. Acesso em 10/dez/2013; DREIFUSS, René Armand. 1964... op. cit. p. 708; *Revista das Classes Produtoras*, ano XXIV, n. 932, jan/1962, p. 9. Anexo do Processo n. 2661 de 1962, da Câmara Municipal de São Paulo, que propunha “conceder o título de cidadão paulistano ao Dr. Alberto Soares Sampaio”. Disponível em: <www.camara.sp.gov.br>. Acesso em 10/dez/2013; *Jornal do Brasil*, 31/mar/1969, p. 5; *Jornal do Brasil*, 01/dez/1974, p. 50. GN/JB.

⁴⁵⁵ Cf. cap. 4.

⁴⁵⁶ Os títulos de seus textos eram: *Em torno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros* e *Ainda em torno de uma sociologia de processos revolucionários de transformação social: exemplos brasileiros*.

3. PROPAGANDA

Os textos de Eugênio Gudín (*O quinto aniversário da Revolução*), Glycon de Paiva (*Os três anos de revolução financeira do governo Castello Branco e Dois anos de revolução financeira do governo Costa e Silva e perspectivas até 1971*), Amaral Osório (*O estado revolucionário e o desenvolvimento econômico*) e Octávio de Bulhões (*A política financeira do governo*) defendiam a política econômica implementada após 1964, adotando a estratégia argumentativa da imbricação indissociável entre “desenvolvimento” e “segurança”. Na mesma linha seguia Octávio Costa, nos capítulos intitulados *A Revolução que não tem dono* e *A hora zero da mudança*. O futuro chefe da assessoria que produzira aquela publicação retomava tópicos recorrentes nos discursos pró-regime, afirmando, por exemplo, que “nenhum episódio revolucionário foi mais denegrado, malsinado e, assim mesmo, tão negado por *minorias* mais obsessiva”.⁴⁵⁷ Além de reforçar a ideia do inimigo como minoria, demarcava distância entre a “Revolução Democrática” e o Estado Novo: “não nos defrontamos – e portanto não nos afrontamos – com uma dinâmica revolucionária personalista, como em 1930, que entronizou [por] quinze anos a legenda do carisma caudilhesco”. O regime militar, segundo Costa, seria bem diferente, marcado por uma “dinâmica revolucionária marcadamente coletiva, de filiação às *verdadeiras aspirações nacionais*, de solidariedade entre as gerações que se foram, as que aí estão e as que vão chegar”.⁴⁵⁸

Então um dos principais nomes do catolicismo integrista no Brasil, o intelectual de extrema-direita Gustavo Corção, em *Para a normalização do Brasil e Lembrança de um pesadelo e de um milagre*, apresentava a defesa mais extremada do regime, dentre todas que compunham aquele livro. Criticava acintosamente o que denominava “*democratismo*”, cujo objetivo seria “sobrepôr ao *bem comum* a manutenção a qualquer preço das chamadas *regras do jogo democrático*”. Para ele, “o bom regime” seria aquele que tivesse “elasticidade suficiente para deslocar o acento tônico conforme as reais exigências da *lei natural* e do *bem comum*”.⁴⁵⁹

Além da crítica à democracia, Corção atacava o catolicismo progressista, inclusive em seus apoios ao movimento estudantil de resistência à ditadura:

Uma das maiores e das mais dolorosas dificuldades encontradas, sobretudo no atual governo, nos veio de um setor de onde, normalmente, deveríamos esperar apoio,

⁴⁵⁷ COSTA, Octávio. *A hora zero da mudança*. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p. 65.

⁴⁵⁸ Id. *A revolução que não tem dono*. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p. 57.

⁴⁵⁹ CORÇÃO, Gustavo. *Para a normalização do Brasil*. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p. 35-39.

3. PROPAGANDA

encorajamento e orientação. Refiro-me ao mundo eclesiástico (...). As *sementes de infiltração comunista nos meios católicos* produziam, depois do Concílio [Vaticano II], seus frutos venenosos. No mundo inteiro se viu, com assombro, o desenvolvimento da *heresia* chamada “progressista”, que, entre outros fatores, trazia o *adulterino conúbio com as ideias marxistas*. (...) Com uma aberrante mistura de ignorância e de alienação, esses eclesiásticos de gauche não sabem, ou fingem não saber, que o movimento de março de 64 foi também, e muito nitidamente, um ato relevantíssimo de justiça social. (...) Agora, os *padres de esquerda*, em vez de ajudar, atrapalham: e em vez de elevar, pervertem. (...) Mas é na *área estudantil* que a ação dos padres de esquerda foi especialmente perniciosa e gritantemente injusta contra os governos que lutaram pela *normalização do Brasil*. As famosas “passeatas” de protesto [realizadas em 1968] pelos mais artificiais pretextos ameaçaram arrastar o Brasil novamente para os *espasmos de anarquia* dos tempos de Goulart. (...) Felizmente para todos nós, o governo atual tem sabido resistir e reduzir as atividades dos *maus religiosos*.⁴⁶⁰

Um de seus principais alvos era o governo Goulart. Em *Lembrança de um pesadelo e de um milagre*, Corção apresentava, sob a forma de memórias pessoais, uma espécie de síntese do pré-golpe, ou, em sua definição, “aqueles dias sinistros em que parecia vivermos um pesadelo”.⁴⁶¹ Jango seria, segundo Corção, um “ressentido” responsável por “desordens, greves, insubordinações e insolências”, em seu governo “os comunistas tomam posições-chave, e no Ministério da Educação se apoderam dos dinheiros públicos com espantosa facilidade”. A ênfase na associação entre Goulart e o comunismo, assim como o ataque ao movimento estudantil e à esquerda católica, ficava especialmente evidente nesta passagem:

O fato é que *o comunismo já se achava no poder* e já tinha a seu favor a moleza de uma sociedade maltratada por tantos e tão maus governos. Faltava-lhe um arremate de forma, mas já contava com grande parte da imprensa, com os ‘intelectuais’, com os *estudantes*, e com os padres e até arcebispos ‘progressistas’ que já ensaiavam a voz para a declaração: – Companheiros! Eu também sou comunista! Eu sempre fui comunista!⁴⁶²

A narrativa de Corção, além de eivada de anticomunismo, também mostrava-se marcada pelo antissemitismo e pelo golpismo. Dizia ele a respeito do imediato pré-golpe: “a tênue esperança que tínhamos era a de que o Exército se organizasse e seus chefes soubessem sobrepor a lei natural à *mesquinha legalidade* produzida pelo *positivismo judaico*”.⁴⁶³

Ao final daquele capítulo, Corção descrevia sua participação em uma das *marchas da*

⁴⁶⁰ CORÇÃO, Gustavo. *Para a normalização do Brasil*. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p. 38-41.

⁴⁶¹ Id. *Lembrança de um pesadelo e de um milagre*. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p.46.

⁴⁶² Ibid. p. 49.

⁴⁶³ Loc. cit.

3. PROPAGANDA

Família com Deus pela Liberdade. De modo condizente com o teor paranoico de seus dois textos, terminava reclamando da incompreensão do “*mundo inteiro*” em relação ao “milagre” brasileiro: “*o mundo inteiro nos caluniaria*. Os Estados Unidos, com base na *superstição* de sua liberal democracia, ou no seu ‘democratismo’, e a Europa com base no *esquerdismo* que se apoderou dos meios de comunicação”.⁴⁶⁴

A noção de *subversão*, como já foi dito em outros capítulos desta tese, era o fundamento teórico do regime. Naquele livro organizado pela AERP, isso ficava evidente. Já em sua introdução, tentava-se justificar o golpe de 1964 com base naquela ideia: afirmando ter sido uma alegada “carência de representatividade do corpo político” que teria propiciado uma “maré montante da *subversão* oriunda do próprio Executivo”, contra a qual teriam atuado “as Forças Armadas, por inspiração do povo desvalido de seus mandatários”.⁴⁶⁵

Note-se, como em tantos outros discursos pró-regime, a ideia de que o golpe teria contado com o apoio do “povo”, da maioria da população, o que evidentemente não ocorreu: ao que tudo indica, a maioria dos brasileiros assistiu passiva aos eventos de março/abril de 1964. Isso, é claro, se não superestimarmos as dinâmicas urbanas e considerarmos também a população rural, que, na época, era superior à das cidades, e se considerarmos tal passividade em termos de manifestações com impacto para além do âmbito local, e não apenas em relação à opinião e aos debates de abrangência restrita. Pois é evidente que, em casa, na igreja, no mercado, no boteco e em outros espaços de sociabilidade do mundo rural, falava-se sobre o assunto.

Assim, discursos como o de Corção confluíam no sentido da construção de uma enganadora aparência de legitimidade para o regime, por meio do obscurecimento das características de suas origens. É preciso levar em conta, entretanto, que provavelmente muitos dos mais apaixonados apoiadores do golpe e da ditadura, dos quais Corção constitui um bom exemplo, realmente *acreditavam* que a deposição de Goulart havia contado com amplo respaldo popular. Na formação dessas crenças, foram fundamentais a difusão de determinadas ideologias e o recurso a elementos de alguns imaginários, desde muito antes dos anos 1960.

Os dois capítulos assinados por Jorge Boaventura, *A batalha pela educação* e *A*

⁴⁶⁴ CORÇÃO, Gustavo. *Lembrança de um pesadelo e de um milagre...* op. cit. p. 53.

⁴⁶⁵ AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p. 2.

3. PROPAGANDA

Revolução, o atual governo e a educação, tratavam do tema educacional seguindo a mesma linha dos outros autores, com notória influência da DSN. Assim como nos demais textos do livro, a noção de subversão integrava o núcleo de sua argumentação. Tratava-se de uma inusitada tentativa de convencer os leitores de que aquele governo ditatorial era pautado por nada menos que sentimentos como a “bondade”. O perfil ‘bondoso’ do regime era, para Boaventura, consequência do que ele considerava o “caráter nacional” brasileiro:

Não obstante a cortina levantada pelos *agentes da subversão existentes nos meios educacionais*, os quais, não contentes em tentar corromper as nossas jovens e os nossos jovens e tentar lançá-los contra os próprios pais, nos quais os induziam e continuam induzindo a ver a imagem de tudo quanto possa ser estigmatizado pelos que conseguem doutrinar, levaram os nossos filhos às ruas para, em clara evidência do *caráter antinacional* dos móveis reais de tudo aquilo, induzi-los à prática de *violências e brutalidades chocantes*, desnecessárias e de todo em todo em desacordo com o *nosso caráter nacional*; não obstante toda essa onda de *verdadeiros crimes contra a família e contra a pátria*, prevaleceu no Governo, como estímulo dominante, a razão, *tão brasileira, da bondade*.⁴⁶⁶

A par da curiosa argumentação de Boaventura e de compreensíveis dúvidas sobre sua eficácia propagandística, é evidente que a educação tinha naquele contexto um papel central para o grupo no poder. Isso ficava muito claro naquele livro, onde, por meio da AERP, os dirigentes ditatoriais afirmavam seu empenho na área: “não devem, portanto, surpreender os desvelos com que se empenharam os Governos da Revolução em um extenso plano educacional, que, em todos os níveis”, haveria, segundo a obra, “de levar ao maior número as vantagens da instrução”.⁴⁶⁷

3.2.2.2 – *Revistas militares*

Também eram relevantes para o controle do campo da educação superior, de modo indireto, algumas formas de propaganda voltados para o segmento militar, atingindo assim membros do sistema de controle e dos primeiros escalões dos governos ditatoriais. Um importante meio de propaganda, nesse sentido, era a revista *A Defesa Nacional*.⁴⁶⁸ A título de

⁴⁶⁶ BOAVENTURA, Jorge. *A Revolução, o atual governo e a educação*. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p. 81.

⁴⁶⁷ AERP. *O processo revolucionário brasileiro...* op. cit. p. 2.

⁴⁶⁸ Cf.: SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional...* op. cit; SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. *A educação na revista A Defesa Nacional: 1913-1945*. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas/SP, n. 55, p. 149-167, mar/2014.

3. PROPAGANDA

exemplo, observemos o editorial de março/abril de 1968. Nele eram celebradas “duas efemérides” do que o periódico denominava “nossa Revolução”.

Uma delas, “31 de março de 1964”, correspondia ao que era definido como o “extraordinário movimento cívico-militar que uniria todos os brasileiros conscientes de suas responsabilidades”, e que teria, segundo o editorial, confinado “num campo pequeno e inexpressivo, para surpresa de muitos, os corrompidos por ideologias antinacionais ou pelos benefícios ilegítimos no uso dos dinheiros públicos”. Nota-se a caracterização do golpe como um movimento promovido ou apoiado pela maioria dos brasileiros, contra uma minoria de “subversivos” e “corruptos”. Assim, segundo a revista, “nascia a Revolução Brasileira, orientada no sentido da austeridade, das reformas e da recuperação financeira”. Observe-se ainda como, também naquele periódico, buscava-se construir uma imagem positiva do regime, supostamente pautado pelo combate à corrupção e pela promoção do desenvolvimento nacional.

A outra efeméride era o “15 de março de 1967”, quando, sempre segundo *A Defesa Nacional*, haveria iniciado “o segundo ciclo revolucionário, com a assunção do poder pelo Presidente Costa e Silva”. Em função do “trabalho de saneamento anterior”, realizado durante o primeiro governo ditatorial, Costa e Silva teria podido “traçar metas revolucionárias mais ousadas no sentido da valorização do homem brasileiro e do desenvolvimento”. Com isso, segundo o editorial, “o processo de desenvolvimento” teria sido retomado, alcançando-se ainda “o controle da inflação”, em “um clima de liberdades públicas, irrepreensível”, que teria dado a “tônica democrática ao Governo”. Na caracterização altamente positiva e otimista da revista, durante os governos Castello Branco e Costa e Silva “o princípio revolucionário de autoridade digna e moralizada prevaleceu inatacável nos altos cargos administrativos”.

A educação e a saúde eram mencionadas no editorial como as áreas em que “o 2º Governo Revolucionário” estaria enfrentando “graves problemas”. Mas, ao mesmo tempo em que reconhecia isso, assegurava:

As metas do Governo Revolucionário serão arrojadas para esses dois setores, preparando as novas gerações, física e intelectualmente, para a grande batalha do Desenvolvimento que nos colocará no rol das nações social, técnica e cientificamente mais adiantadas do mundo. Esse esforço prioritário, incidindo sobre o nosso potencial militar, representará o fortalecimento indispensável de nossa Segurança.

3. PROPAGANDA

Percebe-se aí a influência da DSN, através da noção de indissociabilidade entre segurança e desenvolvimento, bem como a importância estratégica que a educação tinha para o setor militar. Junto a isso, o editorial exemplifica bem aquela propaganda altamente otimista do regime, que estaria buscando o crescimento do país de modo a poder equiparar o Brasil às nações “mais adiantadas do mundo”.⁴⁶⁹

Em meados dos anos 1980, alguns discursos sobre a educação superior veiculados naquela revista mantinham a mesma estratégia argumentativa, como exemplifica o artigo “Educação e Segurança Nacional”, de autoria de Francisco [de Paula Gusmão] de Souza Brasil. Bacharel em Direito e Doutor em Filosofia, fizera o Curso Superior de Guerra na ESG em 1956, fora presidente da ADESG nacional na gestão 1976/1977, era membro da ESG e do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército, lecionando na Fundação Getúlio Vargas e no CEP (Centro de Estudos do Pessoal)⁴⁷⁰. Em seu texto, a relação de indissociabilidade entre segurança e desenvolvimento é defendida, atribuindo à educação papel fundamental nesse sentido. Outros traços marcantes da DSN estão ali presentes, notadamente na definição de Segurança Nacional, havendo, segundo o autor, “íntima dependência” entre esta e a Educação.⁴⁷¹

3.2.2.3 – Grupos estudantis pró-regime e “contrapropaganda”

A atuação propagandística pró-regime por parte de grupos estudantis é outro elemento fundamental para a compreensão do funcionamento daquele sistema de controle. A disseminação de panfletos criticando aqueles que eram identificados como os ‘inimigos do regime’, mais do que mera disputa por espaço político no âmbito estudantil, funcionava como importante correia de transmissão ideológica no âmbito da educação superior, atacando estudantes que ousassem criticar o regime ditatorial e buscando relacioná-los com os modelos de desvio difundidos pela propaganda oficial.

Em 1970, por exemplo, seria distribuído na UFRGS o panfleto intitulado “A

⁴⁶⁹ DUAS datas revolucionárias [Editorial]. *A Defesa Nacional*, ano 54, n. 618, mar/abr.1968, p. 3-5. Rio de Janeiro. BIBLIEX/BFD/ADN.

⁴⁷⁰ Sobre o CEP, cf. cap. 1.

⁴⁷¹ BRASIL, Francisco de Souza. Educação e Segurança Nacional. *A Defesa Nacional*, n. 711, jan/fev.1986, p. 17-30. Rio de Janeiro. BIBLIEX/BFD/ADN; cf. também a seção sobre a ADESG no cap. 4.

3. PROPAGANDA

Verdade?». Nele afirmava-se que teriam sido “encontrados documentos subversivos na UFRGS”, “trancados em uma gaveta da mesa de trabalho do recém-eleito presidente do DCE, João Ernesto Maraschin, por uma comissão nomeada para tal mister pelo Reitor”, a qual teria atuado “de maneira calma e ponderada”. Tratava-se, sempre segundo o panfleto, de uma série de folhas manuscritas, cujo conteúdo “se constituía num resumo do manual de guerrilha, adaptado para ‘campus’ universitário”. O estudante teria “confessado” a autoria, declarando que estava efetuando uma compilação de dados para pesquisa. A esta afirmação o panfleto agregava: “Ora, na UFRGS já se ensina subversão, comunismo e esquerdismo? É Maraschin quem afirma!”. Teria sido, assim, sempre na afirmação do material de propaganda, “instaurado o competente inquérito e dadas ao indiciado todas as garantias de defesa, conforme prevê o ‘famigerado’ 477”. E concluía com um alerta: “Cuidado, gente! Não banquem os ingênuos, os chamados ‘bem intencionados’..., os inocentes úteis!...”⁴⁷²

Pouco depois, em fins de agosto de 1970, Maraschin seria expurgado da UFRGS com base no DL-477. O então presidente do CEUE, Renato Peixoto Dagnino, convocaria uma Assembléia Geral Extraordinária dos estudantes de Engenharia para tratar do assunto. Esse e outro episódio acabariam levando também Dagnino a ser expurgado da universidade.⁴⁷³

Em novembro de 1970, Dagnino e outros alunos distribuíram na universidade um corajoso panfleto intitulado *Morre um estudante*, no qual questionavam os motivos da morte do estudante Ary Abreu Lima da Rosa, ocorrida em 28/out/1970, no hospital da Base Aérea de Canoas. Em 1969, Ary havia sido preso na UFRGS pelo DOPS/RS, e desde então estava desaparecido.⁴⁷⁴ Em janeiro de 1971, o reitor Eduardo Faraco determinou a abertura de inquérito contra dezoito estudantes da universidade, em função da produção e distribuição do panfleto, dentre outras acusações.⁴⁷⁵ Em 28/jan/1971, seriam expurgados da UFRGS, com

⁴⁷² *A VERDADE?* Porto Alegre, ago/1970. UFRGS/MU/CEUE.

⁴⁷³ MANSAN, Jaime Valim. “*Morre um estudante*”: expurgos estudantis, coerção e controle na UFRGS em tempos de ditadura (1964-1974). 60 f. Monografia - Bacharelado em História. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. p. 34-37.

⁴⁷⁴ MATZEMBACHER, Luiz Oscar. O Decreto 477 e a morte de um estudante. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Org.). *UFRGS: Identidade e memórias*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1994. p. 148.

⁴⁷⁵ Os estudantes acusados eram: Luiz Oscar Matzembacher (presidente do DCE e estudante de Ciências Sociais); Renato Peixoto Dagnino (presidente do CEUE); Renato Severo de Miranda (representante do DAECA, diretório acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas); Luis Carlos Santana (representante do CAFDR, Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da Faculdade de Filosofia); Helena Maria de Araújo Antunes (representante do C.A. da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação); Eliane Maria Silva Palma e Joel Augustin (representantes do C.A. da Faculdade de Direito); João Antônio Silva Rosa (representante do

3. PROPAGANDA

base no DL-477, os estudantes Luiz Oscar Donat Matzenbacher, Renato Severo de Miranda, Luiz Carlos Santana e Renato Peixoto Dagnino. Outros estudantes receberiam penas relativamente mais brandas, como suspensões e advertências.⁴⁷⁶

Um panfleto, supostamente elaborado pela “UNE – Setor do Rio Grande do Sul”, atacaria Dagnino e outros estudantes perseguidos naquele processo repressivo, associando-os a uma série de comportamentos considerados por alguns como desviantes, como o uso de drogas, a liberdade sexual e, é claro, a oposição ao regime:

DENÚNCIA

A UNE – setor do Rio Grande do Sul, agora inteiramente voltada para a luta do restabelecimento da verdadeira democracia, vem denunciar, aos universitários e ao povo em geral que conhecidos “moleques arruaceiros”, intitulado-se de patriotas, vêm novamente agitando o nosso meio universitário. Tais elementos, como Maraschin, Calmon, Chinês Peng, Matzenbacher, Dagnino, Miranda, Tacht e Stefaniak, a soldo de potências estrangeiras, utilizando mentiras descabidas e chavões caducos, arrogando-se falsamente de defensores de *terroristas* e *subversivos*, presos pela repressão, nada mais almejam do que entregar o Brasil ao *Kremlin*.

Basta! Suas concepções políticas e ideológicas são por demais conhecidas.

Agora, verifiquem:

Suas lideranças são discutíveis. “Filhinhos de papai”, com “fucas envenenados”, com calças Lees apertadinhas nos “popôs”, com bolsos cheios de dólares e tóxicos, “melenas” suspeitas, e acompanhados de histéricas e insatisfeitas camaradas “virgens” jamais poderão ser considerados porta-vozes do pensamento universitário gaúcho.

Abaixo os oportunistas!

UNE.⁴⁷⁷

Em setembro de 1973, estudantes do DAECA organizaram uma manifestação contra o golpe de Estado que então estava ocorrendo no Chile. Em função disso, o DOPS/RS lacrou no dia seguinte as portas do diretório acadêmico, o *JornalEco* (periódico estudantil produzido pelo diretório) foi proibido de circular e cópias foram recolhidas. Junto a tudo isso, um processo interno com base no DL-477 foi aberto, por ordem do reitor Ivo Wolf, contra o presidente do DAECA, Cezar Busatto, e outros estudantes, que acabaram ao final sendo

C.A. da Escola de Educação Física); Régis Antônio de Souza Leal (representante do C.A. da Faculdade de Odontologia); Ernani Bento Bandarra; Dirceu José Carneiro; Amilcar Adami; Eloir Paulo Scheukel; Remi José Sterzlecki; Úrsula Dorotéia Mielke; Elizabete da Cruz Nunes; Paulo Ricardo Stefaniak e Deodato Gomes. UFRGS. Reitoria. *Portaria n° 07/71*. 06/jan/1971. UFRGS/MU/CEUE.

⁴⁷⁶ DEFESA apresentada por Nereu D’Ávila, advogado dos estudantes acusados, ao prof. Danilo Luiz Krause, encarregado do processo sumário. s/d [1970]; *EDITAL de convocação*, 31/ago/1970. UFRGS/MU/CEUE.

⁴⁷⁷ UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Setor Rio Grande do Sul. *Denúncia*. Porto Alegre, s/d [1971?]. UFRGS/MU/CEUE.

3. PROPAGANDA

absolvidos.⁴⁷⁸ Em panfleto anônimo (assinado por “Um grupo de estudantes da UFRGS”) distribuído na época na universidade, afirmava-se:

Vocês já viram no ‘Jornaleco’ algum artigo que falasse bem de nosso país? Mas elogios a países socialistas e esquerdistas, isto vocês vêem em todas as edições. (...) Se esses caretas têm medo de se dirigir pessoalmente aos diretores ou reitores, para defenderem nossos interesses, é bom mesmo que não continuem a jogar fora papel e tinta. É melhor que feche. E já fecha tarde.⁴⁷⁹

Evidentemente, é preciso ter em conta que tais panfletos bem poderiam ter sido uma ação de “contrapropaganda” de órgãos como a ASI/UFRGS. Pesa a favor dessa hipótese a semelhança do material com os casos descritos por Motta.⁴⁸⁰ De qualquer modo, independentemente de terem sido elaborados por grupos estudantis pró-regime, pela ASI/UFRGS ou mesmo por desafetos dos estudantes acusados, o que importa aqui são os possíveis *efeitos de propaganda* que tais panfletos possam ter produzido.

Embora todas essas ações de propaganda (ou com efeitos de propaganda), com ação difusa ou específica, fossem fundamentais para a sustentação ideológica do regime, assumo aqui a premissa de que esses agentes (com exceção das ASI), ainda que fossem *colaboradores* importantes para a manutenção daquela ordem social, *não integravam aquele sistema de controle social*. Essa é a principal razão pela qual a atuação daqueles órgãos e agentes não é analisada em profundidade aqui, mas apenas mencionada. Optei por focar a ação propagandística feita por órgãos integrantes do sistema de controle. Daí a escolha por centrar a análise em dois dos principais canais de ação propagandística utilizados pela Agência Nacional, na medida em que a atuação da AERP/ARP já se encontra suficientemente caracterizada no citado estudo de Fico e, em sentido inverso, a análise das assessorias de imprensa, diferentemente do caso da Agência Nacional, apresentaria notória dificuldade em

⁴⁷⁸ Pesou bastante a ampla mobilização de apoio aos perseguidos, que incluiu um abaixo assinado com cerca de três mil assinaturas e diversas cartas abertas de solidariedade, oriundas do setor jovem do MDB-RS, de diretórios acadêmicos de IES gaúchas (como a UNISINOS, a Faculdade de Teologia Cristo Rei e a Universidade de Caxias do Sul) e de outros estados (como a UFMG, a UFSCar e a USP). A mobilização estava sendo acompanhada atentamente pelos órgãos de vigilância, como indicado no cap. 1, seção 1.4.1.4. UFRGS/MU/CEUE. Cf. também: BUSATTO, César. Experiências vividas na Faculdade de Economia reforçaram meus ideais de democracia e justiça social. In: ACCURSO, Cláudio Francisco et al. (Org.). *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 102; GUIMARAENS, Rafael; BORTOT, Ivanir José. *Abaixo a repressão! Movimento estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.

⁴⁷⁹ Trecho de um panfleto anônimo a favor do fechamento do DAECA em 1973. UFRGS/MU/CEUE.

⁴⁸⁰ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. cap. 5.

termos de fontes.

3.2.3 – A Agência Nacional

Criada oficialmente pelo Decreto-lei nº 7.582, de 25/mai/1945, a Agência Nacional surgia então como um órgão do Departamento Nacional de Informações (DNI), o qual o referido decreto instituiu em substituição ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).⁴⁸¹ A atribuição da Agência Nacional, segundo o Art. 14 daquela norma, era fazer a “distribuição de noticiário e serviço fotográfico, *em caráter meramente informativo*, à imprensa da Capital e dos Estados”. Observe-se que as atividades então atribuídas à Agência Nacional já vinham sendo executadas pelo menos desde 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, substituído em dezembro de 1939 pelo DIP. Em contrapartida, o fato daquele decreto-lei determinar que a atuação da Agência Nacional deveria ter “caráter meramente informativo” assinala intenção de diferenciar o trabalho do DNI daquele que cumprira o DIP, principal órgão de propaganda e censura do Estado Novo. Poderia tratar-se de efetiva busca por mudança de práticas ou apenas de uma tentativa de construir para o novo órgão uma imagem positiva, demarcando sua diferença em relação ao anterior, marcado por fazer notória propaganda de um regime ditatorial.⁴⁸²

Já no ano seguinte, o DNI foi desativado. A Agência Nacional, contudo, foi mantida, passando à alçada do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O Decreto-lei nº 9.788, de 06/set/1946, mantinha a determinação de que aquela agência deveria ter “uma *função meramente informativa* das atividades nacionais em todos os setores” (Art. 3). Além disso, estabelecia como competência da agência “ministrar ao público, aos particulares, às associações e à imprensa toda sorte de informações sobre assuntos de interesse da nação, ligados à sua vida econômica, industrial, agrícola, social, cultural e artística” (Art. 3), e “manter o jornal cinematográfico de caráter noticioso e o boletim informativo radiofônico de

⁴⁸¹ Jorge Duarte afirma que a Agência Nacional teria sido criada em 1937, por portaria do Ministério da Justiça. DUARTE, Jorge. Gabinetes de Imprensa da Presidência: da Proclamação às vésperas do golpe. In: SINGER, André et. al. (orgs). *No Planalto, com a Imprensa: entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes – de JK a Lula*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana; Brasília: Secretaria de Imprensa/Presidência da República, 2010. p. 11-21. p. 12.

⁴⁸² Sobre a propaganda durante o Estado Novo, cf.: CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 167-178.

3. PROPAGANDA

irradiação para todo o país” (Art. 4).

Após o golpe de 1964, vários órgãos, como dito antes, foram assimilados pelo sistema de controle social constituído a partir de então para sustentação do novo regime. A Agência Nacional foi um deles. Integrada ao novo sistema de controle social, tornou-se um dos principais órgãos de propaganda do regime. Em 1979, no contexto da transição, a agência passou a ser chamada Empresa Brasileira de Notícias.

Quadro 3 - Agência Nacional e órgãos correlatos anteriores e posteriores

Período	Órgão	Subordinação
1934-1939	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural	Ministério da Justiça
1939-1945	Departamento de Imprensa e Propaganda	Presidência da República
1945-1946	Departamento Nacional de Informações	Ministério da Justiça
1946-1967	Agência Nacional	Ministério da Justiça
1967-1979	Agência Nacional	Gabinete Civil da Presidência da República
1979	Agência Nacional	Secretaria de Comunicação da Presidência da República
1979-1988	Empresa Brasileira de Notícias	Ministério da Justiça

Fonte: *GUIA de pesquisa Arquivo Nacional/RJ*. AN-RJ/AN. p. 6.

* * *

3.3 – BOLETINS DIÁRIOS À IMPRENSA

O envio sistemático de material informativo oficial à imprensa remonta, pelo menos, aos anos 1930, quando a Secretaria da Presidência da República realizava tal atividade.⁴⁸³

Nos anos 1960, a Agência Nacional enviava dezenas de páginas de informações aos principais jornais do país. Elaborados pelo Serviço de Documentação daquela agência, os “boletins diários à imprensa” eram compostos por três seções: “fatos de interesse

⁴⁸³ DUARTE, Jorge. Gabinetes de Imprensa da Presidência... op. cit. p. 12.

3. PROPAGANDA

jornalístico”, “fatos históricos” e “noticiários”, geralmente apresentados nessa ordem.

Em “fatos de interesse jornalístico”, a agência comunicava uma agenda oficial para os dias seguintes, com as chamadas para pronunciamentos de figuras de proa do regime, conferências, solenidades, exposições etc.

Na sequência, os boletins apresentavam uma lista dos “fatos históricos” vinculados àquela data. A elaboração daquelas seleções de efemérides era calcada em noções típicas de uma historiografia muitas vezes definida, não sem controvérsias, como “positivista”.⁴⁸⁴ Via de regra, os “fatos históricos” listados pela agência faziam referência ao nascimento ou falecimento de ‘figuras ilustres’, bem como a batalhas e ‘grandes feitos’. Outros correspondiam àquilo que popularmente é chamado de “curiosidades”, como a indicação de que, em 1823, d. Pedro I sofrera “uma queda de cavalo, próximo à Quinta da Boa Vista”.⁴⁸⁵ Em sua maioria, inscreviam-se nos períodos colonial ou imperial da história do Brasil.

A terceira seção dos boletins, composta pelos “noticiários”, compunha a maior parte dos compêndios. Subdividia-se conforme os diversos órgãos públicos dos quais tratava: Presidência da República, ministérios civis e militares, órgãos do Legislativo, do Judiciário e uma série de outros órgãos e empresas públicas, como a Rede Ferroviária Federal e a Petrobrás, por exemplo. Ao final, na seção de “noticiários”, eram divulgadas também “notícias culturais”, como exposições e concursos de música, e “notícias do exterior”, como conferências sobre línguas estrangeiras promovidas no país pela UNESCO. Em vários casos, acompanhavam as notícias fotos produzidas pela agência.

Em relação à *forma* do material distribuído à imprensa, não havia, portanto, diferenças significativas em relação aos padrões de qualquer agência de notícias da época. Tratava-se de atividade que já vinham desempenhando desde muito antes de 1964. A especificidade dos *conteúdos* dos boletins da Agência Nacional é que torna a análise daquela fonte relevante para esta tese. Se na forma e nos métodos de trabalho não houve mudanças essenciais após o golpe, quando a direção do órgão foi entregue ao general Otávio Alves Velho, o mesmo não pode ser dito em relação aos conteúdos veiculados pela agência. Ali a ruptura parece ter sido

⁴⁸⁴ Compartilho aqui das críticas a certos usos do termo feitas por Silvia Petersen no texto: “Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica”. In: GRAEBIN, Cleusa M. G.; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Canoas, RS: La Salle, 1998. p. 31.

⁴⁸⁵ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 29/jun/1964*. Seção Fatos Históricos. AN-RJ/AN, Lata 393.

3. PROPAGANDA

significativa.⁴⁸⁶

A documentação remanescente da Agência Nacional (e órgãos que a antecederam na função) está atualmente sob os cuidados do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Abrange o período 1935-1972 e constitui-se de 524 latas. Os boletins diários integram a subsérie *Imprensa*, componente da série *Noticiário*. A subsérie *Imprensa* é composta por 320 latas, dentre elas quatro com discursos de presidentes e ministros (todos anteriores a 1964 – latas nº 494-497), cinco com índices dos noticiários (latas nº 519-523 – duas delas relativas ao período 1964-1969, mas sem informações que justificassem seu uso nesta pesquisa) e uma lata (nº 524) com biografias resumidas de políticos e outros indivíduos ligados ao regime. De 1964 até 1969, marco temporal final da subsérie, há 106 latas. Grosso modo, cada lata contém o material referente a uma quinzena de boletins. Ao que tudo indica, os boletins eram enviados invariavelmente de segundas a sextas e, eventualmente, também nos fins-de-semana (assinalados com a indicação “plantão” no cabeçalho), quando algum evento especialmente importante demandava cobertura, como pronunciamentos do presidente ou de algum ministro.⁴⁸⁷

Dada a extensão do conjunto documental, optei inicialmente por uma amostragem de 10%: analisei 11 latas (sem contar as dos índices e das biografias), escolhidas aleatoriamente mas com uma distribuição razoavelmente proporcional ao longo do período (latas nº 387, 393, 399, 410, 419, 430, 445, 461, 474, 487 e 493). Destas, diferentemente do que indicava o instrumento de pesquisa, também continham apenas índices de boletins diários as latas nº 393, 487 e 493, referentes aos anos 1965 e 1966. A lata nº 387 continha apenas boletins de janeiro de 1964 e por isso não foi incluída na série; entretanto, foi feita uma “leitura flutuante”, de maneira a poder comparar seu conteúdo com o dos boletins posteriores a abril, verificando eventuais permanências ou rupturas. Como comentado, parece ter havido significativas permanências na forma e notória ruptura no conteúdo. Ao que tudo indica, o período em torno do golpe correspondeu a uma forte queda na produção média dos noticiários, provavelmente

⁴⁸⁶ Como indicado na Introdução, para a análise das fontes utilizadas neste capítulo, busquei inspiração nas proposições de autores que teorizam sobre a metodologia comumente denominada *Análise de Conteúdo*, adaptando suas sugestões para as especificidades desta pesquisa nos aspectos em que isso pareceu-me adequado. Cf.: BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo...* op. cit.; MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa...* op. cit.; MORAES, Roque. *Análise de conteúdo...* op. cit.

⁴⁸⁷ Cf., por exemplo: AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 27/dez/1969*. AN-RJ/AN, Lata 493: visita de Jarbas Passarinho à cidade de Ipojuca, interior de Pernambuco em 26/dez/1969, divulgada pela agência no boletim do dia seguinte (um sábado).

3. PROPAGANDA

relacionada com a mencionada troca de direção após a deposição de Jango.⁴⁸⁸

Quadro 4 - Boletins Agência Nacional – distribuição temporal da amostragem

Lata nº	Ano	Mês	Dias
393	1964	Junho	18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30
399	1964	Outubro	1, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 15
410	1965	Junho	1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 14, 15
419	1965	Novembro	16, 17, 18, 20, 24, 26, 29
430	1966	Agosto	1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12
445	1967	Maio	18, 19, 24, 29, 30
461	1968	Maio	16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 31
474	1968	Dezembro	16, 17, 18, 19, 21, 27, 30, 31
487	1969	Agosto	15, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28
493	1969	Dezembro	1, 2, 4, 8, 12, 13, 16, 23, 24, 27, 30

As notícias avaliadas, em sua maior parte, integravam a seção dos boletins correspondente ao MEC. Contudo, informações direta ou indiretamente relacionadas com a educação superior eventualmente também eram divulgadas em outras seções, como na da Presidência da República, por exemplo. Nesses casos, tais seções também foram analisadas. A oscilação no número de dias amostrados deve-se sobretudo ao fato de que não estão incluídos aqueles em que não foram identificadas matérias relacionadas com o tema de pesquisa, contribuindo também para isso, mas em sentido oposto, a ocorrência de plantões em fins-de-semana.

Os núcleos de sentido identificados nas notícias avaliadas foram agregados em cinco categorias: A) construção da imagem do inimigo; B) construção da imagem do regime; C) amedrontamento; D) difusão de modelos comportamentais; E) ação informativa.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ Para tal inferência, observei que, projetando a produção média do período jun/1964 a dez/1969 retroativamente a jan/1964, a lata com material da primeira quinzena de junho deveria ser a 397, e não a 393, como verificado. Para avaliar tal dado com precisão, teria sido necessário solicitar todas as caixas entre a 387 e a 393, o que optei por não fazer, dada a limitação de tempo disponível para pesquisa naquele arquivo e o caráter relativamente secundário da informação para os objetivos desta tese.

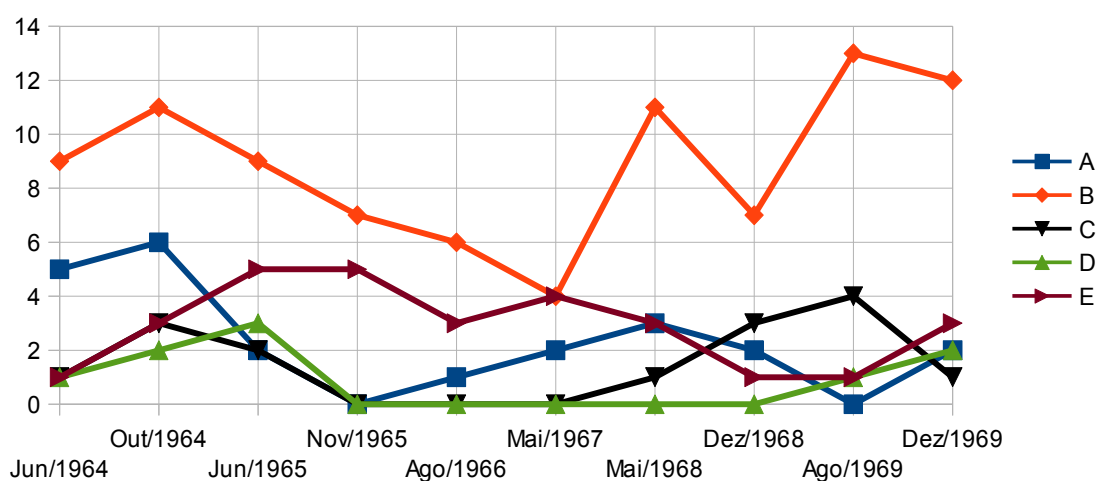
⁴⁸⁹ Para dados detalhados da análise, cf. Apêndice B.

3. PROPAGANDA

Tabela 1 - Sumários da Agência Nacional (núcleos de sentido, por categoria)

Núcleos de sentido identificados por categoria							
Data	A	B	C	D	E	TOTAIS (por período)	(%)
Jun/1964	5	9	1	1	1	17	10,3
Out/1964	6	11	3	2	3	25	15,2
Jun/1965	2	9	2	3	5	21	12,7
Nov/1965	0	7	0	0	5	12	7,3
Ago/1966	1	6	0	0	3	10	6,1
Mai/1967	2	4	0	0	4	10	6,1
Mai/1968	3	11	1	0	3	18	10,9
Dez/1968	2	7	3	0	1	13	7,9
Ago/1969	0	13	4	1	1	19	11,5
Dez/1969	2	12	1	2	3	20	12,1
TOTAIS (por categoria)	23	89	15	9	29	165	100,0
(%)	13,9	53,9	9,1	5,5	17,6	100,0	

Fonte dos dados: AN-RJ/AN.

Gráfico 1 - Sumários da Agência Nacional (distribuição temporal dos núcleos de sentido, por categoria)

Categorias:

- A) construção da imagem do inimigo;
- B) construção da imagem do regime;
- C) amedrontamento;
- D) difusão de modelos comportamentais;
- E) ação informativa.

Fonte dos dados: AN-RJ/AN.

3.3.1 – Construção da imagem do inimigo

A primeira categoria identificada a partir da análise dos núcleos de sentido trata dos esforços no sentido da construção da imagem do inimigo, o “subversivo”, por vezes referido também como “comunista”, “esquerdista” etc. A par desses usos cotidianos um tanto intercambiantes por parte de muitos agentes do sistema de controle, havia diferenças entre tais noções no âmbito das teorias elaboradas de forma um pouco mais consistente, como as da ESG, para as quais “comunistas”, “esquerdistas”, “terroristas” etc. eram *tipos* de “subversivos”.

Na composição de tal imagem também era importante a noção de “corrupção”, que possuía um sentido convenientemente difuso, podendo ser usada em referência tanto a desvios de verbas etc. quanto a comportamentos então considerados como anormais por agentes do regime (como a homossexualidade ou o uso de drogas ilícitas).

Ao construir a imagem do inimigo, indiretamente o regime também construía a sua. Em algumas notícias isso era especialmente evidente. Em junho de 1964, por exemplo, a agência divulgava íntegra do discurso de Castello na Universidade do Ceará, no qual, dentre outros pontos, ele criticava fortemente a situação da educação no governo Jango:

É de conhecimento de todos a grave e lamentável situação que a Revolução encontrou no setor da educação, onde o poder público não pecou apenas pela *omissão*, mas também pela *complacência* e, por vezes, pela *ação deletéria*. Era com a própria *orientação*, com o *apoio ostensivo* e, mais do que isso, com a *ajuda perdulária do Ministério da Educação e Cultura*, que se desenvolvia uma obra de *agitação e subversão*.⁴⁹⁰

Desqualificando o governo deposto, caracterizando-o como incentivador da “subversão”, Castello tentava justificar, em consequência, seu governo e a ação daqueles que, como ele, haviam perpetrado o golpe e instaurado a ditadura.

A noção de subversão tinha grande centralidade em seu discurso, com várias outras referências explícitas. Mais adiante, afirmava:

Se ao professor não cabe fazer *proselitismo* com o objetivo de *impor ideias ou ideologias*, ao estudante compete *não ficar a serviço de qualquer grupo*, servindo

⁴⁹⁰ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 23/jun/1964*. Visita do Presidente da República ao Ceará: discurso do Presidente da República na Universidade do Ceará. AN-RJ/AN, Lata 393.

3. PROPAGANDA

por vezes de *joguete* nas mãos dos que desejam a *subversão*. É preciso não marcar a vida do estudante de hoje, *possivelmente o dirigente de amanhã*, com a vinculação à *subversão*, à *corrupção*, ou à *vadiagem onerosa dos falsos movimentos estudantis*.⁴⁹¹

Esse trecho é bastante interessante para a análise, pois mobiliza várias imagens frequentes nos discursos favoráveis ao regime. Fundamentados na ideia de subversão e, de modo complementar, nas noções de corrupção⁴⁹² e vadiagem, definiam imagens dos modelos de comportamento considerados desviantes: o professor que faz proselitismo, o estudante que serve de ‘inocente útil’ (“joguete”) e os “falsos movimentos estudantis” (ou seja, aqueles que “se envolviam com política”). Junto a isso, há a presença da concepção elitista de educação superior que então predominava: o estudante universitário como liderança embrionária. Incapaz de discernir com clareza o certo do errado, tal futuro líder deveria, segundo aquela linha de pensamento, ser protegido de influências ideológicas consideradas nocivas ao país.

De maneira análoga, o então ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, em discurso no 5º Fórum Nacional de Reitores, afirmava perante 33 reitores de universidades públicas e particulares que “a revolução comunista só se fará pela Universidade inautêntica”, e que “os comunistas” buscariam, através da “massificação do estudante” e da “omissão do professor”, “fazer surgir da Universidade o estado comunista”. Seguindo o mesmo padrão discursivo de Castello de tentar afirmar-se pela desqualificação do governo deposto, Suplicy teria dito que, “para perturbar o entendimento dos desavisados”, os “comunistas” teriam promovido “campanha insidiosa em torno de uma reforma universitária que, desde logo, arregimentou estudantes, alimentados pela generosidade própria dos moços, e teóricos pedantes”, os quais, nas palavras do ministro, “não podiam deixar de lado a oportunidade de demonstrar, pelas colunas dos jornais e tribunas de paraninfo, conhecimento do pensamento universitário estrangeiro, por eles mal digerido”.⁴⁹³

No mesmo fórum, Castello fez o discurso de encerramento, divulgado na íntegra pela Agência Nacional. A universidade, para o ditador, tinha “a missão de impulsionar o

⁴⁹¹ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa*, 23/jun/1964... op. cit.

⁴⁹² Ao mesmo tempo em que buscavam caracterizar o governo deposto como corrupto, apresentavam-se como rigorosos contra a corrupção e exigentes quanto à transparência das contas públicas. Cf.: AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa*, 06/out/1964. MEC exige de seus serviços rigorosa prestação de contas. AN-RJ/AN, Lata 399.

⁴⁹³ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa*, 09/out/1964. Instalado o quinto Fórum Nacional de Reitores. AN-RJ/AN, Lata 399.

3. PROPAGANDA

desenvolvimento do país” e de “formar e preparar a consciência democrática das novas gerações”. Também reforçava a ideia de que “subversivos” estariam manipulando “inocentes úteis” entre estudantes: “[no movimento estudantil] existem setores vinculados à subversão. Cumpre localizá-los e detê-los”. E conclamava reitores e professores ao combate a tais “subversivos”:

Aos reitores e professores, graças à autêntica posição de liderança no meio estudantil, deverá caber a importante missão de tornar irrelevante, se não insignificante, a ação deletéria dos que se encontram, não a serviço da classe acadêmica ou das aspirações nacionais, mas inspirados pelo desejo de subverter e destruir.⁴⁹⁴

Durante o governo seguinte, a prática continuou. Em discurso de Costa e Silva transmitido pela Agência Nacional em cadeia nacional de rádio e televisão logo após a imposição do AI-5, tentava-se justificar tal medida afirmando que teria sido feita com vistas “à manutenção da ordem pública”, “à defesa da segurança individual e coletiva dos cidadãos”, “à continuidade do esforço construtivo do setor público e das áreas privadas da economia nacional” e “ao resguardo das instituições basilares da democracia”.⁴⁹⁵

De modo análogo ao realizado por Castello e Suplicy nos discursos citados, Costa e Silva buscava justificar a medida arbitrária caracterizando-a como reação a um contexto de “subversão”, no qual, em suas palavras, “instigavam-se grupos estudantis desavisados”, “repetiam-se os atos de terrorismo nos grandes centros urbanos”, “rearticulavam-se escancaradamente as forças vencidas pela Revolução de 1964” e “a tribuna do Congresso convertia-se em vazadouro do ódio e da calúnia contra as Forças Armadas”. Tratava-se, uma vez mais, de tentativa de definir-se e justificar-se através da caracterização do inimigo.⁴⁹⁶

Tais notícias tinham potencial para contribuir com a formação e consolidação do mito da “Revolução Democrática”, referida no início da Introdução. Tratava-se da ideia de que o golpe e o regime ditatorial instaurado por meio dele teriam a finalidade de preservar a democracia no Brasil.

Vários dos discursos favoráveis à ditadura iam além da mera negação do inimigo,

⁴⁹⁴ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 10/out/1964*. Discurso do Presidente da República no Fórum de Reitores. AN-RJ/AN, Lata 399.

⁴⁹⁵ Id. *Boletim diário à imprensa, 31/dez/1968*. A palavra do presidente na última noite de 1968. AN-RJ/AN, Lata 474.

⁴⁹⁶ Ibid.

3. PROPAGANDA

conjuntamente caracterizando o regime de modo favorável, sobretudo ao defini-lo como marcado indelevelmente pelo “desenvolvimento nacional”. Nesse sentido, é emblemática a afirmação do então ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho que, na visita a Ipojuca, interior de Pernambuco, teria afirmado que as pessoas que desejassem “trabalhar pelo desenvolvimento do Brasil” seriam “aceitas”, ao passo que seriam “combatidos” aqueles que quisessem “o terror e a subversão”.⁴⁹⁷ Embora a imagem negativa dos “subversivos” estivesse presente, o tom era dado pela tentativa de construir uma imagem positiva e otimista daquela ditadura. Essa forma de propaganda esteve presente na maioria das notícias da agência relacionadas com educação superior, inscrevendo-se em um conjunto de discursos disseminados por aquele órgão e pautados pela construção de uma imagem positiva do regime.

3.3.2 – Construção da imagem do regime

Mais da metade dos núcleos identificados tinham em comum, assim, atuarem essencialmente no sentido da construção de uma imagem positiva e otimista para o regime. Na maioria dos casos, através da divulgação de notícias sobre o governo vigente, associando-o à imagem do “desenvolvimento”. Uma concepção bastante específica de desenvolvimento, que teve como uma de suas principais consequências o forte aprofundamento da desigualdade social no país, processo que remontava ao período colonial, mas que foi acentuado significativamente após o golpe de 1964, como demonstra o estudo de Renato Colistete a partir do caso do setor industrial.⁴⁹⁸

⁴⁹⁷ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 27/dez/1969*. Visita do Ministro da Educação. AN-RJ/AN, Lata 493.

⁴⁹⁸ Como o autor assinala: “A distribuição entre salários e lucros industriais variou significativamente, mas apresentou uma tendência de aumento da desigualdade nas décadas de 1940 e 1950. (...) O período que se inicia em 1964 reafirmou e aprofundou a tendência de aumento da desigualdade entre lucros e salários industriais. (...) Comparada à situação existente no início do regime militar, a distribuição da renda industrial em 1978 ainda se manteve significativamente mais desigual do que catorze anos antes (...). Tais resultados sugerem que explicações da evolução desigual da distribuição entre lucros e salários industriais no Brasil do pós-guerra necessitam levar em conta, em primeiro lugar, as causas do desempenho notável da produtividade do trabalho a partir de meados da década de 1950. Aparentemente, a rápida diversificação industrial no Brasil no pós-guerra não se limitou apenas a uma expansão quantitativa, tendo havido ganhos importantes em termos de *eficiência nos processos produtivos* que se traduziram nos aumentos observados da produtividade do trabalho. Em segundo lugar, é necessário buscar compreender as *causas institucionais e políticas* que impediram que os ganhos de produtividade fossem repassados aos trabalhadores industriais, como aconteceu em outras sociedades no pós-guerra. *Desde o final da Segunda Guerra Mundial até o início da década de*

3. PROPAGANDA

Tendo em vista a formação de apoios sociais junto aos agentes do campo da educação superior, buscava-se justificar as políticas públicas implementadas na área. Uma das principais estratégias discursivas adotadas nesse sentido era a difusão de notícias sobre o “desenvolvimento” na área: acordos internacionais, aumento do número de vagas, investimentos em infraestrutura, construção de novas faculdades etc. Em outubro de 1964, por exemplo, a agência anunciava a criação da Escola de Arquitetura do Ceará.⁴⁹⁹ De fato, a criação de instituições de educação superior foi um dos aspectos relativamente positivos da ação do regime com vistas ao desenvolvimento educacional no país. Entretanto, é preciso ter em conta que tal desenvolvimento não contribuiu com a diminuição da desigualdade social, muito pelo contrário. Se houve crescimento de modo geral, este deu-se sobretudo no âmbito da iniciativa privada, em parte em função dos fortes incentivos concedidos a esse setor pelos governos ditatoriais. As políticas educacionais então praticadas, ainda que com diferenças secundárias de governo para governo, compartilhavam um núcleo que era integrado, dentre outras concepções, por uma percepção de que as universidades públicas deveriam ser destinadas à formação de uma elite intelectual, de um conjunto seleto de líderes para o país, restando aos demais a opção entre pagar seus próprios estudos ou, não havendo essa possibilidade, resignar-se a uma formação de nível médio.⁵⁰⁰

Seguindo a mesma linha de propaganda exaltadora das ações dos governos ditatoriais, em junho do ano seguinte afirmava-se, em um boletim da Agência Nacional, que o MEC iria distribuir dez milhões de cadernos. A notícia, que retratava ação voltada primordialmente para a educação básica, indiretamente também poderia ter efeitos importantes sobre agentes do campo da educação superior e da sociedade como um todo, ao divulgar investimento público em educação.⁵⁰¹ Na mesma linha, mas diretamente relacionada com a educação superior,

1960, um padrão altamente conflitivo das relações de trabalho parece ter minado as bases para uma acomodação de interesses entre trabalhadores organizados e industriais que permitisse combinar rápido crescimento econômico com uma distribuição mais igualitária da renda. A resolução do conflito distributivo deu-se por meio de uma mudança radical do sistema político em 1964 que consolidou tendências seculares de profunda desigualdade na distribuição da riqueza e da renda no Brasil”. COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978. Revista de Economia Política, v. 29, n. 4, São Paulo, Out/Dez. 2009. Cf. também: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984)... op. cit; MENDONÇA, Sônia R. de; FONTES, Virgínia M. História do Brasil Recente: 1964-1980. São Paulo: Ática, 1988.

⁴⁹⁹ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 05/out/1964*. Escola de Arquitetura do Ceará. AN-RJ/AN, Lata 399.

⁵⁰⁰ MINTO, Lalo Watanabe. *O público e o privado nas reformas do ensino público brasileiro...* op. cit.

⁵⁰¹ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 14/jun/1965*. MEC distribuirá dez milhões de cadernos.

3. PROPAGANDA

atuava uma notícia veiculada em dezembro de 1969, por meio da qual afirmava-se que a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, brevemente iria dispor de uma biblioteca “líder na América Latina em assuntos de Agronomia e Veterinária”, por meio da “inclusão de tal iniciativa no financiamento do Programa MEC-BID”.⁵⁰² Um ano antes, pouco depois da imposição do AI-5 à sociedade, notícia semelhante havia sido divulgada, afirmando que a Universidade do Ceará receberia verbas do BID.⁵⁰³

Outra recorrente forma de indiretamente exaltar o regime era a divulgação de certas atividades realizadas por presidentes e ministros. Em outubro de 1964, por exemplo, divulgava-se notícia de que Suplicy estaria acompanhando pessoalmente as atividades do Conselho Federal de Educação e teria manifestado “confiança do governo” naquele órgão. É plausível supor que tais mensagens contribuíssem com a construção de uma imagem positiva para o ministro, como político ativo e diretamente envolvido com as questões atinentes a sua área de responsabilidade, disseminando também uma aparência de harmonia e cooperação entre os membros do governo.⁵⁰⁴

Nessa mesma linha, eram especialmente relevantes, como potenciais meios de propaganda sobre a educação superior, as notícias sobre a participação de membros do governo em atividades acadêmicas. Em agosto de 1969, por exemplo, a agência divulgava a presença em Uberlândia do ministro da Justiça, prof. Gama e Silva, onde, dentre outras atividades, participaria da Semana de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito daquela cidade, proferindo a conferência de encerramento.⁵⁰⁵

A importância que as formaturas da ESG sempre tiveram para os militares foi projetada por órgãos de propaganda como a Agência Nacional para o restante da sociedade, através de sistemáticas notícias da participação de membros do governo em tais solenidades. Em dezembro de 1968, menos de uma semana depois da entrada em vigor do AI-5, a agência

AN-RJ/AN, Lata 410.

⁵⁰² AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 04/dez/1969*. Viçosa terá maior biblioteca especializada do continente. AN-RJ/AN, Lata 493.

Sobre a atuação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e de órgãos análogos após 1964 no Brasil, ver: MINTO, Lalo Watanabe. *As reformas do ensino superior no Brasil...* op. cit. p. 94-98.

⁵⁰³ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 27/dez/1968*. A Universidade do Ceará recebe do BID. AN-RJ/AN, Lata 474.

⁵⁰⁴ Id. *Boletim diário à imprensa, 05/out/1964*. Ministro reafirmou a confiança do governo no Conselho Federal de Educação. AN-RJ/AN, Lata 399.

⁵⁰⁵ Id. *Boletim diário à imprensa, 15/ago/1969*. Gama e Silva em Uberlândia. Acervo AN-RJ/AN, Lata 487.

3. PROPAGANDA

noticiava a participação de vários membros do governo e da cúpula militar na formatura de estagiários da ESG, dentre eles o Presidente da República, que presidia a diplomação.⁵⁰⁶ A escola, que antes do golpe já era reconhecida como o principal centro intelectual do país na área militar, recebeu um incremento considerável em seu status. Boa parte desse reconhecimento era transferido para seus alunos e ex-alunos, fazendo com que a imagem de poder associada a um diploma da ESG tivesse recebido após 1964 um forte aumento.⁵⁰⁷

Outra forma de exaltação indireta do regime eram as concessões de homenagens a membros do governo. Muitas universidades concederam vários títulos de *Doutor Honoris Causa* a ditadores e ministros, aproveitando-se do que já era uma tradição no meio acadêmico para aproximar-se do grupo no poder. Aos homenageados, havia um ganho simbólico significativo, sobretudo na medida em que tais homenagens eram amplamente divulgadas por órgãos de propaganda oficial como a Agência Nacional, projetando junto à sociedade a ideia de que eram bem vistos no meio universitário.⁵⁰⁸ A concessão de medalhas e honrarias por outras entidades cumpria função semelhante, ainda que talvez com impacto simbólico menor.⁵⁰⁹

3.3.3 – Amedrontamento

A terceira categoria dizia respeito às notícias com potencial para disseminar o medo junto à população. Indicando a proximidade deste grupo com a categoria “A”, um dos temas frequentemente noticiados pelos boletins eram os resultados dos processos punitivos contra os “subversivos”. Um exemplo é dado pelo boletim de 12/out/1964, o qual, na seção correspondente ao MEC, informava os órgãos públicos e a imprensa sobre parte dos resultados do IPM do ISEB, observando que o cel. Gerson de Pinna, responsável por aquele inquérito, afirmara “que as investigações procedidas naquele IPM não caracterizaram *atividades subversivas* às atuações, naquele instituto, dos srs. Ewaldo Corrêa Lima e Cândido

⁵⁰⁶ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 18/dez/1968*. O Chefe de Governo presidiu a diplomação da turma de estagiários de 1968 da ESG. AN-RJ/AN, Lata 474.

⁵⁰⁷ Essa questão será aprofundada no cap. 4.

⁵⁰⁸ Voltarei a tratar da questão ainda neste capítulo, na seção sobre os cinejornais.

⁵⁰⁹ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 22/jun/1964*. Carinhosa evocação do Presidente Castello Branco ao receber a Medalha da Abolição. AN-RJ/AN, Lata 393.

3. PROPAGANDA

Antônio Mendes de Almeida”.⁵¹⁰

Tais notícias, mesmo quando divulgavam absolvições, como no caso citado, também contribuíam para o amedrontamento da sociedade, na medida em que lembravam da ocorrência de tais processos arbitrários e de como qualquer pessoa poderia vir a ser alvo dessas ações repressivas. Esse amedrontamento obviamente influenciava comportamentos, levando em muitos casos à autocensura, como estratégia de defesa diante de um contexto de incertezas e violência.

Outras notícias cumpriam função semelhante, ao indicarem punidos ou indivíduos sob suspeita. Em outubro de 1964, por exemplo, diversos expurgos no campo da educação superior seriam noticiados na grande imprensa a partir dos dados fornecidos pela Agência Nacional. Gerava-se assim, além do amedrontamento referido, estigmas para os professores e funcionários técnico-administrativos atingidos, como comentado no cap. 2.

No boletim de 08/out/1964 a agência informava que, no MEC, “os instrutores da Faculdade de Medicina da Universidade de Santa Maria, Paulo Davanier Lauda e Eduardo Martins de Oliveira Rolim”, assim como “os professores Antonio dos Santos Teixeira e Silvio de Lemos Picanço e o inspetor de ensino Lauro Oliveira Lima”, “o assistente de ensino superior José Stamato” e três professores de ensino secundário, sem indicações de vínculo institucional, haviam sido expurgados. Em outra notícia, com o mesmo título, novos expurgos eram noticiados: na educação, era aposentado “o contador Julio Furquim Sambaqui” [ministro interino da Educação e Cultura em outubro de 1963, exonerado do MEC e com direitos políticos cassados ainda em abril de 1964], sendo demitidos “o professor catedrático da Universidade do Brasil Francisco Mangabeira, o almoxarife Itamar Corrêa Viana e o preparador de textos Roberto Gonçalves Pontual”.⁵¹¹

Dois dias depois, a agência divulgaria uma extensa lista de expurgos, com nada menos que vinte páginas.⁵¹² Em grande medida, eram o resultado da sanha desencadeada nas IES logo após o golpe, no âmbito da chamada “Operação Limpeza”. Ao que tudo indica, nesse caso a agência apenas repassou aos órgãos de imprensa as listas que havia recebido para divulgação. Indício disso é a repetição de ministérios em diversas páginas, o que não

⁵¹⁰ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa*, 12/out/1964. Não tiveram atuação subversiva. AN-RJ/AN, Lata 399.

⁵¹¹ Id. *Boletim diário à imprensa*, 08/out/1964. AN-RJ/AN, Lata 399.

⁵¹² Id. *Boletim diário à imprensa*, 10/out/1964. AN-RJ/AN, Lata 399.

3. PROPAGANDA

costumava acontecer nos boletins, que normalmente seguiam o padrão formal inicialmente descrito. Dentre os expurgos noticiados na ocasião, vários eram de integrantes do campo da educação superior:

- *da Universidade de Recife*: Almir Campos de Almeida Braga, José Laurênio de Melo (professores), Paulo Pacheco da Silva, Amaro Carneiro da Silva, Roberto de Moraes Coutinho e Miriam Campelo (serviço de Extensão Cultural), Newton da Silva Maia (diretor da Escola de Engenharia);
- *da Universidade de Goiás*: Gilberto de Mendonça Teles (diretor do Centro de Estudos Brasileiros); Rodolfo José da Costa e Silva, Marcelo da Cunha Moraes, Elder Rocha Lima, Amália Hermano Teixeira, Bernardo Elis Fleury de Campos Curado (professores); Clay de Barros Loiola (diretor de Cultura); Bernardo Elis Fleury de Campos Curado (prof. da Escola Técnica de Goiânia);
- *da Universidade do Brasil*: Darcy Ribeiro, Álvaro Borges Vieira Pinto, Alvercio Moreira Gomes (professores);
- *de “cursos isolados”*: o professor Wanderley Guilherme dos Santos.

Também eram divulgadas notícias semelhantes relativas a estudantes. Exemplo é dado por um boletim de agosto de 1966, quando a agência noticiava que “vários alunos e ex-alunos” da Faculdade Nacional de Filosofia estavam sendo investigados em IPM “que apurou atividades subversivas naquele estabelecimento de ensino”.⁵¹³

Embora os IPMs tivessem uma condição muito peculiar naquele contexto⁵¹⁴, é inegável que colaboraram com a vigilância e o amedrontamento de certos setores sociais, dentre eles a educação superior. Através deles, os militares que os coordenavam apontavam quem, em seu entendimento, era ou não “subversivo”, dentre os integrantes dos órgãos públicos por eles perscrutados, indicando, assim, quem deveria ser reprimido. Mas a *propaganda* dos IPMs, realizada pela imprensa com o decisivo auxílio da Agência Nacional, cumpria função de controle social ainda mais importante. Os encarregados daquelas perseguições chegavam a dar entrevistas coletivas à imprensa, em alguns casos.⁵¹⁵ Uma das

⁵¹³ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 05/ago/1966*. AN-RJ/AN, Lata 430.

⁵¹⁴ Sobre isso, cf.: MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 48-50.

⁵¹⁵ Cf., por exemplo: AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 24/jun/1964*. Comunismo e corrupção no IPASE: entrevista coletiva do encarregado do inquérito policial-militar que se processou na autarquia. AN-RJ/AN, Lata 393.

3. PROPAGANDA

consequências é verificável ainda hoje: quando se fala na “caça às bruxas” realizada logo após o golpe, os IPMs são para muitos a primeira lembrança.⁵¹⁶ Aqui é possível perceber uma importante relação entre propaganda, censura, vigilância e repressão. A divulgação da existência de intensas ações de vigilância que resultavam em severas punições tinha efeito preventivo sobre muita gente, disseminando o medo, fomentando a autocensura e configurando, assim, um panorama social propício à continuidade do regime. Obviamente, tais formas de controle, assim como quaisquer outras, tinham suas limitações. As múltiplas maneiras de resistir, postas em prática no período, atestam isso.

3.3.4 – Difusão de modelos comportamentais

Algumas notícias tinham potencial para atuar no sentido do incentivo a determinados comportamentos, condizentes com as diretrizes morais e ideológicas do regime. Tratava-se de efeito complementar ao das categorias A e C, em que (na categoria A, diretamente; na categoria C, indiretamente) eram caracterizados os comportamentos considerados desviantes. Aqui, ao contrário, a ação de propaganda destinava-se a definir aquilo que se queria que fosse visto como correto, louvável, recompensatório.

Em boletim de junho de 1965, por exemplo, noticiava-se fala do então ministro da Educação Suplicy de Lacerda, afirmando que a lei nº 4.464, de 9/nov/1964 (que viria a ser conhecida como Lei Suplicy) seria “integral e rigorosamente cumprida” e aplicada sem qualquer modificação. O ministro ainda solicitava aos estudantes que negassem “apoio àqueles que, incitando o desrespeito à lei e às instituições”, somente estariam buscando “que não se tenha, nas universidades, existência autenticamente democrática”, dizendo ainda que confiava “na inteligência e no patriotismo dos moços do Brasil”. Em sua fala, também defendia a recorrente ideia de que a maioria dos estudantes seria desviada por minoria “subversiva” e caracterizava o regime então em vigor como “democrático”, na linha do que já foi comentado nas seções anteriores.⁵¹⁷

Em 24/dez/1969, a agência divulgava mensagem natalina de Médici encaminhada pela Assessoria de Imprensa da Presidência da República. A fala do ditador, com acentuado tom

⁵¹⁶ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 48.

⁵¹⁷ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 10/jun/1965*. AN-RJ/AN, Lata 410.

3. PROPAGANDA

religioso, criticava sutilmente “os hostis”, “os que só têm braços para a violência e boca para o vilipêndio”, “os contrários, os discordantes, os indiferentes e os crestados pela desesperança”.⁵¹⁸ Reforçava assim, por oposição, os comportamentos marcados pelo apoio ao regime e a seu governo e pelo otimismo em relação ao futuro do país.

3.3.5 – Ação informativa

Os núcleos reunidos nesta categoria dizem respeito às notícias de cunho meramente informativo. Tratava-se de divulgação de censos escolares, simpósios de ensino, concertos de música etc.⁵¹⁹

A identificação dessa categoria é importante para evitarmos uma abordagem simplista da questão. O fato de que um órgão como a Agência Nacional cumpria importante função de propaganda não significa que todas as suas ações atuassem nesse sentido.

A par disso, e sem entrar no mérito das intenções, é fundamental levar em conta que mesmo as notícias meramente informativas podiam contribuir com a ação propagandística da agência, funcionando como aquilo que Jowett e O’Donnell definiram como *subpropaganda*. Trata-se de um tipo de notícia que não configura-se como propaganda, mas que (justamente por esse motivo) contribui com a construção de uma imagem de confiabilidade para o emissor junto a sua audiência, facilitando a aceitação de eventuais mensagens de propaganda emitidas posteriormente.⁵²⁰

* * *

3.4 – CINEJORNAIS

As origens do cinejornal remontam aos primórdios do cinema. A partir dos anos 1870, quando o fotógrafo inglês Eadweard Muybridge começou a desenvolver nos EUA seus

⁵¹⁸ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa*, 24/dez/1969. AN-RJ/AN, Lata 493.

⁵¹⁹ A título de exemplo, cf.: Id. *Boletim diário à imprensa*, 16/dez/1969. AN-RJ/AN, Lata 493; Id. *Boletim diário à imprensa*, 18/mai/1968. AN-RJ/AN, Lata 461; Id. *Boletim diário à imprensa*, 18/mai/1967. AN-RJ/AN, Lata 445; Id. *Boletim diário à imprensa*, 15/out/1964. AN-RJ/AN, Lata 399.

⁵²⁰ JOWETT, Garth S.; O’DONNELL, Victoria. *Propaganda and persuasion...* op. cit. p. 21-23.

3. PROPAGANDA

estudos sobre o movimento dos animais, houve crescente interesse pelas imagens em movimento.⁵²¹ Depois de 22/mar/1895, quando os irmãos Lumière realizaram em Paris a primeira projeção de *La sortie des usines Lumière* e apresentaram ao público seu cinematógrafo, para muitos tornou-se evidente o potencial daquele meio.⁵²² As filmagens com fins científicos, realizadas de modo pioneiro pelo cirurgião francês Eugène-Louis Doyen (que apresentou em 1898 suas primeiras experiências filmicas à *British Medical Society*) e pelo neurologista romeno Gheorghe Marinescu (que filmou *Walking Difficulties in Organic Hemiplegia*, também em 1898), demonstraram que o cinema poderia ser utilizado para outros fins além do entretenimento.⁵²³

Entretanto, ainda levaria uma década até que os irmãos Pathé, com seu bi-semanário *Pathé Journal*, lançado em Paris em 1908, criassem o *noticiário cinematográfico*: curtas-metragens com conteúdo jornalístico exibidos com periodicidade regular. Na França, o novo gênero passou a ser conhecido como *presse filmée*, *actualités filmées* ou simplesmente *actualités*. Dois anos depois, os irmãos Pathé lançavam em Londres o *Pathe Gazette*, também bi-semanário.⁵²⁴ Paralelamente, iniciavam a veiculação do primeiro cinejornal dos EUA, o *Pathe News*.⁵²⁵ Nesses e em outros países de língua inglesa, o gênero tornar-se-ia conhecido como *newsreel*, em referência ao suporte. Na Itália, seria chamado de *cine-attualità* ou *cinegiornali*.⁵²⁶ Na Espanha, geralmente referido pela expressão *noticiario cinematográfico*,

⁵²¹ COE, Brian. Eadward James Muybridge (1830-1904) – British photographer. In: HERBERT, Stephen; McKERNAN, Luke. *Who's Who of Victorian Cinema*. Disponível em: <<http://www.victorian-cinema.net>>. Acesso em: 21/mar/2013.

⁵²² HERBERT, Stephen. Louis Jean Lumière (1864-1948) – Inventor of the Cinématographe and the Autochrome colour photography process. In: HERBERT, Stephen; McKERNAN, Luke. *Who's Who of Victorian Cinema*. Disponível em: <<http://www.victorian-cinema.net>>. Acesso em: 21/mar/2013.

⁵²³ McKERNAN, Luke. Dr. Eugène-Louis Doyen (1859-1916) – French surgeon. In: HERBERT, Stephen; McKERNAN, Luke. *Who's Who of Victorian Cinema*. Disponível em: <<http://www.victorian-cinema.net>>. Acesso em: 21/mar/2013; Id. Dr. Gheorghe Marinescu (1863-1938) - Rumanian neurologist. In: HERBERT, Stephen; McKERNAN, Luke. *Who's Who of Victorian Cinema*. Disponível em: <<http://www.victorian-cinema.net>>. Acesso em: 21/mar/2013.

⁵²⁴ Na Inglaterra, a empresa encerrou a produção de cinejornais apenas em 1970, totalizando 3.500 horas de filmagens. Também produziam *cinemagazines*, com funcionamento semelhante ao dos *newsreels* mas voltados para entretenimento, como *Pathé Eve*, dedicado ao público feminino. BRITISH PATHÉ. *About us*. Disponível em: <<http://www.britishpathe.com/pages/about>>. Acesso em: 21/mar/2013.

⁵²⁵ BRITISH PATHÉ. *Pathe News – 21 years old: 1910-1931*. Disponível em: <<http://www.britishpathe.com/video/1910-1929-pathe-news-21-years-old/query/pathe+news>>. Acesso em: 21/mar/2013.

Surgiram outros depois, como o *Universal Newsreel* (1929-1967). Cf. ARCHIVE.ORG. *Universal Newsreels*. Disponível em: <https://archive.org/details/universal_newsreels>. Acesso em: 21/mar/2013.

⁵²⁶ ARCHIVIO DELL'ISTITUTO LUCE. Archivio Cinematografico. *Cinegiornali (1927-1992)*. Disponível em: <<http://www.archivioluce.com/archivio/>>. Acesso em: 21/mar/2013.

3. PROPAGANDA

teria como exemplo mais destacado o NO-DO (*Noticiarios y Documentales*), criado pelo franquismo em 1943 para propaganda do regime. A produção do NO-DO, naquele contexto inicial, contava com grande apoio da Alemanha nazista, que fornecia não apenas imagens e notícias, mas também orientação técnica e materiais para gravação.⁵²⁷

De fato, o cinejornal foi bastante utilizado como instrumento de propaganda por regimes ditatoriais, como exemplifica o citado caso espanhol. Outros dois exemplos expressivos são: o cinejornal fascista *Giornali Luce*, criado em 1927 e produzido pelo *Istituto LUCE (L'Unione Cinematografica Educativa)*, implantado por Mussolini em 1924;⁵²⁸ e o *Die Deutsche Wochenschau*, cinejornal nazista produzido de junho de 1940 a março de 1945 pela UFA (*Universum Film AG*, criada em 1917).⁵²⁹

Na maioria dos países ocidentais, o auge do cinejornal ocorreu durante a primeira metade do século 20. A partir dos anos 1960, com a disseminação da televisão, o gênero entrou em declínio. Ainda assim, sobreviveu por alguns anos em certos países, sobretudo naqueles onde era produzido por órgãos públicos e utilizado para propaganda a favor de regimes não democráticos. Foi o caso do Brasil e da Espanha, onde os cinejornais continuaram a ser produzidos e veiculados até 1979 e 1981, respectivamente.⁵³⁰

⁵²⁷ BERMEJO SÁNCHEZ, Benito. La Vicesecretaría de Educación Popular (1941-1945): un “Ministerio” de la Propaganda en manos de Falange. *Represura*, n. 6, mar/2009 (1991). Disponível em: <http://www.represura.es/represura_6_marzo_2009_articulo3.html#_ednref28>.

⁵²⁸ BRUNETTA, Gian Piero. Enciclopedia del Cinema. Istituto Nazionale L.U.C.E. In: *TRECCANI – L'Enciclopedia Italiana*. Disponível em: <<http://www.treccani.it/>>. Acesso em: 22/mar/2013.

⁵²⁹ *WOCHENSCHAU Archiv*. Disponível em: <<http://www.wochenschau-archiv.de/>>. Acesso em: 22/mar/2013. Cf. também: PEREIRA, Wagner Pinheiro. Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 101-131, Editora UFPR, 2003.

⁵³⁰ A bibliografia sobre os cinejornais no Brasil é relativamente ampla. Cf., dentre outros: TOMAIM, Cássio dos Santos. “*Janela da Alma*”: Cinejornal e Estado Novo – Fragmentos de um Discurso Totalitário. São Paulo: Annablume, 2006; TOMAIM, Cássio dos Santos. As imagens das multidões nos cinejornais de Primeiro de Maio do Estado Novo. *História Social*, Campinas/SP, N. 11, p. 41-74, 2005; SIMIS, Anita. *Estado e Cinema no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008; CASTRO, Clarissa C. M. M. de. *O governo democrático de Getúlio Vargas através dos cinejornais*. 179 f. Dissertação - Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013; SOUZA, José I. de M. Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 43-62, Editora UFPR, 2003; MACEDO, Ari; CHAIA, Vera. Bandeirante da Tela: o cinejornalismo de Adhemar de Barros. *Aurora*, n. 5, 2009. p. 82-94. Disponível em: <www.pucsp.br/revistaaurora>. Acesso em: 29/jun/2014; MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. Política e futebol no cinema através das lentes do cinejornal Canal 100. *discursos fotográficos*, Londrina, v.5, n.7, p.41-55, jul./dez. 2009; MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. *Canal 100: a trajetória de um cinejornal*. 134 f. Dissertação - Mestrado em Multimeios - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2006; RÊGO, Daniela Domingues Leão. *Imagem e Política: Estudo sobre o Cine Jornal Brasileiro (1940-1942)*. 118 f. Dissertação - Mestre em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2007; BIZELLO, Maria Leandra. Imagens de convencimento: cinejornais e filmes institucionais nos anos JK. *ArtCultura*, Uberlândia,

3. PROPAGANDA

O cinejornal no Brasil já era uma tradição em 1964, nos grandes centros urbanos. Ao longo de seus 34 anos de existência, a Agência Nacional foi responsável por uma série de cinejornais, totalizando um *mínimo* de 958 edições.⁵³¹ De modo análogo aos boletins à imprensa, os cinejornais da Agência Nacional também parecem ter cumprido importante função de propaganda para diversos regimes políticos e governos, ao longo de grande parte do século 20. Para esta pesquisa, foram abordados três cinejornais produzidos pela agência:

- *Atualidades* (5 edições analisadas, todas de 1964);
- *Informativo* (22 edições analisadas, 1965-1969);
- *Brasil Hoje* (12 edições analisadas, 1971-1977).

Atualidades já existia pelo menos desde 1963 e, comparando as edições analisadas com as de nº 3 e 38 (ambas de 1963), parece não ter sofrido, após o golpe, nenhuma mudança significativa em termos de produção. O *Informativo* existiu ao longo da maior parte dos anos 1950 e foi retomado após 1965, não podendo ser descartada, contudo, a hipótese de simples coincidência de nomes.⁵³² De qualquer modo, é notória a semelhança, em termos de produção, entre o *Informativo* dos anos 1950 e o da segunda metade dos 1960, assim como entre eles e as edições de *Atualidades* anteriores e posteriores ao golpe. É evidente a forte continuidade em termos de produção cinematográfica.

Em contrapartida, é expressiva a diferença em relação a *Brasil Hoje*. Em cores, com uma linguagem dinâmica, imagens expressivas, dava mais ênfase à música, e *closes* e tomadas de diferentes ângulos sucediam-se com mais rapidez. Assemelhava-se bastante, nesse sentido, com os “filmetes institucionais” produzidos pela AERP/ARP para veiculação na televisão.⁵³³

A edição nº 47 de *Atualidades* foi a primeira a ser veiculada após a queda de Goulart.

v. 11, n. 18, p. 43-58, jan./jun. 2009.

⁵³¹ Isso corresponderia a uma média de 28,18 edições por ano, ou 2,35 edições por mês. É provável que o acervo do Arquivo Nacional não possua várias edições dos cinejornais produzidos pela agência, o que explicaria a média relativamente baixa. Junto a isso, é preciso considerar que havia forte oscilação na quantidade de cinejornais produzidos ao longo do período, dependendo da conjuntura, do que é indicativo o período amostrado. Aqui não é possível fazer mais do que inferências, mas é suficiente considerar que mesmo uma periodicidade quinzenal seria significativa. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Arquivo Nacional. *Base de dados*. s/d. Disponível em: <<http://www.arquivo.nacional.gov.br>>.

⁵³² A primeira edição de *Informativo* localizada por Renata Vellozo Gomes era de 1950. GOMES, Renata Vellozo. Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro na década de 1950: os cinejornais da Agência Nacional. *Arte & Ensaio (UFRJ)*, p. 40-45, 2007. p. 42.

⁵³³ Cf.: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo...* op. cit.

3. PROPAGANDA

Nela, além dos principais valores do novo regime, eram promovidas algumas lideranças golpistas, sobretudo Castello Branco, em notícia que abria aquela edição. Reportava a “posse dos novos ministros de Estado”, ato que estaria formalizando assim “o novo governo nascido da Revolução de Abril”. O grupo, amplamente elogiado, seria, segundo o cinejornal, “composto das figuras mais representativas dos meios técnicos, culturais e administrativos do país”, e teria recebido ordens de Castello para “trabalhar intensamente na obra de reconstrução nacional”. Milton Campos, que assumia a pasta da Justiça, deveria “recompôr e fortalecer as instituições políticas e democráticas do Brasil”.⁵³⁴

Em outra seção daquele cinejornal, era noticiada a posse da nova chefia da Agência Nacional. O novo diretor, general Otávio Alves Velho, em traje civil, afirmava “seus propósitos de modernizar o órgão oficial de informações, tornando-o mais apto ainda para cumprir suas importantes atribuições nos setores da cultura, da difusão interna e externa”.⁵³⁵

A seguir, era noticiada a “primeira reunião ministerial”. Castello, em traje civil, é filmado com os demais ministros, como se estivessem em reunião, enquanto o narrador explica ao público do que se trata: “o presidente Castello Branco convoca, no Palácio do Planalto, a primeira reunião do ministério instalado após a *Revolução Democrática*. Ali são tratados assuntos da maior relevância”. E nada mais é dito a respeito da situação política do país. De imediato começa outro bloco, tratando da “face da nova Guanabara”, com divulgação de “obras monumentais, como o viaduto Lobo Júnior”, “a enseada de Botafogo, em grande parte tomada ao mar para a construção de novas pistas de trânsito” e “a avenida suspensa que parte da Avenida dos Democráticos, passa sobre a Avenida Brasil, nas proximidades de Manguinhos, para atingir a Ilha do Fundão”, onde estava “sendo levantada a Cidade Universitária”.

Na última parte daquele cinejornal, sintomaticamente intitulada “Liberdade, sempre liberdade”, eram feitas afirmações reveladoras da imagem que aquele órgão tentava projetar a respeito do novo regime, estabelecendo um paralelo entre a luta dos inconfidentes contra o domínio colonial português e a suposta luta dos golpistas contra a “subversão”, em uma “revolução libertadora” liderada por Castello:

⁵³⁴ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Atualidades n° 47, 6'55"*, 1964. AN/PZ/CineAN.

⁵³⁵ Ibid.

3. PROPAGANDA

Aqui, neste cenário histórico, em um retângulo de terra salgada, foi plantada a grande árvore da *libertação nacional*. O povo de Ouro Preto recebe, no dia de Tiradentes, em um clima de entusiasmo excepcional, a visita do presidente Castello Branco, líder de uma *revolução libertadora*, que *recolocou o Brasil dentro do ideário político e humano dos inconfidentes*. Da sacada do Museu Histórico de Ouro Preto, ladeado pelo governador de Minas, sr. Magalhães Pinto, dos generais Mourão Filho e Carlos Luis Guedes, altas autoridades civis e militares, o presidente Castello Branco assiste as comemorações em honra do Tiradentes. A culta e heróica Ouro Preto transforma-se, neste dia, em capital simbólica de Minas Gerais. A pira ardente, carregada pelos atletas, simboliza *o espírito imorredouro da liberdade*. *Ressurge, por entre os véus do passado, a mesma vocação de independência, de progresso e de humanismo, valores que integram a civilização do Brasil.*⁵³⁶

Não deixa de ser irônico que tenham escolhido justamente aquele espaço, reconfigurado como museu sobre a Inconfidência por outro regime ditatorial. A antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica funcionara como penitenciária estadual até 1938, quando, por ordens de Getúlio Vargas, começou a ser reformada para transformar-se no que viria a ser o Museu da Inconfidência, inaugurado apenas em agosto de 1944.⁵³⁷ A imagem dos inconfidentes é, como se sabe, bastante influente no meio castrense, tendo sido amplamente mobilizada durante a ditadura militar.⁵³⁸

As palavras proferidas por Castello naquela ocasião confirmam a intencionalidade do recurso ao mito de Tiradentes, o desejo de aproveitar a efeméride como promoção da ditadura então nascente, ao mesmo tempo em que apontam para alguns tópicos que se tornariam recorrentes nas propagandas promovidas por aquele regime:

Mas, tão importante quanto esse passado, do qual se eleva gloriosamente a figura de Tiradentes, é o fato de podermos proclamar que, apesar de transcorridos tantos e tantos anos sobre o sonho e os sacrifícios dos conjurados de Vila Rica, *ainda permanecem vivos e vigorosos os ideais que inspiraram os heróis ora celebrados*. (...) Daí a unanimidade com que, sob a liderança do Governador Magalhães Pinto, se levantaram os mineiros *em defesa das instituições ameaçadas*, que hoje, restabelecidas na inteireza da *legalidade*, muito devem ao descortino do estadista, à decisão *do patriota que, apoiado na bravura das Forças Armadas, transformou as vossas montanhas no primeiro baluarte para a arrancada revolucionária*. (...) Graças, porém, à presteza com que *toda a Nação, unida em torno de seus mais caros e profundos sentimentos, atendeu à convocação dos dirigentes do vitorioso movimento iniciado a 31 de março*, vimos que não apenas a gloriosa Minas Gerais, mas *toda a nacionalidade* continua fiel às aspirações daqueles cujo sacrifício hoje

⁵³⁶ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Atualidades n° 47...* op. cit.

⁵³⁷ MUSEU da Inconfidência. *A Criação do Museu da Inconfidência*. Disponível em: <http://www.museuda_inconfidencia.gov.br/interno.php?pg=historico_a_criacao_do_museu_da_inconfidencia>. Acesso em: 02/jun/2014.

⁵³⁸ Cf.: CARVALHO, Aline Fonseca. *A conveniência de um legado adequável: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar*. Dissertação. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2006.

3. PROPAGANDA

celebramos, para honra do passado e exemplo dos contemporâneos. Fizemos, graças a isso, *uma revolução autenticamente nacional*, do mesmo modo que *somente forças exclusivamente brasileiras darão rumo e impulso ao vitorioso movimento de regeneração*.⁵³⁹

Imagem 1 - Castello Branco e outras lideranças golpistas na sacada do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, a 21/abr/1964



Fonte: AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Atualidades n° 47...* op. cit.

Nas 39 edições dos cinejornais analisados, foram identificadas 243 notícias, entendidas aqui como os blocos em que cada cinejornal se dividia. Dentre esse total de notícias avaliadas, 42 delas (17,3%) eram diretamente relacionadas com a educação superior, ainda que em alguns casos não fossem exclusivamente dedicadas ao tema.⁵⁴⁰ Nessas 42 notícias, foi identificado um total de 51 núcleos de sentido vinculados à educação superior. Tais núcleos foram classificados em três categorias gerais, subdivididas em nove categorias específicas:

⁵³⁹ CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *A Revolução de 31 de Março*. Discurso proferido em Ouro Preto, em 21/abr/1964, por ocasião das comemorações do “Dia de Tiradentes”. BPP/GEExP.

⁵⁴⁰ Para dados detalhados da análise, cf. *Apêndice C – Agência Nacional - cinejornais*.

3. PROPAGANDA

Categoria F - governo e educação superior:

F1 - participação de membros do governo em eventos acadêmicos

F2 - doutor *Honoris Causa*

F3 - visita de membro do governo a instituições de educação superior

Categoria G - desenvolvimento e educação superior:

G1 - investimento em educação superior

G2 - atividades de ensino, pesquisa e extensão

G3 - Projeto Rondon

G4 - Cooperação entre governo e dirigentes universitários na busca de solução para problemas da educação superior

G5 – Problema dos excedentes

Categoria H - Informativo

H - Eventos acadêmicos

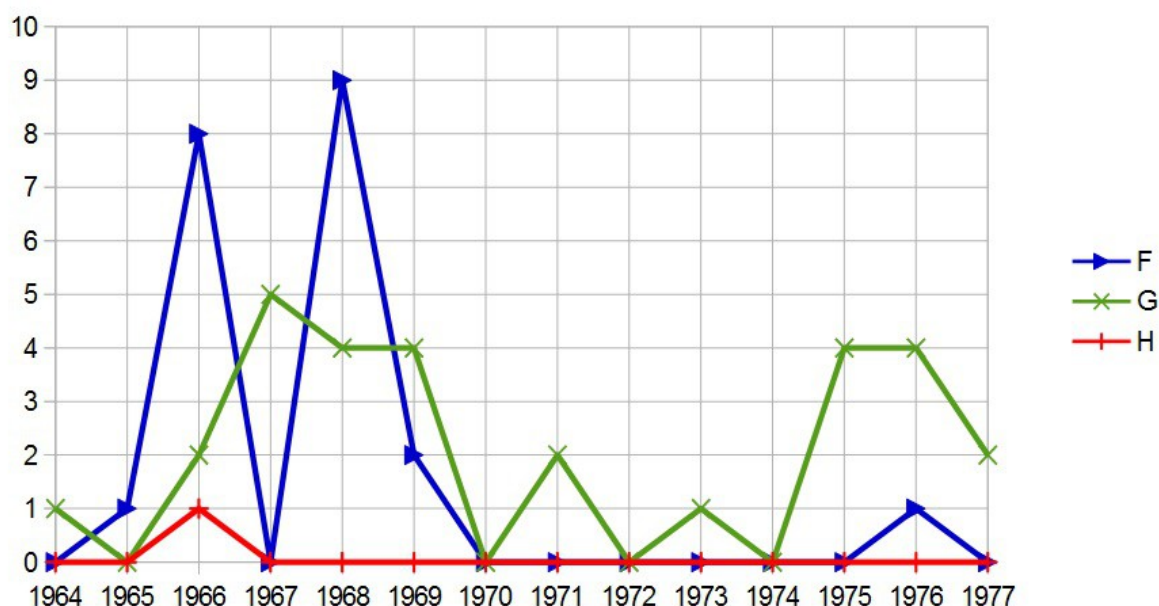
Tabela 2 - Cinejornais da Agência Nacional (núcleos de sentido, por categoria)

Ano	F			Total (F)	%	G					Total (G)	%	H	%	Total Geral	%
	1	2	3			1	2	3	4	5						
1964	0	0	0	0	0,0	1	0	0	0	0	1	100,0	0	0,0	1	2,0
1965	0	1	0	1	100,0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0	1	2,0
1966	2	4	2	8	72,7	2	0	0	0	0	2	18,2	1	9,1	11	21,6
1967	0	0	0	0	0,0	2	0	0	2	1	5	100,0	0	0,0	5	9,8
1968	7	2	0	9	69,2	2	0	2	0	0	4	30,8	0	0,0	13	25,5
1969	1	1	0	2	33,3	1	3	0	0	0	4	66,7	0	0,0	6	11,8
1970	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1971	0	0	0	0	0,0	0	1	1	0	0	2	100,0	0	0,0	2	3,9
1972	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1973	0	0	0	0	0,0	1	0	0	0	0	1	100,0	0	0,0	1	2,0
1974	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1975	0	0	0	0	0,0	2	2	0	0	0	4	100,0	0	0,0	4	7,8
1976	1	0	0	1	20,0	1	3	0	0	0	4	80,0	0	0,0	5	9,8
1977	0	0	0	0	0,0	1	1	0	0	0	2	100,0	0	0,0	2	3,9
Total	11	8	2	21	41,2	13	10	3	2	1	29	56,9	1	100,0	51	100,0
%	52,4	38,1	9,5	100,0		44,8	34,5	10,3	6,9	3,4	100,0		100,0			

Fonte dos dados: AN/PZ/CineAN.

3. PROPAGANDA

Gráfico 2 - Cinejornais da Agência Nacional (distribuição temporal dos núcleos de sentido, por categoria geral)



Fonte dos dados: AN/PZ/CineAN.

O primeiro aspecto que chama a atenção ao analisar os conteúdos daqueles cinejornais *relativos à educação superior* é a ausência de quaisquer notícias tratando de ações repressivas, veiculando críticas explícitas à “subversão” ou às políticas educacionais do governo deposto pelo golpe. *Nenhuma* daquelas 243 notícias poderia ser enquadrada nas categorias A (“construção da imagem do inimigo”) ou C (“amedrontamento”), comentadas anteriormente a propósito da análise dos boletins diários. Qualquer tentativa de explicação consistente das *causas* de tal diferença deve necessariamente passar por uma análise das diversas variáveis envolvidas, na linha do proposto por Jowett e O’Donnell, o que extrapolaria os limites e propósitos deste estudo.⁵⁴¹ O fundamental aqui é perceber que o órgão de propaganda oficial analisado neste capítulo fazia uso de variadas abordagens e estratégias de convencimento, provavelmente tendo em vista as diferentes audiências e outras especificidades de cada mídia utilizada pela agência. Junto a isso, como visto nos exemplos anteriores, havia notícias veiculadas nos cinejornais em que tais padrões argumentativos eram

⁵⁴¹ JOWETT, Garth S.; O’DONNELL, Victoria. *Propaganda and persuasion...* op. cit. Cap. 6.

3. PROPAGANDA

usados, como no caso das críticas de Castello ao governo Goulart. Ao que parece, foi no trato do tema da educação superior que preferiu-se uma abordagem otimista e voltada para a construção de uma imagem positiva para o regime.

3.4.1 – Governo e educação superior

A primeira categoria geral reunia as notícias que convergiam no sentido da divulgação de imagens de um bom relacionamento de lideranças do governo com o campo da educação superior.

3.4.1.1 – Participação de membros do governo em eventos acadêmicos

Nesse âmbito, uma das categorias específicas correspondia às notícias que tratavam da participação de membros do governo em eventos acadêmicos. A grande maioria dos núcleos de sentido identificados como integrantes dessa categoria correspondem a matérias do cinejornal *Informativo*. A única exceção é a edição nº 156 de *Brasil Hoje*, de 1976, em que o então Ministro da Educação e Cultura Ney Braga é apresentado entregando prêmios a “revelações” da dramaturgia do meio universitário.⁵⁴²

Das notícias dessa categoria veiculadas no *Informativo*, algumas tratavam de atividades de ministros e outras de presidentes. Apenas uma apresentava um ministro da Educação. No *Informativo* nº 136, de 1969, imagens de conferência pronunciada por Tarso Dutra em Uberlândia/MG eram veiculadas, enquanto o narrador observava: “o Ministro da Educação e Cultura, Sr. Tarso Dutra, pronuncia em Uberlândia uma conferência para todas as faculdades locais, abordando temas de desenvolvimento do ensino em nosso país”.⁵⁴³

Das matérias com presidentes enquadradas nessa categoria, algumas noticiavam a participação dos ditadores em formaturas civis ou militares, como no caso do *Informativo* nº 55, de 1966, que afirmava que Castello Branco teria presidido uma formatura na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica⁵⁴⁴; ou o *Informativo* nº 123, de 1968, que destacava

⁵⁴² AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Brasil Hoje nº 156*, 8’48”, 1976. AN/PZ/CineAN.

⁵⁴³ Id. *Cinejornal Informativo nº 136*, 7’01”, 1969. AN/PZ/CineAN.

⁵⁴⁴ Id. *Cinejornal Informativo nº 55*, 6’20”, 1966. AN/PZ/CineAN.

3. PROPAGANDA

a presença de Costa e Silva em formatura da Faculdade de Farmácia da UFSC. Neste, à imagem do ditador, em traje civil, discursando perante os formandos, somava-se, sobre um fundo musical imponente, a voz do narrador, que afirmava: “o Chefe da Nação preside a formatura de mais uma turma de alunos da Universidade Federal de Santa Catarina”; e completava: “prepara-se, assim, a *verdadeira mocidade estudantil* para assumir as suas *responsabilidades na construção de um Brasil melhor*”.⁵⁴⁵ Outros dois cinejornais destacariam, ainda naquele ano, Costa e Silva como patrono de turmas na PUC-RJ e na Universidade Gama Filho, entregando diplomas a formandos do Instituto Rio Branco e, ainda, fazendo-se presente à solenidade de encerramento do ano letivo na ECEME e à formatura de cadetes da AMAN.⁵⁴⁶

3.4.1.2 – *Doutor Honoris Causa*

Alguns cinejornais divulgaram a concessão de títulos de doutor *Honoris Causa* a figuras de destaque do regime, sobretudo os ditadores. Foi o caso do *Informativo* nº 29, de 1966, que noticiou a visita de Castello Branco a Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ocasião na qual, dentre outras atividades, recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* do prof. José Mariano da Rocha, reitor da UFSM. Naquela universidade, Castello ainda proferiria a aula inaugural do ano letivo.⁵⁴⁷ O narrador do cinejornal afirmava:

Santa Maria, importante centro agropecuário e cultural do Rio Grande do Sul, recebe a visita do presidente Castello Branco que se dirige à universidade federal da cidade. Em companhia do governador Ildo Meneghetti e de outras autoridades, em um dos pavilhões que integram o conjunto de edificações da universidade, o Presidente da República inaugura uma exposição fotográfica, procedendo sua inspeção às demais instalações do destacado centro de ensino do sul do país. Em sessão solene, discursa o reitor da universidade, Prof. José Mariano da Rocha, salientando a obra educacional realizada pelo governo federal. Na ocasião, faz a entrega ao presidente Castello Branco do título de Doutor Honoris Causa. A aula inaugural do ano letivo é proferida pelo Presidente da República. A população de Santa Maria vive um dia alegre e festivo, exteriorizando seu júbilo nas manifestações de apreço e simpatia que tributa ao presidente Castello Branco e a sua comitiva. Realiza-se imponente desfile militar em homenagem ao Presidente da República, tendo à frente os integrantes da associação dos ex-combatentes, muito aplaudidos pelo povo, que

⁵⁴⁵ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo nº 123*, 6’26”, 1968. AN/PZ/CineAN.

⁵⁴⁶ Participação na PUC-RJ: *Ibid*; demais atividades: *Id. Cinejornal Informativo nº 124*, 7’01”, 1968. AN/PZ/CineAN.

⁵⁴⁷ *Id. Cinejornal Informativo nº 29*, 8’40”, 1966. AN/PZ/CineAN.

3. PROPAGANDA

neles reverenciam os gloriosos feitos da FEB na Itália. Prossegue a parada com soldados dos regimentos de infantaria e motomecanizado do III Exército, que desfraldando suas bandeiras e marchando garbosamente, recebem também vivos e entusiásticos aplausos da assistência, que se estende ao longo das vias percorridas pelas tropas.⁵⁴⁸

A Imagem 2 (abaixo), um quadro daquele cinejornal, é emblemática de duas práticas marcantes naquele regime, já comentadas aqui: a concessão de homenagens e honrarias por IES a membros do grupo no poder – prática no âmbito da qual os títulos de Doutor *Honoris Causa* tinham predominância – e o sistemático uso de traje civil por militares em tais situações.

Imagem 2 - O Gen. Castello Branco recebe do Reitor da UFSM, Prof. José Mariano da Rocha, o título de Doutor Honoris Causa



Fonte: AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo* n° 29, 8'40", 1966. AN/PZ/CineAN.

Incluindo o já referido caso de Santa Maria, oito concessões de títulos de doutor *Honoris Causa* foram noticiadas pelo *Informativo*, entre 1965 e 1969, cinco delas para

⁵⁴⁸ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo* n° 29, 8'40", 1966. AN/PZ/CineAN.

3. PROPAGANDA

Castello: em 1965 pela Universidade do Ceará (ainda sem o “federal” no nome) e, no ano seguinte, pela mesma universidade, agora denominada UFCE; também em 1966, pela UFSM, como mencionado, e ainda pela UFPB e UFAL.⁵⁴⁹ O mesmo cinejornal também noticiou o recebimento daquela honraria por Costa e Silva, a ele oferecida por três universidades: a UFPA (na ocasião, o general também fez a inauguração de instalações na universidade), a UFRGS em 1968 e a UFPR em 1969.⁵⁵⁰

Uma diferença de *Brasil Hoje* para seus antecessores é aí indicada: a propaganda via cinejornal dos anos 1970 voltava-se para outras temáticas, apostando em mudanças também em termos de conteúdo, buscando apresentar notícias mais chamativas e potencialmente interessantes a públicos mais amplos. É plausível supor que, a partir de *Brasil Hoje*, tenha havido, na produção dos cinejornais da Agência Nacional, uma maior preocupação com a audiência e com a receptividade dos filmes. A par disso, tais diferenças apontam também para os mecanismos através dos quais aqueles meios de propaganda buscavam construir uma aparência de legitimidade para o regime. Nos anos 1960, a concessão de tais títulos aos ditadores e a outros membros do grupo no poder era vista como uma forma importante de se conferir uma imagem de legitimidade ao homenageado, assim caracterizado como uma liderança reconhecida pelos principais centros de conhecimento no país. A partir dos anos 1970, os esforços no sentido da formação dessa aparência de legitimidade voltam-se para o tema do crescimento do país, e imagens que remetem ao “desenvolvimento nacional” tornam-se mais frequentes.

3.4.1.3 – *Visita de membro do governo a IES*

Em duas edições do cinejornal *Informativo*, ambas de 1966, foram noticiadas visitas de Castello a IES. No *Informativo n° 30*, tratava-se de sua ida à UFCE. Não era, contudo, a mesma ocasião em que o ditador lá fora para receber, pela segunda vez, o título de Doutor *Honoris Causa* por aquela instituição. Já no *Informativo n° 41*, era divulgada a visita de

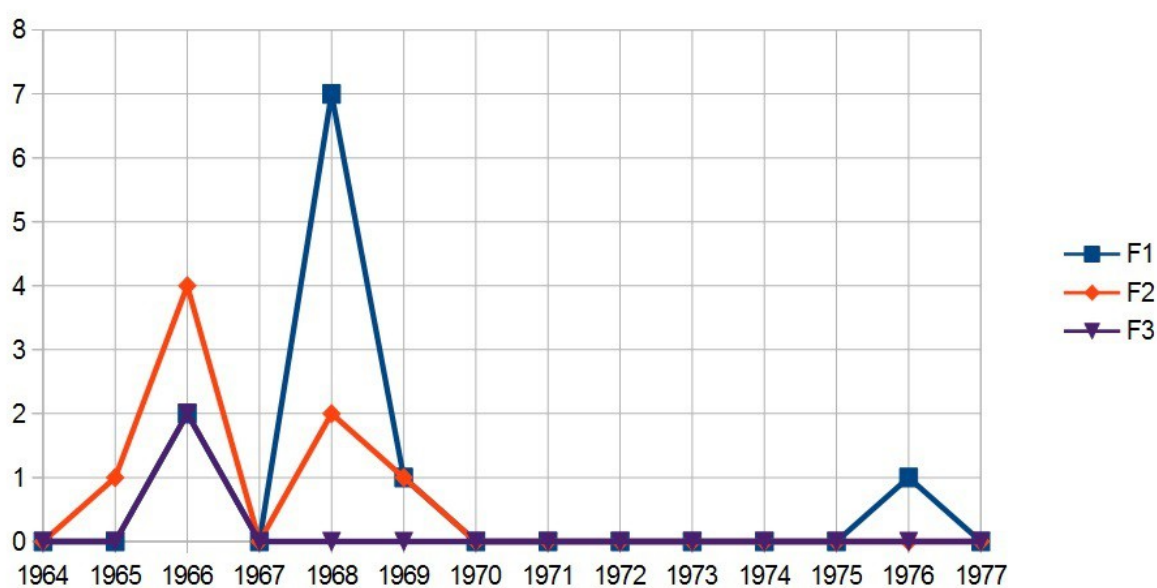
⁵⁴⁹ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo n° 11*, 9’14”, 1965; Id. *Cinejornal Informativo n° 29*, 8’40”, 1966; Id. *Cinejornal Informativo n° 31*, 7’09”, 1966; Id. *Cinejornal Informativo n° 38*, 6’41”, 1966; Id. *Cinejornal Informativo n° 55*, 6’20”, 1966. AN/PZ/CineAN.

⁵⁵⁰ Id. *Cinejornal Informativo n° 108*, 7’06”, 1968; Id. *Cinejornal Informativo n° 96*, 8’05”, 1968; Id. *Cinejornal Informativo n° 134*, 7’35”, 1969. AN/PZ/CineAN.

3. PROPAGANDA

Castello à UNICAMP, onde fora lançar a pedra fundamental do Instituto de Biologia daquela universidade, tendo também visitado o Instituto Agrônômico.⁵⁵¹

Gráfico 3 - Cinejornais Agência Nacional (distribuição temporal dos núcleos de sentido da categoria F, por categoria específica)



Fonte dos dados: AN/PZ/CineAN

3.4.2 – Desenvolvimento e educação superior

A segunda categoria geral reunia matérias cuja ênfase era a ideia de desenvolvimento no âmbito da educação superior. Isso era feito tanto através da divulgação de notícias sobre o crescimento do setor no país, com investimentos, aumento do número de vagas etc., bem como através da afirmação de que determinados problemas do setor estariam sendo solucionados.

3.4.2.1 – Investimento em educação superior

Todos os três cinejornais aqui analisados divulgaram matérias que veiculavam ideias

⁵⁵¹ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo n° 30, 7'19"*, 1966; Id. *Cinejornal Informativo n° 41, 8'20"*, 1966. AN/PZ/CineAN.

3. PROPAGANDA

de que os governos militares estariam promovendo investimentos em educação superior.

Atualidades, por exemplo, noticiava em 1964 uma série de obras, dentre elas a construção da Cidade Universitária na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro.⁵⁵² Em 1966, o *Informativo* divulgaria a inauguração de uma série de obras, dentre elas novas instalações das faculdades de Química, Farmácia e Filosofia da UFPE.⁵⁵³ Um ano depois, afirmaria que o MEC havia lançado o Curso de Orçamento Programado, voltado a técnicos de IES.⁵⁵⁴ Ainda naquele ano, *Informativo* ainda veicularia notícia sobre a criação das escolas de Ciências Econômicas e Superior de Agronomia em Mossoró/RN.⁵⁵⁵ Em 1968, voltaria a tratar das obras na Ilha de Fundão, informando que havia sido autorizado empréstimo para conclusão da Cidade Universitária.⁵⁵⁶

Em 1969, *Informativo* dedicaria uma edição inteira à UFSM, narrando a história de sua criação.⁵⁵⁷ Cinejornais temáticos como esse não eram comuns, o que reforça a hipótese de que a educação tinha grande importância para o grupo no poder, tanto como segmento social que merecia atenção especial (em função de seu caráter estratégico para o “desenvolvimento nacional” e devido à capacidade de mobilização e protesto do segmento estudantil) quanto como mote para propagandas do “Brasil grande”. Embora uma constante, isso assumiu especial importância nas edições de *Brasil Hoje*, que enfocavam a educação superior sempre pelo viés da modernização do país: pesquisas de ponta em áreas tecnológicas, investimentos em infra-estrutura (equipamentos, laboratórios e prédios), ampliação do número de vagas etc.

Brasil Hoje divulgaria, assim, a inauguração da sede da reitoria da UFMA em 1973; a existência de IES em Nova Friburgo/RJ e as dimensões da UFSC, com um campus com “mais de um milhão de metros quadrados” e “27 cursos frequentados por quase sete mil alunos, dos quais 230 fazem pós-graduação”, em 1975; a inauguração em 1976 do Centro de Tecnologia e Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul/RS, por Geisel e pelo então governador do RS, Sinval Guazzelli; a inauguração do Hospital Universitário na Universidade Gama Filho, no

⁵⁵² AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Atualidades n° 47*, 6’55”, 1964. AN/PZ/CineAN.

⁵⁵³ Id. *Cinejornal Informativo n° 38*, 6’41”, 1966. AN/PZ/CineAN.

⁵⁵⁴ Id. *Cinejornal Informativo n° 56*, 7’01”, 1967. AN/PZ/CineAN.

⁵⁵⁵ Id. *Cinejornal Informativo n° 89*, 8’33”, 1967. AN/PZ/CineAN.

⁵⁵⁶ Id. *Cinejornal Informativo n° 123*, 6’26”, 1968. AN/PZ/CineAN.

⁵⁵⁷ Id. *Cinejornal Informativo n° 128: Como nasce uma universidade*, 11’45”, 1969. AN/PZ/CineAN.

3. PROPAGANDA

Rio de Janeiro, pelo vice-presidente, gen. Adalberto Pereira dos Santos, em 1977.⁵⁵⁸

3.4.2.2 – *Atividades de ensino, pesquisa e extensão*

Outro grupo de notícias tinha em comum a divulgação de atividades de ensino, pesquisa ou extensão. Indiretamente, também colaboravam com a construção de uma imagem positiva do regime, disseminando a ideia de que as IES no país estavam funcionais e produtivas e associando tal suposta condição às ações do regime. Tais notícias foram marcantes dos cinejornais dos anos 1970.

O cinejornal *Informativo* disseminou, em duas edições de 1969, notícias nesse sentido. Uma delas mostrava trabalhos desenvolvidos por estudantes da UFRRJ nas áreas de Agronomia, Avicultura, Pecuária e Fruticultura.⁵⁵⁹ Outra divulgava diversos dados de Brasília, apresentando uma série de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UnB, todas voltadas para a construção de uma imagem de modernidade e desenvolvimento da educação superior no país: “Brasília vai se transformando também no maior centro cultural do Brasil. A sua universidade conta com mais de 4 mil alunos, 3 mil rapazes e mais de mil moças”. Sobre a imagem de uma ampla instalação, o narrador fala: “esta vasta área construída foi apelidado de Minhocão. Pelas suas áreas internas passeiam os universitários, aguardando ou se retirando das aulas. *Todos pra frente*”. Neste trecho, o narrador faz uma pausa, a música de fundo aumenta, há um corte na imagem, que passa para uma tomada interna no referido prédio. Um grupo de três belas jovens e dois rapazes desloca-se em direção à câmera, sorridentes:

⁵⁵⁸ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Brasil Hoje* n° 37, 7’15”, 1973; Id. *Cinejornal Brasil Hoje* n° 99, 6’04”, 1975; Id. *Cinejornal Brasil Hoje* n° 100, 6’23”, 1975; Id. *Cinejornal Brasil Hoje* n° 178, 8’34”, 1976; Id. *Cinejornal Brasil Hoje* n° 204, 7’11”, 1977. AN/PZ/CineAN.

⁵⁵⁹ Id. *Cinejornal Informativo* n° 138, 6’54”, 1969. AN/PZ/CineAN.

Imagem 3 - Estudantes da UnB, 1969

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo nº 147, 7'46"*, 1969. AN/PZ/CineAN.

Nesse ponto, a imagem corta para um laboratório com diversos equipamentos, onde conversam dois professores, e o narrador explica: “professores preparam planos de aula de Física e Alta Matemática, seguindo-se experiências práticas em laboratórios *com moderníssimos equipamentos* onde os alunos estudam do átomo ao vácuo”, afirmando ainda que “conta a universidade com aparelhagem sismográfica”. Surge um novo corte na imagem, que passa a apresentar uma sala de aula em formato de auditório: “estamos presenciando uma prova escrita de Medicina, quando se concentram os alunos em difíceis problemas”. Nova mudança na imagem, que apresenta agora uma pesquisadora trabalhando no microscópio: “a pesquisa se desenvolve na universidade *com repercussão em todo o mundo*. A esquistossomose é pesquisada com caramujos procedentes de toda a América, inclusive dos Estados Unidos”. O narrador observa, sobre uma imagem de pesquisadoras manipulando

3. PROPAGANDA

camundongos em um laboratório: “assistimos a experiências feitas com camundongos, que são submetidos a testes com diferentes espécies de caramujos. A meta é acabar com a esquistossomose de vez”. Um novo corte, desta vez para um laboratório de Mecânica: “a Engenharia Mecânica é um dos pontos altos da Universidade de Brasília. *O instrumental é o mais moderno e, em grande parte, de fabricação nacional*”. Novo corte, voltando a focar corredores da universidade: “terminadas as preleções e experiências, alunos debatem pelos corredores”. A seguir, uma tomada aérea e a afirmação emblemática do narrador: “*eis a Brasília de um Brasil grande, irreversível no seu fantástico progresso*”.⁵⁶⁰

No *Brasil Hoje* nº 8, de 1971, era noticiada a visita do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, à Universidade do Estado da Guanabara:

Na UEG, o ministro Jarbas Passarinho vê uma síntese de tudo que o governo quer do ensino. Primeiro órgão a tornar realidade o Projeto Rondon, a Universidade do Estado da Guanabara concentra-se agora na criação de um centro de produção, CEPUEG, e incentivará a pesquisa prestando serviços à comunidade. Há recursos para os centros Biomédico, de Ciências Sociais, de Tecnologia e Ciências, de Educação e Humanidades, e de Estudos e Pesquisas do Direito, para proporcionar aos técnicos condições de trabalho, equacionando-se em termos realísticos o problema universidade-empresa.⁵⁶¹

Enquanto essa mensagem era pronunciada pelo narrador, com longas pausas entre uma frase e outra e um fundo musical que inspirava harmonia e tranquilidade, sucediam-se imagens de laboratórios com técnicos e estudantes, em sua maioria da área da Saúde, assim como computadores sendo operados e cartões perfurados sendo lidos. Imagens que remetiam a uma ideia de modernização e desenvolvimento da educação superior no país. Junto a isso, reforçava-se a propaganda do Projeto Rondon, outro importante elemento de controle do campo da educação superior mobilizado naquele contexto.

Em 1975, *Brasil Hoje* divulgaria “as formas modernas” do Museu Arqueológico do Sambaqui, destacando ainda a “universidade municipal”, que formaria “mão de obra de alto nível na área tecnológica”.⁵⁶² No ano seguinte, aquele cinejornal noticiaria visita de Geisel à UFPB, destacando atividades no laboratório de energia solar, com a presença do ministro da Educação e Cultura Ney Braga.⁵⁶³ Em 1977, o destaque cabia à orquestra da UERJ, em

⁵⁶⁰ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo nº 147...* op. cit.

⁵⁶¹ Id. *Brasil Hoje* nº 8, 9’33”, 1971. AN/PZ/CineAN.

⁵⁶² Id. *Brasil Hoje* nº 123, 9’26”, 1975. AN/PZ/CineAN.

⁵⁶³ Id. *Brasil Hoje* nº 156, 8’48”, 1976. AN/PZ/CineAN.

3. PROPAGANDA

concerto do pianista Francisco Mignone.⁵⁶⁴

3.4.2.3 – Projeto Rondon

A divulgação das atividades do Projeto Rondon esteve presente na edição nº 8 do *Brasil Hoje*, de 1971, já referida, bem como em duas edições de 1968 do *Informativo*. Na edição nº 104, noticiava-se a atuação de estudantes vinculados ao projeto em Aragarças/GO. Na edição nº 126, o destaque cabia ao embarque no navio Barroso Pereira de estudantes do Projeto Rondon que iriam atuar na Amazônia.⁵⁶⁵

3.4.2.4 – Cooperação entre governo e dirigentes universitários na busca de solução para problemas da educação superior

Essa categoria inclui apenas uma matéria, veiculada no *Informativo* nº 75, de 1967.⁵⁶⁶ Nela, Costa e Silva é apresentado presidindo reunião com reitores e professores de diversas universidades brasileiras. A ideia central era a harmonia e clima de cooperação entre governo e dirigentes universitários, no sentido da busca de soluções para os problemas da educação superior no país.

⁵⁶⁴ AGÊNCIA NACIONAL. *Brasil Hoje* nº 219, 7'34", 1977. AN/PZ/CineAN.

⁵⁶⁵ Id. *Cinejornal Informativo* nº 104, 6'51", 1968; Id. *Cinejornal Informativo* nº 126, 6'38", 1968. AN/PZ/CineAN.

⁵⁶⁶ Id. *Cinejornal Informativo* nº 75, 7'59", 1967. AN/PZ/CineAN.

Imagem 4 - Costa e Silva em reunião com reitores e professores universitários, 1967

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo nº 75...* op. cit.

Sobre imagens como essa, o narrador afirmava:

Empenhado em solucionar problemas fundamentais do ensino no país, o presidente Costa e Silva reúne em Brasília reitores e professores das universidades brasileiras, com eles debatendo vários problemas educacionais. Os ministros da Educação e Cultura e dos gabinetes Civil e Militar estiveram presentes à reunião.

A imagem do general, em traje civil, presidindo reunião com alguns dos principais dirigentes universitários do país, sugeria ideias de diálogo entre governo e universidade, de seriedade no trato do tema educacional, de empenho na busca por desenvolvimento da área, ideias reforçadas pela fala do narrador.

3. PROPAGANDA

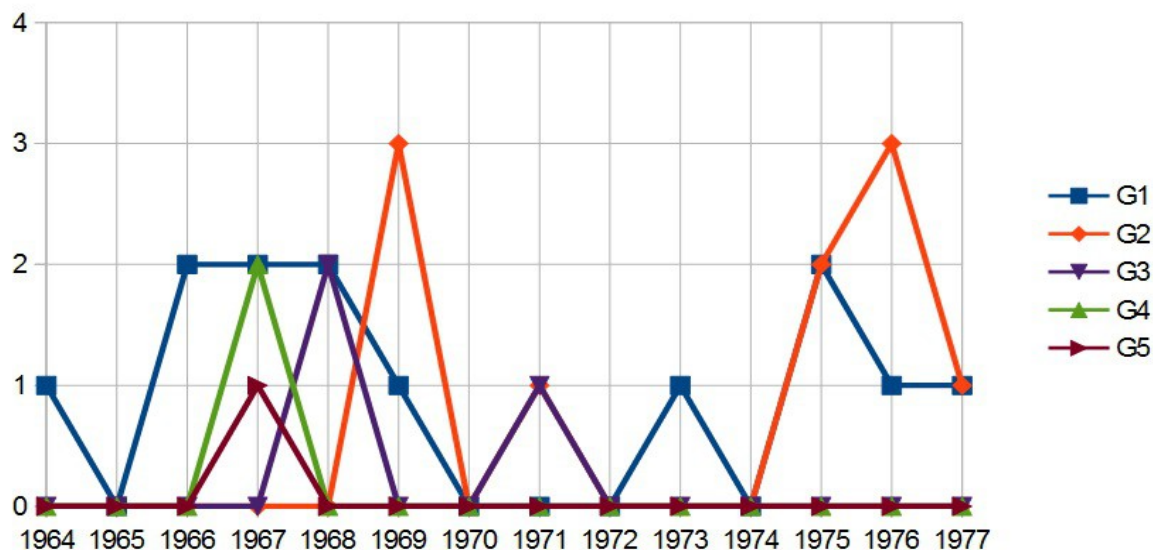
3.4.2.5 – *Problema dos excedentes*

O “problema dos excedentes”, como é sabido, foi um tema candente nos primeiros anos do regime, sendo utilizado como importante mote para críticas à ditadura por estudantes mobilizados e outros grupos de oposição. O *Informativo* nº 60, de 1967, divulgava reunião de Costa e Silva com reitores, de modo a discutir a temática. A abordagem do cinejornal era otimista, enquanto o problema era sutilmente associado a gestões anteriores a 1964:

Com o propósito de examinar e *resolver* a questão dos alunos excedentes dos cursos superiores, o presidente Costa e Silva reúne no Palácio do Planalto, em Brasília, os reitores das universidades do país. A intervenção presidencial propicia *solução adequada* para o problema *que perdura há vários anos*.⁵⁶⁷

A distribuição temporal dos núcleos de sentido nas categorias específicas tratadas nesta seção pode ser conferida no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Cinejornais Agência Nacional (distribuição temporal dos núcleos de sentido da categoria G, por categoria específica)



Fonte dos dados: AN/PZ/CineAN.

* * *

⁵⁶⁷ AGÊNCIA NACIONAL. *Cinejornal Informativo nº 60, 5'48"*, 1967. AN/PZ/CineAN.

3.5 – FUNÇÕES DE CONTROLE SOCIAL

A propaganda cumpria função de suma importância no processo de construção de uma aparência de legitimidade para o regime, bem como na formação de apoios sociais. Como observa Fico:

Assim como o “desenvolvimento material” deu-se em bases excludentes, também a propaganda política militar operou com uma visão estereotipada dos “valores brasileiros”, visão que malversou as esperanças sociais e procurou transferir para o poder (ilegítimo e ditatorial) as energias utópicas que muitos costumamos ter em relação ao nosso país.⁵⁶⁸

Como visto ao longo deste capítulo, os dois principais meios utilizados nesse sentido foram:

(1) a construção de uma imagem positiva para o regime, associado a ideias de modernidade, desenvolvimento, ética (sobretudo por meio do tema do combate à corrupção), trabalho, abertura ao diálogo, paz, tranquilidade, ordem e normalidade;

(2) no sentido oposto, e com o mesmo grau de importância, a construção de uma imagem negativa para o “inimigo”, o “subversivo”, vinculado a ideias como “comunismo”, perigo estrangeiro, “marxismo”, “esquerdismo”, desordem, caos, violência, conflito, corrupção etc. Valia-se em grande medida de ideias arraigadas desde muito antes de 1964 em certos imaginários, como o anticomunista. Dependendo da mídia, do público-alvo ou do método de propaganda (difuso ou específico), a ênfase poderia recair em um ou outro desses eixos propagandísticos, como no caso dos cinejornais, que privilegiavam a construção de imagem positiva para o regime, no âmbito dos temas de educação superior. Em certos casos, diretrizes argumentativas complementares também eram adotadas, como nos citados casos em que a propaganda cumpriu funções de amedrontamento e estigmatização, em importante colaboração com o controle repressivo do campo da educação superior.

A propaganda promovida pelo regime era fundamental também no sentido da difusão da noção de *subversão*, tanto diretamente, através da mencionada construção da imagem do inimigo (o “subversivo”), quanto indiretamente, por meio da também referida caracterização positiva do regime (que estaria “combatendo os subversivos”). A disseminação dessa noção era fundamental também para o sucesso das formas de controle abordadas anteriormente. Isso

⁵⁶⁸ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo...* op. cit. p. 146.

3. PROPAGANDA

porque as ações de vigilância e de repressão tendiam, assim, a ser vistas por membros do campo como um “mal necessário” ou até mesmo como iniciativas positivas e saudáveis, ao combaterem o “inimigo interno”. Este era percebido, na caracterização feita por essas perspectivas, como entrave ao “desenvolvimento” do país, promotor de violências, responsável por fraturas no interior da sociedade. Tratava-se de uma evidente inversão entre causas e efeitos: os “subversivos”, criados pelo sistema de controle para justificar sua existência e a do regime, eram apresentados como a razão pela qual o golpe haveria sido instaurado, o regime constituído e as ações de controle promovidas.

Outra função importante cumprida pela propaganda era a caracterização da política como tabu, incentivando comportamentos marcados por uma certa apatia política, inclusive no âmbito da educação superior.

O incentivo à apatia política era, contudo, uma função específica de outra mais ampla, cumprida tanto pela propaganda quanto pelos demais modos de controle analisados nesta tese: a *normatização*. A propaganda produzia importantes efeitos normativos, difundindo modelos de comportamento apresentados como normais ou desviantes, disseminando valores e ideias que contribuíam significativamente com a consolidação de padrões de conduta no âmbito do campo da educação superior.

(...) a propaganda também pode ser vista como um “repertório de modelos de comportamentos sugeridos, com maior ou menor sutileza, como os comportamentos adequados; (...) aquilo que deveria ser a “leitura correta” da sociedade e da história brasileiras, as quais corresponderiam atitudes apropriadas.⁵⁶⁹

Os intelectuais formados pelo regime, bem como a educação moral e cívica imposta à educação superior, parecem ter cumprido função semelhante.

* * *

⁵⁶⁹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo...* op. cit. p. 19.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.

Antonio Gramsci

4.1 – INTRODUÇÃO

Sánchez Vázquez entendia que a atividade humana é definida pela elaboração ideal anterior à atividade propriamente dita, individual ou social. Isso valeria, assim, tanto para os casos em que o ser humano atua sobre uma matéria natural (natureza imediata ou já mediatizada) quanto para aquelas ações “em que o homem é sujeito e objeto dela; isto é, práxis na qual ele atua sobre si mesmo”. Estariam incluídos aí “os diversos atos orientados para sua transformação como ser social e, por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais”.⁵⁷⁰ Algumas dessas práticas constituem um tipo de ação que poderia ser chamada de *função ideológica*, a qual todo indivíduo, mesmo que apenas incidentalmente, pode realizar. Nessa função, alguns acabam tornando-se especialistas: para designá-los, comumente se utiliza o termo “intelectual”.⁵⁷¹ Alguns deles teriam uma importância primordial, ao manterem um vínculo “orgânico” com certos grupos sociais, que incentivariam a formação de tais especialistas de modo a poderem atuar como seus principais representantes no plano das disputas simbólicas, como modelos de conduta e como lideranças

⁵⁷⁰ SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. Trad. María Encarnación Moya. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Pensamento Social Latino-americano). p. 221; 230-231.

⁵⁷¹ Para mais detalhes sobre o conceito de intelectual como função ideológica, cf.: MANSAN, Jaime Valim. A função intelectual no capitalismo: algumas problematizações e uma primeira reflexão. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; MANSAN, Jaime Valim (orgs.). *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo/RS: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 291-314.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

(“dirigentes”, “organizadores”) junto àqueles que, desse modo, passariam a oferecer seu apoio às ideias e interesses daquele grupo. Trata-se daquilo que Gramsci denominava “intelectual orgânico”, que aqui também será referido pela expressão “intelectual pró-regime”.⁵⁷²

A ESG, a ADESG e a disciplina de EPB parecem ter oferecido, nesse sentido, uma contribuição significativa ao controle da educação superior durante a ditadura militar. É isso que será avaliado nas próximas páginas.

Além desses três canais principais de formação de intelectuais pró-regime, havia a colaboração de diversos outros órgãos e agentes, em alguns casos de modo pontual e esporádico, em outros de forma mais constante e duradoura. Um exemplo era o *Instituto de Formação e Estudos Políticos* (IFEP), “órgão de cooperação do Diretório Regional da Aliança Nacional Renovadora (ARENA) do Rio Grande do Sul”, que se definia em seu estatuto como “um centro de altos estudos destinado a desenvolver, aperfeiçoar e disseminar os conhecimentos necessários ao planejamento da ação política” (Art. 2º). Seus objetivos, expressos no Art. 3º, eram: (a) o assessoramento da ação partidária no que tangia à “realidade brasileira”, com base em estudos desenvolvidos no instituto; (b) “a atualização e a complementação da formação cultural dos integrantes do quadro partidário”; (c) “o estudo da metodologia de formação e desenvolvimento de uma ação política compatível com a realização dos *objetivos nacionais permanentes*”⁵⁷³; (d) a “promoção de atividades culturais destinadas a integrar a comunidade” em que atuava a ARENA-RS. Para tanto, propunha-se, no Art. 4º de seu estatuto, a realizar: (a) “cursos – regulares ou especiais – envolvendo temas de interesses políticos”; (b) “conferências, seminários, simpósios, painéis, debates ou outros tipos de reuniões de estudo”; (c) “pesquisas, coletas de dados e outros levantamentos sobre matérias vinculadas à ação cultural partidária”.⁵⁷⁴

Havia, portanto, uma ampla rede de órgãos que colaboravam com esse modo de controle, um conjunto de entidades atuantes no plano nacional, como nos casos da ESG e

⁵⁷² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 2... op. cit.

⁵⁷³ Note-se a utilização da terminologia esguiana. Expressões como essa eram frequentemente mobilizadas tanto por entidades alinhadas com as diretrizes ideológicas do regime, como o IFEP, quanto nos mais diversos segmentos daquele sistema de controle social, o que serve de indicio da propriedade de considerá-lo como um sistema de fato e também da relativamente forte coesão ideológica dos componentes daquele sistema, garantindo a continuidade apesar das divergências, conflitos e disputas que não raro ocorriam entre eles.

⁵⁷⁴ INSTITUTO DE FORMAÇÃO E ESTUDOS POLÍTICOS – IFEP. *Estatuto*. Porto Alegre: 1973. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 – Diversos. Série 3 – Folhetos. Subsérie 3.3 - Estatutos de Entidades Diversas.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

ADESG, e em âmbito regional ou local, como o IFEP. Assim como essa extensa malha, havia ainda outros canais de formação de intelectuais e apoios para o regime. No âmbito do próprio sistema de controle, destacava-se, por exemplo, o Projeto Rondon. Sua importância era considerável, tanto em sua ação junto aos estudantes que frequentavam aquela atividade de extensão quanto, indiretamente, em diversos outros segmentos sociais, que poderiam ver aquela iniciativa como uma medida para afastar os estudantes de determinados comportamentos então considerados como desviantes (dentre eles o envolvimento na política estudantil). Por esse motivo, para além da inegável colaboração como atividade de formação ideológica, talvez o Projeto Rondon oferecesse ainda uma crucial contribuição como mote de propagandas, na linha do que foi comentado anteriormente.⁵⁷⁵

* * *

4.2 – ESG

De suas origens no final dos anos 1940 à atualidade, com ênfase para a elaboração da DSN nos anos 1950 e para a participação em seus cursos de importantes lideranças político-militares do período ditatorial, a história e atuação da ESG já foi tema de diversos estudos.⁵⁷⁶

⁵⁷⁵ Para a importância das chamadas “ações cívico-sociais” (como o Projeto Rondon) no âmbito da DSN, cf.: EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 319. Para uma síntese da história do Projeto Rondon, cf.: MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit.

⁵⁷⁶ Uma das principais referências sobre a DSN é: COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Tal obra foi fundamental para a percepção das semelhanças entre ditaduras latino-americanas na segunda metade do século 20 e da influência da política exterior e do pensamento militar estadunidense nesse contexto. Contudo, as dinâmicas internas e a influência de outros fatores, como tradições autoritárias nacionais, por exemplo, acabam sendo relegadas a uma posição secundária diante de um superestimado poder de influência ideológica estadunidense. Para uma avaliação semelhante da obra de Comblin, cf.: MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. In: *The Cultures of Dictatorship: historical reflections on the brazilian golpe of 1964*. Maryland: Universidade de Maryland, 2004.

Sobre a ESG e a DSN no Brasil, cf. ainda: STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; OLIVEIRA, Eliézer, Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1976. (Sociologia Brasileira, 6); MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papyrus, 1995; SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional...* op. cit.; PUGLIA, Douglas Biagio. *As ideias políticas como alicerce: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra (1949-1954)*. 225 f. Tese – Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Aqui interessa verificar em que medida a escola e sua doutrina podem ter contribuído, direta ou indiretamente, com o controle do campo da educação superior no período 1964-1988, sobretudo a partir da elaboração de elementos ideológicos então dominantes e da formação de indivíduos com potencial para atuar como intelectuais pró-regime naquele segmento social.

A ESG era comumente definida como “um instituto de altos estudos destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de *direção* e para o *planejamento da Segurança Nacional*”.⁵⁷⁷ Era assim que muitos a viam no período em questão, e a descrição faz jus à sua importância naquele contexto. De fato, era um dos principais espaços de formação de um primeiro escalão de intelectuais para atuação junto ao grupo no poder e em outras funções estratégicas do sistema de controle.

A par disso, como é sabido, a ESG e sua doutrina eram percebidas de diferentes maneiras no meio castrense, tanto antes quanto depois de 1964. Mesmo assim, alguns aspectos da doutrina formulada pela escola tornaram-se consensuais entre os mais diversos grupos militares, dos “moderados” aos “linha-dura”. Dentre tais pontos, destacaram-se: (1) a ideia de indissociabilidade entre segurança e desenvolvimento; (2) a percepção de que o país encontrava-se sob iminente ameaça do “comunismo internacional”, que agiria através dos brasileiros “subversivos”. A caracterização proposta por Stepan, embora longa, é importante em função de definir com excepcional clareza esse tema:

A sensação de crise no sistema e especialmente a radicalização da política entre 1961 e 1964 fizeram com que as doutrinas de contra-insurreição da ESG parecessem a muitos militares bem mais relevantes e urgentes do que haviam sido no período de elevado crescimento e de relativa paz política de 1956 a 1958. O fato de que a maioria dos oficiais não esposava as ideias da ESG no tocante à utilidade de um forte setor privado, ou partilhava de sua desconfiança no “nacionalismo emocional” ou de sua percepção de que o conteúdo do comunismo doméstico implicava em agressivas alianças anticomunistas externas *foi-se atenuando à medida que os militares começaram a cerrar fileiras em defesa de sua instituição diante do que consideraram ser uma ameaça à segurança imediata*. Foi somente mais tarde, depois que se formou o primeiro governo militar, que as diferenças entre os oficiais da ESG no governo e a maioria dos oficiais fora do governo passaram a constituir

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca/SP, 2012; MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960)*. 157 f. Dissertação – Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007; SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a ESG. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 153-185, jan./abr. 2007.

⁵⁷⁷ Definição apresentada pela ADESG-RS em 1964. ADESG. *Ciclo de Estudos (Aula Inaugural)*. Porto Alegre: ADESG, 1964. 27 p. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.2 – Textos. p. 8.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

um problema. Mesmo assim, a despeito deste amplo ressentimento dos militares com relação à política específica da ESG, o ponto importante que não se perdeu de vista é que *muitas das doutrinas de guerra interna, formuladas na ESG e mais tarde institucionalizadas no governo de Castello Branco sob influência da Escola, permearam todos os principais grupos militares no Brasil e foram aceitas como um fato novo fundamental na vida política e militar.* A ideia central formulada na ESG era que os problemas de desenvolvimento e segurança são inseparáveis. Mesmo quando surgiram diferenças relativas a políticas específicas entre o governo de Castello Branco e o de Costa e Silva (...), quase todos os oficiais concordaram que, sendo os problemas trabalhistas, fiscais, *educacionais* e outros *intrinsecamente ligados à segurança do país*, era *legítimo e necessário* aos militares se interessar por essas áreas. Dessa premissa básica proveio *a contínua expansão da jurisdição militar sobre a vida brasileira quando os militares assumiram o poder em 1964.*⁵⁷⁸

4.2.1 – Vínculos com o campo da educação superior

A universidade foi uma das instituições que mais se fez presente nos cursos da ESG, segundo Sepúlveda.⁵⁷⁹ De fato, vários civis que frequentaram os cursos da ESG tinham vínculos com o campo da educação superior no período em questão. O *site* da escola oferece a listagem nominal de todos os seus diplomados, de 1950 a 2013.⁵⁸⁰ Vale observar que, dentre as indicações ali feitas, há indivíduos que atuavam no campo da educação superior mas, por também desempenharem outras atividades socioprofissionais, não foram caracterizados como “professor”, “acadêmico”, “reitor” etc. Foi o caso, por exemplo, de Elias Naif Daibes Hamouche: conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará e professor de Direito na UFPA, foi classificado como “cons[elheiro]” na listagem dos diplomados do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) de 1985.⁵⁸¹

Dentre os diplomados entre 1950 e 1988, 492 foram definidos pela ESG como “professores” (de um total de 4.642 diplomados). Precisar quantos desses professores tinham efetivos vínculos com o campo da educação superior demandaria análise de cada biografia,

⁵⁷⁸ STEPAN, Alfred. *Os militares na política...* op. cit. p. 136-137.

⁵⁷⁹ SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional...* op. cit. p. 138.

⁵⁸⁰ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Diplomados da ESG*. Disponível em: <www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/>. Acesso em: 07/abr/2012.

⁵⁸¹ Portal TCE-PA. *Elias Naif Daibes Hamouche*. Disponível em: <<http://www.tce.pa.gov.br/index.php/elias-naif-d-hamouche>>. Acesso em: 04/ago/2014.

Doravante, seguindo o padrão adotado em documentos da ESG e da ADESG, indicarei a formação dos diplomados daquela escola apenas com a sigla do curso e o ano de formatura, entre parênteses. No caso de Hamouche, seria: (CAEPE 1985).

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

inviável no âmbito desta pesquisa. Os dados quantitativos daí decorrentes, por óbvio importantes, são contudo secundários em relação aos fins deste estudo. É suficiente, por ora, assinalar que, dentre tais diplomados, alguns atuavam na educação superior e outros na educação básica, desde os primeiros cursos da ESG.

Um deles era Heitor Bonifácio Calmon de Cerqueira Lima (CSG 1950), professor na Escola Técnica Nacional (atual CEFET-RJ) em 1952.⁵⁸² Um de seus colegas naquela primeira turma do Curso Superior de Guerra, em 1950, era Reynaldo Ramos de Saldanha da Gama, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e professor de Geologia na USP até 1969. Saldanha da Gama, aliás, é exemplo da presença castrense no campo da educação superior em diferentes momentos do período republicano: militar, membro de família com tradição nas Forças Armadas, lutou ao lado dos constitucionalistas em 1932; como major, chefiou o Serviço Especial da FEB (responsável por atividades musicais, religiosas e culturais junto às tropas), ocasião em que já atuava como docente na USP; após aposentar-se, exerceu, dentre outros cargos, o de diretor geral da Guarda Civil de SP.⁵⁸³

Outro exemplo emblemático do perfil heterogêneo dos estudantes da ESG é dado pelo caso de Ernesto Luiz de Oliveira Junior (CSG 1951). Engenheiro civil formado pela Universidade do Paraná (futura UFPR), foi professor da Escola Politécnica da USP, tendo lá ingressado ainda nos anos 1930. Com pouco mais de 30 anos, fez parte do movimento constitucionalista de 1932, voluntariando-se e sendo integrado como capitão na então chamada Força Pública de SP. Teria sido um dos primeiros conferencistas da ESG. Foi presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), criada no MEC em 1958. Participou do ISEB e integrou, com Pedro Calmon, Anísio Teixeira, João Christovão Cardoso e Almir de Castro, sob a liderança de Darcy Ribeiro, a comissão que elaborou o plano geral da UnB.⁵⁸⁴

É interessante observar que alguns dos formados pela ESG antes do golpe tiveram

⁵⁸² Citado em: Lei nº 1.713, de 29/out/1952 (Art. 1º).

⁵⁸³ GOMES, Celso de Barros (org.). *Geologia USP: 50 anos*. São Paulo: EdUSP, 2007. p. 100-101; ALEIXO, Mario Clovis Oliveira. *A atuação da Força Expedicionária Brasileira nas páginas do jornal O Cruzeiro do Sul*. Monografia - História. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2013. p. 29.

⁵⁸⁴ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica...* op. cit. p. 141-142; KUMASAKE, Hiro B.; BARROS, Luitgard O. C. *Entrevista com Ernesto Luiz de Oliveira Júnior*. Rio de Janeiro, 08/mar/1988. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/Audiovisual/Depoimentos_Historal/ernesto.pdf>. Acesso em: 13/abr/2012.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

após 1964 ampla atuação como dirigentes no âmbito da educação superior.

Athos da Silveira Ramos (CSG 1961) foi dirigente do CNPq de 1962 a 1964, livre docente em Química pela Universidade do Brasil (futura UFRJ) em 1939, catedrático da mesma instituição em 1952 e coordenador do curso de EPB da FGV de 1978 a 1985.⁵⁸⁵

Athos da Silveira Ramos, nacionalista de direita, (...) foi presidente da Câmara de Estudos Brasileiros durante a maior parte de sua existência ativa (...)[,] membro da Academia Brasileira de Ciências, diretor do Conselho Nacional de Pesquisas, membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra e adido científico nos Estados Unidos. Colaborador próximo de Moniz de Aragão, tanto na Universidade do Brasil/UFRJ quanto fora dela, inclusive quando este assumiu a diretoria do Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas, instituição na qual Ramos da Silveira [sic] coordenou a disciplina EPB no curso de mestrado.⁵⁸⁶

Como Cunha assinalou, Athos da Silveira Ramos trabalhou em diversas ocasiões com Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão (CSG 1962). Ministro da Educação e Cultura entre 1966 e 1967, também era, como dito, professor de Química junto a Athos Ramos na Universidade do Brasil, futura UFRJ, da qual seria o primeiro reitor.⁵⁸⁷ Foi presidente da Comissão Especial para Educação Moral e Cívica do CFE, criada em 1970.⁵⁸⁸

Vale assinalar que, dos que foram ministros da Educação e Cultura (titulares ou interinos) entre 1964 e 1988, apenas Moniz de Aragão e Jarbas Passarinho (CSG 1970) frequentaram a ESG. Esse dado aponta para a sabida multiplicidade de fatores de seleção de quadros para os primeiros escalões de governo, relativizando assim a importância da escola na formação de intelectuais pró-regime para atuação nesse setor. Os exemplos de Alfredo Buzaid

⁵⁸⁵ CNPq. Centro de Memória. Dirigentes. *Athos Ramos*. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/athos-silveira.html>>. Acesso em: 01/ago/2014. É interessante notar que Athos Ramos foi o único dirigente do CNPq de 1964 a 1988 a ter feito curso na ESG. Isso, é claro, não significa que o órgão não tenha sofrido outras formas de ingerência ou influência ideológica em função do contexto ditatorial. Os demais dirigentes do CNPq no período foram: Antônio Moreira Couceiro (1964-1970), Arthur Mascarenhas Façanha (1970-1974), José Dion de Melo Teles (1975-1979), Maurício Matos Peixoto (1979-1980), Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1980-1985), Roberto Figueira Santos (1985-1986) e Crodowaldo Pavan (1986-1990). Id. Centro de Memória. *Dirigentes*. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/Dirigentes.html>>. Acesso em: 01/ago/2014.

⁵⁸⁶ CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ... op. cit. p. 205-206.

⁵⁸⁷ Loc. cit; ESPINOLA, Aída *et al.* In Memoriam: professores Athos da Silveira Ramos e Raymundo Moniz de Aragão, dois professores de carreira profícua e brilhante na UFRJ. *Química Nova*, v. 25, n.2, São Paulo, Abr/Maio 2002; MEC. Galeria de Ministros. Ministro Raymundo de Castro Moniz de Aragão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13490&Itemid=945>. Acesso em: 02/ago/2014; UFRJ. Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão - 1966 a 1969. Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=EX_REIT_RACMA>. Acesso em: 02/ago/2014.

⁵⁸⁸ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática...* op. cit. p. 60-61.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

e Gama e Silva (ambos foram ministros da Justiça e reitores da USP, e Gama e Silva chegou a ser ministro da Educação por curto período) são também bastante ilustrativos desses casos de agentes dos primeiros escalões dos governos militares que tinham vínculos com o campo da educação superior mas não chegaram a cursar a ESG.

O terceiro exemplo é o de Humberto Grande (CSG 1961). Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná nos anos 1950 e 1960, foi autor de diversos livros vinculados à educação moral e cívica. Durante a ditadura militar, foi diretor da Fundação Nacional de Material Escolar e teve papel de destaque junto à Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) desde seu início, chegando inclusive a assumir sua presidência na segunda metade dos anos 1970.⁵⁸⁹ Sua atuação como intelectual nesse âmbito, contudo, era bem mais antiga, remontando ao Estado Novo, ocasião em que publicara a cartilha de educação moral e cívica intitulada *A pedagogia no Estado Novo*.⁵⁹⁰ É por isso considerado por alguns analistas como um exemplo da “continuidade da educação cívica no pensamento autoritário brasileiro”.⁵⁹¹

Antes foram indicados alguns casos de diplomados classificados pela ESG na categoria “professor” e formados na ESG antes de 1964. Como visto, as trajetórias biográficas - e, mais especificamente, os vínculos com o campo da educação superior - variavam amplamente, sugerindo diferentes possibilidades de influência ideológica da escola sobre aquele segmento social. Tal heterogeneidade se manteve ao longo da ditadura militar, como pode ser verificado a partir de exemplos de membros daquele campo diplomados pela ESG entre 1964 e 1988, como no caso de Alda Cardoso Kremer (CSG 1973), professora de Educação na UFRGS e na PUCRS nas décadas de 1960 e 1970.⁵⁹² Na Faculdade de Educação da PUCRS, chegou a atuar como chefe de departamento em 1969, assinalando outra forma de

⁵⁸⁹ VIEIRA, Cleber Santos. *Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros...* op. cit; BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. *Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura – 1977*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Departamento de Documentação e Divulgação, 1978. p. 7.

⁵⁹⁰ GRANDE, Humberto. *A pedagogia no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Guarany, 1941. Em 1967, publicaria *A educação cívica da mulher*, pela editora Reper. Cf. também: CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ... op. cit. p. 206.

⁵⁹¹ VIEIRA, Cleber Santos. *Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros...* op. cit. p. 39; Cf. também: CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ... op. cit.

⁵⁹² *DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO*, 22/Set/1965, p. 5, seção 1; JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS - v. II (1951-1978)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 122.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

possível influência indireta da ESG sobre o campo da educação superior.⁵⁹³

As trajetórias dos diplomados da ESG que atuaram na educação superior durante a ditadura militar eram, como dito, muito variadas. Um caso emblemático do perfil de alguns daqueles intelectuais formados pelo regime de 1964 é o de Hugo di Primio Paz (CSG 1965). Professor de Filosofia na UFRGS, era colaborador da ADESG nacional nos anos 1970.⁵⁹⁴ Frequentou o I Ciclo de Estudos da seção gaúcha da ADESG em 1964 e foi um dos fundadores, no ano seguinte, de uma entidade gaúcha de difusão ideológica semelhante à ADESG, a Ação Democrática Renovadora (ADR).⁵⁹⁵ Antes de 1964, Di Primio Paz tivera fortes vínculos com o integralismo, tendo inclusive feito parte do Partido de Representação Popular (PRP), pelo qual chegou a se candidatar a deputado estadual em 1947, não sendo, contudo, eleito.⁵⁹⁶

Outro integralista que teve importante atuação após 1964 no âmbito da educação superior e também diplomou-se pela ESG após o golpe foi Jorge Boaventura de Souza e Silva (CSG 1966). Professor na Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ, em 1968 publicaria *Marxismo: alvorada ou crepúsculo?*, pela editora Record.⁵⁹⁷ Nos primeiros anos da ditadura militar, foi diretor-geral do Departamento Nacional de Educação, integrou a Comissão Meira Mattos e chegou a presidir a CISMEC, órgão que, como assinalado no início da tese, centralizaria as funções de perseguição aos “inimigos do regime” nas universidades a partir de 1969.⁵⁹⁸ De 1984 a 1988, integrou o conselho editorial da revista militar *A Defesa Nacional*.⁵⁹⁹

⁵⁹³ JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS - v. II (1951-1978)*... op. cit. p. 122.

⁵⁹⁴ *Ofício n.º 599* da ADESG nacional, de 09/set/1971, do Prof. Tarcísio Meirelles Padilha, Secretário e Diretor do Departamento de Ciclos de Estudos daquela associação, ao Prof. L. C. de Mesquita Rothmann, diretor do IFCH/UFRGS, solicitando autorização para que o Prof. Hugo di Primio Paz pronunciasse a conferência “Ação Política: Soluções Autocráticas e Democráticas” nos Ciclos de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento que ocorreriam nas cidades de Londrina, Ponta Grossa, Curitiba, Joinville e Florianópolis entre 22 e 29 de setembro de 1971. UFRGS/NPH/IFCH. Série 1 - Organização e Administração. Subsérie 1.2. - Correspondência.

⁵⁹⁵ Voltarei a falar da ADR mais adiante neste capítulo, na seção sobre a ADESG. Referências ao Departamento Regional do RS da ADESG doravante serão feitas apenas pela sigla “ADESG-RS”, por praticidade, embora ela não fosse usada pela associação, que usualmente adotava a forma por extenso.

⁵⁹⁶ PROJETO PASSO FUNDO. *Eleições para a Assembleia Legislativa de 1947*. Disponível em: <http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=10389>. Acesso em: 29/jul/2014.

⁵⁹⁷ PROFESSOR JORGE BOAVENTURA. *Livros e artigos*. Disponível em <<http://jorgeboaventura.wordpress.com/>>. Acesso em: 01/ago/2014.

⁵⁹⁸ Sobre a Comissão Meira Mattos e a CISMEC, cf. o cap. 1.

⁵⁹⁹ *A DEFESA NACIONAL*, n. 712, mar/abr.1984, p. 3. Rio de Janeiro; *Id*, n. 740, nov/dez.1988, p. 3. Rio de Janeiro. BIBLIEX/BFD/ADN.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Como autor de obras anticomunistas, dirigente de órgãos burocráticos vinculados à educação e membro de comissões diretamente atuantes na vigilância e repressão de membros do campo da educação superior durante aquela ditadura, Boaventura é também um emblemático exemplo das diversas formas de atuação daqueles que aqui estão sendo definidos como “intelectuais pró-regime”. Evidentemente, não se trata de considerar que a ESG fosse exclusivamente responsável pela formação ideológica de tais agentes: os antigos vínculos de Boaventura e Di Primio Paz com o integralismo indicam isso com clareza, sendo também óbvio que, como em qualquer situação, muitas outras formas de influência concorreram nesse sentido. Aqui importa apenas assinalar que, dentre tal multiplicidade, a ESG parece ter contribuído de maneira significativa.

A classificação de Mário Henrique Simonsen (CSG 1974) como “professor” no *site* da escola é especialmente interessante como exemplo dessa pluralidade de vínculos que os diplomados poderiam ter. Professor de Economia na FGV, o caso de Simonsen aponta para as múltiplas inserções daqueles potenciais intelectuais pró-regime em meios tão diversos quanto a alta cúpula governamental, o campo da educação superior e o segmento empresarial, na linha do que já vinha sendo aqui referido.

Além dos classificados pela ESG na categoria “professor”, três diplomados de 1950 a 1988 foram caracterizados como “acadêmicos”, sendo que apenas um deles lá formou-se após 1964. Tratava-se de Arnaldo Niskier (CSG 1976), membro da Academia Brasileira de Letras desde 1984, professor de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre 1968 e 1995 e diretor do Centro de Educação e Humanidades daquela universidade entre 1971 e 1988.⁶⁰⁰ Esse dado sobre sua atuação como dirigente universitário ao longo dos anos 1970 e 1980 é especialmente relevante, pois aponta para a probabilidade de que, na linha do que já vinha sendo delineado aqui a partir de outros exemplos, para além da difusão ideológica, a influência da ESG provavelmente deu-se também no âmbito das atividades de direção universitária. Niskier foi secretário de Ciência e Tecnologia da Guanabara de 1968 a 1971 e de Educação e Cultura entre 1979 e 1983, assinalando mais uma importante forma de ação ideológica que aqueles

⁶⁰⁰ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Arnaldo Niskier*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=250&sid=209>>. Acesso em: 01/ago/2014; ARNALDO NISKIER. Site Oficial *Biografia*. Disponível em: <<http://www.arnaldoniskier.com.br/vida/biografia.html>>. Acesso em: 01/ago/2014.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

cursos podem ter realizado: a influência da doutrina sobre indivíduos envolvidos com a definição e gestão das políticas educacionais e de pesquisa.⁶⁰¹

No caso de alguns diplomados, o *site* da ESG não indica qualquer vínculo socioprofissional, assinalando apenas o nome. Boa parte desse grupo é constituída por indivíduos de diversas e bastante conhecidas trajetórias políticas e profissionais, incluindo brasileiros, como Alceu Amoroso Lima (CSG 1963) e Octávio Gouvêa de Bulhões (CSG 1959), e estrangeiros, como Robert S. McNamara (CSG 1963) e os generais Juan Carlos Onganía (CSG 1969) e Alejandro Agustín Lanusse (CSG 1969). Esses exemplos apontam para a heterogeneidade política, ideológica e cultural do conjunto de diplomados da ESG, reforçando a necessidade de redobrado cuidado metodológico e analítico no trato do tema.

A ausência de indicação de vínculo socioprofissional no caso de alguns desses diplomados talvez decorresse justamente do fato de serem figuras públicas notórias, o que poderia gerar dificuldade de caracterização ou, alternativamente, entendimento de que tal informação fosse irrelevante.

De qualquer modo, importa assinalar que, a despeito da ausência de indicações, alguns integrantes desse grupo tinham vínculos importantes com o campo da educação superior. Era o caso, por exemplo, de Eugênio Gudín (CSG 1979), vice-presidente da FGV de 1960 a 1976, e de Miguel Reale (CSG 1974), reitor da USP de 1969 a 1973.

Por fim, dois diplomados foram classificados pela ESG na categoria “reitor”: Antonio de Souza Sobrinho (CSG 1983) e Euclides Carvalho Fernandes (CAEPE 1987). Entretanto, nenhum dos dois era efetivamente reitor nas respectivas ocasiões em que foram alunos na ESG. Seus casos são indicativos tanto da imprecisão dos dados fornecidos pelo *site* da escola quanto da já mencionada variedade de vínculos de alguns de seus diplomados com o campo da educação superior no contexto da ditadura. O padre Antonio de Souza Sobrinho, professor de Sociologia da UFPB desde 1973, chegou a ser reitor daquela universidade, mas posteriormente, de 1988 a 1992; é possível que, em 1983, fosse responsável por alguma das pró-reitorias daquela universidade, o que poderia explicar a confusão na classificação.⁶⁰²

⁶⁰¹ Niskier é, atualmente, presidente do Centro de Integração Empresa-Escola do RJ (CIEE-RJ) e colaborador ativo do Instituto Millenium. INSTITUTO MILLENIUM. *Autor: Arnaldo Niskier*. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/author/arnaldo-niskier/>>. Acesso em: 01/ago/2014.

⁶⁰² ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS. 40 – *Antônio de Souza Sobrinho*. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=302:40-antonio-de-souza-sobrinho>. Acesso em: 25/mar/2014; UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). *Antônio de Souza*

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Assim também Euclides Carvalho Fernandes que, na ocasião em que cursou a ESG, não era reitor, mas sim vice-reitor do ITA, função que cumpriu de 1986 a 1989. Fernandes também chegou a ser reitor posteriormente, dirigindo aquela instituição de 1994 a 2001.⁶⁰³ Antes disso, também teria atuado como professor do curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, em Minas Gerais (atual Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI).⁶⁰⁴

Outra hipótese para a origem de tais imprecisões é que a categorização socioprofissional apresentada no *site* da ESG tenha sido elaborada em período relativamente recente e que os responsáveis por tal trabalho tenham procedido à classificação dos diplomados sem levar em conta a ocupação ou patente do ex-aluno quando da conclusão do respectivo curso.

Tudo que foi visto até aqui, neste capítulo, sugere que provavelmente os cursos de altos estudos promovidos naquela escola influenciaram aqueles agentes, embora não seja possível mensurar o grau em que isso possa ter ocorrido, na medida em que tal informação dependeria de profunda análise biográfica e, ainda assim, seus resultados talvez não permitissem tal verificação. De todo modo, o que importa é observar a participação constante e em quantidade nada desprezível de membros do campo naqueles cursos. Veremos agora alguns aspectos do conteúdo de tais cursos, com ênfase para a eventual presença de noções comuns às outras formas de controle do campo da educação superior, abordadas nos capítulos anteriores.

4.2.2 – Doutrina de Segurança Nacional

Como visto, vários membros do campo da educação superior frequentaram os cursos

Sobrinho. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/content/ant%C3%B4nio-de-souza-sobrinho>>. Acesso em: 25/mar/2014; UFPB. *Reitores*. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/node/38>>. Acesso em: 25/mar/2014.

⁶⁰³ INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA (ITA). *Reitor*. Disponível em: <<http://www.prograd.ita.br/reitor.php>>. Acesso em: 25/mar/2014.

⁶⁰⁴ ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO ITA. *Euclides Carvalho Fernandes*. Disponível em: <http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=Euclides_Carvalho_Fernandes>. Acesso em: 25/mar/2014; UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ. *Histórico e atualidades*. Disponível em: <<http://www.unifei.edu.br/diversos/a-unifei>>. Acesso em: 25/mar/2014. Sobre o ITA, cf.: BOTELHO, Antonio José Junqueira. Da utopia tecnológica aos desafios da política científica e tecnológica: o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1947-1967). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 39, fev/1999.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

da ESG. Se a DSN era a essência daquelas atividades formativas em termos de conteúdo, torna-se indispensável verificar, dentre outros aspectos, que concepções de *educação* e de *subversão* nela eram adotadas.

A DSN elaborada pela ESG foi, como se sabe, uma adaptação da homônima doutrina elaborada pelo *National War College*, instituição que também serviu de modelo para a criação da própria ESG. A construção da DSN na ESG também contou com a influência de uma tradição do pensamento autoritário brasileiro vinculada a intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Como assinala Eliézer de Oliveira, “não se pode atribuir inteiramente ao setor militar localizado na ESG a criação do tipo de pensamento político-ideológico difundido por ela”, na medida em que nele haveria também elementos provenientes “do pensamento político brasileiro” e do “pensamento militar que se desenvolveu nos Estados Unidos do pós-guerra”.⁶⁰⁵ A síntese produzida pela escola a partir dessas diferentes fontes intelectuais foi, como temos visto ao longo da tese e veremos também nas páginas seguintes, um dos principais componentes das diretrizes ideológicas daquele regime.

A principal fonte nesta seção é o já citado *Manual Básico* da ESG em sua edição de 1975. Seu uso, sobretudo nessa edição específica, pareceu-me adequado por dois motivos: (1) apresenta uma síntese de toda a doutrina; (2) caracteriza-a em meados dos anos 1970, uma conjuntura em que as feições mais marcantes daquele sistema de controle já estavam plenamente delineadas. Vale observar que alguns aspectos do manual e da doutrina já foram comentados em outras partes desta tese e, portanto, não serão aqui retomados.⁶⁰⁶

Como vimos quando começamos a tratar do tema da vigilância, o manual destinava-se a servir de referência pedagógica tanto no âmbito dos diversos cursos da ESG quanto nos ciclos e cursos da ADESG (que serão abordados em detalhes nas próximas páginas). Seus capítulos parecem ter sido escritos de modo a poderem ser lidos independentemente uns dos outros, pois não raro um repete definições básicas já apresentadas em outros. É plausível supor que isso fosse intencional, para oferecer maior praticidade em usos didáticos sobre temas específicos.

O manual compunha-se de nove capítulos, os quais tratavam de: política nacional,

⁶⁰⁵ Cf.: OLIVEIRA, Eliézer, Rizzo de. *As Forças Armadas...* op. cit. p. 24; 35-40.

⁶⁰⁶ Observe-se particularmente os comentários feitos no cap. 2 sobre a noção de *segurança interna* e questões correlatas.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

expressões do poder nacional, segurança nacional, teoria dos conflitos, desenvolvimento nacional, realidades contemporâneas, informações nacionais, logística e mobilização nacionais e planejamento nacional. Cotejando o conteúdo do manual com a estrutura curricular do Curso Superior de Guerra – um dos principais dentre os promovidos pela escola – percebe-se que, de fato, o Manual Básico abrangia todos os elementos fundamentais da DSN, confirmando sua relevância como fonte nesta seção.⁶⁰⁷

Primeiramente, convém precisar as noções de “Estado” e “Nação” ali mobilizadas:

Nação é a sociedade já sedimentada pelo longo cultivo de tradições, costumes, língua, ideias, vocações, vinculada a determinado espaço de terra e unida pela solidariedade criada pelas lutas e vicissitudes comuns, que se traduz na vontade de continuar vivendo em conjunto e projetar-se no futuro, preservando os valores alcançados e buscando a realização dos objetivos colimados. (...)

*Estado é a entidade de natureza política, instituída em uma nação, sobre a qual exerce controle jurisdicional, e cujos recursos ordena, para promover a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais.*⁶⁰⁸

Não há grandes inovações nessas definições. A nação é caracterizada como comunidade reunida em torno a determinados valores e tradições, “uma entidade social originária ou imutável” reunida em prol de objetivos comuns, uma sociedade de iguais que institui um Estado, de modo a garantir a unidade e alcançar suas metas. Como observou Hobsbawm, as nações são “fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto”, mas não podem ser compreendidas sem que sejam consideradas “em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ A referida estrutura curricular foi caracterizada por Samara Lerner em sua tese. A DSN era o principal componente do primeiro período do Curso Superior de Guerra da ESG. Essa fase inicial tinha caráter doutrinário e durava 11 semanas. Além da doutrina, havia uma breve introdução (chamada de “orientação escolar”), com apresentação da escola, programa letivo e método didático. Também eram abordados brevemente alguns temas de Administração e de “Metodologia para o Estabelecimento da Política Nacional”. Depois disso passava-se à segunda fase do curso, com duração de 23 semanas, incluindo saídas de campo cujo foco era a “análise” e “síntese” da “conjuntura interna e externa”. Por fim, a terceira fase, de “aplicação”, tinha duração de seis semanas.

LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ...* op. cit. p. 353-358.

Para uma análise mais detalhada da estrutura curricular dos cursos da ESG, cf.: SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional...* op. cit. p. 154-162.

⁶⁰⁸ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 20; 22.

⁶⁰⁹ HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 18-20.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

A relevância dessas noções básicas conforme definidas pela ESG provém do fato de que eram o fundamento de outras duas ideias que estavam no cerne da doutrina: “objetivos nacionais” e “poder nacional”. No caso da primeira, sua importância pode ser aferida nas sinônimas referências a “objetivos nacionais” e “objetivos colimados”, integrantes das definições de *Estado* e *nação* apresentadas nas passagens citadas. Tais objetivos seriam, em síntese, “o que a Nação visa a atingir”, enquanto o “Poder nacional” seria constituído pelos “*meios* com que conta a Nação para atingir aqueles objetivos”.⁶¹⁰ Observe-se o modo como tal abordagem mascarava os conflitos e diferenças sociais com seu discurso nacionalista: os “Objetivos Nacionais” seriam, assim, “a cristalização de *interesses e aspirações* que, em determinada *fase da evolução da comunidade, toda uma nação* busca satisfazer”.⁶¹¹

O Estado seria, nesse sentido, o principal instrumento por meio do qual a Nação poderia alcançar tais metas, por ser o detentor do “monopólio da coerção”, entendido como “a faculdade de impor, inclusive pelo emprego da força, *normas de conduta* a serem obedecidas por todos”.⁶¹² Perspectiva clássica e consensual, à qual não caberia maiores reparos, senão agregar a decisiva observação de que tais normas eram definidas por poucos e de modo a beneficiar fundamentalmente uma minoria, e não todo o “povo”, como sustentava a doutrina.

O já referido binômio *segurança e desenvolvimento* surgia então como finalidade primordial do Estado: “os fins do Estado contemporâneo são: a Segurança, visando ‘a criar e a manter a ordem política, econômica e social’; [e] o Desenvolvimento, visando a ‘promover o Bem Comum’”. Fins que, ainda segundo o manual, “se completam e reciprocamente se condicionam”.⁶¹³

As “elites governantes” teriam assim um papel fundamental, por serem caracterizadas como responsáveis por definir o que seria melhor para as “massas”, identificando a “necessidade de incutir na população interesses, aspirações, valores e objetivos novos, com o fim de impregná-los favoravelmente a mudanças imprescindíveis em prol de um aperfeiçoamento material ou espiritual”. Para que tais objetivos pudessem ser “compreendidos” e percebidos como benéficos a todos, segundo o manual seria necessário, em alguns casos, “um trabalho educativo bem orientado”. A “capital influência das elites,

⁶¹⁰ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 32.

⁶¹¹ Ibid. p. 35.

⁶¹² Ibid. p. 117.

⁶¹³ Ibid. p. 26.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

particularmente da elite dirigente”, era vista como crucial para o “Bem Comum”, pois seriam responsáveis por “*captar e interpretar*” os “*interesses e aspirações latentes no povo*”, “harmonizando-os com os *verdadeiros interesses da Nação* e com o *Bem Comum*” e “*apresentando-os, de volta, ao povo* que, desse modo sensibilizado”, poderia “*entender e adotar* os novos padrões” assim “*propostos*”.⁶¹⁴

A referida “elite dirigente”, à qual caberia definir os objetivos nacionais, correspondia ao primeiro escalão de governo, ou seja, ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). A partir da Emenda constitucional nº 1, de 17/out/1969 (art. 89, inciso I), formalizara-se a atribuição do CSN no sentido de “estabelecer os Objetivos Nacionais Permanentes e as bases para a Política Nacional”. Apesar disso, a ESG buscava apresentar, no manual, ‘sugestões’ de objetivos nacionais permanentes, “adotados didaticamente pela Escola Superior de Guerra”: “integridade territorial”, “integração nacional” (com o recurso, aqui, ao mito da democracia racial), “democracia” (“os movimentos e agitações do período republicano sempre tiveram por princípio, ou pretexto, *preservar as liberdades* e, em 1964, ameaçado por *totalitarismo alienígena, o Brasil inteirou levantou-se em nome da fé democrática*”); “progresso”; “paz social” (mito da democracia racial de novo: “a *índole brasileira*, tolerante e afetiva, é fator favorável à paz social”; “a *integração racial* é facilitada pela *ausência de preconceito racial*, herança benéfica do *caldeamento racial português*”); e “soberania”.⁶¹⁵

Apesar de reiteradamente caracterizar-se como democrata, o autoritarismo da doutrina transparecia em alguns trechos do manual, como, por exemplo, ao tratar do “Poder Nacional”: “é preciso que à vontade se some a **capacidade** (meios) de fazê-lo. Eis a gênese do Poder: para satisfazer seus interesses, deve o homem agir **impondo** sua vontade de forma a assegurar-lhe o domínio sobre quaisquer forças ou óbices que se lhe oponham”.⁶¹⁶

Em outras partes desta tese, já foi referida a importância que o grupo no poder atribuía à construção de uma *aparência de legitimidade* para aquele regime. No manual, não era diferente: tentava-se disfarçar os referidos traços autoritários através de uma retórica peculiar, que sustentava que, “para que a autoridade possa concentrar e utilizar eficientemente o Poder do grupo”, seria fundamental que esse poder fosse “*legítimo, isto é, consentido e dirigido,*

⁶¹⁴ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 37; 39-40; 120-121.

⁶¹⁵ Ibid. p. 50-53. Sobre o mito da democracia racial, cf.: MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 222-223.

⁶¹⁶ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 62.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

sem abuso ou desvio, na prossecução dos interesses e aspirações do grupo”. O decisivo aqui é o que não é dito: como grande parte de tal consentimento era construído, através da formação de consensos favoráveis obtidos, por sua vez, por meio de ações de propaganda e censura ou da atuação de intelectuais formados pelo regime para difundir e consolidar suas diretrizes ideológicas junto a diferentes segmentos sociais.

Como assinalado, as ditaduras não podem legitimar-se, pois a elas é inerente o que Aróstegui denominava “ilegitimidade de origem”.⁶¹⁷ São regimes instituídos por atos ilegítimos, como golpes de Estado, o que os marca indelevelmente. Para que pudessem legitimar-se, precisariam deixar de ser. Como, segundo propunha Gramsci, nenhum regime político pode sustentar-se apenas na coerção, surge a necessidade, por parte das ditaduras, de uso de estratégias de convencimento, de modo a garantir um mínimo de apoio (consensos ativos) ou, ao menos, de aceitação (consensos passivos).⁶¹⁸

Nesse processo de tentativa de construção de uma aparência de legitimidade, fundamental era, pelo motivo exposto, o tema das *origens do regime*. Não é casual que justamente esse ponto seja claramente obliterado no Manual:

Um estudo mais prolongado do Poder, *que não cabe neste manual*, pediria uma análise sob três critérios: *origem*, conteúdo e efeitos.

Está claro que, quanto à origem, a fonte do Poder se apresenta como um tema de alta indagação. A origem última está no homem – só o homem tem vontade e capacidade de expressá-la. Será assim, quanto à capacidade expressada que se distinguirão as várias fontes, como, por exemplo, a força física, a força da crença, a força moral, a força da inteligência e do conhecimento ou a força legitimada pelo consentimento.

Esta especulação, todavia, *por mais interessante que se apresente para o filósofo e para o cientista político, é de menor valia para uma doutrina de ação política. Para esta, o Poder é um dado de fato, um instrumento de trabalho que deve ser compreendido para ser bem utilizado; em suma, o Poder é.*⁶¹⁹

A definição de Poder nacional elaborada pelo general Juarez Távora em 1954 foi a primeira a incluir as questões internas. Poder nacional seria, a partir de então, a expressão “integrada dos meios de toda ordem que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional *e no âmbito interno*, a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, a despeito de antagonismos existentes”. Essa, afirma o

⁶¹⁷ ARÓSTEGUI, Julio. Coerción, violencia, exclusión... op. cit.

⁶¹⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. V. 3...* op. cit.; GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 3, São Paulo, Set.-Dez./1988.

⁶¹⁹ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 63.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

manual, foi “a conceituação básica de Poder Nacional” que a escola adotou, com alterações secundárias, nas duas décadas seguintes.⁶²⁰ Para fins “analíticos”, “didáticos” e “práticos”, o Poder Nacional era considerado sob quatro “expressões”: política, psicossocial, econômica e militar.⁶²¹ Tais expressões corresponderiam aos *efeitos* da aplicação do Poder Nacional.

Outras definições fundamentais para a doutrina eram as de “fatores adversos” (“óbices de toda ordem, internos ou externos”); “antagonismos” (fatores adversos *intencionalmente* criados) e “pressões” (antagonismos *com poder ou capacidade* de criar oposição de fato). O tratamento de “fatores adversos” corresponderia principalmente à “Política Nacional de Desenvolvimento”; entretanto, “se preponderam os antagonismos, pressões e pressões dominantes, a prevalência é da Política Nacional de Segurança”.⁶²² Ao “estadista”, com o apoio do “sistema de informações de que se vale”, caberia identificar os “óbices que sejam suficientemente relevantes na concepção de uma estratégia”, dada sua suposta capacidade “de interferir no processo de desenvolvimento, de modo a afetar, direta ou indiretamente, a Segurança Nacional”. Segundo a doutrina, esses óbices poderiam ser determinados, em alguns casos, por “vontades antinacionais”, abrindo a brecha para a construção da imagem do inimigo, na linha do que temos visto desde o primeiro capítulo.⁶²³

4.2.2.1 – Educação

A educação era uma das áreas consideradas pela ESG como “estratégicas”, junto a outras como saúde e comunicações.⁶²⁴ A noção de educação adotada na doutrina era definida nos seguintes termos:

Educação é o processo de assimilação e transmissão de conhecimentos e valores culturais do grupo social que visa a levar o ser humano à realização de suas potencialidades. Em sentido amplo, é sinônimo de socialização, adaptação à vida. Os programas educacionais nem sempre enfatizam devidamente a educação social *que deve dar às pessoas consciência do seu lugar, seus papéis* e sua articulação com a sociedade.⁶²⁵

⁶²⁰ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 67.

⁶²¹ Ibid. p. 70-71.

⁶²² Ibid. p. 86-87.

⁶²³ Ibid. p. 96.

⁶²⁴ Ibid. p. 100.

⁶²⁵ Ibid. p. 170; na p. 398, na linha do que comentei sobre repetições de definições em diferentes capítulos do

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Essa ideia de educação como forma de preparar cada pessoa para o desempenho de seu “papel” é condizente com uma visão de sociedade dividida entre “elites” esclarecidas, às quais caberia a direção do país, e os demais, membros do “povo”, que deveriam cumprir suas supostas funções na sociedade sem questionamentos, por terem “consciência do seu lugar”.

Visto isso, não é de espantar que a noção de “capital humano” assumisse grande importância na caracterização da contribuição decisiva que a educação deveria dar ao desenvolvimento econômico do país, sobretudo em termos de avanço tecnológico, tema que, como se sabe, era e é fundamental para os militares:

As estatísticas brasileiras revelam que a acumulação de capital humano, sob a forma de educação, respondeu por cerca de 20% do aumento da produção observada no período 1959/60, a despeito de naquele período não se registrar nenhum esforço específico no campo educacional. Caracteriza-se, pois, a importância fundamental da educação do homem como o ‘investimento’ mais produtivo para o desenvolvimento. É através do preparo profissional técnico-científico que uma sociedade se coloca em condições de assimilar a tecnologia já criada e de aplicar e ampliar tecnologia mais desenvolvida.⁶²⁶

Particularmente importante para os fins deste capítulo é observar a noção de “educação moral e cívica”, também referida pela expressão “educação democrática”, que o manual mobilizava. Era vista como a “educação dos cidadãos para a Democracia – pelo conhecimento dos direitos e obrigações a ela inerentes, e pela adoção de atitudes, hábitos e ideais compatíveis com sua vivência”.⁶²⁷ A colaboração de outras disciplinas, como História e Literatura, bem como de órgãos integrantes do campo da educação superior, como as entidades de representação dos estudantes, também era vista como importante para que se pudesse “fazer do indivíduo um *bom cidadão*”: “o respeito à lei e a lealdade aos ideais e princípios da Democracia são ensinados através da *História*, do *civismo* e da *literatura* e, também, *através das organizações estudantis*”. Isso porque, segundo a perspectiva proposta pela doutrina, “o *testemunho de compreensão e obediência às leis é dever cívico*, significa participação nos problemas da sociedade e desejo de cooperar com as outras pessoas, tendo em vista o *bem comum*”.⁶²⁸

manual, era novamente apresentado o conceito de educação, sendo utilizados exatamente os mesmos termos.

⁶²⁶ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 153.

⁶²⁷ *Ibid.* p. 366.

⁶²⁸ *Ibid.* p. 400-401.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Mas “a *finalidade máxima* da educação democrática” seria - propunha o manual - “fazer da criança uma pessoa *bem ajustada* na família e na comunidade”, “fazer do indivíduo um *bom membro* da família e da comunidade”. A ação normatizadora, conformadora de comportamentos, seria, portanto, a principal função da educação.⁶²⁹ Entretanto, a ordem social assim consolidada não era apresentada como uma consequência da intervenção das “elites dirigentes”, mas como algo natural: seria, para a doutrina, “decorrente do respeito e obediência a *normas que se estabelecem naturalmente* à medida que os participantes do grupo adotam os valores culturais e admitem como obrigatórios os usos e costumes vigentes”.⁶³⁰

Já “nas sociedades comunistas”, segundo o manual, aconteceria o oposto. Nelas, a escola seria “sempre permeada pela ideologia e utilizada para os objetivos do partido dominante”, com métodos “orientados para atingir os objetivos de afirmação do Partido Comunista”. “Duas das principais tarefas atribuídas à escola comunista” seriam, assim, buscar “a consolidação da concepção comunista no mundo” e “o desenvolvimento cultural com vistas ao Poder do Estado”.⁶³¹ Não deixa de ser irônico que as críticas dirigidas pela ESG às “escolas comunistas” pudessem ser aplicadas à “educação democrática” defendida, poucas páginas antes, no mesmo manual.

A educação defendida pela ESG deveria, desse modo, não apenas combater as ideias “subversivas”, mas também convencer as pessoas da importância do comprometimento com o “Bem Comum”:

Não bastará condenar a ideologia marxista, não bastará evidenciar suas falácias, nem bastará desmascarar seus mitos. Há que se oferecer a cada indivíduo, com ênfase especial nos setores da população mais sensíveis à guerra psicológica adversa, os suportes educacional e, sobretudo, axiológico. (...) Uma doutrina visando ao Bem Comum (...) [que] destrua o Mal e eleve o Bem, oferecendo para todos a escala tradicional de valores positivos.⁶³²

Havia também a compreensão da importância de que a estrutura de vigilância observasse com cuidado o setor educacional, sugerindo aos agentes desse segmento do sistema de controle que acompanhassem “os programas das instituições educacionais de todos os níveis”, preocupando-se “quase tanto com as alterações do texto dos livros elementares de

⁶²⁹ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 401.

⁶³⁰ *Ibid.* p. 119.

⁶³¹ *Ibid.* p. 403.

⁶³² *Ibid.* p. 311.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

história quanto com as alterações dos currículos das mais elevadas escolas superiores e profissionais”. Do mesmo modo, tais agentes deveriam observar “as doutrinas básicas da vida: incremento ou desvanecimento da religiosidade, patriotismo, nacionalismo, crença e confiança na ordem reinante e nos mitos nacionais”. Afirmava a ESG que a vigilância deveria acompanhar ainda “as mudanças da atitude popular diante de um *expurgo de indesejáveis*, da nacionalização da propriedade privada, do partido do governo, do casamento civil”, dentre outros tópicos.⁶³³ Deveria manter atenção também sobre a “consequência da *política educacional*, seus efeitos na formação de técnicos e especialistas”, bem como as “tendências ideológicas das diversas camadas sociais”, de modo a “saber até que ponto a opinião pública pode apoiar, permanecer a favor ou ficar contra o governo”, com “especial atenção” para certos aspectos, dentre eles os “pontos sensíveis da opinião pública que devam ser atingidos por uma forma qualquer de influência”.⁶³⁴ Evidentemente, o efetivo controle que se obteve foi mais modesto que as intenções que determinados agentes manifestavam, como nesses trechos do *Manual Básico* da ESG. A percepção dessas disparidades entre intenções e ações, além de sugerir cautela no uso das fontes, é fundamental para que se possa compreender a dinâmica complexa daquele sistema.

4.2.2.2 – *Subversão*

A noção de “subversão” estava no cerne da DSN e pautava o trabalho dos agentes daquele sistema de controle.⁶³⁵ Em essência, entendia-se por subversão qualquer ameaça à ordem social e ao regime político vigentes. A doutrina propunha, nesse sentido, que uma das principais incumbências das Forças Armadas seria “*combater a subversão*, no cumprimento da missão constitucional de garantia da Lei e da Ordem, para preservar a unidade nacional e as instituições democráticas”.⁶³⁶

Embora até mesmo no manual houvesse certa confusão entre “subversão” e noções a

⁶³³ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 464.

⁶³⁴ *Ibid.* p. 465.

⁶³⁵ Além dos diversos casos apresentados ao longo da tese de uso da noção de *subversão* para caracterizar o “inimigo” por parte dos agentes de controle, um exemplo pode ser conferido em: *Dossiê Ações Subversivas, 1975*. BR MGAPM,XX DMG, pasta 32.

⁶³⁶ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 206.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

ela vinculadas (como “terrorismo”, “esquerdismo” e “comunismo”, dentre outras), uma análise cuidadosa permite perceber que a noção de subversão funcionava como categoria primária, com outras correspondendo, por exemplo, a *métodos “subversivos”* (“terrorismo”, “contestação”, “agitação”, “baderna”, “desordem”, “luta armada”, “pacifismo” etc.) ou a *ideologias “subversivas”* (“comunismo”, “socialismo”, “esquerdismo”, “marxismo”, “marxismo-leninismo” e, em alguns casos, também “liberalismo”). Em uma passagem ilustrativa do manual, afirmava-se que “o terrorismo, como a sabotagem, pode estar ou não ligado à espionagem”, e que, “presentemente, ambos são instrumentos da subversão”.⁶³⁷

Observe-se o caso da noção de “marxismo” mobilizada no manual. Ali afirmava-se que “o marxismo”, em seu *itinerário da subversão*, buscaria “o apoio de ideologias particulares, de fácil aceitação, como o nacionalismo, ou de campanhas populares, como o anticolonialismo, o pacifismo, mudanças de estruturas etc.”.⁶³⁸ O marxismo, nessa perspectiva, seria uma ideologia geral que promoveria a subversão pela mobilização de determinadas “ideologias particulares”, dentre outros meios; seria, assim, uma *influência ideológica*, uma *causa* da subversão. Em diferente trecho do manual, a mesma ideia é mobilizada em outros termos: “há crises no campo democrático, inclusive as que são geradas pelas contestações e subversões internas *suscitadas* pela própria ideologia marxista-leninista”.⁶³⁹ “Marxismo”, “marxismo-leninismo”, “ideologia marxista-leninista” etc. eram apenas termos e expressões utilizados de modo intercambiante, não havendo diferenças concretas entre eles em termos de conteúdo nos sentidos atribuídos pela doutrina. De modo análogo, a referência a “contestações” e “subversões internas” não assinalava na prática a diferenciação entre “contestação” e “subversão” que uma leitura descolada do contexto poderia sugerir; tratava-se, isto sim, de mero recurso retórico de reforço, exemplo daquele padrão discursivo que, apesar dessas imprecisões, era bastante eficaz em seus objetivos doutrinários.

Observar a caracterização da chamada “teoria dos conflitos” feita no manual ajuda a compreender o lugar que a noção de subversão tinha na doutrina. A noção de “inimigo interno” era crucial nesse sentido. A “guerra revolucionária” seria um tipo de “guerra não

⁶³⁷ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 480.

⁶³⁸ *Ibid.* p. 359.

⁶³⁹ *Ibid.* p. 370.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

clássica”, uma forma de “guerra não declarada”, que abrangeria “a agressão indireta” e seria “de concepção marxista-leninista”. A “guerra revolucionária” poderia, segundo o manual, “incluir o conflito armado no interior de um país, entre partes de sua população”, com uso da “*arma psicológica*”, de modo a explorar as “*vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente*”. Teria “como característica principal o envolvimento da população do *país-alvo* numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à *conquista das mentes*”. Seus métodos iriam, segundo a ESG, da “exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas”, à “organização de **zonas dominadas**, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e a outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente”.⁶⁴⁰

Dentre os métodos da “guerra revolucionária”, estariam a tentativa de “impor a ideologia marxista e conquistar as mentes”, o ataque às “instituições de coesão, como a família” e “a religião”, e a tentativa de “conquistar o povo, e estar sempre com o povo, e falar em nome do povo, e solidarizar-se com ele, para arrebatar, assim, cada vez mais a influência e popularidade do governo.” Ao caracterizar em mais detalhes as várias etapas da “guerra revolucionária”, percebe-se que a noção de “subversão” estava presente em todas, variando apenas em *intensidade*. A essência desse tipo de guerra era, desse ponto de vista, “**ser subversiva**, por visar à destruição dos princípios morais em que repousa a sociedade, por provocar a indisciplina e a quebra da hierarquia, por pretender a dissolução da sociedade estabelecida”.⁶⁴¹

O entendimento de que a “subversão” seria obra de “minorias” – recorrente em diversos meios, como visto ao longo da tese – parece ter sido uma das principais ideias difundidas pela ESG para diversos segmentos do sistema de controle. Afirmava-se no manual, por exemplo, que, além de “subversiva”, a Guerra Revolucionária seria “*conduzida por uma minoria atuante, estimulada ou apoiada do exterior*”.⁶⁴²

Por fim, para combate à “guerra revolucionária” e à “subversão”, o manual sugeria uma série de medidas, todas relacionadas, direta ou indiretamente, com as formas de controle

⁶⁴⁰ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 291; 303-304. O manual adotava como referência, dentre outras fontes, a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898 de 29/set/1969), que definia “guerra revolucionária” no 3º parágrafo de seu Art. 3º.

⁶⁴¹ Ibid. p. 301-302.

⁶⁴² Ibid. p. 311.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

social analisadas nesta tese:

- estimular o *desenvolvimento* para combater as injustiças sociais e as desigualdades entre os homens;
- realizar eficiente *ação psicológica* associada ao correto emprego da *comunicação social*, objetivando a *afirmação democrática* e o *fortalecimento moral* da sociedade;
- aprimorar, continuamente, a eficiência administrativa;
- elaborar e aplicar a legislação adequada à prevenção e *combate à subversão*;
- realizar o *planejamento* global com vistas à Guerra Revolucionária e, dentro dele, o Plano de Segurança Interna;
- pôr em execução esses planos, de forma *agressiva e contínua*.⁶⁴³

* * *

4.3 – ADESG

Em relação à formação de intelectuais, a ESG era responsável pela preparação de um *primeiro escalão*, indivíduos que, em vários casos, iriam ocupar postos estratégicos no Estado e na sociedade civil, incluídas as principais instituições do campo da educação superior e do sistema de controle.

No caso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), tratava-se de formar um *segundo escalão* de intelectuais pró-regime, também para ocupação de postos no Estado e na sociedade civil. Função análoga seria exercida pelo IPÊS e órgãos correlatos.

A ADESG, fundada em 07/dez/1951 e declarada de utilidade pública por Café Filho menos de dois meses após o suicídio de Vargas, tem por finalidade, desde suas origens até hoje, a realização de cursos para divulgação da doutrina produzida pela ESG.⁶⁴⁴ Entre 1963 e 1973, seus objetivos expressos foram:

- a) Congregar os diplomados da Escola Superior de Guerra;
- b) Difundir conceitos doutrinários relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento do Brasil, de acordo com os métodos de trabalho e os estudos da ESG, sem vinculação de qualquer espécie a partidos políticos, entidades, grupos, associações, pessoas ou organizações de qualquer natureza;
- c) *Manter estreitas ligações com a ESG, cuja orientação seguirá quanto aos aspectos de segurança e sigilo;*

⁶⁴³ EMFA/ESG/DE. MB-75... op. cit. p. 312.

⁶⁴⁴ Decreto nº 36.359, de 21/out/1954.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

- d) Proporcionar aos seus associados atualização com a doutrina da ESG, estimular os trabalhos em equipe e incentivar a máxima cooperação entre todos; e
- e) Cooperar com entidades públicas e particulares em estudos, pesquisas e planejamentos de interesse nacional.⁶⁴⁵

Em novembro de 1973, os objetivos foram alterados, assumindo a seguinte forma:

- I - preservar e projetar os valores morais e espirituais da nacionalidade.*
- II - incentivar, cada vez mais, a amizade e solidariedade entre os seus membros.*
- III - difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento Nacionais, observados os métodos de trabalho e os estudos da Escola Superior de Guerra.*⁶⁴⁶

De 1973 aos dias atuais, houve poucas mudanças formais nos objetivos da associação.⁶⁴⁷ Comparando as duas versões que vigoraram durante aquela ditadura, percebe-se que, com exceção do item “c” da primeira redação, que assinalava a subordinação à ESG em termos de “segurança e sigilo”, houve poucas alterações substanciais.

O primeiro objetivo da redação de 1973, junto à mencionada retirada do item “c” da versão de 1963, é a principal inovação em termos de conteúdo. Ali é assinalada com clareza a função essencialmente ideológica da associação. Ao considerar a si e à ESG como capazes de definir os “valores morais e espirituais da nacionalidade” que deveriam ser ‘preservados’ e ‘projetados’, a associação indicava com clareza suas intenções de caracterizar-se como liderança em âmbito nacional, supostamente capaz, em sua percepção, de secundar a ESG na função de guardião moral e intelectual do Brasil.

O segundo objetivo da redação de 1973 é equivalente ao item “d” da anterior, e assinalava outra importante função cumprida pela ADESG: tentar garantir alguma coesão entre formados pela ESG, mantendo laços entre diplomados, escola e associação, de modo a fomentar a existência de um grupo de intelectuais pró-regime com algum grau de organicidade e vínculo relativamente permanente com a escola e sua associação. Esse aspecto

⁶⁴⁵ ADESG. Estatuto da ADESG. Art. 1º. Apud: ADESG. A ADESG. *Segurança e Desenvolvimento*, ano XVII, n. 130, 1968. p. 2. PUCRS/BC/AH/SD.

⁶⁴⁶ Id. Estatuto da ADESG. Art. 1º. Apud: ADESG. A ADESG. *Segurança e Desenvolvimento*, ano XXV, n. 167, 1977. p. 2. PUCRS/BC/AH/SD.

⁶⁴⁷ Redação atual: “I - preservar e projetar os valores morais e espirituais da nacionalidade; II - incentivar, cada vez mais, a amizade e solidariedade entre os seus membros; III - difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento, com ênfase na Defesa Nacional, observados os métodos e pesquisas da ESG; IV - desenvolver outras atividades de natureza cultural e educacional”. Id. *Estatuto da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/estatuto>>. Acesso em: 18/jun/2014.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

era crucial, pois servia para manter alguma influência ideológica da ESG e da ADESG sobre tais intelectuais, canal tanto para introdução de eventuais modificações doutrinárias quanto – e sobretudo – para mobilização do grupo em caso de necessidade.

Idêntico em grande medida ao item “b” do texto anterior, o terceiro objetivo do de 1973 é aquele em que mais claramente indicava-se a ação ideológica (no sentido de difusão da doutrina da ESG) como essência do trabalho daquela associação, em certo modo detalhando o que já havia sido indicado no primeiro objetivo da redação de 1973. A referência à exclusão de vínculos políticos ou de outros tipos, que antes integrava o item “b”, não desapareceu do estatuto após 1973, tendo sido mantida no mesmo Art. 1º, mas não como parte dos objetivos da associação.

Em 1964, no âmbito de uma das atividades promovidas pela associação, esta definia-se como incumbida de “promover e colaborar em atividades culturais fora do âmbito da Escola [Superior de Guerra], concorrendo para a *divulgação e difusão* das bases para o estabelecimento de uma *Doutrina de Segurança Nacional*”. Buscava com isso “*atualizar os conhecimentos dos associados, adquiridos durante o curso na ESG e pô-los a par dos novos, por esta estudados*”, assim como “*difundir entre as elites brasileiras os métodos de trabalho e os resultados dos estudos fornecidos pela ESG*”.⁶⁴⁸

A essência da atuação da ADESG era, portanto, a promoção de atividades nas quais a DSN pudesse ser disseminada. Os participantes era criteriosamente escolhidos, sobretudo em função de seu potencial para tornar-se um intelectual pró-regime, via de regra a partir de seu perfil político e ideológico e de sua inserção profissional em setores sociais considerados prioritários para aquele projeto de poder, como o empresariado, a alta administração pública e o segmento docente nas universidades. Ainda assim, tratava-se de um segundo escalão dessa elite de intelectuais que a escola e sua associação buscavam formar, na medida em que o primeiro era composto pelos próprios associados, militares e civis formados na ESG.

Desde o início da vigência da ditadura militar, a ADESG pôde contar, na divulgação de suas atividades, com o apoio efetivo da grande imprensa e de órgãos de propaganda do sistema de controle. Exemplo disso é o boletim enviado pela Agência Nacional à imprensa em

⁶⁴⁸ ADESG. *Ciclo de Estudos (Aula Inaugural)*... op. cit. p. 10.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

25/jun/1964, em que divulgava-se um curso da associação sugerindo entrosamento entre empresários e militares.⁶⁴⁹

Observemos o perfil da presidência nacional da ADESG ao longo do período em análise:

Quadro 5 - Presidentes da ADESG nacional (1952-1989)

Mandato	Nome	Civil/Militar	Turma ESG	Patente/profissão
1952	C ALTE BENJAMIM SODRÉ	Militar	1951	Contra-almirante
1953	VICE ALTE JUVENAL GREENHALGH FERREIRA LIMA	Militar	1952	Vice-almirante
1954	MAJ BRIG ANTÔNIO GUEDES MUNIZ	Militar	1952	Major-brigadeiro
1955	ENG PLÍNIO REIS DE CANTANHEDE ALMEIDA	Civil	1954	Engenheiro
1956	ENG GLYCON DE PAIVA TEIXEIRA	Civil	1954	Engenheiro
1957	GEN DIV LUIZ CORRÊA BARBOSA	Militar	1950	General-de-divisão
1958	INDL GUILHERME JÚLIO BORGHOFF	Civil	1956	Empresário
1959	GEN DIV JOAQUIM SOARES D'ASCENÇÃO	Militar	1954	General-de-divisão
1960	ENG MANOEL DE MORAES BARROS NETO	Civil	1958	Engenheiro
1961	TEN BRIG INT AER OVÍDIO ALVES BERALDO	Militar	1959	Tenente-brigadeiro
1962	ENG JORGE BHERING DE OLIVEIRA MATTOS	Civil	1960	Engenheiro
1963	V ALTE ANTÔNIO CEZAR DE ANDRADE	Militar	1961	Vice-almirante
1964	ENG EUDES DE SOUZA LEÃO PINTO	Civil	1962	Engenheiro e professor
1965	MAL IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO	Militar	1950	Marechal
1966	GEN EX JOÃO CARLOS GROSS	Militar	1959	General-de-exército
1967	MAL AR JOÃO MENDES DA SILVA	Militar	1953	Marechal-do-ar
1968	ADV JOÃO NICOLAU MADER GONÇALVES	Civil	1955	Advogado
1969	V ALTE ACYR DIAS DE CARVALHO ROCHA	Militar	1958	Vice-almirante
1970	PROF THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS	Civil	1965	professor
1971	GEN EX ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICY	Militar	1951	General-de-exército
1972/1973	ADV ARMINDO CORRÊA DA COSTA	Civil	1963	Advogado
1974/1975	TEN BRIG AR/R NELSON FREIRE LAVANÈRE-WANDERLEY	Militar	1957	Tenente-brigadeiro
1976/1977	PROF FRANCISCO DE SOUZA BRASIL	Civil	1956	professor
1978/1979	ALTE ESQ HILTON BERUTTI AUGUSTO MOREIRA	Militar	1955	Almirante-de-esquadra
1980/1981	PROF ÁLVARO TEIXEIRA DE ASSUMPCÃO	Civil	1961	professor
1982/1983	GEN DIV ALOYSIO GUEDES PEREIRA	Militar	1966	General-de-divisão
1984/1985	PROF GERALDO HALFED	Civil	1966	professor
1986/1987	MAJ BRIG ENG TÉRCIO PACITTI	Militar	1978	Major-brigadeiro
1988/1989	MED MOACIR ELIAS	Civil	1982	Médico

Fonte dos dados: ADESG. *Galeria de presidentes*. Disponível em: <<http://www.adescg.net.br/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 18/jun/2014.

Interessante notar que, desde seu surgimento até o final da ditadura militar, com poucas exceções, a associação manteve a prática de alternância entre civis e militares na

⁶⁴⁹ AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa*, 25/jun/1964. AN-RJ/AN, Lata 393.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

presidência. No período 1964-1988, dentre os civis, cinco professores ocuparam a função.

Eudes de Souza Leão Pinto (CSG 1962) foi presidente da ADESG em 1964, eleito no ano anterior. Engenheiro agrônomo formado em 1940 pela Escola Superior de Agricultura – ESAP (que depois seria integrada à Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE), assumiu como catedrático de Genética Geral e Aplicada naquela escola a partir de 1943. Foi Secretário de Agricultura de Pernambuco de dezembro de 1952 a janeiro de 1955 (governo Etelvino Lins). Subsecretário e Ministro-Adjunto do Ministério da Agricultura em 1961. Assessor na área de Agronomia e Desenvolvimento Rural nas gestões de Oliveira Brito (Ministério da Educação, 1961-1962), Roberto Campos (Ministério do Planejamento, 1964-1967) e do gen. Afonso de Albuquerque Lima (Ministério do Interior, 1967-1969). Durante o governo Castello Branco, representou o Ministério do Planejamento na comissão responsável pela criação do Estatuto da Terra. Professor Emérito da UFRPE, onde também obteve posteriormente o título de Doutor *Honoris Causa*.⁶⁵⁰

Theóphilo de Azeredo Santos (CSG 1965) foi presidente da ADESG em 1970. Professor de Direito na UFRJ de 1959 a 1999. Livre-docente pela UERJ em 1965. Doutor em Direito pela então Universidade de Minas Gerais (depois UFMG) em 1959. Atividade de pós-graduação na Sorbonne em 1955-56. Graduado em Direito pela UMG (1954).⁶⁵¹ Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros de 1972 a 1974.⁶⁵²

Francisco [de Paula Gusmão] de Souza Brasil (CSG 1956), conforme mencionado no cap. 3, foi presidente da ADESG na gestão 1976/1977. Bacharel em Direito e Doutor em Filosofia, era professor de Direito na Fundação Getúlio Vargas em 1979 e, em 1984, lecionava no já referido Curso de Estudos de Pessoal (CEP), órgão do Exército localizado no Rio de Janeiro. Também em meados dos anos 1980, atuava na Comissão Permanente de Relações Públicas da ESG, integrando ainda o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. Teria publicado, com base em sua tese, “Fundamentos Científicos da Educação”.⁶⁵³

⁶⁵⁰ ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIÊNCIA AGRÔNOMICA. *Eudes Souza Leão Pinto*. Disponível em: <http://www.apcagronomica.org.br/cms/index.php?option=com_content&task=view&id=24&Itemid=40>. Acesso em: 19/jun/2014.

⁶⁵¹ CNPq. Currículo Lattes. *Theóphilo de Azeredo Santos*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8249976533122300>>. Acesso em: 19/jun/2014.

⁶⁵² SANTOS, Theóphilo de Azeredo. Discurso de posse no Instituto dos Advogados Brasileiros. *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, Ano VI, n. 16, p. 13-20. Disponível em: <<http://www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-3051.pdf>>. Acesso em: 19/jun/2014.

⁶⁵³ BRASIL, Francisco de Souza. Educação e Segurança Nacional... op. cit. p. 30; JUSTIÇA DO TRABALHO

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Álvaro Teixeira de Assumpção (CSG 1961) foi presidente da ADESG na gestão 1980/1981. Talvez tenha sido vinculado à USP, mas não foi possível obter informações seguras a esse respeito.

Geraldo Halfeld (CSG 1966) foi presidente da ADESG na gestão 1984/1985. Professor de Odontologia na Universidade Federal de Juiz de Fora a partir de 1943, em 1969 criou a representação da ADESG em Juiz de Fora. Era um híbrido: fez CPOR nos anos 1940 e seguiu a carreira militar, tendo alcançado a patente de capitão.⁶⁵⁴

4.3.1 – Cursos e ciclos de estudos

Uma das principais ações da ADESG, como dito, era a promoção de “cursos” e “ciclos de estudos” em diversas regiões do país.⁶⁵⁵ Tais atividades constituíam o mais importante meio pelo qual a associação buscava alcançar os objetivos previamente comentados. A nomenclatura e a dimensão de tais eventos variou ao longo das mais de seis décadas em que vêm sendo promovidos. “No início eram pequenos ‘ciclos de palestras’ sobre as noções básicas da Doutrina de Segurança Nacional, seguindo os fundamentos da Escola Superior de Guerra”. A partir dos anos 1960, consolidou-se a denominação “ciclos de estudos sobre segurança e desenvolvimento”, mudada para “ciclos de estudos de política e estratégia” após 1985 e para “cursos de estudos de política e estratégia” após 2003.⁶⁵⁶ Os “departamentos regionais” passaram a denominar-se “delegacias de estado” a partir dos anos 1970, e a estrutura do órgão central também complexificou-se, surgindo “departamentos” específicos,

EM ALAGOAS. Tribunal Regional do Trabalho. 19ª Região. *Memorial Pontes de Miranda*. Disponível em: <http://www.trt19.jus.br/mpm/secaopatrono/morte_pmiranda/repercussao_morte_jonal_saopaulo.htm>. Acesso em: 19/jun/2014.

⁶⁵⁴ DR. CLÉBER BIDEGAIN PEREIRA. Site pessoal. *Discurso de posse Academia Nacional de Farmácia – Profª Elvira Gomes Camardella*. Disponível em: <<http://www.cleber.com.br/elviraac1.html>>. Acesso em: 19/jun/2014; *REVISTA DA ADESG/Representação Juiz de Fora*. n. 2, XVIII Ciclo de Estudos de Política e Estratégia. Fev/2007. Disponível em: <<http://geraldohalfeld.files.wordpress.com/2010/08/adesg-jf-revista-fev-2007-geraldo-halfeld.pdf>>. Acesso em: 19/jun/2014; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA – REGIONAL JUIZ DE FORA. *Geraldo Halfeld*. Disponível em: <<http://www.abojf.com.br/novo/index.php/diretoria/personagens-da-odontologia/100-geraldo-halfeld>>. Acesso em: 19/jun/2014.

⁶⁵⁵ Michel Silva analisou o papel dos “ciclos de estudos” da ADESG em Santa Catarina na primeira metade dos anos 1970. SILVA, Michel Goulart da. Modernização e cultura política nos ciclos de estudos da ADESG em Santa Catarina (1970-75). *História e-História*, v. 21/03, p. 1-13, 2013.

⁶⁵⁶ ADESG. Cursos de Estudos de Política e Estratégia. *Introdução*. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/cursos-de-estudos>>. Acesso em: 19/jun/2014.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

como o de “cursos” – provavelmente decorrendo daí a troca da denominação das regionais para “delegacias”, de modo a diferenciá-las das subdivisões internas da ADESG nacional.

Mais do que mudanças na nomenclatura, é preciso ter em conta que, também a partir dos anos 1970, com a significativa ampliação da abrangência da ADESG no território nacional, houve um forte incremento e complexificação de suas atividades. Os “pequenos ‘ciclos de palestras’”, com duração média de seis semanas, foram transformados em amplos cursos, com duração mínima de 90 dias, incluindo de 10 a 12 conferências doutrinárias, palestras de análise conjuntural e atividades em grupo, com produção de trabalhos visando à “aplicação” dos “conhecimentos” obtidos em relação a casos específicos.⁶⁵⁷ Cada módulo trataria de um tema específico da DSN. No *IX Ciclo de Estudos sobre a Segurança Nacional e Desenvolvimento*, realizado pela ADESG-RS em 1971, por exemplo, foram abordados os seguintes temas: “Objetivos Nacionais Permanentes”, “Política Nacional (conceitos fundamentais)”, “Política Social”, “Segurança Nacional”, “Segurança Interna”, “Ação Política (soluções democráticas)”, “Ação Política (soluções autocráticas)”, “Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança”, “O Poder Nacional e suas expressões”, “Metodologia para o estabelecimento da Política Nacional”, “Estratégia nacional”, “As informações e a Segurança Nacional”, “Guerra Revolucionária” e “Logística e mobilização nacional”.⁶⁵⁸ O vínculo com a DSN era evidente. Os conteúdos daquele ciclo eram idênticos ao exposto previamente sobre a doutrina, no início deste capítulo.

Uma das primeiras ações organizadas pela ADESG-RS, ainda no citado formato dos “pequenos ‘ciclos de palestras’”, foi realizada entre 14 de setembro e 16 de outubro de 1964, em Porto Alegre, contando com a colaboração de outras entidades de difusão ideológica, como o IPESUL.⁶⁵⁹ A aula inaugural, reproduzida em pequena brochura pela filial gaúcha do IPÊS, permite que se tenha uma boa noção do conteúdo daquelas atividades.⁶⁶⁰

⁶⁵⁷ ADESG. Departamento de Cursos. *Programa geral dos cursos da ADESG: Biênio 1973/1974*. Rio de Janeiro: s/e, 1973(?). DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 - Documentos. p. 4.

⁶⁵⁸ Id. Delegacia do Estado do Rio Grande do Sul. *IX Ciclo de Estudos sobre a Segurança Nacional e Desenvolvimento*. Porto Alegre: s/e, 1971. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 - Documentos.

⁶⁵⁹ MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”... op. cit.

⁶⁶⁰ ADESG. *Ciclo de Estudos (Aula Inaugural)*... op. cit.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

De início era indicado “que a Nação e o Estado, e, como atividade, o exercício do Governo” seriam “os temas centrais” daquele curso. Seguiu um breve retrospecto histórico com feições evolucionistas sobre o tema da guerra, que funcionava como preparação para a introdução do tema da “guerra revolucionária”:

As armas e meios empregados até a guerra de 1914 a 1918 passaram a ser chamados de **convencionais** porque, acima deles, existem hoje as armas e meios **nucleares**, de imenso poder destruidor e consequências ainda imprevisíveis. E bem mais perigosos ainda são agora os meios **psicológicos**, usados na chamada **Guerra Fria**, que se desdobra, segundo atividades específicas, em várias outras, das quais a mais recente se denomina guerra revolucionária. É a destruição de uma nação por outra, *porém usando os seus próprios filhos como soldados do inimigo, que, se possível legalmente, destroem a estrutura vigente, ocupam e impõem uma nova ordem, em nome do inimigo de sua própria pátria.*⁶⁶¹

Tratava-se do mesmo padrão argumentativo de *construção da imagem do inimigo*, conforme já apontado nos capítulos anteriores. Partindo de definição algo generalizadora do contexto de Guerra Fria como aquele em que, “praticamente, metade do mundo luta contra a outra”, era delineado um quadro em que a noção de “inimigo interno” se fazia central, indicada no trecho citado na afirmação de que a “guerra revolucionária” seria marcada pelo uso dos “próprios filhos” de uma nação “como soldados do inimigo”. Interessante observar também a afirmação de que tal ação ocorreria, “se possível[,] *legalmente*”: aqui era deixada a brecha para que mesmo a oposição consentida fosse eventualmente caracterizada como “subversão”, conforme as necessidades do momento.

No parágrafo seguinte ao citado, o teor daquele curso se fazia ainda mais evidente:

A **guerra convencional**, ou aquela onde se empregam armas comuns, é considerada ultrapassada; a **guerra nuclear**, ou **atômica**, é a que o mundo espera para qualquer momento, e a **Guerra Fria**, de onde surgem as modalidades denominadas **guerra psicológica**, **guerra insurrecional**, **subversão** ou **guerra subversiva** e **guerra revolucionária**, tudo isto é *a guerra que o Partido Comunista, em nome da União Soviética, declarou e faz ao mundo inteiro*, como continuação da execução de sua política, publicamente declarada, de *conquista e domínio do mundo*, através [d]a *imposição da doutrina marxista-leninista*.

Esta guerra existe e atua fortemente, aumentando suas conquistas ou influências, fazendo vítimas no mundo inteiro, sem participação ostensiva das Forças Armadas, mas *instalando em cada território livre uma minoria, preparada, subornada e politizada a seu serviço*, cuja finalidade é *desmoralizar, desorganizar, estabelecer o caos, pela destruição da economia, da ordem e do regime*, como meio de alcançar o poder e dominar, e *tudo realizado pelos próprios cidadãos da nação*, onde arregimentam seus agentes, *o que lhes permite atuar dentro da legalidade até o*

⁶⁶¹ ADESG. *Ciclo de Estudos (Aula Inaugural)*... op. cit.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

*fm.*⁶⁶²

É de se destacar o recorrente argumento mobilizado na caracterização dos ‘inimigos do regime’: os “subversivos”, via de regra “comunistas” supostamente a serviço da União Soviética, “minorias” que buscariam, “*dentro da legalidade*”, “alcançar o poder”, “acabar com a ordem” e “estabelecer o caos”.

Após as considerações já comentadas e também depois de apresentar aos alunos em linhas gerais a ESG e a ADESG conforme comentado previamente, uma síntese da DSN era exposta à audiência, caracterizando-a como, “em essência, *o que deve ser ou como deve ser a vida nacional e sua condução*”. Era definida como o conjunto de “princípios, conceitos, processos e métodos” elaborado ao longo de mais de dez anos de trabalho por “homens capazes e realizados, civis e militares, funcionários e empresários”. Seu objetivo seria “permitir realizar, pela *orientação* assegurada e adequada, a formulação de uma política nacional *legítima* e adequada, o planejamento de sua execução racional e *realmente útil aos interesses da Nação*” e, ainda, “assegurar a *continuidade da ação*, cuja falta é imperdoável e fatal a qualquer realizadora”.⁶⁶³

Entre 7 de junho e 25 de julho de 1965, a ADESG-RS realizaria em Porto Alegre seu segundo ciclo de estudos. O subtítulo do evento era bastante claro quanto ao conteúdo da atividade: “ciclo de estudos das bases para o estabelecimento de uma doutrina de segurança nacional e de problemas conjunturais brasileiros”. A publicação que serve de fonte para análise da atividade é uma brochura publicada no final daquele ano, com uma síntese e um balanço do evento.⁶⁶⁴

O objetivo daquele ciclo, nas palavras do então diretor da ADESG-RS, Eng. Armindo Beux, era fazer um “chamamento às elites de Porto Alegre para uma jornada de conscientização, de estudo da Doutrina de Segurança Nacional, (...) diante das responsabilidades cívicas que nos são impostas na atual conjuntura brasileira”, com vistas a

⁶⁶² ADESG. *Ciclo de Estudos (Aula Inaugural)*... op. cit. p. 3.

⁶⁶³ Ibid. p. 11.

⁶⁶⁴ ADESG. *II Ciclo de Estudos: ciclo de estudos das bases pra o estabelecimento de uma doutrina de segurança nacional e de problemas conjunturais brasileiros*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1965. DELFOS/AIB-PRP. Fundo “Acervo Bibliográfico”, série “Política e Pensamento Político e Social Brasileiro”.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

uma “melhor integração” dessas elites “na sua missão social e profissional” e a “uma perfeita interpretação dos legítimos interesses nacionais”.⁶⁶⁵

O elo de ligação entre Estado e sociedade civil que entidades como a ADESG constituíam é claramente indicado pela listagem dos apoios com os quais aqueles ciclo contou:

- **empresas públicas e privadas:** Irmãos Zamprogna S/A., Importação, Comércio e Indústria; Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S/A.; Aços Finos Piratini; Rafael Guaspari – Tecidos Confecções S/A.; Cia. Siderúrgica Riograndense; S/A Viação Aérea Gaúcha – SAVAG; Renner, Hermann S/A. Indústria de Tintas e Óleos; Indústrias Wallig; Usina Termo-Elétrica de Charqueadas; Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais (COPELMI); Petrobrás (assinada por seu presidente, Ademar de Queiroz); Banco Industrial e Comercial do Sul S/A.; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. (através de sua “diretoria”, sem indicações pessoais); Banco da Província do Rio Grande do Sul; Banco Agrícola Mercantil S/A.; Banco Nacional do Comércio S/A.;
- **Forças Armadas:** III Exército (através de seu comandante, Gen. Ex. Joaquim Justino Alves Bastos); V Zona Aérea (através de seu comandante, Brigadeiro-do-Ar Doorgal Borges);
- **instituições de educação superior civis e militares:** Escola Naval da Marinha de Guerra; Instituto de Engenharia de São Paulo; *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (através de seu reitor, Prof. José Carlos Fonseca Milano)*;
- **associações profissionais e de classe:** Federação das Indústrias do RS (através de seu presidente, Plínio Kroeff); Federação das Indústrias de SP; Sindicato dos Engenheiros do RS;
- **clube/agremiação:** Jockey Club do Rio Grande do Sul;
- **órgão da administração pública:** Serviço Estadual de Turismo do RS.⁶⁶⁶

⁶⁶⁵ ADESG. *II Ciclo de Estudos...* op. cit. p. 7.

⁶⁶⁶ *Ibid.* p. 8-10; 15.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Nas palavras do “doutor”⁶⁶⁷ Carlos Luiz Pereira de Souza, encarregado de apresentar uma apreciação sobre a atividade que representasse a opinião dele e dos demais alunos, aquele curso teria sido “uma verdadeira convocação cívica a homens de cultura e de espírito público para a formação de uma verdadeira elite nacional”, indivíduos que compartilhariam “o mesmo ideal – a grandeza da Pátria”.⁶⁶⁸

Dentre os dirigentes da ADESG-RS em 1965, havia cinco militares (gen. div. Augusto Fragoso, brig. ar Doorgal Borges, gen. Isaac Nahon, gen. Humberto de Souza Mello e gen. Amyr Borges Fortes) e três civis (eng. Armino Beux – diretor da entidade; prof. Sebastião Gomes de Campos e dr. João Gualberto Teixeira de Mello, promotor). A proporção entre civis e militares muda se considerarmos os “adjuntos colaboradores efetivos” (todos civis) que haviam sido integrados após diplomarem-se no I Ciclo de Estudos: eng. David Enzo Guaspari, econ. José Zamprogna, eng. Julio G. A. Bastian, eng. Carlos Taddei e econ. Carlos Gastand Gonçalves. O vínculo da direção da entidade com o campo da educação superior se dava também por meio do prof. Sebastião Gomes de Campos (CSG 1963).

Contudo, se considerados ainda os demais diplomados, volta-se ao predomínio militar, surgindo também outros vínculos com o campo da educação superior:

- **militares:** gen. div. Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão; gen. Afonso de Albuquerque Lima; gen. Carlos Gonçalves Terra; c. alm. Aureo Dantas Torres; gen. José Campos de Aragão; gen. Antônio Jorge Corrêa; gen. Oscar Luiz da Silva; gen. div. Henrique Geisel; gen. div. João Batista Tubino; gen. Antônio Adolpho Manta; gen. Gastão Guimarães de Almeida; cel. av. Leonardo Colares; cel. Ruy de Paula Couto; cap. mar-e-guerra Darcy Carvalho Rocha; cel. Garaldo Kanuck de Souza; cel. av. Labre de Lemos; cel. Walter Pires de Carvalho; cel. Mário Humberto Galvão Carneiro; cel. Hélio Canepa Silva; cel. Luiz Gomes de Almeida; cel. Vespasiano Rodrigues Corrêa; ten. cel. Affonso Celso Bodstein.
- **civis:** *prof. Ney Cassiano Messias*; dr. Paulo Ribeiro Campos.

⁶⁶⁷ Via de regra, o tratamento de “doutor” era dispensado nas publicações da ADESG a magistrados, de modo a diferenciá-los daqueles indicados como “advogados” ou “médicos”.

⁶⁶⁸ ADESG. *II Ciclo de Estudos...* op. cit. p. 11.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Com exceção do contra-almirante Aureo Dantas Torres e do capitão-de-mar-e-guerra Darcy Carvalho Rocha, os demais militares e civis eram diplomados pela ESG, no Curso Superior de Guerra ou no Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas.

Ney Cassiano Messias (CSG 1955) era professor da Faculdade de Direito da UFRGS. Foi um dos mais poderosos e ativos membros da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) instituída na UFRGS após o golpe de 1964 para realizar o expurgo dos “subversivos” naquela universidade, no âmbito da já referida “Operação Limpeza”. Partiu dele a sugestão ao reitor José Carlos Fonseca Milano (outro colaborador da ADESG, como visto) de que se adotasse o formato peculiar que aquela comissão de expurgos assumiria, com um representante de cada congregação (com vistas a uma maior aparência de legitimidade para a mesma, segundo pode ser inferido das atas de tal comissão).⁶⁶⁹ Além de sua liderança na comissão, participou da “Subcomissão D” (que “investigava” as faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Filosofia e a Escola de Artes) e da subcomissão responsável pela elaboração do regimento da CEIS, juntamente com o prof. Saviniano Marques e o gen. Jorge Garrastazu Teixeira (representante do III Exército na comissão). Messias tentou impor sérios entraves à estratégia utilizada por Lourenço Mario Prunes para afastar-se da comissão. Além de professor, Prunes era magistrado e, indicado que fora para representar a Faculdade de Filosofia na comissão de expurgos, desde o início tentou eximir-se de fazer parte da perseguição aos colegas, buscando, no entanto, não gerar atritos com os demais membros da CEIS. Para tanto, alegou incompatibilidade da atividade na comissão com a magistratura, ao final obtendo sucesso em sua estratégia e sendo substituído pelo prof. Laudelino Teixeira Medeiros, sociólogo que viria a ser, junto a Messias e outros, um dos mais ativos membros daquela comissão, bastante alinhado com as diretrizes ideológicas do novo regime.⁶⁷⁰

Messias chegou, em outros momentos, a sugerir na CEIS que fossem solicitadas informações ao III Exército e ao DOPS/RS sobre todas as pessoas da UFRGS que estivessem sob suspeita dos órgãos de vigilância.⁶⁷¹ Atitudes como essas evidenciam o interesse efetivo

⁶⁶⁹ UFRGS. CEIS. *Atas da Comissão Especial de Investigação Sumária, 1964*. UCS/CEDOC/LTM.

⁶⁷⁰ Cf.: MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit. cap. 2; Id. A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964)... op. cit. No pré-golpe, Prunes buscava apresentar-se como alguém de “centro”, crítico de “esquerdistas” e de “reacionários”. Cf.: PRUNES, Lourenço Mário. *Reforma agrária integral*. Porto Alegre: Sulina, 1962. DELFOS/AIB-PRP.

⁶⁷¹ UFRGS. CEIS. *Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 21/mai/1964*. p. 9-10. UCS/CEDOC/LTM; MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit. p. 105.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

de alguns membros do campo, como ele, no sentido de colaborar ativamente com a “caça às bruxas” no âmbito da universidade logo após o golpe. Messias, inclusive, chegou a reclamar na CEIS posteriormente, para o gen. Jorge Teixeira, que estaria ocorrendo “demora na entrega dos prontuários solicitados à DOPS e ao III Exército”.⁶⁷²

Isso nos dá uma ideia do perfil de alguns daqueles intelectuais pró-regime que, atuantes no campo da educação superior, mantinham vínculos com entidades como a ADESG-RS. Nesse sentido, vale observar também a lista de conferencistas do II Ciclo e seus respectivos temas:

⁶⁷² MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009). op. cit. p. 107.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Quadro 6 - Conferencistas II Ciclo de Estudos ADESG-RS (1965)

Título	Nome	Conferência	Civil / Militar	Vínculo c/ edu. sup.	ESG	Outros vínculos
Gen. Div.	Augusto Fragoso	Poder Nacional	Militar		CSG 1958	
Dr.	Antônio Saturnino Braga	Aspectos políticos do poder nacional	Civil		CSG 1961	
Eng.	Armindo Beux	Economia dos Transportes, Energia e Comunicações – Coordenação Ciência e tecnologia e o poder nacional	Civil		CSG 1962	Presidente ADESG-RS (1965)
Eng.	Arnaldo da Costa Prieto	O problema habitacional brasileiro	Civil		não	
Dr.	Eudes de Souza Leão Pinto	Agricultura e a Segurança Nacional	Civil	Sim	CSG 1962	prof. ESAP/PE; presidente ADESG (1963-64)
Prof.	Fernando Carneiro	Problema sanitário brasileiro	Civil	Sim	não	
Brig.	Homero Souto de Oliveira	Formulação e desenvolvimento da política de segurança nacional	Militar		CSG 1963	
Gen.	Humberto de Souza Mello	Informações	Militar		CI 1959	
Mal.	Ignácio José Veríssimo	Aula inaugural	Militar		CSG 1950	Presidente ADESG (1965)
Mal.	Inácio de Freitas Rolim	Educação para a cidadania	Militar		CSG 1960	
Bel.	João Gualberto Teixeira de Mello	Aspectos psicossociais da segurança nacional	Civil		CSG 1961	
Gen. Ex.	Justino Alves Bastos	A repercussão da Revolução na atual conjuntura nacional	Militar		não	Comandante III Exército (1965)
Eng.	José Baptista Pereira	Transportes	Civil		não	
Alm.	José Cláudio Beltrão	As comunicações e a segurança nacional	Militar		não	
Prof.	José Camarinha do Nascimento	A educação e a segurança nacional	Civil	Sim	CSG 1963	Serviço Educação Adultos SP (1950-1958); representante Min. Interior em grupo de trabalho sobre MOBREAL (1967); prof. EPB mestrado Direito Universidade Gama Filho (1980/81)
Min.	Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira	A Previdência Social no nosso país	Civil		CSG 1951	Ministro inter. Trabalho e Previdência Social (1965)
Prof.	Ney Messias	Segurança Nacional	Civil	Sim	CSG 1955	prof. Direito UFRGS; membro ADESG-RS
Prof.	Omar Gonçalves da Motta	Aspectos econômicos da segurança nacional	Civil	Sim	CSG 1962	Prof. Direito UFPR; interventor no PR (1937-1939)
Cel.	Oswaldo de Araújo Souza	Aspectos militares da segurança nacional	Militar		CEMCF A 1964	
Min.	Roberto Campos	Política econômico-financeira do governo	Civil		CSG 1965	
Cel.	Ruy de Paula Couto	Segurança Interna	Militar		CSG 1959	
Eng.	Silvio Freitas	Energia	Civil		não	

Fonte dos dados: ADESG. *II Ciclo de Estudos...* op. cit.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Note-se a presença de cinco professores, dentre eles Ney Messias, cujos vínculos com a UFRGS foram comentados há pouco, e Eudes Pinto, professor universitário em Pernambuco, como indicado anteriormente, mas caracterizado no documento da ADESG como “doutor”. Dentre os temas abordados, dois versavam especificamente sobre educação.

Puglia, em seu estudo sobre a ADESG de Ribeirão Preto nos anos 1970, identificou uma presença considerável (cerca de 11%) de professores universitários nos cursos promovidos por aquela representação da associação. Algumas das monografias desenvolvidas pelos “estagiários” tratavam de questões educacionais, e duas delas “dedicavam-se à análise de institutos de ensino de terceiro grau e propunham uma reavaliação desse tipo de ensino e algumas alterações em sua estrutura”.⁶⁷³

Isso indica que os membros do campo da educação superior também se faziam presentes nas atividades da ADESG como alunos. É importante ressaltar que, dentre eles, havia não apenas professores e estudantes universitários, mas também agentes do sistema de controle atuantes naquele campo, inclusive “assessores de segurança e informações”. Foi o caso do cel. Natalício da Cruz Corrêa, chefe da ASI da UFRGS de 1968 até os anos 1980, conforme indicado no capítulo 1. O militar foi o “dirigente” da equipe nº 7 da fase prática do VIII Ciclo de Estudos da ADESG-RS, realizado em 1970. Também faziam parte daquele grupo dois professores, um atuante na educação básica (Arnildo Hoppen⁶⁷⁴) e outro na educação superior (Paulo Pereira Louro Filho⁶⁷⁵), e uma estudante (a “acadêmica” Miraci

⁶⁷³ PUGLIA, Douglas Biagio. *ADESG: elites locais civis e projeto político*. Dissertação – Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2006. p. 133-134.

⁶⁷⁴ Professor e diretor no Colégio Sinodal (São Leopoldo/RS) entre as décadas de 1950 e 1970. LINK, Rogério Sávio. O papel da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nas Novas Áreas de Colonização: O caso de Rondônia 1972-1987. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 650-661; *EX-ALUNOS Colégio Sinodal São Leopoldo/RS/Brasil*. Comunidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Ex-AlunosCol%C3%A9gio-SinodalS%C3%A3o-LeopoldoRSBrasil/222094737898465?hc_location=timeline>. Acesso em: 01/ago/2014; KERBER, Mario. *Canal de ideias*. Disponível em: <<http://www.ideiasmariokerber.com/2011/08/agosto-de-1961-lembrancas.html>>. Acesso em: 01/ago/2014; WINTER, Gilberto R. Baú de recordações. *Foto: Colégio 25 de Julho/Novo Hamburgo* [1972]. Disponível em: <<http://www.bauderecordacoes.com.br/foto.php?id=13>>. Acesso em: 01/ago/2014.

⁶⁷⁵ Professor da Faculdade de Odontologia da Universidade [Federal] do Rio Grande do Sul de 1946 a 1980, onde também atuou como diretor do Centro de Pesquisas em Odontologia Social (1971-1976), diretor da Faculdade de Odontologia (1976-1980) e diretor da Pró-Reitoria de Graduação da UFRGS (1980-1982). Casado com Juracy Cunegatto Marques, professora de Psicologia na UFRGS e na PUCRS, onde também ocupou cargos diretivos. ACADEMIA GAÚCHA DE ODONTOLOGIA. *Paulo Pereira Louro Filho*. Disponível em: <http://www.acgo.org.br/revista/noticias/louro_curriculo/>. Acesso em: 01/ago/2014; JOÃO,

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Maria Stefani Guindani⁶⁷⁶). Além deles, a equipe também era composta por dois bacharéis (Washington Vianna Moreira, indicado como elemento de “ligação”, e Leopoldo Aldomiro Pötter), dois economistas (Hélio José de Oliveira e Olmiro Vicente Guindani) e dois médicos (João Antônio Nicolau de Tolentino Becker e Pedro Gus).

Como tema para o estudo de caso demandado por aquela fase do ciclo, a equipe escolheu “ensino médio e superior”. Caracterizavam a educação como “instrumento de desenvolvimento e fortalecimento da infra-estrutura social”, apresentando elogios e também críticas a aspectos como “a formação indiscriminada de médicos” (“a falta de mercado de trabalho para os egressos das escolas superiores da França” teria sido, em sua visão, “uma das causas da Revolução de Paris, de 1968”).⁶⁷⁷ Também analisavam a Reforma Universitária e teciam elogios à inclusão da disciplina de EPB na educação superior, que sustentavam que levaria “os educadores a dirigirem suas energias no sentido de atender as urgentes necessidades educacionais em termos de desenvolvimento”.⁶⁷⁸

A presença nos ciclos de indivíduos envolvidos na vigilância do campo da educação superior e com vínculos com o sistema de controle indica a probabilidade de que experiências desse tipo tenham sido compartilhadas entre os potenciais intelectuais pró-regime formados naquelas atividades de difusão ideológica. Ao mesmo tempo, assinala a possibilidade de que as ações da ADESG tenham influenciado diretamente as práticas de controle realizadas no âmbito do campo da educação superior.

4.3.2 – Outros órgãos de difusão ideológica

Assim como a ADESG, outros órgãos atuaram de modo decisivo na formação de um segundo escalão de intelectuais pró-regime, através de processos locais ou regionais de difusão ideológica. Esses órgãos formavam uma extensa e relativamente bem organizada rede de entidades, decisiva para o sucesso daquele projeto político.

Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS – v. III (1978-1998)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p.206 .

⁶⁷⁶ Não foi possível encontrar informações biográficas a seu respeito.

⁶⁷⁷ ADESG. Delegacia Regional – RS. *VIII Ciclo de Estudos sobre a Doutrina de Segurança Nacional. III Fase Prática. Trabalho de grupo. Equipe nº 7. Tema: Ensino Médio e Superior*. Porto Alegre: 1970. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 - Documentos. p. 13.

⁶⁷⁸ *Ibid.* p. 17.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

O trabalho desenvolvido pelo “complexo IPÊS/IBAD” na montagem do golpe de 1964 e sua ação ideológica nos primeiros anos da ditadura militar já foram amplamente analisados por René Dreifuss.⁶⁷⁹ A par disso, estudos mais recentes, como o de Thiago Aguiar de Moraes, apontam para especificidades regionais e desenvolvem aspectos pouco explorados pelo historiador uruguaio.⁶⁸⁰

O sistema de controle colaborava com órgãos como o IPÊS, inclusive fornecendo literatura que poderia servir de subsídio para suas atividades. Por exemplo, a Seção de Segurança Nacional do MEC, antecessora da DSI daquele ministério, enviou material desse tipo ao IPÊS/GB em 1966.⁶⁸¹ Em 19/mai/1966, o gen. Octavio Gomes de Abreu, secretário executivo do IPÊS/GB, remetia resposta por carta a José Almeida Rios, diretor daquela seção de Segurança Nacional, agradecendo remessa da publicação, organizada por Rios, com traduções de textos do mal. Lin Piao, de Adlai Stevenson e Walter Lippman.⁶⁸²

Em 1965, o IPÊS/GB difundia entre seus associados uma circular interna. Nela, ao relatar a palestra sobre “Conferência de Fretes” proferida no dia 20/out(?)/1965 pelo presidente da Conferência de Fretes Brasil-EEUU-Canadá, comandante Carlos Bezerra de Miranda, indicava a presença de Mario Dias Tavares, professor da PUC(RJ?) e economista do Ministério das Relações Exteriores. O documento assinalava ainda a integração entre entidades de difusão ideológica como a ADESG e a ADIPES – Associação dos Diplomados do IPÊS.⁶⁸³

Outras entidades análogas às regionais do IPÊS e da ADESG também contribuíam, com atuação regional ou local, no sentido da formação de intelectuais pró-regime. Esse foi o caso, por exemplo, da Ação Democrática Renovadora (ADR). Fundada em 13/set/1965 na sede do IPESUL, no Palácio do Comércio, a ADR existiu de 1965 a 1990. Além de conferências disseminadas através do rádio e da televisão, a entidade organizou algumas atividades análogas às promovidas pela ADESG, como seus II e III Ciclos de Palestras,

⁶⁷⁹ DREIFUSS, René. 1964... op. cit.

⁶⁸⁰ MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa...*” op. cit.

⁶⁸¹ O que também indica que as seções de segurança nacional dos ministérios civis não estavam desativadas antes da criação das DSI.

⁶⁸² IPES. *Ofício 66/0102*. Do gen. Octavio Gomes de Abreu ao dr. José Almeida Rios, diretor da Seção de Segurança Nacional do MEC. Rio de Janeiro, 19/mai/1966. AN-RJ/IPES, Caixa 35, PAC 1.

⁶⁸³ Id. *Carta da Integração (divulgação interna)*. Ano II, n. 14, 10/nov/1965. AN-RJ/IPES, Caixa 35, PAC.1. Sobre a ADIPES, cf.: DREIFUSS, René. 1964... op. cit.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

realizados respectivamente em 1975 e 1977. Tais eventos contavam, dentre seus conferencistas, com professores universitários e militares da ESG. No discurso de abertura do II Ciclo, promovido pelo gen. Oscar Luís da Silva, este teria dito: “a *subversão* está contida, mas os *subversivos* ainda continuam agindo”.⁶⁸⁴

A ADR tinha profundo envolvimento com o IPESUL, a ADESG e a ESG, com alguns membros tendo feito cursos da ADESG ou integrado cargos diretivos no IPESUL. Mais interessante ainda é a vinculação de alguns desses integrantes com o campo da educação superior, como no exemplo de Clóvis Stenzel, mencionado no cap. 2, a propósito da acusação que levou à condenação de Caio Prado Jr. e dois estudantes na Justiça Militar. Jornalista, deputado federal da ARENA pelo RS em 1968, professor da Faculdade de Filosofia da PUCRS e da Faculdade de Engenharia da UFRGS, foi também um dos fundadores da ADR.⁶⁸⁵

Segundo o próprio Stenzel, a ADR teria sido formada por oficiais da reserva, professores universitários, estudantes e líderes sindicais, com o objetivo de “criar uma *consciência democrática* no País”, evitando “que descambássemos para uma ditadura” (que era como ele definia os regimes “comunistas”) e que o país voltasse ao que caracterizava como a “situação de *subversão* que presidiu a sociedade e a política brasileira antes de março de 1964”.⁶⁸⁶

De fato, observando a lista dos sócios fundadores da ADR indicada por Moraes, é possível identificar vários professores da UFRGS e da PUCRS: Amadeu da Rocha Freitas, Dagmar Souza Pedroso, Elvo Clemente, Homero Jobim, Jacy de Souza Mendonça e Nagipe Buaes. Mendonça, Rocha Freitas e Buaes haviam participado, logo após o golpe, da mencionada CEIS/UFRGS. Buaes, inclusive, presidira a comissão durante certo período. Rocha Freitas foi *voluntário* para a mesma, diante de um impasse gerado pela corajosa recusa da congregação da Faculdade de Arquitetura em indicar um representante. Como informa Moraes, Rocha Freitas também foi diretor do IPESUL de 1965 a 1966 e 2º vice-presidente da entidade entre 1968 e 1970. Já Dagmar Pedroso lecionava na UFRGS (onde foi docente até o início dos anos 2000); em 1976, realizou na PUCRS concurso de livre-docência em Filosofia. Homero Jobim assumiria como vice-reitor da UFRGS de 1972 a 1976 e como reitor na gestão

⁶⁸⁴ MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa...* op. cit . p. 73.

⁶⁸⁵ Ibid. p. 70-75.

⁶⁸⁶ Ibid. p. 72-73.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

seguinte, até 1980. Tais exemplos apontam para a variedade de caminhos possíveis para influência ideológica daquelas entidades sobre o campo da educação superior.⁶⁸⁷

É importante ter em conta a especificidade da dinâmica de funcionamento das seções regionais do IPÊS e de suas relações com outros órgãos de difusão ideológica. A esse respeito, Moraes identificou “a existência de autonomia relativa do IPESUL em relação aos IPÊS centrais”, bem como “a participação ativa dos membros do IPESUL nos cursos da ADESG e na ADR”.⁶⁸⁸ Isso é fundamental, pois, na contramão de estudos que projetam o ocorrido nas regiões centrais do país para outras áreas, seu trabalho assinala uma dinâmica regional com certo grau de independência e, talvez ainda mais importante, a formação de vínculos e colaborações entre órgãos atuantes na mesma região com finalidades semelhantes. Tudo isso, a meu ver, garantia eficácia àquele sistema de formação de intelectuais pró-regime, adequando o trabalho de difusão ideológica daquelas entidades às especificidades regionais e locais.⁶⁸⁹ Reflexões semelhantes, que tratassem das diferenças entre tais dinâmicas no âmbito urbano em relação ao rural – onde possivelmente as relações pessoais fossem o elemento decisivo para o sucesso de eventuais processos análogos – aportariam grande contribuição aos estudos sobre a ditadura militar.

* * *

4.4 – EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

É relativamente extensa a produção acadêmica sobre a educação moral e cívica durante a ditadura de 1964. Cunha assinala que, até o final de 2010, pelo menos duas dúzias de teses e dissertações sobre o tema foram defendidas no Brasil.⁶⁹⁰ É consensual entre os

⁶⁸⁷ MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa...*” op. cit.; MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS...* (2009) op. cit.; UFRGS. *Relação de reitores*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/relacao-de-reitores>>. Acesso em: 29/jul/2014; JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS - v. II (1951-1978)*... op. cit. p. 126.

⁶⁸⁸ MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa...*” op. cit. p. 168.

⁶⁸⁹ Douglas Puglia identificou a mesma dinâmica regional, em sua análise da representação da ADESG em Ribeirão Preto/SP nos anos 1970. PUGLIA, Douglas Biagio. *ADESG...* op. cit.

⁶⁹⁰ CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ... op. cit. p. 193. O levantamento bibliográfico realizado pelo grupo de pesquisa liderado pelo sociólogo pode ser conferido em: <<http://www.edulaica.net.br/artigo/279/biblioteca/banco-de-teses/listagem-de-teses/>>. Alguns dos principais

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

pesquisadores da área o entendimento de que a educação moral e cívica desenvolvida durante o regime militar valeu-se, em grande medida, de diferentes tradições anteriores a 1964, bem como de iniciativas análogas postas em prática no país desde muito antes do golpe.

Após a deposição de Goulart, entretanto, alguns grupos e órgãos como a ADESG passaram a exercer pressão no sentido da institucionalização da educação moral e cívica nos níveis básico e superior, apoiando-se no argumento de que isso seria importante como forma de conter os supostos avanços ideológicos do “comunismo internacional” sobre a juventude do país. De início, essa pressão foi freada pelo CFE que, de 1964 a 1968, “promoveu uma espécie de política de procrastinação passiva diante da pressão para a inserção nos currículos escolares da disciplina Educação Moral e Cívica”. Após o AI-5, entretanto, “essa resistência, de caráter legalista e pedagógico, ruiu diante da pressão direta da ditadura”.⁶⁹¹

Desse modo, em 12/set/1969, assinado pelos membros da Junta e por Tarso Dutra, foi imposto o DL-869, determinando “a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades”. No âmbito da educação superior, como se sabe, a educação moral e cívica deveria ser promovida através da disciplina de EPB, a ser implantada como atividade de ensino na graduação e na pós-graduação.

Os objetivos da educação moral e cívica, expressos no art. 2º do referido decreto, representavam “uma mescla dos valores defendidos pelos diferentes grupos que sustentavam o regime militar”. Neles Motta identificou “laivos de republicanismo autoritário, patriotismo conservador, catolicismo tradicional, portanto, elementos próximos da tradição integralista”, mas também outros “valores caros aos setores liberais, como a menção a ‘princípio democrático’ e ‘amor à liberdade’”. Os mais importantes seriam “os valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos”, bem como “a preservação da moral e da religiosidade cristãs (incluindo a família)”.⁶⁹²

trabalhos sobre o tema são: FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática...* op. cit.; LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ...* op. cit.; SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional...* op. cit.; VIEIRA, Cleber Santos. *Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros...* op. cit.; SANTOS, Marcelo Gonzaga dos. *Almas integradas...* op. cit.; LEMOS, Kaé Stoll Colvero. *A normatização da educação moral e cívica (1961-1993)*... op. cit.

⁶⁹¹ CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ... op. cit. p. 194.

⁶⁹² MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 185-186.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

O decreto também criava a CNMC, a ser composta por nove membros “dedicados à causa da Educação Moral e Cívica”, a serem nomeados pelo Presidente da República. As principais atribuições da comissão eram: assessorar o ministro da Educação e Cultura nos assuntos a ela afeitos, colaborar com o CFE na definição dos currículos das novas disciplinas de educação moral e cívica e ajudar na divulgação dos “valores cívicos e morais” junto aos meios de comunicação. Em alguns casos, porém, a CNMC também teria exercido atividade de censura sobre publicações relacionadas com a área, desaconselhando-as e obtendo de reitores colaboração nesse sentido, mesmo que informal. O livro *História militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, teria sido um desses casos. Em 1976, a obra acabaria sendo censurada oficialmente pelo Ministério da Justiça.⁶⁹³

Evidentemente, havia diversas vozes que, desafiando aquele contexto de arbítrio e repressão, manifestavam críticas à educação moral e cívica, denunciando-a como instrumento de controle social. Uma obra pioneira nesse sentido foi o já citado livro *Educação Moral e Cívica & Escalada Fascista no Brasil*, de Maria Nilde Mascellani e dois colaboradores, publicado ainda no início dos anos 1970.⁶⁹⁴ Como mencionado, os autores sofreriam diversas medidas repressivas, em boa medida em função da obra.⁶⁹⁵

Críticas à educação moral e cívica também seriam desferidas por estudantes. Em 1974, por exemplo, alunos da UFMG, liderados pelo Centro de Estudos de História, promoveram protesto contra a permanência da disciplina na graduação.⁶⁹⁶

Mas talvez a mais eficaz forma de resistência àquele instrumento de controle social era a modificação dos conteúdos efetivamente lecionados nas aulas daquela matéria, a despeito das formalidades e registros envolvidos. Assim, enquanto “diversos professores seguiam à risca o conteúdo dos livros didáticos”, outros, “como uma forma de resistência ao regime militar, subvertiam em sala de aula o conteúdo prescrito e organizavam uma outra forma de se compreender a moral e o civismo”, transformando assim as aulas de moral e cívica “em espaço de questionamento e reflexão sobre a realidade brasileira”.⁶⁹⁷

⁶⁹³ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 186; 188.

⁶⁹⁴ A obra já foi comentada aqui no cap. 2, a propósito da prisão do casal Dermi e Darcy Azevedo e de seu filho Carlos. Parte da alegação para a prisão da família era a posse de “material subversivo” - no caso, o referido livro.

⁶⁹⁵ Cf.: Processo BNM nº 467; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 163.

⁶⁹⁶ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 190.

⁶⁹⁷ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática...* op. cit. p. 93; 189;

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Um episódio ocorrido em Brasília em 1971 é revelador do modo como alguns membros importantes do sistema de controle viam a disciplina de EPB. Na ocasião, fora encaminhado ao reitor Amadeu Cury um pedido de dispensa daquela matéria para o aluno Jefferson Patriota Filho, estudante de Administração e funcionário do Ministério do Interior, onde atuava como chefe da Subseção de Política Administrativa, Econômica e Financeira da Seção de Informações da DSI/MINTER. O pedido era assinado pelo gen. Bruno Castro da Graça, diretor daquela DSI. Em 17/jun/1971, o reitor respondia a solicitação, afirmando que haviam sido “tomadas as providências nele solicitadas”. O mais importante aqui são as observações do general, com vistas a justificar o pedido: a atuação na DSI seria considerada “serviço relevante”, segundo o Decreto-lei nº 67.325 de 02/out/1970 e, sobretudo, apresentaria “*características do curso ‘Estudos Brasileiros’ (Moral e Cívica)*”.⁶⁹⁸

Para a ESG, era “importantíssimo o papel representado pela Ação Cívico-Social como *poderoso instrumento de ação psicológica*”. Atuando “em diversos setores, como, por exemplo, *educação*, transporte, higiene, saúde, *educação moral e cívica*, apoio às entidades comunitárias” e outros, era um dos meios através dos quais o sistema de controle incentivava a formação de consensos favoráveis.⁶⁹⁹

A disciplina de EPB era, de fato, percebida como um importante instrumento de controle social, como também indica a fala do ministro da Educação Ney Braga a reitores, em encontro realizado em Porto Alegre, em 24/nov/1975, conforme citado no cap. 2. Na ocasião, além da mencionada responsabilização dos reitores em relação à manutenção da ordem nos espaços universitários, o ministro destacava, como primeiro ponto de seu discurso, a necessidade do “aperfeiçoamento efetivo do ensino de Problemas Brasileiros”.⁷⁰⁰

Houve casos, ao menos no âmbito da educação básica, em que a formação docente na área de educação moral e cívica contou com a participação de agentes de órgãos de vigilância e repressão. Em 1972, por exemplo, Aloysio R. Henriques, “advogado, *diretor da Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações do Estado de Santa*

MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 191.

⁶⁹⁸ BRASIL. Ministério do Interior. Divisão de Segurança e Informações. *Ofício nº 22/700/71*. s/d (1971). Confidencial; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Gabinete do Reitor. *Ofício FUB Confidencial nº 014/71*. 17/jun/1971. BR-AN-BSB-AA1, pasta AGR-082.

⁶⁹⁹ EMFA/ESG/DE. *MB-75...* op. cit. p. 319.

⁷⁰⁰ CARTA do Ministro da Educação Ney Braga aos reitores, 24/nov/1975. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-008.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Catarina”, proferiu a conferência intitulada “Os riscos do ensino da educação moral e cívica”, no âmbito do I Encontro Nacional de Professores e Orientadores de Moral e Civismo, realizado de 11 a 16/set/1972, em Goiânia, e organizado pela Coordenação de Educação Moral e Cívica da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás.⁷⁰¹

Um discurso de Médici no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proferido em 03/jun/1970, é emblemático do modo como os membros do grupo no poder percebiam um setor do campo da educação superior, também assinalando a *função intelectual*⁷⁰² que esperavam que tal segmento social cumprisse:

Veja-se a que extremos levou o pragmatismo na História, com o *materialismo histórico* que, não se contendo nos limites da técnica de direção do Estado, *pretende-se instituir como lei a todas as gerações e a todos os povos*, como instrumento fundamental da adoção de uma concepção de vida, que *minorias ativas* pretendem impor, pela *alienação dos valores espirituais do homem*, pela *violentação do princípio de autodeterminação* e pela *pressão psicológica do terrorismo de requinte miliforme*.

Ainda temos memória e indignação para a safra, em nosso país, da História engajada, de senso ultrapragmático, a serviço da dialética marxista, vergando as verdades do passado ao peso dos interesses do presente, forjando uma ‘História Nova’, dócil à ideologia que a História mesma provou repudiada sempre pelo povo brasileiro e *recrutando, entre professores de História, o grupo de maior efeito multiplicador no processo de mobilização e contaminação da mente universitária brasileira*.

Entendidos os *radicalismos a que podem levar os excessos pragmatistas na Geografia e na História*, é preciso que a mocidade vislumbre as imensas potencialidades que, num país assim em ascensão como este, se abrem à busca infatigável da verdade científica. (...)

Para o historiador, *há toda uma consciência cívica democrática, que se há de preservar e aperfeiçoar* na análise autêntica dos fatos, solidarizando gerações. Creio mesmo que governar é estabelecer a ponte entre o país que fomos e o país que seremos, sem que se deformem os valores essenciais da nacionalidade. (...)

Oportuno é dizer que *esperamos, da História e dos historiadores, a sua contribuição* para a instrumentação de nossa economia, de nossa sociologia, de nossa ciência política, *de uma educação cívica e democrática brasileira*, a sua contribuição para a evolução e o aprimoramento das instituições e dos homens, assim como para o *fortalecimento do caráter nacional*. Como amostragem dessa atitude, estamos empenhados em sensibilizar o povo para o trato do fato e do vulto históricos e, no rumo desse incentivo, participamos, há bem pouco, da memorável inauguração do Parque Osório, com a transformação da velha morada da grande lança de nosso povo no Império em local de romaria popular, para a reminiscência, a recreação, o encontro cultural e até mesmo o turismo. (...)

Meu governo conta com as instituições docentes e culturais, ligadas à História, e especialmente com este Instituto, para o relevo maior da comemoração do sesquicentenário de nossa Independência, à maneira do que fez o Presidente Epitácio em 1922.

⁷⁰¹ APPR/DOPS, pasta 889.109.

⁷⁰² Sobre a noção de função intelectual, cf.: MANSAN, Jaime Valim. A função intelectual... op. cit.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Trocando o efêmero de uma Exposição Internacional pelo definitivo de uma construção universitária, pretendemos dar às comemorações projetadas o cunho da austeridade consentânea com as premências da educação e da cultura nacional.⁷⁰³

Essa mesma função ideológica, que o ditador esperava que disciplinas como História e Geografia cumprissem, era o que o grupo no poder almejava com EPB: o “fortalecimento do caráter nacional”, a “educação cívica e democrática brasileira”, o fortalecimento dos “valores essenciais da nacionalidade” etc.

Atendendo às demandas do governo, algumas instituições de educação superior criaram cursos superiores em educação moral e cívica e centros superiores de civismo. Foi o caso da PUCRS, por exemplo. A partir do ano de 1970, nos primórdios do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que sucedeu a antiga Faculdade de Filosofia em 1969, passou a funcionar o Curso de Educação Moral e Cívica, inicialmente a cargo do prof. Henrique Richter. Funcionava como um departamento independente, assim como os cursos de História, Filosofia e Ciências Sociais que integravam aquela faculdade. Já em 1971, “o departamento de Educação Moral e Cívica realizou vários cursos para aperfeiçoamento de professores, para alunos e para o público em geral”. Surgiam também, dentre outros núcleos de estudos, o “Centro Superior de Civismo”, fundado em 03/set/1971.⁷⁰⁴ A criação de tais órgãos havia sido estimulada pelo Decreto nº 68.065, de 14/jan/1971, que regulamentava o DL-869. Centro semelhante teria sido criado, também em 1971, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.⁷⁰⁵

4.4.1 – EPB: graduação

Segundo Samara Lerner, a disciplina de EPB desenvolvia “conteúdos prenhes da tradição católica e da Doutrina de Segurança Nacional criada na ESG”. As disciplinas de educação moral e cívica, assim, “se tornaram estratégicas, durante o regime, para socializar valores, ideias e tradições” então consideradas “como fundamentais para incitar o desenvolvimento da moral (cristã), do amor à pátria e à família, e para formar o cidadão

⁷⁰³ MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Não se governa sem História*: discurso lido no IHGB em 03/jun/1970. BPP/GExP.

⁷⁰⁴ JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS - v. II (1951-1978)*... op. cit. p. 126.

⁷⁰⁵ MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*... op. cit. p. 187.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

ordeiro, que não colocasse em risco a segurança e o desenvolvimento do país”. Na UERJ, instituição estudada pela autora, as aulas de EPB na graduação iniciaram em 1971, tão logo a disciplina foi regulamentada pelo Parecer nº 94/71 do CFE.⁷⁰⁶

Como a autora assinala, a inclusão da disciplina de EPB nos cursos de graduação variou bastante entre as IES. Enquanto em algumas, como a UERJ, o programa definido pelo CFE foi adotado integralmente, em outras, como a UFRJ, algumas unidades não foram implementadas – no caso da UFRJ, isso ocorreu justamente com aquelas que mais se aproximavam de tópicos da DSN, como “Segurança Nacional” e “Problemas Políticos”.⁷⁰⁷

Como descrito anteriormente, o modo como a disciplina de EPB era trabalhada pelos professores variava amplamente, por motivos diversos. Enquanto alguns resignavam-se a lecionar os conteúdos sugeridos sem maiores questionamentos, outros faziam da disciplina um espaço de resistência ao regime. Outros, ainda, viam no ensino de EPB algo de suma importância para o país, colaborando assim de maneira ativa e intensa. Esse parece ter sido o caso do prof. Teófilo H. Inoue, da PUC-SP, que em 1982 era coordenador da área de EPB naquela universidade. Formado em Direito, seu grande envolvimento com a EPB foi amplamente divulgado na imprensa, levando a CNMC a reconhecer seu empenho. Inoue teria promovido estágios com seus alunos de EPB, levando-os à Penitenciária do Estado de São Paulo. Através de sua iniciativa, teria inclusive sido possível – ao menos segundo a opinião de uma “estagiária” do curso de atualização em EPB, da UFRJ, em 1983 – a “*recuperação de 2 presos, feita pelos alunos*”. Segundo a aluna (que também, ao que parece, tinha vínculos com a CNMC), os apenados, em função da atividade coordenada pelo grupo de EPB, teriam passado “a se interessar pelos estudos e lograram a aprovação no vestibular para cursar Direito e História”. E ressaltava: “Tudo isto teve por base a disciplina EPB”.⁷⁰⁸

O caso da UFPE também é indicador da heterogeneidade de formas de implementação da EPB na graduação. No primeiro semestre de 1971, aquela universidade pernambucana organizou um amplo curso de EPB, “destinado a cerca de onze mil alunos”, motivo pelo qual

⁷⁰⁶ LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ...* op. cit. p. 106-110; 321-322.

⁷⁰⁷ Ibid. p. 109-110.

⁷⁰⁸ LOPES, Léa de Oliveira Dourado. *O professor de Estudo de Problemas Brasileiros na Universidade – repercussão do trabalho bem elaborado de um professor de E.P.B. Trabalho de Conclusão de Curso - XIII Curso de Atualização em Estudo de Problemas Brasileiros, UFRJ. Rio de Janeiro, s/d. [1983]. UFRJ/FCC/BPC/EPB. p. 20-21.*

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

“teria que ser dado através da TV Universitária”. Junto a isso, foram realizados “fóruns de debates”, dos quais participaram o gen. Evandro de Sousa Lima (falando sobre a SUDENE), Gilberto Freyre (CSG 1979) e os governadores estaduais Eraldo Gueiros Leite (PE) e José Cortez Pereira (RN). Previam para o segundo semestre outras conferências nos fóruns de debates, com o alm. Luiz Teixeira Martini (CSG 1954, comandante da ESG de 1961 a 1965), o gen. João Bina Machado (CSG 1969, comandante do IV Exército na ocasião, comandante da ESG de 1972 a 1974 e mentor do mestrado em EPB da UERJ, como destaca Samara Lerner), o mal. Cordeiro de Farias (CSG 1950, falando sobre a ESG, da qual, como se sabe, foi o mentor e primeiro comandante, de 1949 a 1952), o reitor da UFPB Guilardo Martins Alves (CSG 1974), os ministros Antônio Delfim Netto (CSG 1970) e Mário Gibson (CSG 1951), Paulo Gustavo Cunha (secretário de Indústria e Comércio de PE na ocasião), Cid Sampaio (na qualidade de ex-governador de PE⁷⁰⁹) e os governadores Antônio Carlos Magalhães (BA), Ernani Sátiro (PB), Afrânio Lages (AL), César Cals (CE), Pedro Neiva (MA), Alberto Tavares da Silva (PI) e Paulo Barreto (SE). O objetivo do amplo projeto, que tinha por público-alvo “não somente os estudantes, mas também empresários e homens públicos, jornalistas e estudiosos”, era “converter o estudo de problemas brasileiros em oportunidade para uma boa formação cívica e a consciência de que a solução da problemática nacional carece da participação de todos, que, para isso, devem receber uma preparação conveniente”. Só no primeiro semestre, o projeto compreendeu 29 aulas (algumas por meio da televisão universitária, outras presenciais): vinte “aulas ordinárias”, dois “exercícios escolares” (com avaliações), quatro “fóruns de debates” e três “aulas solenes”.⁷¹⁰ As 27 aulas do segundo semestre seriam publicadas posteriormente, em 1973.⁷¹¹

Além da transmissão via televisão universitária (canal 11 de Recife), as aulas e palestras eram transmitidas também via rádio e publicadas na imprensa da região. Não bastassem todos esses meios de divulgação, ainda eram distribuídas “cópias mimeografadas fornecidas pela Coordenadoria dos Estudos de Problemas Brasileiros a todas as unidades universitárias”. O comprometimento dos setores dirigentes da UFPE com a educação moral e

⁷⁰⁹ Cunhado de Miguel Arraes, Cid Feijó Sampaio foi governador de Pernambuco de 1959 a 1963, deputado federal pela ARENA de 1967 a 1971 e senador de 1983 a 1987. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Cid Sampaio*. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=562:cid-sampaio&catid=38:letra-c&Itemid=182>. Acesso em: 18/jul/2014.

⁷¹⁰ UFPE. *Estudo de Problemas Brasileiros*. Recife: Imprensa Universitária, 1971. UFPR/BCHE. Introdução.

⁷¹¹ Id. *Estudo de Problemas Brasileiros* - v. 2. Recife: Editora Universitária, 1973. UFPR/BCHE.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

cívica era notório.⁷¹²

Quanto aos conteúdos, tratava-se de uma mescla dos recorrentes tópicos da área de “Segurança” da DSN (já comentados neste e em outros capítulos) com questões relacionadas ao “Desenvolvimento”, neste caso também na linha da doutrina, mas com um enfoque regional. Os “fóruns de debates” realizados nos dois semestres de 1971, por exemplo, abordaram os seguintes temas: o homem brasileiro; estrutura dos poderes; Nordeste e seus problemas; desenvolvimento industrial; comércio interno e internacional; problema energético; política monetária, creditícia e fiscal; política de habitação; ONU e OEA; trabalho e previdência social; reforma agrária; ciência e tecnologia para o desenvolvimento; Estado Maior das Forças Armadas; segurança nacional; guerra revolucionária; Escola Superior de Guerra.⁷¹³

Em 1971 a UFPE também realizou o *I Seminário de Estudos de Problemas Brasileiros*, onde foram debatidas questões relacionadas com a disciplina no contexto regional. No evento estiveram presentes membros da UFPE, da Universidade Católica de Pernambuco, da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, do Conselho Estadual de Educação, das universidades federais de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e de Sergipe, bem como de órgãos e entidades como SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), MINIPLAN (Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), CONDEPE (Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, Centro das Indústrias e FUNDINOR (Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste). O evento, segundo seu regulamento, seria realizado de 16 a 18/jun/1971, na sala do Conselho Universitário da UFPE, presidido pelo prof. Murilo Guimarães (então reitor daquela universidade), destinado “especialmente a diretores de unidades universitárias, coordenadores do Curso de Problemas Brasileiros e líderes empresariais” e tendo por principal objetivo “estudar os meios, processos e técnicas para o aprimoramento do Curso”.⁷¹⁴

Em fevereiro de 1972, por ocasião do falecimento do prof. Jordão Emerenciano, Coordenador Geral dos Estudos de Problemas Brasileiros, assumiu a coordenação o prof. Joel

⁷¹² UFPE. *Estudo de Problemas Brasileiros* - v. 2... (1973). op. cit. Introdução.

⁷¹³ Id. *Estudo de Problemas Brasileiros...* (1971). op. cit. p. 20-21.

⁷¹⁴ Ibid. p. 311-320.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Pontes, que até então havia atuado como assessor técnico da área na UFPE.⁷¹⁵

Pelo menos até 1977, o curso de EPB coordenado pela UFPE foi realizado ininterruptamente, inclusive com publicação das aulas em livros distribuídos a outras universidades, como os que tive acesso na UFPR.⁷¹⁶ A permuta ou doação de livros sobre o tema, aliás, era outra forma importante de disseminação, no âmbito do campo da educação superior, de ideias que confluíam no sentido do apoio ao regime.

Até fins de 1977, o prof. Joel Pontes manteve-se como coordenador da área na UFPE. Falecido em novembro daquele ano, não foi possível verificar se houve continuidade das atividades de EPB na universidade pernambucana.⁷¹⁷ De qualquer modo, é interessante observar como a IES constituiu, nos anos 1970, um importante centro regional de produção e difusão de ideias e materiais relacionados com EPB. Seria interessante verificar se constituiu uma experiência singular durante a ditadura militar, ou se houve casos similares em outras regiões.

Alguns dos professores de 1977 tinham feito ou viriam a fazer cursos na ESG, como Gilvandro de Vasconcelos Coelho (CSG 1971), que apresentou o tema “A Revolução de 1964”, e Humberto de Moraes Vasconcelos (CAEPE 1985), que proferiu aulas sobre “A educação no Brasil”.⁷¹⁸

Naquele curso de 1977, mantinham-se as diretrizes argumentativas que confluíam no sentido da criação de uma imagem positiva para o regime (associado ao “desenvolvimento” do país”) e de uma imagem negativa do “inimigo” (o “subversivo”). Como exemplo da primeira, observe-se que, em texto sobre saúde, eram feitas as seguintes colocações:

Os governos, após a Revolução de 1964, não têm medido esforços e através dos órgãos ministeriais estabeleceram uma estrutura programática de valorização do homem brasileiro, nos setores de educação, habitação e saúde no Brasil, que no momento apresenta um elevado índice em relação a outros países em

⁷¹⁵ UFPE. *Estudo de Problemas Brasileiros* - v. 2... (1973). op. cit. Introdução.

⁷¹⁶ Só foi possível encontrar os livros com o conteúdo das atividades realizadas em 1971, 1972 e 1977. Entretanto, o então reitor da UFPE, Paulo Maciel, observava no início da publicação referente às aulas de 1977: “como vem acontecendo há sete anos consecutivos, a Coordenadoria do Estudo de Problemas Brasileiros da Universidade Federal de Pernambuco publica em livro as aulas ministradas em dois períodos letivos”. MACIEL, Paulo. Palavras iniciais. In: UFPE. *Estudo de Problemas Brasileiros: aulas de 1977*. Recife: Editora Universitária, 1978. UFPR/BCHE.

⁷¹⁷ Ibid.

⁷¹⁸ Ibid.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

desenvolvimento.⁷¹⁹

Em relação à construção da imagem do inimigo, afirmava-se:

Encerrando essa aula, levamos uma última palavra aos estudantes universitários: que a Guerra Revolucionária é uma perigosa arma psicológica, vem confundindo muitos e visa à conquista do mundo, por ser uma guerra ideológica, conduzida por grupos minoritários atuantes e estimulados por forças exteriores.⁷²⁰

Na mesma linha argumentativa, era dito, a respeito do papel político do estudante, sobretudo em relação à Segurança Nacional do país:

Todo país que passa por uma situação meio crítica como passou o Brasil, no campo cívico-social, não pode deixar esquecida a participação jovem-estudantil na construção de sua Pátria, considerando que é essa força jovem que sustentará e comandará as decisões nacionais do amanhã. Daí reconhecermos a imprescindível participação do estudante brasileiro na Política Nacional, no tocante especialmente à Segurança Nacional. (...) O estudante como cidadão brasileiro – responsável por essa cidadania – é também responsável pela Segurança Nacional, cooperando com a nação, com os governantes, sendo zeloso, respeitando a ordem moral e cívica, oferecendo novas ideias, planos de ação, em vez de tomar posição contraditória à ordem política e social, se opondo às deliberações que podem ir de encontro à sua própria segurança.⁷²¹

A imposição das disciplinas de educação moral e cívica na educação básica e superior gerou uma grande quantidade de publicações voltadas para o tema, sobretudo as de cunho didático, que somavam-se às diversas publicações desde há muito existentes na área.⁷²² Nesse sentido, embora destinado primordialmente à educação básica, vale observar os comentários introdutórios a *Princípios de Educação Moral e Cívica*, de Amaral Fontoura, manual de educação moral e cívica cuja terceira edição foi publicada em 1971. Ali eram utilizados alguns dos principais argumentos mobilizados pelos defensores daquele meio de formação ideológica, apontando também para os conflitos gerados em torno da imposição da disciplina no início dos anos 1970.

Em texto intitulado *O tricampeonato da moral e do civismo*, o autor afirmava que “o

⁷¹⁹ SILVA, Josias Januário da. A saúde no Brasil - I. In: UFPE. *Estudo de Problemas Brasileiros: aulas de 1977...* op. cit. p. 445-452. p. 445.

⁷²⁰ MARTINS, Glacília Perruci Lopes. O combate à subversão no Brasil. In: Ibid. p. 509-517. p. 517.

⁷²¹ Ibid. p. 519-520; 523.

⁷²² Alguns exemplos publicados em diferentes momentos antes de 1971: REIS, José Agostinho dos. *Cathecismo Cívico*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921; BACKHEUSER, Everardo. *Problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Omnia, 1933; CARVALHO, Delgado de. *Organização social e política brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963; SALGADO, Plínio. *Compêndio de instrução moral e cívica*. São Paulo: FTD, 1965. DELFOS/AIB-PRP. Fundo “Acervo Bibliográfico”.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

maior acontecimento do ano, que conseguiu interessar 500.000.000 pessoas no mundo inteiro – o *Campeonato Mundial de Futebol*”, teria mostrado que “Moral e Civismo tiveram sua maior afirmação, antes, durante e depois do campeonato”, na medida em que “a vitória da seleção brasileira” teria sido, “primeiro que tudo, a vitória da *disciplina*, do *respeito à autoridade* (inclusive a forte e severa autoridade do treinador do time), da *força de vontade*, da *fibra*, do *autocontrole* dos nossos jogadores”. Após citações de Médici, nas quais o ditador afirmava, por exemplo, que a vitória no mundial seria indicadora da “prevalência de princípios de que nos devemos armar para a própria luta em favor do Desenvolvimento Nacional”, o autor complementava: “o *patriotismo*, há tantos anos adormecido no coração dos brasileiros, acordou de repente e saltou para as ruas, para os jornais, para a televisão”. Para Amaral Fontoura, era uma “beleza de espetáculo ver milhares de bandeiras nacionais agitadas, nos telhados, nos carros, nas mãos frenéticas do povo, gritando BRASIL! BRASIL! BRASIL!”. E finalizava afirmando que “o grandioso papel da Educação Moral e Cívica” seria “saber aproveitar, saber canalizar tais *virtudes morais* e estimular a capacidade cívica de nosso povo, colocando uma e outra a serviço do Bem Comum, da felicidade de todos e do Desenvolvimento Nacional”.⁷²³

A seguir, fazia as vezes de prefácio um texto de junho de 1970, de autoria do advogado Wilson Regalado Costa (CSG 1964), membro do Conselho Federal da OAB. Ele afirmava ter, em abril de 1964, solicitado à ADESG “a constituição de um grupo de trabalho para estudar o problema da educação moral e cívica”. O grupo, que segundo Costa teria realizado 17 reuniões, era presidido pelo gen. Moacyr de Araújo Lopes, que presidiria a CNMC logo após sua criação. Outros dois integrantes daquele grupo que também viriam a integrar a CNMC eram os professores Eloywaldo Chagas de Oliveira (CSG 1954) e Humberto Grande (CSG 1961).⁷²⁴

Atacando o CFE, que se opunha à criação de disciplinas específicas de educação moral e cívica, Costa criticava o que considerava o “argumento simplista dos *inoperantes e amorfos*, como dos *demolidores, insidiosos e pró-comunistas*, de que a educação moral e cívica deve

⁷²³ FONTOURA, Amaral. *Princípios de Educação Moral e Cívica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1971. (Biblioteca Didática Brasileira; série IV – Coleção Moral e Cívica – v. 1 – dir. Amaral Fontoura). DELFOS/AIB-PRP. Fundo Acervo Bibliográfico. p. 13-14.

⁷²⁴ COSTA, Wilson Regalado. Juízo crítico. In: FONTOURA, Amaral. *Princípios de Educação Moral e Cívica...* op. cit. p. 17-19.

Sobre Humberto Grande, cf. neste capítulo a seção sobre a ESG.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

ser instilada através de todas as disciplinas”.⁷²⁵ Contra essa tese do CFE, ele afirmava que seria “exatamente isto que ‘inspira’ ou ‘orienta’ a *avalanche materialista*, para na prática (notar bem) nunca doutrinar, jamais mentalizar ou formar uma consciência cívica na qual, obviamente, engloba-se a consciência moral”. E concluía na mesma linha de ataque ao CFE, associando a postura do órgão àquela que comumente era associada aos “subversivos”, no sentido de fazer “o jogo dos inimigos”:

O Prof. Fontoura (...) credencia-se, mais uma vez, como mestre do melhor quilate, ajudando a formar uma nova e melhor imagem humana do Brasil, sem se preocupar com a objeção maquiavélica e enganadora dos que postulavam ministrar a educação moral e cívica **pulverizadamente**, i. é, através de todas as disciplinas. *Faz parte, aliás, essa técnica, de uma outra “técnica insidiosa”, que muitos inocentemente aceitam, fazendo o jogo dos inimigos da Pátria, da Família e da Religião.*⁷²⁶

Outro exemplo de livro didático de educação moral e cívica, este sim destinado à educação superior, é dado pela obra de José Cláudio de Oliveira (CSG 1966) intitulada *Estudo de Problemas Brasileiros*.⁷²⁷ O autor, formado em Geografia e História (1951) e em Direito (1959), integrava o campo da educação superior, sendo professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).⁷²⁸ Conselheiro do Tribunal de Contas do Ceará, fez um curso de atualização na ESG em 1976, era professor da Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Facó e delegado da ADESG-CE. Seu exemplo, como professor universitário e autor de manuais de EPB, ilustra bem os diferentes caminhos por meio dos quais órgãos como a ESG e a ADESG podiam difundir elementos da ideologia então dominante no âmbito da educação superior.

O conteúdo do manual era em ampla medida uma síntese da DSN, assemelhando-se bastante com o programa do Curso Superior de Guerra da ESG, comentado inicialmente neste capítulo.⁷²⁹ Na primeira parte do livro, destinada à disciplina de EPB-I, o foco era o “estudo

⁷²⁵ Sobre os conflitos entre o CFE e a CNMC, cf.: FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática...* op. cit.

⁷²⁶ COSTA, Wilson Regalado. Juízo crítico... op. cit. p. 18-19.

⁷²⁷ OLIVEIRA, José Cláudio de. *Estudo de Problemas Brasileiros*: de acordo com o Decreto-lei nº 869, livro-texto para estudantes universitários, contendo EPB-I e EPB-II. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. UFPR/BCHE.

⁷²⁸ A UNIFOR é uma instituição privada de educação superior fundada em 1973 pelo empresário Edson Queiroz. UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. *A instituição*. Disponível em: <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=445&Itemid=1219>. Acesso em: 21/out/2013.

⁷²⁹ Comentado na seção que trata da ESG, com base em: LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ...* op. cit. Anexo B – Estrutura curricular do Curso Superior de Guerra da ESG – 1973. p. 353-358. Cf. também: SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. *O papel*

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

doutrinário”, sendo abordados os seguintes temas: A Nação e o Estado, Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Políticos do Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Econômicos do Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Psicossociais do Poder Nacional, Fundamentos e Fatores Militares do Poder Nacional, Política Nacional, Segurança Nacional e Desenvolvimento. Na segunda parte, a subsidiar as atividades de EPB-II, o enfoque, assim como no CSG, mudava para o “estudo conjuntural”. Os temas abordados nessa parte eram: Campo Político (Constituições brasileiras, Estado Unitário e Estado Federal, A Reforma Administrativa [de 1967], O Problema Demográfico, As 200 Milhas); Campo Econômico (A Reforma Constitucional Tributária, Ministério do Interior, a SUDENE, a SUDAM, o DNOCS, Energia); Campo Psicossocial (Educação para uma Civilização em Mudança [que incluía o estudo do Hino Nacional e dos Símbolos Nacionais]); Campo Militar (As Forças Armadas).⁷³⁰

4.4.2 – EPB: pós-graduação

Um dos principais estudos sobre a educação moral e cívica na pós-graduação é a já citada tese de Samara Lerner, que tratou da experiência singular da UERJ. Esta teria sido a única instituição a constituir um curso de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) em EPB no Brasil, a partir de colaborações desenvolvidas entre aquela universidade e a ESG desde fins dos anos 1960. Além do mestrado, a UERJ também criou um curso de pós-graduação *lato sensu* em EPB e integrou militares da ESG em seu corpo docente.⁷³¹

Segundo a autora, a disciplina de EPB promovia no âmbito da educação superior “a socialização política dos jovens na ideologia do regime militar”. O projeto de mestrado teria sido “criado na Escola Superior de Guerra e fundamentado na DSN, com vistas a garantir a reprodução da ideologia do regime militar, através da projeção sobre o campo educacional-universitário”. O idealizador do curso de mestrado na ESG teria sido o já referido gen. João Bina Machado, que comandava a escola naquela ocasião. A autora questiona-se inclusive se não teria sido o desligamento do general da ESG em 1974 (em função de sua idade) o motivo

da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional... op.cit. p. 154-162.

⁷³⁰ OLIVEIRA, José Cláudio de. *Estudo de Problemas Brasileiros...* op. cit.

⁷³¹ LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ...* op. cit. p. 323.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

pelo qual o curso, inicialmente idealizado para ser implementado na ESG, acabaria sendo transplantado para a UERJ.⁷³²

Já Cunha analisou a história do Curso de Atualização em Estudo de Problemas Brasileiros, atividade de pós-graduação *lato sensu* que funcionou entre 1971 e 1985 na UFRJ.⁷³³ O curso era oferecido pela Câmara de Estudos Brasileiros daquela universidade, órgão presidido ao longo de quase toda a sua existência por Athos da Silveira Ramos, de quem já tratamos no início deste capítulo. Ramos só não esteve na função em 1971, quando a presidência da Câmara coube a Moniz de Aragão. O órgão publicava os *Cadernos de Estudos Brasileiros*, por meio dos quais realizava uma forma muito peculiar de propaganda de ação específica, análoga a outras comentadas no capítulo anterior. Tratava-se da divulgação, sobretudo entre alunos do curso e membros da ESG e ADESG, de artigos e transcrições de palestras e conferências proferidas no curso de atualização por pessoas como Jarbas Passarinho, Alfredo Buzaid, Humberto Grande e outros – textos que convergiam no sentido da difusão de alguma das principais diretrizes ideológicas do regime.⁷³⁴

Como Cunha assinalou, boa parte das aulas do curso de atualização em EPB da UFRJ era composta por palestras de elementos externos à universidade, muitos deles vinculados a órgãos de governo ou à ESG.

Em algumas aulas, os temas vinculavam-se à área de “segurança”, fazendo-se especialmente presentes os recursos retóricos convergentes no sentido da construção da imagem do inimigo, na linha do que tem sido comentado até aqui ao longo da tese. Por exemplo: em 21/out/1971, durante a primeira edição do curso, o cel. Germano Seidl Vidal (CEMCFA 1968) proferiu uma palestra sobre *Segurança Nacional* para os “estagiários”. Tratava-se de uma síntese da DSN, sendo trabalhadas noções como a de “guerra revolucionária”, definida nos termos esguianos: “conflito interno, geralmente inspirado por uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação”. O coronel, aliás, não economizou nas citações de materiais didáticos da ESG, e os vários gráficos que apresentou, provavelmente através de projeção

⁷³² LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ...* op. cit. p. 321; 324.

⁷³³ CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ... op. cit. Como o autor assinala, tratava-se na prática de um curso de capacitação, no qual participavam graduados provenientes de diversas áreas. p. 205.

⁷³⁴ *Ibid.* p. 206.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

com lâminas, eram cópias, feitas à mão, de fluxogramas, quadros e esquemas que integravam os manuais daquela escola.⁷³⁵

Em outras aulas, contudo, o foco era o “desenvolvimento”, e nesses casos a essência do argumento era a construção de uma imagem positiva do regime, associando-o a ideias de modernidade, crescimento econômico etc., na linha do que também já foi comentado ao longo da tese a propósito de outros mecanismos de formação de consensos favoráveis. Exemplo disso é dado pela aula proferida pelo então Ministro do Interior, gen. José Costa Cavalcanti (CSG 1970), que nela afirmou:

Não se poderá admitir que, por falta de recursos humanos qualificados, venha a frustrar-se o esforço de promoção nacional. Visto sob esse prisma, o ensino superior adquire dimensões maiores, em função da atual conjuntura que vive a Nação, *definitiva e irreversivelmente* lançada a essa *autêntica “aventura do desenvolvimento”*, pelos *caminhos do progresso*. Dimensões que situam a Universidade na cúpula de uma estrutura educacional verdadeiramente sólida, capaz de estimular e orientar o País nessa trajetória e garantir-lhe, afinal, nas décadas que se aproximam, *o acesso definitivo e em igualdade de condições ao mundo dos países desenvolvidos*.⁷³⁶

Os “estagiários” deviam, ao final do curso, apresentar uma monografia, relacionando os conteúdos trabalhados com suas áreas de atuação profissional.⁷³⁷ Uma das monografias desenvolvidas no âmbito da 13ª edição daquele curso, realizada em 1983, chama a atenção por ter sido desenvolvida por alguém com alegados vínculos com a CNMC, Léa de Oliveira Dourado Lopes, conforme referido anteriormente.⁷³⁸

Na monografia de Léa Lopes, há referência a um sucinto estudo desenvolvido na CNMC em 1971 por Arthur Machado Paupério (CSG 1966). Paupério havia sido professor e diretor da Faculdade de Direito da UFRJ (pelo menos em 1967) e também integrara a

⁷³⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Fórum de Ciência e Cultura. *Palestra proferida pelo Cel. Germano Seidl Vidal, no Curso de Atualização para Estudo de Problemas Brasileiros, em 21/out/1971, sobre Segurança Nacional*. Datiloscrito, 51 f. UFRJ/FCC/BPC/EPB.

⁷³⁶ Id. *Palestra proferida pelo Ministro do Interior, Gen. José Costa Cavalcanti, no Curso de Atualização para Estudo de Problemas Brasileiros, em 11/jun/1971*. Datiloscrito, 24 f. UFRJ/FCC/BPC/EPB.

⁷³⁷ Cunha destaca indícios de que o curso teria sido amplamente inspirado nos métodos didáticos da ESG, inclusive na adoção de termos como “estagiário” em lugar de “aluno”. Segundo ele, “o que sempre aconteceu [naquele curso] foi a pretensão de se promover *uma versão civil da ESG*”. CUNHA, Luiz Antônio. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ... op. cit. p. 208. Em acordo com a análise de Cunha, note-se que, a despeito de tal pretensão, o curso cumpria função bem mais modesta, ao menos em termos de formação de intelectuais pró-regime.

⁷³⁸ LOPES, Léa de Oliveira Dourado. *O professor de Estudo de Problemas Brasileiros na Universidade...* op.cit.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

CNMC.⁷³⁹ O estudo de Paupério havia sido “aprovado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, na Resolução nº 7, de 27/10/1971, e encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura e ao Conselho Federal de Educação”. Pouco depois, foi “publicado no Boletim Informativo da ADESG de nov/dez. 1971”. Tudo isso aponta para o entendimento de que esse trabalho de Paupério pode ser considerado como indicador de algumas das ideias sobre EPB que circulavam entre os principais órgãos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas na área (MEC, CFE, CNMC), bem como entre integrantes de associações de difusão ideológica como a ADESG, a qual estava, como dito, entre os principais defensores da disciplina naquela época.

Paupério sustentava que o ensino de EPB deveria apoiar-se “nas tradições nacionais”, como indicado no DL-869, bem como “aprimorar o caráter” e buscar a “formação completa do homem moral e do cidadão, levando-o ao amor a Deus, ao próximo e à Pátria, assim como à ação decorrente”. Recorria a noções típicas da DSN, como “Poder Nacional” e “objetivos nacionais permanentes”, para advogar a inclusão da “preservação da *democracia espiritualista*” como um desses objetivos. E complementava: “a ideia democrática é tipicamente cristã”.

Sustentava que se estaria vivendo em um século marcado “pelas *guerras ideológicas*”. Frente a isso, em sua visão, a “democracia espiritualista” seria a única “ideia-força capaz de fazer frente aos extremistas de todos os matizes”. Citando Djacir Menezes⁷⁴⁰, afirmava que o governo que não fosse capaz de enfrentar tais “extremistas” no “terreno ideológico, *portanto no campo universitário*”, estaria “fadado a tornar-se um joguete a reboque dos conflitos advenientes”, na medida em que colocar-se-ia em perigo, desse modo, “a inteligência crítica e a conduta racional, ameaçada pelo irracionalismo, pelo intuitivismo, pelas forças obscuras que instalam autocracias”.⁷⁴¹

Outra monografia que chama a atenção em função dos vínculos de seu autor é a do

⁷³⁹ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática...* op. cit. p. 60.

⁷⁴⁰ Djacir Lima Menezes foi reitor da UFRJ entre 1969 e 1973 - portanto, ocupava essa função na ocasião em que Paupério o citou. Também era membro do Conselho Federal de Cultura. Foi palestrante no curso de atualização em EPB da UFRJ. Cf.: MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 89-109, 2014.

⁷⁴¹ PAUPÉRIO, Arthur Machado. *Necessidade de um sentido axiológico para o Estudo de Problemas Brasileiros no curso superior*. Datiloscrito, 9 f. Comissão Nacional de Moral e Civismo. Out/1971. UFRJ/FCC/BPC/EPB.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

professor Francisco de Paula Gusmão Souza Brasil (CSG 1956), que foi estagiário naquele curso em sua segunda edição, em 1972. Conforme assinalado anteriormente neste capítulo, Souza Brasil seria, poucos anos depois, presidente da ADESG nacional, atuando como docente em instituições civis como a FGV e militares como o CEP. O tema por ele escolhido para sua monografia no curso de EPB da UFRJ foi “Democracia e estruturas políticas contemporâneas da realidade brasileira”. Em seu trabalho, o professor criticava amplamente os usos que a “extrema-esquerda” e o “marxismo leninista” teriam feito do termo “democracia”, ao mesmo tempo em que conjurava de Péricles a Hegel para tentar sustentar afirmações do tipo: “o Brasil está corajosamente inovando, ao institucionalizar o modelo próprio de DEMOCRACIA COM EXECUTIVO FORTE”.⁷⁴² Sua postura antidemocrática, a despeito de afirmar-se o oposto, fica particularmente evidente neste trecho do trabalho:

O Desenvolvimento tornou-se um imperativo inelutável, e sabemos que este Desenvolvimento exige novos investimentos em capital, exatidão nas provisões e equilíbrio de mercado, inclusive o de trabalho. E estes aspectos exigem competência técnica e visão objetiva para que possam ser enfrentados com êxito e segurança. *Dai a impossibilidade de se continuar a dar às lutas partidárias e às crises políticas o largo papel a que estavam acostumadas a desempenhar na vida do País. A sociedade industrial exige concentração de esforços, e não sua dispersão através do choque de interesses partidários, que nunca refletiram os reais interesses nacionais, a não ser por mera coincidência e casualidade.*⁷⁴³

4.4.3 – O que é subversão?

Em 1984, a CNMC publicava “*O que é subversão?*”.⁷⁴⁴ Elaborado por um dos membros daquela comissão, o livro ajuda a compreender o que entendia por “subversão” aquele órgão – um dos principais responsáveis pela educação moral e cívica no Brasil naquele período – e qual a importância que a noção tinha para eles. Em contrapartida, para que o efetivo poder de tal obra e do grupo que a produziu não seja superestimado, convém lembrar que, como mencionado anteriormente neste capítulo, desde seus primórdios a CNMC

⁷⁴² Grifo em caixa alta no original.

⁷⁴³ BRASIL, Francisco de Paula Gusmão Souza. *Democracia e estruturas políticas contemporâneas da realidade brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso – II Curso de Atualização em Estudo de Problemas Brasileiros, UFRJ. Rio de Janeiro, 1972. UFRJ/FCC/BPC/EPB. (sem numeração de páginas).

⁷⁴⁴ COUTO, Adolpho João de Paula. *O que é subversão?* Brasília: MEC/Comissão Nacional de Moral e Civismo, s/d [1984]. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 – Diversos. Série 3 – Folhetos. Subsérie 3.1 – Documentos. Indicação do ano de publicação na p. 8.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

disputou espaço com a Comissão Especial para Educação Moral e Cívica do CFE, criada em 1970, tendo ocorrido conflitos e diferenças de entendimento em várias ocasiões.⁷⁴⁵ Em meados dos 1980, quando o livro de Paula Couto foi publicado, a CNMC já teria perdido para o CFE boa parte do poder que detinha inicialmente.⁷⁴⁶

O autor de “*O que é subversão?*” era o militar Adolpho João de Paula Couto (CSG 1970). Concluíra formação na ECEME em 1948 e lá atuara como instrutor até 1960. Entre 1955 e 1956, frequentara curso para oficiais militares nos EUA. Em 1964, comandara o 6º Regimento de Obuses de Cruz Alta/RS. Chegou a comandar também a Academia Militar das Agulhas Negras e a ECEME durante a ditadura. Em 1965, foi um dos fundadores da ADR e, no ano seguinte, foi promovido a general-de-brigada, terminando a carreira como general-de-divisão.⁷⁴⁷

Seu livro tinha o objetivo assumido de servir de material didático para “professores de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros”, “estudantes de 2º Grau e dos cursos superiores” e “leitores em geral”, como informava a então presidente da CNMC, Edília Coelho Garcia, na apresentação da obra. Em outras palavras, destinar-se-ia aos “interessados na correta vivência da democracia, palavra hoje desgastada pela apropriação indevida que dela fazem diferentes ideologias”. Ainda segundo Garcia, “em nome das chamadas ‘liberdades democráticas’ muitas vezes encobrem-se ações que, paradoxalmente, visam à destruição da própria democracia”. Nesse sentido, o trabalho seria “uma palavra de alerta”, com o objetivo de “desvendar o lobo escondido por

⁷⁴⁵ Diz muito do perfil dos membros da CNMC o fato de terem chegado a entrar em atrito com o próprio Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, em função de disputa relativa à divulgação de Machado de Assis entre os estudantes brasileiros: segundo Motta, Machado era mal visto pela CNMC, em função de seu agnosticismo. MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar...* op. cit. p. 191-192.

⁷⁴⁶ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática...* op. cit. cap. 5.

⁷⁴⁷ ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. *Comandantes da AMAN*. Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/index.php/informacoes/historico/comandantes-da-aman>>. Acesso em: 12/mar/2014; OBITUÁRIO: Adolpho João de Paula Couto. *Zero Hora*, 14/ago/2009. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/obituario/adolpho-joao-de-paula-couto-4929.html>>. Acesso em: 12/mar/2014; MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa...*” op. cit.; CHAVES, Eduardo dos Santos. *Do outro lado da colina: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar*. 194 f. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS. São Leopoldo/RS, 2011. p. 184; KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. 279 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. p. 222-223.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

baixo da pele de cordeiro”.⁷⁴⁸

Para tanto, o gen. Couto teria utilizado, ainda segundo a presidente da CNMC, “inúmeros exemplos de autores de diversos países, inclusive autores comunistas, que ilustram o fenômeno chamado ‘subversão’, profundamente desagregador da ordem político-social dos países atingidos”. Ela concluía afirmando:

A Comissão Nacional de Moral e Civismo, ao editar o presente trabalho, espera que o mesmo facilite e enriqueça a tarefa do professor e o estimule a contribuir com sua experiência pessoal para o aprimoramento da educação nacional, facilitando a conquista de um dos seus objetivos mais caros, que é *a formação do cidadão democrata*.⁷⁴⁹

A obra mobilizava bibliografia relativamente extensa, em boa parte formada por conhecidos autores anticomunistas do período, como Suzanne Labin. Valia-se de diversas citações diretas ao longo de todos os seus seis capítulos, que tratavam dos temas: 1) As manifestações ostensivas da Guerra Política; 2) As manifestações dissimuladas da subversão; 3) Conceito de Guerra Política; 4) Sistemática da Guerra Política; 5) Resultados obtidos pela subversão; 6) Alerta ao Mundo Livre.

A perspectiva maniqueísta, anticomunista e inclusive antiliberal é perceptível já no primeiro parágrafo da introdução, quando o autor define o objetivo da obra:

O que nos propomos a apresentar neste trabalho é uma visão do conflito ideológico que se trava *entre o Mundo Livre e o Mundo Comunista*, procurando mostrar, não apenas a existência desse conflito, negada por alguns, *iludidos ou não pela tese da “coexistência pacífica”*, mas sobretudo a *posição eminentemente ofensiva* do Mundo Comunista contra a *débil e acomodada atitude defensiva* do Mundo Livre. A esse conflito ideológico é que chamamos de *guerra política*, cuja conceituação será objeto de um item posterior. O fenômeno é mais comumente conhecido por “*subversão*”, de *conteúdo eminentemente psicológico*, no qual as “*liberdades democráticas*” são exploradas ao máximo da *tolerância legal*. E isto explica o aparente paradoxo de estarem sempre os *comunistas*, os maiores inimigos delas, situados entre os seus mais ardorosos defensores, nos países não comunistas, *de braços dados com os liberais*.⁷⁵⁰

Elencava “uma série de tendências que”, para ele, mostravam “claramente a agressividade e o progresso das atividades subversivas”. Como “indícios”, indicava supostos movimentos, liderados pelo “MCI”, no sentido de promover a “desmoralização” dos EUA,

⁷⁴⁸ COUTO, Adolpho João de Paula. *O que é subversão...* op. cit. p. 3.

⁷⁴⁹ Loc. cit.

⁷⁵⁰ Ibid. p. 7.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

“do capitalismo”, “de personalidades políticas e militares do Ocidente”, “do anticomunismo” e “da polícia”. Na mesma linha, afirmava ser também um indício de “atividades subversivas” a defesa da “coexistência pacífica”, em função da qual haveria uma veiculação, no “noticiário da imprensa”, de “imagem simpática das coisas comunistas”, como “os êxitos comunistas no Vietnã e no Camboja” ou os “assaltos e sequestros de cunho político”. Chegava ao ponto de assinalar, como indício de subversão, a “degradação dos valores do Mundo Ocidental (...) através da larga exploração do *erotismo* e das *drogas*”, que seria, a seu ver, “outra *manifestação da complexa guerra política*” à qual o “Mundo Ocidental” estaria submetido. Reconhecendo que tal afirmação poderia “parecer um exagero”, buscava respaldar-se citando autores anticomunistas como a já citada Suzanne Labin, que teria afirmado, segundo o general:

A droga e mais geralmente o vício atendem a três grandes objetivos da guerra política: amolecer o vigor mental e físico do mundo livre; fornecer vítimas fáceis para chantagear e que assim se transformam em agentes ‘amarrados’ e ganhar dinheiro para a propaganda dos partidos comunistas.⁷⁵¹

Couto propunha que o anticomunismo deveria ser visto “como um meio essencial de defesa da democracia”, ao mesmo tempo em que atacava a então chamada tese da “coexistência pacífica”, afirmando que esta era uma “eficiente arma do arsenal psicológico comunista”, que atuaria “amaciando as resistências e as prevenções do Ocidente contra o perigoso inimigo”.⁷⁵²

Ao final, apresentava algumas sugestões, convergentes no sentido de apelar “às consciências democráticas” para que fizessem “alguma coisa no sentido de deter a avassaladora guerra política que lhes é imposta pelo MCI”.⁷⁵³ Por fim, considerava que os motivos de suas sugestões teriam ficado claros através da apresentação que fizera, ao longo da obra, “sobre as artimanhas da guerra política”. Segundo o general, “o MCI” estaria buscando, “com o emprego de hábeis técnicas, desmembrar, desorganizar, desmoralizar os países do mundo livre, utilizando-se das referidas técnicas, pelo seu caráter liberal e, nas circunstâncias, suicida”.⁷⁵⁴

⁷⁵¹ LABIN, Suzanne apud COUTO, Adolpho João de Paula. *O que é subversão...* op. cit. p. 19.

⁷⁵² COUTO, Adolpho João de Paula. *O que é subversão...* op. cit. p. 15.

⁷⁵³ Ibid. p. 63.

⁷⁵⁴ Ibid. p. 65.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

É importante, contudo, não superestimar a importância da publicação de Adolpho de Paula Couto, em acordo com o indicado inicialmente. Como demonstrou Filgueiras, a influência da CNMC era limitada, sobretudo nos anos 1980.⁷⁵⁵ O que interessa aqui é perceber que, mesmo nos últimos anos do regime, ainda havia indivíduos, atuantes em setores do governo ligados à educação, que seguiam reproduzindo aquele discurso anticomunista e mobilizando imagens como a do “subversivo” para tentar sustentar suas ideias. Da mesma maneira, importa observar que obras com tal teor seguiam sendo produzidas pelo MEC e distribuídas para instituições de educação básica e superior.

A CNMC foi extinta em 1986, mas as disciplinas de educação moral e cívica nos níveis básico e superior só foram eliminadas dos currículos em 1993.⁷⁵⁶

* * *

4.5 – FUNÇÕES DE CONTROLE SOCIAL

Uma das funções de controle social cumpridas pelos intelectuais formados pela ESG e pela ADESG era realizada através da inserção desses agentes em cargos estratégicos em órgãos do Estado e da sociedade civil. Como demonstrou Mathias, a ocupação de postos civis por militares no setor de Educação foi relativamente pequena, se comparada com a ocorrida em áreas como a de Comunicações.⁷⁵⁷ Ainda assim, a presença de militares em determinadas funções relacionadas à educação superior, durante contextos específicos, foi decisiva para o controle daquele campo, tanto no primeiro escalão quanto em outros níveis. As escolhas dos nomes de Jarbas Passarinho e Ney Braga para ministros da Educação e Cultura justamente no turbulento contexto dos anos 1970 são emblemáticas disso. O fato de que eram híbridos só reforça a intenção militarizadora da opção: ambos tinham ampla *experiência* no trato com temas civis, mas sua *formação* e seus *valores* de referência eram essencialmente castrenses. Se considerarmos também o conjunto de funções ocupadas por militares em escalões inferiores e no próprio campo da educação superior – incluindo postos chave como a reitoria

⁷⁵⁵ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática...* op. cit.

⁷⁵⁶ Ibid. p. 77.

⁷⁵⁷ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia...* op. cit. p. 188-189.

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

da UnB, uma das IES mais visadas pelo grupo no poder – esse processo de militarização e sua contribuição decisiva para o controle daquele campo tornam-se ainda mais evidentes.

Junto a isso, é preciso observar a militarização como “transferência do *ethos* militar para o processo de decisão”.⁷⁵⁸ Diferentemente de Mathias, para quem o papel da ESG nesse sentido “foi quase nulo”⁷⁵⁹, penso que a influência da escola na política educacional foi considerável, sendo a imposição da disciplina de EPB às IES um dos exemplos mais eloquentes. A doutrina produzida na ESG determinou em grande medida as diretrizes ideológicas do regime, disseminadas para o campo da educação superior através de intelectuais orgânicos formados na própria escola, bem como por meio da educação moral e cívica e da atuação de entidades como a ADESG.

*

Em 29/set/1940, Goebbels discursava sobre os deveres da Juventude Hitlerista e da Liga de Meninas Alemãs, sustentando que as crianças e adolescentes deveriam cumprir sua parte no esforço de guerra, do mesmo modo que seus pais o faziam nos campos de batalha e suas mães nas fábricas:

*Nós estamos ensinando nossos jovens algo que é difícil de aprender depois, que é atitude e caráter. Na vida, as fundações precisam ser construídas cedo. Seguindo os ensinamentos do Führer, nós estamos definindo um novo ideal para a educação da nossa juventude. A Juventude Hitlerista usa o nome dele. É a única organização no Reich que leva seu nome. Isso impõe a ela uma enorme responsabilidade. Acima de tudo, coloca para a juventude a obrigação de imitar o homem cujo nome eles carregam, e de segui-lo. O Führer é o exemplo radiante da juventude alemã. Ele exige que durante a guerra os jovens mostrem uma atitude apropriada, caráter, obediência e disciplina. Nesse sentido e segundo seu comando, a juventude alemã deve viver, trabalhar e criar.*⁷⁶⁰

⁷⁵⁸ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia...* op. cit. p. 188.

⁷⁵⁹ Ibid. p. 189.

⁷⁶⁰ Original: “We are teaching our youth what is difficult to learn later, namely attitude and character. The foundations must be laid early in life. Following the Führer’s teaching, we are setting a new ideal for the education of our youth. The Hitler Youth has taken his name. It is the only organization in the Reich that does bear his name. That puts a heavy responsibility on it. Above all, it places on the youth an obligation to imitate the man whose name they bear, and to follow him. The Führer is the shining example for the German youth. He demands that during the war they show a proper attitude, character, obedience, and discipline. In this sense and according to his command, the German youth must live, work, and create”. GOEBBELS, Joseph. *Youth and the War*. Disponível em: <<http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa/goeb33.htm>>. Acesso em 28/ago/2013. (Trad. de: Die Jugend und der Krieg. Ansprache zur Eröffnung der Jugendfilmstunden in Berlin. In: GOEBBELS, Joseph. *Die Zeit ohne Beispiel*. München: Zentralverlag der NSDAP, 1941. p. 324-

4. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS

Obviamente o Brasil dos anos 1960 a 1980 era amplamente diferente, em diversos aspectos, do contexto alemão dos tempos da Segunda Guerra. Evidentemente, também havia diferenças entre os métodos e objetivos da doutrinação nazista dos jovens e a educação moral e cívica durante a ditadura de 1964. No caso de EPB, diferia inclusive em relação à idade do público-alvo. Apesar disso, o caso alemão é paradigmático de uma estratégia de controle identificável em diferentes regimes e épocas, implementada através de iniciativas e investimentos públicos ou privados e tendo por meta a formação ideológica de novas gerações, como meio de garantir o sucesso, a longo prazo, de um determinado projeto político.

É interessante observar como as diferentes estratégias de controle associáveis a tal paradigma, incluída aí a educação moral e cívica durante a ditadura militar, convergem em certos aspectos, como: a ideia de que a formação da ‘atitude’ e do ‘caráter’ do ser humano é mais difícil de ser realizada com adultos que com jovens (“*nós estamos ensinando nossos jovens algo que é difícil de aprender depois*”; “*na vida, as fundações precisam ser construídas cedo*”); a motivação dos ‘educandos’ com base na responsabilização da criança e do adolescente em relação à “nação” ou a outra coletividade no âmbito da qual queira-se forjar ou fortalecer a unidade (“*enorme responsabilidade*”; “*obrigação de imitar o homem (...) e de segui-lo*”); a imposição de valores decisivos na formação de massas dóceis e mais facilmente manipuláveis (“*atitude apropriada, caráter, obediência e disciplina*”).

Nos dois casos, tratava-se de uma aposta no futuro, de assegurar a continuidade de um determinado projeto político com base na formação ideológica das novas gerações. A internalização de normas como um mecanismo de controle social – talvez o mais eficaz de todos.

* * *

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*e pelo poder de uma palavra
eu recomeço minha vida
eu nasci para te conhecer
para dizer teu nome
liberdade*

Paul Éluard, 1942⁷⁶¹

O controle do campo da educação superior no Brasil de 1964 a 1988 compartilhou características com os processos de controle realizados no âmbito de outros segmentos sociais, mas também teve feições próprias. Suas especificidades não foram, evidentemente, nem totalmente planejadas, nem meramente aleatórias, mas o resultado de um complexo processo histórico em que diferentes agentes, grupos e instituições, com diversos interesses, perspectivas e estratégias, relacionaram-se de maneiras variadas, ora chocando-se frontalmente, ora aliando-se em torno a um objetivo comum; ora impondo a vontade de uns sobre outros por meio da força física, ora por meio da persuasão.

*

Em diferentes graus de intensidade, o conjunto de agentes e instituições que compunha o campo da educação superior foi objeto de vigilância no contexto em análise. Embora alguns tenham sido priorizados em determinadas conjunturas, nenhum setor (público ou privado), segmento funcional (docente, discente ou técnico-administrativo) ou região do país foi ignorado pela vigilância. Um ponto de grande interesse para os agentes de vigilância dizia

⁷⁶¹ Original: “*Et par le pouvoir d’un mot / Je recommence ma vie / Je suis né pour te connaître / Pour te nommer / Liberté*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

respeito às interações e vínculos estabelecidos entre diferentes setores, segmentos ou regiões do campo da educação superior. Especial atenção era dada aos “cassados”, bem como aos órgãos de representação, associações e sindicatos. Greves e manifestações públicas eram vigiadas atentamente, muitas vezes por meio de agentes infiltrados e informantes. A vigilância abrangia não apenas as atividades de ensino, mas também as de pesquisa e extensão. As lideranças eram especialmente visadas, mas *todos* eram passíveis de suspeita, em virtude da “lógica da suspeição” inerente àquele modo de controle.

A estrutura de vigilância era ampla. Alguns segmentos dela foram compostos por órgãos cuja experiência nesse tipo de ação remontava ao início do século 20; outros, criados em diferentes momentos após o golpe, surgiram para atender a novas demandas ou em função de disputas no interior do sistema de controle. Quatro desses segmentos eram compostos fundamentalmente por órgãos e agentes da “comunidade de segurança e informações”, a saber: o SNI, as polícias civis, os órgãos militares de informações e o sistema DOI/CODI. Um quinto setor, dirigido pelo MEC, era composto tanto por órgãos e agentes da “comunidade de informações” subordinados àquele ministério (DSI/MEC, CISMED e ASIs/AESIs) quanto por agentes do campo da educação superior (reitores, diretores etc.) que atuavam como colaboradores voluntários ou cooptados.

A vigilância se dava, assim, por meio de uma complexa estrutura própria. Apesar de eventuais redundâncias entre seus diferentes segmentos, era eficaz. As ações sobre o campo da educação superior eram executadas por civis e militares que, salvo raras exceções, seguiam um *modus operandi*. Além desses agentes, contribuíram decisivamente vários colaboradores (voluntários ou cooptados, eventuais ou assíduos), oriundos em boa medida das próprias IES vigiadas. O trabalho dos agentes de vigilância compreendia dois momentos fundamentais (‘leitura’ e ‘escrita’), cada um com suas especificidades. Na ‘leitura’, era frequente a infiltração de agentes, a compra de informações, as colaborações, as “batidas” e a “produção de depoimentos”, bem como o acompanhamento da imprensa e das correspondências. Já na ‘escrita’, tipos específicos de documentos eram produzidos e difundidos, como pedidos de busca, informes, informações, prontuários, fichas, avisos, apreciações etc. Os vigiados eram classificados segundo supostos padrões de comportamento, bem como quanto a questões como liderança e perfil ideológico. Diferentes estratégias de vigilância foram adotadas ao longo do período, tendo em conta as demandas de cada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

conjuntura.

Tudo isso era essencial tanto ao controle do campo da educação superior quanto da sociedade como um todo. A vigilância foi estrategicamente decisiva nesse sentido, de fato um dos pilares daquele regime ditatorial. Eficazes cadeias de comando permitiram a direção daquela monstruosa máquina de vigiar por aqueles que assumiram a Presidência entre 1964 e 1988, diretamente apoiados pelos militares e civis do primeiro escalão. A vigilância era diretamente responsável pelo fornecimento de informações a tais dirigentes, sem o que o sistema tornar-se-ia incontrolável. Junto a isso, gerava indiretamente, como efeito de suas ações, uma sensação mais ou menos generalizada de constante vigilância. Auxiliava, ainda, em processos repressivos, bem como naqueles que resultavam na formação de consensos favoráveis. Fazia isso dando diretrizes e orientações e oferecendo uma leitura da realidade adotada, de modo geral, com valor de verdade inquestionável. Ainda constituía fundamental fonte de motivação para os agentes do sistema de controle, ao gerar, por meio das narrativas contidas nas informações difundidas, justificativas para ações arbitrárias e violentas.

*

A repressão promovida por aquele sistema de controle, em sua ação sobre o campo da educação bem como em relação a outros segmentos sociais, foi marcada por uma peculiar combinação de elementos punitivos tradicionais com inovações em termos de técnicas e organização. A educação superior era um segmento social considerado prioritário por aquela estrutura, tanto por seu caráter estratégico para o processo de desenvolvimento nacional (excludente e conservador, como já foi assinalado) quanto por constituir área especialmente sensível do ponto de vista dos setores de “segurança”, em função da mobilização estudantil em ações de oposição não consentida e pelo entendimento de que os docentes, através de proselitismo, poderiam usar as aulas para incitar à “subversão”. Os estudantes, ao que tudo indica em função da maior participação em manifestações de rua e na luta armada, foram o segmento mais atingido por medidas repressivas relativamente mais duras, como a tortura e os assassinatos. Já os docentes, segundo os dados disponíveis, foram o setor mais reprimido por expurgos e cassações de direitos políticos. Vale ressaltar que, embora em menor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

quantidade, servidores técnico-administrativos e pesquisadores também foram atingidos pela repressão.

Não raro, um mesmo indivíduo sofria várias medidas repressivas diferentes, ou uma mesma forma de repressão mais de uma vez. Isso parece ter ocorrido tanto em função dos fortes laços que uniam as estruturas de vigilância e repressão (em boa parte constituídas pelos mesmos órgãos, como visto no Apêndice A), quanto devido à condição permanente da repressão, o que reforça o entendimento da propriedade de se falar em vigilância e repressão como *modos de controle*, estruturas fundamentais de um *sistema* de controle social.

A repressão à educação superior possuía uma dinâmica própria e, embora realizada em grande medida em espaços urbanos, também atuava em zonas rurais quando necessário à manutenção daquele regime ilegítimo. Algumas medidas repressivas eram aplicadas nos espaços universitários, como os processos de expurgo, enquanto outras, como as torturas e assassinatos, eram promovidas em locais específicos, como as delegacias e centros clandestinos de tortura e execução. IES públicas e privadas foram atingidas, bem como a família e o entorno social das pessoas atingidas pelas ações repressivas. Se uma parte da repressão era ostensiva, buscando máxima visibilidade de modo a atuar também pela exemplaridade, outra parte dela era ocultada, em função do entendimento de que sua divulgação poderia comprometer os apoios sociais ao regime.

A repressão, por fim, tratava diferentemente os “subversivos” de acordo com as categorias nas quais eram enquadrados, notadamente a partir da diferenciação entre ‘recuperáveis’ e ‘irrecuperáveis’. Além disso, cumpria funções de controle fundamentais, por meio de amedrontamento, estigmatização e normatização.

*

A formação de consensos favoráveis era igualmente decisiva para a manutenção do regime, tão importante quanto a repressão e a vigilância. Tratava-se efetivamente de um *sistema* de controle social, no qual cada modo de controle cumpria suas funções e colaborava com os demais de diversas maneiras. Embora tratando de outras ditaduras, o comentário de Fernando Rosas ilustra bem essas relações entre diferentes modos de controle:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão é a resposta para a minoria que não respeita os sinais, as regras explícitas ou implícitas, as rotinas do enquadramento, da submissão, da conformação à ordem estabelecida. Para a maioria que é levada a obedecer, basta que se saiba que a repressão existe e que actua sobre os infractores. No salazarismo, no franquismo estabilizado, no fascismo italiano, ou no nacional-socialismo alemão antes da guerra, o controlo totalizante da sociedade, a acção dos aparelhos de inculcação e de enquadramento ideológico, se se quiser, a prevenção, foram mais decisivos do que a repressão propriamente dita na estabilização desses regimes.⁷⁶²

A propaganda, caracterizada como uma “arma psicológica” pela ESG, era promovida de diversas formas. Duas delas eram produzidas pela Agência Nacional: os boletins diários à imprensa e os cinejornais. Os discursos mobilizados por tais mecanismos de propaganda convergiam no sentido da criação de uma imagem positiva para o regime, caracterizado como solução diante de uma ameaça à ordem, representada pelo “subversivo”.

A propaganda do regime, em linhas gerais, adotou três ênfases ao longo do período em análise. Nos anos 1960, foram priorizadas a construção da imagem do inimigo e a caracterização dos governos militares como garantias de que aqueles “subversivos” seriam combatidos e que a “democracia” seria protegida. A partir dos anos 1970, o foco deslocou-se para o “desenvolvimento nacional”, com o predomínio das imagens do “Brasil grande”. Gradativamente após 1974, assumindo centralidade nos anos 1980, a ênfase foi dada ao tema da transição à democracia. A afirmação de Figueiredo citada na epígrafe do cap. 3 é, nesse sentido, emblemática.

*

Nos diversos processos de formação de intelectuais pró-regime, o peso das “tradições” e do discurso moralista e ufanista foi notório. Isso era perceptível tanto no caso dos cursos da ESG e ADESG quanto nas aulas de EPB. Tais discursos em favor “da moral e dos bons costumes” são clara e frequentemente identificáveis ainda hoje, assinalando uma das mais importantes permanências na história do Brasil republicano, evidentemente com raízes muito anteriores ao final do século 19. Diante de tais posturas, que garantiram em parte o sucesso do regime de 1964, vale considerar a seguinte observação:

Não é preciso pagar o preço do provincianismo dos “costumes e tradições” para se conseguir alguma identidade. Uma sociedade também pode reconhecer-se por sua

⁷⁶² ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder...* op. cit. p. 17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

capacidade de experimentar o novo, de dialogar com o que lhe seja estranho, de revolucionar-se. E não importa que a razão para transformar-se seja uma visão pessimista – ou realista – de seu passado.⁷⁶³

A consagração desse heterogêneo conjunto de ideias então referido pela polissêmica expressão “moral e bons costumes” é ilustrativa de algumas especificidades daquela ditadura. Na tentativa de construção de uma imagem de legitimidade para si, associando seu poder a supostas tradições nacionais e, assim, dissociando-o dos atos ilegítimos por meio dos quais foi de fato instituído, o regime mobilizava ideias que, embora re-significadas e reorganizadas em uma doutrina própria, tinham raízes no senso comum e em imaginários amplamente consolidados, como o anticomunista. Isso garantiu em grande medida o sucesso daquele projeto político.

Um dos principais argumentos mobilizados por intelectuais pró-regime como Adolpho de Paula Couto era a crítica aos “subversivos” por supostamente adotarem ideias “alienígenas”, servindo assim como “inimigo interno” a serviço do “comunismo internacional”. Não deixa de ser irônico que esses convictos defensores da ditadura militar fizessem exatamente o que criticavam, importando ideias de intelectuais anticomunistas estrangeiros (como a francesa Suzanne Labin ou o argentino Salvador Dana Montaña) e as utilizando, como fonte de inspiração ou como respaldo de supostas autoridades no tema, para atacar aqueles que viam como inimigos. A par disso, é preciso perceber que, dentre os apoiadores do regime, também havia indivíduos que mobilizavam argumentos elaborados, a despeito do respaldo que com eles forneciam a um regime ilegítimo e condenável sob diversos aspectos. Golbery, Jarbas Passarinho e Gilberto Freyre são alguns dos exemplos mais conhecidos.

Os intelectuais pró-regime podiam ser vistos por alguns como modelos de comportamento, inclusive porque a participação em atividades como os cursos da ESG e da ADESG era percebida por algumas pessoas como distinção, um indicativo de status em um contexto em que os assuntos afeitos ao âmbito militar eram associados a diferentes imagens de poder. Junto a isso, havia um certo temor generalizado em relação a indivíduos que pudessem ter vínculos com órgãos repressivos, um medo que, evidentemente, não era

⁷⁶³ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo...* op. cit. p. 147.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

gratuito. Tudo isso reforçava essa imagem de poder que, em contrapartida, também servia de mote para críticas por parte de alguns setores de oposição ao regime.

*

A formação de intelectuais e as ações de propaganda tinham em comum serem modos de controle cujo funcionamento se dava, essencialmente, através da formação de novos consensos favoráveis e do reforço de antigos, incitando a um apoio preferencialmente ativo ao regime. Os padrões argumentativos aqui chamados de “construção da imagem do inimigo” e “construção da imagem do regime” estavam, como visto, presentes na quase totalidade das ações dos dois modos de controle. Do mesmo modo, vigilância e repressão mantinham entre si estreita relação, sendo disso indicativo que alguns órgãos atuassem concomitantemente nessas duas áreas. Contudo, é preciso ter em conta que vigilância e repressão, como visto nos dois primeiros capítulos, também colaboravam de modo decisivo no sentido da formação de consensos favoráveis ao regime, assim como a atuação dos intelectuais pró-regime no interior do campo e a propaganda feita por órgãos como a Agência Nacional colaboravam direta ou indiretamente com o controle coercitivo. Os quatro modos de controle, enfim, relacionavam-se dinamicamente, garantindo a eficácia daquele sistema no controle da educação superior.

*

O regime salazarista, se considerados os períodos da Ditadura Militar (1926-1933) e do marcelismo (1968-1974) junto ao intermediário Estado Novo, foi a mais longa ditadura europeia no século 20. Para explicar esse fenômeno, Fernando Rosas propôs a ideia do “saber durar”, que consistia em saber medir, a cada conjuntura, as adequadas formas e quantias de coerção e de formação de consensos:

Nenhum regime se aguenta 40 anos só à custa da repressão. Complementar e previamente a ela, ‘economizando-a’ e ao terror, há os sistemas de organização do ‘consenso’, de inculcação da aceitação, actuando nesse terreno viscoso entre a vontade e o medo, entre a livre escolha e a intimidação.⁷⁶⁴

⁷⁶⁴ ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder...* op. cit. p. 17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mesma lógica pode ser aplicada ao caso da ditadura militar no Brasil, a qual, se durou apenas a metade do tempo de existência do regime salazarista, nem por isso pode ser considerada uma experiência breve. Se coerção e consenso estiveram presentes o tempo todo, em acordo com o que propunha Gramsci (para quem não seria concebível um regime baseado apenas em um desses elementos), é também certo que houve momentos de domínio da coerção e outros de ênfase na formação de apoios sociais. Junto a isso, é preciso considerar que também no recurso às diferentes medidas repressivas havia oscilações, com domínio de umas em relação a outras conforme o contexto. O mesmo vale para os outros modos de controle: dependendo da conjuntura, eram adotadas diferentes estratégias de vigilância, mudavam os grandes eixos temáticos na propaganda e surgiam novos mecanismos de formação de intelectuais.

*

Como dito inicialmente, a noção de subversão era fundamental no âmbito das diretrizes ideológicas daquele regime. Dentre outras funções, buscava justificar as ações repressivas promovidas pelos órgãos de controle:

As autoridades do Regime Militar utilizaram esse conceito abusivamente, como se ele tivesse um conteúdo absoluto, invariável, sagrado. Seu raciocínio continha uma lógica primitiva: subverter é tentar transformar o que hoje existe; como o regime atual representa a vontade da Nação [segundo a perspectiva das “autoridades”], tentar mudá-lo é, pois, delito. E todo o delito merece punição.⁷⁶⁵

Mas a noção de subversão não servia apenas para justificar as ações de vigilância e repressão. Era também, como visto, fundamental nos processos diretamente voltados para a formação de consensos favoráveis ao regime.

Aquela noção, como acredito ter conseguido evidenciar ao longo dos quatro capítulos, era princípio, meio e fim daquele sistema de controle social: *princípio*, pois constituía o cerne da doutrina que o guiava; *meio*, porque definia atitudes, opções, classificações, pautando diariamente o trabalho dos agentes de controle; *fim*, porque o objetivo alegado daquele sistema, meta na qual muitos acreditavam e com a qual se comprometiam, era o “combate à

⁷⁶⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed... op. cit. p. 159.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

subversão” e a defesa da ordem, diante daqueles que eram *percebidos e tratados* como uma ameaça a ela.

*

As causas para a construção e manutenção de sistemas de controle social não são os “subversivos”, os loucos, os hereges ou quaisquer outros desviantes. Ao contrário: é o sistema de controle que cria o desvio e, a partir dele, o desviante. Nisso concordam E. P. Thompson, Foucault, Cohen, Ignatieff, Garland e outros tantos autores que, desde diferentes perspectivas teóricas e voltando-se para objetos diversos, estão ou estiveram vinculados de um modo ou de outro com os estudos de controle social. Nesse sentido, talvez o mérito desta tese, se houve algum, tenha sido delinear certos mecanismos por meio dos quais um complexo sistema de controle social atuou sobre o campo da educação superior no Brasil após o golpe de 1964. Mais do que isso: ter definido como, a partir desse sistema, muitos agentes daquele campo passaram a ser monitorados e, eventualmente, enquadrados e reprimidos, por não comportarem-se de acordo com o que determinavam normas impostas arbitrariamente; por não seguirem os modelos de atitude difundidos pela propaganda e pelos intelectuais formados pelo regime; por terem sido, enfim, considerados “subversivos”.

REFERÊNCIAS

A DEFESA NACIONAL. n. 712, mar/abr.1984, p. 3. Rio de Janeiro. BIBLIEX/BFD/ADN.

_____. n. 740, nov/dez.1988, p. 3. Rio de Janeiro. BIBLIEX/BFD/ADN.

A VERDADE? Porto Alegre, ago/1970. UFRGS/MU/CEUE.

ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 39, dez. 1979.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Arnaldo Niskier*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=250&sid=209>>. Acesso em: 01/ago/2014.

ACADEMIA GAÚCHA DE ODONTOLOGIA. *Paulo Pereira Louro Filho*. Disponível em: <http://www.acgo.org.br/revista/noticias/louro_curriculo/>. Acesso em: 01/ago/2014.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. *Comandantes da AMAN*. Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br/index.php/informacoes/historico/comandantes-da-aman>>. Acesso em: 12/mar/2014.

ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS. *40 – Antônio de Souza Sobrinho*. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=302:40-antonio-de-souza-sobrinho>. Acesso em: 25/mar/2014.

ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIÊNCIA AGRONÔMICA. *Eudes Souza Leão Pinto*. Disponível em: <http://www.apcagronomica.org.br/cms/index.php?option=com_content&task=view&id=24&Itemid=40>. Acesso em: 19/jun/2014.

AÇÃO ilegal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/jun/1968, p. 6. Editorial. GN/JB.

ACE 13122/87, de 29/jul/1987, da SNI/ABH para a SNI/AC, sobre “greve dos professores públicos federais em março de 1987”. AN/SNI, ACE 13122-87.

ACE 14309/88, de 05/set/1988, sobre ocupação da Reitoria da Universidade Federal de Viçosa. BR-AN-BSB-V8-ABH, ACE-14309-88.

ADESG. A ADESG. *Segurança e Desenvolvimento*, ano XVII, n. 130, 1968. p. 2. PUCRS/BC/AH/SD.

REFERÊNCIAS

- _____. A ADESG. *Segurança e Desenvolvimento*, ano XXV, n. 167, 1977. p. 2. PUCRS/BC/AH/SD.
- _____. *Ciclo de Estudos (Aula Inaugural)*. Porto Alegre: ADESG, 1964. 27 p. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.2 – Textos.
- _____. Cursos de Estudos de Política e Estratégia. *Introdução*. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/cursos-de-estudos>>. Acesso em: 19/jun/2014.
- _____. Delegacia do Estado do Rio Grande do Sul. *IX Ciclo de Estudos sobre a Segurança Nacional e Desenvolvimento*. Porto Alegre: s/e, 1971. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 - Documentos.
- _____. Delegacia do Estado do Rio Grande do Sul. *VIII Ciclo de Estudos sobre a Doutrina de Segurança Nacional*. III Fase Prática. Trabalho de grupo. Equipe nº 7. Tema: Ensino Médio e Superior. Porto Alegre: 1970. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 - Documentos.
- _____. Departamento de Cursos. *Programa geral dos cursos da ADESG*: Biênio 1973/1974. Rio de Janeiro: s/e, 1973(?). DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 - Documentos.
- _____. *Estatuto da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/estatuto>>. Acesso em: 18/jun/2014.
- _____. *Galeria de presidentes*. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 18/jun/2014.
- _____. *II Ciclo de Estudos*: ciclo de estudos das bases para o estabelecimento de uma doutrina de segurança nacional e de problemas conjunturais brasileiros. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1965. DELFOS/AIB-PRP. Fundo “Acervo Bibliográfico”, série “Política e Pensamento Político e Social Brasileiro”.
- ADUFRGS. *Universidade e Repressão*: os expurgos na UFRGS. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- AERP. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969 (2ª tiragem). PUCRS/BC.
- _____. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969. PUCRS/DELFOS/AIB-PRP, Acervo Bibliográfico.
- AGÊNCIA NACIONAL. *Boletim diário à imprensa, 22/jun/1964*. Carinhosa evocação do Presidente Castello Branco ao receber a Medalha da Abolição. AN-RJ/AN, Lata 393.
- _____. *Boletim diário à imprensa, 23/jun/1964*. Visita do Presidente da República ao Ceará:

REFERÊNCIAS

discurso do Presidente da República na Universidade do Ceará. AN-RJ/AN, Lata 393.

_____. *Boletim diário à imprensa, 24/jun/1964*. Comunismo e corrupção no IPASE: entrevista coletiva do encarregado do inquérito policial-militar que se processou na autarquia. AN-RJ/AN, Lata 393.

_____. *Boletim diário à imprensa, 25/jun/1964*. AN-RJ/AN, Lata 393.

_____. *Boletim diário à imprensa, 29/jun/1964*. Seção Fatos Históricos. AN-RJ/AN, Lata 393.

_____. *Boletim diário à imprensa, 05/out/1964*. Escola de Arquitetura do Ceará. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 05/out/1964*. Ministro reafirmou a confiança do governo no Conselho Federal de Educação. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 06/out/1964*. MEC exige de seus serviços rigorosa prestação de contas. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 08/out/1964*. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 09/out/1964*. Instalado o quinto Fórum Nacional de Reitores. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 10/out/1964*. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 10/out/1964*. Discurso do Presidente da República no Fórum de Reitores. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 12/out/1964*. Não tiveram atuação subversiva. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 15/out/1964*. AN-RJ/AN, Lata 399.

_____. *Boletim diário à imprensa, 10/jun/1965*. AN-RJ/AN, Lata 410.

_____. *Boletim diário à imprensa, 14/jun/1965*. MEC distribuirá dez milhões de cadernos. AN-RJ/AN, Lata 410.

_____. *Boletim diário à imprensa, 05/ago/1966*. AN-RJ/AN, Lata 430.

_____. *Boletim diário à imprensa, 18/mai/1967*. AN-RJ/AN, Lata 445.

_____. *Boletim diário à imprensa, 18/mai/1968*. AN-RJ/AN, Lata 461.

REFERÊNCIAS

_____. *Boletim diário à imprensa, 18/dez/1968*. O Chefe de Governo presidiu a diplomação da turma de estagiários de 1968 da ESG. AN-RJ/AN, Lata 474.

_____. *Boletim diário à imprensa, 27/dez/1968*. A Universidade do Ceará recebe do BID. AN-RJ/AN, Lata 474.

_____. *Boletim diário à imprensa, 31/dez/1968*. A palavra do presidente na última noite de 1968. AN-RJ/AN, Lata 474.

_____. *Boletim diário à imprensa, 15/ago/1969*. Gama e Silva em Uberlândia. AN-RJ/AN, Lata 487.

_____. *Boletim diário à imprensa, 04/dez/1969*. Viçosa terá maior biblioteca especializada do continente. AN-RJ/AN, Lata 493.

_____. *Boletim diário à imprensa, 16/dez/1969*. AN-RJ/AN, Lata 493.

_____. *Boletim diário à imprensa, 24/dez/1969*. AN-RJ/AN, Lata 493.

_____. *Boletim diário à imprensa, 27/dez/1969*. AN-RJ/AN, Lata 493.

_____. *Boletim diário à imprensa, 27/dez/1969*. Visita do Ministro da Educação. AN-RJ/AN, Lata 493.

_____. *Cinejornal Atualidades n° 47, 6'55"*, 1964. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 8, 9'33"*, 1971. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 37, 7'15"*, 1973. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 99, 6'04"*, 1975. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 100, 6'23"*, 1975. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 123, 9'26"*, 1975. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 156, 8'48"*, 1976. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 178, 8'34"*, 1976. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 204, 7'11"*, 1977. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Brasil Hoje n° 219, 7'34"*, 1977. AN/PZ/CineAN.

_____. *Cinejornal Informativo n° 11, 9'14"*, 1965. AN/PZ/CineAN.

REFERÊNCIAS

- _____. *Cinejournal Informativo n° 29*, 8'40", 1966. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 30*, 7'19", 1966. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 31*, 7'09", 1966. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 38*, 6'41", 1966. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 41*, 8'20", 1966. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 55*, 6'20", 1966. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 56*, 7'01", 1967. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 60*, 5'48", 1967. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 75*, 7'59", 1967. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 89*, 8'33", 1967. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 96*, 8'05", 1968. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 104*, 6'51", 1968. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 108*, 7'06", 1968. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 123*, 6'26", 1968. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 124*, 7'01", 1968. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 126*, 6'38", 1968. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 128: Como nasce uma universidade*, 11'45", 1969. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 134*, 7'35", 1969. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 136*, 7'01", 1969. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 138*, 6'54", 1969. AN/PZ/CineAN.
- _____. *Cinejournal Informativo n° 147*, 7'46", 1969. AN/PZ/CineAN.

ALEIXO, Mario Clovis Oliveira. *A atuação da Força Expedicionária Brasileira nas páginas do jornal O Cruzeiro do Sul*. Monografia - História. Departamento de História, Instituto de

REFERÊNCIAS

Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2013.

ALUNOS detidos por pintar muro. *O Estado do Paraná*, 07/nov/1979. Cópia de recorte de jornal enviada pelo DOPS/PR ao DPF/BA. APPR/DOPS, pasta 682.78.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004.

ALVES, Geralda; BONISOLO, Isabella. UFRJ homenageia estudantes que resistiram à Ditadura Militar. *UFRJ On line*, 25/set/2006. Disponível em <http://www.ufrj.br/detalha_noticia.php?codnoticia=2762>. Acesso em 06/out/2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ANDRADE, Joaquim Pedro de. Depoimento à revista Visão, agosto de 1973. Apud Cadernos CEUE III. *Sobre a autocensura – depoimentos*. Set/1974. LaSalle/MAH/ELLS.

ANTUNES, Nize Therezinha de Jesus Martins. *Sobre o expurgo de seu marido, Ápio Cláudio de Lima Antunes, e a trajetória política e profissional de ambos* [16/04/2008]. Entrevistador: Jaime Valim Mansan. Pelotas, RS.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

APERJ. Guia de Fundos. *Acervo Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em <http://www.aperj.rj.gov.br/g_dep_aut_ord_pol.htm>. Acesso em 23/abr/2013.

APRECIÇÃO Nº 001/10/DSI/MEC/85, de 20/fev/1985, confidencial, sem classificação quanto à confiabilidade, da DSI/MEC para AC/SNI, CISA, CIE e CI/DPF. AN/SNI, ACE 48235-85.

AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWENSSON Jr., Walter Cruz (orgs.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Violência, massacre, execuções sumárias e tortura. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

ARAPIRACA, José de O. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. (Educação contemporânea: memória da educação).

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Rafael de Borba. *A Brigada Militar e a Segurança Nacional: inimigo interno e guerra revolucionária na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul – 1980/1985*. 233 f. Dissertação – Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2013.

ARCHIVE.ORG. *Universal Newsreels*. Disponível em: <https://archive.org/details/universal_newsreels>. Acesso em: 21/mar/2013.

ARCHIVIO DELL'ISTITUTO LUCE. Archivio Cinematografico. *Cinegiornali (1927-1992)*. Disponível em: <<http://www.archivioluce.com/archivio/>>. Acesso em: 21/mar/2013.

ARNALDO NISKIER. *Site Oficial Biografia*. Disponível em <<http://www.arnaldoniskier.com.br/vida/biografia.html>>. Acesso em: 01/ago/2014.

ARÓSTEGUI, Julio. Coerción, violencia, exclusión: la dictadura de Franco como sistema represivo. In: Id. (coord.). *Franco: la represión como sistema*. Barcelona: Flor de Viento Ediciones, 2012.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais - Projeto "A"*. t. II, v. 3 – Os funcionários. São Paulo: 1985. BNM/AM.

_____. *Brasil: Nunca Mais - Projeto "A"*. t. III – Perfil dos atingidos. São Paulo: 1985. BNM/AM.

_____. *Brasil: Nunca Mais – Projeto "A"*. t. V, v. 1 - A tortura. São Paulo: 1985. BNM/AM.

_____. *Brasil: Nunca Mais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Acervo do Departamento de Comunicação Social (DCS)*. Disponível em <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/permanente/dcs.php>>. Acesso em: 21/fev/2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA – REGIONAL JUIZ DE FORA. *Geraldo Halfeld*. Disponível em: <<http://www.abojf.com.br/novo/index.php/diretoria/personagens-da-odontologia/100-geraldo-halfeld>>. Acesso em: 19/jun/2014.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO ITA. *Euclides Carvalho Fernandes*. Disponível em: <http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=Euclides_Carvalho_Fernandes>. Acesso em: 25/mar/2014.

ATA da Reunião de Instalação da Comissão Especial de Investigação Sumária, de 18/05/1964, da CEIS/UFRGS. UCS/CEDOC/LTM.

REFERÊNCIAS

AVISO N° 191/GB, de 12/abr/1969, do Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra ao Ministro do Exército Gen. Ex. Aurélio de Lyra Tavares. AHRS/ATD.

AVISO N° 269/CISEX, de 19/mai/1969, de Aurélio de Lyra Tavares (CISEx) a Tarso Dutra. AHRS/ATD.

AVISO N° 873/73, de 31/jul/1973, reservado, do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho aos reitores das instituições de educação superior brasileiras. APPR/DOPS, pasta 1393.165.

AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. (Educadores).

AZEVEDO, Solange. A ditadura não acabou. *Isto É Independente*, 29/jan/2010. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/46424_A+DITADURA+NAO+ACABOU+>. Acesso em: 25/jul/2014.

BACKHEUSER, Everardo. *Problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERMEJO SÁNCHEZ, Benito. La Vicesecretaría de Educación Popular (1941-1945): un “Ministerio” de la Propaganda en manos de Falange. *Represura*, n. 6, mar/2009 (1991). Disponível em: <http://www.represura.es/represura_6_marzo_2009_articulo3.html#_ednref28>.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BITTAR, Mariluce. O estado autoritário e a reforma universitária. *Série Estudos*, Campo Grande, n. 12, p. 123-133, jul./dez. 2001.

BIZELLO, Maria Leandra. Imagens de convencimento: cinejornais e filmes institucionais nos anos JK. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 43-58, jan./jun. 2009.

BOAVENTURA, Jorge. A Revolução, o atual governo e a educação. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969.

BOLETIM INFORMATIVO N° 210, “das 04h de 26 nov às 04h de 27 nov/1968”, da DSI/MEC para Gabinete do Ministro, Arquivo, “DNE” e “Ensino Superior”. AHRS/ATD.

BOLETIM N° 134/69, DE 19/MAI/1969, confidencial, enviado via telex pelo Serviço de

REFERÊNCIAS

Informações da Divisão de Operações do Departamento de Polícia Federal (SI/DO/DPF) para o Ministro da Justiça, contendo “sumário do setor político nacional no dia 19/5/69”. AHRS/ATD.

BOTELHO, Antonio José Junqueira. Da utopia tecnológica aos desafios da política científica e tecnológica: o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1947-1967). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 39, fev./1999.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 17-58.

BRASIL, Francisco de Paula Gusmão Souza. *Democracia e estruturas políticas contemporâneas da realidade brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso – II Curso de Atualização em Estudo de Problemas Brasileiros, UFRJ. Rio de Janeiro, 1972. UFRJ/FCC/BPC/EPB.

_____. Educação e Segurança Nacional. *A Defesa Nacional*, n. 711, jan/fev.1986, p. 17-30. Rio de Janeiro. BIBLIEX/BFD/ADN

BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. *Curso Superior de Inteligência Estratégica – resumo histórico*. Disponível em: <<http://www.esg.br>>. Acesso em: 14/mar/2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Ofício Circular nº 04/SI/DSI/MEC/71, confidencial, de 11/fevereiro/1971, de Pedro Vercillo, diretor da DSI/MEC, para o reitor da UnB*. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-012.

_____. Secretaria-Geral. *Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura – 1977*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

BRASIL. Ministério do Interior. Divisão de Segurança e Informações. *Ofício nº 22/700/71. s/d (1971)*. Confidencial. BR-AN-BSB-AA1, pasta AGR-082.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete Civil. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Coordenadoria de Divulgação. *O povo e o presidente*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1983. 2 v.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (SEDH/CEMDP). *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: SEDH, 2007.

BRITISH PATHÉ. *About us*. Disponível em: <<http://www.britishpathe.com/pages/about>>. Acesso em: 21/mar/2013.

REFERÊNCIAS

- _____. *Pathe News – 21 years old: 1910-1931*. Disponível em: <<http://www.britishpathe.com/video/1910-1929-pathe-news-21-years-old/query/pathe+news>>. Acesso em: 21/mar/2013.
- BRUNETTA, Gian Piero. Enciclopedia del Cinema. Istituto Nazionale L.U.C.E. In: *TRECCANI – L'Enciclopedia Italiana*. Disponível em: <<http://www.treccani.it/>>. Acesso em: 22/mar/2013.
- BUSATTO, César. Experiências vividas na Faculdade de Economia reforçaram meus ideais de democracia e justiça social. In: ACCURSO, Cláudio Francisco et al. (Org.). *O ensino de Economia na UFRGS*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- BUZANELLI, Márcio Paulo. Evolução histórica da atividade de inteligência no Brasil. *IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Madrid, nov. 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/CLAD/2004/2004_IX_CLAD_BUZANELLI.pdf>.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2. ed. Brasília: Ed.UnB, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 167-178.
- CARTA do Ministro da Educação Ney Braga aos reitores, 24/nov/1975*. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-008.
- CARTA MENSAL Nº 8, fev/1975, elaborada pelo Serviço de Informações do DEOPS/SP*. ALAPA/DOPS, pasta 61.
- CARVALHO, Aline Fonseca. *A conveniência de um legado adequável: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar*. Dissertação. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2006.
- CARVALHO, Delgado de. *Organização social e política brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- CASO PÁRA-SAR: o homem que evitou um banho de sangue. *Fatos*, n. 15, 01/jul/1985, Rio de Janeiro, p. 38-45. Arquivo Ana Lagôa. Disponível em <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04927.pdf>>. Acesso em: 01/ago/2014.
- CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *A Revolução de 31 de Março*. Discurso proferido em Ouro Preto, em 21/abr/1964, por ocasião das comemorações do “Dia de Tiradentes”. BPP/GExP.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimentos. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CASTRO, Clarissa C. M. M. de. *O governo democrático de Getúlio Vargas através dos cinejornais*. 179 f. Dissertação - Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.
- CASTRO, Nilo Piana de. *Televisão e Presidência da República: a soberania em disputa de 1950 a 1964*. Tese – Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan/mar. 2011.
- CELESTE FILHO, Macioniro. *A reforma universitária e a Universidade de São Paulo: década de 1960*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, PUC-SP. São Paulo, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas/SP: EdUNICAMP, 2001.
- CHAVES, Eduardo dos Santos. *Do outro lado da colina: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar*. 194 f. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS. São Leopoldo/RS, 2011.
- CIRANO, Marcos. Pernambucanos trucidados pela ditadura militar - Ranúsia Alves Rodrigues. *Pernambuco de A-Z*. Disponível em <http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=433:pernambucanos-trucidados-pela-ditadura-militar-ranusia-alves-rodrigues&catid=25&Itemid=183>. Acesso em: 05/02/2013.
- CIRCULAR N° 31, de 14/abr/1964, do Gabinete do Reitor da UFRGS. UFRGS/NPH/IFCH.
- CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade brasileira de físicos*. 239 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.
- CNPq. Centro de Memória. *Dirigentes*. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/Dirigentes.html>>. Acesso em: 01/ago/2014.
- _____. Centro de Memória. *Dirigentes. Athos Ramos*. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/athos-silveira.html>>. Acesso em: 01/ago/2014.
- _____. Currículo Lattes. *Theóphilo de Azeredo Santos*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>

REFERÊNCIAS

8249976533122300>. Acesso em: 19/jun/2014.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, Curitiba, nov/2005.

COE, Brian. Eadweard James Muybridge (1830-1904) – British photographer. In: HERBERT, Stephen; McKERNAN, Luke. *Who's Who of Victorian Cinema*. Disponível em: <<http://www.victorian-cinema.net>>. Acesso em: 21/mar/2013.

COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (ed.). *Social Control and the State: historical and comparative essays*. Oxford: M. Robertson, 1983.

_____. Introduction: Social Control in History and Sociology. In: COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (ed.). *Social Control and the State: historical and comparative essays*. Oxford: M. Robertson, 1983. p. 1-14.

COHEN, Stanley. *Visions of social control: crime, punishment and classification*. Cambridge, UK; Malden, USA: Polity Press, 2007 [1985].

COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 4, São Paulo, Out/Dez. 2009.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORÇÃO, Gustavo. Lembrança de um pesadelo e de um milagre. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969.

_____. Para a normalização do Brasil. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969.

CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979)*. 196 f. Dissertação – Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História, PUC-SP. São Paulo, 2012.

COSTA, Luciano Martins. Morrer aos poucos. *Observatório da Imprensa*, 12/fev/2013. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/morrer_aos_poucos>. Acesso em: 25/jul/2014.

COSTA, Octávio. A hora zero da mudança. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969.

_____. A revolução que não tem dono. In: AERP. *O processo revolucionário brasileiro*. Brasília: ESAF/Seção Gráfica do INCRA, 1969.

REFERÊNCIAS

COSTA, Wilson Regalado. Juízo crítico. In: FONTOURA, Amaral. *Princípios de Educação Moral e Cívica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Autora, 1971. p. 17-19. (Biblioteca Didática Brasileira; série IV – Coleção Moral e Cívica – v. 1 – dir. Amaral Fontoura). DELFOS/AIB-PRP. Fundo Acervo Bibliográfico.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: EDAMERIS, 1961.

COUTO, Adolpho João de Paula. *O que é subversão?* Brasília: MEC/Comissão Nacional de Moral e Civismo, s/d [1984]. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 – Diversos. Série 3 – Folhetos. Subsérie 3.1 – Documentos.

CUNHA, Janaína Dias. *A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação – Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Ed.UNESP, 2007.

_____. Os estudos de problemas brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, n. 13, jan/jul-2012.

DEFESA apresentada por Nereu D'Ávila, advogado dos estudantes acusados, ao prof. Danilo Luiz Krause, encarregado do processo sumário. s/d [1970]. UFRGS/MU/CEUE.

DEFLEM, Mathieu. The concept of social control: theories and applications. *International Conference on Charities as Instruments of Social Control in Nineteenth-Century Britain*, Université de Haute Bretagne (Rennes 2), Rennes, France, Nov. 2007. Disponível em: <www.mathieudeflem.net>. Acesso em: 10/dez/2012.

DEL ROIO, José Luiz. Entrevista: Sobre a Comissão Nacional da Verdade e outras comissões da verdade e memória. *Margem Esquerda*, n. 19. São Paulo: Boitempo, 2012.

DELGADO, Lucília Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Niterói (RJ), v.14, n.28, p.125-145, jan-jun/2010.

REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Ficha A00413 - Flávio Aguiar*. APESP/DCS.

DGIE n. 12.799. Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro - APERJ. Pasta 73.2. Doc. 132.

DOCUMENTO N° 10056, de 13/set/1968, do DOPS/GB, sem classificação, em resposta ao PB n° 778/DSI/SI/MEC/68, confidencial, da DSI/MEC. APERJ/DOPS, pasta MEC 1, doc. 208.

DOCUMENTO S/N°, não padronizado, de 13/set/1980, do detetive Valmir Luiz Gubert ao Delegado Luiz Artigas Filho, da “Divisão de Segurança e Informações” da DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 709.81.

DOCUMENTO S/N°, não padronizado, s/d (1976), confidencial, do SNI/ACT ao DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 150.18.

DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo: DIFEL, 1955.

DOPS/MG. *Dossiê Ações Subversivas*, 1975. BR MGAPM,XX DMG, pasta 32.

DOSSIÊ “1º Congresso da Mulher/Curitiba”. APPR/DOPS, pasta 330.39.

DOSSIÊ “Pedidos de silêncio”. APPR/DOPS, pasta 1552.187.

DOSSIÊ sobre H.C.M., enviado pela CISEx à CISMEC em 10/mar/1969. AHRS/ATD.

DR. CLÉBER BIDEGAIN PEREIRA. Site pessoal. *Discurso de posse Academia Nacional de Farmácia – Profª Elvira Gomes Camardella*. Disponível em: <<http://www.cleber.com.br/elviraac1.html>>. Acesso em: 19/jun/2014;

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e golpe de Classe*. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

DUARTE, Jorge. Gabinetes de Imprensa da Presidência: da Proclamação às vésperas do golpe. In: SINGER, André et. al. (orgs). *No Planalto, com a Imprensa: entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes – de JK a Lula*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana; Brasília: Secretaria de Imprensa/Presidência da República, 2010.

DUAS datas revolucionárias [Editorial]. *A Defesa Nacional*, ano 54, n. 618, mar/abr.1968, p. 3-5. Rio de Janeiro. BIBLIEX/BFD/ADN.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Trad. Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. UNESP/Boitempo, 1997.

EDITAL de convocação, 31/ago/1970. UFRGS/MU/CEUE.

REFERÊNCIAS

ENCAMINHAMENTO n° 004/PM2/PMAL/1980, de 04/fev/1980, confidencial. ALAPA/DOPSE, pasta 53.

ENCAMINHAMENTO n° 01/SI/SSP/1979, de 10/jan/1979, do SI/SSP/AL à DOPSE/AL. ALAPA/DOPSE, pasta 47.

ENCAMINHAMENTO n° 048/77-ASI/FUEL, de 17/ago/1977, confidencial, da ASI/FUEL para a DSI/MEC e para o DOPS/PR, sobre “I Congresso Londrinense de Direito”. APPR/DOPS, pasta 329.39.

ENCAMINHAMENTO n° 076/80-ASI/FUEL, de 20/ago/1980, da ASI/FUEL para DSI/MEC e DSI/SSP/PR. APPR/DOPS, pasta 721.82.

ENCAMINHAMENTO n° 182/NSISAER/RJ, de 25/mar/1969, confidencial, do N-SISAER/RJ para SNI/AC; DSI/MEC; DSI/MJ e N-SISAER/BR. AN/SNI, ACE 620-69.

ENCAMINHAMENTO n° 93/SNI/ASP/1971, de 03/jun/1971, confidencial, do SNI/ASP ao SNI/AC, sobre “subversão no meio universitário”. Encaminhava em anexo cópia de uma “carta mensal”, sem data, elaborada pelo Serviço de Informações do DEOPS/SP, “sobre as atividades subversivas ocorridas no CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo) no período de 1963/1968”. AN/SNI, ACE 29852-71.

ENCONTRO com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá. Direção: Silvio Tendler. Roteiro: André Alvarenga, Claudio Bojunga, Ecatherina Brasileiro, Miguel Lindbergh, Silvio Tendler. Produção: Silvio Tendler e Ana Rosa Tendler. Brasil: Caliban, 2006. 89 min.

EREMIAS Delizoicov - Centro de Documentação. *Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*. Disponível em: <www.desaparecidospoliticos.org.br>. Acesso em: 01/fev/2013.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Diplomados da ESG*. Disponível em: <www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/>. Acesso em: 07/abr/2012.

_____. *Diplomados da ESG. Turma de 1960*. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1960/>>. Acesso em: 10/dez/2013.

ESPINOLA, Aída et al. In Memoriam: professores Athos da Silveira Ramos e Raymundo Moniz de Aragão, dois professores de carreira profícua e brilhante na UFRJ. *Química Nova*, v. 25, n.2, São Paulo, Abr/Maio 2002.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos (EMFA/ESG/DE). *MB-75 – Manual Básico*. Rio de Janeiro: APEX, 1975.

EX-ALUNOS Colégio Sinodal São Leopoldo/RS/Brasil. Facebook (comunidade). Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Ex-AlunosCol%C3%A9gio-SinodalS%C3%A3o-Leo>>

REFERÊNCIAS

poldoRSBrasil/222094737898465?hc_location=timeline>. Acesso em: 01/ago/2014.

EXPULSOS da URGS estudantes acusados de atos subversivos. *Correio do Povo*, 28/jan/1971, p. 28. AHPAMV/ACP.

FÁVERO, Maria de L. de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1995.

_____. *Da Universidade modernizada à Universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Alécio Nunes. Sociedade corporativa, justiça e poder: o Directorium Inquisitorum (séc. XIV-XVI). *ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais>>.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Brasileira e os intelectuais. In: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. Crise ou continuidade da ditadura? In: *A ditadura em questão*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais).

FERREIRA, May Guimarães. *Conselho Federal de Educação: o coração da reforma*. 334 f. Tese – Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1990.

FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

REFERÊNCIAS

- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. 222 f. Dissertação – Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- FINALMENTE são extintas as ASI na Universidade. *ANDES – Boletim da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior*, Ano VI, n. 26, Ago/1986, Capa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Museu Universitário. Acervo CEUE. Porto Alegre/RS (UFRGS/MU/CEUE).
- FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- FONTOURA, Amaral. *Princípios de Educação Moral e Cívica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Autora, 1971. (Biblioteca Didática Brasileira; série IV – Coleção Moral e Cívica – v. 1 – dir. Amaral Fontoura). DELFOS/AIB-PRP. Fundo Acervo Bibliográfico.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Cid Sampaio*. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=562:cid-sampaio&catid=38:letra-c&Itemid=182>. Acesso em: 18/jul/2014.
- GARCÍA UCEDA, Mariola. *Las claves de la publicidad*. Madrid: ESIC, 1995.
- GARLAND, David. *Punishment and modern society: a study in social theory*. Chicago: Oxford University Press, 1993.
- _____. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago; Oxford: The University Of Chicago Press; Oxford University Press, 2001.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (As ilusões armadas; 2).
- GASPAROTTO, Alessandra. “O terror renegado”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975). 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

REFERÊNCIAS

- GOEBBELS, Joseph. *Youth and the War*. Disponível em: <<http://www.calvin.edu/academic/cas/gpa/goeb33.htm>>. Acesso em 28/ago/2013. (Trad. de: Die Jugend und der Krieg. Ansprache zur Eröffnung der Jugendfilmstunden in Berlin. In: GOEBBELS, Joseph. Die Zeit ohne Beispiel. München: Zentralverlag der NSDAP, 1941. p. 324-330).
- GOLDMANN, Lucien. Ser e dialética. In: *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa: Ed. Presença, 1978.
- GOMES, Celso de Barros (org.). *Geologia USP: 50 anos*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- GOMES, Renata Vellozo. Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro na década de 1950: os cinejornais da Agência Nacional. *Arte & Ensaio* (UFRJ), p. 40-45, 2007. p. 42.
- GORENDER, Jacob. Coerção e consenso na política. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 3, São Paulo, Set.-Dez./1988.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Segurança Pública. *Secretários*. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/historico/secretarios.aspx>>. Acesso em: 23/mar/2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. V. 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cadernos do cárcere. V. 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 3. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRANDE, Humberto. *A pedagogia no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Guarany, 1941.
- GUIA de pesquisa Arquivo Nacional/RJ*. AN-RJ/AN.
- GUIMARAENS, Rafael; BORTOT, Ivanir José. *Abaixo a repressão! Movimento estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- HAAS, C. R. *Teoria, técnica y práctica de la publicidad*. Madrid: Ediciones Rialp, 1959 [Paris, 1958].
- HERBERT, Stephen. Louis Jean Lumière (1864-1948) – Inventor of the Cinématographe and the Autochrome colour photography process. In: HERBERT, Stephen; McKERNAN, Luke. *Who's Who of Victorian Cinema*. Disponível em: <<http://www.victorian-cinema.net>>. Acesso em: 21/mar/2013.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. 14. ed. São Paulo: Ortiz, 1991.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad.

REFERÊNCIAS

Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

INFE n° 162-E2/66, de 04/out/1966, da IIIEx/5ªRM/E2 para a SSP/PR, secreto, “A-1”. APPR/DOPS, pasta 328.39.

INFORMAÇÃO N° 0007/75-SÇI/DIV/DPF/LDN/PR, confidencial, de 24/fev/1975, sobre “relação dos livros-texto”, gerada por pedido de busca da seção de informações da PF no Paraná (PB n° 012/75-SI/SR/DPF-PR). BR-AN-BSB-ZD, pasta 010-002.

INFORMAÇÃO N° 0082/70, de 04/mar/1970, confidencial, do CENIMAR para vários DOPS, várias segundas seções e, ainda, para SNI, DPF, CIE, CISA, DSI/MJ e DSI/MRE. APPR/DOPS, pasta 1345.159.

INFORMAÇÃO N° 0196/116/NAGO/SNI/77, de 05/set/1977, confidencial, da NAGO/SNI para AC/SNI, sobre “agitação estudantil”. AN/SNI, ACE 4042-83.

INFORMAÇÃO N° 022/520/78/SICI/1/DSI/MEC/78, de 15/fev/1978, sobre “Transferência de líder para a UnB”, da DSI/MEC para a ASI/UnB, “Para dar conhecimento ao reitor”. BR-AN-BSB-AA1, pasta ADA-007.

INFORMAÇÃO N° 024/78-ASI/UNB, de 24/fev/1978, sobre “Transferência de líder para UnB”, da ASI/UnB para DSI/MEC, em resposta à Informação n° 022/520/78/SICI/1/DSI/MEC/78, de 15/02/1978. BR-AN-BSB-AA1, pasta ADA-007.

INFORMAÇÃO N° 034/78-ASI/UFRN, de 31/jul/1978, confidencial, da ASI/UFRN para DSI/MEC e SNI/ARE, sobre “movimento estudantil (encontros, simpósios, congressos, etc.)”. AN/SNI, ACE 1987-81.

INFORMAÇÃO N° 0482/19/AC/79, de 04/out/1979, confidencial, da SNI/AC para CI/DPF, CIE, CISA, CENIMAR, DSI/MEC e agências regionais do SNI. AN/SNI, ACE 2112-79.

INFORMAÇÃO N° 06219/72/ARJ/SNI, de 08/jun/1972, confidencial, da ARJ/SNI para AC/SNI, DSI/MEC, CIE, CISA e CENIMAR, sobre “infiltração e atuação comunista no ensino superior”. AN/SNI, ACE 47131-72.

INFORMAÇÃO N° 064/77-ASI/FUEL, de 13/jul/1977, confidencial, da ASI/FUEL para a 2ª Seção da PM/PR, DOPS/PR, 2ª Seção da 5ª RM/DE, Seção de Informações da DPF/PR e SNI/ACT, sobre “1º Congresso Londrinense de Direito”. APPR/DOPS, pasta 329.39.

INFORMAÇÃO N° 096296/ASP/SNI/73, de 29/mar/1973, confidencial, da ASP/SNI para a AC/SNI, sobre a “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP”. AN/SNI, ACE 2744-80.

INFORMAÇÃO N° 10-DSI/MEC, de 27/fev/1984, confidencial, da DSI/MEC para “MINISTRA/MEC”, AC/SNI, CIE, CIM, CISA, CI/DPF e AESI/DASP, sobre “Federação

REFERÊNCIAS

das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) – I Congresso dos Servidores Técnico-Administrativos das Universidades Brasileiras”. AN/SNI, ACE 40530-84.

INFORMAÇÃO Nº 1169/19/AC/76, de 17/dez/1976, confidencial, da agência central do SNI para todas as suas agências regionais, bem como para CIE, CISA e CENIMAR. AN/SNI, ACE 100066-76.

INFORMAÇÃO Nº 1195/75-B, de 16/mai/1975, do III Exército para o CIE, CMP (Comando Maior do Planalto), CMA (Comando Militar da Amazônia) e para o I, II e IV Exércitos, repassada pelo I Exército para o DOI/I Ex, para a SSP/RJ, para a AMAN, para o 1º BPE, para a 1ª DE e diversos outros órgãos de sua alçada. Confidencial. BR MGAPM,XX DMG, pasta 32.

INFORMAÇÃO Nº 1227/ASI/DR-5/MEC/77, de 16/nov/1977, da ASI/DR-5/MEC para DSI/MEC, SNI/ASP e 2ª seção do Estado Maior do II Exército. AN/SNI, ACE 4372-80.

INFORMAÇÃO Nº 148/SNI/ARJ/69, de 14/abr/1969, confidencial, da SNI/ARJ para a SNI/AC, sobre “agitação estudantil na Ilha do Fundão”. AN/SNI, ACE 2207-69.

INFORMAÇÃO Nº 157-E2/68, de 06/jun/1968, confidencial, da 2ª Seção da 5ª Região Militar para III Exército, SNI/ACT, DPF/PR e DOPS/PR, sobre “seminário estudantil”. APPR/DOPS, pasta 1575.190.

INFORMAÇÃO Nº 18/CISA, de 08/jun/1973, confidencial, do CISA para SNI/AC, CIE, CENIMAR, DSI/MEC, DSI/MI e DSI/MJ. AN/SNI, ACE 60959-73.

INFORMAÇÃO Nº 1915/S-102-A4-CIE, de 06/out/1975, classificado como confidencial, “A-4”. Do CIE ao SNI/AC. AN/SNI, ACE 88176-75.

INFORMAÇÃO Nº 279/72-SI/SR/DPF/PE, de 20/jul/1972, confidencial, da CI-DPF para “IV Ex, 7ª RM, 2ª Z.Aér., 3º D.N., PM/PE, SNI/ARE, GRUP/FUZ/NAVAIS, SSP/PE e Arq.” transmitindo conteúdo da Informação nº 1279/72-CIE, sobre “agitação na área estudantil”. APEJE, pasta 00430.

INFORMAÇÃO Nº 3122/73, do CI/DPF, em 01/ago/1973, confidencial, encaminhando informação do CIE para SRs e DPFs regionais, sobre periódico “Campanha”, BR-AN-BSB-ZD, pasta 010-002.

INFORMAÇÃO Nº 322/77, de 18/ago/1977, confidencial, da ASI/DR-2/MEC para DSI/MEC, ARE/SNI, IV Ex, SR/DPF/PE, CI/SSP/PE, ASI/UFPE e ASI/UFRPE, sobre “panfleto ‘Carta Aberta à População’”. APEJE/DOPS, pasta 27.420.

INFORMAÇÃO Nº 467/19/APA/73, de 24/out/1973, confidencial, da AESI/ECT-RS para SNI/APA, SNI/ARJ e DSI/MC, encaminhado pela SNI/APA à SNI/AC, sobre “DAECA/UFRGS, DCE/UFRGS, Presidente DCE/UFRGS, Deputado MDB/GB”. AN/SNI,

REFERÊNCIAS

ACE 63345-73.

INFORMAÇÃO Nº 480/79-I/A-2-III COMAR, da 2ª Seção do III COMAR ao CISA/RJ, repassando informação oriunda do DGIE/RJ sobre “Congresso Interno - Pontifícia Universidade Católica”, 24/mai/1979, confidencial. BR-AN-BSB-VAZ, pasta 077-0051.

INFORMAÇÃO Nº 516/74-PSS, de 20/abr/1974, confidencial, da 2ª Seção do II Exército para CIE, 9ª RM, 2ª RM, 2ª DE, 11ª Bda Inf Bld, 12ª Bda Inf-AD/2, SNI/ASP, DPF/SP, CIOp/SSP/SP, DOPS/SP, PMESP, sobre “movimento estudantil”, com “cópias de panfletos afixados em faculdades da USP”. APEJE/DOPS, pasta 30.468.

INFORMAÇÃO Nº 557/SNI/ABSB/68 (SS.19/125), da “Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações” para vários órgãos de vigilância, dentre eles a agência central. AN/SNI, ACE 4233-83.

INFORMAÇÃO Nº 598/66, de 12/ago/1966, do DOPS/RS para SNI/APA e 2ª Seção do III Exército, sobre o XXVIII Congresso da UNE. AN/SNI, ACE 11224-85.

INFORMAÇÃO Nº 709, de 08/ago/1979, confidencial, do CIE para AC/SNI e DSI/MEC, sobre suposta “campanha para a desativação da ASI/UFRN”. Documento produzido pela 7ª Bda Inf Mtz, encaminhado ao IV Exército, que o repassou à 7ª Região Militar (7ª RM/DE), a qual, por sua vez, o enviou ao CIE. AN/SNI, ACE 2954-79.

INFORMAÇÃO Nº 74/77, de 04/out/1977, confidencial, da AESI/UFPE para o CI/SSP/PE, em resposta a PB nº 125/77 de 26/set/1977 do CI/SSP/PE, sobre “estudantes que foram detidos para averiguações”. APEJE/DOPS, pasta 27.420.

INFORMAÇÃO Nº 74/77, de 04/out/1977, confidencial, sem avaliação quanto à confiabilidade. Assunto: “estudantes que foram detidos para averiguações”. Origem: AESI/UFPE (em resposta a PB nº 125/77 de 26/set/1977 do CI/SSP/PE). Difusão: CI/SSP/PE (Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do PE). APEJE/DOPS.

INFORMAÇÃO Nº 879/S-102-A4-CIE, de 02/dez/1980, do CIE para AC/SNI, CISA, CENIMAR e CI/DPF, sobre “greve nacional de estudantes universitários”. AN/SNI, ACE 12079-80.

INFORMAÇÃO S/Nº, de 30/ago/1968, não classificado, do Agente Auxiliar Carlos Alves Pereira ao Chefe do Centro de Operações da Delegacia Regional da Polícia Federal no Paraná e Santa Catarina, com dados pessoais de alunos de vários cursos da Universidade Católica e da Universidade Federal do Paraná, bem como sobre a participação na política estudantil por parte de alguns deles. APPR/DOPS, pasta 1393.165.

INFORME Nº 008/79, de 15/jan/1979, do SI/DOPSE/AL ao Gabinete do Secretário de Segurança Pública de AL, sem classificação. ALAPA/DOPSE, pasta 51.

REFERÊNCIAS

INFORME N° 016/79, de 08/fev/1979, do setor de informações da DOPSE/AL. ALAPA/DOPSE, pasta 51-3.

INFORME N° 094/77-PM/2/PMPR, confidencial, da 2ª Seção da PM/PR à 5ª Região Militar do III Exército, ao DOPS/PR e ao CISESP. APPR/DOPS, pasta 100.12.

INFORME N° 115/ASI/UFSM/80, de 20/out/1980, confidencial, “A-2”, da ASI/UFSM para DSI/MEC e APA/SNI [com carimbo da APA/SNI, confirmando que foi recebido pela agência regional, a qual o repassou à AC/SNI], sobre “atividades de estudantes”. AN/SNI, ACE 2102-81.

INFORME N° 151/ASI/UFSM/80, de 30/dez/1980, confidencial, “A-2”, da ASI/UFSM para DSI/MEC, APA/SNI e 3ª DE/1º RPMont, sobre “greve dos professores universitários – UFSM/RS”. AN/SNI, ACE 2252-81.

INFORME N° 21/H-82, s/d, confidencial, A-2, sobre “atuação de ativistas do ME”, do I Exército para CIE; ARJ/SNI; DGIE/RJ; III COMAR; 1º DN e Arquivo. APERJ/DOPS, pasta 76, docs. 75-78.

INFORME N° 250/PM-2/1980, de 08/mai/1980, sem classificação de sigilo, “A-1”, da 2ª seção da PM/PR para 5ªRM/DE, DPF/PR, DSI/PR, SNI/ACT, sobre “pichamento em Londrina/PR”, com cópias de 10 fotos de pichações em anexo. APPR/DOPS, pasta 1562.189.

INFORME N° 389/SS-300/78, de 15/mar/1978, do “colaborador ST-310” ao SNI/ABH. AN/SNI, ACE 4112-81.

INFORME N° 431, de 29/out/1964, secreto, “A-1”, do Gabinete do Ministro da Guerra (informante) ao SNI e outros órgãos de vigilância, sobre “agitação estudantil na Universidade de Brasília”. AN/SNI, ACE 95885-64.

INFORME N° 50/68 - CDN, do Departamento de Segurança da Rede de Viação Paraná Santa Catarina (RVPS - vinculada à Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA), encaminhado a vários órgãos do sistema de controle (segunda seção – serviço de informações – da 5ª Região Militar do III Exército – E2/5ªRM, Agência Central do SNI, DOPS/PR, Polícia Militar do Paraná, dentre outros). APPR/DOPS, pasta 122.15.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO E ESTUDOS POLÍTICOS – IFEP. *Estatuto*. Porto Alegre: 1973. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 – Diversos. Série 3 – Folhetos. Subsérie 3.3 - Estatutos de Entidades Diversas.

IPES. *Carta da Integração (divulgação interna)*. Ano II, n. 14, 10/nov/1965. AN-RJ/IPES, Caixa 35, PAC 1.

_____. *Carta do Gen. Octavio Gomes de Abreu, Secretário Geral Executivo, a Carlos Eduardo Rosa, Presidente do Diretório Acadêmico 2 de Julho, Curitiba*. 13/jun/1966. Sec.

REFERÊNCIAS

66/0128. AN-RJ/IPES.

_____. *Ofício 66/0102*. Do gen. Octavio Gomes de Abreu ao dr. José Almeida Rios, diretor da Seção de Segurança Nacional do MEC. Rio de Janeiro, 19/mai/1966. AN-RJ/IPES, Caixa 35, PAC 1.

INSTITUTO MILLENIUM. *Autor*: Arnaldo Niskier. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/author/arnaldo-niskier/>>. Acesso em: 01/ago/2014.

INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA (ITA). *Reitor*. Disponível em: <<http://www.pro-grad.ita.br/reitor.php>>. Acesso em: 25/mar/2014.

JACOBS, Camila Campos. *A participação da United States Agency for International Development (USAID) na Reforma Universitária Brasileira na Década de 1960*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2004.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS - v. II (1951-1978)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

_____. *História da PUCRS – v. III (1978-1998)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. 349 f. Tese – Doutorado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

_____. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: EDUSP, 2013.

JORNAL DO BRASIL. 01/dez/1974, p. 50. GN/JB

_____. 31/mar/1969, p. 5. GN/JB.

JOWETT, Garth S.; O'DONNELL, Victoria. *Propaganda and persuasion*. 3. ed. Thousand Oaks, USA; London, UK; New Delhi, India: Sage, 1999.

JUSTIÇA DO TRABALHO EM ALAGOAS. Tribunal Regional do Trabalho. 19ª Região. *Memorial Pontes de Miranda*. Disponível em: <http://www.trt19.jus.br/mpm/secaopatrono/morte_pmiranda/repercussao_morte_jonal_saopaulo.htm>. Acesso em: 19/jun/2014.

KERBER, Mario. *Canal de ideias*. Disponível em: <<http://www.ideiasmariokerber.com/2011/08/agosto-de-1961-lembrancas.html>>. Acesso em: 01/ago/2014.

REFERÊNCIAS

- KOCH, Adolar. *Sobre sua trajetória como estudante da UFRGS, durante a Ditadura* [04/jan/2006]. Entrevistador: Jaime Valim Mansan. Porto Alegre/RS.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. W. P. Maas, C. A. Pereira; rev. C. Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUC-Rio, 2006.
- KUMASAKE, Hiro B.; BARROS, Luitgard O. C. Entrevista com Ernesto Luiz de Oliveira Júnior. Rio de Janeiro, 08/mar/1988. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/Audiovisual/Depoimentos_Historal/ernesto.pdf>. Acesso em: 13/abr/2012.
- KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. 279 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samanta (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina* (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 279-304.
- LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LE MANUEL DES INQUISITEURS (Directorium Inquisitorum)*, Nicolau Eymerich, 1376. Revisto por Francisco de La Peña, 1578. Traduzido para o francês em 1973 por Louis Sala-Moullins. Disponível em: DHnet - Direitos Humanos na Internet <www.dhnet.org.br/dados/livros/memoria/mundo/inquisidor/hereges.html>.
- LEMOS, Kaé Stoll Colvero. *A normatização da educação moral e cívica (1961-1993)*. Dissertação – Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o marxismo*, v. 2, n. 2, 2014. p. 111-138.
- LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A Pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ: uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil*. 444 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- LIMITES da repressão*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14/jan/1971, p. 8. Editorial. GN/JB.
- LINK, Rogério Sávio. *O papel da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nas*

REFERÊNCIAS

Novas Áreas de Colonização: O caso de Rondônia 1972-1987. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 650-661.

LOPES, Gustavo Esteves. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Pontocom, 2014. (Série Acadêmica; 7).

LOPES, Léa de Oliveira Dourado. *O professor de Estudo de Problemas Brasileiros na Universidade – repercussão do trabalho bem elaborado de um professor de E.P.B. Trabalho de Conclusão de Curso - XIII Curso de Atualização em Estudo de Problemas Brasileiros, UFRJ. Rio de Janeiro, s/d. [1983]. UFRJ/FCC/BPC/EPB.*

MACEDO, Ari; CHAIA, Vera. *Bandeirante da Tela: o cinejornalismo de Adhemar de Barros*. Aurora, n. 5, 2009. p. 82-94. Disponível em: <www.pucsp.br/revistaaurora>. Acesso em: 29/jun/2014.

MACIEL, Paulo. Palavras iniciais. In: UFPE. *Estudo de Problemas Brasileiros: aulas de 1977*. Recife: Editora Universitária, 1978. UFPR/BCHE.

MAESTRI Filho, Mário José. *Sobre algumas de suas experiências como estudante e como professor, no período da Ditadura* [25/08/2007]. Depoimento por correio eletrônico, concedido a Jaime Valim Mansan.

MAGALHÃES, Marionilde D. B. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. *Canal 100: a trajetória de um cinejornal*. 134 f. Dissertação - Mestrado em Multimeios - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2006.

MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. Política e futebol no cinema através das lentes do cinejornal Canal 100. *discursos fotográficos*, Londrina, v.5, n.7, p.41-55, jul./dez. 2009.

MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 89-109, 2014.

MANSAN, Jaime Valim. *“Morre um estudante”*: expurgos estudantis, coerção e controle na UFRGS em tempos de ditadura (1964-1974). 60 f. Monografia - Bacharelado em História. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

_____. A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964). *Estudos Ibero-*

REFERÊNCIAS

Americanos, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 100-118, jan-jun/2012.

_____. A formação de agentes de inteligência nos primórdios da Escola Nacional de Informações (Brasil, 1972). In: MARCO, Jorge; SILVEIRA, Helder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim (orgs.). *Violência e sociedade em ditaduras ibero-americanas no século XX: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015 [no prelo].

_____. A função intelectual no capitalismo: algumas problematizações e uma primeira reflexão. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; MANSAN, Jaime Valim (orgs.). *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo/RS: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 291-314.

_____. O estigma do cassado: efeitos simbólicos da aplicação de políticas públicas de controle social durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1988). In: *Anais do II Seminário Políticas Públicas e Educação: constituindo a cidadania?* Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG): Rio Grande/RS, 2011.

_____. O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969). *Militares e política* (UFRJ), v. 7, p. 76-99, 2010.

_____. *Os expurgos da UFRGS: Afastamentos arbitrários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1980): os casos porto-alegrenses*. Monografia – Licenciatura em História. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

_____. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2006.

_____. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. In: *The Cultures of Dictatorship: historical reflections on the brazilian golpe of 1964*. Maryland: Universidade de Maryland, 2004.

_____. *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MARTINS, Glaucília Perruci Lopes. O combate à subversão no Brasil. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). *Estudo de Problemas Brasileiros: aulas de 1977*. Recife: Editora Universitária, 1978. p. 509-517. UFPR/BCHE.

REFERÊNCIAS

- MARTINS, Heitor. Notas de memória sobre a FAFI (década de 1950). *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, v. 18, jul./dez.2008, p. 123-128. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/issue/view/100>>. Acesso em: 18/abr/2013.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)*. São Paulo: Ed.UNESP, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263 – 2008;
- MATZEMBACHER, Luiz Oscar. O Decreto 477 e a morte de um estudante. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Org.). *UFRGS: Identidade e memórias*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1994.
- MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004. (ANPUH-RS; 1).
- McKERNAN, Luke. Dr. Eugène-Louis Doyen (1859-1916) – French surgeon. In: HERBERT, Stephen; McKERNAN, Luke. *Who's Who of Victorian Cinema*. Disponível em: <<http://www.victorian-cinema.net>>. Acesso em: 21/mar/2013.
- _____. Dr. Gheorghe Marinescu (1863-1938) - Rumanian neurologist. In: HERBERT, Stephen; McKERNAN, Luke. *Who's Who of Victorian Cinema*. Disponível em: <<http://www.victorian-cinema.net>>. Acesso em: 21/mar/2013.
- MEC. DR-2. *Relatório Anual 1979*. p. 1. Disponível em <<http://dominiopublico.mec.gov.br>>.
- _____. Galeria de Ministros. *Ministro Raymundo de Castro Moniz de Aragão*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13490&Itemid=945>. Acesso em: 02/ago/2014.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Não se governa sem História: discurso lido no IHGB em 03/jun/1970*. BPP/GExp.
- MEIRELLES, Hely Lopes et al. *Mandado de segurança e ações constitucionais*. São Paulo: Malheiros, 2013.
- MELO, Demian. A miséria da historiografia. *Outubro*, São Paulo, n.14, p.111-130, 2006;
- _____. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon/PR, v. 27, p. 39-53, 2012.

REFERÊNCIAS

MENDONÇA, Sônia; FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente: 1964-1980*. São Paulo: Ática, 1988.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. Trad. P. C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Arquivo Nacional. *Base de dados*. s/d. Disponível em: <<http://www.arquivo.nacional.gov.br>>.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Gabinete do Ministro. CIE. Interrogatório. 1971. Confidencial. Documento integrante do APPR/DOPS, reproduzido em: MAGALHÃES, M. B. Documento: manual do interrogatório. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 40, p. 201-240, 2004, Ed.UFPR.

_____. I Exército. 4ª RM. 4ª DE. Comando da 4ª Brigada de Infantaria. Estado Maior. Segunda Seção. *Informação n.º 409/75/SSI/E2/4ª Bda Inf*, confidencial, de 25/jun/1975, difundindo síntese do RPI/CIE n. 05/75 de 10/jun/1975 para CPOR/BH, CMBH, 11ª CSM, 12º BI, 4º GAC, 11º BI, 4º Esquadrão C Mec, 4ª Cia Com, SNI/ABH, DPF/MG, DOPS/MG, COSEG/SSP, PM/2. BR MGAPM,XX DMG, pasta 32.

_____. II Exército. Quartel General. *IPM CRUSP - Relatório*. 07/nov/1969. Acervo Move Brasil <<http://movebr.wikidot.com/crusp:ipm-68>>, reunido por eBooksBrasil <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ipmcrusp.html>>. Acesso em: 04/jun/2012.

MINTO, Lalo Watanabe. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Educação Contemporânea).

_____. *O público e o privado nas reformas do ensino público brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90*. 313 f. Dissertação – Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2005.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Educação*, Porto Alegre: Faculdade de Educação/PUCRS – Curso de Pós-Graduação, Ano XXII, n. 37, mar/1999, p. 5-31.

MORAES, Thiago Aguiar de. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre: 2012.

MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: ECA, 1970.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil – v. III: Século*

REFERÊNCIAS

XX. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005. p. 295-323.

MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2008, v. 9, n. 16, p. 30-67.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960)*. 157 f. Dissertação – Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

MUSEU da Inconfidência. *A Criação do Museu da Inconfidência*. Disponível em: <http://www.museudainconfidencia.gov.br/interno.php?pg=historico_a_criacao_do_museu_da_inconfidencia>. Acesso em: 23/jul/2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NOGUEIRA, Francis. *Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial*. Cascavel, PR: Unioeste, 1999.

OBITUÁRIO de Ronaldo Antônio Botelho. *Gazeta do Povo*, 15/mar/2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/falecimentos/conteudo.phtml?id=1105887>>. Acesso em: 12/out/2013.

OBITUÁRIO: Adolpho João de Paula Couto. *Zero Hora*, 14/ago/2009. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/obituario/adolpho-joao-de-paula-couto-4929.html>>. Acesso em: 12/mar/2014.

OFÍCIO CIRCULAR N° 06/DSI/MEC, de 04/dez/1979. APPR/DOPS, pasta 667.75.

OFÍCIO CONFIDENCIAL N° 698 SI/DSI/MEC/69, de 25/jun/1969, de Waldemar Raul Turola, Diretor da DSI/MEC, ao Ministro Tarso Dutra, sobre “Proc. 2012/69 – Faculdade de Medicina da UFRJ”. AHRS/ATD.

OFÍCIO CONFIDENCIAL N° 709 SI/DSI/MEC/69, de 30/jun/1969, de Waldemar Raul Turola, Diretor da DSI/MEC, ao Ministro Tarso Dutra, sobre “Proc. 220.755/69 – Escola de Geologia da UFRGS”. AHRS/ATD.

OFÍCIO N.º 599 da ADESG nacional, de 09/set/1971, do Prof. Tarcísio Meirelles Padilha,

REFERÊNCIAS

Secretário e Diretor do Departamento de Ciclos de Estudos daquela associação, ao Prof. L. C. de Mesquita Rothmann, diretor do IFCH/UFRGS. UFRGS/NPH/IFCH. Série 1 - Organização e Administração. Subsérie 1.2. - Correspondência.

OFÍCIO N° 071/DOI, de 06/mar/1978, confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná, solicitando antecedentes de Katherine Lovejoy. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

OFÍCIO N° 09/DOI, s/d. (jan/1978), confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná, solicitando antecedentes de Miguel Dinizo. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

OFÍCIO N° 15/69, s/d (1969), da CISMEC ao Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra. AHRS/ATD.

OFÍCIO N° 165/DOI, de 31/ago/1978, confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado de Ordem Política [e Social] do Paraná, sobre “devolução de [43] cédulas de identidade funcional da DOPS/PR”, assim como vários outros documentos que também integravam a pasta “DOI” do arquivo do DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

OFÍCIO N° 177/DOI, de 15/set/1977, confidencial, do Comandante do DOI/CODI/5ª RM/DE Ten. Cel. Zuiderzee Nascimento Lins ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná, tendo em anexo ficha, “declarações” e “resumo das declarações” do estudante Edyr Jaccoud d’Azeredo Filho. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

OFÍCIO N° 25/DOI, de 23/jan/1978, confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado Titular da DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

OFÍCIO N° 290, de 18/ago/1964, do cel. João Batista Lopes, delegado-chefe da 14ª Subdivisão Policial (Paranavaí/PR) ao cel. Italo Conti, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná; APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

OFÍCIO N° 444/DSI/SI/MEC/69, de 23/abr/1969, confidencial, do Gen. Waldemar Raul Turola, Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC, ao Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra. AHRS/ATD.

OFÍCIO N° 60/67, de 14/ago/1967, sem classificação quanto a sigilo ou confiabilidade, do “delegado em comissão” de Xambrê/PR, 2º Tenente Manoel Roque de Oliveira Lima, ao DOPS/PR, sobre Aristóteles Coelho Rosa, prefeito daquela cidade. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

OFÍCIO S/N°, secreto, de 14/jan/1964, enviado pelo ten. cel. Italo Conti, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, ao SFICI, em resposta ao PB n° 505/SPS/113, de 23/dez/1963, secreto, enviado pelo SFICI àquela SSP. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Eliézer, Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1976. (Sociologia Brasileira, 6);

OLIVEIRA, José Cláudio de. *Estudo de Problemas Brasileiros: de acordo com o Decreto-lei nº 869, livro-texto para estudantes universitários, contendo EPB-I e EPB-II*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. UFPR/BCHE.

OLIVEN, Arabela Campos. *A paroquialização do Ensino Superior: Classe Média e Sistema Educacional no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

PAOLI, Niuvenius J. *Ideologia e hegemonia: as condições de produção da educação*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1981. (Educação Contemporânea).

PAPELETA DE SERVIÇO Nº 17/81, do delegado-chefe da Seção de Informações da DOPS/PR a um agente daquela delegacia. APPR/DOPS, pasta 330.39.

PAPELETA DE SERVIÇO Nº 35/67, de 06/out/1967, do Chefe da Seção de Informações do DOPS/PR ao agente de polícia J. C. Kopp. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.

PAUPÉRIO, Arthur Machado. *Necessidade de um sentido axiológico para o Estudo de Problemas Brasileiros no curso superior*. Datiloscrito, 9 f. Comissão Nacional de Moral e Civismo. Out/1971. UFRJ/FCC/BPC/EPB.

PB nº 008/81, de 04/ago/1981, da DR-9 ao DOPS/PR, sobre “integrantes da lista sêxtupla para reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR)”. APPR/DOPS, pasta 667.75.

PB nº 034/1981, de 04/set/1981, da ASI da Delegacia do MEC em PE (ASI/DEMEC/PE) para o CI/SSP/PE, solicitando dados sobre o “Diretor Geral do Departamento de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco”. APEJE/DOPS, pasta 27.420.

PB nº 034/81, de 04/set/1981, confidencial, sobre M.V.B.P., da ASI da Delegacia do MEC em PE (ASI/DEMEC/PE) ao Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública do PE (CI/SSP/PE). APEJE/DOPS, pasta 27.420.

PB nº 103-E2/65, s/d (1965), secreto, da 5ª RM/DI/IIIEx ao DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

PB nº 110/SNI/ACT/66, de 30/ago/1966, da SNI/ACT para a SSP/PR, sem classificação quanto ao sigilo. APPR/DOPS, pasta 328.39.

PB nº 1281/SNI-ARJ, de 31/jul/1964, ao DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.

PB nº 141-E2/66, de 18/ago/1966, da IIIEx/5ªRM/E2 para a SSP/PR, secreto. APPR/DOPS, pasta 328.39.

REFERÊNCIAS

- PB n° 145*, de 28/jan/1965, secreto, da SNI/ARJ ao DOPS/PR. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.
- PB n° 146-E2/67*, de 13/out/1967, da 2ª Seção/5ª RM/III Ex. ao DOPS/PR, ao SNI/ACT e ao 14º BC. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.
- PB n° 148/SNI/ACT/66*, de 12/out/1966, da SNI/ACT para a DOPS/PR, confidencial. APPR/DOPS, pasta 328.39.
- PB n° 151-E2/66*, de 05/set/1966, da IIIEx/5ªRM/E2 para a SSP/PR, secreto. APPR/DOPS, pasta 328.39.
- PB n° 173/DSI/MJ*, de 18/mar/1968, confidencial. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.
- PB n° 431/DSIF*, de 04/set/1967, confidencial. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.
- PB n° 47-E2/68*, de 30/abr/1968, do E2/5ª RM/III EX ao DOPS/PR, secreto (reclassificado para confidencial). APPR/DOPS, pasta 1551a.187.
- PB n° 505/SPS/113*, de 23/dez/1963, secreto. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.
- PB n° 450/SPS/111*, de 18/abr/1964, secreto. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.
- PB n° 574*, de 05/mar/1964, secreto. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.
- PB n° 788/SPS-PI/160*, de 25/mar/1964, secreto. APPR/DOPS, pasta 1551b.187.
- PB n° 518*, de 24/out/1967, do CENIMAR para todos os DOPS (RS, SP, RJ, PE, BA, CE, GO, PB, SC, PR, GB, MG, AL, DF, ES, PA e RN) e também para as SSP de MT, AM, PI e AC. APPR/DOPS, pasta 1551a.187.
- PB n° 61-E2/68*, de 23/mar/1968, do E2/5ª RM/III Ex. ao DOPS/PR, secreto (reclassificado para confidencial). APPR/DOPS, pasta 1551a.187.
- PB n° 71-E2/65*, de 14/jun/1965, da IIIEx/5ªRM/E2 para a SSP/PR, secreto. APPR/DOPS, pasta 328.39.
- PB n° 75/SNI/ACT/66*, de 22/jul/1966, secreto, da SNI/ACT para as secretarias estaduais de Segurança Pública (SSP) do PR e de SC, sobre a participação de brasileiros no IV Congresso Latino-Americano de Estudantes em Cuba. APPR/DOPS, pasta 328.39.
- PB S.I. n° 001/77*, de 14/mar/1977, confidencial, do Serviço de Informação da DOPS/PR à 10ª Subdivisão de Polícia de Londrina (10ª SDP/Londrina). APPR/DOPS, pasta 1551b.187.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou*

REFERÊNCIAS

mudança? 2. ed. ampl. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 101-131, Editora UFPR, 2003.

PETERSEN, Silvia. Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: GRAEBIN, Cleusa M. G.; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. Canoas, RS: La Salle, 1998.

POERNER, Arthur. *O poder jovem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Portal TCE-PA. *Elias Naif Daibes Hamouche*. Disponível em: <<http://www.tce.pa.gov.br/index.php/elias-naif-d-hamouche>>. Acesso em: 04/ago/2014.

PRAIS, Mauro. *C. R. Vasco da Gama: álbum de Fotos (1944-1952)*. Disponível em: <<http://www.netvasco.com.br/mauroprais/vasco/fotos3.html>>. Acesso em: 10/dez/2013.

PROFESSOR JORGE BOAVENTURA. *Livros e artigos*. Disponível em <<http://jorgeboaventura.wordpress.com/>>. Acesso em: 01/ago/2014.

PROJETO PASSO FUNDO. *Eleições para a Assembleia Legislativa de 1947*. Disponível em: <http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=10389>. Acesso em: 29/jul/2014.

PRONTUÁRIO de Amilcar Vianna Martins. BR MGAPM,XX DMG, pasta 117-b.

PRONTUÁRIO de Heitor Miranda Martins. BR MGAPM,XX DMG, pasta 117.

PRONTUÁRIO n° 890, sobre Paulo Antônio de Oliveira Gomes, sem classificação de sigilo, do DOI/5ª RM/DE ao DOPS/PR, encaminhado em anexo ao Ofício n° 076/DOI, de 13/mar/1978, confidencial, do Comandante do DOI/5ª RM/DE Major Eduardo Augusto Santiago ao Delegado de Ordem Política e Social do Paraná. APPR/DOPS, pasta 1329.155.

PRONTUÁRIO s/n°, da DSI/MEC, relativo a Thiers Martins Moreira. AHRS/ATD.

PROTOCOLO 2ª SEÇÃO IV EX. APEJE/DOPS, pasta 1025.

PRUNES, Lourenço Mário. *Reforma agrária integral*. Porto Alegre: Sulina, 1962. DELFOS/AIB-PRP.

PUGLIA, Douglas Biagio. *ADESG: elites locais civis e projeto político*. Dissertação – Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2006.

REFERÊNCIAS

_____. *As ideias políticas como alicerce: os padrinhos do Brasil e a formação da Escola Superior de Guerra (1949-1954)*. 225 f. Tese – Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca/SP, 2012.

RÊGO, Daniela Domingues Leão. *Imagem e Política: Estudo sobre o Cine Jornal Brasileiro (1940-1942)*. 118 f. Dissertação - Mestre em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2007.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Agostinho dos. *Cathecismo Civico*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

RELATÓRIO s/nº, de 31/mai/1972, da AAE-UnB ao “vice-reitor, reitor em exercício” da UnB, a respeito do estudante Constantino Pereira Filho. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-013.

RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Dissertação – Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas/SP, 2013.

REVISTA DA ADESG/Representação Juiz de Fora, n. 2, XVIII Ciclo de Estudos de Política e Estratégia. Fev/2007. Disponível em:

<<http://geraldohalfeld.files.wordpress.com/2010/08/adesg-jf-revista-fev-2007-geraldo-halfeld.pdf>>. Acesso em: 19/jun/2014.

REVISTA das Classes Produtoras, ano XXIV, n. 932, jan/1962, p. 9. Disponível em: <www.camara.sp.gov.br>. Acesso em: 10/dez/2013.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo, RS: UPF, 1998.

_____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, São Paulo, 2002.

ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-china, 2013.

ROSS, Edward Alsworth. Social control. *The American Journal of Sociology*, v. 1, n. 5, mar. 1896, p. 513-535.

REFERÊNCIAS

- ROVAÍ, Renato. O suicídio de Carlos Alexandre Azevedo e as feridas abertas da ditadura militar. *Portal Forum*, 28/fev/2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/02/18/o-suicidio-de-carlos-alexandre-azevedo-e-as-feridas-abertas-da-ditadura-militar/>>. Acesso em: 25/jul/2014.
- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Pena y estructura social*. Trad. Emilio García Méndez. Bogotá: Editorial Temis, 1984 [1939].
- SALGADO, Plínio. *Compêndio de instrução moral e cívica*. São Paulo: FTD, 1965.
- SAMPAIO, Rafael. *Propaganda de A a Z*. 3. ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis*. Trad. María Encarnación Moya. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Pensamento Social Latino-americano).
- SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2000.
- SANT'ANNA, Armando. *Propaganda: teoria, técnica e prática*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.
- SANTOS, Éder Fernando dos. *O Ensino Superior Brasileiro e os Acordos MEC-USAID: o Intervencionismo Norte-Americano na Educação Brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2005.
- SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a ESG. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 153-185, jan-abr/2007.
- SANTOS, Marcelo Gonzaga dos. *Almas integradas: política educacional, Educação Moral e Cívica e formação do cidadão na Ditadura Militar (Brasil-1964/1974)*. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- SANTOS, Theóphilo de Azeredo. Discurso de posse no Instituto dos Advogados Brasileiros. *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, Ano VI, n. 16, p. 13-20. Disponível em: <<http://www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-3051.pdf>>. Acesso em: 19/jun/2014.
- SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil – v. III: Século XX*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- _____. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set-dez/2008.
- SEGRILLO, Angelo. URSS: coerção e consenso no estilo soviético. In: ROLLEMBERG,

REFERÊNCIAS

Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. v. I - Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda. A educação na revista A Defesa Nacional: 1913-1945. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas/SP, n. 55, p. 149-167, mar/2014.

_____. *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. 238 f. Tese - Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SERRANO, José. *Atcon e a universidade brasileira*. Rio de Janeiro: 1974.

SILVA, Juremir Machado da. *1964: Golpe Midiático-Civil-Militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Michel Goulart da. Modernização e cultura política nos ciclos de estudos da ADESG em Santa Catarina (1970-75). *História e-História*, v. 21/03, p. 1-13, 2013.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Nova et Vetera; 5).

SIMIS, Anita. *Estado e Cinema no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008;

SINGER, André et. al. (orgs.). *No Planalto, com a Imprensa: entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes – de JK a Lula*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana; Brasília: Secretaria de Imprensa/Presidência da República, 2010.

SOARES, Gláucio; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SOUZA, José I. de M. Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 43-62, Editora UFPR, 2003.

SOUZA, Maria Inez Salgado. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 64*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

SOUZA, Miliandre Garcia de. *“Ou vocês mudam ou acabam”*: teatro e censura na Ditadura Militar (1964-1985). 420 f. Tese – Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIAS

- _____. *Do Arena ao CPC: o debate em torno da arte engajada no Brasil (1959-1964)*. 228 f. Dissertação – Mestrado em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR. Curitiba, 2002.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Trad. Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SUMÁRIOS do setor político nacional*, de 6 a 8/dez/1968, do Serviço de Informações do Departamento de Operações do DPF (SI/DO/DPF) ao MEC. AHRs/ATD.
- TAVARES, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- TAYLOR, Philip M. *Munitions of the mind: a history of propaganda from the ancient world to the present era*. 3. ed. Manchester; New York: Manchester University Press, 2003.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Oficinas da História; 7).
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 19, p.27-48, 2004.
- TOMAIM, Cássio dos Santos. *“Janela da Alma”*: Cinejornal e Estado Novo – Fragmentos de um Discurso Totalitário. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. As imagens das multidões nos cinejornais de Primeiro de Maio do Estado Novo. *História Social*, Campinas/SP, N. 11, p. 41-74, 2005.
- TORTURA NUNCA MAIS RJ. *Mortos e desaparecidos*. Disponível em: <www.torturanuncamais-rj.org.br>. Acesso em: 07/fev/2013.
- TV TUPI. *Telejornal Edição Extra*, 07/ago/1964, Noticiário Geral. Cbr/BCC/Tupi, série Roteiros de Telejornalismo.
- UFPB. *Reitores*. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/node/38>>. Acesso em: 25/mar/2014.
- UFPE. *Estudo de Problemas Brasileiros*. Recife: Imprensa Universitária, 1971. UFPR/BCHE.

REFERÊNCIAS

Introdução.

_____. *Estudo de Problemas Brasileiros - v. 2*. Recife: Editora Universitária, 1973. UFPR/BCHE.

UFRGS. CEIS. *Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária, 21/mai/1964*. p. 9-10. UCS/CEDOC/LTM.

_____. *Atas da Comissão Especial de Investigação Sumária, 1964*. UCS/CEDOC/LTM.

_____. Reitoria. *Portaria nº 07/71*. 06/jan/1971. UFRGS/MU/CEUE.

_____. *Relação de reitores*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/relacao-de-reitores>>. Acesso em: 29/jul/2014.

UFRJ. *Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão - 1966 a 1969*. Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=EX_REIT_RACMA>. Acesso em: 02/ago/2014.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Setor Rio Grande do Sul. *Denúncia*. Porto Alegre, s/d [1971?]. UFRGS/MU/CEUE.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Assessoria para Assuntos Especiais. *Processo nº 007652*. Do Chefe da AAE, Joselito Eduardo Sampaio, ao vice-reitor, sobre “incidente no Restaurante Universitário envolvendo estudantes”. 07/julho/1972. BR-AN-BSB-AA1, pasta AGR-109.

_____. Gabinete do Reitor. *Ofício FUB Confidencial nº 014/71*. 17/jun/1971. BR-AN-BSB-AA1, pasta AGR-082.

_____. Gabinete do Reitor. *Ofício FUB Confidencial nº 05/71*. 27/fev/1971. De José Carlos de Almeida Azevedo, vice-reitor no exercício da reitoria da UnB, para Pedro Vercillo, Diretor da DSI/MEC. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-012.

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. *A instituição*. Disponível em: <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=445&Itemid=1219>. Acesso em: 21/out/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Antônio de Souza Sobrinho*. Disponível em: <<https://www.ufpb.br/content/ant%C3%B4nio-de-souza-sobrinho>>. Acesso em: 25/mar/2014.

_____. Assessoria Especial de Segurança e Informações. *Ofício nº 172/AESI/UFPB*, de 25/maio/1971, do chefe da AESI/UFPB, Prof. Luna de Carvalho, para Amadeu Cury, reitor da UnB, encaminhando regimento interno da AESI/UFPB. BR-AN-BSB-AA1, pasta ASR-012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ. *Histórico e atualidades*. Disponível em:

REFERÊNCIAS

<<http://www.unifei.edu.br/diversos/a-unifei>>. Acesso em: 25/mar/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Fórum de Ciência e Cultura. *Palestra proferida pelo Cel. Germano Seidl Vidal, no Curso de Atualização para Estudo de Problemas Brasileiros, em 21/out/1971, sobre Segurança Nacional*. Datiloscrito, 51 f. UFRJ/FCC/BPC/EPB.

_____. Fórum de Ciência e Cultura. *Palestra proferida pelo Ministro do Interior, Gen. José Costa Cavalcanti, no Curso de Atualização para Estudo de Problemas Brasileiros, em 11/jun/1971*. Datiloscrito, 24 f. UFRJ/FCC/BPC/EPB.

VARGAS, Índio Brum. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 2. ed. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981. (Edições do Pasquim; 78).

VIEIRA, Cleber Santos. *Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros: prefácios cívicos e impressos escolares no Brasil republicano*. 287 f. Tese – Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

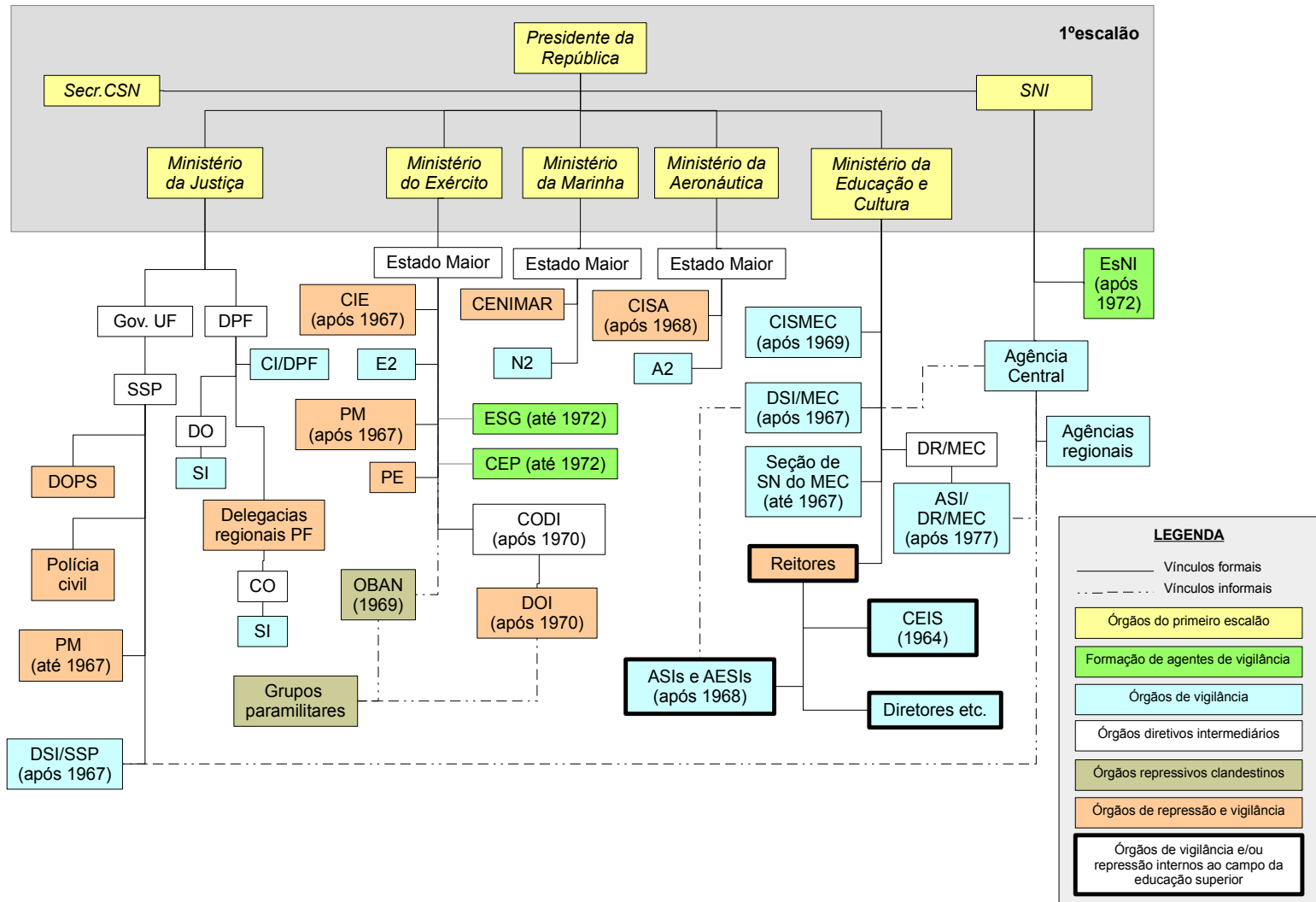
WINTER, Gilberto R. Baú de recordações. *Foto: Colégio 25 de Julho/Novo Hamburgo [1972]*. Disponível em: <<http://www.bauderecordacoes.com.br/foto.php?id=13>>. Acesso em: 01/ago/2014.

WOCHENSCHAU Archiv. Disponível em: <<http://www.wochenschau-archiv.de/>>. Acesso em: 22/mar/2013.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

APÊNDICES

A – ESTRUTURAS DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO



B – AGÊNCIA NACIONAL - BOLETINS DIÁRIOS À IMPRENSA

Identificação				Núcleos de sentido	Categorias					
Lata	Ano	Mês	Dia		Notícia	1	2	3	4	5
393	1964	Jun	18	Núcleos de transporte, administração e material em Brasília	Divulgação de ações do MEC		x			
393	1964	Jun	19	Campanha da Merenda Escolar institui curso de treinamento	interventores estariam melhorando situação da educação		x			
393	1964	Jun	21	Recebido entusiasticamente no Crato (Ceará) o Presidente Castello Branco	participação de membros do governo em solenidades		x			
393	1964	Jun	22	O ministro Roberto Campos no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso	construção de imagem positiva para regime no exterior		x			
393	1964	Jun	22	Carinhosa evocação do Presidente Castello Branco ao receber a Medalha da Abolição	divulgação de concessões de honrarias a membros do governo		x			
393	1964	Jun	22	Entrevista coletiva do Presidente da República à imprensa em Fortaleza	subversão e desenvolvimento; defesa das punições de prisão	x				
393	1964	Jun	22	Notícias do Juizado de Menores: Juizado vai orientar campanha educativa de espetáculos	censura			x		
393	1964	Jun	23	Visita do Presidente da República ao Ceará: discurso do Presidente da República na Universidade do Ceará	mito da Revolução Democrática (educação antes do golpe estaria mal e evitada de subversão); ideia de que alguns professores fazem proselitismo e de que alguns estudantes seriam "inocentes úteis" nas mãos dos "subversivos".	x	x			
393	1964	Jun	23	Visita do Presidente da República ao Ceará: homenageado o Presidente Castello Branco pela Universidade do Ceará	homenagem de IES ao ditador e atenção dada pelo grupo no poder à edu.sup.		x			
393	1964	Jun	23	Visita do Presidente da República ao Ceará: inaugurado o Banco do Estado	participação de membros do governo em solenidades					x
393	1964	Jun	24	Comunismo e corrupção no IPASE: entrevista coletiva do encarregado do inquérito policial-militar que se processou na autarquia	subversão, corrupção e infiltração comunista	x				
393	1964	Jun	25	Merenda escolar dá mais leite para Guanabara e estado do Rio	interventores estariam melhorando situação da educação		x			
393	1964	Jun	25	Empresas estudam segurança nacional	relação FFAA e empresários; formação de intelectuais pró-regime via ADESG				x	
393	1964	Jun	26	Mensagem do Presidente Castello Branco ao Congresso sugerindo emenda à Constituição	noção de subversão extravasava usos políticos, sendo usada até em discursos sobre economia	x				
393	1964	Jun	29	A diligência policial na Casa do Estudante do Brasil: esclarecimento da Diretoria daquela fundação acerca do fato	subversão	x				
393	1964	Jun	30	CFE inicia 7ª plenária com quatro importantes temas	imagem positiva do regime		x			
399	1964	Out	1	Abertura das aulas do curso da ECEMAR	subversão	x				
399	1964	Out	1	Diplomados 110 alunos dos cursos de Administração e Gerência	general dentre os formandos				x	
399	1964	Out	1	Comemoração do dia do professor	defesa do patriotismo como valor positivo				x	
399	1964	Out	1	Convênio entre a Universidade do Brasil e a Santa Casa	divulgação de mudanças em IES					x

Identificação					Núcleos de sentido	Categorias				
Lata	Ano	Mês	Dia	Notícia		1	2	3	4	5
399	1964	Out	3	Instala-se domingo a 1ª Semana Latino-Americana de Agricultura e Alimentação	Participação em atividades acadêmicas por membros do governo		x			
399	1964	Out	5	Escola de Arquitetura do Ceará	divulgação de investimento do governo em edu.sup.		x			
399	1964	Out	5	Ministro reafirmou a confiança do governo no Conselho Federal de Educação	construção de imagem de Suplicy como direta e profundamente envolvido com ensino superior		x			
399	1964	Out	5	Comissão Geral de Investigações	subversão; IPMs; estigma (exposição de perseguidos na imprensa)	x		x		
399	1964	Out	6	MEC exige de seus serviços rigorosa prestação de contas	mito da Revolução Democrática (educação antes do golpe estaria mal e evitada de subversão); construção da imagem de governo contra corrupção	x	x			
399	1964	Out	6	Quinto fórum nacional de reitores começa sexta-feira	construção de imagem de Suplicy como direta e profundamente envolvido com ensino superior; Divulgação de ações do CRUB		x			
399	1964	Out	8	Aposentadorias e demissões	divulgação de atos punitivos, gerando estigmas para punidos e exemplaridade da punição (atemorização); expurgos de professores e de funcionários também			x		
399	1964	Out	9	Instalado o quinto Fórum Nacional de Reitores	comunismo e usos 'subversivos' da educação superior; crítica à Reforma Universitária buscada antes do golpe; estudantes caracterizados como "inocentes úteis" no apoio à ref. Universitária de Jango; influência 'subversiva' estrangeira; investimento em pesquisa e áreas prioritárias para investimento	x	x			
399	1964	Out	10	Discurso do Presidente da República no Forum de Reitores	universidade como locus de formação de "consciência democrática" (o que no contexto excluía as perspectivas de esquerda e qualquer crítica ao capitalismo); presença de SUBVERSÃO no ME.	x	x			
399	1964	Out	10	O dia do presidente	Participação em atividades acadêmicas por membros do gov.		x			
399	1964	Out	10	Aposentadorias, dispensas e demissões	punições			x		
399	1964	Out	12	Orçamentos de entidades paraestatais e autárquicas que exerçam arrecadação serão submetidas ao Presidente da República	construção da imagem de governo contra corrupção		x			
399	1964	Out	12	Não tiveram atuação subversiva	subversão	x				
399	1964	Out	13	Solenidade na Universidade de Brasília	construção de imagem positiva para regime no exterior		x			
399	1964	Out	15	Jornalistas deturparam informações do advogado	defesa do regime contra acusações de práticas de tortura por agentes de Estado		x			
399	1964	Out	15	Censo escolar no Brasil será feito por 80 mil professores	censo escolar					x

Identificação					Núcleos de sentido	Categorias				
Lata	Ano	Mês	Dia	Notícia		1	2	3	4	5
399	1964	Out	15	Novo comandante	mudanças em direções e comandos					x
410	1965	Jun	1	V Colóquio Brasileiro de Matemática: reunir-se-á em Poços de Caldas, de 4 a 24 de julho	promoção da pesquisa por órgãos públicos		x			
410	1965	Jun	1	Convênio com a Guanabara para dinamizar artes industriais	Divulgação de ações do MEC		x			
410	1965	Jun	1	Dentistas estudantes do sul virão ao Rio para Congresso de Odontologia	reforço de determinados comportamentos, considerados adequados para os estudantes				x	
410	1965	Jun	2	Pensão especial aos cassados e demitidos pelo Ato Institucional	divulgação de normas (prática tradicional) e, ao mesmo tempo, reforço da imagem de autoridade do Executivo diante do Legislativo.		x			
410	1965	Jun	2	34º aniversário do Correio Aéreo Nacional: fator para desenvolver a cultura e o progresso	imagem de que governo estava desenvolvendo o país		x			
410	1965	Jun	3	Inauguração do V Colóquio Brasileiro de Matemática	divulgação de atividades acadêmicas					x
410	1965	Jun	4	Catedráticos de todo o país virão ao Rio para congressos de Odontologia	divulgação de atividades acadêmicas					x
410	1965	Jun	7	Liga da Defesa Nacional comemora centenário da Batalha de Riachuelo	nacionalismo				x	
410	1965	Jun	8	Alterados os valores das bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Pesquisas	divulgação de investimentos em pesquisa		x			
410	1965	Jun	8	Medicina militar realizará congresso pan-americano	proibição de manifestações políticas; presença da noção de subversão em pesquisas científicas militares	x		x		
410	1965	Jun	9	Ministro da Educação aos reitores de todo o país: 'Não é possível que um estudante brasileiro tenha, em cada ano, seis meses de lazeres, por conta de uma sociedade pobre'	novas leis para edu.sup.					x
410	1965	Jun	10	Lei que dispõe sobre órgãos estudantis será integral e rigorosamente cumprida	reafirmação da efetividade das normas punitivas (no caso, Lei Suplicy); ideia de que maioria dos estudantes seria desviada por minoria 'subversiva'; associação da ideia de democracia com o regime então em vigor; defesa do patriotismo como valor positivo.	x	x	x	x	
410	1965	Jun	10	Articulado pelo MEC um programa de treinamento de quase dez mil professores	Divulgação de ações do MEC		x			
410	1965	Jun	10	MEC convoca inspetores seccionais para reunião na Guanabara	Divulgação de ações do MEC		x			
410	1965	Jun	14	MEC distribuirá dez milhões de cadernos	investimento em educação pelo governo		x			
410	1965	Jun	14	Redução dos cursos superiores será regulamentada	novas leis para edu.sup.					x
410	1965	Jun	15	Seminário vai analisar ensino de jornalismo e meios de informação coletiva	divulgação de atividades acadêmicas					x

Identificação				Núcleos de sentido	Categorias					
Lata	Ano	Mês	Dia		Notícia	1	2	3	4	5
419	1965	Nov	16	Posse, na Reitoria da Universidade do Estado da Guanabara, do Prof. Luiz Emidio de Melo Filho, na cadeira de Botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	divulgação de atividades acadêmicas					x
419	1965	Nov	17	Casa do Bem Estar do Menor ganha alimentação escolar	investimento em educação pelo governo		x			
419	1965	Nov	18	Censo escolar nacional apresentará inúmeros resultados surpreendentes	divulgação de ações governamentais		x			
419	1965	Nov	18	Restaurante do Calabouço será reaberto	Divulgação de ações do MEC		x			
419	1965	Nov	18	Secretário de Geografia regressa da Europa	Divulgação de ações do MEC		x			
419	1965	Nov	18	Campanha de Assistência ao Estudante	novas leis para edu.sup.					x
419	1965	Nov	18	Cartões de identidade pelo MEC	novas leis para edu.sup.					x
419	1965	Nov	20	Lançada a pedra fundamental do primeiro Centro Federal de Educação e Cultura	investimento em educação pelo governo		x			
419	1965	Nov	24	O problema habitacional brasileiro: conferência da prof. Sandra Cavalcanti na Faculdade Nacional de Arquitetura	divulgação de atividades acadêmicas e ações governamentais (no caso, na área de habitação)		x			
419	1965	Nov	26	Curso intensivo de genética humana	divulgação de atividades acadêmicas					x
419	1965	Nov	26	Cândido Mendes realizará vestibular revolucionário em 1966	modelo atual de vestibular (com múltipla escolha e folha ótica) é utilizado de maneira pioneira					x
419	1965	Nov	29	Mensagem ao povo brasileiro no Dia da Família	espaço privilegiado para disseminação de valores considerados como positivos pelo regime		x			
430	1966	Ago	1	Comemorou o seu 37º aniversário o Colégio Brasileiro de Cirurgiões	divulgação de eventos acadêmicos					x
430	1966	Ago	1	Desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia propiciará criação de uma escola de Sociologia	divulgação de mudanças em IES					x
430	1966	Ago	2	CAPES entrega nove bilhões para aperfeiçoar pessoal de nível superior	investimento em educação superior pelo governo		x			
430	1966	Ago	3	Educação terá quase um trilhão para aplicar em seus programas de 1967	investimento em educação superior pelo governo		x			
430	1966	Ago	3	A direção do IPÊS congratula-se com a Companhia Vale do Rio Doce	divulgação de órgãos como o IPÊS (apoios civis do regime)		x			
430	1966	Ago	4	Colégio Pedro II: banca do concurso para a cátedra de Física	divulgação de atividades acadêmicas					x
430	1966	Ago	5	Qualificação de indiciados em IPM por subversão	subversão	x				
430	1966	Ago	8	MEC solicita cooperação do CFE para anteprojeto sobre Reforma Universitária	Divulgação de ações do MEC		x			
430	1966	Ago	9	Palestra sobre reforma tributária no IPÊS	divulgação de órgãos como o IPÊS (apoios civis do regime)		x			
430	1966	Ago	12	MEC tem quatro metas para expandir o ensino de Química	Divulgação de ações do MEC; investimento em educação superior pelo governo		x			
445	1967	Mai	18	Justiça Militar exclui dois professores de processo	subversão	x				

Lata	Ano	Mês	Dia	Identificação	Núcleos de sentido	Categorias					
				Notícia		1	2	3	4	5	
445	1967	Mai	18	Quase meio século ensinando e pesquisando Química no Brasil: homenageado no CNPq o prof. Otto Rothe que encerra suas atividades oficiais aos 80 anos de idade	divulgação de atividades acadêmicas						x
445	1967	Mai	18	Universidade Fluminense inicia atividades de extensão cultural	divulgação de atividades acadêmicas						x
445	1967	Mai	19	Ministro da Educação visitou o Conselho Federal de Cultura	investimento em educação pelo governo; divulgação de ações do MEC		x				
445	1967	Mai	19	Bases para reestruturação da universidade moderna	Divulgação de ações do CRUB		x				
445	1967	Mai	19	A Revista MEC em circulação	Divulgação de ações do MEC		x				
445	1967	Mai	24	Campanha em favor do menor vai ser lançada em junho	divulgação de ações de órgãos da sociedade civil consideradas positivas pela AN						x
445	1967	Mai	29	STM manda trancar processo contra 19 estudantes do Ceará	subversão	x					
445	1967	Mai	30	Universidade de São Paulo vai receber navio oceanográfico	investimento em pesquisa pelo governo		x				
445	1967	Mai	30	Empossado o reitor da Universidade Federal do Paraná	divulgação de atividades acadêmicas						x
474	1968	Dez	16	MEC firma convênio com entidades culturais	Divulgação de ações do MEC; investimento em educação pelo governo		x				
474	1968	Dez	17	Encerrado curso de Altos Estudos no MEC	divulgação de atividades acadêmicas						x
474	1968	Dez	18	MEC autoriza pagamentos da ordem de novecentos mil cruzeiros novos por matrícula de excedentes	excedentes; investimento em educação pelo governo		x				
474	1968	Dez	18	Solidariedade de governadores ao Presidente da República	Tentativa de construção de imagem de paz no conturbado contexto pós-AI-5 e apoio ao governo		x				
474	1968	Dez	18	O Chefe de Governo presidiu a diplomação da turma de estagiários de 1968 da ESG	divulgação de concessões de honrarias a membros do governo;		x				
474	1968	Dez	19	Cumprimentos ao Ministro Gama e Silva	apoio ao governo após AI-5		x				
474	1968	Dez	21	Magalhães Pinto lembra que poderes especiais revitalizam a Revolução	mito da Revolução Democrática; uso da noção de povo	x					
474	1968	Dez	27	A Universidade do Ceará recebe do BID	investimento em educação pelo governo		x				
474	1968	Dez	30	Reunião do Conselho de Segurança Nacional	AI-5			x			
474	1968	Dez	30	Nota oficial do Conselho de Segurança Nacional	primeiros expurgos baseados no AI-5; divulgação (amedrontamento e estigma).			x			
474	1968	Dez	30	Constituída a Comissão Geral de Investigações	CGI			x			
474	1968	Dez	31	A palavra do presidente na última noite de 1968	mito da Revolução Democrática (o mito não tratava apenas do golpe, mas também da afirmação de que regime era democrático)	x	x				
461	1968	Mai	16	Reforma administrativa dinamizará programas da educação	Divulgação de ações do MEC		x				
461	1968	Mai	18	Cultura para jovens	divulgação de atividades culturais						x
461	1968	Mai	19	Gama e Silva será doutor na Espanha	divulgação de concessões de honrarias a membros do governo		x				

Identificação				Núcleos de sentido	Categorias					
Lata	Ano	Mês	Dia		Notícia	1	2	3	4	5
461	1968	Mai	20	Ministro da Educação acelera Reforma Administrativa	Divulgação de ações do MEC		x			
461	1968	Mai	21	Justiça Militar decreta prisão preventiva por subversão	subversão	x				
461	1968	Mai	22	Nota oficial do MEC sobre o convênio com o BID	Divulgação de ações do MEC; investimento em educação pelo governo		x			
461	1968	Mai	23	MEC reabre prazo para concessão de bolsas de alimentação	Divulgação de ações do MEC; investimento em educação pelo governo		x			
461	1968	Mai	24	Promotor militar denuncia 28 pessoas por subversão	subversão	x				
461	1968	Mai	24	Habeas corpus	subversão	x				
461	1968	Mai	25	Nota de censura sobre a peça Relações Humanas	uso da Agência Nacional para combater ações de resistência no teatro que escapavam à censura			x		
461	1968	Mai	27	Reforma administrativa no MEC	Divulgação de ações do MEC; investimento em educação pelo governo		x			
461	1968	Mai	27	Ministro Gama e Silva é homenageado na Espanha	divulgação de concessões de honrarias a membros do governo; construção de imagem positiva para regime no exterior		x			
461	1968	Mai	27	Presidente da República será patrono de formandos da Universidade Gama Filho	construção de imagem de Costa e Silva como aberto ao diálogo com estudantes; divulgação de concessões de honrarias a membros do governo;		x			
461	1968	Mai	27	Primeira Conferência Nacional de Estatística prepara censo de 1970	divulgação de atividades acadêmicas					x
461	1968	Mai	29	Ultrapassam US\$ 3 bilhões os capitais estrangeiros aplicados no Brasil em 1967	investimento em educação pelo governo		x			
461	1968	Mai	29	Ministro Tarso Dutra visitou o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	construção de imagem de Tarso Dutra como direta e profundamente envolvido com pesquisa		x			
461	1968	Mai	29	Na Faculdade de Odontologia	construção de imagem de Tarso Dutra como direta e profundamente envolvido com ensino superior		x			
461	1968	Mai	31	Brasileiros estudam na Espanha	divulgação de atividades acadêmicas					x
487	1969	Ago	15	Alagoas inovará vestibular	Divulgação de inovações na edu.sup.		x			
487	1969	Ago	15	Novo secretário geral do MEC	Divulgação de ações do MEC;		x			
487	1969	Ago	15	Decretos assinados	Divulgação de ações do MEC; Participação em atividades acadêmicas por membros do governo		x			
487	1969	Ago	15	Gama e Silva em Uberlândia	AI-5			x		
487	1969	Ago	15	Reforma da constituição	punições e intervenções			x		
487	1969	Ago	18	Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	desenvolvimento da edu.sup		x			
487	1969	Ago	19	MEC libera recursos	investimento em educação pelo governo		x			
487	1969	Ago	19	Dia do Folclore	Nacionalismo; dia instituído em 1963 (aproveitamento em campanha nacionalista)				x	
487	1969	Ago	20	Peritos da comissão MEC-BID visitam universidades	investimento em educação pelo governo		x			

Identificação					Núcleos de sentido	Categorias				
Lata	Ano	Mês	Dia	Notícia		1	2	3	4	5
487	1969	Ago	21	Decretos assinados	punições (divulgação análoga à dos expurgados da edu.sup.)			x		
487	1969	Ago	22	Bolsas de estudo da OEA para curso na Venezuela	investimento em educação pelo governo		x			
487	1969	Ago	22	Curso de Hidrologia na Itália	investimento em educação pelo governo		x			
487	1969	Ago	22	Conferência Nacional de Educação	Divulgação de ações do MEC;		x			
487	1969	Ago	22	Presidente da Federação de Escolas da Guanabara	mudanças em direções e comandos					x
487	1969	Ago	27	Universidade leva ciência e tecnologia a Roraima	interiorização da edu.sup.		x			
487	1969	Ago	27	Licença para realizar expedições científicas	filtro via fiscalização de atividades de campo (vigilância e incentivo à autocensura)			x		
487	1969	Ago	28	Fundação Regional Universitária de Blumenau	investimento em educação pelo governo		x			
487	1969	Ago	28	Reitor visitará campus de Roraima	interiorização da edu.sup.		x			
493	1969	Dez	1	Primeiro Simpósio de Ensino	divulgação de atividades acadêmicas					x
493	1969	Dez	2	PUC terá moderno centro de computação	investimento em educação pelo governo		x			
493	1969	Dez	4	Sesquicentenário da Independência	Divulgação de ações do MEC		x			
493	1969	Dez	4	Viçosa terá maior biblioteca especializada do continente	investimento em educação pelo governo		x			
493	1969	Dez	4	ESG: Diplomação da turma Visconde do Rio Branco	divulgação de concessões de honrarias a membros do governo		x			
493	1969	Dez	4	Justiça Militar absolve estudante	subversão	x				
493	1969	Dez	8	MEC aplicou mais de NCR\$ 6 milhões no Programa GOT em quatro anos	investimento em educação pelo governo		x			
493	1969	Dez	12	Amparo ao ensino agrícola superior	investimento em educação pelo governo		x			
493	1969	Dez	12	Marinha encerra Operação Juventude	construção de imagem positiva das FFAA		x			
493	1969	Dez	12	Bibliotecas centrais nas universidades	investimento em educação pelo governo		x			
493	1969	Dez	13	Desenvolvimento e segurança	divulgação de atividades acadêmicas					x
493	1969	Dez	16	Reestrutura Universidade Federal do Pará	Divulgação de ações do MEC		x			
493	1969	Dez	16	Simpósio sobre ensino	divulgação de atividades acadêmicas					x
493	1969	Dez	23	Economistas de 1969	homenagens a membros do governo		x			
493	1969	Dez	23	Justiça Militar condena estudante	punições			x		
493	1969	Dez	24	Mensagem de Natal do Presidente Médici	incentivo à conciliação e aceitação do regime				x	
493	1969	Dez	24	Mensagem do Ministro do Exército	incentivo à conciliação e aceitação do regime				x	
493	1969	Dez	27	Visita do Ministro da Educação	subversão; participação de membros do governo em solenidades	x	x			
493	1969	Dez	30	Programa experimental de alfabetização do MEC	Divulgação de ações do MEC		x			
TOTAIS:										
notícias analisadas								154		
núcleos de sentido identificados (geral)								165		
núcleos de sentido identificados (por categoria)						23	89	15	9	29
núcleos de sentido identificados (% por categoria)						13,9	53,9	9,1	5,5	17,6

C – AGÊNCIA NACIONAL - CINEJOURNAIS

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Atualidades	47	1964	6'55"	Face da nova Guanabara	[Preparativos para comemoração do 4º centenário de fundação da cidade: construção do viaduto Lobo Júnior, ligando o centro à Leopoldina; construção de via ligando a Avenida dos Democráticos à Ilha do Fundão; dragagem e recuperação da Praia de Botafogo; Túnel Catumbi-Laranjeiras]	investimento em educação superior	
Atualidades	47	1964	6'55"	Novo ministério	[Presidente Castelo Branco dá posse ao seu primeiro ministério. Presença, entre outros, do ministro da Justiça Milton Campos, do chefe do gabinete militar Ernesto Geisel, e do chefe do gabinete civil, Viana Filho]		
Atualidades	47	1964	6'55"	Nova direção da Agência Nacional	[Posse do nosso diretor, gen. Otávio Alves Velho, e de seus auxiliares Manuel Caetano Bandeira de Melo, na área de imprensa, Sérvulo de Mello, na área de cinema, além de técnicos administrativos].		
Atualidades	47	1964	6'55"	Heróis da FAB	[no monumento aos pracinhas, no Aterro do Flamengo, militares da aeronáutica depositam flores no 19º aniversário do fim da 2ª Guerra Mundial. Presença do brigadeiro Henrique Fleiuss. Data: 08/maio]		
Atualidades	47	1964	6'55"	Primeira reunião ministerial	[Presidente Castelo Branco preside reunião de seu ministério, no Palácio do Planalto]		
Atualidades	47	1964	6'55"	Liberdade, sempre liberdade	[Presidente Castelo Branco visita Ouro Preto [MG], nas comemorações do Dia de Tiradentes; assiste desfile estudantil e de atletas. Presença do governador Magalhães Pinto]		
Atualidades	49	1964	6'07"	Conferência interamericana	[Presidente Castelo Branco cumprimenta representantes de outras nações]		
Atualidades	49	1964	6'07"	Novos aspirantes navais	[Juramento e entrega de espadins]		
Atualidades	49	1964	6'07"	Secretário de imprensa	[Posse de José Wamberto]		
Atualidades	49	1964	6'07"	Aniversário do colégio militar	[Condecoração, desfile da cavalaria; apresentação de ginástica, etc]		
Atualidades	49	1964	6'07"	Uberaba e suas riquezas	[Presidente Castelo Branco visita a cidade e assiste exposição de gado bovino]		
Atualidades	49	1964	6'07"	Dia da vitória	[Presidente Castelo Branco em solenidade no Monumento aos Mortos da 2ª Guerra, no Rio de Janeiro]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Atualidades	51	1964	7'43"	Brasil-alemanha	[Presidente da Alemanha, Heinrich Lubke, oferece banquete ao presidente Castelo Branco, no Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Aniversário da polícia militar	[Entrega de espadins aos cadetes, no encerramento da semana comemorativa do evento]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Brasil-estados unidos	[Representantes dos governos brasileiro e norteamericano firmam documento que estabelece empréstimo para o Brasil, dentro dos objetivos da Aliança para o Progresso, na sede do BNDE, no Rio de Janeiro]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Condecorando o presidente castelo branco	[com as grã-cruzes e respectivos diplomas das Ordens do Mérito Naval, Militar e Aeronáutico, e do Rio Branco; presentes os ministros Ernesto Geisel, Costa e Silva e Melo Batista]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Turismo das américas	[Delegação argentina homenageia os participantes do 7º Congresso de Turismo, no Itanhangá Golf Club, no Rio de Janeiro]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Entrevista coletiva	[do Presidente Castelo Branco, versando sobre medidas democráticas de seu governo; presentes os ministros Ernesto Geisel e Luís Viana Filho]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Prefeito de brasilia	[Ministro Milton Campos dá posse ao prefeito Plínio Cantanhede]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Escritor adonias filho na agencia nacional	[Cerimônia de posse do novo diretor]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Novos generais	[Solenidade de entrega de espadas aos generais-de-brigada do Exército; presente o ministro Costa e Silva]		
Atualidades	51	1964	7'43"	Rio: iv centenário	[Obras de melhoramentos na cidade, objetivando as celebrações do evento]		
Atualidades	54	1964	10'13"	Energia elétrica	[Evolução tecnológica no Brasil, desde o uso de técnicas rudimentares de produção até a construção da barragem da Usina de Cachoeira Dourada, em Itumbiara, GO]		
Atualidades	55	1964	10'25"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO assiste desfile comemorativo ao 7 de Setembro na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro]		
Atualidades	55	1964	10'25"	Acadêmico afranio coutinho	[ACADÊMICO AFRANIO COUTINHO pronuncia palestra sobre Shakespeare no 4º centenário do nascimento do escritor]		
Atualidades	55	1964	10'25"	Ministro do interior	[MINISTRO DO INTERIOR Cordeiro de Farias visita aldeia indígena no Xingú]		
Atualidades	55	1964	10'25"	Ministro da justiça	[MINISTRO DA JUSTIÇA Milton Campos recebe do ministro do Supremo Tribunal Federal Orozimbo Nonato, o projeto do novo Código Civil Brasileiro]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Atualidades	55	1964	10'25"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe representantes da Confederação Nacional do Comércio]		
Atualidades	55	1964	10'25"	Presidente do senegal	[PRESIDENTE DO SENEGAL Leopoldo Senghor em visita ao Brasil: comparece a sessão solene em sua homenagem, no Congresso Nacional; assina acordos culturais e comerciais com o presidente Castelo Branco, no Palácio do Planalto; é homenageado com banquete no Palácio da Alvorada. No Rio de Janeiro: dá palestra sobre a formação cultural e o atual estágio da sociedade senegalesa; presença da primeira-dama Antonieta Castelo Branco e os militares Ernesto Geisel, Melo Batista e Vasco Leitão da Cunha]		
Atualidades	55	1964	10'25"	Aspectos da vaquejada	[ASPECTOS DA VAQUEJADA no Rio Grande do Norte]		
Atualidades	55	1964	10'25"	Exposição	[EXPOSIÇÃO de artistas de Goiás na Galeria Macunaíma no Rio de Janeiro]		
Atualidades	55	1964	10'25"	Desfile	[DESFILÉ de abertura dos jogos da Primavera no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro]		
Informativo	11	1965	9'14"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita o Ceará: inaugura monumento em homenagem ao centenário do romance Iracema, de José de Alencar, e recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal]	doutor honoris causa	
Informativo	11	1965	9'14"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO inaugura a primeira usina geradora da Sociedade Termelétrica de Capivari, em Tubarão, SC]		
Informativo	11	1965	9'14"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe a comissão técnica e os jogadores de futebol que irão disputar a Copa do Mundo em 1966, no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro; presente o ministro Ernesto Geisel]		
Informativo	11	1965	9'14"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe o embaixador do Paraguai e comitiva; presentes os ministros Ernesto Geisel e Luís Viana Filho]		
Informativo	11	1965	9'14"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe representantes dos clubes cariocas, concorrentes ao título de Miss 4º Centenário do Rio de Janeiro; presentes os ministros Ernesto Geisel e Luís Viana Filho]		
Informativo	11	1965	9'14"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO homenageia o representante do Brasil na Comissão de Navegação Aérea, Antonio Henrique Alves; presentes os ministros Ernesto Geisel e Luís Viana Filho]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	11	1965	9'14"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita o Amazonas: recebe o título de cidadão Benemérito do Amazonas, na Assembléia Legislativa; visita as dependências do Hospital Getúlio Vargas e do Patronato Salesiano Santa Teresinha, presentes o ministro Ernesto Geisel e o governador Artur César Ferreira Reis]		
Informativo	11	1965	9'14"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO participa de missa campal no monumento Rodoviário na Rodovia do Café, PR]		
Informativo	11	1965	9'14"	Caribé	[Exposição das obras do pintor].		
Informativo	29	1966	8'29"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita Santa Maria, RS; inaugura exposição fotográfica; recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal e dá aula inaugural; assiste a desfile militar]	doutor honoris causa	
Informativo	29	1966	8'29"	Semana de educação escolar	[Cerimônia de lançamento]		
Informativo	29	1966	8'29"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO no lançamento ao mar do Cargueiro transoceânico Celestino] [MINISTRO MEM DE SÁ dá posse ao diretor-geral da Agência Nacional, Arnaldo Cavalcanti Lacombe]		
Informativo	29	1966	8'29"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO concede entrevista coletiva à imprensa, sobre as realizações do governo revolucionário; presentes os ministros Ernesto Geisel e Luis Viana Filho]		
Informativo	29	1966	8'29"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO inaugura a 2ª Exposição-feira de Animais e Produtos Derivados, em Curitiba]		
Informativo	29	1966	8'29"	Hospital estadual bento ribeiro	[HOSPITAL ESTADUAL BENTO RIBEIRO, no Rio de Janeiro - Aspectos dos aparelhos e dos serviços de atendimento].		
Informativo	30	1966	7'19"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita o Ceará: inaugura o Açude Engenheiro Arrojado Lisboa, em Quixadá; o serviço de abastecimento de água, em Mecejana; e visita a Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, com a presença do ministro Juarez Távora]	visita de membro do governo a IES	
Informativo	30	1966	7'19"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita o Rio Grande do Norte: inaugura o Açude de Sabugi e um laboratório no Posto de Piscicultura; presentes os ministros Juarez Távora, Ernesto Geisel e o governador Valfredo Gurgel]		
Informativo	30	1966	7'19"	Feb	[FEB - Membros do Clube dos Veteranos desfilam em São João Del Rei, MG]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese¹	núcleos de sentido	
Informativo	30	1966	7'19"	Decio escobar, chefe do estado maior do exercito	[Missa comemorativa ao seu aniversário; presente o ministro Eduardo Gomes]		
Informativo	30	1966	7'19"	Ministro roberto campos	[MINISTRO ROBERTO CAMPOS preside a posse dos membros do IBC; presente o ministro Paulo Egídio]		
Informativo	30	1966	7'19"	Acesita	[Inauguração do retrato (fotografia) do fundador da empresa, João Vieira Macedo]		
Informativo	30	1966	7'19"	Ministro mem de sá	[MINISTRO MEM DE SÁ inaugura quadro com a efigie de Tiradentes, no salão nobre do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro]		
Informativo	30	1966	7'19"	Ministro nei braga	[MINISTRO NEI BRAGA preside reunião dos secretários estaduais de Agricultura]		
Informativo	30	1966	7'19"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO entrega Medalha Nacional do Mérito ao poeta Manuel Bandeira; presentes os ministros Ernesto Geisel e Luis Viana Filho].		
Informativo	31	1966	7'09"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita a Paraíba: participa de uma cerimônia comemorativa ao 1º de maio, em Campina Grande; recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal da Paraíba e visita as instalações do Porto de Cabedelo, com as presenças do ministro Ernesto Geisel e do governador João Agripino]	doutor honoris causa	
Informativo	31	1966	7'09"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita a Bahia: inaugura o Açude Joanes Bolandeira e o Núcleo Colonial Landolfo Alves; presentes os ministros Ernesto Geisel, Juraci Magalhães e o governador Lomanto Júnior]		
Informativo	31	1966	7'09"	Missão industrial portuguesa	[Membros visitam as instalações do BNDE e participam de banquete no late Clube do Rio de Janeiro; presentes os ministros Juraci Magalhães e Roberto Campos]		
Informativo	31	1966	7'09"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita obras de construção do prédio do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília; presente o ministro Juraci Magalhães]		
Informativo	31	1966	7'09"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO inaugura o oleoduto Rio-Belo Horizonte, durante as comemorações do 12º aniversário da Petrobras]		
Informativo	31	1966	7'09"	Ministro mem de sá	[MINISTRO MEM DE SÁ recebe os cumprimentos dos funcionários do ministério da Justiça e Negócios Interiores, pelo seu aniversário]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	31	1966	7'09"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO participa das comemorações do fim da Guerra no Monumento aos Mortos da 2ª Guerra Mundial, no Rio de Janeiro; presente o ministro Costa e Silva].		
Informativo	38	1966	6'41"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita Alagoas: é saudado pelo governador João José Batista Tubino e recebe os títulos de Cidadão Alagoano e de Doutor Honoris Causa; presente o ministro Ernesto Geisel]	doutor honoris causa	
Informativo	38	1966	6'41"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO em Pernambuco: inaugura avenida, conjunto habitacional, hospital e as novas instalações das Faculdades de Química, Farmácia e Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco; presentes o governador Paulo Guerra e o arcebispo Dom Helder Câmara]	investimento em educação superior	
Informativo	38	1966	6'41"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO na Bahia: inaugura a Ponte Ilhéus-Pontal e as instalações do Porto de Malhado; presentes o governador Lomanto Júnior e o ministro Juarez Távora]		
Informativo	38	1966	6'41"	Ministro carlos medeiros	[MINISTRO CARLOS MEDEIROS expõe a parlamentares a situação política do país]		
Informativo	38	1966	6'41"	Bnde	[Sorteio das empresas de participação societária com o Banco, que deverão colocar suas ações à disposição do público]		
Informativo	38	1966	6'41"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO preside solenidade comemorativa do 5º aniversário da Aliança para o Progresso; presente o ministro Roberto Campos]		
Informativo	38	1966	6'41"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe o ante-projeto de reforma da Constituição de 1946, de uma comissão de juristas presidida pelo ministro Carlos Medeiros]		
Informativo	38	1966	6'41"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO discursa no encerramento do 2º Congresso Interamericano de Desenvolvimento e Ciência Regional, no Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro]		
Informativo	38	1966	6'41"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO assiste a cerimônia de entrega de espadins da academia Militar das agulhas Negras, em Rezende, RJ].		
Informativo	41	1966	8'20"	Pedro calmon	[Cerimônia de transmissão do cargo de reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro para o professor Muniz de Aragão]	eventos acadêmicos	
Informativo	41	1966	8'20"	Ministro joão gonçalves de sousa	[MINISTRO JOÃO GONÇALVES DE SOUSA dá palestra sobre as atividades da Sociedade Brasileira de Geografia]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos	

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	41	1966	8'20"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO em Campinas, SP; visita o Instituto Agronômico e lança a pedra fundamental do Instituto de Biologia da UNICAMP; presente o governador Laudo Natel].	visita de membro do governo a IES	investimento em educação superior
Informativo	41	1966	8'20"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO no Amazonas: visita o conjunto residencial da Cooperativa do Amazonas e as instalações da Vila Militar; presentes o ministro Ernesto Geisel e o governador Artur César Ferreira Reis]		
Informativo	41	1966	8'20"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO em Roraima: é saudado pelo governador Dilermano Cunha da Rocha; inaugura o Hospital Coronel Mota e as instalações da Oficina 31 de Março, com a presença do ministro Ernesto Geisel]		
Informativo	41	1966	8'20"	Aço	[Embarque do produto no navio Lloyd-Columbia, para ser exportado para os Estados Unidos] FAIBRAS [FAIBRAS recebe homenagens das Forças Armadas]		
Informativo	41	1966	8'20"	Ministro Luis gonzaga do nascimento e silva	[MINISTRO LUIS GONZAGA DO NASCIMENTO E SILVA preside o convênio entre o BNH e a Companhia Siderúrgica Nacional, referente à construção de moradias para trabalhadores da CSN]		
Informativo	41	1966	8'20"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita a Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto e a representação da Agência Nacional em Brasília; concede entrevista coletiva, com a presença do ministro Ernesto Geisel]		
Informativo	41	1966	8'20"	Costa e silva	[Eleição para presidente da República no Congresso Nacional, em Brasília]		
Informativo	41	1966	8'20"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe senadores e deputados da ARENA]		
Informativo	41	1966	8'20"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe o presidente eleito, bem como parlamentares]		
Informativo	55	1966	6'20"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO visita o Ceará: recebe título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Ceará; inaugura um centro social e um hotel, em Sobral; visita as obras de recuperação da casa de José de Alencar e preside instalação da Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial do Ceará, com a presença do governador Plácido Castelo].	doutor honoris causa	
Informativo	55	1966	6'20"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO preside formatura na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio de Janeiro presente o ministro Eduardo Gomes]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos	

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	55	1966	6'20"	Jose garrido torres, presidente do bnde	[JOSE GARRIDO TORRES, PRESIDENTE DO BNDE, firma contrato de empréstimo com o diretor do USAID] (não era pra educação)		
Informativo	55	1966	6'20"	lbge	[Lançamento do Atlas Nacional do Brasil; presentes o presidente Castelo Branco e o ministro Ernesto Geisel]		
Informativo	55	1966	6'20"	Horacio madureira, diretor do departamento nacional de estradas de ferro	[HORACIO MADUREIRA, DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO, concede entrevista sobre as realizações governamentais no setor de transporte ferroviário; presente o ministro Juarez Távora]		
Informativo	55	1966	6'20"	Conselho nacional de turismo	[Cerimônia de instalação; presente o ministro Paulo Egídio]		
Informativo	55	1966	6'20"	Jardim botânico, no rio de janeiro	[Informações históricas e algumas espécies de plantas]		
Informativo	56	1967	7'01"	Ministro muniz de aragão	[MINISTRO MUNIZ DE ARAGÃO preside solenidade de lançamento do Curso de Orçamento Programado, para técnicos em Universidades]	investimento em educação superior	
Informativo	56	1967	7'01"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO homenageia o governador de Pernambuco, Nilo Coelho; presente o ministro Luís Viana Filho]		
Informativo	56	1967	7'01"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO sanciona lei que prevê financiamento para as obras da Usina de Boa Esperança, PI; presente o ministro Mauro Thibau]		
Informativo	56	1967	7'01"	Medalha do pacificador	[Entrega de medalhas a diversas autoridades civis e militares] PRESIDENTE CASTELO BRANCO		
Informativo	56	1967	7'01"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe credenciais dos embaixadores do Paquistão, Malta e Malásia]		
Informativo	56	1967	7'01"	Presidente castelo branco	[PRESIDENTE CASTELO BRANCO recebe autoridades para a promulgação da Constituição, na Câmara dos Deputados, em Brasília; presentes os ministros Ernesto Geisel, Carlos Medeiros e Raimundo de Brito]		
Informativo	56	1967	7'01"	Constituição	[Solenidade de promulgação, na Câmara dos deputados, em Brasília]		
Informativo	56	1967	7'01"	Ministro juraci magalhães	[MINISTRO JURACI MAGALHÃES preside instalação na Conferência de Chefes de Missões Diplomáticas do Brasil nos Países Limítrofes da Região Norte; presentes o ministro João Gonçalves de Sousa e o governador do Amazonas, Artur César Ferreira Reis]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	56	1967	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA é recebido no aeroporto por autoridades, em regresso de viagem ao Exterior]		
Informativo	60	1967	5'48"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA reúne os reitores das universidades do país]	excedentes	Cooperação entre governo e dirigentes universitários na busca de solução para problemas da edu. sup.
Informativo	60	1967	5'48"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA concede entrevista a David Rockefeller]. MINISTRO DOS TRANSPORTES		
Informativo	60	1967	5'48"	Posse	[POSSE de Mário Neiva na diretoria da Agência Nacional; Presença do ex-diretor Arnaldo Lacombe.		
Informativo	60	1967	5'48"	Posse	[POSSE do ministro do Interior Afonso Albuquerque Lima]		
Informativo	60	1967	5'48"	Posse	[POSSE do presidente do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – Jaime de Sá, presença dos ministros Heitor Beltrão e Delfim Neto].		
Informativo	60	1967	5'48"	Posse	[POSSE de Nei Garcia na presidência do Lloyd Brasileiro, presença do ministro Mário Andreazza]		
Informativo	60	1967	5'48"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA dá entrevista coletiva a imprensa nacional e estrangeira, sobre liberdade de imprensa]		
Informativo	60	1967	5'48"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA é homenageado com almoço pelas entidades representativas do comércio nacional]		
Informativo	60	1967	5'48"	Posse	[POSSE da primeira dama Yolanda Costa e Silva na presidência da LBA – Legião Brasileira de Assistência]		
Informativo	60	1967	5'48"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA comparece à missa campal em Brasília. celebrada pelo arcebispo dom José New ton, em comemoração ao terceiro aniversário da revolução de 1964; assiste desfile militar].		
Informativo	75	1967	7'59"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA preside reunião de reitores e professores de universidades brasileiras]	Cooperação entre governo e dirigentes universitários na busca de solução para problemas da edu. sup.	

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	75	1967	7'59"	Rodovia belém-acre	[Entrega, ao Batalhão Rodoviário, no Quartel do 1º Batalhão de Caçadores, no Rio de Janeiro, de máquinas de terraplenagem para obras rodoviárias]		
Informativo	75	1967	7'59"	Ministro lira tavares	[MINISTRO LIRA TAVARES preside solenidade de entrega de espadas aos generais de brigada recém-promovidos]		
Informativo	75	1967	7'59"	Liga de defesa nacional	[LIGA DE DEFESA NACIONAL promove cerimônia cívica de partida do Fogo Simbólico da Pátria, procedente de Bela Vista, MT, com destino a Porto Alegre, em comemoração aos 100 anos da Retirada da Laguna]		
Informativo	75	1967	7'59"	Academia militar das agulhas negras, em resende, rj	[Cerimônia de entrega de espadins aos cadetes]		
Informativo	75	1967	7'59"	Ministro lira tavares	[MINISTRO LIRA TAVARES assiste ao Grande Prêmio Duque de Caxias, que integra as comemorações da Semana do Exército]		
Informativo	75	1967	7'59"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA condecora a bandeira nacional da Escola de Saúde do Exército, e também a diversos oficiais; presentes os ministros Lira Tavares e Augusto Rademaker]		
Informativo	75	1967	7'59"	Primeira-dama iolanda costa e silva	[PRIMEIRA-DAMA IOLANDA COSTA E SILVA preside sessão solene, comemorativa do 25º aniversário da LBA]		
Informativo	75	1967	7'59"	Dia do soldado	[Missa campal celebrada pelo arcebispo Dom José New ton; condecoração de oficiais e desfile militar]		
Informativo	75	1967	7'59"	Associação rural sul-fluminense	[Governador Jeremias Fontes inaugura a 2ª Exposição Agropecuária, promovida pela associação em Barra do Piraí, RJ].		
Informativo	89	1967	8'33"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA visita o Nordeste: inaugura poço artesiano, as Escolas de Ciências Econômicas e Superior de Agronomia, em Mossoró, RN, com a presença do governador Valfredo Gurgel; paraninfa as turmas da Universidade da Paraíba, em João Pessoa, com as presenças do ministro Jaime Portela e do governador João Agripino]	investimento em educação superior	
Informativo	89	1967	8'33"	Bnde	[BNDE oferece coquetel e almoço a jornalistas]		
Informativo	89	1967	8'33"	Marinha de guerra	[Representantes da imprensa, rádio e televisão são homenageados com passeio de barco na Baía de Guanabara, e visitam o Centro de Instruções da Marinha, na Ilha das Enxadas, no Rio de Janeiro]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	89	1967	8'33"	Agência nacional	[Entrega de terreno para construção de sua futura sede, em Brasília] PRESIDENTE COSTA E SILVA		
Informativo	89	1967	8'33"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA preside formatura dos oficiais da Armada no Clube Naval, no Rio de Janeiro; presente o ministro Augusto Rademaker]		
Informativo	89	1967	8'33"	Arcebispo dom jose new ton	[ARCEBISPO DOM JOSE NEWTON coloca símbolo de ouro na cruz que será erguida na Catedral de Brasília].		
Informativo	96	1968	8'05"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA transfere o governo para o Rio Grande do Sul: é recebido pelo governador Peracchi Barcelos e instala-se no Palácio Piratini, em Porto Alegre; juntamente com o presidente do Uruguai, Pacheco Areco, assiste a desfile militar em Artigas, no Uruguai, e recebe homenagens em Quaraí; recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; visita Taquari e um conjunto residencial em Porto Alegre; inaugura a Rodovia Osório-Torres (Trecho da BR-101), com as presenças da primeira-dama Iolanda Costa e Silva, e dos ministros Jaime Portela, Mário Andreazza, Lira Tavares e Magalhães Pinto]	doutor honoris causa	
Informativo	96	1968	8'05"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA inaugura a segunda etapa de construção da Refinaria Gabriel Passos, em Betim, MG; presente o ministro Magalhães Pinto e o governador Israel Pinheiro]		
Informativo	96	1968	8'05"	Ministro jarbas passarinho	[MINISTRO JARBAS PASSARINHO percorre as áreas atingidas pelas enchentes, em Marabá, PA; presente o governador Alacid Nunes]		
Informativo	96	1968	8'05"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA visita o Paraná: inaugura rodovia ligando Paranaguá a Curitiba, e comparece ao encerramento do 2º Congresso Nacional do Café; presentes os ministros Edmundo de Macedo Soares, Mário Andreazza, Jaime Portela e o governador Paulo Pimentel]		
Informativo	96	1968	8'05"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA participa de almoço comemorativo do 60º aniversário da Associação Brasileira de imprensa, no Rio de Janeiro; presente o governador da Guanabara Negrão de Lima].		
Informativo	104	1968	6'51"	Projeto rondon	[Atuação dos estudantes em Aragarças, GO].	Projeto Rondon	

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	104	1968	6'51"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA entrega diplomas aos oficiais da Marinha, formados pelo Curso de Comando e Estado-Maior; presentes os ministros Lira Tavares, Magalhães Pinto, Márcio de Sousa e Melo, Gama e Silva, Jaime Portela e Augusto Rademaker]		
Informativo	104	1968	6'51"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA condecora Geraldo Campos Freire com a Ordem do Mérito Médico; presentes os ministros Jaime Portela e Leonel Miranda]		
Informativo	104	1968	6'51"	Cesar catanhede, presidente do ibra	[CESAR CATANHEDE, PRESIDENTE DO IBRA, entrega títulos de posse de terras a agricultores, no Distrito de Colonização Santa Cruz, dentro das comemorações aos 150 anos de Itaguaí, RJ]		
Informativo	104	1968	6'51"	Irmandade dorotéia	[Aspectos do 3º Congresso das alunas em Brasília; presente o arcebispo Dom José New ton]		
Informativo	104	1968	6'51"	Cesar catanhede, presidente do ibra	[CESAR CATANHEDE, PRESIDENTE DO IBRA, inaugura posto na Cooperativa Integral do Estado do Rio, e distribui títulos de posse de terras a agricultores de Papucaia, RJ]		
Informativo	104	1968	6'51"	Itaguaí, rj	[Desfile de colegiais em comemoração aos 150 anos da cidade; presente o governador Jeremias Fontes]		
Informativo	108	1968	7'06"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA transfere o governo para o Pará; inaugura as instalações da Universidade Federal do Pará; recebe o título de Doutor Honoris Causa e, no Teatro da Paz, em Belém, preside cerimônia de encerramento da instalação do governo Alacid Nunes]	doutor honoris causa	investimento em educação superior
Informativo	108	1968	7'06"	Ministro lira tavares	[MINISTRO LIRA TAVARES concede entrevista coletiva sobre o papel do exército na atual conjuntura]		
Informativo	108	1968	7'06"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA assina ato para o enquadramento do pessoal do IBC; presente o ministro Edmundo de Macedo Soares]		
Informativo	108	1968	7'06"	Pierre cardin	[Desfile de moda em benefício da LBA, no Palácio dos Arcos, em Brasília; presente a primeira-dama Iolanda Costa e Silva]		
Informativo	108	1968	7'06"	Ministro mario andreazza	[MINISTRO MARIO ANDREAZZA assina o edital de concorrência pública para a construção da Ponte Rio-Niterói]		
Informativo	108	1968	7'06"	Lucio cardoso	[Exposição de quadros do pintor e romancista]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	108	1968	7'06"	Adalberto pereira dos santos, chefe do estado-maior do exercito	[ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS, CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXERCITO, assiste a desfile e condecora militares na solenidade do Dia do Soldado, no Panteão de Caxias, Rio de Janeiro].		
Informativo	123	1968	6'26"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA sanciona lei autorizando empréstimo para conclusão de obras na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro presente o ministro Rondon Pacheco]	investimento em educação superior	
Informativo	123	1968	6'26"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA prestigia formatura de estudantes, no Teatro Alvaro de Carvalho, em Florianópolis; presente o governador Ivo Silveira]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos	
Informativo	123	1968	6'26"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA é patrono da turma de engenheiros operacionais da PUC do Rio de Janeiro]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos	
Informativo	123	1968	6'26"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA participa de missa no Dia Nacional de Ação de Graças, no Palácio da Alvorada, em Brasília; presentes o ministro Gama e Silva e o arcebispo Dom José New ton]		
Informativo	123	1968	6'26"	Confederação nacional de agricultura	[Reunião da diretoria e do Conselho de Representantes, em Brasília]		
Informativo	123	1968	6'26"	Departamento de correios e telegráfos	[Diretor concede entrevista, versando sobre ampliação do Sistema Nacional de Telex]		
Informativo	123	1968	6'26"	Secretaria de agricultura e produção de brasilia	[Desfile, pelas ruas da cidade, de máquinas agrícolas cedidas a ruralistas]		
Informativo	123	1968	6'26"	Bnh	[Entrega de financiamento concedido pelo USAID, destinado à construção de conjunto residencial para trabalhadores em São Bernardo do Campo, SP]		
Informativo	123	1968	6'26"	4º festival de cinema de brasilia	[Aspectos e encerramento]		
Informativo	123	1968	6'26"	Ministro dos Transportes	[Mário Andreazza preside a solenidade de posse do presidente da Comissão de Marinha Mercante, José Celso Guimarães]		
Informativo	123	1968	6'26"	Cooperativa habitacional dos bancários	[Inauguração de conjunto habitacional, construído pela Cooperativa, no Cachambi, Rio de Janeiro]		
Informativo	123	1968	6'26"	lbge	[Inauguração de exposição de trabalhos estatísticos, geográficos e cartográficos, no Hotel Nacional, em Brasília]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido
Informativo	124	1968	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA entrega diplomas aos formandos do Instituto Rio Branco, no Itamarati, em Brasília: presentes os ministros Jaime Portea e Magalhães Pinto]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos
Informativo	124	1968	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA comparece a solenidade de encerramento do ano letivo, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; presentes os ministros Hélio Beltrão e Magalhães Pinto]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos
Informativo	124	1968	7'01"	Ministro mario andreazza	[MINISTRO MARIO ANDREAZZA pronuncia conferência na Semana Oficial do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrônomo]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos
Informativo	124	1968	7'01"	Universidade Gama Filho	Formatura de universitários, Presidente Costa e Silva como patrono	participação de membros do governo em eventos acadêmicos
Informativo	124	1968	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA comparece à formatura de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, RJ]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos
Informativo	124	1968	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA paraninfa formatura de alunos do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis, em Belo Horizonte; presente o ministro Jaime Portela e o governador Israel Pinheiro]	
Informativo	124	1968	7'01"	Semana da marinha	[Competição de barco à vela e natação, em lago de Brasília]	
Informativo	124	1968	7'01"	Antonio gonçalves de oliveira e vitor nunes leal	[Posses como presidente e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, em Brasília]	
Informativo	124	1968	7'01"	Carlos santos e silvio jaguaribe	[Posses como secretários municipais de Brasília]	
Informativo	124	1968	7'01"	Transporte ferroviário	[Chegada do primeiro trem de passageiros a Brasília]	
Informativo	126	1968	6'38"	Projeto rondon	[Embarque de estudantes no navio Barroso Pereira, no Rio de Janeiro, com destino à Amazônia]	Projeto Rondon
Informativo	126	1968	6'38"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA recebe credenciais do embaixador da França; presentes os ministros Rondon Pacheco, Magalhães Pinto e Jaime Portela]	

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	126	1968	6'38"	4º seminário nacional de distribuição de energia elétrica	[4º SEMINÁRIO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, em Brasília]		
Informativo	126	1968	6'38"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA reúne seu ministério no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, RJ, para tratar da contenção dos gastos públicos; presentes os ministros Costa Cavalcanti, Delfim Neto, Ivo Arzua, Márcio de Sousa e Melo e Tarso Dutra]		
Informativo	126	1968	6'38"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA reúne o Conselho de Segurança Nacional no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, RJ; presentes os ministros Leonel Miranda, Ivo Arzua, Magalhães Pinto, Jarbas Passarinho, Albuquerque Lima e Edmundo de Macedo Soares]		
Informativo	126	1968	6'38"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA comparece ao almoço de aniversário de sua turma do Colégio Militar; presente a primeira-dama Iolanda Costa e Silva]		
Informativo	126	1968	6'38"	Ministro gama e silva	[MINISTRO GAMA E SILVA dá posse ao secretário-geral do Ministério da Justiça, Paulo Fernandes Vieira]		
Informativo	126	1968	6'38"	Primeira-dama iolanda costa e silva	[PRIMEIRA-DAMA IOLANDA COSTA E SILVA preside assinatura do convênio entre a LBA e a Campanha Nacional de Alimentação Escolar]		
Informativo	126	1968	6'38"	Ministro mario andreazza	[MINISTRO MARIO ANDREAZZA inaugura trecho da Rodovia BR-116, ligando Russas a Icó, CE]		
Informativo	126	1968	6'38"	Ministro mario andreazza	[MINISTRO MARIO ANDREAZZA visita fábrica de asfalto, instalada em Teresina]		
Informativo	126	1968	6'38"	Santuário de nossa senhora da conceição	[SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, no Engenho Novo, Rio de Janeiro - Informações históricas e acervo de imagens sacras]		
Informativo	128	1969	10'50"	Como nasce uma universidade	[Aspectos da Universidade de Santa Maria, RS].	investimento em educação superior	atividades de ensino, pesquisa e extensão

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	134	1969	7'35"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA transfere o governo para o Paraná: saúda populares, da sacada do Palácio Iguaçu, em Curitiba. Reune-se com seus ministros; inaugura estação de tratamento de água do Rio Iguaçu; recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Paraná; encontra-se com prefeitos paranaenses; inaugura o Tronco Sul de Comunicações, o Centro de Treinamento do Magistério do Paraná e a Ferrovia Lages a Vacaria; visita a Exposição da Indústria Paranaense e assiste a apresentação da dança folclórica; visita a LBA; inaugura a 5ª Exposição-feira de Animais e Produtos Derivados; ministro Gama e Silva visita a sucursal da Agência Nacional; primeira-dama Iolanda Costa e Silva visita a LBA, com as presenças dos ministros Costa Cavalcanti, Tarso Dutra, Jaime Portela e do governador Paulo Pimentel]	doutor honoris causa	
Informativo	136	1969	7'01"	Ministro tarso dutra	[MINISTRO TARSO DUTRA pronuncia conferência em Uberlândia, MG, para membros de faculdades locais]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos	
Informativo	136	1969	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA inaugura as obras da Indústria Petroquímica União S.A., em São Paulo]		
Informativo	136	1969	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA inaugura terminal marítimo da Petrobrás, em São Sebastião, SP; presente o ministro Costa Cavalcanti]		
Informativo	136	1969	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA assiste a desfile de modelos de carros, lançados pelas indústrias automobilísticas implantadas no país]		
Informativo	136	1969	7'01"	Chesf e cemig	[Assinatura de convênio que estabelece a taxa de pagamentos de água fornecida pela Represa de Três Marias, MG]		
Informativo	136	1969	7'01"	Esquadra inglesa	[ESQUADRA INGLESA realiza manobras no Atlântico Sul, assistidas por militares brasileiros]		
Informativo	136	1969	7'01"	Ministro rondon pacheco	[MINISTRO RONDON PACHECO preside solenidade de encerramento da 13ª Exposição Agropecuária, em Uberlândia, MG]		
Informativo	136	1969	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA assiste a desfile do Corpo de Fuzileiros Navais, no Rio de Janeiro; presentes os ministros Augusto Rademaker, Lira Tavares e Márcio de Sousa e Melo]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Informativo	136	1969	7'01"	Presidente costa e silva	[PRESIDENTE COSTA E SILVA visita exposição de fotografias sobre a atualidade brasileira, a bordo do navio Custódio de Melo; presentes os ministros Edmundo de Macedo Soares e Augusto Rademaker]		
Informativo	138	1969	6'54"	Universidade rural do rio de janeiro	[Trabalho desenvolvido pelos estudantes, nas áreas de agronomia, avicultura, pecuária e fruticultura]	atividades de ensino, pesquisa e extensão	
Informativo	138	1969	6'54"	Carlos de morais, presidente do ibra	[CARLOS DE MORAIS, PRESIDENTE DO IBRA, entrega títulos de dívida agrária]		
Informativo	138	1969	6'54"	Ministro costa cavalcanti	[MINISTRO COSTA CAVALCANTI visita a região Centro-Oeste: inaugura hospital para os índios, na Ilha do Bananal, GO; reúne-se com as classes produtoras, em Cuiabá; visita um prédio residencial construído pelo BNH, em Goiânia, e um conjunto habitacional em Itumbiara, GO; assiste a danças indígenas, em Porto Leopoldo, GO, e visita fazenda-modelo de criação de gado]		
Informativo	138	1969	6'54"	Ministro jarbas passarinho	[MINISTRO JARBAS PASSARINHO troca condecorações com o Ministro do Trabalho da Espanha e assina acordo para intercâmbio de trabalhadores entre os respectivos países; presente o ministro Magalhães Pinto]		
Informativo	138	1969	6'54"	Nestor jost, presidente do banco do brasil	[NESTOR JOST, PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL, inaugura centro de saúde da instituição, em Brasília]		
Informativo	147	1969	7'46"	Brasilia, ano ix	[Aspectos da capital federal: prédio, superquadras, Universidade e centros de lazer].	atividades de ensino, pesquisa e extensão	
Brasil Hoje	8	1971	9'33"	Ueg	[Ministro Jarbas Passarinho visita o CEPUEG – Centro de Produção da Universidade do Estado da Guanabara aspectos dos Centros Biomédicos de Tecnologia e Ciências e da Praça de esportes; depoimento do reitor João Lira Filho]	Projeto Rondon	atividades de ensino, pesquisa e extensão
Brasil Hoje	8	1971	9'33"	Caju	[Aspectos da colheita desse fruto, em Fortaleza, presente o governador César Cals]		
Brasil Hoje	8	1971	9'33"	Formula ii	[2ª corrida da temporada, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo]		
Brasil Hoje	8	1971	9'33"	Desfile de estamparias	[Exposição de trabalhos do Centro de Artes da Universidade Federal de Santa Maria, na Galeria Montmartre, no Rio de Janeiro]		
Brasil Hoje	32	1973	7'27"	Empresa brasileira de correios e telegráfos	[EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS realiza exposição de selos]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Brasil Hoje	32	1973	7'27"	2ª exposição internacional de gado nelore	[2ª EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE GADO NELORE, em Goiânia presente o governador Leonino Caiado]		
Brasil Hoje	32	1973	7'27"	Tapeçaria	[TAPEÇARIA – Aspectos do curso ministrado, em grau superior, no Centro de Artes da Universidade de Santa Maria, RS]		
Brasil Hoje	32	1973	7'27"	Dom eugenio sales, cardeal	[DOM EUGENIO SALES, CARDEAL – ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO, celebra missa campal no Santuário de Fátima, em Portugal; presente o presidente Américo Thomás]		
Brasil Hoje	37	1973	7'15"	Presidente médici	[PRESIDENTE MÉDICI inaugura a sede da reitoria da Universidade Federal do Maranhão e recebe o título de Cidadão Maranhense Honorário, no Palácio dos Leões, em São Luís presentes o governador Pedro Neiva e o prefeito Haroldo Tavares]	investimento em educação superior	homenagens a membros do governo
Brasil Hoje	37	1973	7'15"	Santos dumont	[Comemoração do centenário do nascimento do avião, promovida pelos alunos e professores da Escola Técnica Federal do Paraná; vôo da réplica do avião Demoiselle]		
Brasil Hoje	37	1973	7'15"	Emilio gomes e jaime cannet junior	[Cerimônia de posse do governador e do vice-governador do Paraná]		
Brasil Hoje	37	1973	7'15"	Colégio pedro ii	[Concurso promovido pela direção geral, em comemoração ao 9º aniversário da Revolução de 1964; presente o vice-presidente Augusto Rademaker]		
Brasil Hoje	37	1973	7'15"	Parque nacional da bocaina	[PARQUE NACIONAL DA BOCAINA em Bananal, SP – Aspectos da natureza da região]		
Brasil Hoje	99	1975	6'04"	Turismo	[em Nova Friburgo, RJ: aspectos históricos, da Universidade, dos parques e hotéis]	investimento em educação superior [no caso, existência de IES em cidade do interior]	
Brasil Hoje	99	1975	6'04"	Exposição	[da Petrobrás, comemorativa dos 25 anos de atividades da FRONAPE]		
Brasil Hoje	99	1975	6'04"	Arte	[Exposição de telas e ateliê do pintor Grover Chapman]		
Brasil Hoje	100	1975	6'23"	Educação	[Aspectos da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis]	investimento em educação superior	atividades de ensino, pesquisa e extensão

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Brasil Hoje	100	1975	6'23"	Presidente da república	[Ernesto Geisel inaugura a nova unidade da Fundação Tupy, em Joinville, SC, dentro das comemorações do 1º de maio, com as presenças do ministro Arnaldo Prieto e do governador Antônio Carlos Konder Reis; assiste ao Grande Prêmio Presidente da República, no Jockey Club de São Paulo, com as presenças da primeira-dama Luci Geisel e do governador Paulo Egídio]		
Brasil Hoje	100	1975	6'23"	Arte	[Depoimento de Maurício Segall, diretor do Museu Lasar Segal, e exposição de quadros do acervo na Galeria Vernissage, no Rio de Janeiro]		
Brasil Hoje	123	1975	9'26"	Cidade das flores	[Aspectos de Joinville, SC; arquitetura da Universidade Municipal, indústria e tecelagem, exposição de flores e folclore da cidade]	atividades de ensino, pesquisa e extensão	
Brasil Hoje	123	1975	9'26"	Mortos de 35	[Presidente Ernesto Geisel homenageia os mortos da Intentona Comunista, no Mausoléu da Praia Vermelha, Rio de Janeiro]		
Brasil Hoje	123	1975	9'26"	Cinema nacional	[Aspectos do Simpósio Nacional de Ensino de Cinema na Aldeia Arcozelo, em Miguel Pereira, RJ depoimento do cineasta Alberto Cavalcanti; presidente da Embrafilme, Roberto Faria, comparece ao lançamento do Símbolo do Cinema Nacional, criado por Miguel Porto]		
Brasil Hoje	156	1976	8'48"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL na Paraíba: visita a Universidade Federal e seu laboratório de energia solar, com a presença do ministro Nei Braga; visita o Porto de Cabedelo, com a presença do governador Ivan Bichara; assina convênios de saúde e assistência social no Palácio da Redenção, em João Pessoa; visita área das secas em Patos; assiste desfile militar e inaugura a Rodovia BR-104, com a presença do ministro Dirceu Nogueira]	atividades de ensino, pesquisa e extensão	
Brasil Hoje	156	1976	8'48"	Ministro nei braga	[MINISTRO NEI BRAGA entrega prêmios de revelação a dramaturgos do meio universitário, instituído pelo SNT]	participação de membros do governo em eventos acadêmicos	
Brasil Hoje	156	1976	8'48"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL em Vitória: inspeciona o Programa de Financiamento de Lotes Urbanos, com as presenças do ministro Hugo Abreu e do governador Elcio Alvares; assiste apresentação de coral; assina convênios e edital para construção de ponte ligando Vitória a Vila Velha]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Brasil Hoje	156	1976	8'48"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL no 3º Encontro Nacional de Exportadores, no Rio de Janeiro; presentes os ministros Severo Gomes, Alysson Paulinelli, Mário Henrique Simonsen, Reis Veloso, Hugo Abreu e o governador Faria Lima]		
Brasil Hoje	156	1976	8'48"	Alfredo souto de almeida, cronista de teatro	[ALFREDO SOUTO DE ALMEIDA, CRONISTA DE TEATRO, dá depoimento no SNT, em comemoração aos seus 30 anos de atividades]		
Brasil Hoje	156	1976	8'48"	Cinema	[CINEMA - Primeira exibição do filme Fogo Morto, dirigido por Marcos Faria, no Auditório da Agência Nacional]		
Brasil Hoje	173	1976	6'38"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL no Rio Grande do Sul: em Bento Gonçalves, caminha pelas ruas, assiste a desfile de estudantes, reencontra sua antiga professora Geni Campos Salvaterra e inaugura o Ginásio Municipal de Esportes, com as presenças dos ministros Hugo Abreu, Arnaldo Prieto, Nei Braga e do governador Sinval Guazelli; em Porto Alegre, assina convênios, com a presença do ministro Rangel Reis]		
Brasil Hoje	173	1976	6'38"	Miguel proença	[MIGUEL PROENÇA - Pianista em casa, com a família; lecionando no Conservatório de Música do Rio de Janeiro e interpretando Villa-Lobos]		
Brasil Hoje	173	1976	6'38"	Hilda faria lima	[HILDA FARIA LIMA, PRIMEIRA-DAMA DO RIO DE JANEIRO, assiste desfile de moda da estilista Regina Lebelson]		
Brasil Hoje	178	1976	8'34"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL no Rio Grande do Sul: inaugura o Centro de Tecnologia e Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul, com a presença do governador Sinval Guazelli; visita Santo Angelo e assiste à abertura oficial da colheita do trigo, com as presenças dos ministros Reis Veloso, Rangel Reis e Alisson Paulinelli; visita Bom Retiro, com a presença do ministro Dirceu Nogueira; visita as obras da Barragem Eclusa e o Conjunto Habitacional Felizardo Furtado, em Porto Alegre]	investimento em educação superior	atividades de ensino, pesquisa e extensão
Brasil Hoje	178	1976	8'34"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL em Teresina: inaugura o Centro de Convenções e o Conjunto Habitacional Bela Vista, com as presenças dos ministros Rangel Reis e Alisson Paulinelli; assina medidas para o desenvolvimento do Estado, com a presença do ministro Reis Veloso; inaugura a Unidade Escolar Clemente Fortes e o Laboratório de Patologia Animal; aspectos da cidade]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Brasil Hoje	178	1976	8'34"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL desembarca no Aeroporto de Tabatinga, AM; encontra-se com o presidente do Peru, Morales Bermudes Ceruti; assina declaração conjunta e ratifica atos de negociação econômica e de amizade; condecora o Presidente peruano com o grão-colar da Ordem do Cruzeiro do Sul; presentes os ministros Azeredo da Silveira, Geraldo Azevedo Henning e Hugo Abreu]		
Brasil Hoje	178	1976	8'34"	Djanira	[2ª retrospectiva da pintora, no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro]		
Brasil Hoje	204	1977	7'11"	Vice-presidente adalberto pereira dos santos	[VICE-PRESIDENTE ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS inaugura Hospital Universitário na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro; presente o arcebispo Dom Eugênio Sales]	investimento em educação superior	
Brasil Hoje	204	1977	7'11"	Salome berrymann	[Exposição de tapeçarias, na Galeria Funarte, no Rio de Janeiro]		
Brasil Hoje	204	1977	7'11"	Banco do ceará	[Inauguração de agência, em Brasília; presentes o ministro Armando Falcão e o governador do Ceará, Adauto Bezerra]		
Brasil Hoje	204	1977	7'11"	Rubens mario brum negreiros, secretario de segurança do rio de janeiro	[RUBENS MARIO BRUM NEGREIROS, SECRETARIO DE SEGURANÇA DO RIO DE JANEIRO, inaugura destacamento de bombeiros em Itaperuna; aspectos do Centro de Operação dos Bombeiros no Rio de Janeiro e simulação de combate a incêndio]		
Brasil Hoje	219	1977	7'34"	Reportagem	[Jornalista Ronaldo Rosas apresenta o pianista Francisco Mignone executando obras de sua autoria; concerto do pianista e de sua esposa Maria Josefina, acompanhados pela orquestra de UERJ]	atividades de ensino, pesquisa e extensão	
Brasil Hoje	219	1977	7'34"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL sanciona lei que cria o Estado de Mato Grosso do Sul; presentes os ministros Armando Falcão, Hugo Abreu e Golberi do Couto e Silva]		
Brasil Hoje	219	1977	7'34"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL inaugura a Riomar 77 (1ª Feira Marítima Internacional realizada no Brasil), no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; presente o governador Faria Lima]		
Brasil Hoje	219	1977	7'34"	Solenidade	[Governador do Rio de Janeiro, Faria Lima assina ato legal objetivando o nivelamento dos salários dos professores do antigo Estado da Guanabara com os do Estado do Rio de Janeiro, em cerimônia no Palácio Guanabara, no Dia dos Mestres]		
Brasil Hoje	219	1977	7'34"	Elenio resende passos	[Ateliê e quadros do pintor]		

Cinejornal	n.	Ano	Dur.	Seção	Síntese ¹	núcleos de sentido	
Brasil Hoje	222	1977	6'45"	Presidente ernesto geisel	[PRESIDENTE ERNESTO GEISEL faz pronunciamento na abertura da 4ª Conferência Nacional das Classes Produtoras, no Centro de Convenções do Hotel Nacional, no Rio de Janeiro]		
Brasil Hoje	222	1977	6'45"	Visita	[Estudantes visitam o Palacete Eduardo Guinle, no Rio de Janeiro]		
Brasil Hoje	222	1977	6'45"	Solenidade	[Secretário de Pessoal do INPS, Francisco José Paroni Júnior, entrega certificados e medalhas aos funcionários que estão se aposentando]		
Brasil Hoje	222	1977	6'45"	Arte	[Exposição de quadros de Anélio Latini Filho, na Galeria Borguese, no Rio de Janeiro]		
Brasil Hoje	222	1977	6'45"	Reportagem especial	[Aspectos das obras de construção da Hidroelétrica Itaipu Binacional e de reunião da diretoria da empresa encarregada da construção]		

¹ As sínteses dos cinejornais aqui apresentadas correspondem aos apontamentos inscritos no item "Resumo", guia "Detalhes", da página individual de cada cinejornal no Portal Zappiens (Zappiens.br).

TOTAIS

total de edições	39
total de notícias	243
total de notícias diretamente relacionadas com educação superior	42